

LICITAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PROTOCOLO SETORIAL

Anexo III



VOLUME IV

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts. Nº 001
Doc: 3733.1

Doc:
Fts. Nº
RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS

End.: Rua SC-1, nº 299
Pq. Santa Cruz - Goiânia-GO
CEP: 74860-270

Informações:
Fones: 201-7625
201-7600

Documentação contendo 711 folhas

CAIXA 968

(DOC. 3733.1) Documentação enviada a CPMI – “Correios”, pelo Governo do Estado do Goiás, em atenção aos Ofícios 473 e 756/2005-CPMI-Correios, encaminhando cópias de Processos e extratos financeiros e orçamentários referentes à prestação de serviços e concorrência pro intermédio da **Agência Goiana de Comunicação e a SMP&B Comunicação – 03 Volumes. (Doc 000632) – Documentação contendo 711 folhas.**

972
Ca
L. B. B. B.

Folhas de nº 972 à nº 1261



ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO : 17378885 DATA: 04/08/1999
NOME : SECOM GO OF-4/99
ASSUNTO: LICITACAO
DESTINO: AGECOM
INFORMACOES: DISQUE-PROCESSO - 224-8566
DAS 8:00 AS 18:00 HORAS

VOLUME V

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.-Nº 002
Doc. 3733, 1

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº
Doc.

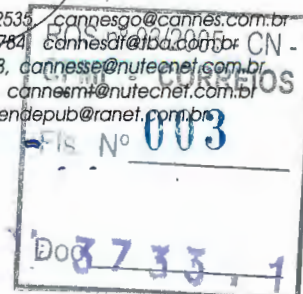


AO
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/99 - SECOM
CANNES PUBLICIDADE LTDA
RUA 17-A, Nº 933, SETOR AEROPORTO, GOIÂNIA-GO
CNPJ Nº 01.542.307/0001- 87
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
GRUPOS “I, II, III, IV e V”



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@iba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nutech.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutech.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>



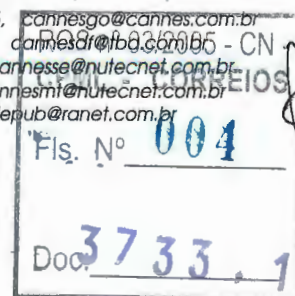


2.4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesbr@cannes.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesar@nutech.net.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutech.net.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>



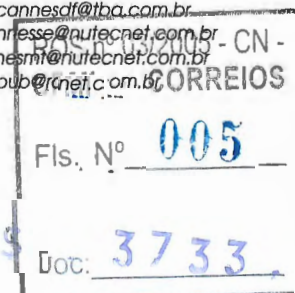


2.4.1.1 - Contrato Social de Constituição - Última Alteração Contratual Consolidada



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nuteconet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nuteconet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@nuteconet.com.br

<http://www.cannes.com.br>



RECOM

996

Os abaixo assinados, ALOÍSIO NEVES, brasileiro, solteiro, jornalista e ZANDER CAMPOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, jornalista, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, têm justo e contratado uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, com sede nesta Capital e para a exploração de publicidades e representações, regulando-se a mesma pelas cláusulas que adiante se vê:

I

A Sociedade que, pelo presente contrato, formam os abaixo assinados é de Responsabilidade Limitada, por quotas, para a exploração de Publicidades e Representações e da qual fazem parte, como sócios-quotistas os Srs. ALOÍSIO NEVES e ZANDER CAMPOS DA SILVA;

II

A Sociedade girará sob a denominação — CANNES PUBLICIDADES LTDA.

III

Podem fazer uso da firma ambos os sócios, que unicamente a aplicarão em negócios da firma, ficando expressamente proibido o uso de la em fianças, abonos e endossos, de favores ou em quaisquer negócios estranhos ao objeto da Sociedade;

IV

Os negócios da Sociedade serão geridos por ambos os sócios;

V

O capital social será de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), divididos em 10 (dez) quotas de cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) e para sua constituição entrarão os sócios ALOÍSIO NEVES com Cr\$..... 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) ou sejam, 5 (cinco) quotas e o sócio ZANDER CAMPOS DA SILVA com cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) ou sejam, 5 (cinco) quotas;

VI

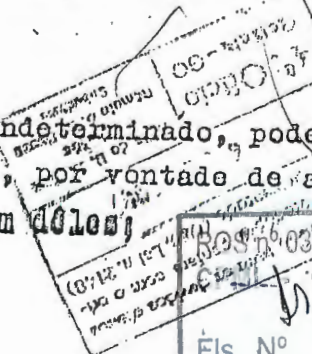
As quotas da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade;

VII

Os lucros e prejuízos, verificados em balanço anual, serão divididos ou suportados igualmente por todos os sócios.

VIII

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, podendo, porém, a mesma ser dissolvida em qualquer tempo, por vontade de ambos os sócios ou, simplesmente, pela vontade de um deles;



Fis. Nº 006

Doc: 3737

IX

As questões suscitadas na Sociedade e sobre as quais houver divergências para sua resolução, poderão ser resolvidas por arbitragem. Neste caso, surgida a divergência, cada sócio nomeará, por escrito, o seu árbitro, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, declarando, no termo de nomeação, a divergência a resolver, e estes, informados do assunto, deverão dar, por escrito, a decisão que porá termo à pendência, decisão esta que deverá ser acatada por ambos os sócios, dela não havendo recurso algum.

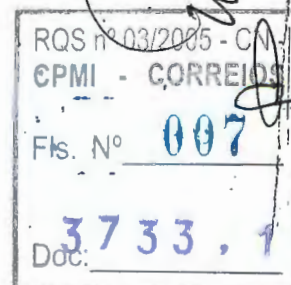
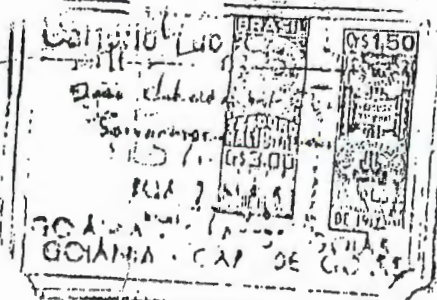
E por assim terem justo e contratado, livremente, obrigam-se a cumprir fielmente as cláusulas do presente contrato, e para sua perfeita validade, na presença das testemunhas abaixo, assinam o presente contrato, que mandam lavrar em 5 (cinco) vias de igual teor, sendo a primeira selada de acordo com a lei, destinada ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.



TESTEMUNHAS:

[Signature]
[Signature]

5º Tabelião - João Candido de Oliveira
Reconheço a Fimado
[Signature]
[Signature] do que dou fé.
Em testemunho da verdade.
Goiânia, 4 de 4 de 1957
João Candido de Oliveira
5º TABELIÃO



**42.º INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL, INCLUINDO TODAS AS ALTERAÇÕES JÁ REALIZADAS,
DE CANNES PUBLICIDADE LTDA.**

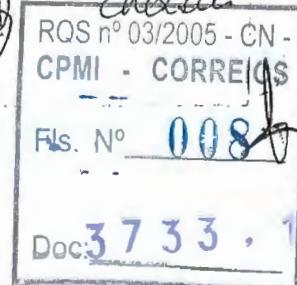
ZANDER CAMPOS DA SILVA, brasileiro, casado, publicitário, jornalista, advogado, portador da cédula de Identidade n.º 46.291, 2ª via, expedida pela SSP/GO e CIC/MF n.º 003.323.721-20, residente e domiciliado em Goiânia-Goiás, à Rua 29 n.º 72, Centro, e;

ZANDER CAMPOS DA SILVA JR ., brasileiro, casado, publicitário, jornalista, advogado, portador da cédula de Identidade n.º 1.420.762, expedida pela SSP/GO e CIC/MF n.º 359.679.351-34, residente e domiciliado em Goiânia-Goiás, à Rua 3 N.º 994, 10.º andar, Edf. Goiandira, Centro, e;

ZILMA CARNEIRO DA SILVA, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de Identidade n.º 39.446 2ª via, expedida pela SSP/GO, CIC/MF 848.183.951-53, residente e domiciliada em Goiânia-Goiás, à Rua 29, n.º 72, Centro, únicos sócios componentes da Sociedade por quotas de

responsabilidade limitada denominada CANNES PUBLICIDADE LTDA, inscrição no CGC/MF n.º 01.542.307/0001-87, com sede nesta Capital, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n.º 856 em data de 04/04/1957, NIRC 52.2.0000874,1 e posteriores alterações contratuais, arquivadas na JUCEG sob os n.ºs e datas a seguir relacionadas:

1ª Alteração sob o n.º	1.730	Em	26.06.1959,
2ª Alteração sob o n.º	3.565	Em	12.04.1962,
3ª Alteração sob o n.º	4.267	Em	14.10.1963,
4ª Alteração sob o n.º	5.642	em	19.11.1964,
5ª Alteração sob o n.º	6.736	em	02.12.1965,
6ª Alteração sob o n.º	7.728	em	13.06.1966,
7ª Alteração sob o n.º	8.492	em	07.08.1967,
8ª Alteração sob o n.º	11.407	em	09.06.1969,
9ª Alteração sob o n.º	13.377	em	27.06.1970,
10ª Alteração sob o n.º	19.051	em	18.12.1972,
11ª Alteração sob o n.º	20.413	em	13.06.1973,
12ª Alteração sob o n.º	20.964	em	13.07.1973,
13ª Alteração sob o n.º	24.993	em	12.12.1973,
14ª Alteração sob o n.º	24.311	em	23.08.1974,
15ª Alteração sob o n.º	27.755	em	08.09.1975,
16ª Alteração sob o n.º	33.117	em	22.12.1976,
17ª Alteração sob o n.º	36.084	em	15.08.1977,
18ª Alteração sob o n.º	52.4073,2	em	18.10.1978,
19ª Alteração sob o n.º	52.4569,5	em	02.06.1980,
20ª Alteração sob o n.º	52.4850,0	em	31.12.1981,
21ª Alteração sob o n.º	52.5279,3	em	18.07.1982,
22ª Alteração sob o n.º	52.5785,3	em	09.05.1983,
23ª Alteração sob o n.º	52.5872,1	em	23.06.1983,
24ª Alteração sob o n.º	52.60011,1	em	27.09.1983,



25ª Alteração sob o n.º	52.6255,1	em	21.03.1984,
26ª Alteração sob o n.º	52.7264,0	em	13.06.1985,
27ª Alteração sob o n.º	52.8435,4	em	04.02.1986,
28ª Alteração sob o n.º	52.8836,3	em	13.05.1986,
29ª Alteração sob o n.º	52.9963,8	em	31.12.1986,
30ª Alteração sob o n.º	52.13885,0	em	20.04.1989,
31ª Alteração sob o n.º	52.14120,9	em	10.07.1989,
32ª Alteração sob o n.º	52.685,9	em	29.06.1990,
33ª Alteração sob o n.º	52.1537,3	em	28.02.1991,
34ª Alteração sob o n.º	52.2997,5	em	12.03.1992,
35ª Alteração sob o n.º	529.3010344,2	em	11.02.1993,
36ª Alteração sob o n.º	529.4004193,6	em	10.02.1994,
37ª Alteração sob o n.º	529.5005916,1	em	18.01.1995,
38ª Alteração sob o n.º	529.5046889,4	em	01.08.1995,
39ª Alteração sob o n.º	529.6025117,0	em	13.08.1996,
40ª Alteração sob o n.º	529.6060305,0	em	18.09.1996,
41ª Alteração sob o n.º	529.7061426,8	em	02.10.1997

Resolvem, de comum acordo, alterar o referido contrato social, nas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 2.550.000,00(Dois Milhões, Quinhentos e Cinquenta mil reais), que dividido em 2.550.000(Dois Milhões, Quinhentos e cinquenta mil)quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizadas e divididas entre os sócios, na seguinte proporção:

SÓCIO	QUOTA	PARTI- CIPAÇÃO	VALOR R\$
Zander Campos da Silva	1.912.500 quotas, igual a R\$	75%	1.912.500,00
Zander Campos da Silva Jr.	510.000 quotas, igual a R\$	20%	510.000,00
Zilma Carneiro da Silva	127.500 quotas, igual a R\$	05%	127.500,00
TOTAIS	2.550.000 quotas, igual a R\$	100%	2.550.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade teve início de suas atividades em 25 de Abril de 1957, e tem sua sede e foro na cidade de Goiânia-GO. Sua sede própria localiza-se à Rua 17-A n.º 933, Setor Aeroporto, e pode a mesma abrir Filiais e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETIVOS DA SOCIEDADE

A sociedade tem por objetivos principais a prestação de serviços técnicos de Propaganda e Publicidade, representações de serviços gráficos, de imprensa, documentários para TV, cinemas, shows, eventos, trilhas sonoras, inserção e veiculação em geral de publicidade, e atividades afins, disciplinadas pela Lei n.º 4.680, de 18 de Junho de 1965 (Lei da Propaganda), e regulamentada pelo Decreto n.º 57.690, de 01 de fevereiro de 1966.

CLÁUSULA QUARTA

Handwritten signatures and stamps:

- Stamp: "A AUTENTICAÇÃO que esta fotocópia contém a cópia que foi apresentada" dated "30 SET 1999".
- Stamp: "4.º OF GOIA GO".
- Stamp: "nº 03/2005 - CN - CORREIOS".
- Stamp: "Fis. Nº 009".
- Stamp: "Doc: 3735.1".

A responsabilidade dos sócios, na forma da legislação em vigor, é limitada à importância do Capital Social subscrito.

CLÁUSULA QUINTA

A gerência da Sociedade é exercida por todos os três sócios, ZANDER CAMPOS DA SILVA, ZANDER CAMPOS DA SILVA JUNIOR, ZILMA CARNEIRO DA SILVA, que se incumbirão de todas as operações e representarão a Sociedade ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente. Nas assinaturas de cheques sempre constarão pelo menos duas assinaturas. Nas operações financeiras e naquelas em que possa haver ônus para o patrimônio da empresa, ou possa diminuí-los, como vendas de imóveis, hipotecas, arrendamento e outras, serão obrigatórias as assinaturas do acionista majoritário, juntamente com qualquer outro sócio-diretor(a). Nas Concorrências Públicas e requerimentos para solicitar certidões diversas, será necessária apenas a assinatura de um dos sócio-diretores.

CLÁUSULA SEXTA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal a título Pró-Labore, cujos valores serão definidos entre os mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA

Podem fazer uso da firma ambos os sócios, que unicamente a aplicarão em negócios da firma. Ficando, expressamente proibido o uso dela em fianças, abonos e endossos, de favores ou em quaisquer negócios de natureza estranha ao objeto da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA

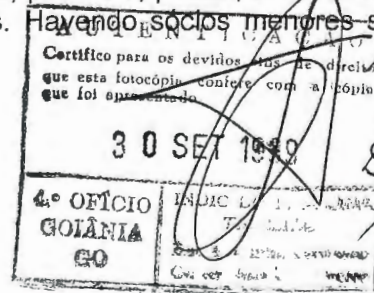
As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento por escrito dos demais sócios integrantes da sociedade.

CLÁUSULA NONA

Os lucros e prejuízos, verificados em balanço anual, de 31 de dezembro, serão divididos ou suportados igualmente por todos os sócios, nos respectivos percentuais de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, podendo, porém, a mesma ser dissolvida a qualquer tempo, por vontade de todos os sócios. Havendo sócios menores será ouvido seu tutor e na sua ausência, o Ministério Público.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA/EXTINÇÃO DE FILIAIS

Ficam extintas neste ato as seguintes filiais:

1	Filial no Bloco B, Qd.II, n.º 99, Ed. São Paulo, Sala: 403, Brasília-DF, CGC/MF: 01.542.307/0002-68.
2	Filial à Rua Aureolino de Abreu, S/N, Gal. do Hotel Luxor, Loja 2, Centro, Teresina-PI, inscrita no CGC/MF: 01.542.307/0003/49.
3	Filial na Av. Japurá, 323, Centro, Manaus/AM, inscrita no CGC/MF N.º 01.542.307/0004-20.
4	Filial na Praça da República, 473, 13º andar, Conj. 131, Centro, São Paulo-SP, CGC/MF N.º 01.542.307/0006-91.
5	Filial à Rua Portugal, 39, Centro, São Luís-MA, inscrita no CGC/MF N.º 01.542.307/0007-72.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A Cannes Publicidade Ltda., à partir desta data possuirá apenas as seguintes filiais:

1	Filial no SCS, Qd. 2, Bl. "D", N.º 3, Sala 601, Brasília-DF, inscrita no CGC/MF N.º 01.542.307/0008-53.
2	Filial à Rua Cursino do Amarante, 348, Centro, Cuiabá-MT, CGC/MF N.º 01.542.307/0005-00.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Social em suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os sócios da empresa CANNES PUBLICIDADE LTDA, Zander Campos da Silva, e sua esposa Zilma Carneiro da Silva, devidamente caracterizados neste instrumento, confirmam que doaram na 33.ª Alteração Contratual, arquivada em 28-02-1991 na JUCEG, 3.237.500 quotas ao seu filho ZANDER CAMPOS DA SILVA JÚNIOR já qualificado neste Contrato, as quantidades e valores das quotas sociais que o mesmo possui na Empresa - CANNES PUBLICIDADE LTDA, estabelecida nesta Capital, e caracterizadas e especificadas neste instrumento, quotas essas que ficam gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, no entanto, podendo, o donatário, vender suas quotas se todos os demais sócios estiverem de acordo com a alienação ou cessão das quotas, em documento próprio, devidamente assinado. Para melhor esclarecimento, fica entendido que as quotas sociais que o donatário sempre possuiu na sociedade e constantes de contratos anteriores, foram, sempre, doadas pelos doadores, sem documento escrito, (art. 1.168 do Código Civil), pelo que todas as quotas sociais negociadas do donatário ficam gravadas com as cláusulas acima especificadas, vale dizer (incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade), com que o mesmo donatário está de pleno acordo, assinando o presente instrumento, dando sua aquiescência à agravação imposta pelos doadores.

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito
que esta fotocópia corresponde com a original
que foi apresentada.

30 SET 1999

4º OFÍCIO
GOIÂNIA

RGS Nº 05/2005 - CN
CPM - CORREIOS

Fls. Nº 011

Doc: 733-1

982


Ca

E por se acharem em perfeito acordo, de tudo o quanto neste instrumento particular foi lavrado obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

JUN 11 1999

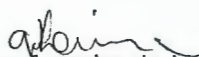
Goiânia-GO, 11 de março de 1999.

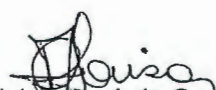

ZANDER CAMPOS DA SILVA
Diretor Presidente


ZANDER CAMPOS DA SILVA JÚNIOR
Diretor de Operações


ZILMA CARNEIRO DA SILVA
Diretora Financeira

TESTEMUNHAS:


Gilma Amorim de Lima
CPF - 347.009.601-59


Divino José de Sousa
CPF - 349.262.671-87



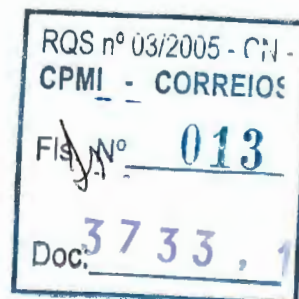
CERTIDAO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informacoes abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial.

Nome Empresarial		SOCIEDADE LIMITADA - LTDA	
Numero de Identificacao do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CGC/MF	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de inicio de Atividade
52 2 0000874 1	01.542.307/0001-87	04/04/1957	25/04/1957
Endereco Completo			
RUA 17-A, 933			
Bairro: ST AEROPORTO, CEP: 74000-000, Municipio: GOIANIA, UF: GO			
Atividades Economicas			
SERVICOS DE RADIODIFUSAO			
SERVICOS DE TELEVISAO			
PROMOCAO E/OU PRODUCAO DE ESPETACULOS ARTISTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS			
SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA			
SERVICOS DE DIVULGACAO E PROMOCAO			
Capital	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duracao	
R\$ 2.550.000,00 (DOIS MILHOES E QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)	NAO	Indeterminado	
Socios/Participacao/Condicao			
Nome/CPF ou NIRE	Participacao	Condicao	
ZANDER CAMPOS DA SILVA 003.323.721/20	R\$ 1.912.500,00	Socio Gerente	
ZANDER CAMPOS DA SILVA JUNIOR 359.679.351/34	R\$ 510.000,00	Socio Gerente	
ZILMA CARNEIRO DA SILVA 003.323.721/20	R\$ 127.500,00	Socio Gerente	
Ultimo Arquivamento			Situacao
Data	Numero	Ato	Ativa
17/03/1999	52990172570	Alt. de Emp. (Cad. Resol. 001/99) Ate 15/03/99	
17/03/1999	52990172570	CANCELAMENTO DE FILIAL EM OUTRA UF (NA UF DA SED)	

GOIANIA, 23 de Abril de 1999

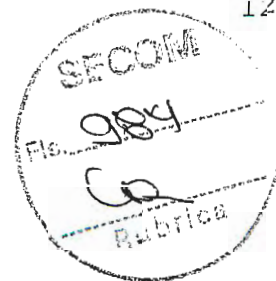
Maria das Gracas D. D. de Assis
Secretario-Geral



cannes



Planejando hoje, o que brilha amanhã.



2.5 – REGULARIDADE FISCAL

S

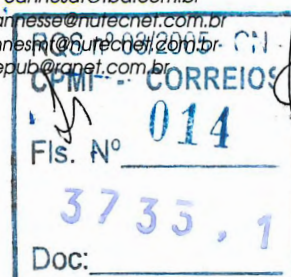


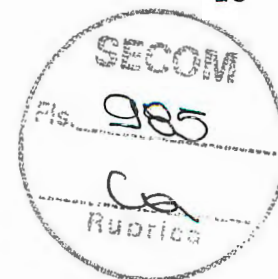
V

Handwritten signature and initials.

GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500 Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (79) 211-2192, Fax: 211-1988, cannes@nurecher.com.br
CURITIBA: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesm@nurecher.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@anet.com.br

<http://www.cannes.com.br>

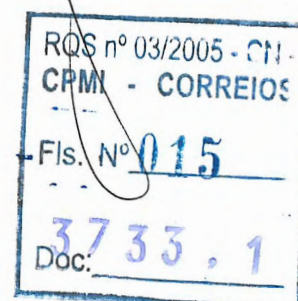




2.5.1 – CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

- Prova de Inscrição no Cadastro da Fazenda Estadual
- Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte da Fazenda Municipal

S

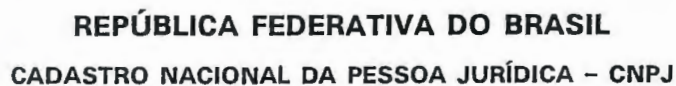


GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
 BRASÍLIA: SCS, Qd. 2, Bl.D, nº 3, S. 601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
 ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel.: (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nuteconet.com.br
 CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nuteconet.com.br
 TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>

S

S



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.542.307/0001-87		CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 13/09/1966	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2000
NOME EMPRESARIAL CANNES PUBLICIDADE LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.40-3 - PUBLICIDADE					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA					
LOGRADOURO RUA 17A		NÚMERO 933		COMPLEMENTO	
CEP 74075-160	BAIRRO/DISTRITO ST AEROPORTO		MUNICÍPIO GOIANIA		UF GO
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 062-2250822					
CPF DO RESPONSÁVEL 003.323.721-20		SITUAÇÃO ESPECIAL			

44-38861-1000

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



RQS nº 03/2005 - CN
GPMI - CORREIOS
Fls. Nº 016
3733.1
Doc: _____



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL - FIC

VALIDA ATÉ
31/12/1999

TITULAR/SÓCIOS

13

INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.214507.5		MATRÍCULA BASE *****	
RAZÃO SOCIAL CANNES PUBLICIDADE LTDA			
ENDEREÇO RUA 0017A 933 SETOR AEROPORTO GUIÂNIA			
ATIVIDADE ECONÔMICA PRESTADOR DE SERVIÇO 90063 PROPAGANDA, PUBLICIDADE, EXCE TO IMPRESSÃO, REPRODUÇÃO, FABRIC.			
C.G.C./C.P.F. 015423070001-87		ÁREA DO IMÓVEL RURAL *****	

0000332372120 ZANDER CAMPOS DA SILVA
00035967935134 ZANDER CAMPOS DA SILVA
00000332372120 ZILMA CARNEIRO DA SILVA
000461226122 ZANDERLENE CARNEIRO C
CAMPOS
DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
INSCRIÇÃO Nº 01.407/03/1999 911.04955

0915886
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

VALIDADE 01/07/2000

INSCRIÇÃO CADASTRAL
012.986/0

NOME OU RAZÃO SOCIAL CANNES PUBLICIDADE LTDA		LOCAL DAS ATIVIDADES SETOR AEROPORTO	
LOGRADOURO E NÚMERO IA 17 A	QUADRA 933	LOTE 26 A	COMPLEMENTO 10 11
DATA ABERTURA 25/04/1997	MICRO EMPRESA NAO	ESC. CONTÁBIL SIM	DATA ÚLTIMO EVENTO 20/01/1995
NATUREZA ALTERACAO	IS. MUN. TX/ISS/TS	DT. VENC. IS. N. SECRETARIA	SITUAÇÃO CADASTRO ATIVO
C.G.C. 1.542.307/0001.87	INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.214.507-5	INSCRIÇÃO JUCEG 856	INSC. CART. T. DOC. 4
NATUREZA JURÍDICA EMPRESA LIMITADA	SOCIEDADE CIVIL PROFISSIONAIS LIBERAIS	SÓCIO PROF. CATEGORIA 17	PROF. ASSAL. NA CATEGORIA QUANT. LOCAIS EXERCE ATIVID.
C.P.F.	DATA NASCIMENTO	Nº DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EXP.
PRIMEIRA 101.102-2		SEGUNDA	TERCEIRA
PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA			
NOME ZANDER CAMPOS DA SILVA		NÚMERO IDENTIDADE 3.323.721-20	
ENDEREÇO NR. 72 SETOR CENTRAL		INSCRIÇÃO NO C.A.E.	

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

ASSINATURA:	DATA INCLUSÃO 29/10/1991	DATA ÚLT. ALT. 15/10/1992	DATA BAIXA	Nº PROCESSO
-------------	------------------------------------	-------------------------------------	------------	-------------

EM 20/01/1995 CORRIGIU OUTROS

SEJA JUSTO, PAGUE SEUS TRIBUTOS

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito
que esta fotocópia confere com o original
que foi apresentado
30 SET 1999
4º OFÍCIO
GOIÂNIA
GO

RQS nº 03/2005 - PN
CPMF - CORREIOS
Fls. Nº **017**
3733.1
Doc:

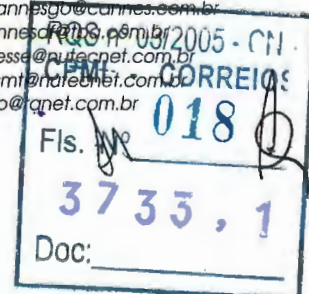


2.5.2 – Certidão Quanto à Dívida Ativa da União
Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições
Federais
Certidão Negativa de Tributos Estaduais
Certidão Negativa de Tributos Municipais



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
 BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesbr@cannes.com.br
 ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesar@netnet.com.br
 CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@netnet.com.br
 TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@netnet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - GOIÁS

17

REQUERIMENTO Nº 989

CERTIDÃO Nº 15127/99

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO		INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF
CANINES PUBLICIDADE LTDA		01.542.307/0001-87
QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS	TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS	TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS
*****	*****	*****

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE

NADA EXISTIR *****
EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO **NEGATIVA**, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

GOIANIA, 09 DE SETEMBRO DE 1999

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Rui B. de Carvalho Santos
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 4 MESES
ART. 30. DO DECRETO 98.741/90

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0399001330127

RQS nº 03/2005 - C

CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 019

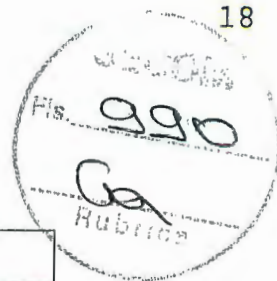
3733,1

Doc: _____



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº.: E- 5.002.921



18

CERTIDAO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI NO. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 01.542.307/0001-87
CANNES PUBLICIDADE LTDA
RUA 17A 933 ST AEROPORTO
CEP: 74075-160 GOIANIA GO

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI NRO 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
DE 1966, (CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDAO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-
FERIDO CODIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
CADO SOMENTE DEBITOS EM RELACAO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
NA CONDICAO ABAIXO ESPECIFICADA:

PARCELAMENTO DE DEBITO:

IRPJ, CONTRIBUICAO SOCIAL, COFINS, PIS/PASEP

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 27/03/2000 - EMITIDA EM 27/09/1999

ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA

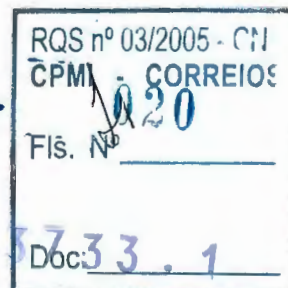
MF - DRE-GO

Olavo Marsura Rosa
TIN - Mat. 1.473.875
Atrib. de Competência
Portaria n.º 113/98 de 05.08.98



Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

A0082645



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DIVIDA ATIVA

DATA 10/09/99
HORA 10:26:35

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0143426

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
CANNES PUBLICIDADE LTDA

ENDERECO COMPLETO
RUA 0017A 933 SETOR AEROPORTO

CIDADE GOIANIA UF GO CGC 01542307/0001-87

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 10 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIENTE

MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/96-GSF

CEI-SEFAZ TID= 1319 DATA: 10/09/99 HORA: 10:26

MAI 1999
Certifico para os devidos fins de direito que esta fotocópia contém uma cópia que foi apresentado

30 SET 1999

RQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 021
3733,1
Doc:

NO. DA CERTIDAO: 188.880-4

CERTIDAO NEGATIVA DE TRIBUTOS DECLARADOS (ISSQN, TAXAS E MULTAS)
FINALIDADE: CONCORRENCIAS
INTERESSE : ECONOMICO

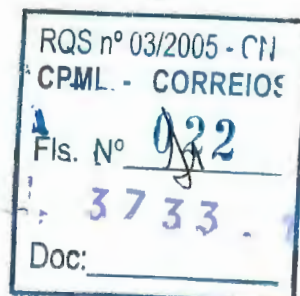
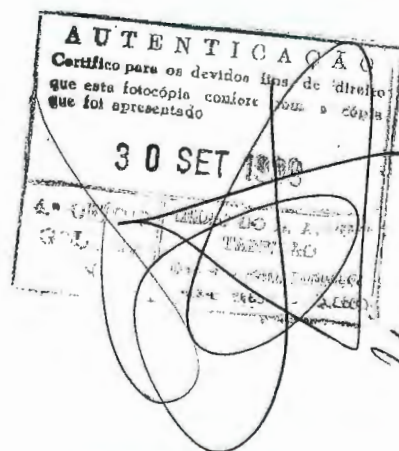
INSCRICAO : 012.986-0 CANNES PUBLICIDADE LTDA
ENDEREÇO : RUA 17A 933 QD: 28 A LT: 10 11
SETOR : SETOR AEROPORTO
CPF/CGC...: 01.542.307/0001-87
ATIVIDADE : PRESTACIONAL
INIC.ATIV.: 25/04/1957

CERTIFICAMOS QUE NESTA DATA NAO CONSTA DEBITO AMIGAVEL OU
AJUIZADO REFERENTE A IMPOSTO SOBRE SERVICO DE QUALQUER NATUREZA,
TAXAS E MULTAS EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

RESERVA-SE A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR
POSTERIORMENTE DEBITOS CONSTATADOS INCLUSIVE, NO PERIODO DESTA
CERTIDAO.

GOIANIA(GO), 6 DE SETEMBRO DE 1999

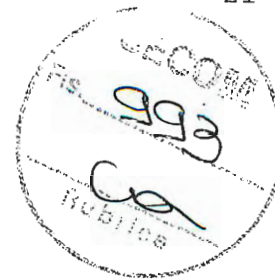
RESP. P/ CERTIDAO: 29564 MARIA DE FATIMA LOPES DE MELO (1)
VALIDADE CERTIDAO: 30 (TRINTA) DIAS



cannes



Planejando hoje, o que brilha amanhã.



2.5.3 – C.R.S. - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal

[Handwritten signature]

cannes
PUBLICIDADE

[Handwritten checkmark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@iba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannes@nufecnet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nufecnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@arinet.com.br

<http://www.cannes.com.br>

CARREIOS
Fis: Nº **123**
3733.1
Doc: _____

\$

[Handwritten signature]

Fls. 994
Rubrica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FGTSFGTSFGTS

Nº do Protocolo CRFCRFCRFCRFCRFCRF	Válido até 28 DEZEMBRO 1999	Nº 3707350
NOME DA EMPRESA CANNES PUBLICIDADE LTDA		
ENDEREÇO R 17A 933 SETOR AEROPORTO GOIANIA GO 74820-110		
MATRÍCULA	AGÊNCIA DA CAIXA EM GOIANIA GO	CGC ou CPF 01542307/0001-87

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO - FGTS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

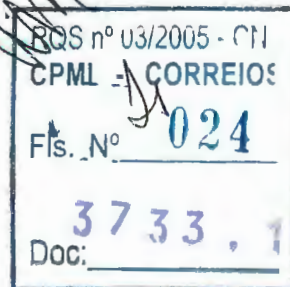
GOIANIA GO, 1 de JULHO de 1999

Local

Gerente

Cristina A. de Souza Rodrigues
Mat. 016.861-5

OBS: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE DEVIDENTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL





2.5.4 – C.N.D. – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social

S



✓

✓

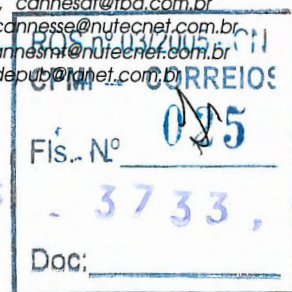
com

Li

9

GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd. 2, Bl.D, nº 3, S. 601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2122, Fax: 211-1988, cannesar@nufecnet.com.br
CUJABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax (065) 322-6438, cannesmt@nufecnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 213-0611, vendedu@planet.com.br

<http://www.cannes.com.br>



Q

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 146181999-08601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 01.542.307/0001-87
NOME: CANNES PUBLICIDADE LTDA
ENDereco: RUA 17-A NR 933
BAIRRO OU DISTRITO: ST AEROPORTO
MUNICIPIO: GOIANIA
ESTADO: GO
CEP: 74075-160

FINALIDADE DA CERTIDAO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 20 DE SETEMBRO DE 1999.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

JOSE VILMAR SANDIM
Ag. Prev. Social Goiânia Centro
Mat. 0546328



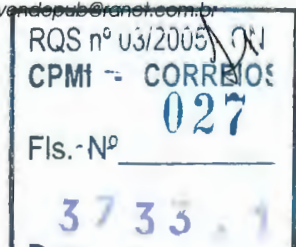


2.5.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nutechnet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vandepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





2.5.6 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Exercício de 1998 - Índices de Liquidez

S

V

Handwritten signature and initials.



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd. 2, Bl. D, nº 3, S. 601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 48018-900, Tel.: (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nutechnet.com.br
CURITIBA: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-776, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-570, Telefax: (086) 223-0611, vendedpub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>

RQS nº 03/2005
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 028
\$ - 3735,1
Data:

Handwritten signature.



TERMO de Autenticacao 99003887 3
O presente livro/ficha, por mim exami-
nada e conferido, acha-se em conformi-
dade com a legislacao em vigor em seus
termos de abertura e de encerramento.

GOIÂNIA, 31/03/99

Mercia de Estima F. Costa

Pág.: 0001

TERMO DE ABERTURA

Diário Número 0022

Estas folhas contínuas, numeradas por processamento eletrônico, servirão para registro do Diário Contábil da Firma:

RAZÃO SOCIAL: CANNES PUBLICIDADE LTDA
ENDEREÇO: Rua 17-A nº 933 - Setor Aeroporto
CIDADE: Goiânia-Go.
CGC NÚMERO: 01.542.307/0001-87
CAD. ESTADUAL: 10.214.507-5
REG. JUNTA COM.: 52.20000874-1 - Em 04 de Abril de 1957

Este documento registrará as escriturações contábeis realizadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1998 e consta das páginas 0001 a 0554.

Goiânia/Go, 01 de Janeiro de 1998.

CANNES PUBLICIDADE LTDA
CGC/MF - 01.542.307/0001-87

IRANY MONTEIRO DE MAGALHAES
Téc. Cont. CRC-Go. 7.649/t



SERIE
1
6
2
7
0 "D"

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

VALIDADE: 31.03.99 TECNICO

IRANY MONTEIRO DE MAGALHAES

RUA 17-A N.933

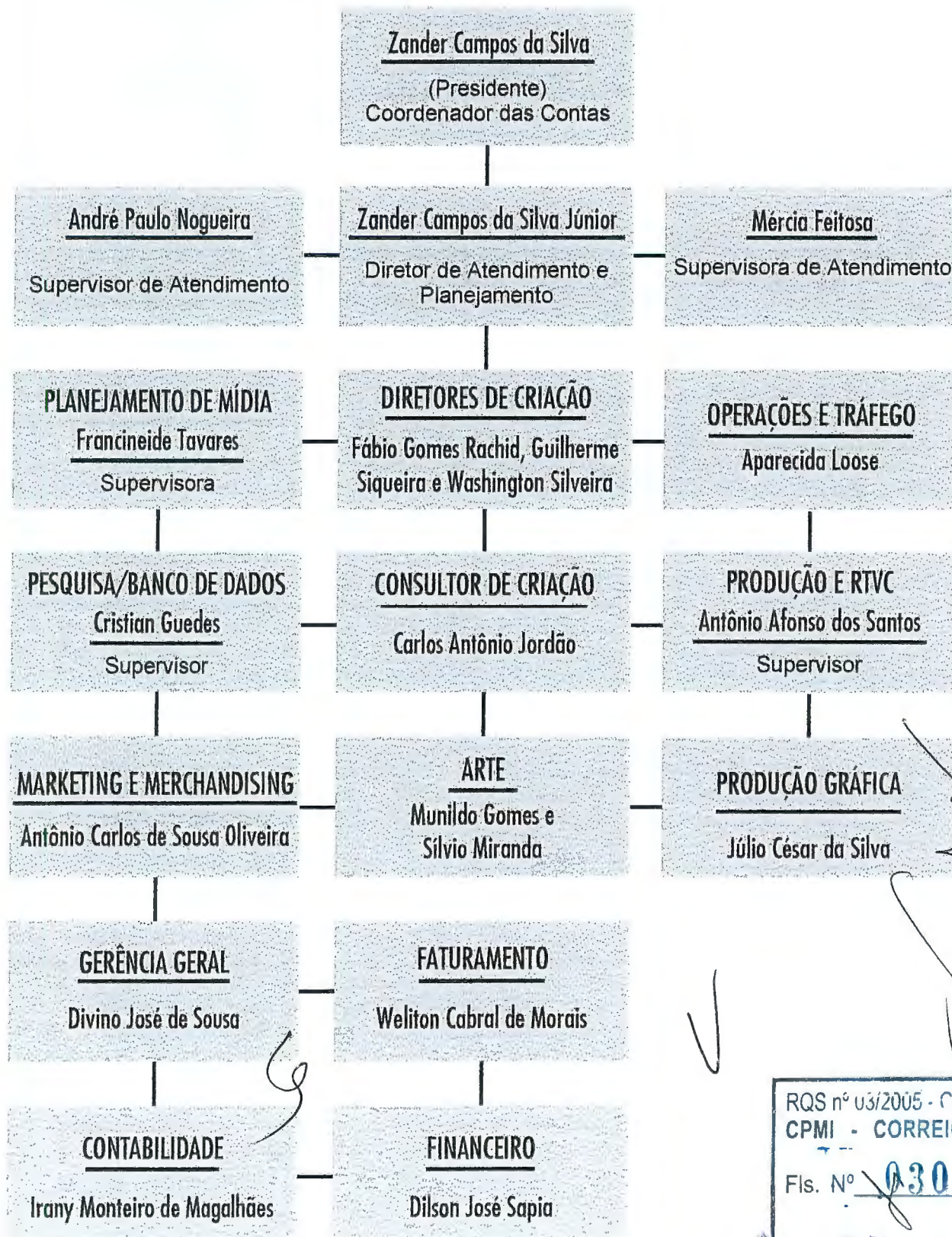
CRCGO: GO-007649/0-3 CPF: 095.961.271-87

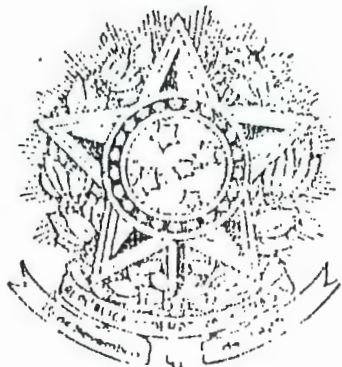
CEP : 70075-160 GOIÂNIA

VALIDO EXCLUSIVAMENTE PARA O PROFISSIONAL OU
ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL QUE O REGISTROU

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 3029
3733,1
Doc:

Equipe de Trabalho para os Grupos I, II, III, IV e V - SECOM





53
SECOM
RECEBIDO
Pública

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso
de COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO no 2º semestre
de 1985, confere o título de

BACHAREL

a

Zander Campos da Silva Junior

brasileiro, nascido a 14 de maio de 1964, em

Goiânia - Goiás,

cédula de identidade n.º 1.420.762 - SSP - Go

e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de
todos os direitos e prerrogativas legais.

Goiânia, 21 de janeiro de 1986

PROF. JOEL PIMENTEL DE ULHÔA
Reitor

Zander Campos da Silva Junior

DIPLOMADO

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito
que esta fotocópia, conferida com a cópia
que foi apresentada

30 SET 1986

RECEBIDO
DEPARTAMENTO DE B. E. T. E. C.
L. de...
L. de...

RQS - 05/2005
CPMI - CORREIOS
FIS. Nº 031
3733.1
Doc:

CERTIDAO SIMPLIFICADA

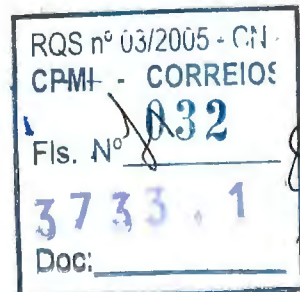
Certificamos que as informacoes abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial.

rubrica

Nome Empresarial CANNES PUBLICIDADE LTDA		SOCIEDADE LIMITADA - LTDA	
Numero de Identificacao do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 52 2 0000874 1	CGC/NF 01.542.307/0001-87	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 04/04/1957	Data de inicio de Atividade 25/04/1957
Endereco Completo RUA 17-A. 933 Bairro: ST AEROPORTO, CEP: 74000-000, Municipio: GOIANIA, UF: GO			
Atividades Economicas SERVICOS DE RADIODIFUSAO SERVICOS DE TELEVISAO PROMOCAO E/OU PRODUCAO DE ESPETACULOS ARTISTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA SERVICOS DE DIVULGACAO E PROMOCAO			
Capital R\$ 2.550.000,00 (DOIS MILHOES E QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NAO	Prazo de Duracao Indeterminado	
Socios/Participacao/Condicao			
Nome/CPF ou NIRE	Participacao	Condicao	
ZANDER CAMPOS DA SILVA 003.323.721/20	R\$ 1.912.500,00	Socio Gerente	
ZANDER CAMPOS DA SILVA JUNIOR 359.679.351/34	R\$ 510.000,00	Socio Gerente	
ZILMA CARNEIRO DA SILVA 003.323.721/20	R\$ 127.500,00	Socio Gerente	
Ultimo Arquivamento		Situacao	
Data	Numero	Ato	Ativa
17/03/1999	52990172570	Alt. de Emp. (Cad. Resol. 001/99) Ate 15/03/99	
17/03/1999	52990172570	CANCELAMENTO DE FILIAL EM OUTRA UF (NA UF DA SED)	

GOIANIA, 23 de Abril de 1999

Maria das Gracas D. D. de Assis
Secretario-Geral



1003

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade de Brasília

O Rector da Universidade de Brasília confere o título de

Bacharel

Guilherme Augusto do Valle Signeira

de nacionalidade brasileira nascido em 10 de Agosto de 1925 em São Paulo

em 26 de Janeiro de 1975 documento de identificação nº 312851938866 Set 60

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

em 14 de Fevereiro de 1977

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito
que esta fotocópia contém uma cópia
do original.

30 SET 1979

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
T. BRASIL

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

038
Fis. Nº

\$ 3733,1
Doc:



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALARIAMENTO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



56
1004

Numero 98.973 Serie 000.26-90



ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Guilherme Augusto do Valle
Siqueira
Loc. Nasc. Goiania Est. GO Data 26.01.75
Filiação Jaely Siqueira
Olímpia Briza do Valle Siqueira
Doc. nº 3.328.531 e J SSR100

ESTRANGEIROS

• Chegada ao Brasil em Doc. Ident. nº
Exp. em Estado
Obs.
Data Emissão 09.04.97 DRT GO

Vanda Maria de Oliveira
Assistente Social
Mex. 0643.411

12 CONTRATO DE TRABALHO

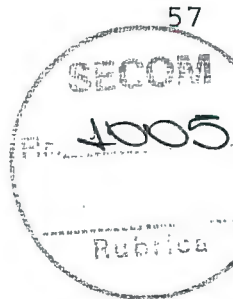
Empregador 01 542 307/0001-87
CGO/MF CANNES PUPILIDADE
Rua LTDA Nº
Município Rua 17-A N.º 933-St. Aeroporto Est.
Esp. do estabelecimento CRP 74.075-160
Cargo GOIÂNIA - GO
RELATOR CBO nº 19240
Data admissão 07 de ABRIL de 19 97
Registro nº 14 Fls/Ficha 15
Remuneração especificada R\$ 1.000,00
CHUM MIL AREAS
CANNES PUPILIDADE LTDA.
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª 2ª
Data saída de de 19
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª 2ª
Com. Dispensa CD Nº

13 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
CGO/MF
Rua Nº
Município Est.
Esp. do estabelecimento
Cargo
CBO nº
Data admissão de de 19
Registro nº Fls/Ficha
Remuneração especificada
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª 2ª
Data saída de de 19
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1ª 2ª
Com. Dispensa CD Nº

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito
que esta cópia confere com o original
que foi apresentado
26 MAI 1999
4.º OFÍCIO
GOIÂNIA
GO
INDIO DO B. A. LIMA
TABELIAO
Rua 4 - Edif. Particular
Cen. et. 200 - 00000

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
084
Fls. Nº
3733.1
Doc.



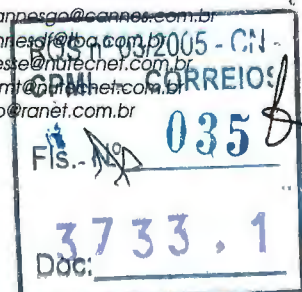
OUTROS DOCUMENTOS QUE JULGAMOS IMPORTANTES E EXIGIDOS PELA LEI 8.666/93, SENDO:

- 01 - C.R.C.F. – Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores, expedido pela Secretaria da Administração do Estado de Goiás**
- 02 - Prova de Inscrição no Sicaf – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal**
- 03 – Prova de Inscrição e Quitação com a ABAP – Associação Brasileira de Agências de Publicidade**
- 04 – Prova de Inscrição e Quitação com o SindPropaganda - Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás**



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRÁSILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesbr@cannes.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesar@natechnef.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@cannes.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@raneif.com.br

<http://www.cannes.com.br>





Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.318, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O MINISTRO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o estabelecido no art. 3º do Decreto nº 99.266, de 28 de maio de 1990, e Decreto nº 470, de 09 de março de 1992, resolve:

Art. 1º Publicar, em anexo, os preços mínimos de venda constantes dos laudos de avaliação elaborados pela Caixa Econômica Federal - CEF, relativos a imóveis residenciais funcionais de propriedade da União.

Art. 2º Para efeito do exercício do direito de preferência à compra, conforme estabelecido no artigo 1º do Decreto nº 470, de 09 de março de 1992, este órgão notificará os legítimos ocupantes, mediante publicação no Diário Oficial da União por três dias consecutivos.

Art. 3º Nos termos do contido no art. 2º do Decreto nº 470, de 09 de março de 1992, os laudos de avaliação dos imóveis residenciais funcionais terão validade de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Os preços mínimos de venda dos imóveis porventura não alienados servirão de parâmetro para cobrança da taxa mensal de uso.

Art. 5º Estabelecer que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS ÁRZAKER PEREIRA

ANEXO

QUADRO-RESUMO DE PREÇO MÍNIMO DE IMÓVEL FUNCIONAL

UNIÃO FEDERAL ASA SUL - SQS

QUADRA	BLOCO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO EM R\$
210	K	505	106.000,00
212	A	403	124.000,00

GUARÁ - SRIA QI

QUADRA	CONJ.	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO EM R\$
16	Q	24	65.000,00
20	Z	27	50.000,00

CRUZEIRO - BHCS

QUADRA	BLOCO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO EM R\$
805	C	204	62.000,00

(Of. nº 185/98)

(Dias: 20, 23 e 24/11/98)

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E PROJETOS ESPECIAIS Departamento de Serviços Gerais

PORTARIA Nº 3.325, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/SLP/MARE nº 994, de 09 de abril de 1997, e tendo em vista o disposto no subitem 2.3 da Instrução Normativa MARE nº 05, de 21 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 26 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação de fornecedores que, em razão do deferimento pela Unidade Cadastradora, são admitidos no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 2º - Esta Portaria constituirá prova do registro cadastral, conforme estabelece o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21/06/93, produzindo os efeitos de Certificado de Registro Cadastral, nos termos do §1º do art. 36, do mencionado diploma legal.

Art. 3º - Nos processos licitatórios, nas contratações e nos pagamentos, a comprovação de regularidade do licitante ou fornecedor, junto ao SICAF, será obtida por meio de consulta "ON LINE", com a emissão de declaração da situação verificada, devidamente assinada por servidor credenciado.

Art. 4º - O licitante ou fornecedor fica desobrigado da apresentação dos documentos exigidos pelo Sistema, à exceção daqueles previstos no subitem 8.9.2 da Instrução Normativa MARE nº 05/95.

EMISSION Nº : 998

UF: ACRE

0178605102-78 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
WALTER WILLIAMS MOURA MARIN
UASG: 170203 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRACAO/AC

01878439/0001-84 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
BDL EMPREITEIRA EMPREENDIMENTOS E PARCERIA LTDA
UASG: 154044 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC

04596060/0001-70
MARIETA PONTES DA SILVA
UASG: 170203 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRACAO/AC

UF: ALAGOAS

12500039/0001-57 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
H.T.CONSTRUCOES LTDA.
UASG: 255002 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AL

UF: AMAZONAS

041134382-34
LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR
UASG: 240105 - INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT

384683792-04 - (MUDANÇA DE UASG CADASTRADORA)
IRLE SISE ARRUDA DA ROCHA
UASG: 160010 - 29 CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR/MEX/AM

02443043/0001-77
PAULO JULIO CARDOSO NETO
UASG: 240105 - INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT

05530456/0001-87
CECA CONSTRUÇÃO LTDA
UASG: 240105 - INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT

UF: AMAPÁ

14519839/0001-45
PINHEIRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA
UASG: 510135 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSS NO MACAPÁ

UF: BAHIA

775978425-20
SERGIO WLADIMIR CAZE DOS SANTOS
UASG: 153038 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UF/BA

00072295/0001-01 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
ABC INFORMATICA LTDA
UASG: 150025 - DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA
01458622/0001-20 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
ENGEPLUS ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
UASG: 150025 - DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA

02007432/0001-50 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
CMS CALDEIRARIA MONTAGEM E SERVIÇOS LTDA
UASG: 200033 - SUPERINTENDÊNCIA REG.DEP.POLÍCIA FEDERAL - BA

02066704/0001-92 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
CLYHOSP INSTALL MED COM. REPR. E MANUT. EM EQUIPAMENTOS LTDA
UASG: 170075 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/BA

02238981/0001-35
TRANSLIMPESA SERVIÇOS GERAIS LTDA
UASG: 135101 - SEDE SUREG BAHIA

02714754/0001-39
CPS - SERVIÇOS LTDA.
UASG: 130122 - COMISSÃO EXEC.DO PLANO LAVOURA CACAUEIRA/BA

13687272/0001-53 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
UNIAO BAHIA VEICULOS LTDA
UASG: 170075 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/BA

13959986/0001-73 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
SERTEGE SA
UASG: 153825 - PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFBA

15231897/0001-31 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
CONCRETA - CONTROLE DE CONCRETO E TECNOLOGIA LTDA
UASG: 170075 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/BA

15630064/0001-43 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
BELOV ENGENHARIA LTDA
UASG: 782801 - BASE NAVAL DE ARATU - BA

16364275/0001-44 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)
PRESE PRESTACAO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
UASG: 135101 - SEDE SUREG BAHIA

DIÁRIO

ASSINATURAS E AVULSOS 03/2005 - CN
Fone/Fax (062) 224-6850 - CORREIO

Fis. Nº

3735.1
Doc:

33906041/0001-09 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
LAF CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA
UASG: 153825 - PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITARIO DA UFBA

208330/0001-99 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
IC ASSESSORIA E COMERCIO DE SISTEMA E SERVICOS LTDA
SG: 511640 - SERVICO DE FINANÇAS DO INSS EM SALVADOR

40481822/0001-56 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ANEL REFRIGERACAO MANUTENCAO SERVICOS LTDA
UASG: 170075 - MF-DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/BA

485484/0001-20 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
AMORIM MACHADO ENGENHARIA LTDA
UASG: 511640 - SERVICO DE FINANÇAS DO INSS EM SALVADOR

40600926/0001-32
ANDA PRIMITIVO MATOS SANTOS
SG: 130122 - COMISSAO EXEC.DO PLANO LAVDURA CACAUEIRA/BA

274310/0001-14 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
LUAN COMERCIAL VETERINARIA LTDA
UASG: 511640 - SERVICO DE FINANÇAS DO INSS EM SALVADOR

UF: CEARA

396527/0001-87
HPAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
UASG: 170038 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/CE

008109/0001-38
CIOLY, NOGUEIRA & CIA LTDA
SG: 803030 - SERPRO - REGIONAL FORTALEZA

8246/0001-80
DE OLIVEIRA PETROLEO ME
UASG: 153199 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO / CE

382452/0001-07 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
EMENTINO REPRESENTACOES E TRANSPORTES LTDA
SG: 170038 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/CE

07643687/0001-22 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ENDMED - LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA
UASG: 170038 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/CE

834880/0001-40
COLA DONA ALBANISA SARASATE
UASG: 170038 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/CE

07951171/0001-45 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
CAMONDE ARTEFATOS DE COURO LTDA
SG: 255006 - FMS - COORDENACAO REGIONAL DO CEARA

151929/0001-58 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
FRANCISCO OSMAR BARROSO DE FREITAS - ME
UASG: 373045 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO INCRA SR/02 - CEARA

UF: DISTRITO FEDERAL

090720/0001-95 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ITACOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
UASG: 320004 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

311332/0001-97
ETRONICA FONAL LTDA
SG: 390004 - MT-CSG-COORD.-GERAL DE SERVICOS GERAIS/DF

01034479/0001-40 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
CORDEL COMERCIO E REPRESENTACOES DE BEBIDAS LTDA
UASG: 150005 - MEC-CSG-COORDENACAO DE SERVICOS GERAIS/DF

08603/0001-33 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
EGEL - EMPRESA DE SERVICOS GERAIS LTDA
SG: 110120 - SUB. INTELLIGENCIA DA CASA MILITAR/PR

01701673/0001-31 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
CLAMA CLINICA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS ESPECIAIS LTDA
SG: 390004 - MT-CSG-COORD.-GERAL DE SERVICOS GERAIS/DF

795083/0001-15
IAO PROTESE DENTAL LTDA
UASG: 200304 - MARE-DAG-DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL/DF

02631799/0001-40
ANTHER DE FERREIRA LEITE VAZ - ME
SG: 114702 - ENAP-ESCOLA NACIONAL DE ADM.PUBLICA/DF

510631/0001-10 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
PAUL S COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME
UASG: 200304 - MARE-DAG-DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL/DF

511835/0001-55 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
SELHO DE DIRETORES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO TEC.INDUSTRIAL
SG: 200999 - MARE-USG-SIASC-DIRET.DE SERVICOS GERAIS/DF

36751410/0001-11
TSG ENGENHARIA E PROJETOS S/C
UASG: 170014 - MF/DAMF-DELEGACIA DE ADMINISTRACAO/DF

754273/0001-79 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ELARIA CEARA
SG: 200304 - MARE-DAG-DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL/DF

7279337/0001-06 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ANNA LIMP LIMPETA & SERVICOS GERAIS LTDA - ME
UASG: 150005 - MEC-CSG-COORDENACAO DE SERVICOS GERAIS/DF

72602071/0001-75 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
INSTITUTO DO CORACAO DE TAGUATINGA S/C LTDA
UASG: 200304 - MARE-DAG-DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL/DF

72612930/0001-07
BRISA CONSTRUCOES E TURISMO LTDA
UASG: 200017 - MJ-IN-IMPRESA NACIONAL/DF

UF: ESPIRITO SANTO

02402721/0001-53
INSEMINA COMERCIO DE PRODUTOS DE REPRODUCAO LTDA ME
UASG: 153011 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES

02585272/0001-26 - (MUDANCA DE UASG CADASTRADORA)
HEORUS CONSTRUTORA LTDA
UASG: 373057 - SUPERINT. ESTADUAL DO E.SANTO-INCRASR-20/ES

31749906/0001-37 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
DISTRIBUIDORA MARUIPE LTDA
UASG: 153011 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES

UF: GOIAS

00539440/0001-11 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
ORIENTE MAQUINAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
UASG: 510411 - NUCLEO REAB.PROFISSIONAL INSS GOIANIA/GO

00544873/0001-65 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
KOREA IMPORTED CARS LTDA
UASG: 170195 - DEL.DE ADMINISTRACAO EM GOIAS E TOCANTINS

00740723/0001-27
FENIX ENGENHARIA LTDA
UASG: 255009 - FMS-FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/GO

00790953/0001-09 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
SUPREMA MATERIAIS PRODUTOS SECOS E MOLHADOS LTDA
UASG: 130080 - MAA-DFA-DIRET.FEDERAL DA AGRICULTURA-GO

01542307/0001-87 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
CANNEES PUBLICIDADE LTDA
UASG: 160099 - 7 CIRCUNSCRICAO DO SERVICO MILITAR - MEX

02105840/0001-44
JOSE LUIZ GUIMARAES - O MINEIRO
UASG: 160096 - 43 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO-MEX/GO

02612885/0001-05 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
SUPER MERCADO SERVE RIO VERDE LTDA
UASG: 153224 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO VERDE/GO

UF: MARANHAO

00151725/0001-80
ODONTO HOSPITALAR LTDA
UASG: 153013 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA-CEFET/MA

01680769/0001-60
LART INCORPORADORA DE SERVICOS LTDA
UASG: 153013 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA-CEFET/MA

01741607/0001-95
COLMAQ COMERCIAL DE MAQUINAS MOTORES E FERRAMENTAS LTDA
UASG: 153013 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA-CEFET/MA

02805488/0001-50
AUTO MECANICA SANTA ISABEL LTDA
UASG: 255010 - MS-FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/FMS/MA

06263123/0001-00 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
HAROLDO CAVALCANTI E CIA LTDA
UASG: 255010 - MS-FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/FMS/MA

63439921/0001-75
ARTECHICA COMERCIO E REPRESENTACOES DE MATERIAL INDUSTRIAL LTDA
UASG: 153225 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS/MA

UF: MINAS GERAIS

266291516-15 - (RENOVACAO DE CADASTRAMENTO)
MARIA CELESTE BEZERRA CORREIA
UASG: 193111 - IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/MG

454919096-53
STELAMARE NETO DE CARVALHO
UASG: 153196 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL BARBACENA/MG/MG

592120636-91
EVANORO DRUMOND
UASG: 153196 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL BARBACENA/MG/MG

00376810/0001-47
IBIZA TURISMO LTDA
UASG: 170085 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO MF/MG

AUTENTICAÇÃO

Para os devidos fins de direito
que esta fotocópia contém a cópia
que foi apresentada

30 SET 1998

4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE F. A. LIMA
GOIÂNIA

RGS nº 03/2005

CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 038

Doc: 3735




ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

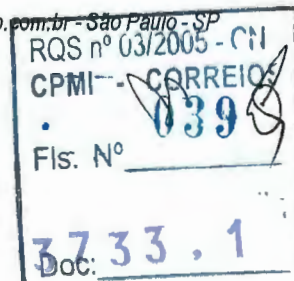


DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de licitação, que a CANNES DE PUBLICIDADE LTDA. é nossa associada desde 16 de dezembro de 1957, sob o número de inscrição 13, encontra-se plenamente quite com suas obrigações sociais.

São Paulo, 09 de setembro de 1999.

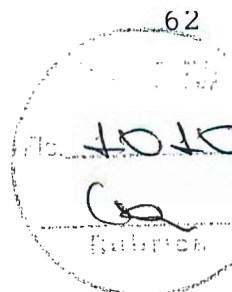

Decio Vamero
Diretor Executivo





Sindicato das Agências
de Propaganda do Estado de Goiás

Av. T-4 nº 1445 - Setor Bueno - Goiânia - Goiás
Fone: (062) 255-7593



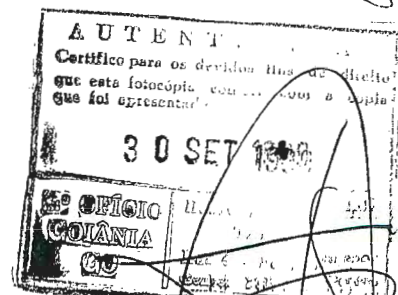
Goiânia, 10 de setembro de 1999.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins que se fizerem necessários, que **CANNES PUBLICIDADE LTDA**, com sede à Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto - Goiânia-GO, inscrita no CGC nº 01542307/0001-07, é associada a este Sindicato.

E, por ser verdade, firmamos a presente.


Melre Ivone
Secretária



Esta declaração tem validade por 30 dias.



4A VARA CIVEL

BEL. JOAQUIM MACHADO,
ESCRIVAO(A) DO(A) 4A VARA
CIVEL DA COMARCA DE GOIANIA,
ESTADO DE GOIAS, NA FORMA DE
LEI, ETC.

CERTIDAO NARRATIVA

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papeis e demais assentamentos, verificou a existencia do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou registro(s) de açao(ões):

Identificação

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
CGC : 01.542.307/0001-87

Domicilio : GOIANIA

Processo

Protocolo : 9800229760
Juizo : 4A VARA CIVEL
Natureza : DECLARATORIA
Valor da Ação: 100,00
REQUERENTE : SETTA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACAO E INFORMATICA
REQUERIDO : CANNES PUBLICIDADE LTDA
Adv. REQTE : RAFAEL AMPARO DE OLIVEIRA

Certifica mais que, os autos supra mencionados encontram-se aguardando audiencia de Conciliacao dia 07 de outubro de 1999, as 14:30 horas.

Nada mais. E o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

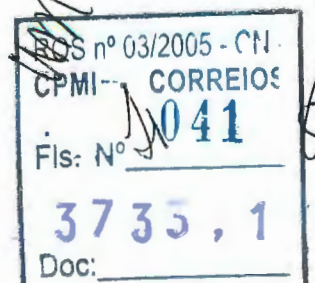
Dada e passada nesta Cidade e Comarca do Estado de Goias, aos vinte e nove de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (29 / 9 / 1999).

JOAQUIM MACHADO
ESCRIVAO(A) DO(A) 4A VARA CIVEL

3777641
CONFERENTE



NAO ABRANGE OS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

FL.:

1 30/09/99

1012

Ca

Rubrica

1A VARA DE ASSISTENCIA JUDICIARIA

SR. RICARDO ANTONIO MARTINS,
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A VARA DE
ASSISTENCIA JUDICIARIA DA
COMARCA DE GOIANIA, ESTADO DE
GOIAS, NA FORMA DE LEI, ETC.

CERTIDAO NARRATIVA

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papeis e demais assentamentos, verificou a existencia do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou registro(s) de açao(ões):

Identificação

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
CGC : 01.542.307/0001-87

Domicilio : GOIANIA

Processo

Protocolo : 9800076565
Juizo : 1A VARA DE ASSISTENCIA JUDICIARIA
Natureza : RECLAMATORIA TRABALHISTA
Valor da Açao: 100,00
REQUERENTE : SEBASTIAO LUIZ PEREIRA
REQUERIDO : CANNES PUBLICIDADE LTDA
Adv. REQTE : IVANETE ALVES DO NASCIMENTO

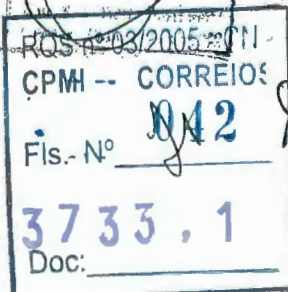
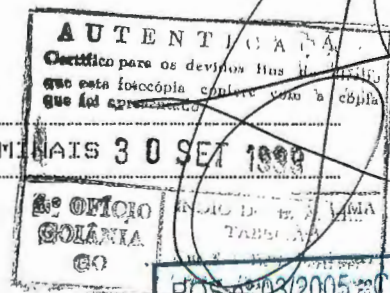
Certifica mais que, os presentes autos de processo foram autuados nesta serventia em 28/04/98, sob o n. 1.019/98, distribuido ao 1. Juiz de Direito e Diretor desta Vara, Dr. Jaime Rosa Borges. Em 16/09/98 o MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: "Designo o dia 27 do mes de outubro de 1999, as 16:30 horas, para a realizacao de audiencia de conciliacao. Intimen-se as partes e seus procuradores. Goiania, 16.09.98. (a) Jaime Rosa Borges - Juiz de Direito". O processo foi preparado para a audiencia, estando, atualmente, com o seguinte andamento: "Aguardando Audiencia (para o dia 27/10/99, as 16:30 horas)".

Nada mais. E o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca do Estado de Goias, aos vinte e oito de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (28 / 9 / 1999).

Ricardo Antonio Martins
Ricardo Antonio Martins
Escrivão

NAO ABRANGE OS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS 30 SET 1999



5A VARA CIVEL

BEL. SERVIO T.CAETANO DA
COSTA, ESCRIVAO(A) DO(A) 5A
VARA CIVEL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DE LEI, ETC.

CERTIDAO NARRATIVA

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papeis e demais assentamentos, verificou a existencia do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou registro(s) de açao(ões):

Identificação

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
CGC : 01.542.307/0001-87

Domicilio : GOIANIA

Processo

Protocolo : 9900902009
Juizo : 5A VARA CIVEL
Natureza : Acao MONITORIA
Valor da Açao: 5.357,10
REQUERENTE : TRUETYPE MAQUINAS E SERVICOS PARA ESCRITORIO LTDA
REQUERIDO : CANNES PUBLICIDADE LTDA
Adv. REQTE : ANTONIO FERNANDO DE LACERDA

Certifica mais que, foi realizada audiencia de Conciliacao no dia 09 de setembro de 1999, as 8:30 horas no gabinete do MM.Juiz de Direito, 2.titular da 5a Vara Civel, Dr. Walter Carlos Lemes, onde este Juizo verificou a impossibilidade de acordo, dando por saneado o feito, face a intransigencia das partes, pelo que, foi designada audiencia de Instrucao e Julgamento para o dia 08 de novembro do corrente ano as 8:30 horas.

Nada mais. É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca do Estado de Goias, aos vinte e oito de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (28 / 9 / 1999).

JUZO DE DIREITO DA 5ª VARA CIVEL
CARTÃO DO 5º OFÍCIO CIVIL
Sérgio T. Caetano da Costa
Escrivão do 5º Ofício Cível

SERVIO T.CAETANO DA COSTA
ESCRIVAO(A) DO(A) 5A VARA CIVEL

JUZO DE DIREITO DA 5ª VARA CIVEL
CARTÃO DO 5º OFÍCIO CIVIL
Sérgio T. Caetano da Costa
Escrivão do 5º Ofício Cível

NAO ABRANGE OS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

AUTENTICAÇÃO
Certifica-se para os devidos fins de direito que esta fotocópia confere com o original apresentado.

30 SET 1999

4º OFÍCIO
GOIÂNIA

INDIO DO DEPARTAMENTO
TABELA

GO
RQS nº 0132005

CPMI - CORRIGIDO

043

Fis. Nº

3735,1

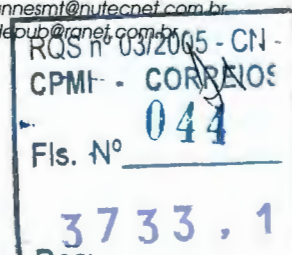


2.6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nutechnet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





2.6.1 – Atestados de Capacidade Técnica

- Públicos

- 01 - Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe
- 02 - Cepisa - Companhia Energética do Piauí
- 03 - Sebrae-MT – Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso

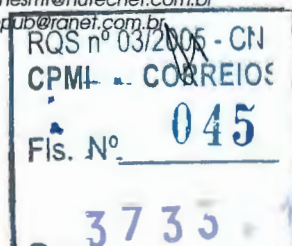
- Privados

- 01 - Carrefour Comércio e Indústria Ltda
- 02 - Rede 2000 – Associação de Drogarias e Farmácias do Estado de Goiás
- 03 - Saúde Santa Genoveva



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesse@nutechnet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendedub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





COORDENAÇÃO DA CAMPANHA ICMS DÁ SORTE


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a agência CANNES PUBLICIDADE LTDA, SEDIADA À RUA 17-A, Nº 933, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, inscrita no CNPJ Nº 01.542.307/0001-87, desenvolveu com elevada capacidade técnica para a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SERGIPE, campanha publicitária denominada "ICMS DÁ SORTE", conforme contrato firmado entre as partes em 02/10/97 no valor de R\$ 2.830.243,70. Compreendendo os serviços de criação, produção, divulgação através de filmes Vt's, spots, anúncios em jornais, rádio, televisão, outdoor e serviços gráficos incluindo fotolitos, arte final, folhetos, formulários, manuais, brochuras, cartazes e outros. Relacionamos abaixo, a quantidade de impressos apresentados, sendo:

- 1.800.000 - Cupons de sorteios numerados com fundo de segurança
- 5.500.000 - Raspadinhas de alta segurança
- 30.000 - Cartazes
- 200.000 - Folhetos
- 55.000 - Cartilhas de Educação Tributária

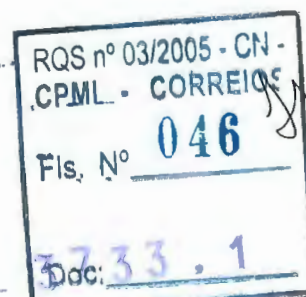
Outrossim, a agência, executou a campanha de 02/10/97 a 31/12/98, cumprindo todas as exigências do Contrato com reconhecida competência, zelo profissional e elevada capacidade técnica, razão pela qual a consideramos plenamente capaz.

Aracaju-Se, 07 de junho de 1999


Kácio Manoel Campos dos Santos
Coordenador Geral da Campanha



Av. Ivo do Prado, 246, Centro, CEP: 49.010-050, Aracaju-SE, Fone: (079) 211-1875.





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

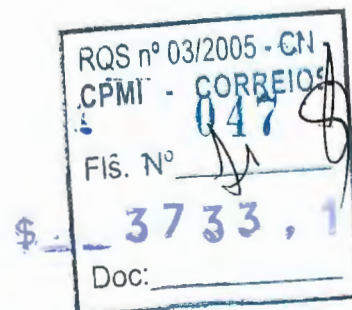
Atestamos para os devidos fins, que a agência **CANNES PUBLICIDADE LTDA**, sediada à Rua 17-A, Nº 933, setor Aeroporto, Goiânia-Goiás, inscrita no CNPJ nº 01.542.307/0001-87, vem desenvolvendo com elevada capacidade técnica campanhas publicitárias, compreendendo os serviços de criação, produção, divulgação através de filmes, Vt's, Spot's, anúncios em jornais, rádio, televisão, outdoor e serviços gráficos incluindo fotolitos, arte final, folhetos, formulários, manuais, brochuras, cartazes e outros.

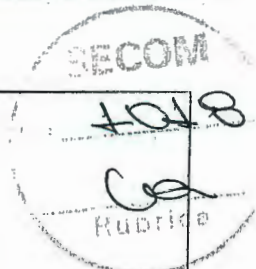
Declaramos também, que de 22.06.98 a 08.04.99 o faturamento contra esta empresa foi de R\$ 489.912,91 (quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e doze reais e noventa e hum centavos).

Outrossim, a agência, vem cumprindo todas as exigências, com reconhecida competência, zelo profissional e elevada capacidade técnica, razão pela qual a consideramos plenamente capaz.

Teresina, 11 de junho de 1999

Meriam Ohana
Diretora- Presidente





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **CANNES PUBLICIDADE LTDA**, situada a Rua 17-A, 933, Setor Aeroporto, Goiânia-GO, inscrita no CGC sob o nº 01.542.307/0001-87, no período de 17/09/97 a 01/02/99, prestou a este órgão Sebrae/MT, os seguintes serviços na área de propaganda e publicidade, a saber: estudo e planejamento, criação, produção, veiculação e controle de resultados, promoções publicitárias e realização de eventos, cobrindo toda a área de necessidades de propaganda e publicidade, inclusive matéria legal e promoções publicitárias, e produção dos seguintes livros:

- 3.000 – Unidades do Livro Hortaliças
- 3.000 – Unidades do Livro Bonsai
- 4.000 – Unidades do Livro Ervas e Temperos
- 3.000 – Unidades do Livro Criação de Abelhas
- 3.000 – Unidades do Livro Hidroponia
- 10.000 – Unidades Livro Panificação
- **Total: 26.000 unidades**

Os livros acima foram confeccionados em formato fechado 21x14,5cm, com 85 páginas a 1/1 cor, papel sulfite 30Kg, capa couchê liso 180g. 4/0 cores, acabamento dobrado, costurado e colado, elaboração e montagem de arte para capa, produção de cromo para capa dos livros.

Declaramos ainda que tais serviços prestados atenderam ao padrões estabelecidos pelo Sebrae/MT.

Cuiabá, 10 de Junho de 1999.

Eneida Maria de Oliveira
Eneida Maria de Oliveira
Diretora Adm. Financeira



VÁRZEA GRANDE - (065) 682-7699
Av. Cadeia Magalhães, 2045
Centro - Fax: (065) 682-7899
CEP 78110-400

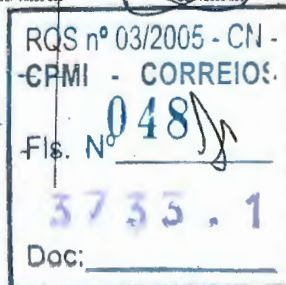
RODONÓPOLIS - (065) 423-1236
Av. Curitiba, 560 - Centro
Fax: (065) 423-2610
CEP 78700-000

BARRA DO GARÇAS - (065) 861-1604
Av. Mato Grosso, 852 - Centro
Fax: (065) 861-1804
CEP 78600-000

CÁCERES - (065) 223-1810
Rua Comandante Baklanoff, 192
Centro - Fax: (065) 223-1840
CEP 78200-000

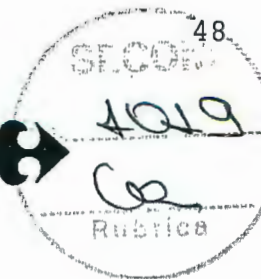
TANGARÁ DA SERRA - (065) 724-2377
Rua: Antônio Hirschi, 94N - Centro
Fax: (065) 724-2377
CEP 78300-000

GOIÂNIA - (065) 521-3222
Av. Gov. João Campos, 234
Setor Oito - Fax: (065) 521-3222
CEP 74050-000



GOIÂNIA SUL

Carrefour



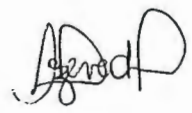
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

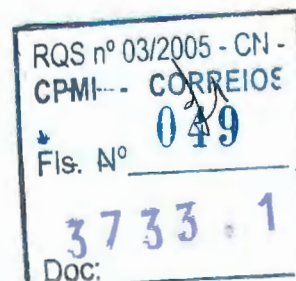
Atestamos para os devidos fins, que a agência CANNES PUBLICIDADE LTDA, sediada à Rua 17-A, Nº 933, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, inscrita no CNPJ Nº 01.542.307/0001-87, vem desenvolvendo com elevada capacidade técnica campanhas publicitárias, compreendendo os serviços de criação, produção, divulgação através de filmes Vt's, spots, anúncios em jornais, rádio, televisão, outdoor, serviços gráficos em geral, fotolitos, fotografias, artes finais, cartazes, acessoria de imprensa, eventos, relações públicas e marketing.

Além disso, informamos que os prazos conseguidos na execução dos serviços foram rigorosamente cumpridos, bem como atestamos a boa qualidade pertinentes aos trabalhos realizados por esta empresa.

Outrossim, a agência vem cumprindo todas as exigências, com reconhecida competência, zelo profissional e elevada capacidade técnica, razão pela qual a consideramos plenamente capaz.

Goiânia, 27 de setembro de 1999.


CARREFOUR COMÉRCIO IND. LTDA.
Miguel Simoni Macedo
Gerente Depto. Contabilidade





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a agência **CANNES PUBLICIDADE LTDA.**, sediada à Rua 17 – A n.º 933, Setor Aeroporto – Goiânia – GO., inscrita no CNPJ n.º 01.542.307/0001 – 87, vem desenvolvendo com elevada capacidade técnica campanhas publicitárias, compreendendo os serviço de criação, produção, divulgação através de filmes, vt's, spots, anúncios em jornais, rádio, televisão, outdoor, serviços gráficos em geral, fotolitos, fotografias, artes finais, assessoria de imprensa, eventos, relações Publicas e marketing.

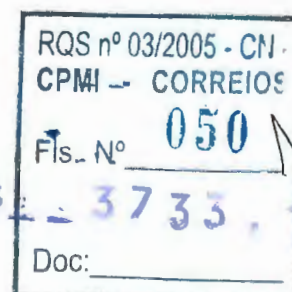
Outrossim, a agência, vem cumprindo todas as exigências, com reconhecida competência, selo profissional e elevada capacidade técnica, razão pela qual a consideramos plenamente capaz.

Goiânia, 09 de setembro de 1999.

Antônio Baía
Diretor Presidente ADF-GO



RUA 107, N.º 355, Q. F32, L. 47 – SETOR SUL – CEP: 74.085.-060 – F: (0 xx 62) 841-2000
e-mail: rede2000@zaz.com.br




ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

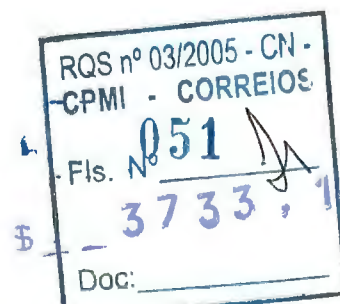
Atestamos para os devidos fins, que a agência **CANNES PUBLICIDADE LTDA.**, sediada à Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, inscrita no CNPJ nº 01.542.307/0001-87, vem desenvolvendo com elevada capacidade técnica campanhas publicitárias, compreendendo os serviços de criação, produção, divulgação através de filmes Vt's, spots, anúncios em jornais, rádio, televisão, outdoor, serviços gráficos em geral, fotolitos, fotografias, artes finais, cartazes, assessoria de imprensa, eventos, relações públicas e marketing.

Outrossim, a agência vem cumprindo todas as exigências, com reconhecida competência, zelo profissional e elevada capacidade técnica, razão pela qual a consideramos plenamente capaz.

Goiânia, 08 de setembro de 1999.


Operadora de Planos de Saúde
Santa Genoveva

4
Av. João Leite nº 489 - Setor S. Genoveva
Tel.: (062) 204-2999 - CEP: 74.670-040 - Goiânia-GO.





2.6.2 – Equipe Técnica Disponível e Permanente, juntamente com os Profissionais de Nível Superior, sendo:

- **Zander Campos da Silva Júnior**
- Diretor de Atendimento e Planejamento com formação em Comunicação Social e Marketing
- **Guilherme Augusto do Valle Siqueira**
- Diretor de Criação, com formação em Comunicação Social e Marketing



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, canpergo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, canhedi@ba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannese@natech.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@natech.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998
CANNES PUBLICIDADE LTDA.

ATIVO**ATIVO CIRCULANTE****DISPONÍVEL**

Caixa.....	R\$		4.014,75 -
------------	-----	--	------------

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

Duplicatas a Receber.....	R\$	189.161,67	
Impostos a Recuperar.....	R\$	19.850,54	
Caução.....	R\$	26.149,75	
Serviços Prestados a Faturar.....	R\$	1.440.189,48	
Banco do Brasil/Ourocap.....	R\$	10.204,79	1.685.556,23

ATIVO PERMANENTE**INVESTIMENTOS**

Ações da Telebrás.....	R\$	5.603,40	
Ações da Telebrás-Ajuste IPC/90.....	R\$	4.286,93	9.890,33

IMOBILIZADO TÉCNICO

Construções.....	R\$	56.328,11	
Construções-Ajuste IPC/90.....	R\$	53.275,43	
Instalações.....	R\$	45.693,95	
Instalações-Ajuste IPC/90.....	R\$	32.869,73	
Máquinas e Equipamentos.....	R\$	179.118,26	
Máquinas e Equip.-Ajuste IPC/90.....	R\$	85.408,48	
Móveis e Utensílios.....	R\$	67.582,49	
Móveis e Utens-Ajuste IPC/90.....	R\$	50.676,80	
Imóveis.....	R\$	1.315.116,87	
Imóveis-Ajuste IPC/90.....	R\$	1.222.270,18	
Veículos.....	R\$	85.746,65	
Veículos-Ajuste IPC/90.....	R\$	35.545,96	
Telex.....	R\$	2.041,34	
Telex-Ajuste IPC/90.....	R\$	2.051,00	
Direito Telefônico.....	R\$	6.477,62	3.240.202,87

DEPRECIACÃO ACUMULADA

Depreciações Acumuladas.....	R\$		(658.515,31)
------------------------------	-----	--	--------------

TOTAL DO ATIVO.....	R\$		4.281.148,87
----------------------------	------------	--	---------------------

/Quatro Milhões, Duzentos e Oitenta e Um Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos/.

Goiânia-Go, 31 de Dezembro de 1998.

[Assinatura]
 Cannes Publicidade Ltda.
 CGC/MF-01.542.307/0001-87

[Assinatura]
 Irany Monteiro de Magalhães
 Téc. Cont. CRC-GO 7.649/4

AUTENTICAÇÃO
 Certifico para os devidos fins de direito que esta fotocópia confere com o original que foi apresentado.

30 SET 1999

4.º OFÍCIO INDIO DO L. A. LIMA
 GOIÂNIA TABELAÇÃO
 GO Rm. 1 - Edif. Páthosson
 Centro Sala 2 - Centro

RQS nº 03/2005 - CII -
 CPMI - CORREIOS

Fls. Nº **053**

3733,1

Doc: _____

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998
CANNES PUBLICIDADE LTDA.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Fornecedores.....	R\$	280.215,45	
Conta /Emprestimos.....	R\$	170.288,72	
Obrigações Sociais Trabalhistas	R\$	69.966,45	
Obrigações Tributárias.....	R\$	63.734,29	
Outras Contas à Pagar.....	R\$	2.747,84	
Imposto de Renda P/Juridica.....	R\$	5.322,95	
Contribuição Social S/Lucro.....	R\$	2.838,91	595.114,61

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Receitas de Exercicios Futuros.....	R\$	1.440.189,48
-------------------------------------	-----	---------------------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social.....	R\$	2.550.000,00	
Reservas de Capital.....	R\$	262.164,16	
Prejuízo Acumulado.....	R\$	(566.319,38)	2.245.844,78

TOTAL DO PASSIVO.....	R\$	4.281.148,87
------------------------------	------------	---------------------

/Quatro Milhões, Duzentos e Oitenta e Um Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos/.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, conforme documentação fornecida a contabilidade no decorrer do período que ora se finda.

Goiânia-Go, 31 de Dezembro de 1998.

Frederick J.
Cannes Publicidade Ltda.
CGC/MF-01.542.307/0001-87

Irany Monteiro de Magalhães
Téc. Cont. CRC-GO 7.649/98





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998.
CANNES PUBLICIDADE LTDA

RECEITAS OPERACIONAIS

Receitas Serviços Prestados-Goiânia.....	R\$	1.678.640,64
Impostos Incidentes.....	R\$	38.270,77
Receita Líquida.....	R\$	1.640.369,87
Custos de Serviços.....	R\$	1.254.591,26
Lucro Bruto.....	R\$	385.778,61

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Administrativas.....	R\$	36.480,52
Despesas C/ Pessoal.....	R\$	248.154,61
Despesas Financeiras.....	R\$	41.311,33
Despesas C/ Depreciações.....	R\$	10.317,09
TOTAL DAS DESPESAS.....	R\$	336.263,55


RECEITAS OPERACIONAIS


Receitas Financeiras.....	R\$	1.179,73
RESULTADO OPERACIONAL.....	R\$	50.694,79

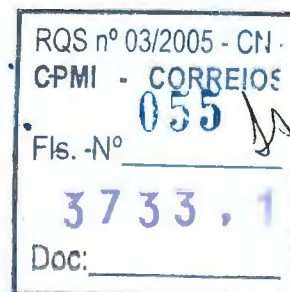
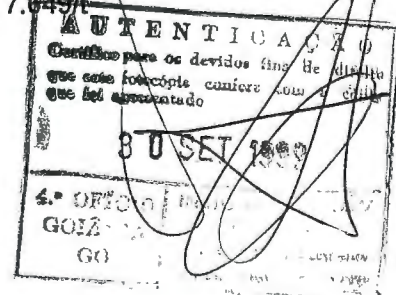
RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Lucro Antes do Cont. Social.....	R\$	50.694,79
Provisão P/Cont. Social.....	R\$	2.838,91
Lucro Antes do Imposto de Renda.....	R\$	47.855,88
Provisão P/Imposto de Renda.....	R\$	5.322,95
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	R\$	42.532,93

Goiânia-Go, 31 de Dezembro de 1998.


Cannes Publicidade Ltda.
CGC/MF-01.542.307/0001-87


Irany Monteiro de Magalhães
Téc. Cont. CRC-GO 7.649/1



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO EM 31/12/1998
CANNES PUBLICIDADE LTDA.

RECEITAS OPERACIONAIS

Receitas Serviços Prestados.....	R\$	5.386.916,24
Impostos Incidentes.....	R\$	130.886,70
Receita Líquida.....	R\$	5.256.029,54
Custos de Serviços.....	R\$	4.181.265,12
Lucro Bruto.....	R\$	1.074.764,42

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Administrativas.....	R\$	152.600,07
Despesas C/Pessoal.....	R\$	763.272,75
Despesas Financeiras.....	R\$	223.932,54
Despesas C/Impostos.....	R\$	6.182,07
Despesas C/Depreciação.....	R\$	54.482,38
Despesas N/Dedutíveis.....	R\$	1.293,48

TOTAL DAS DESPESAS..... R\$ 1.201.763,29

RECEITAS OPERACIONAIS

Receitas Financeiras..... R\$ 5.087,75

RESULTADO OPERACIONAL..... R\$ (121.911,12)

RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

Lucro na Alienação Bens/Ativo..... R\$ 1.200,00

RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Lucro Antes da C.Social.....	R\$	(120.711,12)
Provisão P/C.Social.....	R\$	13.199,22
Lucro Antes do Imp.de Renda.....	R\$	(133.910,34)
Provisão P/Imp.de Renda.....	R\$	24.748,54
Provisão P/Adicional Imp.de Renda.....	R\$	6.950,39

LUCRO DO PERÍODO..... R\$ (165.609,27)

Goiânia-Go, 31 de Dezembro de 1.998.

[Assinatura]
Cannes Publicidade Ltda.
 CGC/MF-01.542.307/0001-87

[Assinatura]
Irany Monteiro de Magalhães
 Téc. Cont. CRC-GO 7.649/1

AUTENTICAÇÃO
 Certifico para os devidos fins de direito
 que esta fotocópia confere com o original
 que foi apresentado

30 SET 1999

4.º OFÍCIO
GOIÂNIA
GO

RQS nº 03/2005 - CN
 -CPMI - CORREIOS
056
 Fls. Nº
3733
 Doc:

SECOF

1002

G
HUBRICA

Pag.: 0554

TERMO DE ENCERRAMENTO

Diário Número 0022

Estas folhas contínuas, numeradas por processamento eletrônico, servirão para registro do Diário Contábil da Firma:

RAZÃO SOCIAL: CANNES PUBLICIDADE LTDA
 ENDEREÇO: Rua 17 - A nº 933 - Setor Aeroporto
 CIDADE: Goiânia - Go.
 CGC NÚMERO: 01.542.307/0001-87
 CAD. ESTADUAL: 10.214.507-5
 REG. JUNTA COM.: 52.20000874-1 - Em 04 de Abril de 1957

Este documento registrou as escriturações contábeis realizadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1998 e consta nas páginas 0001 a 0554.

Goiânia-Go., 31 de dezembro de 1998.

AUTENTICAÇÃO	
Certifico para os devidos fins de direito que esta cópia confere com o original que foi apresentado	
10 AGO 1999	
1º OFÍCIO GOIÂNIA GO	INDIO DO B. A. LIMA TABELIÃO Rua 1 - Edif. Marchionni Centro Sala 2 - Centro

CANNES PUBLICIDADE LTDA
 CGC/MF 01.543.307/0001-87

IRANY MONTEIRO DE MAGALHAES
 Tec. Cont. CRC-Go. 7.649/t

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	057
\$	3733,1
Doc:	



Índices de Liquidez do Balanço de 1998

Liquidez Geral

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{1.689.570,98}{595.114,61} = LG = 2,83$$

Solvência Geral


$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{4.281.148,87}{595.114,61} = SG = 7,19$$

Liquidez Corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{1.689.570,98}{595.114,61} = LC = 2,83$$

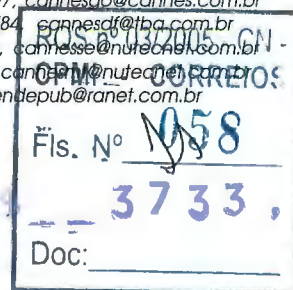

Cannes Publicidade Ltda.
CGC.: 01.542.307/0001-87

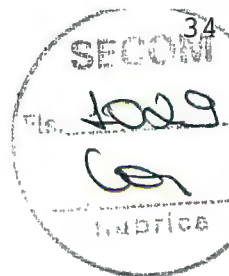

Irany Monteiro de Magalhães
Téc. Cont. CRC-GO 7.649/t



GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 225-0822/0612 Fax: (062) 223-9897-225-6297, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannes@nutech.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannes@nutech.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepub@ranet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





2.5.7 – Certidão Negativa do Cartório de Falência e Concordata

- Certidão Negativa do Cartório distribuidor Cível, comprovando a inexistência de Ação de Falência
- Certidão Narrativa comprovando o andamento do apenso da sustação de protesto do cliente
- Certidão Narrativa comprovando o andamento da Declaratoria
- Certidão Narrativa comprovando o andamento da Reclamatoria
- Certidão Narrativa comprovando o andamento da Monitoria



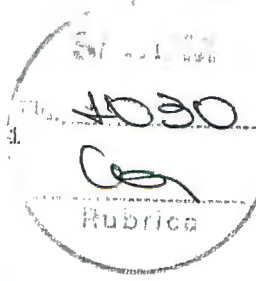
GOIÂNIA: Rua 17-A nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (062) 212-0223/213-2393 Fax: (062) 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (061) 226-5480, Fax: (061) 226-0784, cannesdf@iba.com.br
ARACAJU: Av. Rio Branco nº 186, Sala 221, Ed. Oviedo Teixeira, CEP: 49018-900, Tel. (079) 211-2192, Fax: 211-1988, cannesar@nufecnet.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Gullombo, CEP: 78045-770, Tel.: (065) 322-6636, Fax: (065) 322-6438, cannesmt@nufecnet.com.br
TERESINA: Rua Arlindo Nogueira, nº 500, Norte Centro - 2º Piso, CEP: 64000-290, Telefax: (086) 223-0611, vendepul@nufecnet.com.br

<http://www.cannes.com.br>

RGST 05/2005-11
CPM CORREIOS
Fis. Nº 059
Doc. 3733,1

ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

FL: 1



1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(º) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
CGC : 01.542.307/0001-87

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goias aos vinte e quatro de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (24 / 9 / 1999).

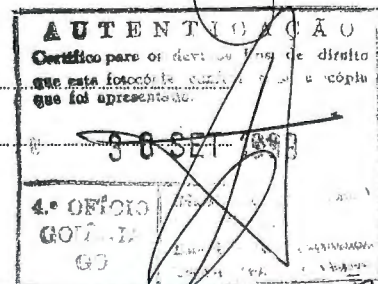
JOAO BATISTA FRANCA
ESCRIVÃO(º) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

MARCELO MARCELO FER
COMPONENTE EPITENTE
COMARCA DE GOIANIA
Cartório de Falências, Concordatas
Insolvência Civil

Bel. João Batista Franco
Titular

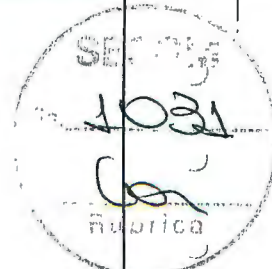
Numero da Guia : 00813840.0
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria... R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA...

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos CONSTAR, CONTRA:

Identificação:

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
Profissão : Pessoa Juridica
Estado Civil :
Sexo : Pessoa Juridica
CPF/CGC : 01.542.307/0001-87
Domicílio : NESTA CAPITAL

A(s) seguintes(s) distribuição(ções) e/ou registro(s) de ação(ões), como segue (m) :

0001) Protocolo : 009800121650
Juízo : 4A VARA CIVEL
Natureza : SUSTACAO DE PROTESTO
Requerente : SETTA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACAO E INFORMATICA
Adv. Autor : ANA LUCIA TEIXEIRA FERNANDES LUCAS
Data Distribuição: 16/02/1998
Valor da Ação : R\$ 100,00

Assinatura

Cont. às Fls. 002



42004998138419

Observação: esta Certidão contém 3 (três) folhas

AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de direito que esta fotocópia confere com a cópia que foi apresentado

30 SET 1999

RQS nº 03/2005 / CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 081

Doc: 3733.1



Fls. 002

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

.....Continuação da Certidão de:
CANNES PUBLICIDADE LTDA

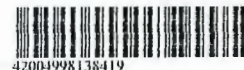
0002) Protocolo : 009800229760
Juízo : 4A VARA CÍVEL
Natureza : DECLARATORIA
Requerente : **SETTA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACAO E INFORMATICA**
Adv. Autor : **RAFAEL AMPARO DE OLIVEIRA**
Data Distribuição: 18/03/1998
Valor da Ação : R\$ 100,00

0003) Protocolo : 009800076565
Juízo : 1A VARA DE ASSISTENCIA JUDICIARIA
Natureza : RECLAMATORIA TRABALHISTA
Requerente : **SEBASTIAO LUIZ PEREIRA**
Adv. Autor : **IVANETE ALVES DO NASCIMENTO**
Data Distribuição: 16/04/1998
Valor da Ação : R\$ 100,00

0004) Protocolo : 009900902009
Juízo : 5A VARA CÍVEL
Natureza : ACAO MONITORIA
Requerente : **TRUE TYPE MAQUINAS E SERVICOS PARA ESCRITORIO LTDA**
Adv. Autor : **ANTONIO FERNANDO DE LACERDA**
Data Distribuição: 12/04/1999
Valor da Ação : R\$ 5.357,10

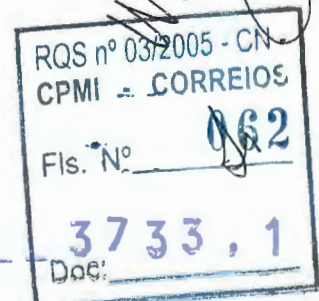


Cont. às Fls. 003



42004998138419

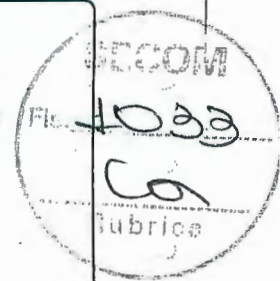
Observação: esta Certidão contém 3 (três) folhas





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

Fls. 003



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

.....Continuação da Certidão de:
CANNES PUBLICIDADE LTDA

Certifica mais que em desfavor de CANNES PUBLICIDADE LTDA, CPF/CGC nº 01.542.307/0001-87, verifiquei inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de Execução Patrimonial, Falência e Concordata, até a presente data.

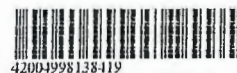
NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás aos vinte e quatro dias do mes de Setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove. (24/09/1999)

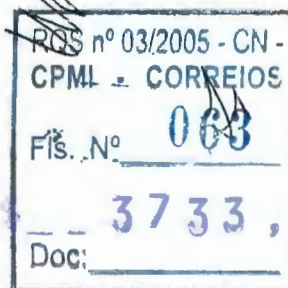
Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão



Valor da certidão.....R\$ 12,83
Valor da Taxa Judiciária.....R\$ 3,52
Total.....R\$ 16,35
Data da Receita.....: 23/09/1999
Taxa Judiciária recolhida através
Da Guia de N.: 813641-9



42004998138419



3733,1

Doc:



4A VARA CIVEL

BEL. JOAQUIM MACHADO,
ESCRIVAO(A) DO(A) 4A VARA
CIVEL DA COMARCA DE GOIANIA,
ESTADO DE GOIAS, NA FORMA DE
LEI, ETC.

CERTIDAO NARRATIVA

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papeis e demais assentamentos, verificou a existencia do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou registro(s) de ação(ões):

Identificação

Requerente : CANNES PUBLICIDADE LTDA
CNC : 01.542.307/0001-87

Domicilio : GOIANIA

Processo

Protocolo : 9800121650
Juizo : 4A VARA CIVEL
Natureza : SUSTACAO DE PROTESTO
Valor da Ação: 100,00
REQUERENTE : SETTA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACAO E INFORMATICA
REQUERIDO : CANNES PUBLICIDADE LTDA
Adv. REQTE : ANA LUCIA TEIXEIRA FERNANDES LUCAS

Certifica mais que, os autos supra mencionados encontram-se suspensos aguardando andamento do apenso.

Nada mais. E o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca do Estado de Goias, aos vinte e nove de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (29 / 9 / 1999).

JOAQUIM MACHADO
ESCRIVAO(A) DO(A) 4A VARA CIVEL

3777641
CONFERENTE



Certidão R\$ 12,83

NAD ABRANGE OS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS






Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás
Goiânia - GO

Atenção da Sra. Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência n.º 001/99-SECOM

TTA-PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA., CGC n.º 37.622.115/0001-28, com sede à Rua 89, n.º 235 – Setor Sul, Goiânia – GO, licitante qualificada, em atenção ao exigido no item 2.4 (Documento de Habilitação) encaminha, a pasta de documentos, conforme índice adiante, exigidos para sua Habilitação ao Certame da Concorrência n.º 001/99-SECOM.

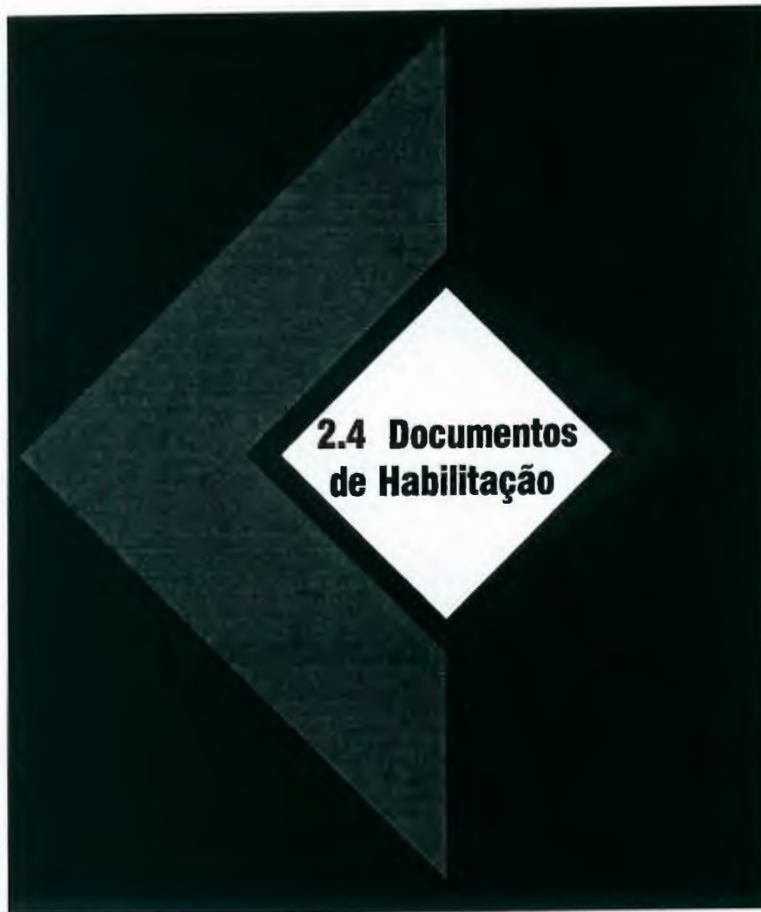
Goiânia, 1º de outubro de 1999.


TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda.
Tarion Araújo da Motta
Diretor



I	Cópias Contrato Social e Alterações – 2.4.1.	(05)
II	Declaração de Instrução de Mandato	(15)
III	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e Cadastro de Atividade Econômica Municipal 2.5	(17)
IV	Certidão Negativa de Débito da Receita Federal	(20)
V	Certidão Negativa de Débito da Fazenda Estadual	(21)
VI	Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipal	(22)
VII	Certidão Negativa da Dívida Ativa da Fazenda Nacional	(23)
VIII	Certidões Negativas da Dívida Ativa 1ª e 2ª Vara Fazenda Municipal	(24)
IX	FGTS - prova de regularidade	(26)
X	CND junto a Seguridade Social	(27)
XI	Balanço Patrimonial 2.5.5.	(29)
XII	Demonstrações de boa situação financeira	(34)
XIII	Certidão Negativa Falência e Concordata	(35)
XIV	Declarações atestando a Qualificação Técnica 2.6	(38)
XV	Comprovação de Quadro Funcional 2.6.2.	(42)

RQS nº 03/2009 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fls. Nº 066
\$ 3733,1
Doc:

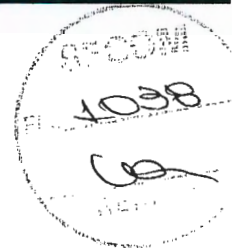


ROS nº 03/2005 - CM
CPML - CORREIOS
Fís. Nº **067**
\$ **3733**
Doc: _____

Handwritten signature



2.4.1 Documentos de Habilitação Jurídica



Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis. Nº	068
Doc:	3733,1

Handwritten mark

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**



TANIOR ARAUJO MOTTA, brasileiro, casado, comerciante, portador de CI/RG nº 115.800 2ª via, e CPF/MF nº 082.997.301-04, Natural de Goiânia/Go. Nascido em 12 de Outubro de 1950, filho de Jose Joaquim Motta e de Marília de Araujo Motta, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Ademar de Barros Qd.21. Lt.17 Vila Maria Luiza.

MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA, brasileira, casada, comerciante, portadora da CI/RG nº 1.160.800 2ª via e CPF/MF nº 147.533.671-34. Natural de Goiânia/Go. Nascida em 11 de Novembro de 1962, filha de Vivaldo José Vieira e de Helia Nunes Vieira, residente e domiciliado nesta Capital à Rua do Calma Qd.85 Lt.17 Prevê Jardim Atlântico.

Têm entre si justo e combinado a constituir uma SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, nos termos do Decreto nº 3708/19 de 10 de janeiro de 1919 e legislação posterior aplicáveis à matéria, cujos atos serão regidos pelos termos adiante transcritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA-A sociedade girará sob a denominação Social de: TAM-PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA. e terá sua sede em Goiânia/Go à Rua 103 nº 319 Setor Sul, a qual dará início em suas atividades em 01 de janeiro de 1993, com duração por tempo indeterminado.

CLAUSULA SEGUNDA-A sociedade terá como objetivos:
A prestação de Serviços de Publicidade, Propaganda e Afins.

CLAUSULA TERCEIRA-O Capital Social é de CR\$ 50.000.000,00 (Cinquenta Milhões de Cruzeiros) dividido em 50.000.000 (Cinquenta Milhões) quotas no valor de CR\$ 1.00 (Hum Cruzeiros) cada uma totalmente integralizada neste ato em moeda corrente Nacional. e assim distribuido entre os Sócios:

TANIOR ARAUJO MOTTA	95%	45.000.000	1,00	45.000.000,00
MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA	5%	5.000,000	1,00	5.000.000,00
T O T A L	100%	50.000,000	1,00	50.000.000,00

CLAUSULA QUARTA-A responsabilidade dos sócios é limitado a importância total do Capital Social conforme Decreto nº 3708/19 de janeiro de 1919.

CLAUSULA QUINTA-A cessão e transferência de quotas do Capital social só poderá ser feita com a concordância expressa do outro sócio este terá direito de preferência para a aquisição, proporcionalmente as quotas que possuir a época na sociedade.

CLAUSULA SEXTA-A administração da Sociedade estará a cargo do sócio TANIOR ARAUJO MOTTA, usando a denominação de direito, que representará a sociedade Ativa e Passivamente, judicial ou extra judicialmente, com pleno poder para administra-la. O uso da denominação social caberá única e exclusivamente ao sócio administrador, que o fará isoladamente.

CLAUSULA SETIMA-O sócio administrador terá uma retirada mensal a titulo de Pro-labore dentro dos limites estabelecido regularmente pela legislação do Imposto de Renda.

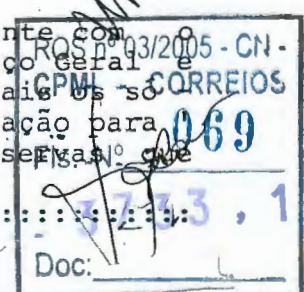
CLAUSULA OITAVA- Pela retirada amigável ou judicial do outro sócio, a empresa não se dissolverá desde que o sócio remanescente concorde em adquirir para a sociedade as quotas do sócio retirante. O preço dessas quotas será calculado com base no ultimo balanço aprovado.

CLAUSULA NONA-também não se dissolverá a sociedade com a morte de qualquer dos sócios, podendo continuar com os herdeiros do "de cujos" representado por um deles e a juízo dos sócios remanescentes. Se decidida sua retirada, os herdeiros, receberão seus haveres em Balanço Especial, apurado até a data do evento, que deverão ser pagos conforme acordo entre as partes e a legislação vigente.

CLAUSULA DECIMA- O exercício social é coincidente com o Ano Civil a 31 de dezembro de cada Ano será levantado o Balanço Geral e respectiva demonstração da conta de resultados com base nos quais os sócios decidirão sobre a distribuição dos lucros ou a sua destinação para aumento do Capital ou ainda para constituição de fundos ou reservas que acharem necessarios.

Continua.....

Doc: 733, 1



continuação....

Os prejuizos apurados serão suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de Capital.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA-Os sócios quotistas declararam sob suas responsabilidades individuais, e às penas da Lei, que não incorrem nas proibições previstas no inciso III do Artigo 38 da Lei Federal nº 4.726 /65 de 13 de julho de 1965, impeditivas de registro deste Instrumento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

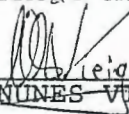
CLAUSULA DECIMA SEGUNDA-As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia para dirimir qualquer dúvidas suscitadas decorrente deste Contrato.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA-Os casos omissos no presente contrato serão regulados pela disposições do Decreto nº 3708 de 10 de janeiro de 1919.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em três vias de igual teor e valor na presença de duas testemunhas que também assinam.


Goiânia/Go 04 de Dezembro de 1992

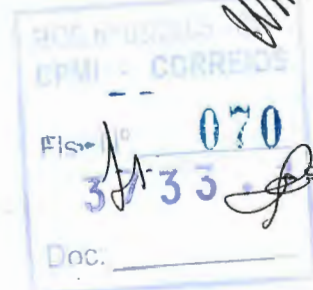

TANIOR ARAUJO MOTTA


MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA

TESTEMUNHA:


BENEDITO PEREIRA DE SOUSA


MARIA JOSE DE OLIVEIRA FERNANDES



SECOM
Fls. 1041
Rubrica
07

**QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
TAM PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA**

TARION ARAÚJO DA MOTTA, brasileiro, casado, publicitário, portador da C.I. nº 346.972/SSP-GO. e C.P.F. nº 117.538.381-34, residente na Rua do Calma, Qd.85, lote 17, Privê Atlântico, Goiânia - Go; **MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA**, brasileira, casada, comerciante, portadora da C.I. nº 1.160.800/SSP-GO. e C.P.F. nº 147.533.671-34, residente na Rua do Calma, Qd.85, lote 17, Privê Atlântico, Goiânia - Go; únicos sócios componentes da firma **TAM PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA**, com sede a Rua 125 nº 142 Qd. F-28, lote 18, Setor Sul, Goiânia - Go, constituída por quotas de responsabilidade limitada, com o contrato social devidamente arquivado na junta comercial do estado de Goiás sob o nº 52201043648, em 16.12.92 e alterações arquivadas sob os nº 52950565814, em 25.08.95; 52970077955, em 13.01.97, 529.8041948.4, em 01.07.98, inscrita no CGC (MF) sob o nº 37.622.115/0001-28, de comum acordo resolvem alterá-lo como se segue:

01 - Nesta data é admitido no sociedade **LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA**, brasileira, menor impúbere, portadora da CI nº 4.247.681, SSP-GO. e C.P.F. nº 706.744.931-68, natural de Goiânia, Goiás, nascida em 23.06.83, filha de **Tarion Araújo da Motta e Morgana Nunes Vieira Motta**, neste ato representada por seu pai, residente na Rua do Calma, Qd. 85, lote 17, Privê Atlântico, Goiânia, Goiás.

02 - O sócio **TARION ARAÚJO DA MOTTA**, retro qualificado, na condição de cedente, cede e transfere, como de fato ora cedido e transferido tem, 100.000 quotas de capital da sociedade, já integralizadas, no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, para a sócia **LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA**, retro qualificada, na condição de cessionária, pelo preço certo e ajustado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

03 - O capital social que é de R\$ 21.160,82 (vinte e hum mil, cento e sessenta reais, oitenta e dois centavos), totalmente integralizado e dividido em 2.116.082 (dois milhões, cento e dezesseis mil, oitenta e duas quotas), no valor nominal de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, passa a ser de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), dividido em 140.000 (cento e quarenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, proveniente de lucros acumulados, estes no valor R\$ 58.839,18 (cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais, dezoito centavos), até o exercício de 1997 e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), subscrito e integralizado pelo sócio **TARION ARAÚJO DA MOTTA**, em moeda corrente do país, no ato da assinatura deste instrumento.

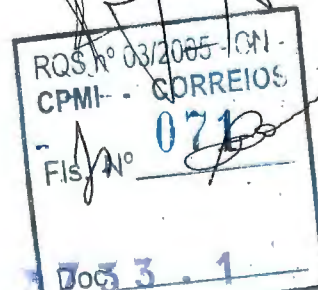
04 - Em razão do aumento de capital, admissão de novo sócio e cessão de quotas ora efetivadas, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

TARION ARAÚJO DAMOTTA	85%	119.000 quotas	R\$119.000,00
MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA	14%	19.600 quotas	R\$ 19.600,00
LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA	1%	1.400 quotas	R\$ 1.400,00
CAPITAL SOCIAL	100%	140.000 quotas	R\$140.000,00

05 - Altera-se e denominação social para **TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA**

06 - Altera-se o endereço da sociedade para Rua 89 nº 235, Qd. F44, Lote 27, Setor Sul, Goiânia, Goiás.

07 - Com as alterações ora efetivadas, consolida-se o **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação:



CONTRATO CONSOLIDADO
DA
TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a denominação social de **TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA**, com sede na Rua 89 nº 235, Qd. F44, Lote 27, Setor Sul, Goiânia, Goiás.

Parágrafo único – A sociedade poderá abrir ou extinguir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, onde for de seu interesse e a juízo da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem por objeto o estudo, concepção, execução e distribuição de peças isoladas e campanhas publicitárias, institucionais e mercadológicas; assessoramento e apoio na execução de ações de assessoria de imprensa, relações públicas, promoção e patrocínios no desenvolvimento de pesquisas de mercado e de opinião e de produtos e serviços, na elaboração e registros de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos de programação visual e na execução de projetos de decoração de stands e dos demais serviços necessários ao atendimento das necessidades de comunicação das empresas.

CLÁUSULA TERCEIRA

A duração da sociedade será por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01 de Janeiro de 1993.

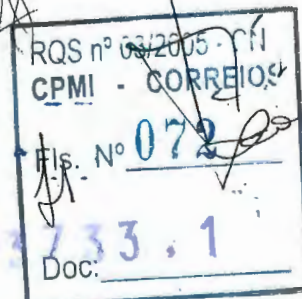
CLÁUSULA QUARTA

A gerência da sociedade e o uso do nome comercial serão exercidos individualmente pelo sócio **TARION ARAÚJO DA MOTTA**, ou em conjunto com a sócia **MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA**, sendo-lhe vedado o uso do nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade.

CLÁUSULA QUINTA

O capital social é de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), dividido em 140.000 (cento e quarenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado com lucros acumulados e em moeda corrente do país, distribuído entre os sócios, assim:

TARION ARAÚJO DA MOTTA	85%	119.000 quotas	R\$119.000,00
MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA	14%	19.600 quotas	R\$ 19.600,00
LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA	1%	1.400 quotas	R\$ 1.400,00
CAPITAL SOCIAL	100%	140.000 quotas	R\$140.000,00



**CLÁUSULA SEXTA**

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos termos do art. 2º, "in fine", do decreto nº 3.708, de 10 de Janeiro de 1919.

CLÁUSULA SÉTIMA

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o prévio consentimento por escrito dos demais sócios, cabendo em igualdade de condições e preço, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, caso algum quotista pretenda ceder as que possui.

CLÁUSULA OITAVA

O falecimento, a interdição, a inabilitação e qualquer outra situação que implique em dissolução da sociedade, permitirão aos sócios remanescentes admitir novos sócios para a continuidade da empresa.

Parágrafo único - No caso de falecimento, os sócios remanescentes incumbir-se-ão de determinar o levantamento de um balanço especial na data do óbito. Os herdeiros do sócio pré-morto serão integrados à sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do falecido.

CLÁUSULA NONA

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão supridas ou resolvidas com base no Decreto nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1919 e outras disposições que lhes forem aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA

O sócio gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, que será levada à conta de despesas gerais da sociedade, de acordo com os limites máximos permitidos pela legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

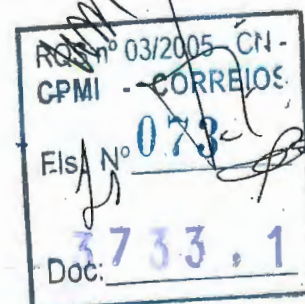
Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As deliberações sociais de qualquer natureza, inclusive para a exclusão de sócio, serão tomadas pelos sócios quotistas que detenham a maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou na restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis.



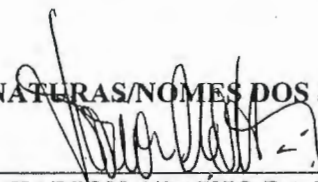
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

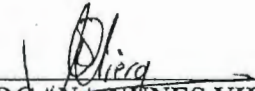
Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, Goiás, para qualquer ação fundada no presente contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

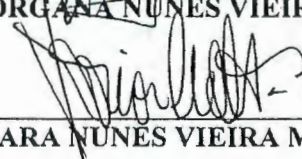
Estando assim, justo e contratados, assinam este instrumento em três (3) vias de igual teor a para o mesmo efeito, perante as testemunhas abaixo.

Goiânia-Go, 30 de Julho de 1998

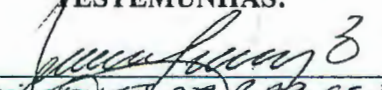
ASSINATURAS/NOMES DOS SÓCIOS

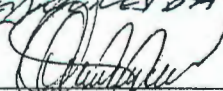
Ass. : 
Nome : **TARION ARAÚJO DA MOTTA**

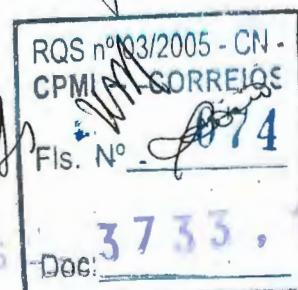
Ass. : 
Nome : **MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA**

Ass. : 
Nome : **LARA NUNES VIEIRA MOTTA**

TESTEMUNHAS:

Ass. : 
Nome : **LUIZ CARLOS GOMES DA SILVA - AR. CE. 2544661-58160**

Ass. : 
Nome : **SEBASTIÃO CAPUCHO ARAGÃO - CI 0202955SRM.T.**



CÉDULA DE IDENTIDADE



TOLEGA DIREITO

João Paulo da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CAM DA MOURA DO ENAM

1045

Rubrica

16 de Maio

11

Cartório do Registro Civil
Rua 7 n.º 389 - Centro
Fone: 225-2466 - Goiânia-GO

14 SET. 1999

AUTENTICAÇÃO
Confere com o Original

Edmundo de F. Oliveira
SUB-Oficial

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

João Paulo da Silva

16 de Maio

11

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS


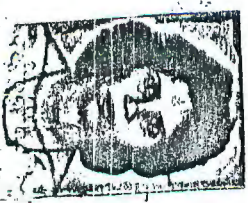
Fls. Nº **075**

3733.1

Doc:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Morgana Nunes Vieira Motta
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL Nº 1.160.800 2ª via DATA DE EMISSÃO 08-set-1987

NOME MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA

FILIAL Vivaldo José Vieira
Hélia Nunes Vieira

Goiânia-GO 11-nov-1962 DATA DE NASCIMENTO

NATURALIDADE

C.Cas. nº 1.897 fls. 150 L.b-05 aux
Goiânia-GO, 10-dez-1982*

CPF 147.533.671-34

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.117 DE 29-08-83

12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-FISCAIS - CILE

DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

147.533.671-34

NOME COMPLETO
MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA

NASCIMENTO
11/11/62

ASSINATURA
Morgana Nunes Vieira Motta

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ORIGEM

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE TANTO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E
DE USO DIFERENCIADO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL.

CONTINÚO DO ANTEIO (MISSÃO)

11001/9373

07 / 01 / 88

D.R.F.-GOIÂNIA-GO

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

PROVAÇÃO PELA INSCRIÇÃO REGIME - 154-DE-SIF

Carlos Alberto dos Santos
MAT. 0100120-8

PRIMEIRO
REGISTRO CIVIL
Rua 7 nº. 337 Centro
Fones 222-2027

01 JUN 1988

- GOIÂNIA -

Alano Rodrigues
de Oliveira - Titular

Dorival R. de Oliveira
Yanuz R. de Oliveira

Jonas R. de Oliveira
Ira Conceição de A. Oliveira

CONFIRMAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

Cartório da 3.ª Circunscrição
REGISTRO CIVIL
Rua 7 nº. 389 - Centro
Goiânia - GO

14 SET 1988

A presente fotocópia é
reprodução fiel do documento
que me foi apresentada.

Edirlei de A. Oliveira
SUB-OFICIAL

RQS nº 03/2006 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 076

Doc. 5753-1

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4247681 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/JUL/1998

NOME LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA

FILIAÇÃO TARION ARAUJO DA MOTTA
MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA

GOIANIA-GO DATA DE NASCIMENTO 23/JUN/1983

DOC ORIGEM C.NAS. 40163 FLS. 204V L. A-35
CRC-GOIANIA-GO-3-ZONA EM 05/07/1983

CPF 20053355

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

13

CARTEIRA DE IDENTIDADE

11 06 1988

ASSINATURA DO TITULAR

Cartório da 3.ª Circunscrição

REGISTRO CIVIL

Rua 7 n.º 389 Centro

Goiânia GO

14 SET 1999

presente fotocópia e reprodução fiel do documento que me foi apresentada.

Eduardo de A. Oliveira

SUB-OFICIAL

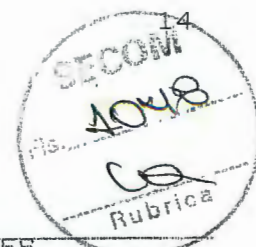
RQS nº 03/2005 - CTI -

CPMH - CORREIOS

Fls. nº 077

\$ 3735,1

Doc:



CPF-CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)
SRF

USUARIO: ALVES
10/08/1998 16:36

NI-CPF : 706.744.931/68 ATIVO NAO CIAT RECADASTRADO INSCRICAO: 10/08/1998
NOME : LARA NUNES VIEIRA DA MOTTA
DT NASC: 23/06/1983 SEXO: F AND DO OBITO :
MAE : MORGANA NUNES VIEIRA MOTTA
ESTRANGEIRO: N VISTO: TIT. ELEITOR :

ENDER. : RUA DO CALMA, 017, QUADRA 085
74001-970 - PRIVE ATLANTICO, GOIANIA
DDD : 0062 TELEFONE: 8464148
EMAIL :

FAX: COD. MUN.: 9373 GO

REDFR - GO 10/08/98
CARTORIO CANDIDO DE OLIVEIRA
T.b. Via. Dr. Joviano S. C. de Oliveira
5° OFFICIN. GOIANIA

PROXIMO NI-CPF: /

75A
VOLTA PF2 MENU PF3 FIM
HISTORICO PF9 2A. VIA

DADOS CADASTRAIS
PF4 DADOS FISCAIS
PF11 ISENTOS

CARTORIO CANDIDO DE OLIVEIRA
T.b. Via. Dr. Joviano S. C. de Oliveira
5° OFFICIN. GOIANIA
10-AGO-1998
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento (Doc. Lei nº 140 de 14 de Abril de 1940).

Cartório da 3.ª Circunscrição
REGISTRO CIVIL
Rua 7 n.º 389 - Centro
Goiânia - GO
14 SET 1999
presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentada.

Doc nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS
Fls. Nº
Doc: 735-1

1050

Ca



2.5 Documentos de Regularidade Fiscal

[Handwritten signature]

✓

✓

✓

✓

RQS - 05 - CN -
CPMI - CORREIOS
R\$ No 079
333,1
Doc. *[Handwritten signature]*

Senhor Contribuinte,

Este Cartão substitui o cartão CGC. Confira os seus dados e, se houver qualquer divergência, dirija-se à Unidade Administrativa da SRF de sua jurisdição para as alterações necessárias.

Por ocasião da emissão do Cartão CNPJ foram constatadas as pendências discriminadas abaixo, cuja não regularização dentro do prazo de 60 dias, contados a partir da data de referência, ensejará sua inclusão em programa específico de fiscalização da SRF.

Pendências Relativas
AO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

O detalhamento das pendências e orientações para regularização estão à sua disposição no site da Secretaria da Receita Federal, na INTERNET, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, item PAR - Programa de Auto-regularização de Situação Fiscal - Extrato.

Número do Extrato: 015.202.746-23

Atenção: O número acima será utilizado na consulta das pendências e no Programa de Auto-regularização de Situação Fiscal - PAR.

Data de Referência: 07/06/1999

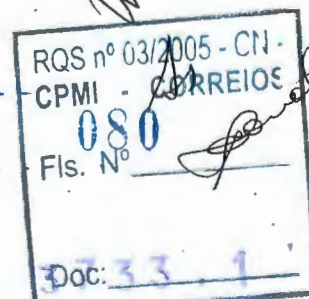
00050914

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

 <h2 style="text-align: center;">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</h2> <h3 style="text-align: center;">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ</h3>				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.622.115/0001-28	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 22/12/1992	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.40-3-01 - Agências de publicidade e propaganda				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA				
LOGRADOURO RUA 89	NÚMERO 235	COMPLEMENTO QD.F-44 LOTE 27		
CEP 74093-140	BAIRRO/DISTRITO SETOR SUL	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO	
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 062-2815151/COR ELET: 0				
CPF DO RESPONSÁVEL 147.533.671-34	SITUAÇÃO ESPECIAL			

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL





VALIDADE 01/09/2001

INSCRIÇÃO CADASTRAL

087.893/6

NOME OU RAZÃO SOCIAL		DENOMINAÇÃO - LOCAL DAS ATIVIDADES		NOME DE FANTASIA	
ITA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA		ITA PROPAGANDA			
LOGRADOURO E NÚMERO		QUADRA	LOTIC	COMPLEMENTO	BAIRRO
RUA 89		235	F-44	27	SETOR SUL
INFORMAÇÕES GERAIS					
DATA ABERTURA	MICRO EMPRESA	ESC. CONTÁBIL	Nº CERT. INSCRIÇÃO	DATA ÚLTIMO EVENTO	SUJEITO A ESTIMAT
1/01/1993	NAO	SIM	3.313/1995	21/08/1999	
NATUREZA	ISENT. MUN.	OT. VENC. ISEN.	TRIBUTOS A PAGAR	ORIGEM	SITUAÇÃO CADASTRO
ALTERAÇÃO			TX/ISS/TS	CONTRIBUINTE	ATIVO
IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA					
C.G.C.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO JUCEG	INSC. CART. T. DOC	Nº SOC	Nº EMP
37.622.115/0001.28		52980476577		3	10
NATUREZA JURÍDICA	SOCIEDADE CIVIL		PROF. ASSAL. NA CATEGORIA		QUANT. LOCAS EXERCE ATIVID.
EMPRESA LIMITADA	PROFISSIONAIS LIBERAIS				
IDENTIFICAÇÃO - PESSOA FÍSICA					
C.P.F.	DATA NASCIMENTO	Nº DOC. IDENTIDADE	ORGAO EXP	REG. ORGAO CLASSE	SIGLA DO ORGAO
ATIVIDADES EXECUTADAS					
PRIMEIRA	SEGUNDA	TERCEIRA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
101.102-2					
PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA					
NOME		C.P.F.	NÚMERO IDENTIDADE		
MARION ARAUJO DA MOTTA		117.538.381-34			
ENDEREÇO		INSCRIÇÃO NO C.A.E.			
AVE T4 NR. 803 AP 100 SETOR BUENO					



ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS				ORGÃO RECEBEDOR	
SIGNATURA				Prefeitura de Goiânia	
DATA				Secretaria de Finanças	
DATA ÚLT. ALT.				Núcleo de Cadastro	
DATA BAIXA				Go 02/09/99	
Nº PROCESSO					
1					

08/1999 CORRIGIU NUMR. EMPREGADOS

SEJA JUSTO, PAGUE SEUS TRIBUTOS

18

1052

18

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
DIRETORIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

ALVARA DE LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO N.: 03895/1999 - SEDEM

Tendo em vista o cumprimento das exigencias doCodigo de Posturas de Goiania, conforme Termo de Vistoria Fiscal, exarado no Processo N. 14668012 e concedido o presente Alvara de Localizacao e Funcionamento a:

Razao Social : TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING

LTDA

Endereco : RUA B9 N. 235

BD. F44 LT. 27

Setor : SETOR SUL

Denominacao : TTA PROPAGANDA

Atividades : PRESTACIONAL

Raza : PROPAGANDA E PUBLICIDADE

Area do Estabelecimento em m2 : 350,00 Certif. de Aprov. do Corpo de Bombeiros: 007101/98 Alvara Sanitario No.: .

Horario de Funcionamento: Dias Uteis: 08:00 as 18:00 Sabados: 08:00 as 13:00 Domingos: as Feriados: as

Observacoes: O USO DO SELO ADMITE NO LOCAL SOMENTE O ESCRITORIO.....

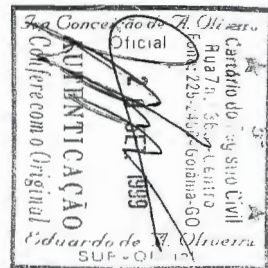
Idamar Alves
Secretaria

Nelson Lúcia de Oliveira
Diretor de Industria e Comercio

Goiania, 20 de Setembro de 1999.

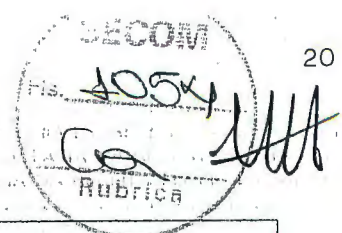
Obrigatorio o atendimento das exigencias do Decreto 162/99, quanto, conservacao e manutencao de equipamentos, lineiras, sanitarios publicos, bancos de rua, telefones publicos e outros a criterio do Municipio. O seu descumprimento, implicara na aplicacao das penalidades previstas nos Codigos de Postura e Tributario.

Este Alvara devera permanecer no estabelecimento em local visivel.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



20

Nº.: E 2.929.591

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 37.622.115/0001-28
TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
RUA 89 235 QD.F-44 LOTE 27 SETOR SUL
CEP: 74083-140 GOIANIA GO

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
DE 1966, (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-
FERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
CADO SOMENTE DÉBITOS EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
NA CONDIÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

PARCELAMENTO DE DÉBITO:
COFINS, PIS/PASEP

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DO CON-
TRIBUINTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL; NÃO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INSCRITOS EM
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATÉ 01/03/2000 - EMITIDA EM 01/09/1999

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO.

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO ASSINATURA

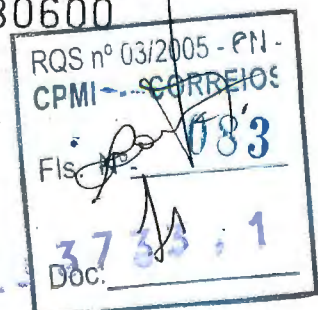
MF - DRF-GO

Olavo Marsura Rosa
TTN - Matr. 1.473.875
Atib. de Competência
Portaria nº 113/98 de 05.08.98



Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

A0030600



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DIVIDA ATIVA



DATA: 28/09/99
HORA: 10:38:21

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0155880

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

ENDERECO COMPLETO
GOIANIA

CIDADE
GOIANIA

UF
GO

CGC
37622115/0001-28

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

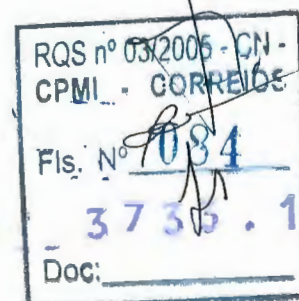
ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 28 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIDOR

MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/96-GSF

CEI-SEFAZ TID= 1319 DATA: 28/09/99 HORA: 10:38 MATRIZ= 28287 FAIXOTOS



NO. DA CERTIDÃO: 169.171-7

17:34 09/09/99 075942 PM SECRETARIA FINANÇAS AG. CENTRO
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS DECLARADOS (ISSQN, TAXAS E MULTAS)
FINALIDADE: LICITAÇÃO PÚBLICA
INTERESSE: ECONÔMICO

INSCRIÇÃO: 087.893-6 TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LT
ENDEREÇO: RUA 89 235 QD: F-44 LT: 27
SETOR: SETOR SUL
CPF/CGC: 37.622.115/0001-28
ATIVIDADE: PRESTACIONAL
INIC.ATIV.: 01/01/1993

CERTIFICAMOS QUE NESTA DATA NÃO CONSTA DÉBITO AMIGÁVEL OU
AJUIZADO REFERENTE A IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA,
TAXAS E MULTAS EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR
POSTERIORMENTE DÉBITOS CONSTATADOS INCLUSIVE, NO PERÍODO DESTA
CERTIDÃO.

GOIANIA(GO), 9 DE SETEMBRO DE 1999

RESP. P/ CERTIDÃO: 448931 WALQUIRIA MOREIRA ALCANTARA SILVA
VALIDADE CERTIDÃO: 30 (TRINTA) DIAS





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - GOIÁS

REQUERIMENTO Nº 12500/99

CERTIDÃO Nº 15189/99

Fls. 1053

Procuria

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF

37.622.115/0001-28

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO

ACIMA INDICADO; E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE

VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS

DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE

NÃO EXISTIR *****

EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA

CERTIDÃO NEGATIVA, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

BOIANA, 13 DE SETEMBRO DE 1999

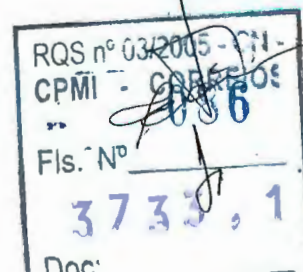
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Deusmar José Rodrigues
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
OAB-GO 14205

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 6 MESES.
ART. 35, DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0399001330352



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

FL: *LM*

1A FAZENDA MUNICIPAL

BEL. MARCIO ALENCASTRO VEIGA.
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA
MUNICIPAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDAO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
CGL : 37.622.115/0001-28

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar, de que se reporta e da té.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás aos vinte e nove de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (29 / 9 / 1999)

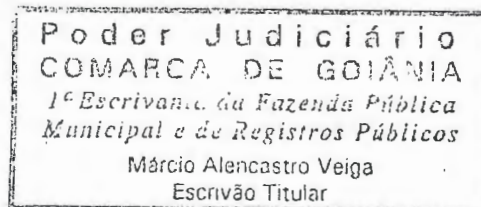


MARCIO ALENCASTRO VEIGA
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA MUNICIPAL

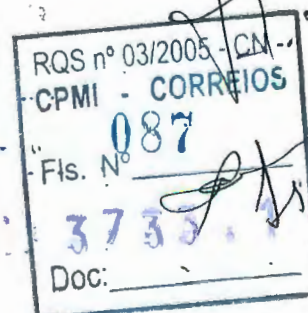
LUCIANA
CONFERENTE

MARIA ETER
EMITENTE

Numero da Guia : 00817479.2
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 29/09/1999



NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS





PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª ESCRIVANIA DA FAZENDA
PÚBLICA MUNICIPAL E DE REGISTROS PÚBLICOS

CERTIDÃO

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal
e Reg. Públicos
Eunice de Castro Machado
ESCRIVÃ TITULAR
Eduardo de Castro Alves Machado
ESCRIVÃO SUBSTITUTO

EUNICE DE CASTRO MACHADO, Escrivã da
2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal
e de Registros Públicos, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada,
que revendo os processos de execução fiscal em andamento na 2ª Escrivania da Fazenda
Pública Municipal e de Registros Públicos, não encontrou qualquer um em que figure como devedor
ITA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA. x x x x x x x x x x x x x x x x
CGC 37.622.115/0001-28. x
e credora a Fazenda Pública Municipal, x
x
x x

É o que foi pedido se certificasse, do que se dá fé. DADA e passada nesta cidade de Goiânia,
Capital do Estado de Goiás, aos vinte e nove (29) dias do mês
de setembro (09) do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999).
Eu, Eunice de Castro Machado, Escrivã da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos, que
a lavrei, subscrevi e assino.

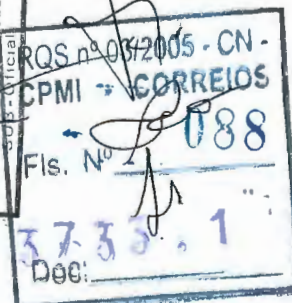
Valor da Certidão : R\$ 12,83
Valor da Taxa Judiciária : R\$ 3,52
Total : R\$ 16,35
Data da Receita : 29/09/1999

Goiânia, 29 de setembro de 1999

Eunice de Castro Machado
Rubrica da Autoridade Expedidora

Eunice de Castro Machado
Escrivã

A taxa Judiciária será recolhida através da GRS nº 817460-6



CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

Inscrição

37.622.115/0001-28

Endereço

RUA 89, 235 / QD F-44 LT 27

SETOR SUL 74093-140

GOIANIA GO

Validade

25/Março/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

GOIANIA, 27 de Setembro de 1999.

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

Cristina A. Costa de Souza Rodrigues
Mat. 016.801-5
Gerente

00047606-9

Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.033-6 v01



CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 142181999-08601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 37.622.115/0001-28
NOME: TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
ENDERECO: RUA 89 N 235 QD F-44 LT 27
BAIRRO OU DISTRITO: SETOR SUL
MUNICIPIO: GOIANIA
ESTADO: GO
CEP: 74093-140

FINALIDADE DA CERTIDAO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

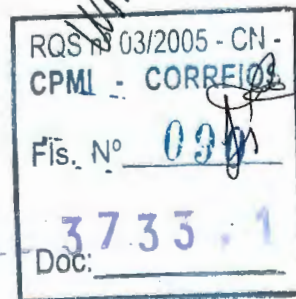
E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

LIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 01 DE SETEMBRO DE 1999.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.





**2.5.5 Documentos de Qualificação
Econômico-financeira**

2062
la

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº **091**
Doc. **3733,1**

[Handwritten signature]



Fl.001

TERMO DE ABERTURA
JANEIRO À DEZEMBRO DE 1.998

ESTAS FOLHAS CONTÍNUAS NUMERADAS POR PROCESSAMENTO
ELETRÔNICO SERVIRÃO DE REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO CONTÁBIL Nº. 06 DA
FIRMA:

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

RUA 89 Nº. 235 – SETOR SUL

GOIÂNIA – GO.

CGC(MF): 37.622.115/0001-28

CADASTRO MUNICIPAL : 87.893-6

REG. JUNTA COMERCIAL : 52201043648 em 16.12.92

ESTE DOCUMENTO REGISTRARÁ AS ESCRITURACÕES CONTÁBEIS
REALIZADAS NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 1.998 A 31 DE DEZEMBRO DE
1.998 E CONSTA DAS PÁGINAS ELETRONICAMENTE DE 001 À 427.



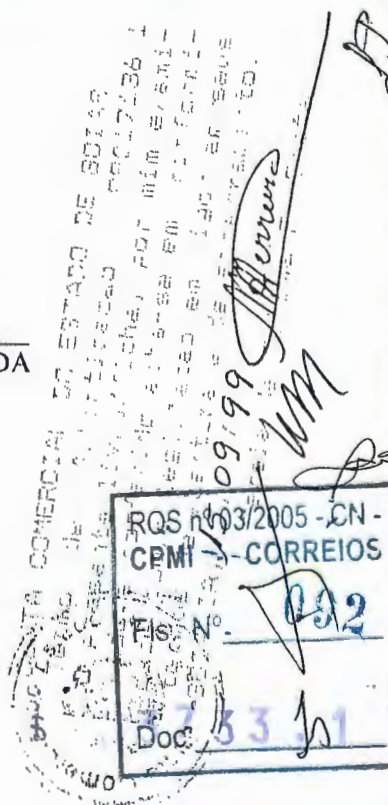
GOIÂNIA-GO, 01 DE JANEIRO DE 1.998

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

Edson da Silva Júnior
Edson da Silva Júnior
CRC: GO 7.602

Lucilei Nunes da Paz
LUCILEI NUNES DA PAZ – C.R.C. 2735/5

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
CERTEFICADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
EDSON DA SILVA JÚNIOR
RUA R-17, N. 172
CRCGO: GO-007502/0-1 CPF: 302.448.701-87
CEP: 74125-170 - GOIÂNIA - GO
É VÁLIDO EXCLUSIVAMENTE PARA O PROFISSIONAL OU



TTA
AGANDA

Rua 89 nº 235, esq. c/ 89-B, Setor Sul
Fone: (062) 281-5151
Fax: (062) 281-5793
CEP 74.083-140 - Goiânia - GO
tta@persogo.com.br

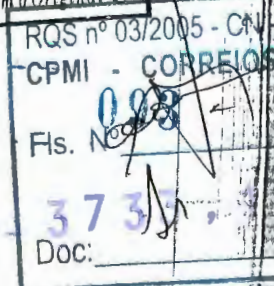
Fl.424

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998
(EM R\$ 1,00)

	1.997	1.998
ATIVO		
CIRCULANTE	352.979,01	201.510,76
DISPONIVEL	62.244,14	14.414,39
CAIXA	10.739,06	13.152,60
BANCOS C/MOVIMENTOS	44.943,45	459,77
APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.914,10	638,78
CONTA CAUÇÃO	1.647,53	163,24
CRÉDITOS	290.734,87	187.096,37
CLIENTES	281.519,96	54.781,93
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.002,13	470,13
ADIANTAMENTOS	7.212,78	26.160,02
OUTROS CRÉDITOS	-	105.684,29
PERMANENTE	50.943,25	74.318,16
IMOBILIZADO TÉCNICO	60.830,33	90.580,05
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-9.887,08	-16.261,89
TOTAL DO ATIVO	403.922,26	275.828,92

TTA Propaganda e Assessoria
de Marketing Ltda.

Lucilei Nunes da Paz
CPF 307.678.502-78
CRC-GO 2735/P-5





TTA
PROPAGANDA

Rua 89 nº 235, esq. c/ 89-B, Setor Sul
Fone: (062) 281-5151
Fax: (062) 281-5793
CEP 74.083-140 - Goiânia - GO
tta@persogo.com.br

Fl.425

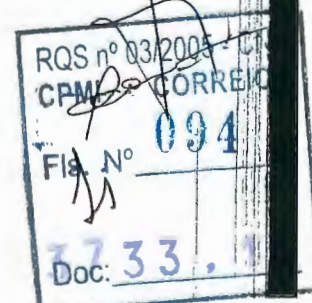
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998
(EM R\$ 1,00)

	1.997	1.998
PASSIVO		
CIRCULANTE	294.122,92	82.617,46
FORNECEDORES	209.630,20	16.448,78
CONTA GARANTIDA	-	3.272,16
OBRIGAÇÕES FISCAIS	7.689,21	15.700,88
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	8.092,13	6.362,01
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	16.793,51	13.571,36
OUTRAS OBRIGAÇÕES	37.928,64	846,40
PROVISÕES TRABALHISTAS	-	12.940,02
PARCELAMENTOS	13.989,23	13.475,85
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	26.880,07	21.564,42
PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS	26.880,07	21.564,42
PATRIMONIO LÍQUIDO	82.919,27	171.647,04
CAPITAL SOCIAL	21.160,82	140.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	21.160,82	140.000,00
LUCROS ACUMULADOS	61.758,45	31.647,04
LUCROS ACUMULADOS	61.758,45	31.647,04
TOTAL DO PASSIVO	403.922,26	275.828,92

TTA Propaganda e Assessoria
de Marketing Ltda.



Lucilei Nunes da Paz
CPF 307.698.502-78
CRC-GO 2735/P-5



426.

TTA
OPAGANDA

Rua 89 n° 235, esq. c/ 89-B, Setor Sul
Fone: (062) 281-5151
Fax: (062) 281-5793
CEP 74.083-140 - Goiânia - GO
tta@persogo.com.br

Fl.426

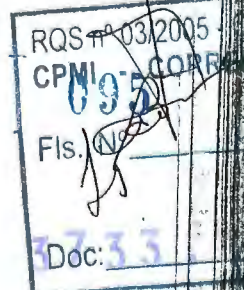
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998

	1.997	1.998
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.204.078,56	1.348.755,63
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	334.446,47	264.401,52
LUCRO BRUTO	869.632,09	1.084.354,11
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	758.971,76	952.431,70
DESPESAS COM PESSOAL	227.911,01	352.903,97
DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	99.474,49	97.693,29
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	283.419,21	349.738,40
DESPESAS FINANCEIRAS	30.983,06	32.720,25
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	117.146,56	117.565,85
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	37,43	1.809,94
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.379,00	8.336,33
RECEITAS FINANCEIRAS	3.931,26	3.896,52
OUTRAS RECEITAS	2.447,74	4.439,81
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	972,82
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	972,82
LUCRO ANTES DA CONT.SOCIAL S/LUCRO	117.039,33	141.231,56
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO	-8.670,34	-12.154,45
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	108.368,99	129.077,11
(-) IMPOSTO DE RENDA (IRPJ)	-15.764,36	-22.789,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	92.604,63	106.287,51

TTA Propaganda e Assessoria
de Marketing Ltda.



Leidei Nunes da Vaz
CPF 307.698.502-78
CRC-GO 2735/P-5



1062

Rubrica

Fl.427

TERMO DE ENCERRAMENTO
JANEIRO À DEZEMBRO DE 1.998

ESTAS FOLHAS CONTÍNUAS NUMERADAS POR PROCESSAMENTO
ELETRÔNICO SERVIRAM DE REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO CONTÁBIL Nº. 06
DA FIRMA:

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

RUA 89 Nº. 235 – SETOR SUL

GOIÂNIA – GO.

CGC(MF): 37.622.115/0001-28

CADASTRO MUNICIPAL: 87.893-6

REG. JUNTA COMERCIAL: 52201043648 em 16.12.92.

ESTE DOCUMENTO REGISTROU AS ESCRITURAÇÕES CONTÁBEIS
REALIZADAS NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 1.998 A 31 DE DEZEMBRO
DE 1.998 E CONSTA DAS PÁGINAS ELETRONICAMENTE NUMERADAS DE 001 À
427.

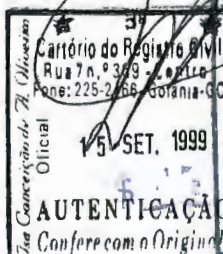
GOIÂNIA-GO. 31 DE DEZEMBRO DE 1.998.

TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA



Lucilei Nunes da Paz
Lucilei Nunes da Paz
CGC-GO 7.502

Lucilei Nunes da Paz
LUCILEI NUNES DA PAZ – C.R.C. 2735/5



ÍNDICE FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL 1998.

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} = \frac{201.510,76}{104.181,88} \quad \text{LG} = 1,93$$

$$\text{SG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}} = \frac{275.828,92}{104.181,88} \quad \text{SG} = 2,64$$

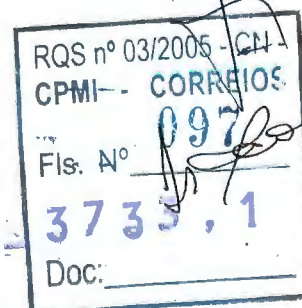
$$\text{LC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \frac{201.510,76}{82.617,46} \quad \text{LC} = 2,43$$

LG= LIQUIDEZ GERAL
SG= SOLVÊNCIA GERAL
LC= LIQUIDEZ CORRENTE

Goiânia, 31 de Dezembro de 1998.

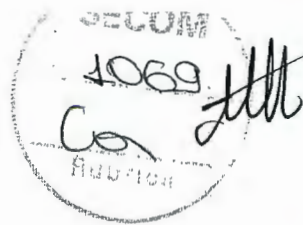
[Assinatura]
TTA Propaganda e Assessoria
de Marketing Ltda.

[Assinatura]
Lafael Nunes da Paz
CPF 307.698.502-78
CRC-GO 2735/P-5





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



35

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos INEXISTIR, CONTRA:

Identificação:

Requerente : TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
Profissão : Pessoa Jurídica
Estado Civil :
Sexo : Pessoa Jurídica
CPF/CGC : 37.622.115/0001-28
Domicílio : NESTA CAPITAL

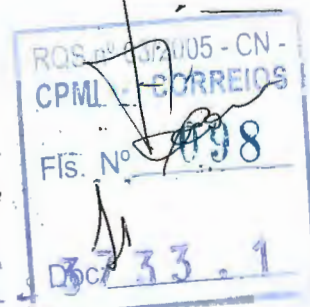
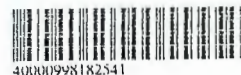
Quaisquer distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de Execução Patrimonial, Falência e Concordata, NADA, até a presente data.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, aos trinta dias do mês de Setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove. (30/09/1999)

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....R\$ 12,83
Valor da Taxa Judiciária.....R\$ 3,52
Total.....R\$ 16,35
Data da Receita..... 30/09/1999
Taxa Judiciária recolhida através
da Guia de n.: 818254-1



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

FL. 1

36
SECOM

10970

ca

Rubrica

1ª VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL
COMARCA DE GOIANIA

Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil

Bel. João Batista França
Titular

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1ª VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : TTA PROPAGANDA E ASSOSSORIA DE MARKETING LTDA
CGC : 37.622.115/0001-28

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos treze de setembro de um mil e novecentos e no-
venta e nove. (13 / 9 / 1999).

JOAO BATISTA FRANCA

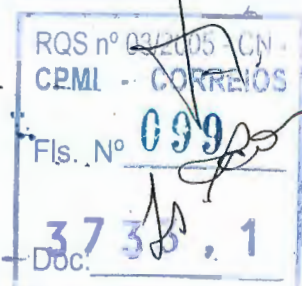
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1ª VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

RENATA
CONFERENTE

PITAGORAS
EMITENTE

Numero da Guia : 00804877.0
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria... R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



RECIBO
1031
Ca
Rubrica

TTA

2.6 Documentos de Qualificação Técnica

x

ff
bt

✓

MM
Zan

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 100
\$ 3733,1
Doc:



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

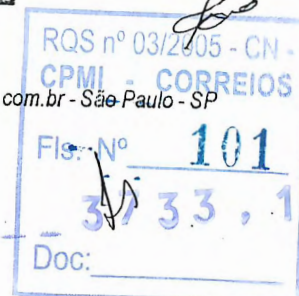
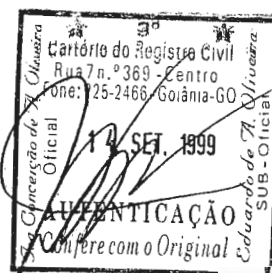
[Handwritten signature]
1999
[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de licitação, que a TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda. é nossa associada desde 28 de julho de 1997, sob o número de inscrição 353, encontra-se plenamente quite com suas obrigações sociais.

São Paulo, 18 de agosto de 1999.

[Handwritten signature]
Dedro Volnerio
Diretor Executivo



1093

Rubric

ROQ 03/2003 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 102
3753,1
Doc: _____



ASSOCIAÇÃO GOLANA de DROGARIAS da REDE da ECONOMIA



ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os fins que se fizerem necessários que a TTA Propaganda e Assessoria de marketing Ltda., possui qualificação técnica amplamente demonstrada e comprovada no estudo, planejamento, criação, produção, veiculação e distribuição publicitária, bem como no controle dos serviços de divulgação e publicidade em nossas campanhas promocionais, tendo demonstrado responsabilidade e profissionalismo em todas as atividades e momentos.

Goiânia, 20 de setembro de 1999.

Associação Goiana das Drogarias da Rede da Economia

CGC 01.635.825/0001-45

Av. Assis Chateaubriand n.º 2030, 2º Andar, conj. 4 St. Oscar Mesquita
CEP.: 74130-012
Fone (062) 285-8027

CEP.: 74130-012

Font (062) 285-8027



103
 CML - GORDON
 FIS. Nº 103
 3753, 1
 Doc:

3753. 1

Doc



[Handwritten signature]

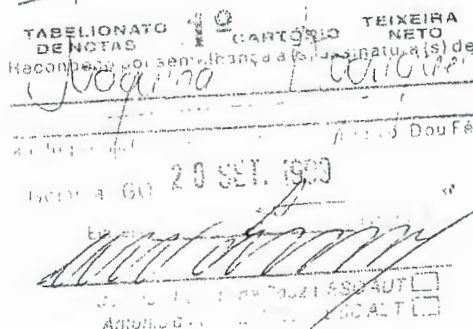
ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os fins que se fizerem necessários que a TTA Propaganda e Assessoria de marketing Ltda., possui qualificação técnica amplamente demonstrada e comprovada no estudo, planejamento, criação, produção, veiculação e distribuição publicitária, bem como no controle dos serviços de divulgação e publicidade em nossas campanhas promocionais, tendo demonstrado responsabilidade e profissionalismo em todas as atividades e momentos.

Goiânia, 20 de setembro de 1999.

[Handwritten signature]
 Joaquina Rodrigues
 Gerente Adm/Financ.
 Politec Ltda.

CGC 01.645.738/0001-79



Av. República do Líbano, 338, S. Aeroporto
 GOIÂNIA - GO, BRASIL
 Tel. (062) 242.6345 Fax (062) 242.6345
 CEP 74.075-000



TERMO DE ABERTURA

◇◇◇◇◇◇

Tam. Prop. Anvers. de Marketing Ltda
estabelecido ou domiciliado à *Rua 103*
n.º *319*, nesta cidade, com o negócio de
Propaganda e Consultoria Marketing
inscrito no I.N.P.S. sob n.º *37.622.115/0001-28*
registra o presente livro, n.º *01* com *50* folhas numeradas
tipograficamente de n.º *01 (um)* a *Cinquenta (50)* no
D.R.T
SERVIÇO DE EMPREGO DA DRT LOCAL OU ÓRGÃO AUTORIZADO
em cumprimento ao disposto nos artigos 41 e 42 da C.L.T., declarando
outrossim, que foi apresentada, na oportunidade, como prova de numera-
ção anterior, o livro N.º _____

Goiania, *14 de Agosto* de 19*93*.

(Assinatura do Empregador)

OBS.: Modelo de acordo com a Portaria N.º 195 de 10/5/68.

D. O. 15/5/68

LIVRO REGISTRO DE EMPREGADOR

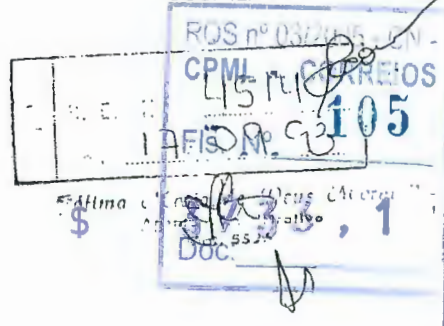


Apresentado, nesta data, para au-
tenticação, o L.R.E. N.º *02*

Go - 19-09-97
Yvênia Maria de Oliveira
M.O. 0243.411

tilibra

50 FOLHAS
CÓD. 12.126



REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

Cor.....
Cabelo.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....



VISTO DA FISCALIZAÇÃO

[Handwritten signature]

12

Ideise Fernandes Silva portador da C. T. P. S. n.º 74305 Série 00005; C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
C. P. F. / CIC n.º Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identidade R. G. n.º foi admitido em 01 de março de 1995 para exercer a função de Tráfego com o salário de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas, com 02 horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção 01/03/1995	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	-----------------------------	---	-------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>Jose Fernandes Silva</u>	Carteira modelo 19 n.º	Cadastrado em <u>08/11/1985</u>
e de <u>Augustinha Soares Silva</u>	N.º Registro Geral.....	sob n.º <u>12227632056</u>
nascido em <u>6 de Bulhoes</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?	dep. no Banco <u>CEF</u>
a <u>25 de maio</u> de 19 <u>68</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?	endereço.....
Estado civil <u>solteira</u>	Nome do conjuge.....	
Nome do conjuge.....	Tem filhos brasileiros?	Códigos { Banco <u>033</u>
Gráu de instrução.....	Quantos?	Agência <u>0071</u>
Residência.....	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência.....
Cart. Nac. Habilitação n.º de de 19.....	Obs.:
Cert. Militar n.º { Série.....	Naturalizado.....	
Catag.....	Decreto n.º	

Beneficiários:.....

Idiane 01 de março de 1995

[Handwritten signature]
assinatura do empregado



(Polegar direito)

10938
44
RUB
[Handwritten signature]

TERMO DE ENCERRAMENTO

◇◇◇◇◇

Este livro contém 50 (cinquenta) folhas numeradas tipograficamente de Nº 1 (um) a 50 (cinquenta) e serviu para o REGISTRO DE EMPREGADOS Nº desta firma.

GOIANIS, 02 de JULHO de 19 92

[Handwritten signature]
.....
(Assinatura do Empregador)



[Handwritten signature]

FOS 2005/2005 - CN
CPM - CORREIOS
Fls. 107
3733, 1

2000

Doc:

REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Idade.....
 Cabelo.....
 Olhos.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....

SELO
 No 1088
 13
 Rubrica

1. Leiza Cavalcanti Ziller..... portador da C. T. P. S.
 2. n.º 15.250 Série 0028 60.....; C. T. P. S. (Rural) n.º..... Série.....
 3. C. P. F. / CIC n.º 763.301.681.72 Título de Eleitor n.º..... da..... zona; Cédula de Identificação de R. G. n.º 1987012 550 60 foi admitido em 02 de Janeiro de 98 para exercer a função de AUX DE ESCRITORIA com o salário de R\$ 249,00
 4. LUZERNOS E QUARENTA REAIS
 5. por mês no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas, com 2:00 horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção/...../19.....	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	--------------------------------------	---	-------------------

Nacionalidade	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
<u>BRASILEIRA</u>	Carteira modelo 19 n.º.....	Cadastrado em <u>04 03 1978</u>
Filho de <u>AMARAL ZILBER</u>	N.º Registro Geral.....	sob n.º <u>12769128.31.2</u>
e de <u>ANAMALBINA CAVAL</u>	Casado(a) e/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco <u>C.G.F.</u>
<u>ZILBER</u>	Nome do conjugue.....	endereço <u>MAS 600 L. 19</u>
Sido em <u>GOIATÁ</u>	Tem filhos brasileiros?.....	<u>LT. 23180</u>
a <u>17 de SETEMBRO</u> de 19 <u>74</u>	Quantos?.....	Códigos { Banco <u>104</u>
Estado civil <u>SOLTEIRA</u>	Data da chegada ao Brasil:.....	{ Agência <u>0996.1</u>
Nome do conjugue.....	Naturalizado.....	endereço da agência.....
Grão de instrução <u>Superior</u>	Decreto n.º.....	Obs.:.....
Residência <u>R. T-35 2976 19, S. BOM</u>		
Cart. Nac. Habilitação n.º.....		
Cert. Militar n.º.....		

Beneficiários:.....

GOIATÁ 02 de Janeiro de 19 98

Leiza Cavalcanti Ziller
 assinatura do empregado

RQS nº 00.....
 CPMI - CORREIOS
109
 Fls. Nº
3733.1
 (Polegar direito)
 Doc.

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração

Registro: CRA GO/TO Nº RD-3407 Data de Registro: 17.06.98 1ª VIA

Nome: LIZA CAVALCANTI ZILLER

Assinatura do Portador: *Liza Cavalcanti Ziller*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI 6.206/75



Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Goiânia - GO

Identidade: 1.987.012 SSP/GO 763.301.681-72 Data de Nascimento: 17.09.74

Filiação: Anibal Jiran Ziller
Maria Izira Cavalcanti Ziller

Diplomado por: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Registro no MEC Nº: 1.413 Local: Goiânia - GO Data: 30.06.98

Identidade profissional de ADMINISTRADOR, habilitado na forma da alínea Art. 3ª da Lei 4.769 de 09/09/65.

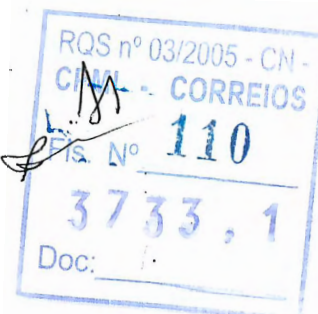
GOIÂNIA, 18 DE FEVEREIRO DE 1999 ADM. SAMUEL ALBERNAZ

Local e Data de Expedição: Presidente do CRA



Handwritten signature

Handwritten signature



REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

Cor.....
Cabelo.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....



VISTO DA FISCALIZAÇÃO

~~Ideise Fernandes Silva~~ portador da C. T. P. S. n.º 74305 Série 00005; C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
C. P. F. / CIC n.º..... Título de Eleitor n.º..... da..... zona; Cédula de Identidade R. G. n.º..... foi admitido em 01 de março de 1995 para exercer a função de Tráfego com o salário de Cr\$ 350,00 trezentos e cinquenta reais por mês no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas, com 02 horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante?	Data da opção	Data da retratação	Banco depositário
Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	01/03/1995/...../19.....

Nacionalidade <u>Brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>Jose Fernandes Silva</u>	Carteira modelo 19 n.º.....	Cadastrado em <u>08/11/1985</u>
e de <u>Augustinha Soares Silva</u>	N.º Registro Geral.....	sob n.º <u>12227632056</u>
nascido em <u>6 de Bulhoes</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco <u>CEF</u>
a <u>25 de maio</u> de 19 <u>68</u>	Nome do conjuge.....	endereço.....
Estado civil <u>solteira</u>	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco <u>033</u>
Nome do conjuge.....	Quantos?.....	Agência <u>0071</u>
Gráu de instrução.....	Data da chegada ao Brasil:.....	endereço da agência.....
Residência.....	de..... de 19.....	Obs.:.....
Cart. Nac. Habilitação n.º.....	Naturalizado.....	
Cert. Militar n.º.....	Decreto n.º.....	

Beneficiários:.....

Geiânia 01 de março de 19 95

X

assinatura do empregado

ROS nº 03/2015 - CM
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº

111

Doc:

3733,1

(Polegar direito)

REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Idade.....
 Sexo.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....

Leiza Cavalcanti Ziller, portador da C. T. P. S.
 n.º 15.250 Série 0028 GP; C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
 C. P. F. / CIC n.º 763.301.681.72 Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identificação de R. G. n.º 198701255060 foi admitido em 02 de Janeiro de 1998 para exercer a função de Aux. de Escritório com o salário de R\$ 242,00
Luiz Carlos e Guinearda Neves
 por Mãe no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 17:00 horas, com 2:00 horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção/...../19.....	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	--------------------------------------	---	-------------------

Nacionalidade <u>BRASILEIRA</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>MANOEL SIMAN ZILLER</u>	Carteira modelo 19 n.º	Cadastrado em <u>04/03/1978</u>
e de <u>MANUALBINA CAVALCANTI ZILLER</u>	N.º Registro Geral.....	sob n.º <u>12769128312</u>
nascido em <u>GOIÂNIA</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco <u>C.C.F.</u>
a <u>17</u> de <u>SETEMBRO</u> de 19 <u>74</u>	Nome do conjuge.....	endereço <u>MAS 650 R. 19</u>
Estado civil <u>SOLTEIRA</u>	Nome do conjuge.....	<u>LT. 23180</u>
Nome do conjuge.....	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco <u>104</u>
Gráu de instrução <u>SUPERIOR</u>	Quantos?.....	Agência <u>0996.1</u>
Residência <u>R. T-35 097619-5 BOMXO</u>	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência.....
Cart. Nac. Habilitação n.º	de de 19.....	Obs.:
Cert. Militar n.º	Série.....	
	Categ.	
	Naturalizado.....	
	Decreto n.º	

Beneficiários:

GOIÂNIA, GO 02 de Janeiro de 1998

Leiza Cavalcanti Ziller
 assinatura do empregado

RQS nº 03/...
 CPM - CORREIOS
 L. Nº 112
 Fls. Nº 3733, 1
 Doc. (Polegar direito)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS



A REITORA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS,
no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de
ADMINISTRAÇÃO

e a outorga do grau de BACHAREL, em 14 de abril de 1998, a

Liza Cavalcanti Ziller,

brasileira nascida em Goiânia - Estado de Goiás, em 17 de setembro de 1974,
cédula de identidade n. 1.987.012-DGPC/GO,
confere-lhe o presente diploma.
Goiânia, 30 de junho de 1998.



Clélia Brandão A. Brandão
Prof.^a Clélia Brandão Alparanga Brandão
Reitora

Walmir Theresio Amado
Prof. Walmir Theresio Amado
Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Liza Cavalcanti Ziller
Diplomada

Doc:

3733,1

Fis. Nº

113



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS



A REITORA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS,
no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de
ADMINISTRAÇÃO

e a outorga do grau de BACHAREL, em 14 de abril de 1998, a

Liza Cavalcanti Ziller,

brasileira nascida em Goiânia - Estado de Goiás, em 17 de setembro de 1974,

cédula de identidade n. 1.987.012-DGPC/GO,

confere-lhe o presente diploma.

Goiânia, 30 de junho de 1998.



Eléia Brandão A. Brandão
Prof. Eléia Brandão Alparanga Brandão
Reitora

Walmir Theresio Amado
Prof. Walmir Theresio Amado
Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Liza Cavalcanti Ziller
Diplomada

Doc. 33, 1

F.S. N. 114

REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Labelo.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Cabelo.....

ROGERIO LEMOS LEAO, portador da C. T. P. S.
n.º 68.289 Série 026160 C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
C. P. F. / CIC n.º 798.075.141.04 Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identificação de R. G. n.º 3283508-3210792 foi admitido em 06 de ABRIL de 1998 para exercer função de RTV - produção com o salário de R\$ 400,00
(Quatrocentos reais)
por mês no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? ☒ Sim ☐ Não Data da opção/...../19..... Data da retratação/...../19..... Banco depositário

Nacionalidade	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
BRASILEIRA		
Filho de CARLOS RESOZIZA LEAO	Carteira modelo 19 n.º	Cadastrado em 22/04/1998
e de NILZA LEMOS LEAO	N.º Registro Geral	sob n.º 1278254.31.4
nascido em GOIÂNIA-GO	Casado(a) c/ brasileira(o)?	dep. no Banco C. P. F.
a 24 de JUNHO de 1996	Nome do conjuge	
Estado civil SOLTEIRO	Tem filhos brasileiros?	
Nome do conjuge	Quantos?	
Gráu de instrução SUPERIOR	Data da chegada ao Brasil: de de 19.....	
Residência RUA 5 ESO R.10 QD C 6 LOTE 23/80	Naturalizado	
Cart. Nac. Habilitação n.º 11660.049.7	Decreto n.º	
Cert. Militar n.º		

Beneficiários:

GOIÂNIA-GO 06 de ABRIL de 1998

assinatura do empregado

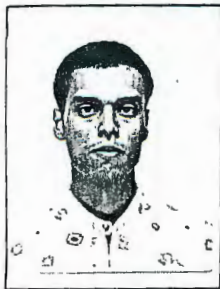
(Polegar direito)

Doc:

REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO



50
25-1084
Subri

Idade.....
Anos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....

ELIAS DE OLIVEIRA CARMO. portador da C. T. P. S.
n.º 06780 Série 023-60; C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
C. P. F. / CIC n.º 120564161-91; Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identidade
R. G. n.º 3153253-1597380 foi admitido em 01 de SETEMBRO de 1998 para exercer
função de ARTEFANALISTA com o salário de R\$ 1.300,00
numa mil e trezentos reais
no seguinte horário de trabalho: das às horas, com horas de
intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

é optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção/...../19.....	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	--------------------------------------	---	-------------------

QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Nacionalidade.....	Cadastrado em...../...../19.....
Filho de.....	sob n.º.....
de.....	dep. no Banco.....
Cadastrado em.....	endereço.....
22 de..... de 1976	Códigos { Banco..... Agência.....
Estado civil.....	endereço da agência.....
Nome do conjuge.....	Obs.....
Tem filhos brasileiros?.....	
Quantos?.....	
Data da chegada ao Brasil:..... de..... de 19.....	
Naturalizado.....	
Decreto n.º.....	

Beneficiários:.....

GOIÂNIA 2001 de SETEMBRO de 1998

assinatura do empregado

RQS nº 03/2005-04
CPM - CORREIOS
Fis. Nº 116
3733,1
Doc:
(Polegar direito)

REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Côr.....
Cabelo.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....



ELMA DE FÁTIMA BEZERRA, portador da C. T. P. S.
n.º 28962 Série 0001-0P; C. T. P. S. (Rural) n.º Série.....
C. P. F. / CIC n.º 22263977104; Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identidade R. G. n.º 695630 foi admitido em 06 de ABRIL de 99 para exercer a função de GERENTE DE ATENDIMENTO, com o salário de R\$ 2.000,00
(0015 em L. REMS).
por MES no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas, com 2 horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

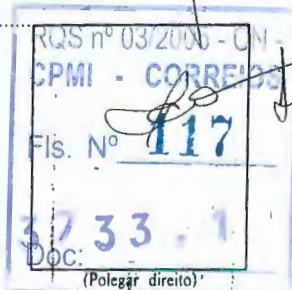
É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção/...../19.....	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	--------------------------------------	---	-------------------

Nacionalidade	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
BRASILEIRA.		
Filho de FELIÇO CARLOS BEZERRA.	Carteira modelo 19 n.º	Cadastrado em 11/10/1979
c de JULIA BEZERRA JUNIA.	N.º Registro Geral.....	sob n.º 10861500501
nascido em BRASILIA-DF.	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco REMS S/A.
a 10 de ABRIL de 1961	Nome do conjuge.....	endereço.....
Estado civil.....	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco REMS.
Nome do conjuge.....	Quantos?.....	Agência GAMA.
Gráu de instrução.....	Data da chegada ao Brasil:.....	endereço da agência.....
Residência.....	de..... de 19.....	Obs.:.....
Cart. Nac. Habilitação n.º	Naturalizado.....	
Cert. Militar n.º	Decreto n.º	

Beneficiários:

GOIANIA-GO 06 de ABRIL de 99

assinatura do empregado



REGISTRO DE EMPREGADO

Características físicas

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

SECOI
Fls. 1086
30

Cor.....
Cabelo.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....



[Handwritten signature]

LUCIA MARIA PAIVA RAMOS portador da C. T. P. S.
n.º 52.221 Série 559 C. T. P. S. (Rural) n.º Série
C. P. F. / CIC n.º 166.570.47134; Título de Eleitor n.º da zona; Cédula de Identidade R. G. n.º 534.747 foi admitido em 05 de SETEMBRO de 19 99 para exercer a função de ASSESSORA DE PLANEJAMENTO com o salário de R\$ 1.100,00 (Um mil, e cem reais) por mês no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção/...../19.....	Data da retratação/...../19.....	Banco depositário
--	--------------------------------------	---	-------------------

Nacionalidade <u>BRASILEIRA</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>LUIZ RAMOS</u>	Carteira modelo 19 n.º	Cadastrado em...../...../19.....
e de <u>JUDITH DE JESUS RAMOS</u>	N.º Registro Geral.....	sob n.º
nascido em <u>GOIÁS - GO</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco.....
a <u>13</u> de <u>DEZEMBRO</u> de 19 <u>56</u>	Nome do conjuge.....	endereço.....
Estado civil <u>SOLTEIRA</u>	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco..... Agência.....
Nome do conjuge.....	Quantos?.....	endereço da agência.....
Gráu de instrução <u>SUPERIOR</u>	Data da chegada ao Brasil:	Obs.:
Residência <u>RUA 1113, Nº 76 A. 144</u>de.....de 19.....	
Cart. Nac. Habilitação n.º	Naturalizado.....	
Cert. Militar n.º { Série..... Categ.	Decreto n.º	

Beneficiários:.....

GOIÂNIA, 05 de SETEMBRO de 19 99

assinatura do empregado

RQS nº 03
CPM - CORREIOS
Fls. - Nº 118
3733.1
(Polegar direito)
Doc:



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso
de COMUNICAÇÃO SOCIAL-RELAÇÕES PÚBLICAS no
2º semestre de 1982, confere o título de

BACHAREL

Luzia Maria Paixão Emos
*filha de Luiz Emos
e de Judith de Jesus Paixão Emos,
nascida a 13 de dezembro de 1956, no
Estado de Goiás,*

e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de
todos os direitos e prerrogativas legais.

Goiânia, 1º de março de 1983

Prof.ª Maria do Rosário Cassimiro
PROF.ª MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO
— Reitora —

Luzia Maria Paixão Emos
Luzia Maria Paixão Emos
DIPLOMADO

RQS nº 03/2005 - CN
CPMT - CORREIOS
Fis. Nº **119**

307.35.1



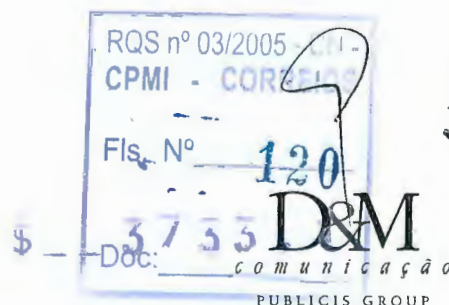
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/99 – SECOM

CONSÓRCIO MULTI GOIÁS:
MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
D&M COMUNICAÇÃO LTDA

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
GRUPOS DE CONTAS I, II, III, IV E V

M
MULTIPROPAGANDA

CONSÓRCIO
Multi
Goiás





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO
DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MULTIPROPAGANDA

CONSÓRCIO
**Multi
Goiás**

[Handwritten checkmark]

RQS nº 03/2011 - CN -
CPMT - GOIÉRIOS
Fts. Nº **121**
3733.1
Doc: **D&M**
comunicação
PUBLICIS GROUP

[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

1. **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, com sede em Goiânia, Goiás, na Rua 18, nº 110, salas 506/7, Setor Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº 37.825.916/0001-90, neste ato representada pelo seu sócio **Marco Antônio Chuahy**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.488.807 SSP/SP e do CPF 564.369.478-68, doravante denominada **MULTIPROPAGANDA**; e

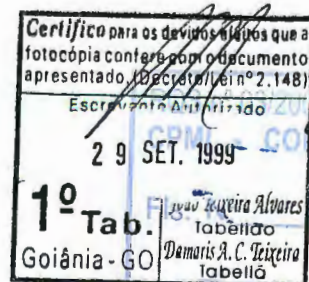
2. **D&M COMUNICAÇÃO LTDA.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SRTV Sul, Quadra 701, cj. E, Bloco 01, Ed. Palácio do Rádio I, 1º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.719.250/0001-01, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Paulo Cabral Júnior**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade RG nº M 1067202 SSP-MG e do CIC nº 008.684.186-68, e pelo seu Vice-Presidente, Sr. **Fernando Antônio Cabral de Araújo**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade RG nº 398070 SSP-DF e do CIC nº 186.415.551-53, doravante denominada **D&M**;

doravante denominadas, individualmente, **Consoiciada** e, conjuntamente, **Consoiciadas**;

CONSIDERANDO

QUE o Governo do Estado de Goiás tornou público, através de **Edital de Concorrência 001/99**, que se encontra aberta concorrência para contratação de serviços de publicidade;

QUE as **Consoiciadas** têm interesse em associar-se para participar do processo licitatório descrito no **Edital**, como etapa preliminar de uma futura sociedade, visando a prestação de serviços de publicidade, conforme especificações constantes do Edital, inclusive, estudo, planejamento, criação, produção, distribuição, veiculação e controle dos serviços de divulgação e publicidade dos programas e campanhas promocionais e/ou institucionais das linhas sobre atividades dos órgãos entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, de acordo com a ação administrativa do Governo do Estado de Goiás, sob orientação e aprovação da SECOM;





RESOLVEM, por este instrumento, unir seus contingentes e recursos técnicos, econômicos e financeiros, através de um Compromisso de Consórcio, que fica formado pelo presente e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, que as **Consortciadas**, desde já, mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

1. OBJETO

O objeto do Compromisso de Consórcio consiste em apresentar as suas propostas para a Concorrência 001/99, do Governo do Estado de Goiás, para a contratação de serviços de publicidade (**a Licitação**) e, constituir consórcio (**o Consórcio**), o qual celebrará o contrato dela decorrente (**o Contrato**), para prestar o serviço que será executado pelo **Consórcio**, segundo as obrigações e responsabilidades por ele definidas.

Os representantes das **Consortciadas** estão devidamente autorizados a constituírem este Compromisso de Consórcio e o **Consórcio**, na forma de seus contratos sociais e respectivos instrumentos de mandato.

2. DENOMINAÇÃO E SEDE

O Consórcio usará única e exclusivamente a denominação "**Consórcio MULTI GOIÁS**", e terá sede em Goiânia, Goiás.

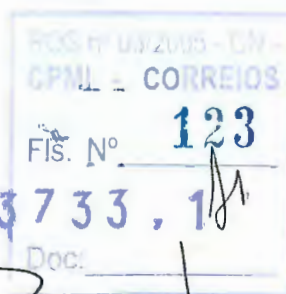
3. DURAÇÃO

O Compromisso de Consórcio terá seu prazo de duração limitado ao encerramento definitivo da **Licitação**. Se vitorioso o **Consórcio MULTI GOIÁS** terá, então, a sua constituição efetivada.

4. PERSONALIDADE JURÍDICA

O Compromisso de Consórcio ou o **Consórcio** não terão características de sociedade, nem civil, nem comercial, não se constituindo, portanto, em qualquer pessoa jurídica nova, distinta daquelas firmas que o constituem, devendo ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para a participação da **Licitação**.

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]





5. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Pelo presente instrumento, cada **Consortiada** declara que assume responsabilidade solidária em relação à outra, pelos atos praticados pelo Compromisso de Consórcio na fase licitatória e na fase executória do **Contrato**. Fica entendido que esta responsabilidade solidária está limitada à reivindicações apresentadas pelo **Poder Concedente** e em relação ao disposto no **Edital**.

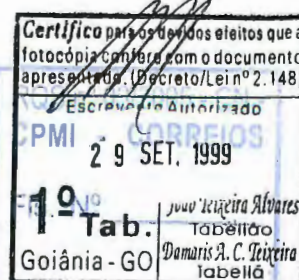
6. LIDERANÇA

O Compromisso de Consórcio é composto pelas partes integrantes deste contrato e a sua liderança ficará a cargo da **MULTIPROPAGANDA**, assumindo todas as obrigações resultantes de tal condição e todas as responsabilidades previstas no **Edital**, tendo amplos poderes para representar as **Consortiadas** na **Licitação**, no **Consórcio** e no **Contrato**, em especial para receber pagamento, dar quitação, transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente e em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação, bem como proceder aos demais atos necessários à execução do **Contrato**.

7. REPRESENTAÇÃO

A **MULTIPROPAGANDA**, na qualidade de empresa líder, representará, com exclusividade, as **Consortiadas**, no decorrer do procedimento administrativo licitatório, ficando-lhe desde já conferidos os mais amplos poderes para o exercício desta representação, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas **Consortiadas**, sem prejuízo da responsabilidade solidária das **Consortiadas**, tanto na licitação, quanto na execução do **Contrato**.

A **MULTIPROPAGANDA** desde já indica como representantes legal o Sr. **Marco Antônio Chuahy**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, portador da Carteira de Identidade RG 4.488.807 SSP/SP e do CPF nº 564.369.478-68;



Doc: _____



8. PARTICIPAÇÃO

8.1. A participação percentual das Consorciadas no Consórcio, será efetuada da seguinte forma:

- (a) **MULTIPROPAGANDA** - 50% (cinquenta por cento)
- (b) **D&M COMUNICAÇÃO** - 50% (cinquenta por cento);

9. ALTERAÇÃO

As **Consortiadas** declaram expressamente que não alterarão a constituição e a composição do Compromisso de Consórcio até a assinatura do **Contrato**, salvo com a concordância expressa do **Poder Concedente** e no interesse maior dos serviços.

As **Consortiadas** não se constituem, nem se constituirão, para os fins do Compromisso de Consórcio, em forma jurídica autônoma e não adotarão denominação própria, diferente da dos seus integrantes.

10. CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO

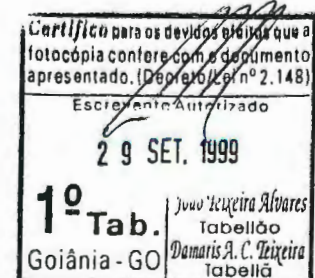
As **Consortiadas** se comprometem a constituir o **Consórcio**, de acordo com os requisitos estabelecidos no **Edital**, a qual celebrará o **Contrato** com o **Poder Concedente**, para a execução dos serviços objeto da concessão, conforme previsão no **Edital**.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

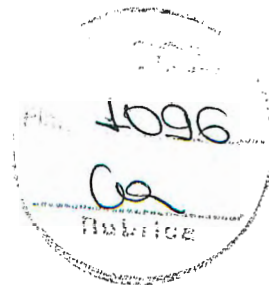
As **Consortiadas** comprometem-se a fazer com que o **Consórcio** assine e cumpra os termos do **Contrato**.

12. ACEITAÇÃO

As **Consortiadas** declaram estar de acordo com os termos aqui enunciados e firmam o presente Instrumento, que passa a ter validade desta data, até a assinatura do **Contrato**.



RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 126
 Fls. Nº. _____
 3733 V 1
 Doc: _____



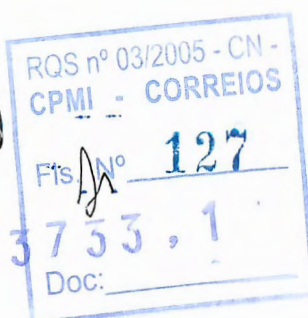
REPRESENTANTE LEGAL

P

[Handwritten signature]

MULTIPROPAGANDA

CONSORCIO
Multi
Goiás



D&M
comunicação
PUBLICIS GROUP

**PROCURAÇÃO
REPRESENTANTE LEGAL**



Outorgantes

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, com sede em Goiânia (GO), inscrita no CGC/MF sob o nº 37.825.916/0001-90, nesse ato representada por seu sócio **MARCO ANTONIO CHUAHY**, brasileiro, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Goiânia (GO), portador da CI nº 4.488.807 – SSP/SP e do CPF 564.369.478-68.

D&M COMUNICAÇÃO LTDA, com sede em Brasília (DF), inscrita no CGC/MF sob o nº 02.719.250/0001-01, neste ato representada por seus sócios **FERNANDO ANTÔNIO CABRAL DE ARAÚJO**, brasileiro, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Brasília (DF), portador da CI nº 398.070 – SSP/DF e do CPF nº 186.415.551-53 e **PAULO CABRAL JÚNIOR**, brasileiro, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Brasília (DF), portador da CI nº M 1.067.202 – SSP/MG e do CPF nº 008.684.186-68.

Outorgado

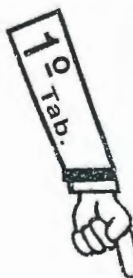
MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Goiânia (GO), portador da CI nº 4.488.807 – SSP/SP e do CPF 564.369.478-68.

Objeto

Representar a outorgante na Concorrência nº 001/99, do GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS.

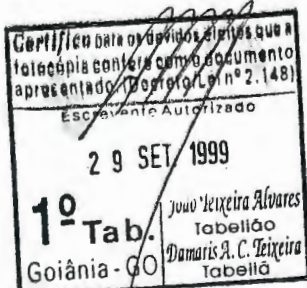
Poderes

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.



MULTIPROPAGANDA

Marco Antonio Chuahy



Goiânia, 27 de setembro de 1999.

D&M COMUNICAÇÃO LTDA

Paulo Cabral Júnior

1º CARTÓRIO
TABELIONATO DE NOTAS
RECONHECIMENTO

Reconheço, por semelhança a(s) assinatura(s) de **MARCO ANTONIO CHUAHY**

analogas a (s) constante de meu arquivo. Dou Fé
Goiânia, 29 de 09 de 1999

Em testemunha da verdade

JURANDIR BATISTA DE SOUZA-ESC. AUT. ☐
ANTÔNIO DA COSTA R. NETO-ESC. AUT. ☐

Fernando Antônio Cabral de Araújo

CPMI - CORREIOS

128

Fls.

3733.1

Doc:

M
MULTIPROPAGANDA



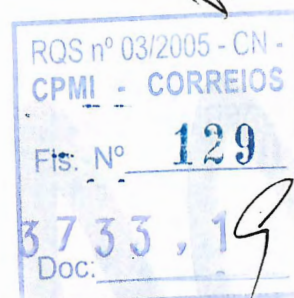
P

2.4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

f

mm

J
M



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617

M
MULTIPROPAGANDA



2.4.1 – Documentação referente à habilitação jurídica:

2.4.1.1 – Contrato Social



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE POR
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, publicitário, natural de Piracicaba-SP., nascido aos 28.09.51, filho de Miguel Chuahy e Therezinha S. Chuahy, portador da cedula de identidade nr. 4488807, 2a via, expedida pela SSP/SPP e CIC/MF nr 564.369.478-68, residente e domiciliado na Av. T-04 nr. 802 Apto 202, Ed. Las Vegas, Setor Bueno, Goiania Goias

Transcrição Reg. de Imóvel
LJA 10 Nº. 109 — ST. OESTE
GOIANIA — GOIÁS
AUTENTICAÇÃO

28 SET 1999

Conferido com original. Dou R.

LILIANE MENDES DE OLIVEIRA CHUAHY, brasileira, casada, Empresaria, natural de Goiania-Go., nascida aos 11.03.63, filha de Carlito Mendes de Oliveira e Amalia Vieira de Oliveira portadora da cedula de identidade nr. 1218292-1576151 expedida pela SSP/Go e CIC/MF 498.032.631.53, residente e domiciliada na Av. T-04 nr. 802 apto 202, Ed. Las Vegas, setor Bueno, Goiania Goias.

Na melhor forma de direito, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada mediante as clausulas e condicoes seguintes:

I = DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CLAUSULA I

Sob a razao social de: MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. fica constituída uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a qual se rege por este instrumento e leis em vigor.

CLAUSULA II

Fica criado o Titulo do estabelecimento de " MULTIPROPAGANDA "

CLAUSULA III

A sociedade tera a sua sede na Rua 10 nr. 250 Sala 608, 6o andar Edificio Trade Center, Setor Oeste, Goiania Goias, nao tendo, portanto, filiais a serem declaradas, podendo no entanto cria-las em qualquer parte do Territorio Nacional, quando assim o desejarem.

CLAUSULA IV

RQS nº 03/2009 - CM
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 134
\$ 37.33.1

A sociedade cujo inicio de atividade se dara em 01 de junho de 1993, tera tempo de duracao indeterminado, e tera por objetivo de exploracao o ramo de: PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PRODUCAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO, PRODUCAO DE AUDIO E VIDEO, SERVICOS FOTOGRAFICOS E ARTES EM GERAL, ASSESSORIA DE MARKETING, ASSESSORIA DE IMPREMSA E ORGANIZACAO DE EVENTOS PROMOCIONAIS.

II = DO CAPITAL SOCIAL

CLAUSULA V

O capital social sera de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhoes de cruzeiros), divididos em 100.000 (cem mil) cotas no valor nominal de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, que serao subscritas pelos socios conforme o quadro a seguir:

SOCIOS	NR.COTAS	VR.NOMINAL	VR. TOTAL
MARCO ANTONIO CHUAHY	7.000	10.000,00	70.000.000,00
LILIANE MENDES DE D.CHUAHY	3.000	10.000,00	30.000.000,00
T O T A I S	10.000	10.000,00	100.000.000,00

O capital acima subscrito sera integralizado pelos socios da seguinte forma: MARCO ANTONIO CHUAHY, integraliza Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhoes de cruzeiros), em moeda corrente do pais nesta data e, LILIANE MENDES DE OLIVEIRA CHUAHY, integraliza Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhoes de cruzeiros), em moeda corrente do pais nesta data.

UNICO nos termos do Art. 2o da lei 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos socios limita-se ao montante do capital social.

III = DA ORGANIZACAO GERAL

CLAUSULA VI

A gerencia da sociedade, bem como o uso da razao social, cabera a ambos os socios, os quais poderao representa-la tanto em juizo como fora dele e tambem assinar por ela em conjunto e/ou separadamente, ficando os mesmos dispensados de caucao para investitura.

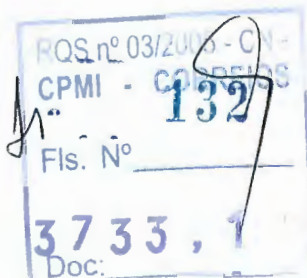
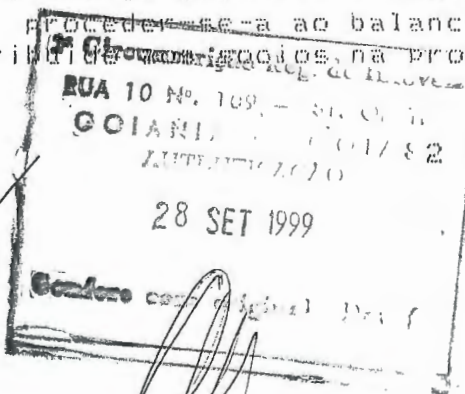
UNICO - Fica expressamente proibido a pratica de atos estranhos aos objetivos da sociedade, tais como: avais, endossos de favor, abonos e quaisquer outros documentos semelhantes.

CLAUSULA VII

ambos os socios terao direito a uma retirada pro-labore, a ser fixada pelo consenso unanime dos socios, cujos valores serao levados a conta de despesas operacionais da sociedade.

CLAUSULA VIII

O exercicio social coincidira com o ano civil, e no final de cada exercicio proceder-se-a ao balanço geral e o resultado apurado sera distribuido entre os socios na proporcao de suas cotas de capital



ou sera dado o destino que melhor convier aos socios e a sociedade, podendo ainda criar fundos ou provisoes que julgarem necessario desde que sejam observados os limites estipulados pela legislacao vigente.

V = DISPOSIÇÕES FINAIS

CLAUSULA IX

As cotas de capital sao indivisiveis em relacao a sociedade, podendo serem negociadas, cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro socio, que possui direito de preferencia na aquisicao, quando ocorrer de qualquer dos socios desejar negociar as cotas que possui na sociedade, em parte ou no todo.

CLAUSULA X

O falecimento de qualquer dos socios nao implicara na dissolucao da sociedade que continuara com o socio remanescente e os herdeiros ou sucessores do falecido, a menos que estes, de comum acordo resolvam liquida-la.

CLAUSULA XI

Quando um dos socios desejar retirar-se da sociedade, devera fazer anuencia por escrito ao outro socio, com antecedencia minima de sessenta (60) dias, para que sejam tomadas as providencias da competente alteracao contratual e apuracao dos haveres para cessao de cotas.

CLAUSULA XII

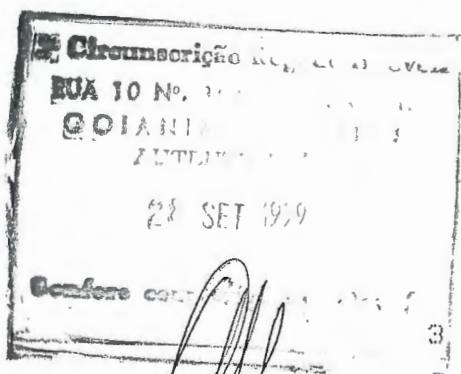
Nos termos da Instrucao Normativa nr. 06 Art. 10 de 16.09.86 do DNRC, os socios qualificados no preambulo deste instrumento, declaram que nao estao incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impecam de exercerem as atividades mercantis.

CLAUSULA XIII

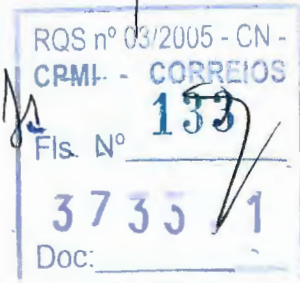
Os casos omissos neste instrumento serao regidos pelas disposicoes legais em vigor, e os socios de comum acordo elegem o foro de Comarca de Goiania, para solucao das questoes pendentes.

E, por estarem de comum acordo quanto aos termos deste instrumento se darao por justos e contratados e assinam juntamente com testemunhas que presente a todos os atos, tambem assinam.

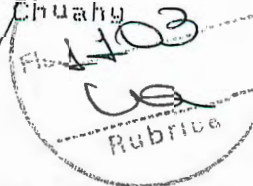
Goiania 14 de Maio de 1993



Marco Antonio Chuahy
- Socio -



Liliane Mendes de Oliveira Chuahy
Liliane Mendes de Oliveira Chuahy
- Sócia -



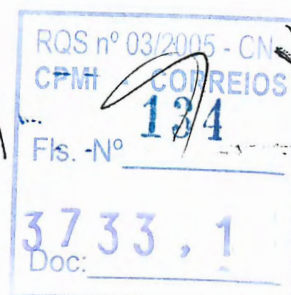
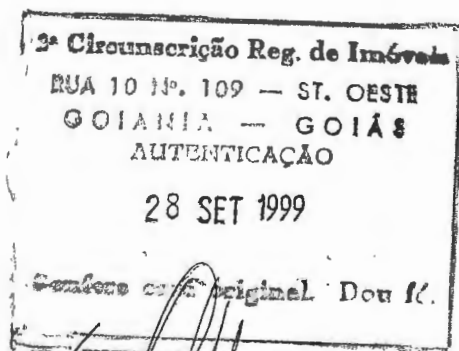
USO DA EIRMA POR QUEM DE DIREITO

MA Chuahy
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
Marco Antonio Chuahy
- Socio -

Liliane Mendes de Oliveira Chuahy
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
Liliane Mendes de Oliveira Chuahy
- Socia -

TESTEMUNHAS: *Celimara Clara dos Santos*
Celimara Clara dos Santos

Romilda Soares da Silva
Romilda Soares da Silva





**TERCEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA,
CGC/MF n. 37.825.916/0001-90, NA FORMA ABAIXO:**

P
e
I

O presente instrumento particular de alteração ao contrato social e na melhor forma de direito; MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, Publicitário, residente e domiciliado nesta capital à Avenida T-4, n. 802, apto n. 202, Edifício Las Vegas, Setor Bueno, nascido aos 28 de setembro de 1951, filho de Miguel Chuahy e de Therezinha S. Chuahy, portador da Cédula de Identidade RG n. 4.488.807, 2a via, expedida pela SSP-SP e do CPF/MF n. 564.369.478-68; e LILIANE MENDES DE OLIVEIRA CHUAHY, brasileira, casada, Empresária, residente e domiciliada nesta capital à Avenida T-4, n. 802, apto n. 202, Edifício Las Vegas, Setor Bueno, nascida aos 11 de março de 1963, filha de Carlito Mendes de Oliveira e de Analia Vieira de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.218.292-1.576.151, expedida pela SSP-GO e do CPF/MF n. 498.032.631-53; únicos sócios da empresa MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n. 37.825.916/0001-90, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na JUCEG-Junta Comercial do Estado de Goiás, em 22 de maio de 1993, sob o n. 522,0107850,6 e alterações em 29 de setembro de 1994 e 14 de setembro de 1995, sob os ns. 529,4061479,0 e 529,5063953,2 respectivamente; resolvem entre si e na melhor forma de direito promover a presente alteração no Contrato Social, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira

É criada a partir desta data a filial n. 1 da sociedade, com, endereço na Cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida Rio Verde, Qd. 09, Lt. 01/07, Apto 103, Bloco A-2, Residencial Amazonas, e destaque de capital social para efeitos legais e sociais de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Único

A filial criada nesta cláusula iniciará suas atividades a partir de 29 de fevereiro de 1996.

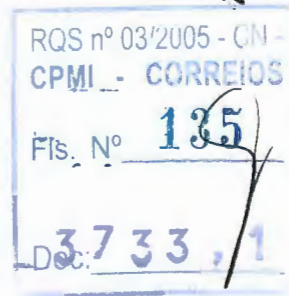
Cláusula Segunda

Todas as cláusulas e condições do contrato social primitivo e respectivas alterações permanecem em vigor.

2JA 10 109 - ST. OESTE
GOIÂNIA - GOIÁS
MULTIPROPAGANDA


28 SET 1999

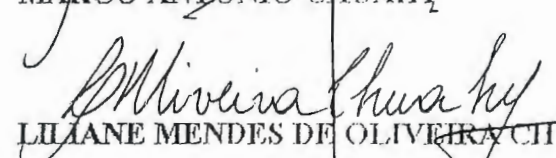
Confere [assinatura] Der R



E, por assim estarem justos e avençados, firmam o presente instrumento particular de alteração ao contrato social, na presença de duas (2) testemunhas que, a tudo assistiram e também assinam, obrigando-se a si e seus herdeiros ao fiel e irrefutável cumprimento do mesmo.

Goiania-GO, 06 de fevereiro de 1996.

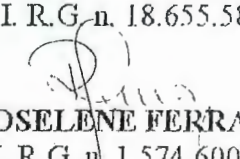

MARCO ANTONIO CHUAHY


LILIANE MENDES DE OLIVEIRA CHUAHY


MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.


MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

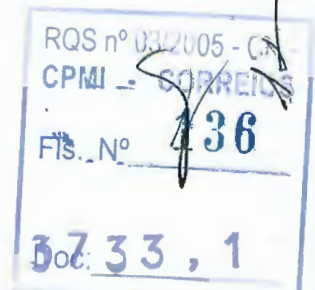
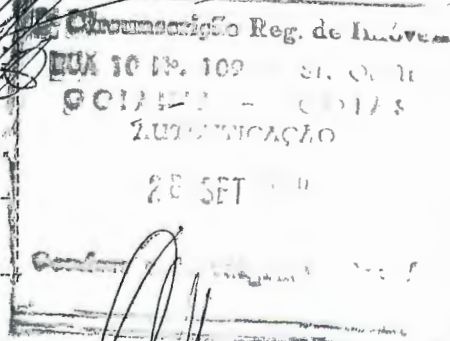
Testemunhas : 1- GERALDO DA CONSOLAÇÃO PEREIRA
C.I. R.G. n. 18.655.582-SSP/SP


2- ROSELENE FERRAZ
C.I. R.G. n. 1.574.600-SSP/GO

4. TABELIONATO DE NOTAS
RUA 4 N. 515 - LOJA 02 - CENTRO
GOIANIA - GO

conheço por semelhança a(s) assinatura(s) supra assinada(s) de:
445550-MARCO ANTONIO CHUAHY
isto que analoga a(s) cópia(s) em
arquivos deste Tabelionato
fe. Em Testemunho da Verdade,
Goiania-GO, 26 de Abril de 1999

LIGIA CARLA ROSA REBELLO MISUKAMI
ESCREVENTE





2.5 – Documentação referente à regularidade fiscal:

2.5.1 – Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF)

Inscrição nos Cadastros Gerais de Contribuintes Estadual e Municipal





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Fls. 1107
Ribeira

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.825.916/0001-90	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 08/06/1993	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
---	---	--------------------------------	----------------------------------

NOME EMPRESARIAL
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
MULTIPROPAGANDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.40-3 - PUBLICIDADE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA

LOGRADOURO RUA 18	NÚMERO 110	COMPLEMENTO SALA 506/507 SANDAR
----------------------	---------------	------------------------------------

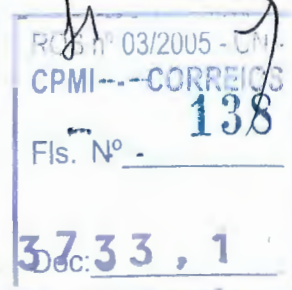
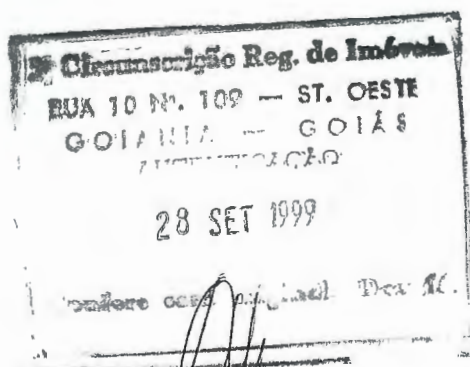
CEP 74000-000	BAIRRO/DISTRITO SETOR OESTE	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
------------------	--------------------------------	----------------------	----------

CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE

CPF DO RESPONSÁVEL 564.369.478-68	SITUAÇÃO ESPECIAL
--------------------------------------	-------------------

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL





2.5.1.

DECLARAÇÃO

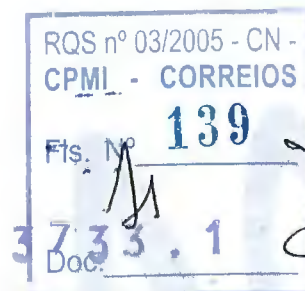
Declaramos, para os devidos fins, que a Multipropaganda Comunicação e Marketing Ltda é uma empresa prestadora de serviços.

Em consequência, não está inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Estadual, pois, não comercializando produtos, não recolhe ICMS.

Dessa maneira, não existe inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes Estadual, visto a legislação em vigor dispensar de inscrição estadual as empresas prestadoras de serviços.

Goiânia, 28 de setembro de 1.999.


Marco Antonio Chuahy
Diretor



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617



PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Nº DA FIC

INSCRIÇÃO CADASTRAL

098.71579

NOME OU RAZÃO SOCIAL

DENOMINAÇÃO LOCAL DAS ATIVIDADES

NOME DE FANTASIA

MULTIMÉDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

MULTIMÉDIA

LOGRADOURO E NÚMERO

QUADRA

LOTE

COMPLEMENTO

BAIRRO

RUA 10

250

2-06

05-4

SALA 608

SETOR OESTE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA ABERTURA

PÚBLICIDADE NO LOCAL

ESC. CONTÁBIL

Nº CERT. INSPEÇÃO

DOMICÍLIO BANCÁRIO

14/05/93

NAD

EMP

2.322/93

0

NATUREZA

ISENT-IMUN

DT. VENC. ISEN.

TRIBUTO A PAGAR

RÉGIME DE RECOLHIMENTO

SITUAÇÃO CADASTRO

EXTERA

1X/1997/BSU

MOVIMENTO ECONÔMICO

ATIVO

IDENTIFICAÇÃO PESSOA JURÍDICA

G.C.

INSCRIÇÃO ESTADUAL

INSCRIÇÃO JUCEG

INSC. CART. 1-DOC

Nº SOC

Nº EMP

ÁREA ESTABELECIMENTO

025.91620001-70

52201078-02

NATUREZA JURÍDICA

SOCIO-PROF. CATEGORIA

PROF. ASSAL. NA CATEGORIA

QUANT. LOCAIS EXERC. ATIV.

025.91620001-70

SOCIEDADE CIVIL
PROFISSIONAIS LIBERAIS

IDENTIFICAÇÃO PESSOA FÍSICA

Nº FIC

MATRÍCULA INPS

Nº DOC. IDENTIDADE

ORGÃO EXP.

REG. ORGÃO CLASSE

SIGLA DO ORGÃO

QUANT. LOC. EX. ATIV.

025.91620001-70

ATIVIDADES EXECUTADAS

PRIMEIRA

SEGUNDA

TERCEIRA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

025.91620001-70

114.108-3

107.106-8

107.108-5

111.103-1

PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA

NOME

C.P.F.

INSCRIÇÃO NO C.A.E.

MARCO ANTONIO OLIVARI

564.347.478-68

ENDEREÇO

AV. T-04 N-508 APT-202 ED LAS VEGAS SETOR BUENO GOIÂNIA GO

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

ASSINATURA

DATA

DATA INCLUSÃO

DATA ULT. ALTER.

DATA ENCERRAM.

DATA BAIXA

Nº PROCESSO

14/05/93

14/05/93

542500-0

ORGÃO RECEBEDOR DE CONTRIBUIÇÃO
PREFEITURA DE GOIÂNIA
Secretaria de Finanças
Setor de Cadastro
01/07/93
MATRÍCULA FUNCIONÁRIO

SEJA JUSTO, PAGUE SEUS TRIBUTOS

2000

2000

2000

2000

2000

GOIÂNIA - GOIÁS

ATENTACÃO

28 SET 1999

Detalhe de original. Doc. 11.

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
FIS. Nº 140
3735.1
Doc.

M
MULTIPROPAGANDA



2.5.2 – Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e da Dívida Ativa



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



Nº.: E-

3.006.008

Rubrica

CERTIDAO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI NO. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 37.825.916/0001-90
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
RUA 18 110 SALA 506/507 SANDAR SETOR OESTE
CEP: 74000-000 GOIANIA GO

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI NRO 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
DE 1966, (CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDAO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-
FERIDO CODIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
ADO SOMENTE DEBITOS EM RELACAO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
NA CONDICAO ABAIXO ESPECIFICADA:

PARCELAMENTO DE DEBITO:
COFINS, PIS/PASEP

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 28/03/2000 - EMITIDA EM 28/09/1999

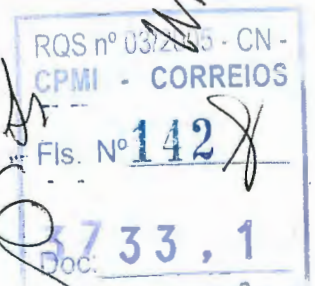
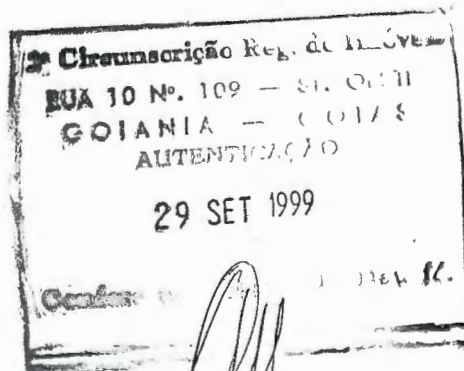
ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA

MF-DRF-GO

Olavo Marsura Rosa
TTN - Mat. 1.473.875
Atrib. de Competência
Portaria n.º 113/98 de 05.08.98



CERTIDAO NEGATIVA DE TRIBUTOS DECLARADOS (ISSQN, TAXAS E MULTAS)
FINALIDADE: CONCORRENCIAS
INTERESSE : ECONOMICO

INSCRICAO : 088.915-6 MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LT
ENDERECO : RUA 18 110 SALAS 506/507 QD: A-8 LT: 15/17
SETOR : SETOR OESTE
CPF/CGC....: 37.825.916/0001-90
ATIVIDADE : PRESTACIONAL
INIC.ATIV.: 01/06/1993

CERTIFICAMOS QUE NESTA DATA NAO CONSTA DEBITO AMIGAVEL OU
AJUIZADO REFERENTE A IMPOSTO SOBRE SERVICO DE QUALQUER NATUREZA,
TAXAS E MULTAS EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

RESERVA-SE A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR
POSTERIORMENTE DEBITOS CONSTATADOS INCLUSIVE, NO PERIODO DESTA
CERTIDAO.

GOIANIA(GO), 27 DE SETEMBRO DE 1999

RESP. P/ CERTIDAO: 29564 MARIA DE FATIMA LOPES DE MELO (1)
VALIDADE CERTIDAO: 30 (TRINTA) DIAS

CT. OESTE
301A9

RQS nº 03/2000
CPMI - CORRIGIO
Fls Nº 143
\$ 3733,1
Doc



CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0151703

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
GOIANIA

CIDADE GOIANIA UF GO COC 37825916/0001-90

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 22 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPL. DO RECEB. DA

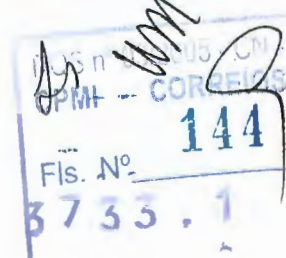
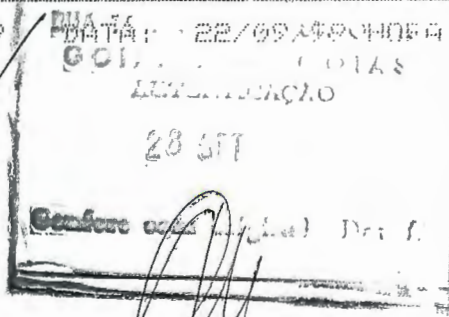
MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N: 279/96-GSF

EI-SEFAZ TID= 1319

DATA: 22/09/99 HORA: 10:35

MATR.: 28287

FAIOCT05





CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0151703

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA

ENDERECO COMPLETO
GOIANIA

CIDADE
GOIANIA

UF
GO

CDC
37825916/0001-90

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

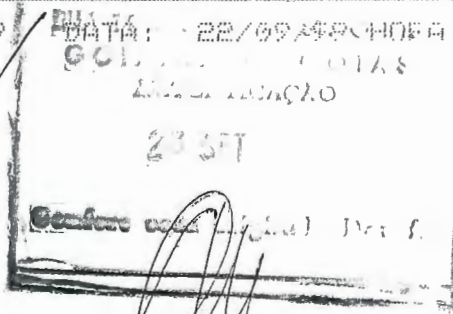
LOCAL E DATA
Goiania, 22 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIENTE



MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/96-GSF

EI-SEFAZ TID= 1319 DATA: 22/09/99 HORA: 10:35 MATR.: 28287 FAIOCT05



RDS nº 03 - CM - CPAD - CORRIGES

Fls. 145

3733,1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL/GO.
SERVIÇO DA DÍVIDA ATIVA EM GOIÁS



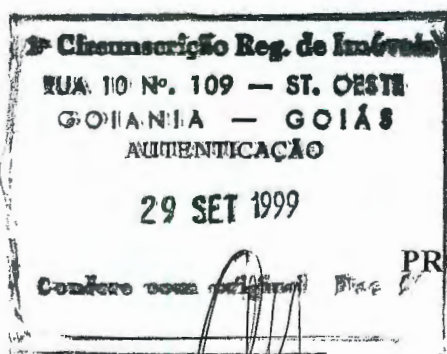
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. Dr. Procurador da Fazenda Nacional em Goiás na petição protocolada neste Serviço sob o n.º 217035/99, em que é requerida Certidão quanto à Dívida Ativa da União Inscrita, para fins de direito, ressalvado o direito da Fazenda Nacional de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, **CERTIFICO** que, revendo os livros e controles de registros de inscrição na Dívida Ativa da União, desta Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, consta, nesta data, em nome de **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.825.916/0001-90, inscrição sob o n.º 11 2 98 000130-77, apurada em processo administrativo pela Delegacia da Receita Federal em Goiânia – DRF/GO, em regime especial de **parcelamento**, estando, portanto, em situação regular perante esta Procuradoria.

Esta certidão substitui a Certidão quanto à Dívida Ativa da União para os efeitos do artigo 206 do Código Tributário Nacional - CTN e tem a validade por 30 (trinta) dias.

E, para constar, eu, Juliano Vieira Rodrigues, Chefe do Serviço da Dívida Ativa da União da Procuradoria da Fazenda Nacional em Goiás, passei esta Certidão, que vai por mim assinada e visada pelo Sr. Dr. Procurador da Fazenda Nacional em Goiás.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EM GOIÁS, aos 29 dias do mês de setembro de 1.999.



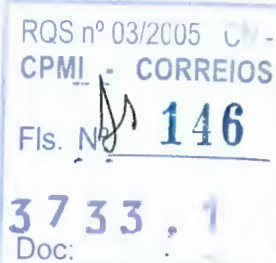
Juliano Vieira Rodrigues
CHEFE DO SERDA

VISTO:

Deusmar José Rodrigues

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ENDEREÇO: Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 210
Centro - CEP 74003-010
Goiânia - GO.



M
MULTIPROPAGANDA



5.2.3 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 111 - Salas 506/507
Cent. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617

CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA

Inscrição

37.825.916/0001-90

Endereço

RUA 18, 110 / SALA 506/507 5ANDAR
SETOR OESTE 74000-000
GOIANIA GO

Validade

08/Março/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

GOIANIA, 10 de Setembro de 1999.

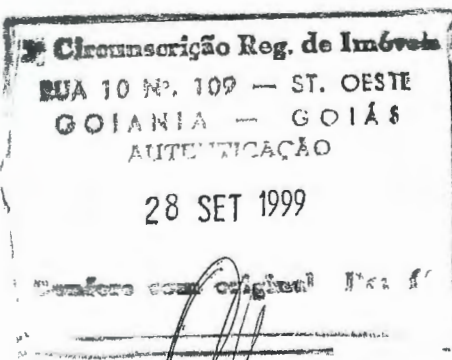
Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

0047503-5

Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

1-033-6 v01





2.5.4 – Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através de apresentação da CND



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617



PREVIDÊNCIA SOCIAL



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº145421999-08601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ:37.825.916/0001-90
NOME:MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
ENDEREÇO:RUA 18 N 110 SALA 506/507 ED.BUSINES CENTER
BAIRRO ou DISTRITO:SETOR OESTE
MUNICÍPIO:GOIANIA
ESTADO:GO
CEP:74120-080

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

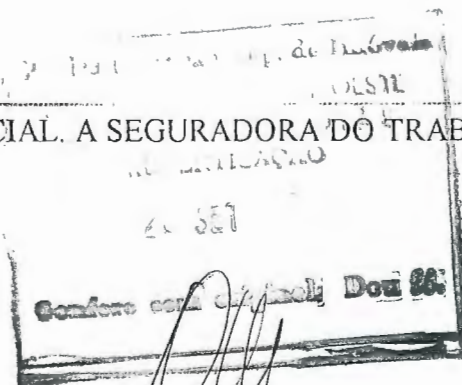
E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 24 DE SETEMBRO DE 1999.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

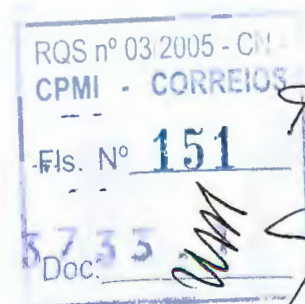
PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHO BRASILEIRO.





2.5.5 – Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

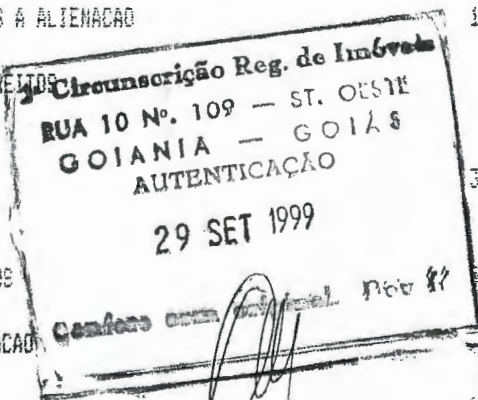
2.5.6 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social



SPC/CM

Rubrica

ATIVO		209.374,99
ATIVO CIRCULANTE		93.841,03
DISPONIBILIDADES		66.878,52
BENS NUMERARIOS		54.204,10
BENS NUMERARIOS	54.204,10	
DEPOSITOS A VISTA		169,53
DEPOSITOS BANCARIOS	169,53	
APLICACOES FINANCEIRAS		12.504,89
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	12.504,89	
CREDITOS VALORES E BENS REALIZAVEIS		21.876,17
CREDITOS DE VENDAS E SERVICOS		15.507,13
DUPLICATAS A RECEBER	15.507,13	
OUTROS CREDITOS		5.661,40
IMPOSTOS RECUPERAVEIS	5.661,40	
OUTROS CREDITOS		707,64
CREDITOS EM CONTA DE TERCEIROS	707,64	
PAGAMENTOS ANTECIPADOS		5.086,34
DESPESAS DE EXERCICIOS SEQUENTES		5.086,34
ANUIDADES E ASSINATURAS	589,02	
PREMIOS DE SEGUROS	4.497,32	
ATIVO PERMANENTE		115.533,96
INVESTIMENTOS		16.243,01
INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS		16.243,01
IMOVEIS DESTINADOS A ALIENACAO	16.243,01	
IMOBILIZADO BENS E DIREITOS		99.290,95
IMOVEIS		39.571,11
EDIFICACOES	39.571,11	
MOVEIS E UTENSILIOS		59.026,40
MOVEIS E UTENSILIOS	59.026,40	
SISTEMAS DE COMUNICACAO		21.599,35
EQUIPAMENTOS	8.833,08	
DIREITOS DE USO	12.766,27	
INSTALACOES		24.342,42
INSTALACOES OPERACIONAIS	24.342,42	
DEPRECIACOES ACUMULADAS		(45.248,33)
DEPRECIACOES ACUMULADAS	(45.248,33)	



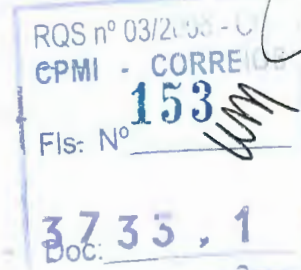
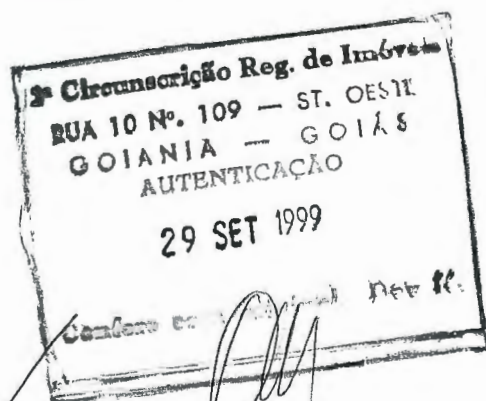
RQS nº 03/2005 CN-
CPML - COMPROVADOS
(45.248,33)
Fis. Nº 152

Doc:

SECO

Rubrica

PASSIVO		209.374,99
PASSIVO CIRCULANTE		51.066,59
FINANCIAMENTO DE GIRO		11.490,86
FORNECEDORES		11.490,86
FORNECEDORES DE MERCADORIAS E SERVICOS	11.490,86	
OBRIGACOES DE FUNCIONAMENTOS		39.575,73
OBRIGACOES TRIBUT E SOCIAIS		29.508,83
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES SOCIAIS	29.508,83	
OBRIGACOES TRABALHISTAS		9.616,90
OBRIGACOES TRABALHISTAS	9.616,90	
CREDITOS DE DIRETORES		450,00
RETIRADA PRO-LABORE	450,00	
PATRIMONIO LIQUIDO		158.308,40
CAPITAL SOCIAL		96.000,00
SUBSCRICAO DE CAPITAL		96.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	96.000,00	
RESERVAS LEGAIS		9.176,00
RESERVAS DE CAPITAL		9.176,00
CORRECAO MONET DO CAPITAL	9.176,00	
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		53.132,40
LUCROS OU PREJ ACUMULADOS		53.132,40
LUCROS ACUMULADOS	77.311,87	
PREJUIZOS ACUMULADOS	(24.179,47)	



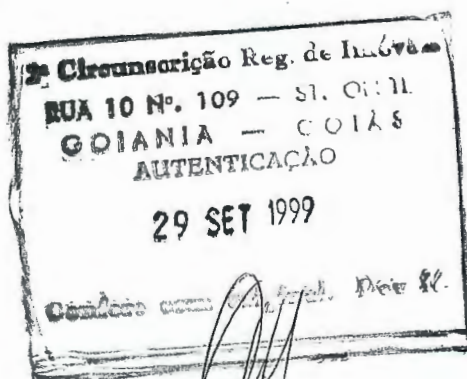
Rubrica

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO GERAL
TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ *****209.374,99
(DUZENTOS E NOVE MIL TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS
E NOVENTA E NOVE CENTAVOS *****)

GOIANIA 31 De Dezembro De 1998

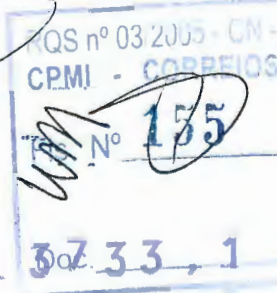
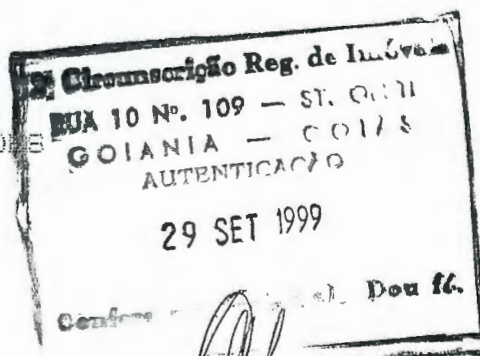
MARCO ANTONIO CHUSHY
Socio-gerente

GERALDO DA CONSOLAÇÃO PEREIRA
Contador - CRC SP 152511/7--60



DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	341.540,25-
SERVICOS VENDIDOS	341.540,25-
PARTICIPACOES E EVENTOS	62.250,00-
HONORARIOS DE VEICULACAO	130.257,36-
SERVICOS DE PRODUCAO E ARTES	87.349,31-
BONIFICACOES DE VOLUME	48.683,58-
FEE VALOR FIXO CONTRATADO	13.000,00-
DEDUCCOES DAS RECEITAS DE SERVICOS	22.749,70
IMPOSTOS E TAXAS	20.911,70
I.S.S.Q.N.	11.861,24
COFINS	6.830,56
PIS FATURAMENTO	2.219,90
DEVOLUCOES E SERVICOS CANCELADOS	1.836,00
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	318.790,55-
CUSTOS DOS SERVICOS VENDIDOS	175.742,41
MATERIAIS APLICADOS E SERV. TERCEIROS	70.790,40
MAD DE OBRA PROPRIA	104.952,01
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	143.048,14-
DESPESAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	139.327,41
DESPESAS COM VENDAS	96.645,30
DESPESAS COM OCUPACAO	47.939,85
UTILIDADES E SERVICOS	31.903,50
DESPESAS GERAIS	9.526,92
IMPOSTOS E TAXAS	4.018,27
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	3.256,76
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	46.532,87
DESPESAS C/ PESSOAL	24.689,20
DESPESAS C/ DIRETORES E ADMINISTRADORES	8.030,79
UTILIDADES E SERVICOS	7.821,74
DESPESAS GERAIS	5.756,07
IMPOSTOS E TAXAS	125,00
DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	110,07
REDITO FINANCEIRO	3.579,14
RECEITAS FINANCEIRAS	1.048,45-
DESPESAS FINANCEIRAS	4.202,68
VARIACOES S/ TRIBUTOS E CONTRIBUICOES	424,91
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	7.429,90-
RESULTADO OPERACIONAL DO EXERCICIO	3.720,73-
RESSULTADO NAO OPERACIONAL	27.900,20
RESULTADO DO EXERCICIO ANTES DAS PROVIDES	24.179,47



\$ 37.33,1

MULTIPROPAGANDA COMUN E MARKETING LTDA

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

SECOM
No. 1442
Co
Rubrica

RESULTADO LIQUIDO APURADO NO EXERCICIO

24.179,47

RESULTADO FINAL LIQUIDO DO EXERCICIO

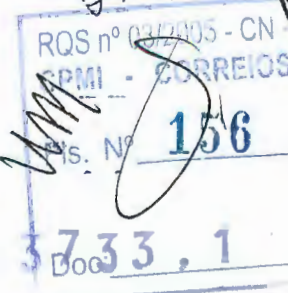
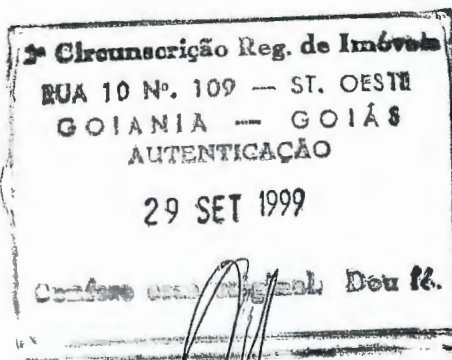
24.179,47

RECONHECEMOS A EXATIDAO DA PRESENTE DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO REFERENTE AO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1998, COM APURACAO DE PREJUIZO FINAL LIQUIDO DE R\$ 24.179,47 (VINTE E QUATRO MIL E CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

GOIANIA-GO, 31 DE DEZEMBRO DE 1998

MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
MARCO ANTONIO CHUAHY
SOCIO DIRETOR

GERALDO DA CONSOLACAO PEREIRA
CONTADOR CRC-SP N. 152511/T-GO



Multipropaganda Comunicação e Marketing Ltda.



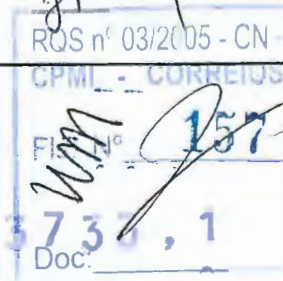
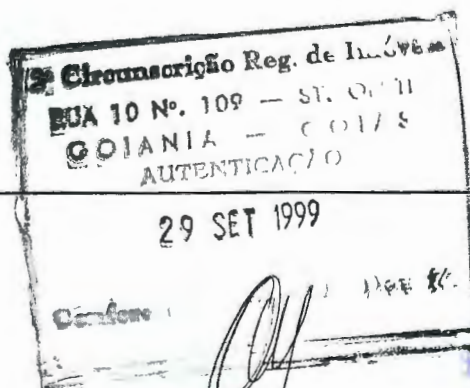
DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOAR EM 31/12/1998

1.-) Origens			(1.353,63)
1.1.-) Das Operações			(12.053,63)
(-) Resultado Líquido do Exercício de 1998			(24.179,47)
(+) Despesa de Depreciação de 1998			16.823,82
(-) Lucro da Venda de Bens do Ativo Permanente			(4.697,98)
1.2.-) Dos Proprietários			-
1.3.-) De Terceiros			10.700,00
(+) Valor de Alienação de Bens e Direitos			10.700,00
2.-) Aplicações de Recursos			116.783,66
2.1.-) Lucros Distribuídos			106.673,50
2.2.-) Aquisição de Bens e Direitos do Permanente			10.110,16
3.-) Insuficiência das Origens de Recursos em Relação às Aplicações, Representando Redução do Capital Circulante Líquido			118.137,29
4.-) Demonstração das Variações do Capital Circulante Líquido			
Elementos	31/12/1997	31/12/1998	Variações
Ativo Circulante	184.764,28	93.841,03	90.923,25
(-) Passivo Circulante	23.852,55	51.066,59	(27.214,04)
(=) Capital Circulante Líquido	160.911,73	42.774,44	118.137,29

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 1998

Geraldo da Consolação Pereira
Contador CRC-SP 152511/T-GO

Marco Antonio Chualhy
Sócio Diretor



DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO DE 1998

Descrição	Valor R\$
(+) Saldo Inicial do Exercício	183.985,37
(-) Resultado Líquido do Exercício	(24.179,47)
(-) Lucros Distribuídos	(106.673,50)
(=) Lucros Acumulados	53.132,40

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 1998

Movimento	Capital Realizado Atualizado			Resultados Acumulados		Total
	Capital Subscrito	A Realizar	Correção Monetária	Lucros	Prejuízos	
SalDOS em 31/12/1997	96.000,00	-	9.176,00	183.985,37	-	289.161,37
(-) Lucros Distribuídos				(106.673,50)	-	(106.673,50)
(-) Resultado Líquido do Exercício					(24.179,47)	(24.179,47)
SalDOS em 31/12/1998	96.000,00	-	9.176,00	77.311,87	(24.179,47)	158.308,40

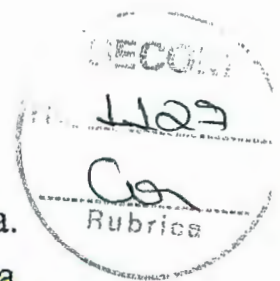
Goiânia-GO, 31 de dezembro de 1998

Geraldo da Consolação Pereira
Contador CRC-SP 152511/T-GO

Marco Antonio Chuahy
Sócio Diretor



Multipropaganda Comunicação e Marketing Ltda.
Demonstração da Situação Econômica Financeira



2.5.5 - Documentação relativa à qualificação financeira:

2.5.6 - Balanço Patrimonial - Índices de Comprovação da Situação Financeira:

$$a) LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Ativo Circulante = 93.841,03

Realizável a Longo Prazo = 0,00

Passivo Circulante = 51.066,59

Exigível a Longo Prazo = 0,00

$$LG = \frac{93.841,03 + 0,00}{51.066,59 + 0,00}$$

$$LG = \frac{93.841,93}{51.066,59}$$

$$LG = 1,8376$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Ativo Total = 209.374,99

Passivo Circulante = 51.066,59

Exigível a Longo Prazo = 0,00

$$SG = \frac{209.374,99}{51.066,59 + 0,00}$$

$$SG = \frac{209.374,99}{51.066,59}$$

$$SG = 4,1000$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ativo Circulante = 93.841,03

Passivo Circulante = 51.066,59

$$LC = \frac{93.841,03}{51.066,59}$$

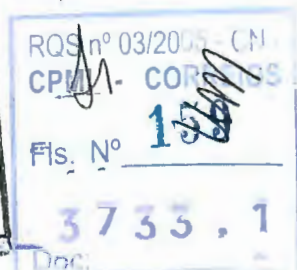
$$LC = 1,8376$$

b) Patrimônio Líquido = R\$ 158.308,40

Capital Social = R\$ 96.000,00

Conclusão:

circunscricao Reg. de Imóveis
BUA 10 No. 109 - ST. OESTE
GOIANIA - GOIAS
AUTENTICAÇÃO
29 SET 1999



Multipropaganda Comunicação e Marketing Ltda.
Demonstração da Situação Econômica Financeira

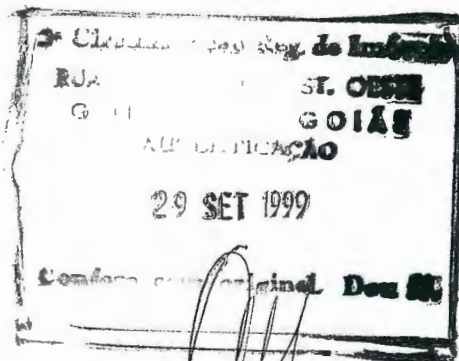
1108

Rubrica

A situação financeira da empresa é plenamente satisfatória pois, os índices de Liquidez Geral - LG e Liquidez Corrente - LC, apresentam resultado igual de 1,8376, ou seja, maior que 1,00, ademais, o Patrimônio Líquido é de R\$ 158.308,40 e o Capital Social é de R\$ 96.000,00.

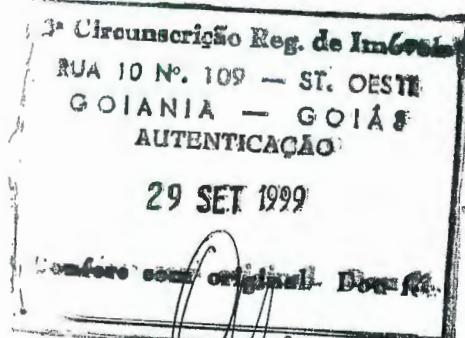
Geraldo da Consolação Pereira
Contador CRC-SP 152511/T-GO

Marco Antonio Chualhy
Sócio Diretor



RQS 03 2000 CN -
CPME - CPMR
FIS. Nº 160
\$ 3733,1
Doc.

TERMO DE ABERTURA



CONTÉM ESTE LIVRO 458 FOLHAS EMITIDAS E NUMERADAS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS DO NÚMERO 001 AO 458 E SERVIRÁ PARA O REGISTRO E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS OPERAÇÕES PRÓPRIAS DA EMPRESA ABAIXO, NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1998.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

VALIDADE: 31.03 2000 TÉCNICO

GERALDO DA CONSOLAÇÃO PEREIRA

PRACA WALTER SANTOS N.420

CRCGO: SP-152511/T-3 CPF: 071.414.798/21

CEP : 74533-250 GOIANIA

VÁLIDO EXCLUSIVAMENTE PARA O PROFISSIONAL OU ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL QUE O REQUEREU

0
6
4
9
1
S
É
R
I
E
"E"

Empresa.....: MULTIPROPAGANDA COMUM E MARKETING LTDA
Endereço.....: RUA 18, N.110, ED B.CENTER, 315 506/7
Cidade.....: GOIANIA - GO
C.B.C.....: 37.825.916/0001-70
Inscrição.....: ISENTA
Junta Comercial...: 522.0107850,6
Data Registro : 20/05/1993

GOIANIA, 01 de Janeiro de 1998

MARCELO ANTONIO CHAVES
SOCIEDADE DIRETOR

GERALDO DA CONSOLAÇÃO PEREIRA
CONTADOR

COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
de Autenticação 99017249 0
Este livro/ficha, por mim exami-
conferido, atesta-se em conformi-
com a legislação em vigor em seus
de abertura e de encerramento.
17/09/99
Margarida de Fátima F. Costa



RJS nº 03/2/05
CPMI - COP
F.S. Nº 101
3733,1
Doc:

TERMO DE ENCERRAMENTO

=====

CONTEN ESTE LIVRO 458 FOLHAS EMITIDAS E NUMERADAS POR PROCESSAMENTO ELETRONICO DE DADOS DO NUMERO 001 AO 458 E SERVIU PARA O REGISTRO E ESCRITURACAO CONTABIL DAS OPERACOES PROPRIAS DA EMPRESA ABAIXO REFERENTE AO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1998.

1ª Circunscrição Reg. de Imóveis
RUA 10 Nº. 109 — ST. OESTE
GOIANIA — GOIÁS
AUTENTICAÇÃO

29 SET 1999

Lembre-se com o original desta

Empresa.....: MULTIPROPAGANDA COMUN E MARKETING LTDA
Endereço.....: RUA 10, N.110, ED W.CENTER, SL3 506/7
Cidade.....: GOIANIA - GO
C.G.C.....: 37.825.916/0001-90
Inscrição.....: ISENTA
Junta Comercial...: 522,0107830,6
Data Registro : 20/05/1993

37
09
99

GOIANIA, 31 de Dezembro de 1998

MARCELO CHIAHY
SOCIO DIRETOR

GERALDO DA CONSOLACAO PEREIRA
CONTADOR

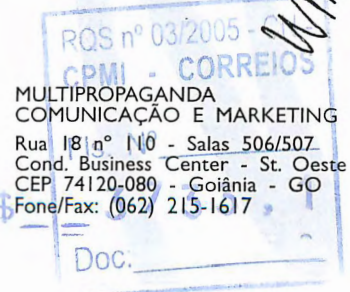
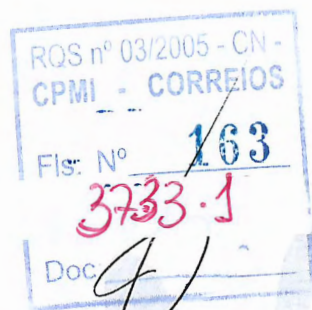
RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORRIGIOS

Fls. Nº 109

\$ - Doc. 37.33,1



2.5.7 – Certidão negativa de falência e concordata





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA que, atendendo a requerimento de parte interessada, verificou no arquivo, livros, fichas e demais papéis do Cartório Distribuidor **nada constar**, em andamento e desde a sua instalação até a presente data, nenhuma distribuição a qualquer dos Cartórios Cíveis desta Comarca, de ações ou litígios contra:

NOME MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
NVMUJQSPQBHBOEB DPNVOJDBDEF F NESLFUJOH MUEB
OWNVKRTQRCICPEC EQOWPKECECQ G OCTMGVKPI NVFC
PXOWLSURSDJDQGD FRPXQLEFDFR H PDUNHWLQJ OWGD

NACIONALIDADE:
CPF/CGC/C.I.: 37.825.916/0001-90
ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO: Pessoa Juridica
ENDEREÇO: NESTA CAPITAL

BUSCA: ULTIMOS 20 (VINTE) ANOS

NADA MAIS. Era tudo quanto pôde certificar relativamente ao que foi requerido ao Cartório Distribuidor, do que se reporta e dá fé.

DADA E PASSADA nesta cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, aos vinte e tres dias do mes de Setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove. (23/09/1999).

BEL. LUIS SILVA
DISTRIBUIDOR JUDICIAL

Valor da certidão.....R\$ 12,03
Valor da Taxa Judiciária...R\$ 3,52
Total.....R\$ 16,35
Data da Receita..... 22/09/1999
Taxa Judiciária recolhida
Atraves da Guia n.: 812666-6

3ª Circunscrição Reg. de Imóveis
VÁLIDO SOMENTE O ORIGINAL
GOIÁS

28 SET 1999



10000998126666
RQE 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 164

Doc. 3733.1

Atenção: conferir a sequência alfabética do nome certificado.

Esta Certidão tem valor transitório (30 dias) - só é válida com o nome CC...PLETO do(a) Certificado(a) DISTRIBUIDOR

1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVAO(ã) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA A requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
CGC : 37.825.916/0001-90

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goias aos vinte e tres de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (23 / 9 / 1999).

COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil

Bel João Batista Franco
Titular

JOAO BATISTA FRANCA

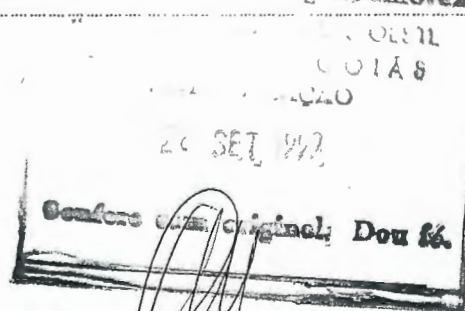
ESCRIVAO(ã) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

FLAVIA
CONFERENTE

PITAGORAS
EMITENTE

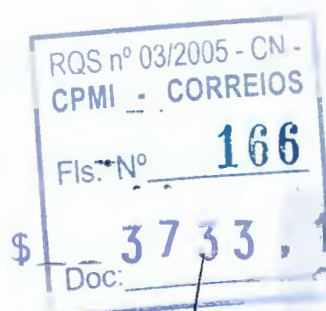
Numero da Guia : 00812665.8
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS



2.6 – Documentação relativa à qualificação técnica:

2.6.1 – 3 (três) atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o efetivo desempenho de serviços realizados





02.114.686/0005-09

SANTA CRUZ IMPORTAÇÃO E
COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

AV. BERNARDO SAYÃO Nº 1.731
SETOR CENTRO OESTE

- CEP 74120-120 -

GOIÂNIA - GO

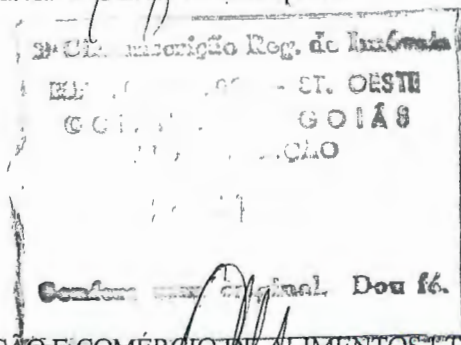
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Goiânia - GO, situada à Rua 18, nº 110, Edifício Business Center, salas 506/7, Setor Oeste, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 37.825.916/0001-90, é prestadora de serviços na área de Comunicação e Marketing, especificamente como Agência de Propaganda e Publicidade, e que, realiza trabalhos nesta área para nossa empresa, demonstrando grande capacidade técnica e operacional, agindo sempre com honestidade e pontualidade, cumprindo plenamente todos os seus contratos, motivo pela qual não temos nada que a desabone e que fornecemos o presente atestado.

Por ser a expressão da verdade firmamos o presente.

Goiânia - GO, 24 de setembro de 1.999

Márcia Adriane Carrilho Marques



SANTA CRUZ IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

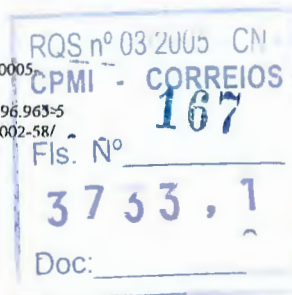
FAMA: Av. Bernardo Sayão, 1731 - Setor Centro Oeste - Goiânia - Goiás - Telefone: (062) 211-3000 - telfax (062) 211-3234 - 02.114.686/0005-

09/10296964-3

MARISTA: Av. "D" nº 105 - Setor Marista - Goiânia - Go - Telefone: (062) 241-1922 - Telfax: (062) 241-1454 - 02.114.686/0004-10 / 10296.963-5

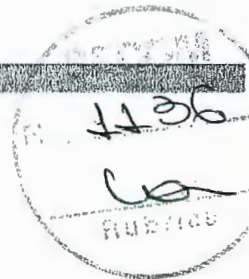
CASTILHO: Av. Castelo Branco, 3837 - Setor Rodoviário - Goiânia - Goiás - Telefone (062) 271-1551 - Telfax (062) 233-8681 - 02.114.686/0002-58/

10296964-7





**Câmara de
Dirigentes
Lojistas de Goiânia**

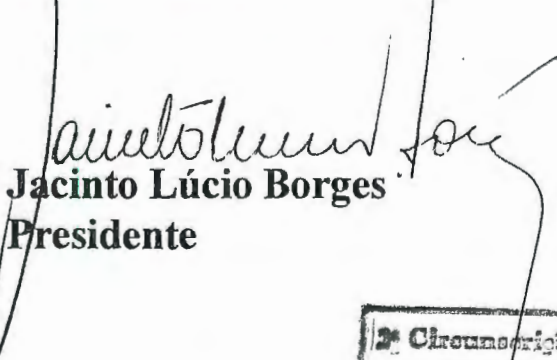


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

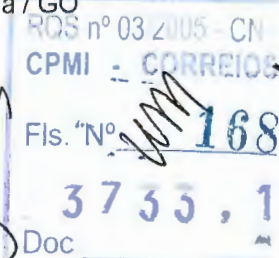
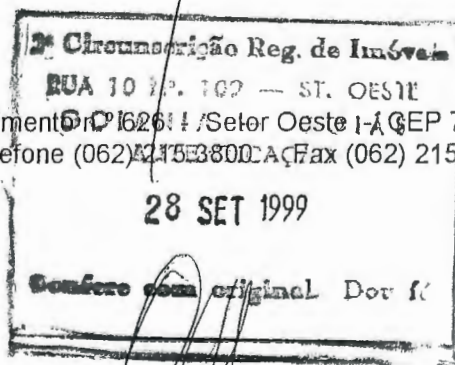
Declaramos para os devidos fins, que a empresa **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Goiânia - GO, situada à Rua 18, nº 110, Edifício Business Center, salas 506/7, Setor Oeste, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 37.825.916/0001-90, é prestadora de serviços na área de Comunicação e Marketing, especificamente como Agência de Propaganda e Publicidade, e que, realiza trabalhos nesta área para nossa empresa, demonstrando grande capacidade técnica e operacional, agindo sempre com honestidade e pontualidade, cumprindo plenamente todos os seus contratos, motivo pela qual não temos nada que a desabone e que fornecemos o presente atestado.

Por ser a expressão da verdade firmamos o presente.

Goiânia - GO, 24 de setembro de 1.999


Jacinto Lúcio Borges
Presidente

Rua Cap. Jurandir Nascimento nº 1626 - Setor Oeste - CEP 74.115-100 - Goiânia / GO
Telefone (062) 42153800 - Fax (062) 215.5300





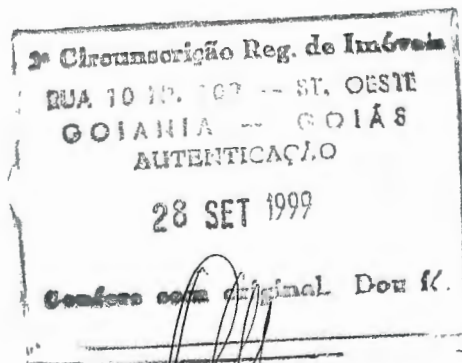
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Goiânia - GO, situada à Rua 18, nº 110, Edifício Business Center, salas 506/7, Setor Oeste, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 37.825.916/0001-90, é prestadora de serviços na área de Comunicação e Marketing, especificamente como Agência de Propaganda e Publicidade, e que, realiza trabalhos nesta área para nossa empresa, demonstrando grande capacidade técnica e operacional, agindo sempre com honestidade e pontualidade, cumprindo plenamente todos os seus contratos, motivo pelo qual não temos nada que a desabone e que fornecemos o presente atestado.

Por ser a expressão da verdade firmamos o presente.

Goiânia - GO, 24 de setembro de 1.999

TROPICAL CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA.
CGC: 73.581.399/0001-15





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

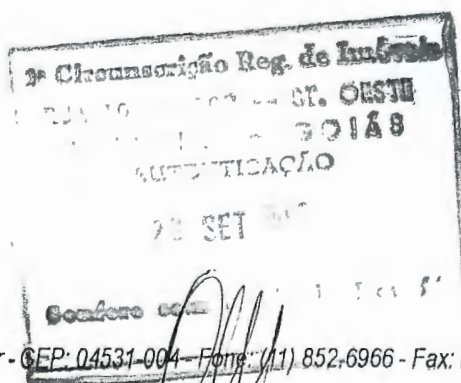


DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de licitação, que a
MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E
MARKETING LTDA. é nossa associada desde 10 de
dezembro de 1997, sob o número de inscrição 393,
encontra-se plenamente quite com suas obrigações sociais.

São Paulo, 09 de setembro de 1999.


Decio Venero
Diretor Executivo



2.6 - Da Qualificação Técnica

- **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado**

A Multipropaganda pode comprovar possuir aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, de acordo com o artigo 30, inciso II, da Lei 8.666, tendo em vista contar em sua carteira de clientes com anunciantes de varejo, de alta solicitação.

Assume, em consequência, **o compromisso de atender** às solicitações emanadas do Governo, **dentro dos seguintes prazos**, para quaisquer quantidades:

- a) criação de anúncios, campanhas, impressos ou comerciais isolados: - de 3 a 5 dias úteis após a reunião de briefing;
- b) produção de comerciais, gravação de jingles e spots, produção de anúncios, produção e impressão de materiais gráficos, peças promocionais, desde que autorizados para Goiânia: - de 3 a 5 dias úteis após a aprovação de layouts, roteiros, story boards e seus respectivos orçamentos de produção;
- c) publicidade legal: publicação de balanços, atas, editais, etc: - 2 dias após o recebimento dos originais e aprovação dos planos de mídia, desde que a veiculação seja prevista para o Centro-Oeste.

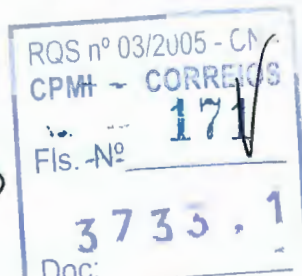
- Das Instalações

"Sistemas Operacionais"

Sistema de computadores composto por um servidor dedicado modelo Pentium Pro 200 Mhz, 64 k de memória RAM, HD de 6 Gb, monitor SVGA de 14 polegadas;

HUB Accton 10 Mb 16 portas;

2 computadores Pentium PRO 200 Mhz, 64 Mb de memória RAM, HD de 2 Gb, monitores SVGA (um deles conectado ao provedor de Internet Rede Delta via ondas de rádio), 2 computadores Pentium III 400 Mhz, 128 Mb de memória RAM, HD de 6 Gb, monitores SVGA, 1 computador Pentium III 450 Mb, 128 Mb de memória RAM, HD de 13 Gb, monitor SVGA, conectado ao provedor de Internet ZAZ (via modem), 1 computador Pentium PRO 200 Mhz, 64 Kb de memória RAM,





HD de 2 Gb, monitor SVGA, 1 computador Pentium 200 Mhz, 64 Kb de memória RAM, HD de 4 Gb, monitor SVGA, 1 computador Pentium PRO 300 Mhz, 64 Kb de memória RAM, HD de 4 Gb, monitor SVGA, e 1 computador Pentium 200 Mhz, 64 Kb de memória RAM, HD de 2 Gb, monitor SVGA, todo o sistema interligado por Rede Novell; 1 scanner HP Scanjet 3 C, 3 impressoras HP 820 Cxi, 1 impressora HP 692 C, 1 impressora LaserJet 6 L, 1 impressora Epson LQ 1070 e 1 impressora Epson LX 300.

Software Publmanager for Windows, fornecido pela Progress Informática, de Porto Alegre, com módulos de atendimento, planejamento de mídia, pesquisa de mídia, finanças, tráfego, cadastros, relações públicas e produção;

Intranet - Correio Eletrônico interno

- **Do Aparelhamento**

“Sistemas de Comunicação”

8 linhas telefônicas seqüenciais, acessadas pelo número 215-1617, e mais uma linha direta, de número 215-2608.

Fax Toshiba, ligado a todas as linhas telefônicas.

Acesso à Internet por conexão via rádio (Rede Delta), à qual estão ligados os computadores da Diretoria, Criação e Mídia.

Acesso à Internet pelo provedor ZAZ, ao qual está ligado o computador do estúdio.

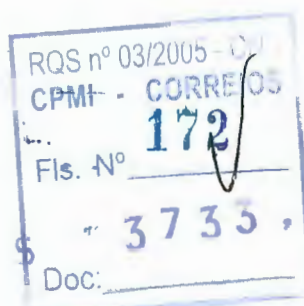
Endereço eletrônico: multipropaganda@zaz.com.br

- Qualificação do pessoal técnico, responsáveis e disponíveis para a realização do objeto.

Marco Antonio Chuahy

Diretor Executivo – responsável pela operação dos clientes, é bacharel em Comunicação Social, formado pela Faculdade Anhembí (SP).

Acumula 29 anos de experiência profissional





Ana Luzia Neves

Diretora de Mídia – curso incompleto de Relações Públicas (UFG)
Acumula 18 anos de experiência profissional

Elaine Neves de Freitas

Gerente Geral de Operações
Acumula 15 anos de experiência profissional

Anderson Milhomem

Diretor de Arte e Web Designer
Acumula 10 anos de experiência profissional

Licinha de Paula

Diretora de Criação
Formada em Comunicação Social (UFG) e em Direito (UCG)
Acumula 5 anos de experiência profissional

André Melo

Diretor de Arte
Acumula 6 anos de experiência profissional

Roseclair Carneiro de Castro

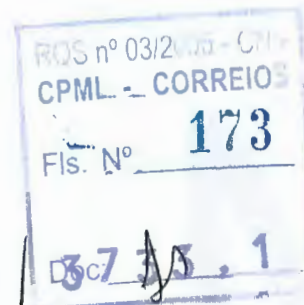
Assistente Administrativa
Formada em Comunicação Social (UMC - SP) e em Direito (UMC - SP)
Acumula 7 anos de experiência profissional

Hosana Alves

Secretária Executiva
Acumula 3 anos de experiência profissional

Lara Chaer

Estagiária de Criação/Arte
Estuda Arquitetura (UCG)





2.6.2 – Comprovação de possuir, em seu quadro permanente, profissional com formação nas áreas de comunicação e marketing



MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 nº 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617



2.6.2.

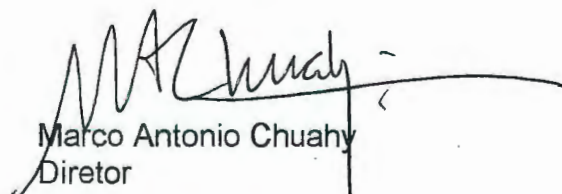
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o profissional Marco Antonio Chuahy é bacharel em Comunicação Social, formado em 1973 pela Faculdade de Comunicação Social Anhembí, e integra o quadro permanente da Multipropaganda Comunicação e Marketing Ltda., como comprova o diploma em anexo.

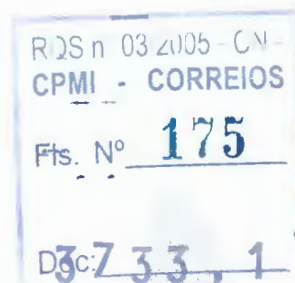
Conseqüentemente, a Multipropaganda possui, em seu quadro funcional permanente, profissional de reconhecida capacidade técnica e, portanto, habilitado para a execução de trabalhos, objeto da presente licitação, conforme exigido pela Lei 8.666, artigo 30, inciso I.

P

Goiânia, 27 de setembro de 1999.


Marco Antonio Chuahy
Diretor







MULTIPROPAGANDA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
Rua 18 n° 110 - Salas 506/507
Cond. Business Center - St. Oeste
CEP 74120-080 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (062) 215-1617









República Federativa do Brasil

Faculdade de Comunicação Social Anhembí

Reconhecida pelo Governo Federal, Decreto n.º 74.584 de 09 de agosto de 1974



E, Professor Sebastião Hermes Verniano, Diretor da Faculdade de Comunicação Social Anhembí,
tendo presente o termo de Colação de Grau de
Bacharel em Comunicação Social
conferido no dia 12 de agosto de 1974 a

Marco Antonio Chuahy

natural de Piracicaba - Estado de São Paulo, nascido a 28 de setembro de 1951,
filho de Miguel Chuahy e de Theresinha Scudeller Chuahy

e usando da autoridade que me confere o Regimento Interno desta Faculdade mandei expedir-lhe o
presente Diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidos a este título
pelas leis do Brasil.

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO, POR DELEGACÃO DE COM.
PETENCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA
São Paulo, 25 OUT 1974

JOSE GERALDO SOARES DE MELLO
Secretário Geral

Diretor

Deputado Federal

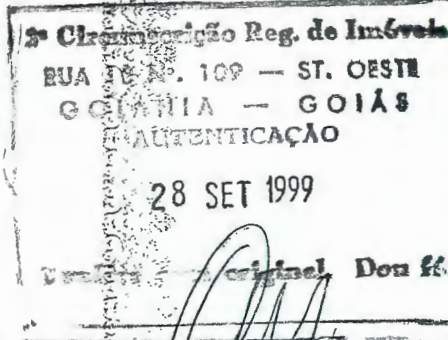


São Paulo, 16 de Janeiro de 1976

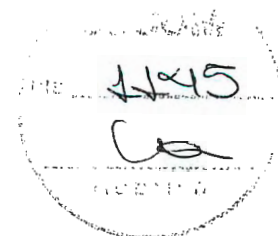
Instituto Superior de Comunicação Publicitária
Entidade Mantenedora

Secretário

© Diplomado



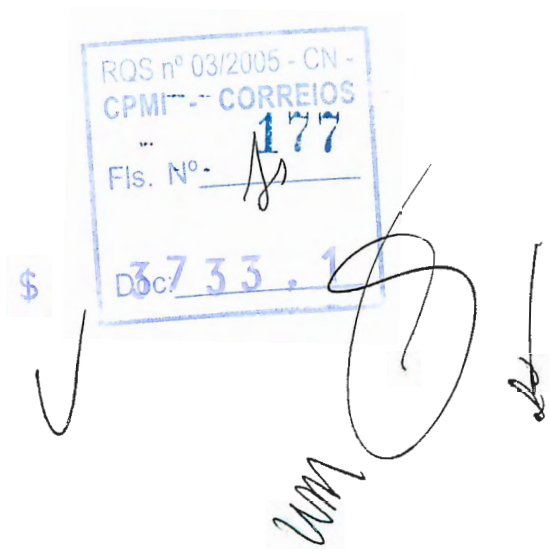
Subscrição



P

2.4 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

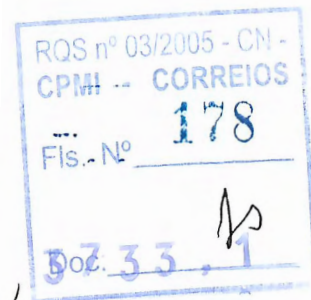
A handwritten scribble or signature consisting of several overlapping loops.





2.4.1 – Documentação referente à habilitação jurídica:

2.4.1.1 – Contrato Social



\$

D&M

comunicação
Associada
PUBLICIS·NORTON



DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO / CONSOLIDAÇÃO

D & M COMUNICAÇÃO LTDA

DALVA BARBOSA, brasileira, divorciada, publicitária, portadora da carteira de identidade nº 467.643 expedida pela SSP/DF, CPF/MF nº 214.182.411-72, residente e domiciliada à SQN 408, Bloco A, Apartamento 301, Brasília-DF;

PAULO CÉSAR OLIVEIRA MARQUES, brasileiro, casado, publicitário, portador da carteira de identidade nº 265.144 expedida pelo INI/DF e do CPF nº 224.850.231-15, residente e domiciliada nesta capital;

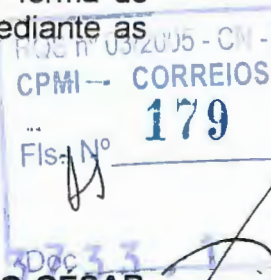
PAULO CABRAL JÚNIOR, brasileiro, casado, publicitário e jornalista, portador da carteira de identidade nº M-1.067.202 expedida pela SSP/MG e CPF nº 008.684.186-68, residente e domiciliado nesta capital, e;

FERNANDO ANTONIO CABRAL DE ARAÚJO, brasileiro, casado, publicitário, portador da carteira de identidade nº 398.070 expedida pela SSP/DF e CPF nº 186.415.551-53, residente e domiciliado à SQN 309, Bloco O, Apartamento 211, Brasília-DF;

Únicos sócios da sociedade denominada **D & M COMUNICAÇÃO LTDA**, estabelecida nesta Capital Federal no SRTVS, Quadra 701, Conjunto E Bloco 01 nº 12 Salas 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 114, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal, sob nº 532.0034746-6, de 05-03-87, e alterações posteriores, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar seus atos constitutivos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Retira-se neste ato em caráter definitivo da sociedade o sócio **PAULO CÉSAR OLIVEIRA MARQUES**, possuidor de 250.980 (Duzentas e Cinquenta Mil, Novecentas e Oitenta) cotas de capital no valor nominal de R\$ 250.980,00 (Duzentos e Cinquenta Mil, Novecentos e Oitenta Reais), por haver cedido e transferido 109.470 (Cento e Nove Mil, Quatrocentas e Setenta) cotas de capital no valor nominal de R\$ 109.470,00 (Cento e Nove Mil, Quatrocentos e Setenta Reais) ao sócio **PAULO CABRAL JÚNIOR** e; 141.510 (Cento e Quarenta e Um



Mil, Quinhentas e Dez) cotas de capital no valor de R\$ 141.510,00. (Cento e Quarenta e Um Mil, Quinhentos e Dez Reais) ao sócio **FERNANDO ANTÔNIO CABRAL DE ARAÚJO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sócia **DALVA BARBOSA** cede e transfere 10.680 (Dez Mil Seiscentas e Oitenta) cotas de capital no valor nominal de R\$ 10.680, 00 (Dez Mil Seiscentos e Oitenta Reais) ao sócio **FERNANDO ANTÔNIO CABRAL JUNIOR**.

Parágrafo Único - Cedentes e cedidos dão entre si e a sociedade a mais plena, geral e rasa quitação das cotas ora cedidas, nada mais tendo a reclamar em tempo algum.

CLÁUSULA TERCEIRA

Parágrafo Primeiro - Com a presente alteração o Capital Social ficará assim distribuído entre os sócios:

DALVA BARBOSA	240.300	COTAS	R\$ 240.300,00	30%
PAULO CABRAL JÚNIOR	360.450	COTAS	R\$ 360.450,00	45%
FERNANDO A. CABRAL DE ARAÚJO	200.250	COTAS	R\$ 200.250,00	25%
TOTALIZANDO	801.000	COTAS	R\$ 801.000,00	100%

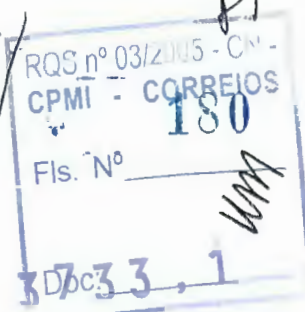
Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é na forma da Lei, limitada ao valor total do capital social.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do Contrato Social e Alterações posteriores que não foram alteradas por este instrumento continuarão em pleno vigor, como se aqui estivessem expressas.

CONSOLIDAÇÃO

Resolvem assim, consolidar as suas disposições contratuais, que passam a ser regidas pelas cláusulas e condições, a saber:





CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a denominação social de **D & M COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede em Brasília-DF, no SRTVS Quadra 701 Conjunto E Bloco 01 nº 12 Salas 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 114, podendo abrir filiais, sucursais e/ou escritórios de representação em qualquer parte do Território Nacional, ou fora dele, inclusive participar da composição societária de outras empresas, mediante deliberação dos cotistas que detenham a maioria do Capital Social.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Março de 1987, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de marketing, tais como propaganda, publicidade, promoção e relações públicas, especialmente planejamento, criação e veiculação de campanha, utilizando os mais diversos meios de comunicação.

CLÁUSULA QUARTA

O Capital Social é de R\$ 801.000,00 (Oitocentos e Um Mil Reais), dividido em 801.000 (Oitocentas e Uma Mil) cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real), totalmente integralizado, e está assim distribuído entre os sócios:

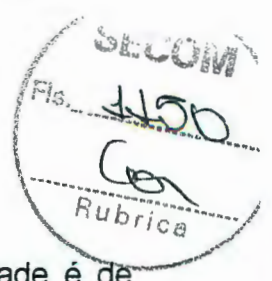
DALVA BARBOSA	240.300	COTAS	R\$ 240.300,00	30%
PAULO CABRAL JÚNIOR	360.450	COTAS	R\$ 360.450,00	45%
FERNANDO A. CABRAL ARAÚJO	200.250	COTAS	R\$ 200.250,00	25%
TOTALIZANDO	801.000	COTAS	R\$ 801.000,00	100%

Parágrafo Único - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada à importância total do Capital Social.

CLÁUSULA QUINTA

Além da gerência, administração e uso da denominação social, a todos os sócios compete a assinatura, sempre em conjunto de 02 (dois), de todos os títulos e demais documentos de responsabilidade e do principal interesse da sociedade, representando-a ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhes o uso de todos os poderes necessários à conservação perfeita do objetivo social e ao normal funcionamento da sociedade.





Parágrafo Primeiro - A operacionalização das atividades da sociedade é de responsabilidade do sócio **PAULO CABRAL JÚNIOR**, com o título de **PRESIDENTE**, competindo-lhe o exercício dos poderes inerentes ao cargo e função.

Parágrafo Segundo - É vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos sociais.

CLÁUSULA SEXTA

As deliberações sociais, inclusive alterações ao contrato social e a própria natureza da sociedade, são tomadas consensualmente. Não ocorrendo, serão então adotadas pela maioria simples do capital social através do voto individual de cada cotista.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os sócios podem ter retiradas mensais a título de Pró-Labore, observando-se os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os sócios deliberam sobre o estabelecimento de remuneração adicional àqueles que se encontram no efetivo exercício de suas funções na sociedade.

CLÁUSULA OITAVA

Nenhum cotista pode ceder ou transferir suas cotas, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento dos demais sócios, os quais tem sempre preferência na sua aquisição, em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA

Em caso de retirada, interdição, inabilitação ou falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolve, podendo ser substituído por outro, devendo ser procedido um Balanço Geral Extraordinário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento, para apuração dos haveres do sócio retirante, interdito, inabilitado ou falecido, que lhe será pago ou aos seus herdeiros legais da seguinte forma: do balanço apurado, 25% (vinte e cinco por cento) dentro de 90 (noventa) dias, e o restante 75% (setenta e cinco por cento) em 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, acrescidos estas de juros e correção monetária na forma da lei, sendo a primeira com vencimento para 30 (trinta) dias após o pagamento da inicial.



CLÁUSULA DÉCIMA



O exercício social coincide com o ano civil, quando é levantado o Balanço Patrimonial da sociedade, para apuração dos lucros ou prejuízos, que podem ser distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de sua participação societária, como também podem ser transferidos para as contas de Lucros ou Prejuízos acumulados, para a sua utilização ou amortização em exercícios futuros, de acordo com a decisão da sociedade na época da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade pode dispor de um Conselho Consultivo composto de pessoas de notável saber, cujos nomes são sucessivamente propostos e aprovados pelos sócios.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Consultivo recebem pelas suas respectivas presenças nas reuniões, jetton cujo valor deve ser fixado e atualizado por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

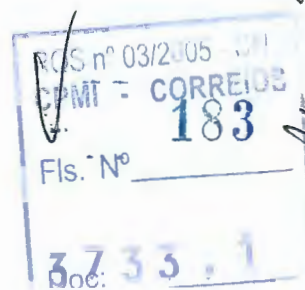
Aos casos omissos incidem as normas da Lei das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, no que for aplicável, às normas da Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os sócios desde já, se obrigam por si, seus herdeiros ou sucessores legais, ao pleno, geral e irrenunciável cumprimento do presente contrato em todas as suas cláusulas, termos e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA



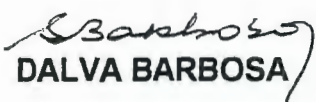
Fica eleito o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões que possam advir atinentes ao presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília-DF., 05 de janeiro de 1998.

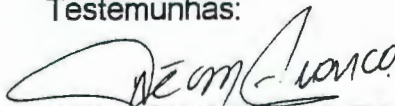

PAULO CÉSAR OLIVEIRA MARQUES

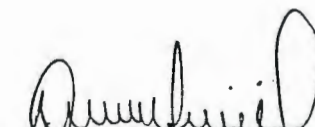

PAULO CABRAL JÚNIOR

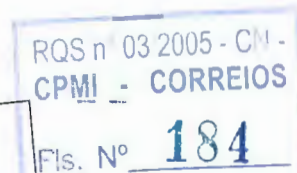

DALVA BARBOSA


FERNANDO ANTONIO CABRAL DE ARAÚJO

Testemunhas:


WELTON DE MELO FRANCO
C.I. Nº 1.685.633 - SSP/DF


HIGIA RODRIGUES GONÇALVES
C.I. Nº 1.554.620 - SSP/DF





[Handwritten signature]

2.5 – Documentação referente à regularidade fiscal:

2.5.1 – Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF)

[Handwritten signature]

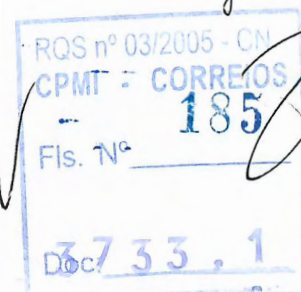
Inscrição nos Cadastros Gerais de Contribuintes Estadual e Municipal

[Handwritten signature]

D&M

Associação
PUBLICIS-NORTON

SRTV Sul Q. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br



Senhor Contribuinte,

Estamos fazendo a entrega do Cartão CNPJ de seu estabelecimento, em substituição ao Cartão CGC.

Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal ou Unidade Cadastradora de Órgão Conveniente ao CNPJ que o jurisdiciona para as alterações necessárias.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00000145

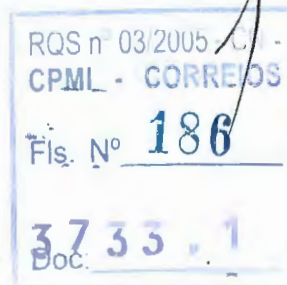


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.719.250/0001-01	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 05/03/1987	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL D&M COMUNICACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.40-3 - PUBLICIDADE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA			
LOGRADOURO SRTVS, QD 701 CJ E BL 01		NÚMERO 12	COMPLEMENTO SL 102/05 107/12, 114
CEP 70340-000	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 214.182.411-72	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO: 54/98

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
FISCAL - DIF

CF/DF

07319928/001-66

Nome/Razão Social

D & M COMUNICACAO LTDA

Título do Estabelecimento (Nome de Fantasia)

D & M

Tipo de Contribuinte

SOCIEDADE POR QUOTA DE RESP. LIMITADA

Código de Atividade Econômica

ISS : 51217
ICMS : XXXXX
IUVIC : XXXXX

Data de Início da Atividade

01/03/87
XX/XX/XX
XX/XX/XX

FAC - Nº do Protocolo

213-46917/13

DIF-Data da Emissão

14/11/95

CGC/CPF

02.719.250/0001-01

Endereço

SRVUS 701 E 1 S 102 A 105 107 A 112 E 114

Localidade: Cidade Satélite ou Bairro

ASA SUL

Município

BRASILIA

UF

DF





P

2

1

2.5.2 – Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e da Dívida Ativa

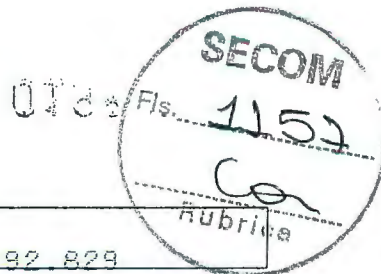
mm

9





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



Nº.: E-

2.992.829

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 02.719.250/0001-01

D&M COMUNICAÇÃO LTDA

SRTVS, DIQD 7011034

CEP: 70340-000

BRASILIA DF

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO

DE 1966; (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL RECELESTE DOCUMENTO TEMER OS MESMOS

EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-

FERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-

DO SOMENTE DEBITOS EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

A CONDIÇÃO ABADDO ESPECIFICADA

COMPENSAÇÃO DE PAGAMENTO

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

ESTA CERTIDÃO REFERE SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CON-

TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NÃO CONSTITUIN-

DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM

DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-

ZENDA NACIONAL

VALIDADE ATÉ 23/03/2000, EMITIDA EM 23/09/1999

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO Y ASSINATURA

MF-SRF/DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL

Brasília, DF, 23/09/99

Júlio Cesar de A. Cruz

Del. Comp. Port. 80/97

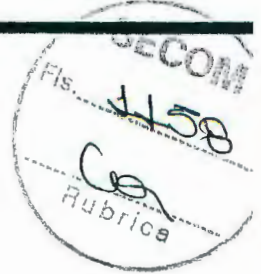
DDU 10/01/98

PJS nº 03/2005-CN-

CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 189

Doc. 37.33



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DA RECEITA

1365815

CERTIDÃO

Atendendo a requerimento da parte interessada e, de acordo com as informações que constam dos cadastros fiscais desta Secretaria, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Distrito Federal de cobrar quaisquer débitos que posteriormente venham a ser apurados.

CERTIFICO QUE

CERTIDÃO NR-- 232-00.108.651/99

NOME -- D & M COMUNICACAO LTDA

NAO CONSTA(M) DEBITO(S) EM NOME DA REQUERENTE, NA FORMA GRAFADA NESTA CERTIDÃO, CONSTANTE DO REQUERIMENTO

ENDERECO -- SRTVS 701 E 1 S 102
A 105 107 A 112 E 11

**** SEM VALIDADE PARA CONCORDATA ****

CIDADE -- BRASILIA DF
CPF --
CGC -- 02719250000101

IDENTIDADE --
INSC ISS --
INSC ICMS --
CF/DF -- 0731992800166 -- ATIVA

FINALIDADE -- JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

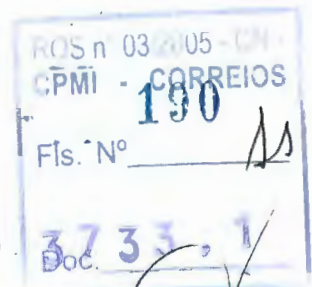
ESTA CERTIDAO E VALIDA PELO PRAZO DE 090 DIAS A PARTIR DESTA DATA

BRASILIA-DF 22 DE Julho

Sueli R. Ramos
Assist. Téc. de Adm. Mat. 02543;
Serv. de Atend. ao Contribuinte/DT/SEF

Jose Celso da Silva
Téc. Tributário do DF - Mat. 90.238-4
Serv. de Atend. ao Contribuinte/DT/SEF

SIGNATURA DO FUNCIONARIO





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - DISTRITO FEDERAL



REQUERIMENTO Nº

07742/99

CERTIDÃO Nº

01208 / 99

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

D & M COMUNICAÇÃO LTDA

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF

02.719.250/0001-01

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

***** 0001 *****

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

R\$ 25.054,33

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE EXISTIR UMA INSCRIÇÃO ATIVA.

EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO POSITIVA, QUE VAI ASSINADA POR *Jose Luiz da Silva Peixoto*, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS NEGATIVOS NOS TERMOS DO ART. 206 CTN. (DÉBITOS PARCELADOS).

BRASILIA, 10 de AGOSTO de 99

RQS nº 03/2005 CN -
CPMI - CORREIOS
FIS: Nº 191

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Jose Luiz da Silva Peixoto

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 180 DIAS
ART. 3º DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0399001298553



Handwritten signature.

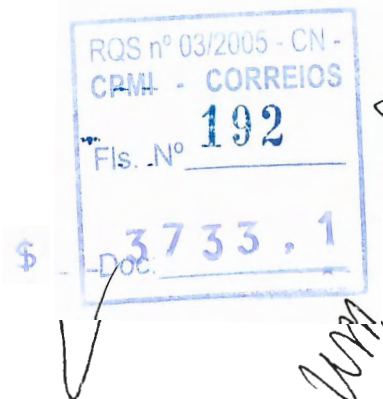
Handwritten signature.

5.2.3 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

Handwritten signature.

D&M

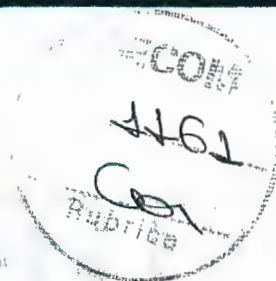
comunicação

Associada

PUBLICIS NORTON

SRTV Sul Q. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br

FGTSFGTS



Nº do Protocolo CRFCRFCRFCRFCRFCR	Válido até 02 FEVEREIRO 2000	Nº 3789480
NOME DA EMPRESA D&M COMUNICACAO LTDA		
ENDEREÇO SRTS QD 701 CONJ E BL 1 SLS 102/105/107/114 12 ASA SUL BRASILIA DF 70340 000		
MATRÍCULA	AGÊNCIA DA CAIXA EM BRASILIA DF	CGC ou CPF 02719250/0001-01

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO — ICRS

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

BRASILIA DF 6 de AGOSTO de 1999
Local

Gerente **DAVID SANTOS DE CASTRO**
MAT. 247/993-0

OBS.: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL



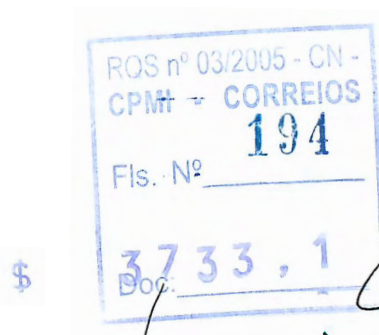


9

2.5.4 – Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através de apresentação da CND

8

1



Is

MM

1

D&M

comunicação

Associada

PUBLICIS NORTON

SRTV Sul O. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

NO 140361999-23601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 02.719.250/0001-01
NOME: D & M COMUNICAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: SRTS 701 CONJ E BL 01 NR 12 SLS 102, 105, 107, 112, 114
BAIRRO OU DISTRITO: ASA SUL
MUNICÍPIO: BRASÍLIA
ESTADO: DF
CEP: 70340-000

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM LIENÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERAÇÕES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO À EXPEDIÇÃO DESTA CERTIDÃO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

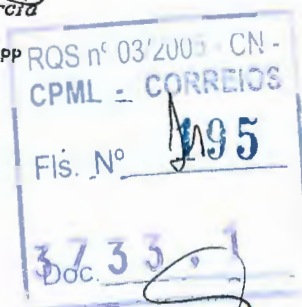
A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DEVERÁ SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 09 DE SETEMBRO DE 1999.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO.

Regina C. de M. Garcia
Ata: 0325.072
Chefe do Depto. de Arrec. e Fisco/PP
Responsável

Os dados desta Certidão conferem com os
Constantes nos Sistemas Informatizados do INSS.
Cód. Agência/PAF: 23.601.001 Data 09/09/99.

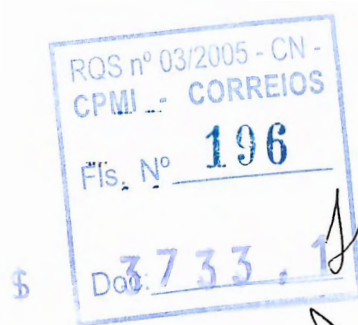
872.430
(Assinatura e matrícula do Servidor)





2.5.5 – Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

2.5.6 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social



D&M

comunicação
Associada
PUBLICIS NORTON

SRTV Sul Q. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br

1 - INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

Ativo Circulante	2.936.661,27	
ILC =		1,08
Passivo Circulante	2.720.161,81	

2 - INDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG

Ativo Circulante + Realiz.a Longo Prazo	3.635.552,59	
ILG =		1,34
Passivo Circulante + Exig.a Longo Prazo	2.720.161,81	

3 - GRAU DE ENDIVIDAMENTO - GE

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	2.720.161,81	
GE =		0,72
Ativo Total	3.801.161,81	

4 - INDICE SOLVENCIA GERAL - ISG

Ativo Total	3.801.161,81	
ISG =		1,40
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	2.720.161,81	

BRASILIA-DF., 31 DE DEZEMBRO DE 1998

[Handwritten signature]
D & M COMUNICACAO LTDA

VECTOR CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA.
VECTOR CONTADORES ASS S/C LTDA
TECNICO - CRC/DF DF 454

Reônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE
RQS nº 03/2006 CRC-DF 9.372
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 197
307.33.1



vector
contadores

Empresa: D & M COMUNICACAO LTDA

End: SRTS QD 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114

CGC: 02.719.250/0001-01

DEMONSTRACAO DOS CUSTOS DOS SERVICOS

Periodo de 01/98 a 12/98 Levantado em 31/12/98 Folha 00001*

OUTROS CUSTOS DE SERVICOS

MATERIAL APLICADO EM SERVICOS

17.767,27

SERVICOS PRESTADOS PJ

684.913,58

T O T A L =====>

702.680,85

DOS SERVICOS VENDIDOS

702.680,85

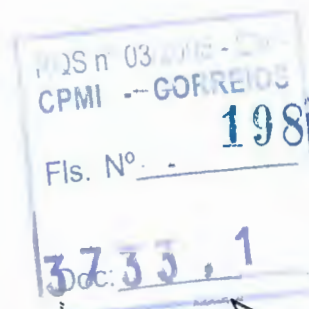
D & M COMUNICACAO LTDA

CGC 02 719 250/0001-01

Paulo Cabral Júnior
Presidente

Dalva Barbosa
Vice-Presidente

Leônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE
CRC-DF 9.972



SHN Quadra 02 Bloco 1 1º andar

CEP 70710-300 Brasília/DF

Telefax: (061) 328-5070

Page: <http://www.bbcont.com.br/vector>

E-mail: vector@tba.com.br

Empresa: D & M COMUNICACAO LTDA

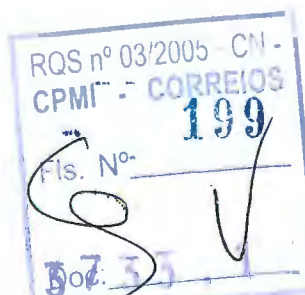
End: BRAS 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114

CGC: 02.719.250/0001-01 *

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

Periodo de 01/98 a 12/98 Levantado em 31/12/98 Folha 00002*

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
VENDAS DE SERVICOS	4.529.763,22	
T O T A L =====>		4.529.763,22
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		
IMPOSTO S/SERVICOS-ISS	(226.552,31)	
PIS RECEITA BRUTA	(29.502,80)	
COFINS	(90.777,89)	
T O T A L =====>		(346.833,00)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	4.182.930,22	
CUSTOS DAS VENDAS		
DOS SERVICOS VENDIDOS	(702.680,85)	
T O T A L =====>		(702.680,85)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	3.480.249,37	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
DESPESAS COM VENDAS	(4.309,14)	
DESPESAS COM PESSOAL	(1.163.619,41)	
DESPESAS GERAIS	(746.126,04)	
DESPESAS TRIBUTARIAS	(45.308,21)	
DESPESAS FINANCEIRAS	(429.741,02)	
RECEITAS FINANCEIRAS	274.011,32	
HONORARIOS DIRETORIA	(59.400,00)	
T O T A L =====>		(2.174.492,50)
OUTRAS PROVISOES		
PROVISOES DIVERSAS	(37.947,91)	
T O T A L =====>		(37.947,91)
RESULTADO OPERACIONAL	1.267.808,96	
DESPESAS/RECEITAS NAO OPERACIONAIS		
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	(54.498,00)	
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	67.442,79	
T O T A L =====>		12.944,79
RESULTADO ANTES DA CONT. SOCIAL	1.280.753,75	
PROVISAO P/CONTRIBUICAO SOCIAL	(106.702,37)	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.174.051,38	
PROVISAO PARA IMPOSTO DA RENDA	(311.506,90)	
RESULTADO DO PERIODO	862.544,48	



D & M COMUNICACAO LTDA
CGC 02.719.250/0001-01

CEP 70710-300 Brasilia/DF
Telefax: (061) 328-5070

Site: http://www.bbcont.com.br/vector
E-mail: vector@tba.com.br

Reconidas Pereira Marques
RCP CONTABILIDADE

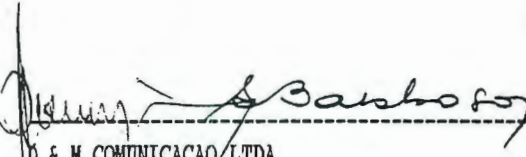


* Empresa: D & M COMUNICACAO LTDA End: SRTS QD 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114 CGC: 02.719.250/0001-01 *

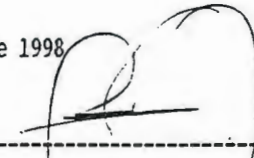
* DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO Período de 01/98 a 12/98 Levantado em 31/12/98 Folha 00003*

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração.

BRASILIA , 31 de Dezembro de 1998



D & M COMUNICACAO LTDA
DALVA BARBOSA
SOCIA GERENTE

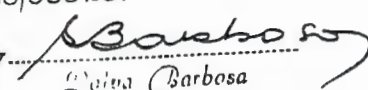
- CPF: 21418241172

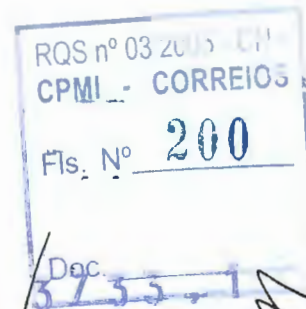

VECTOR CONTADORES ASSOC. S/C-C.R.C. DF 454
VECTOR CONTADORES ASSOC. S/C
-CRC: DF 454 - CPF:

Leônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE
CRC-DF 9.372

D & M COMUNICACAO LTDA
CGC 02 719 250/0001-01


João Cabral Júnior
Presidente


Dalva Barbosa
Vice-Presidente





BALANÇO PATRIMONIAL Exercício: 1998 Período de Janeiro a Dezembro *

* Empresa: D & M COMUNICAÇÃO LTDA End: SRTS QD 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114 CGC: 02.719.250/0001-01 *

* Grupo: ATIVO Levantado em 31/12/98 Folha: 00004 *

ATIVO CIRCULANTE

DISPONIVEL

CAIXA GERAL	24.878,22	
BANCOS - CONTA MOVIMENTO	229.412,91	
APLICACOES FINANCEIRAS - C.P	537,04	254.828,17

CREDITOS

CLIENTES DIVERSOS	2.294.152,84	
OUTROS CREDITOS	366.552,07	
CREDITOS C/FUNCIONARIOS	9.859,67	
IMPOSTOS E CONTR. A RECUPERAR	11.268,52	2.681.833,10

* TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE 2.936.661,27

ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO

CREDITOS

CREDITOS DIVERSOS	698.891,32	698.891,32
-------------------	------------	------------

* TOTAL DO ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO 698.891,32

ATIVO PERMANENTE

INVESTIMENTOS

OUTROS INVESTIMENTOS - IPC/90	3.262,07	3.262,07
-------------------------------	----------	----------

ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZACOES TEC. COMERCIAIS	193.058,83	
IMOBIL. TEC. COMERCIAIS-IPC/90	8.959,27	
DEPRECIACOES ACUMULADAS (-)	(54.192,33)	
DEP. ACUMULADAS IPC/90 (-)	(3.586,73)	144.239,04

* TOTAL DO ATIVO PERMANENTE

ATIVO PERMANENTE DIFERIDO

ATIVO DIFERIDO

DIFERIDO	38.014,67	
AMORTIZACOES ACUMULADAS (-)	(19.906,56)	18.108,11
* TOTAL DO ATIVO PERMANENTE DIFERIDO		18.108,11

TOTAL DO ATIVO 3.801.161,81

D & M COMUNICAÇÃO LTDA
CGC 02.719.250/0001.01

Rafael Cabral Júnior

Dalva Barbosa

Reônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE/
CRC-DF 9.372

SHN Quadra 02 Bloco 1 1º andar
CEP 70710-300 Brasília/DF
Telefax: (061) 328-5070
Page: <http://www.bbcont.com.br/vector>
E-mail: vector@tba.com.br



* BALANÇO PATRIMONIAL Exercício: 1998 Período de Janeiro a Dezembro *

* Empresa: D & M COMUNICAÇÃO LTDA End: SRTS QD 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114 CGC: 02.719.250/0001-01 *

* Grupo: PASSIVO Levantado em 31/12/98 Folha: 00005 *

PASSIVO CIRCULANTE

FORNECEDORES		
FORNECEDORES NACIONAIS	1.920.839,04	1.920.839,04
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		
EMPRESTIMOS NACIONAIS	393.524,96	393.524,96
OBRIGACOES FISCAIS		
TRIBUTARIAS	198.502,11	198.502,11
OBRIGACOES SOCIAIS		
SOCIAIS	70.456,34	70.456,34
OUTRAS OBRIGACOES		
OBRIGACOES COM PESSOAL	35.936,71	
OBRIGACOES DIVERSAS	19.752,83	55.689,54
PROVISÕES DIVERSAS		
PROVISÕES CONSTITUIDAS	81.149,82	81.149,82
* TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.720.161,81

PATRIMONIO LIQUIDO

CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	801.000,00	801.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS ACUMULADOS	1.028.568,62	
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS (-)	(748.568,62)	280.000,00
* TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		1.081.000,00

TOTAL DO PASSIVO 3.801.161,81

D & M COMUNICAÇÃO LTDA
CGC 02.719.250/0001-01
Paulo Cabral Júnior
Presidente

Daísa Barbosa
Vice-Presidente

Leônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE
CRC-DF 9.372
RQE nº 03/2005 - CN -
Fis. Nº 202
3733,1
Doc.

Empresa: D & M COMUNICACAO LTDA

End: SRTS QD 701 CJ E BL 1 Nr 12 SL 102/114 CGC(MF): 02.719.250/0001-01

Levantado em: 31 de Dezembro de 1998

Folha: 00007

DEMONSTRACAO LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS

SALDO ANTERIOR DE LUCROS ACUMULADOS.....	+	166.024,14
AJUSTES CREDORES DE PERIODOS-BASE ANTERIORES.....	+	
CORRECAO MONETARIA DOS LUCROS ACUMULADOS.....	+	
REVERSAO DE RESERVAS.....	+	
OUTROS RECURSOS.....	+	
LUCRO LIQUIDO DO PERIODO-BASE.....	+	862.544,48
SALDO ANTERIOR DE PREJUIZOS ACUMULADOS.....	-	
AJUSTES DEVEDORES DE PERIODOS-BASE ANTERIORES	-	
CORRECAO MONETARIA DOS PREJUIZOS ACUMULADOS.....	-	
PREJUIZO LIQUIDO DO PERIODO-BASE.....	-	
SOMA DOS RECURSOS.....		1.028.568,62
TRANSFERENCIAS PARA RESERVAS.....	+	
DIVIDENDOS OU LUCROS DISTRIBUIDOS, PAGOS OU CREDITADOS +		748.568,62
IMPOSTO SOBRE O LUCRO LIQUIDO.....	+	
PARCELAS DOS LUCROS INCORPORADAS AO CAPITAL.....	+	
OUTRAS APLICACOES.....	+	
SOMA DAS APLICACOES.....		748.568,62
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS.....		280.000,00

D & M COMUNICACAO LTDA
CGC 02 719 250/0001-01

Daniel Gabriel Junior
Presidente

Dalva Barbosa
Vice-Presidente

Reônidas Pereira Marques
TÉC. CONTABILIDADE
CRC-DF 9.372

RQS nº 03/2000 - CIP
CPMI - CORREIOS
204
Fls. Nº
3733.1



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

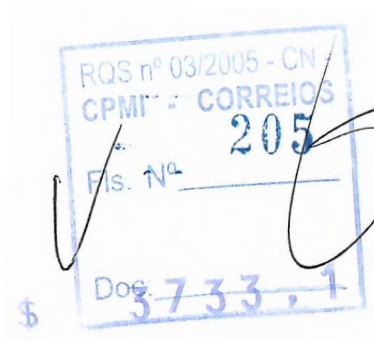
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.5.7 – Certidão negativa de falência e concordata

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



D&M

comunicação

Associada

PUBLICIS NORTON

SRTV Sul O. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Bel.: PAULO ROBERTO RODRIGUES DA CUNHA
Oficial

CERTIFICA

com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e **DÁ FÉ QUE**, revendo em seu poder e
Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

FALENCIAS E CONCORDATAS feitas "a VARA DE FALENCIA E CONCORDATA da
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação,
ate" 21/09/99 dele verifiquei que **** NADA CONSTA ****
contra o nome por extenso e CPF/CGC de:
D & M COMUNICACAO LTDA,
(002.719.250/0001-01).
CERTIDAO EMITIDA EM: 28/09/99
***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
PAULO ROBERTO A. CUNHA
OFICIAL
BRASILIA - DF

NOTICE E PROSECUCO-DF
TANQUE PARA
AUTENTICACAO
ATENDIMENTO DE PROSECUCO
02/09/2000 14:00:00
02/09/2000 14:00:00

66.136.67

RECEBIDO
POR
THOMAS
FARIAS
FILHO

RQS nº 03 2005 - CIL
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº. **206**
Doc. **3733,1**

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRONICO
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADA COMO
INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDES

CONFERIDO POR
DECRETO - LEI Nº 115
25.01.67

EMOLUMENTOS:		
Busca.....	R\$	2,60
Certidao.....	R\$	1,76
Total.....	R\$	4,36

tório de Registro de Distribuição Cartório de Registro de Distribuição
Cartório de Registro de Distribuição Cartório de Registro de Distribuição

SECOM
Fls. 1175
Rubrica
TALÃO Nº
990928-1238
CRI



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Bel.: PAULO ROBERTO RODRIGUES DA CUNHA
Oficial

CERTIFICA

com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e **DÁ FÉ QUE**, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

distribuições CRIMINAIS feitas 'as VARAS CRIMINAIS, FALENCIAS e CONCORDATAS da JUSTIÇA do DISTRITO FEDERAL e AUDITORIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação, até' 21/09/99 dele verifiquei que **** NADA CONSTA **** contra o nome por extenso e CPF/CGC de:
D & M COMUNICACAO LTDA,
(002.719.250/0001-01).

CERTIDAO EMITIDA EM: 28/09/99
***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

[Assinatura manuscrita]

SECRETARIA DE DISTRIBUIÇÃO
PAULO ROBERTO A. CUNHA
OFICIAL
BRASILIA - DF

2ª OF. NOTAS E PROTESTO-DF

ABREVIATURA PARA
AUTENTICACAO

AUTENTICAÇÃO
EMITIDA EM 28/09/99
Pelo Oficial Paulo Roberto Rodrigues da Cunha

6613562

CONFERIDO POR
THOMAZ
FARIAS
FILHO

RQS nº 03 2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 207
R\$ 37,33

EMOLUMENTOS:
Busca..... R\$ 2,60
Certidao..... R\$ 1,76
Total..... R\$ 4,36

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRONICO
OUALQUER EMENDA OU PASURA SERA CONSIDERADA COMO
INDICIO DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDES

CONFERIDO POR
DECRETO - LEI Nº 115 - 25.01.67
DE CUSTAS

tório de Registro de Distribuição Cartório de Registro de Distribuição
Cartório de Registro de Distribuição Cartório de Registro de Distribuição

STC
1176
Ca
TALÃO Nº 18
990928 1238
PRO

SRTV Sul Q. 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061) 321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br



DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos que a D&M Comunicação Ltda, tem prestado relevantes serviços há mais de 11 (onze) anos, na área de publicidade e propaganda para a nossa empresa, executando com o mais alto nível profissional, demonstrando total aptidão, capacidade e qualidade técnico-operacional no desenvolvimento das suas atividades.

Brasília, 29 de setembro de 1.999.

Pedro Rodrigues dos Santos Filho
Gerente Regional

Claudemir Munin
Vendas Veículos e Peças

VOLKSWAGEN do Brasil Ltda.

Centro Administrativo
Rua Volkswagen, 291
04344-900 - São Paulo - SP
Fone: (011) 5582-5122

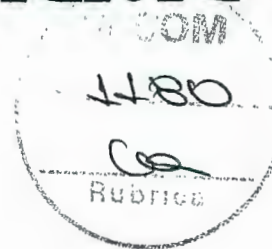
Conjunto Industrial Anchieta
Via Anchieta, km 23,5
09823-990 - São Bernardo do
Campo - SP
Fone: (011) 753-2355

Conjunto Industrial Taubaté
Av. Carlos Pedroso
da Silveira, 10.000
12043-000 - Taubaté - SP
Fone (012) 225-6122

Conjunto Industrial Resende
Rodovia Presidente Dutra, km 298
Polo Industrial de Resende
27510-970 - Resende - RJ
Fone: (0243) 54-7700

Conjunto Industrial São Carlos
Rodovia SP 215 - Luiz
Augusto de Oliveira, km 148
Zona Rural
13560-590 - São Carlos - SP
Fone: (016) 264-1022

Endereço na internet:
<http://www.volkswagen.com.br>



DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a D&M Comunicação Ltda. tem prestado relevantes serviços há 5 (cinco) anos, na área de Publicidade e Propaganda para nossa empresa, executando com o mais alto nível profissional, demonstrando total aptidão, capacidade e qualidade técnico-operacional no desenvolvimento das suas atividades.

Brasília/DF 29 de setembro de 1999.

Atenciosamente

Alberto F. Guimarães
Gerente de Marketing Corporativo.

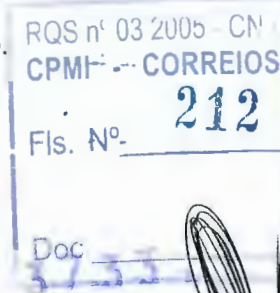
INSCRIÇÃO NO CNPJ
70 594 429/0001-30

ITSA - Intercontinental Telecomunicações Ltda

SCS Quadra 07 Bloco "A" Salas 601 a 627 - Imp.

CEP 70.300-911

BRASÍLIA-DF



29 OF. NOTAS E PROTESTO-OF
YAB. BORGES TEIXEIRA
AUTENTICAÇÃO
ATENTICO ESTA COPIA COM O PRODUTO
TEL DO ORIGINAL 006 218 21 701/401

29 SET 99

ENOCQUES ALVES BOUTEIA
GUILHERMANO BERNARDI DA SILVA
RITA CLARA PARRA NET

SCS - Q. 07 Bl. A - Ed. Executive Tower - Sala 601/611

CEP 70.300-911 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55)(61) 314 9999 Fax (55)(61) 323 5660

www.tvfilme.com.br

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins que a D&M Comunicação Ltda vem prestando relevantes serviços de Publicidade e Propaganda nos últimos dois anos à ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, executando com profissionalismo, aptidão e qualidade técnico-operacional as suas atividades.

Brasília, 29 de Setembro de 1999



Alexandre Magno Rodrigues Accioly
Assessoria de Comunicação Empresarial

















CERTIFICADO
DE INSCRIÇÃO
E REGULARIDADE

SINDICATO DAS AGÊNCIAS
DE PROPAGANDA
DO DISTRITO FEDERAL



INSCRIÇÃO Nº 062	DATA DE FILIAÇÃO: 03/08/1997	VÁLIDO ATÉ: 09/02/2000
---------------------	---------------------------------	---------------------------

NOME DA EMPRESA:
D&M COMUNICAÇÃO LTDA

COM (MATRIZ, FILIAL OU ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO) NO DF.

ENDEREÇO NO DISTRITO FEDERAL.

SRTVS QUADRA 701 - Bl. 1 - Ed. PALÁCIO DO RÁDIO - 1º ANDAR

ENDEREÇO DA MATRIZ.

O MESMO

CGC/MF. Nº

02.719.250/0001 -01

GDF. Nº

07.319.928/001-66

CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA NO DF.

R\$ 801.000,00

CERTIFICO QUE NESTA DATA A ASSOCIADA ACIMA IDENTIFICADA ESTA COM SUA SITUAÇÃO REGULAR
PERANTE O SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL.

BRASÍLIA, DF, 09 de AGOSTO de 1999.


Presidente


Secretário

FOI N 03 4
CPMI - CORREIO
214
Fls. Nº
37 3, 1
Doc.



Quantificação e qualificação dos profissionais

1. ESTUDO E PLANEJAMENTO

Gizelly Monaliza Montesuma Maia

Formou-se em Direito pela Universidade de Brasília – UnB em 1988; frequentou a Faculdade de Jornalismo e Ciências Políticas da Universidade de Zagreb (antiga Iugoslávia); possui pós-graduação em Administração de Empresas (latu senso) pela Fundação Álvares Penteado (FAAP). De 92 a 94 foi Supervisora de Atendimento da Propeg Brasília, sendo responsável pelo atendimento de um grupo de contas composto pelos clientes: ECT, Conjunto Nacional, GDF, CNI, CEF, Curtis do Brasil, entre outros. Foi Gerente de Marketing do Shopping Center Bougainville (Goiânia-GO) de 94 a 96 e do Shopping Iguatemi (Fortaleza-CE), de 96 a março de 98. No mesmo mês transfere-se para a **D&M**, assumindo a área de Planejamento Estratégico da Agência. Participou de diversos cursos de extensão e aperfeiçoamento, todos ligados à área de publicidade, além de cursos de línguas estrangeiras. Tempo de experiência profissional: 07 anos.

2) CRIAÇÃO

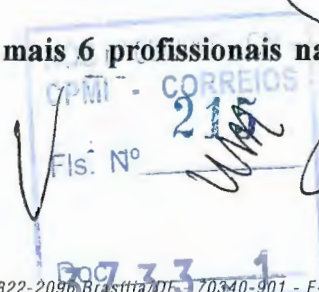
Bruno Tamassia (Diretor de Criação)

Formado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (1975) e em Direito pela Universidade de São Paulo (1980). Atuou profissionalmente nas seguintes agências em São Paulo: Leo Burnett, Norton, Salles, SGB, McCann Erickson e Better. Em Brasília, trabalhou na Atual Propaganda. Clientes atendidos: Nestlé, Goodyear, McDonald's, Estrela, Banespa, Abril Cultural, Telebrasil, Caixa Seguros, Toyota, General Motors, Nescafé, Carrefour, Citizen e Banco América do Sul. Participou de encontros de criação, seminários de cinema e artes gráficas e desenvolveu o 1º Workshop de Redação do Curso de Propaganda da UnB em janeiro de 99. Está na **D&M** desde outubro de 98. Tempo de experiência profissional: 23 anos.

Antônio Carlos Euzébio Pereira (Toninho) - (Diretor de Arte)

Ilustrador, Técnico em Artes Gráficas, atua profissionalmente na área de propaganda desde 1985; atualmente, faz parte da diretoria do Clube de Criação de Brasília, tendo passado por agências regionais e nacionais como Ratto Propaganda, Propeg, Club Comunicação. Principais contas que já atendeu: Caixa Econômica Federal, Presidência da República, Governo do Distrito Federal, Banco de Brasília, Telebrasil, Conjunto Nacional, Correio Braziliense. Tem diversas premiações em concursos de pintura, capas de catálogos, logomarcas e Colunistas. Está na **D&M** desde 1995. Tempo de experiência profissional: 14 anos.

Além dos profissionais acima relacionados, a **D&M** possui mais 6 profissionais na área de criação.



3) PRODUÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO

Solange Farias (Produtora)

Formada em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, fez Pós-Graduação na PUC/MG em Semiótica e na Universidade Federal Fluminense em Planejamento Educacional. Participou de vários cursos e seminários nas áreas de Roteirização e Direção para Cinema. Foi Diretora de Produção e Assistente de Direção no Rio de Janeiro e em São Paulo. Trabalhou para clientes nacionais e internacionais, como: Shell, Coca-Cola, McDonald's, Ray Ban, ECT, entre outros. Em 1997, transfere-se para a **D&M**. Tempo de experiência profissional: 14 anos.

Além da profissional acima relacionada, a **D&M** possui mais 1 profissional na área de RTV.

4) PRODUÇÃO GRÁFICA

Herbert de Oliveira (Gerente de Produção)

Realizou cursos de Gerenciamento de Produção Industrial, Densitometria e Comportamento de Tinta Off-set/cromos, em São Paulo-SP. Chefiou o estúdio da Cartoart, no Rio de Janeiro, foi gerente de Produção na Atual Propaganda e na Escopo Editora; foi Gerente Industrial na Grafcor e na Gráfica Itamaraty e Chefe de Impressão e Acabamento na Gráfica Ipiranga (Brasília-DF). Durante sua vida profissional acumulou experiência no controle de qualidade de produtos gráficos de clientes como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sebrae Nacional, SASSE Seguros, Telebrás, Telebrasília, entre outros. Em 1997, transferiu-se para a **D&M**. Tempo de experiência profissional: 24 anos.

Além do profissional acima relacionado, a **D&M** possui mais 4 profissionais na área de produção gráfica.

5) MÍDIA

Dalva Barbosa (Vice-Presidente)

Formada em Psicologia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB. Possui diversos cursos em propaganda, tendo participado de vários seminários sobre mídia. Em 97, fez curso de atualização em mídia na Escola Superior de Propaganda e Marketing. Foi Gerente de Mídia da Atual Propaganda, sendo responsável pelas contas Jumbo, Sandiz, Mainline Móveis, Telebrasília, Eletronorte, CFP, entre outras. Em 1983, transfere-se para a SGB-Publicidade, respondendo pelo atendimento da conta Ponto Frio em Brasília, assumindo, no mesmo ano, o Departamento de Mídia da SGB, realizando trabalhos para a Caixa Econômica Federal, Ministério da Educação, Infraero, Embrapa, entre outros. Em 1987 fundou a **D&M COMUNICAÇÃO**. Foi eleita Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal e Diretora para assuntos Governamentais da Fenapro.

COM
1185
Rubrica

Federação Nacional das Agências de Propaganda para o triênio 1998/2001. Tempo de experiência profissional: 20 anos.

Além da profissional acima relacionada, a D&M possui mais 3 profissionais na área de mídia.

6) ATENDIMENTO

Fernando Cabral (Vice-Presidente)

Formado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, participou de diversos cursos e seminários de especialização em Marketing, Comercialização e Mídia. Foi Gerente Comercial das Rádios 105 FM e Planalto AM e Gerente de Classificados do Correio Braziliense. Em 1993, transfere-se para a D&M, assumindo a área de atendimento da agência. Clientes atendidos: Correio Braziliense, TV Filme/TVA, Telebrasil, Lojas Arapuã, Colégio Objetivo, Obscursos, Telebrás, Governo do Distrito Federal, Supermercados Planaltão, entre outros. Em 1994, associa-se à D&M. Tempo de experiência profissional: 14 anos.

Ana Maria China (Diretora de Atendimento)

Desenvolveu sua carreira profissional em São Paulo trabalhando na área de planejamento e atendimento de grandes agências como MPM Propaganda, Lage, Dammann & Stabel, Talent, Lintas, Young & Rubican e Salles/DMB&B. Foi responsável pelo atendimento dos clientes: Citibank, Du Pont, Moinho Santista, São Paulo Alpargatas, Grandene, Gessy-Lever, Philips do Brasil, Ceval Alimentos, Danone e Ericsson Telecomunicações. Transferiu-se para Brasília em outubro de 98, assumindo na D&M a função de Diretora de Atendimento. Tempo de experiência profissional: 28 anos.

Giancarlo Marchesini (Executivo de Contas)

Cursou Comunicação e Jornalismo nas Universidades Cândido Mendes e Hélio Alonso, no Rio de Janeiro. Participou de cursos nas áreas de Planejamento e Propaganda, Pesquisa, Mídia, Planejamento e Relações Públicas. Iniciou a carreira na J.Walter Thompson, em 1972, no Rio de Janeiro. Trabalhou no Atendimento das agências DPZ/RJ, MPM/RJ, Ammirati Puris Lintas/RJ e SP, Proeme Campbell Ewald/SP e Standard Ogilvy Mather/RJ, responsável pelo atendimento de clientes como GE, Embratel, O Globo, Morumbi Shopping, H.Stern, Philips, Gessy-Lever, Nestlé e IBM. Em 98, ingressou na D&M. Tempo de experiência profissional: 26 anos.

Danielle Fonteles (Executiva de Contas)

Formada em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, em 1992. Participou de diversos cursos de marketing político, marketing social, planejamento estratégico e eventos. Foi executiva de contas na Giovanni Comunicações de 92 a 95; Executiva de Marketing do Shopping Conjunto Nacional em 96 e Assessora de Comunicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 97.

005-011-
217
Fis. Nº
3735
Doc.

REC
4286
Cor
Rúbrica

Em 98 entrou para o quadro de atendimento da **D&M** com a função de Executiva de Contas. Tempo de experiência profissional: 06 anos.

Além dos profissionais acima relacionados, a **D&M** possui mais 6 profissionais na área de atendimento.

Instalações, infra-estrutura e recursos materiais disponíveis

1) INSTALAÇÕES E INFRA-ESTRUTURA:

A **D&M Comunicação Ltda.** está situada no SRTV/Sul, Ed. Palácio do Rádio, Bloco 1, ocupando todo o 1º andar, em uma área de 1.000m² aproximadamente, dividida em salas assim distribuídas:

ÁREA	Nº DE SALAS
Diretoria	03
Reunião	02
Mídia	01
Administração	01
Atendimento/Planejamento	02
Criação	02
Produção	01
Estúdio	01

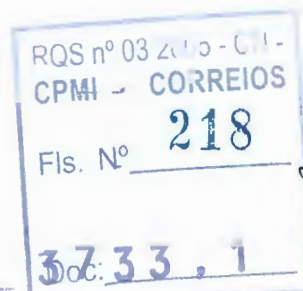
2) APARELHAMENTO TÉCNICO

COMUNICAÇÃO

- 01 central de PABx, com 25 ramais
- 08 telefones diretos
- 02 fax (com linhas telefônicas exclusivas)
- 11 telefones celulares

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

- 01 computador POWER MAC 95000.
- 01 computador POWER MAC 8600.
- 02 computadores PENTIUM II 300, com monitores 15"SVGA.



1107
Rubrica

- 3 computadores 586 PRO200, com monitores coloridos 15" SVGA.
- 03 computadores 586, com monitores coloridos de 14" SVGA, destinados ao Departamento de Criação, ligados em rede com o estúdio.
- 03 computadores 586, com monitores coloridos de 14" SVGA e Kit Multimídia, destinados ao estúdio, ligados em rede.
- 07 computadores 486, com monitores coloridos de 14" SVGA, destinados às áreas de mídia e administração, com softwares específicos (SICAP, da Micro-Universo). Rede NOVEL.
- 03 computadores 486, com monitores coloridos de 14" SVGA, destinados às áreas de atendimento e produção, com softwares específicos (SICAP, da Micro-Universo). Rede NOVEL.
- 04 computadores 486, com monitores coloridos de 14" SVGA, destinados ao acompanhamento e controle dos trabalhos da agência pela Diretoria (software SICAP, da Micro-Universo). Rede NOVEL.
- 02 scanners de mesa coloridos.
- 01 impressora laser P&B HP 4, 1200 DPIs.
- 01 impressora colorida (cera). 05 impressoras matriciais.
- 01 impressora Desk Jet colorida, 560 C.
- 01 impressora Desk Jet colorida 500 C.
- 01 impressora Epson 1500
- 01 ZIP DRIVE 100MB
- 01 Sy Quest 270MB

Obs. - Todos os computadores do estúdio e criação dispõem dos softwares CorelDraw 7.0, PageMaker 5.0, Adobe Photoshop 4.0 e Windows 95. Todos os computadores das áreas de mídia, atendimento, administração e produção dispõem dos softwares SICAP, NOVEL e Windows 95.

3 - PESQUISAS DE MÍDIA

A **D&M** possui contrato com o IBOPE para atualização de softwares e recebimento das pesquisas de mídia:

AIP/DF – Mensal Televisão

A&F – Mensal Televisão

SIR – Bimestral Rádio FM

Audiência Domiciliar – Mensal Televisão

Audiência Domiciliar – Bimestral Rádio FM

Audiência Domiciliar – Bimestral Rádio AM



D&M

comunicação

Associada

PUBLICIS NORTON

1108
Ca

4 - PRAZOS

Todos os departamentos da D&M estão, hoje, totalmente informatizados, possibilitando grande agilidade na execução dos trabalhos.

- 1) **Para criação de peça avulsa ou campanhas em condições normais:** prazo de 3 (três) a 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do briefing.
- 2) **Para elaboração de Plano de Mídia em condições normais:** prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.



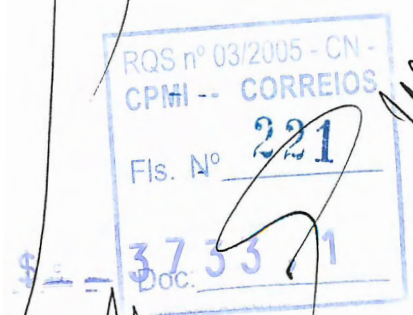
4180
C

2.6.2 – Comprovação de possuir, em seu quadro permanente, profissional com formação nas áreas de comunicação e marketing

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



1190
G
FOLIO

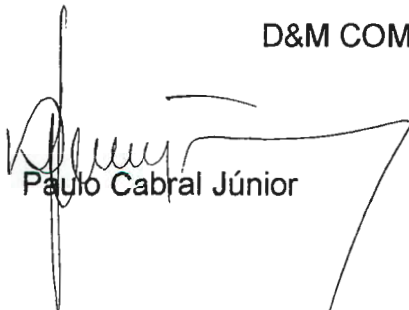
DECLARAÇÃO

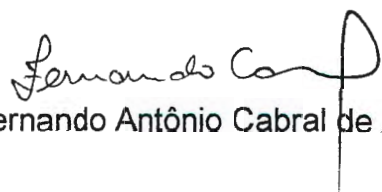
Declaramos para os devidos fins, que o profissional Fernando Antônio Cabral de Araújo é bacharel em Comunicação Social, formado em 1983 pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – Ceub, e integra o quadro permanente da D&M Comunicação Ltda, como comprova o diploma em anexo.

Consequentemente, a D&M possui em seu quadro funcional permanente, profissional de reconhecida capacidade técnica e, portanto, habilitado para a execução de trabalhos, objeto da presente licitação, conforme exigido pela Lei 8.666, artigo 30, inciso I.

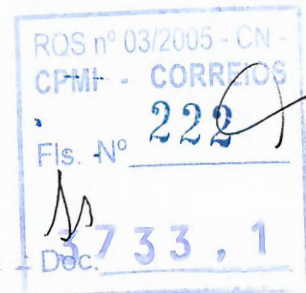
Brasília, 27 de setembro de 1999.

D&M COMUNICAÇÃO LTDA


Paulo Cabral Júnior


Fernando Antônio Cabral de Araújo





D&M

comunicação

Associada

PUBLICIS NORTON

SRTV Sul Q 701 Ed. Palácio do Rádio - Bloco 1 - 1º andar - (061)321-3000 - Fax (061) 322-2096 Brasília/DF - 70340-901 - E-mail: dem@dem.com.br



Centro de Ensino Unificado de Brasília

CEUB

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do
Distrito Federal



O Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Comunicação Social
em 11 de março de 1983, confere o título de
BACHAREL EM COMUNICAÇÃO SOCIAL a

FERNANDO ANTONIO CABRAL DE ARAUJO

Filho de PAULO CABRAL DE ARAUJO
Nascido em 25 de junho de 1960

e MARIA COELI CABRAL DE ARAUJO
Natural do Estado do RIO DE JANEIRO

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, Df, 11 de março de 1983

Secretário

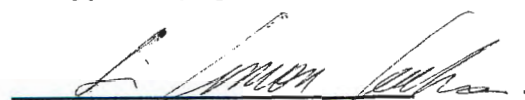
Diplomado

Diretor

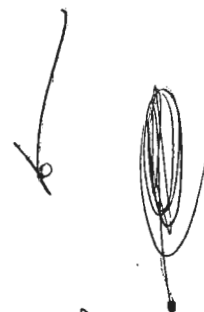
4492
Co

Goiânia, 30 de setembro de 1999.

Type Propaganda Ltda.


Air Simon Seabra
Diretor Presidente











64
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
224
Fls. Nº
3.733,1
Doc.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

São Paulo, 23 de julho de 1999.

À
TYPE Propaganda Ltda.
Rua 123, nº 251
74093-040 - Goiânia - GO

At.: Sr. Raul Seabra Junior

Prezados Senhores,

Estamos felizes com o ingresso dessa agência no quadro social da ABAP, aprovada no dia de hoje pela Comissão de Admissão e Sindicância. Seu número de inscrição é 459.




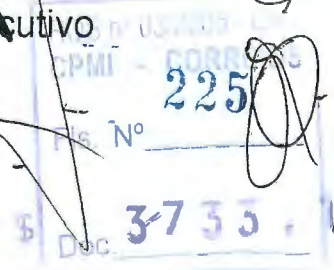
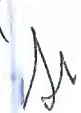
De acordo com a informação prestada por V.Sas. em sua Proposta de Admissão, a receita bruta dessa agência no ano de 1998 a enquadra na faixa I de contribuições (tabela anexa).

Junto com este comunicado enviamos-lhes o boleto bancário no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), correspondente à jóia de admissão e a primeira contribuição mensal.

Recebam as nossas boas-vindas.

Atenciosamente,


Decio Vaziero
Diretor Executivo

2.4 – O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter:

9

✓

Handwritten signatures and marks, including a large circular stamp and several scribbles.

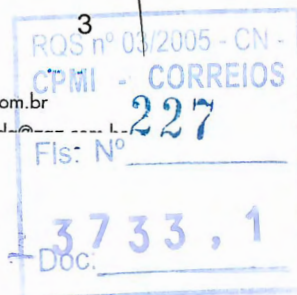


2.4.1 – Documentação referente à habilitação jurídica:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



2.4.1.1 – Os atos constitutivos, na sociedade de ações, deverão vir acompanhados do documento que comprove a eleição de seus administradores, e, nas demais modalidades de empresas, deverá ser juntado o estatuto ou contrato social com a última alteração, se houver, sendo que os papéis representativos da sociedade deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial, onde fique comprovado quem possui poderes de mando e representação da empresa, ou então, inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas com os atos respectivos, inclusive Contrato Social e a representatividade da empresa.

Su

Handwritten signatures and initials.

TYPE HOUSE - FOTOLETRAS E ARTES LTDA



Os abaixo-assinados, AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado nesta Capital, à rua 10-A, S.Quadra 101, Bl.8, apto.832, Centro, portador da Cédula de Identidade RG. 134.805-Go. e Cpf nº 065268298, RUBENS ANTONIO ARENAS DA SILVA, brasileiro, casado, corretor, residente e domiciliado nesta cidade, à rua 10, nº 300, Setor Oeste, portador da Cédula de Identidade de RG.3.668.370-SP. e Cpf 611041918, têm entre si justo e contratado a constituição de uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, de acordo com o Decreto-Lei 3.708, de 10 de Janeiro de 1.919, a qual será regida pelas Cláusulas e condições seguintes, que mutuamente assinam e outorgam, a saber:

PRIMEIRA:

A sociedade girará sob a denominação social de TYPE HOUSE FOTOLETRAS E ARTES LTDA., da qual exercerão a gerência e usarão da firma todos os sócios, mas tão somente em negócios sociais, sendo proibido o seu uso em operações estranhas à sociedade tais como, endossos de favor, cartas de fianças ou avais e outros documentos análogos que acarretem responsabilidade para a firma.

SEGUNDA:

A sociedade terá a sua sede social instalada à Rua 134, nº 70º Setor Sul, nesta Capital, e se destina a explorar o negócio de prestação de serviços fotográficos e artes em geral.

TERCEIRA:

O capital social será de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), dividido em 10.000 (dez mil) quotas de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma e será distribuídas entre os sócios:

AIR SIMON SEABRA:

6.000 (seis mil) quotas de Cr\$ 10,00 cada uma..Cr\$ 60.000,00

RUBENS ANTONIO ARENAS DA SILVA:

4.000 (quatro mil) quotas de Cr\$ 10,00 cada uma Cr\$ 40.000,00, estando nesta data, totalmente integralizado e realizado, sendo Cr\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil cruzeiros) em máquinas e utensílios, conforme notas fiscais nºs. 22801, 22802, 22803 e 22806, série única, emitidas pro CINÓTICA S/A - De Artigos Fotográficos Com.Ind., inscrição estadual nº 108.852.363 e no CGC-MF. 61.149.977/005-93, estabelecida à Rua conselheiro Crispiniano, 105, Loja 2, São Paulo-SP., e Cr\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil cruzeiros) em moeda corrente do país..

Parágraf.Únicos: De conformidade com o artigo 2º(in finne), do DL.nº 3708 de 10/01/1919, cada sócio responde individualmente pela totalidade contida



FILS Nº 229
CPM - CORREIOS
Fils. Nº 229

\$ 3733,1

QUARTA:

Os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, encerrados em 31 de dezembro de cada ano, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas.

QUINTA:

A sociedade terá seu tempo de duração por prazo indeterminado e iniciará as suas atividades tão logo seja o seu contrato registrado na Junta Comercial deste Estado.

SEXTA:

Os sócios não poderão ceder ou transferir, parte ou totalidade de suas quotas sociais a pessoas estranhas, sem antes oferecê-las ao sócio remanescente em igualdade de condições, que terá prazo não superior a dois meses para se pronunciar a respeito, findo o qual, a cessão ou transferência poderá ser realizada.

SÉTIMA:

No caso de interdição, falecimento, retirada ou inabilitação de um dos sócios a sociedade se dissolverá e os haveres do sócio desligado, serão pagos a este ou a seus herdeiros da seguinte forma:

- I - 20% (vinte por cento) em dinheiro, 30 dias após o desligamento
- II - O saldo em 8 (oito) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após o desligamento.

OITAVA:

Os sócios terão direito a uma retirada mensal a ser estipulada por eles, cuja importância, limitada às exigências legais, será levada à conta de despesas gerais da sociedade.

NONA:

Para a não detrimente da idoneidade da empresa, um ato de detrimento da idoneidade de quaisquer dos sócios, será motivo bastante para sua eliminação da sociedade.

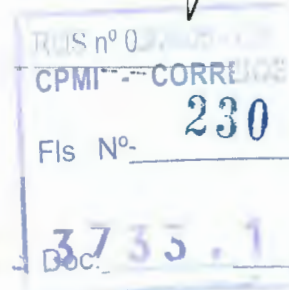
Parágrafo único: Os haveres do sócio eliminado, regularmente apurados, serão pagos na forma prevista na Cláusula sétima.

DÉCIMA:

No caso de divergências entre os sócios, fica eleito o foro desta Capital, renunciando a qualquer outro, independente do domicílio dos sócios componentes.

DÉCIMA-PRIMEIRA:

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em três vias, na melhor forma de direito e na presença de duas testemunhas.



Assinaturas Comerciais:

continuação..fls. 03
Goiânia, 01 de julho de 1976

TYPE HOUSE - FOTOLETRAS E ARTES LTDA.,

Air Simon Seabra
AIR SIMON SEABRA

TYPE HOUSE - FOTOLETRAS E ARTES LTDA.,

Rubens Antonio Arenas da Silva
RUBENS ANTONIO ARENAS DA SILVA

Assinaturas Comerciais:

1 *Air Simon Seabra*
Air Simon Seabra

2 *Rubens Antonio Arenas da Silva*
Rubens Antonio Arenas da Silva

Assinaturas:

1

Cartório do 6.º Ofício

RECONHECIMENTO

Reconheço a (S) firma (S) indi-
cada (S) e (S) de

Em testemunha da verdade

Edmundo A. Cabral

Edmundo A. Cabral
Fp. autenticado



R35 n 332035
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 231

3733.1

2ª Alteração Contratual

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado à Av. Mineira, lote 5, quadra 59, vila São Tomaz, carteira de identidade nº 134.805/SSP-GO., e LÚCIO OTTONI VIEIRA, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado à rua C-165, lote 13, jardim América, nesta Capital, portador da carteira de identidade nº 1.171.000 - SSP-GO., componentes da sociedade denominada Type House Propaganda Ltda., com sede e estabelecimento à rua 105 nº 229 - Setor Sul, nesta Capital, resolve alterar seu contrato social arquivado na junta Comercial deste Estado, sob nº 31.091/76, em 07.07.1976 e Alteração nº 52.5091,2 em 16.11.1981 e o fazem sob seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA

O Capital social que é de Cr\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil cruzeiros) dividido em 73.000 (setenta e três mil) cotas de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma, fica aumentado para Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros) cujo aumento é totalmente integralizado neste ato, da seguinte maneira: Cr\$ 925.656,22 (Novecentos vinte cinco mil seiscentos e cinquenta e oito cruzeiros e vinte e dois centavos), em reserva de Capital, Cr\$ 305.173,23 (Trezentos e cinco mil cento e setenta e três cruzeiros e vinte e três centavos) em reservas de lucros e Cr\$ 39.163,55 (Trinta e nove mil e sessenta e oito cruzeiros e cinco centavos) em moeda corrente do país.///

SEGUNDA

Em consequência do disposto na cláusula primeira o capital social que é de Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros), totalmente integralizado e dividido em 200.000 (duzentas mil) cotas de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, fica assim distribuídas entre os cotistas:

Air Simon Seabra, com 100.000 (cem mil) cotas, no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma, perfazendo um valor total de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros) e Lúcio Ottoni Vieira, com 100.000 (cem mil) cotas, no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma, perfazendo um valor total de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros).///

TERCEIRA

Continuam em pleno vigor todas disposições do contrato de constituição da sociedade e respectivas alterações, desde que aqui não tenham sido modificados.

E, por estarem assim de acordo, assinam a presente alteração de contrato social, em 5 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.///

Goiânia, 02 de junho de 1982

Air Simon Seabra

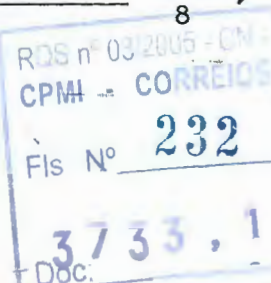
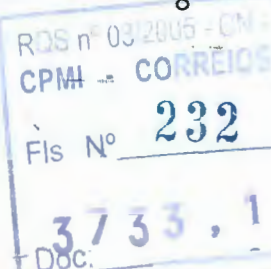
Lúcio Ottoni Vieira

Assinam as testemunhas comerciais por quem é de direito:

Air Simon Seabra

Lúcio Ottoni Vieira

TESTEMUNHAS:



Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, AIR SIMON SERRA, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado nesta capital à Rua Mineira da 59 It.07 Setor dos Afonsos, portador da carteira de identidade nº 134.805 CPF-GO.e CPF:534.225.708-53 e IUCIO OFRONI VIEIRA, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado nesta capital à Rua C-165 nº 430 Nova Suíça, portador da carteira de identidade nº 1.171.000 pelo CPF-GO.e CPF:083.559.167-00:Únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação social de TYPE HOUSE PROPAGANDA LTDA, com sede nesta capital à Rua 105 nº 229 Setor Sul Goiânia-Go., resolvem em comum acordo alterarem as seguintes cláusulas do contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 31.091/76 em 07.07.76 e alterado sob o nº 52.5091,2 em 16.11.81 e 52.5335,2 em 04.06.82, e o fazem sob as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

A sociedade que girava sob a denominação social de TYPE HOUSE PROPAGANDA LTDA, passará a denominar-se, doravante de TYPE PROPAGANDA LTDA, com o nome de fantasia TYPE PROPAGANDA.

SEGUNDA

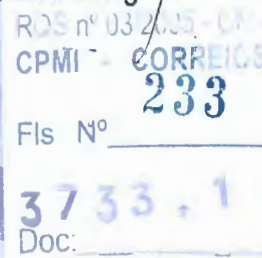
Que a sua sede estabelecida à Rua 105 nº 229 Setor Sul Goiânia-Go., fica transferida para a Rua 123 nº 251 Setor Sul Goiânia-Go.

TERCEIRA

Que seu ramo de atividade com o objetivo de explorar o negócio de prestação de serviços fotográficos e artes em geral, passará também a explorar o ramo de publicidade e propaganda.

QUARTA

O capital social que era de R\$2.000,00(Dois mil cruzados), aumentará mais R\$1.200.000,00(Um milhão e duzentos mil cruzados), subscritos e integralizados nesta data em moeda corrente do país, ficando o capital social elevado para R\$1.202.000,00(Um milhão e duzentos e dois mil cruzados), divididos em 120.200(cento e vinte mil e duascentas) quotas no valor nominal de R\$10,00(dez cruzados) cada uma.



em virtude da alteração havida, a distribuição das quotas

capital fica assim entre os sócios:

ALIA LEM N. S. B. R. A.	60.100 quotas.....	3x\$601.000,00
LUCIO OLIVEIRA VIEIRA.....	60.100 quotas.....	3x\$601.000,00
	120.200 quotas...	3x\$1.202.000,00

Único: De conformidade com o artigo 2º (in fine), do Decreto Lei nº 3.708 de 10.01.1919, cada sócio responderá individualmente pela totalidade do capital social.

QUINTA

Os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, encerrados em 31 de dezembro de cada ano, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas. - INALTERADO.

SEXTA

A sociedade terá seu tempo de duração por prazo indeterminado, e iniciará as suas atividades tão logo seja o seu contrato registrado na Junta Comercial deste Estado. - INALTERADO.

SÉTIMA

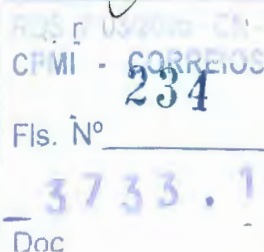
Os sócios não poderão ceder ou transferir, parte ou totalidade de suas quotas sociais a pessoas estranhas, sem antes oferecê-las ao sócio remanescente em igualdade de condições, que terá prazo não superior a dois meses para se pronunciar a respeito, findo o qual, a cessão ou transferência poderá ser realizada. - INALTERADO;

OITAVA

No caso de interdição, falecimento, retirada ou inabilitação de um dos sócios a sociedade se dissolverá e os haveres do sócio desligado, serão pagos a este ou a seus herdeiros da seguinte forma: I - 20% (vinte por cento) em dinheiro, 30 dias após o desligamento. II - o saldo em 8 (oito) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após o desligamento. - INALTERADO.

NONA

Os sócios terão direito a uma retirada mensal a ser estipulada pelo conselho, cuja importância, limitada às exigências legais, será levada em conta de despesas gerais da sociedade. - INALTERADO.



Sociedade será dirigida e administrada por ambos os sócios, os quais exercerão a gerência e usarão da firma, mas tão somente em negócios sociais, sendo proibido o seu uso em operações estranhas à sociedade, tais como, endossos de favor, cartas de fianças ou avais e outros documentos análogos que acarretem responsabilidade para a firma. INALTERADO.

Décima Primeira

Para o não detrimento da idoneidade da empresa, um ato de detrimento da idoneidade de quaisquer dos sócios, será motivo bastante para sua eliminação da sociedade.

§ Único: Os haveres do sócio eliminado, regularmente apurados, serão pagos na forma prevista na cláusula oitava. INALTERADO.

Décima Segunda

No caso de divergências entre os sócios, fica eleito o Foro desta capital, renunciando a qualquer outro, independente do domicílio dos sócios componentes. INALTERADO.

Décima Terceira

E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração de contrato social, em 03(três) vias de igual teor e para um só efeito em presença de 02(duas) testemunhas.

Goiânia, 20 de março de 1987.

AIR SIMON DEABRA

LUCIO OTTONI VIEIRA

Assinatura por quem de direito comercial:

Air Simon Deabra
TYPE PROPAGANDA LDA

Lucio Ottoni Vieira
TYPE PR PAGANDA LDA

Testemunhas:



RQCM 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 235
Doc: 3733.1



4ª (Quarta) Alteração Contratual.

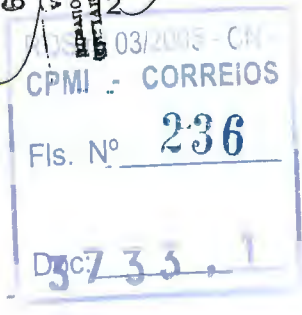
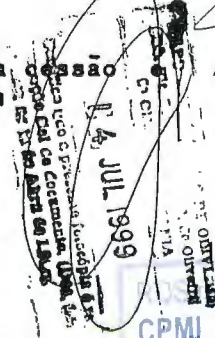
Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, Publicitário, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Mineira Q.59 L. 07 Setor dos Afonsos, portador do CPF.534.225.708-53 e LUCIO OTTONI VIEIRA, brasileiro, casado, Publicitário, residente e domiciliado nesta Capital à Rua C-165 nº 430 Nova Suíça, portador do CPF nº 083.559.167-00, Sócios quotistas da firma TYPE PROPAGANDA LTDA, com Contrato arquivado na JUCEG sob o nº 31091/76 de 07/07/76 e alterações de nº 52.5091,2 de 16/11/81, 52.5335,2 de 04/06/82 e 52.10441,0 de 22/04/87, resolvem de comum acordo e na forma da lei fazerem as seguintes alterações:

Primeira - O sócio LUCIO OTTONI VIEIRA, brasileiro, casado, Publicitário, CPF 083.559.167-00, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma para VALÉRIA CHUAHY, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF 305.064.928-34, CI 8.612.735 SSP-SP residente à Rua Brig. Melo nº 195 São Paulo.

Segunda - O sócio que se retira da sociedade, declara haver recebido neste ato, a quantia de Cz\$ 601.000,00 (Seiscentos e um mil cruzados) de VALÉRIA CHUAHY, brasileira, solteira, CI 8.612.735 SSP-SP residente à Rua Brig. Melo 195 SP assim, também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhe plena geral, rasa e irrevogável quitação.

Terceira - O sócio aqui admitido, na condição de cessionário da parte do cedente LUCIO OTTONI VIEIRA, a partir deste Contrato, assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados a outro sócio, conforme estão dispostos no Contrato Constitutivo da sociedade conforme Reg. na JUCEG de nº 31.091/76 de 07/07/76, alterações de nº 52.5091,2 de 16/11/81, 52.5335,2 de 04/06/82 e 52.10441,0 de 22/04/87.

Quarta - O Capital Social, por força da cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído em:



AIR SIMON SEABRA, 60.100 quotas Cz\$ 601.000,00
 VALÉRIA CHUAHY, 60.100 quotas Cz\$ 601.000,00
 120.200 quotas Cz\$ 1.202.000,00

§ Único : De conformidade com o Art. 2º (infine) do Decreto 3.708 de 10/01/19, cada sócio responderá individualmente pela totalidade do Capital Social.

Quinto - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançados pelos presentes instrumento, permanecem em vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, justos e Contratados, assinam o presente instrumento de alteração em 03 (tres) vias de igual teor na presença de duas testemunhas.

Goiânia, 15 de agosto de 1988.

Sócio: AIR SIMON SEABRA

Sócio cedente: LUCIO OTTONI VIEIRA

Valéria Chuahy
 Sócio cessionário: VALÉRIA CHUAHY

Testemunhas:

1 -
 2 -



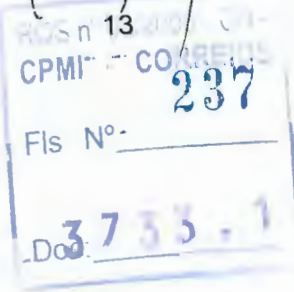
CARTÓRIO DE REG. CIVIL
 PEPOIZES - Rua Cardoso de
 Almeida, 163, Conj. 1
 My 1250 - My casa de Barros Neto

Reconheço por semelhança

a firma Suma de
Valéria Chuahy

Em test. da verdade.
 S. Paulo, 15 de AGO de 1988

Carmen P. Andrade - Oficial Maior
 Zenilda Ferreira Neves - Escri. Aut.
 Atenia Erasmia Pereira - Escri. Aut.
 Isil a - Escri. Aut.



5939

Type Propaganda Ltda.

C.G.Cf 02110732/0001-60

Alteração Contratual.

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, Publicitário, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Mineira Q.59 L.º 07 Setor dos Afonsos, portador do CPF. 534.225.708-53 e VALÉRIA CHUAHY, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº 305 064.928-34, CI.8.612.735 SSP-SP residente à Rua Brig. Melo nº195 São Paulo, sócios quotistas da firma TYPE PROPAGANDA LTDA, com Contrato arquivado na JUCEG sob o nº 31.091/76 de 07/07/76 e alterações de nº 52.5091,2 de 16/11/81, 52.5335,2 de 04/06/82, 52.10441,0 de 22/04/87 e 52.129.62,8 de 13.09.88, resolvem de comum acordo e na forma da lei fazerem as seguintes alterações:

Primeira - A sócia VALERIA CHUAHY, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF 305.064.928-34, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma para MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, Publicitário, portador do CPF. 564.369.478-68, CI. 4.488.807 SSP-SP residente à Rua 10 nº 828 Aptº.902 Setor Oeste, Goiânia-GO.

Segunda - O sócio que se retira da sociedade, declara haver recebido neste ato, a quantia de NCz\$ 601,00 (Seiscentos e um cruzados novos), da parte de MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, Publicitário, portador do CPF.564.369.478-68, CI.4488807 SSP-SP, residente à Rua 10 nº 828 Aptº.902 Setor Oeste, assim, também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem o cessionário e nem da sociedade, dando-lhe plena geral, rasa e irrevogável quitação.

Terceira - O sócio aqui admitido, na condição de cessionário da parte do cedente VALÉRIA CHUAHY, a partir deste Contrato, assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados a outro sócio, conforme estão dispostos no Contrato Constitutivo da sociedade conforme Reg. na JUCEG de nº31091/76 de 07/07/76, alterações de nº 52.5091,2 de 16/11/81, 52.5335,2 de 04/06/82 e 52.10441,0 de 22/04/87, 52.129.62,8 de 13.09.88,



Quarta - O Capital Social, por força da cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído em:

AIR SIMON SEABRA,	60.100 quotas	Cz\$ 601,00
MARCO ANTONIO CHUAHY,	60.100 quotas	Cz\$ 601,00
	120.200 quotas	Cz\$ 1.202,00

§ Único : De conformidade com o Art. 2º (infine) do Decreto nº 3.708 de 10/01/19, cada sócio responderá individualmente pela totalidade do Capital Social.

Quinta - A gerencia da sociedade será representada por ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, incumbindo-se de todas as operações sociais, representando a sociedade, judicial e extra-judicialmente, sendo vedado o emprego da mesma em negócios estranhos aos objetivos sociais.

Sexta - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançados pelos presentes instrumento, permanecem em vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, juntos e Contratados, assinam o presente instrumento de alteração em 03 (tres) vias de igual teor na presença de duas testemunhas.

Goiânia, 02 de maio de 1.989.

Air Simon Seabra
Sócio: AIR SIMON SEABRA

Valéria Chuahy
Sócio cedente: VALÉRIA CHUAHY

Marco Antonio Chuahy
Sócio cessionário: MARCO ANTONIO CHUAHY

Testemunhas:

1 -
2 -



Cada Firma Cz\$ 29,45
Estado CS. APM. P/ Verba

CARTÓRIO DE REG. CIVIL
PERDIZES - Rua Cardoso de
Almeida, 163, Conj. 1
Hyréclo Eloy Pessoa de Barros Neto
Escrivão

Reconheço por semelhança

Firma Supra de

Valéria Chuahy

Em 1989 de 02 de maio de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

Em 1989 de 02 de maio de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

S. Paulo, 123 de 1989

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE POR
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL:

TYPE PROPAGANDA LTDA.

TYPE PROPAGANDA LIMITADA., sociedade esta beleci
da à Rua 123, nº 251, Setor Sul, Goiânia-Goiás,
registrada na Junta Comercial do Estado de Goi-
ás sob o nº 31.091/76, por despacho de 07 de
julho de 1.976 e alterada posteriormente para os
nºs 52.5091,2, 52.5335,2, 52.10441,0, 52.129.62,
8 e 52.139819, por despacho de 16.11.81, 04.06.
82, 22.04.87, 13.09.88 e 05.06.89, respectivamen
te, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.110.732/0001
60, constituída pelos sócios:

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, Publicitá
rio, natural de Rio Verde-Go., nascido aos 19 .
05.49, filho de Raul Seabra e Adir Ribeiro Sea-
bra, portador da Cédula de Identidade nº 134.804
expedida pela SIC/GO e CIC/MF nº 534.225-808-53
residente e domiciliado à Av. Mineira, Qd-59,
Lt-05, Setor dos Afonsos, Goiânia-Goiás e

MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, publi
citário, natural de Piracicaba-SP., nascido aos
28.09.51, filho de Miguel Chuahy e Theresinha S.
Chuahy, portador da Cédula de Identidade nº ...
4.488.807, 2ª Via, expedida pela SSP-SP e CIC/
MF nº 564.369.478-68, residente e domiciliado à
Rua 15, nº 56, Aptº 1.002, Setor Oeste, Goiânia-
Goiás.

Na melhor forma de direito, resolvem entre si
procederem com a presente alteração contratual, mediante as cláus-
ulas e condições seguintes:



CLÁUSULA I

Em virtude da Medida Provisória nº 168 de 15.03.90, O valor nominal das quotas de capital altera neste ato para Cr\$ (-Hum cruzeiro) 8
1509

CLÁUSULA II

Com a alteração sofrida através da Medida Provisória nº 168 de 15 de março de 1990, ficará assim o novo quadro do capital social:

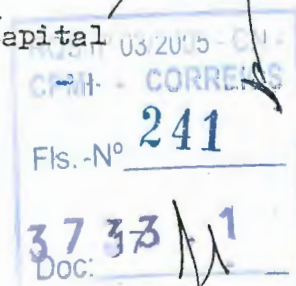
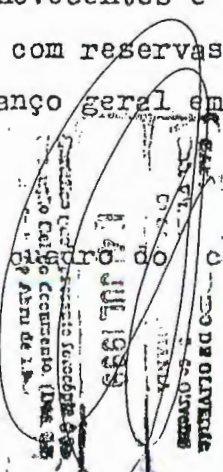
S Ó C I O S	Nº Q T A S	V. NOMINAL	V. TOTAL
AIR SIMON SEABRA.....	601	Cr\$1,00	Cr\$ 601,00
MARCO ANTONIO CHUAHY.	601	Cr\$1,00	Cr\$ 601,00
TOTAIS	1.202	Cr\$1,00	Cr\$ 1.202,00

CLÁUSULA III

O capital social que é de Cr\$1.202,00 (Um mil, duzentos e dois cruzeiros) eleva-se neste ato para Cr\$1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros) pela subscrição de 998.798 (Novecentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e oito) quotas no valor nominal de Cr\$.. 1,00 (Um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr\$..... 998.798,00 (Novecentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e oito cruzeiros), sendo que o valor aumentado será subscrito pelos sócios da seguinte forma: AIR SIMON SEABRA, subscrive e integraliza Cr\$372.415,11 (Trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros e onze centavos) em moeda corrente do país nesta data e Cr\$126.983,89 (Cento e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros, oitenta e nove centavos), com reservas de capital de exercícios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1989 e MARCO ANTONIO CHUAHY, subscrive e integraliza Cr\$372.415,12 (Trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros e doze centavos) em moeda corrente do país nesta data e Cr\$126.983,88 (Cento e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros, oitenta e oito centavos), com reservas de capital de exercícios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1989.

CLÁUSULA IV

Com as alterações sofridas ficará assim o novo quadro do capital social:



S Ó C I O S	QUOTAS	V. NOMINAL	V. TOTAL
AIR SIMON SEABRA	500.000	Cr\$1,00	Cr\$ 500.000,00
MARCO ANTONIO CHUAHY ..	500.000	Cr\$1,00	Cr\$ 500.000,00
T O T A I S	1.000.000	Cr\$1,00	Cr\$ 1.000.000,00

CLÁUSULA V

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da sociedade que continuará com o sócio remanescente e os herdeiros ou sucessores do falecido, a menos que estes, de comum acordo resolvam liquidá-la.

§ UNICO - No caso de dissolução da sociedade, impedimento ou retirada de qualquer um dos sócios, seus haveres serão apurados em um inventário geral realizado no dia em que se tiver ciência do evento, de acordo com o valor de mercado dos Bens Patrimoniais. E serão pagos a este ou a seus herdeiros da seguinte forma: I - 20% (vinte por cento) em dinheiro, 30 dias após o desligamento. II - O saldo em 08 (oito) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após o desligamento.

CLÁUSULA VI

A partir desta alteração contratual fica extinta a cláusula décima-Primeira do Contrato Social primitivo.

CLÁUSULA VII

As demais cláusulas do Contrato Social primitivo e alterações permanecerão inalteradas.

E, por estarem justos e achados conforme os termos deste instrumento, firmam o mesmo juntamente com testemunhas que também assinam.

Goiânia 04 de setembro de 1990

Air Simon Seabra - Sócio -

Marco Antonio Chuahy - Sócio -

TESTEMUNHAS:



Handwritten signatures and stamps. A large circular stamp is visible, along with a rectangular stamp that says '42' and '18'.

1211

SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE
POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

DENOMINAÇÃO SOCIAL:

TYPE PROPAGANDA LTDA.

TYPE PROPAGANDA LTDA., sociedade estabelecida à Rua 123, nº 251, Setor Sul, Goiânia-Goiás, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 5220014632-0, por despacho de 07 de julho de 1976 e alterações posteriores, inscrita no CGC/MF sob o nº 02 110 732/0001-60, constituída pelos sócios:

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, Publicitário, natural de Rio Verde-Go., nascido aos 19.05.49, filho de Raul Seabra e Adir Ribeiro Seabra, portador da Cédula de Identidade nº 134.805 expedida pela SIC/GO e CIC/MF nº 534.225.708-53, residente e domiciliado à Av. Mineiro, Qd-59, Lt 05, Setor dos Afonsos, Goiânia - Goiás e

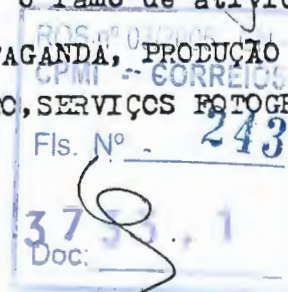
MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, publicitário, natural de Piracicaba-SP., nascido aos 28.09.51, filho de Miguel Chuahy e Theresinha S. Chuahy, portador da Cédula de Identidade nº ... 4.488.807, 2ª via, expedida pela SSP-SP e CIC/MF nº 564.369.478-68, residente e domiciliado à Rua 15, nº 56, Aptº 1.002, Setor Oeste, Goiânia-Goiás.



Na melhor forma de direito, resolvem entre si procederem com a presente alteração contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I

A partir desta alteração contratual o ramo de atividade desta sociedade será de: PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO, PRODUÇÃO DE AUDIO E VIDEO, SERVIÇOS FOTOGRAFICOS E ARTES.



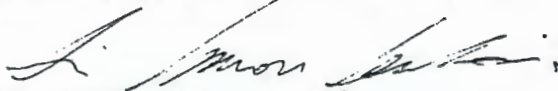
EX GERAL, ASSESSORIA DE MARKETING, ASSESSORIA DE IMPRENSA E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOCIONAIS.

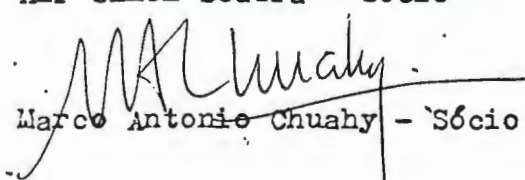
CLÁUSULA II

As demais cláusulas do contrato social primitivo e alterações permanecerão inalteradas.

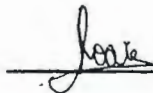
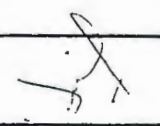
E, por estarem justos e achado conforme os termos deste instrumento, firmam o mesmo juntamente com testemunhas que também assinam.

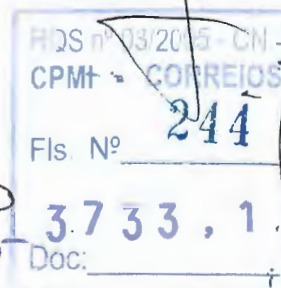
Goiania, 25 de julho de 1.991


Air Simon Seabra - Sócio -


Marco Antonio Chuahy - Sócio -

TESTEMUNHAS:



87372

**OUTAVA ALTERACAO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE
POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**



DENOMINACAO SOCIAL:

TYPE PROPAGANDA LTDA

TYPE PROPAGANDA LTDA., Sociedade estabelecida a Rua 123 nr. 251, Setor Sul, Goiania - Goias, registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob o nr. 5220014632-0, por despacho de 07 de julho de 1976 e alteracoes posteriores, inscrita no CGC/MF sob o nr. 02110732/0001-60 constituída pelos socios:

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, Publicitario, natural de Rio Verde-Go., nascido aos 19.05.49, filho de Raul Seabra e Adir Ribeiro Seabra, portador da Cedula de Identidade nr. 134.805 expedida pela SIC/GO e CIC/MF nr. 534.225.708-53, residente e domiciliado a Av. Mineira, Qd. 59 Lt. 05 Setor dos Afonsos, Goiania - Goias e, **MARCO ANTONIO CHUAHY**, brasileiro, casado, Publicitario natural de Piracicaba-SP., nascido aos 28.09.51, filho de Miguel Chuahy e Therezinha S. Chuahy, portador da Cedula de Identidade nr. 4.488.807 2a via, expedida pela SSP/SP e CIC/MF nr. 564.369.478-68, residente e domiciliado na Rua 15 nr. 56 Apto. 1002, Setor Oeste, Goiania-Goias.

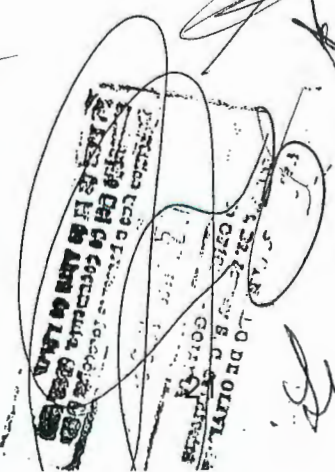
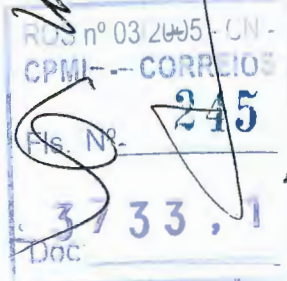
Na melhor forma de direito, resolvem entre si procederem com a presente alteracao contratual, mediante as clausulas e condicoes seguintes:

CLAUSULA I

O valor nominal das quotas que e de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, eleva-se neste ato para Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma.

CLAUSULA II

O Capital Social que e de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhao de cruzeiros), eleva-se neste ato para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhoes de cruzeiros), pela subscricao de 29.000 (vinte e nove mil) quotas no valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, totalizando a importancia de Cr\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhoes de cruzeiros), sendo que o valor aumentado sera subscrito pelos Socios da seguinte forma: **AIR SIMON SEABRA**, subscrive e integraliza Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhoes de cruzeiros), em moeda corrente do pais nesta data e Cr\$ 12.500.000,00 (doze milhoes e quinhentos mil cruzeiros), com reservas de capital de exercicios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1991 e, **MARCO ANTONIO CHUAHY**, subscrive e integraliza Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhoes de cruzeiros) em moeda corrente do pais nesta data e Cr\$ 12.500.000,00 (doze milhoes e quinhentos mil cruzeiros), com reservas de capital de exercicios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1991.



CLAUSULA III

Com as alteracoes sofridas ficara assim o novo quadro do Capital Social:

SOCIOS	NR. QTAS	VR. NOMINAL	VR. TOTAL
AIR SIMON SEABRA	15.000	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 15.000.000,00
MARCO ANTONIO CHUAHY	15.000	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 15.000.000,00
TOTAIS	30.000	Cr\$ 1.000.00	Cr\$ 30.000.000,00

CLAUSULA IV

As demais clausulas do Contrato Social Primitivo e alteracoes, permanecerao inalteradas.

E, por estarem justos e achados conforme os termos deste instrumento, firmam o mesmo com testemunhas que tambem assinam.

Goiania, 01 de Julho de 1992

Air Simon Seabra

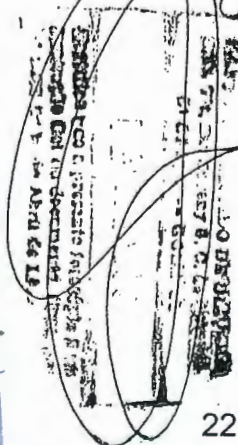
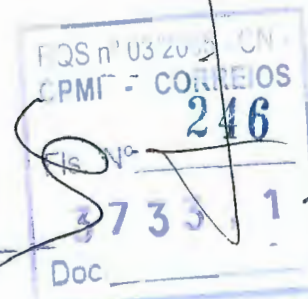
- Socio -

Marco Antonio Chuahy

- Socio -

TESTEMUNHAS Lindinalvo Lima Luz

Romilda Soares da Silva



NONA ALIERACAO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE
POR COIAS DE RESPONSABILIDADE LIDA.

DENOMINACAO - SOCIAL - .

TYPE PROPAGANDA LIDA

TIPO PROPAGANDA DA LIDA. Sociedade
 estabelecida na Rua 123, nr. 251 Setor Sul,
 Goiania - Goias, registrada na Junta
 Comercial do Estado de Goias sob o nr.
 5220014632-0, por despacho de 07 de julho de
 1976 e alteracoes posteriores, inscrita no
 CGC/MF sob o nr. 02110732/0001-60,
 constituída pelos socios:

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, publicitário, natural de Rio Verde - Goiás, nascido aos 19.05.49, filho de Raul Seabra e Adir Ribeiro Seabra, portador da cedula de identidade nr. 134.805 expedida pela SIC/Go e CIC/MF nr. 534.225.708-53, residente e domiciliado na Av. Mineira, Qd.59 Lt.05 Setor dos Afonsos, Aparecida de Goiania - Goiás.

MARCO ANTONIO CHUAHY, brasileiro, casado, publicitário, natural de Piracicaba - São Paulo, nascido aos 28.09.51, filho de Miguel Chuahy e Therezinha S. Chuahy, portador da cedula de identidade nr. 4488807 2a via, expedida pela SSP/SP e CIC/MF nr. 564.369.478-68, residente e domiciliado na Av. T-04 nr. 802, Apto. 202 Ed. Las Vegas, Setor Bueno, Goiânia - Goiás.

Na melhor forma de direito resolvem entre si procederem com a presente alteracao contratual, mediante as clausula e condicoes seguintes:

CLAUSULA I

Com a presente alteracao contratual fica admitida na sociedade Sra NYLZA NOGUEIRA SEABRA, brasileira, casada, empresaria, natural de Sao Paulo - SP., nascida aos 13.03.50, filha de Ottoni Nogueira e Nylza de M. M. Nogueira, portadora da cedula de identidade nr. 5129336 FD-V.3222, expedida pela SSP/SP, e CIC/MF nr. 534.225.700-53, residente e domiciliado na Av. Mineira, Qd. 59 Lt. 05 Setor dos Afonsos, Aparecida de Goiania - Goias.

CLAUSULA, II

Retira-se da sociedade neste ato o socio MARCO ANTONIO CHUAHY, o qual cede e transfere a totalidade de suas cotas de capital em numero de 15.000 (quinze mil) cotas no valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, perfazendo o total de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhoes de Cruzeiros), para a Associaçao admitida.



RESTORABLE OR
CPMT - CORNERS

Fis: N°

37351
Doc

14 JUL 1999

1216
Ca
PARAGRAFO UNICO - Cedente e cessionario quitam-se reciprocamente, atraves deste instrumento, subrogando-se a cessionaria dentro dos limites legais, em todos os direitos e obrigacoes da presente cessao, ficando suprimido nesta ato a assinatura do socio que ora sai da sociedade.

CLAUSULA III

O capital social que e de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhoes de cruzeiros), eleva-se neste ato para Cr\$ 250.000.000,00 (Duzentos e cinquenta milhoes de cruzeiros), pela subscricao de mais 220.000 (duzentas e vinte mil) cotas, valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), cada uma, totalizando a importancia de Cr\$ 220.000.000,00 (Duzentos e vinte milhoes de cruzeiros), sendo que o valor aumentado sera subscrito pelos socios da seguinte forma: AIR SIMON SEABRA, subscrive e integraliza Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhoes de cruzeiros), com reservas de capital de exercicios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1992 e, NYLZA NOGUEIRA SEABRA, subscrive e integraliza Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhoes de cruzeiros), com reservas de capital de exercicios anteriores, conforme balanço geral em 31 de dezembro de 1992.

CLAUSULA IV

Com as alteracoes sofridas ficara assim o novo quadro do capital social:

SOCIOS	NR. QTS	VR. NOMINAL	VR. TOTAL
AIR SIMON SEABRA	125.000	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 125.000.000,00
NYLZA NOGUEIRA SEABRA	125.000	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 125.000.000,00
TOTAIS	250.000	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 250.000.000,00

15.06.93
R\$ 90,91

CLAUSULA V

A gerancia da sociedade, bem como o uso da razao social, cabera ao socio AIR SIMON SEABRA, ficando o mesmo investido do direito de representar a sociedade em juizo ou fora dele, podendo constituir, Procuradores para qualquer fim, mas com a unica finalidade em negocios da sociedade, sendo-lhe vedado assinar fianças, avais, endossos ou qualquer outro objeto estranho a sociedade.

CLAUSULA VI

As demais clausulas do Contrato Social primitivo e alteracoes, permanecerao inalteradas.

E, por estarem Justos e achados conforme os termos deste instrumento, firmam o mesmo com testemunhas que tambem assinam.

Goiania, 01 de Junho de 1993

16.06.1993

Air Simon Seabra
Socio Remanescente

Marco Antonio Chuahy
Cedente

Nylza Nogueira Seabra
Cessionaria

CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 248

3733,1 24
Doc.



1217
CS

ESBOÇO DA EIRMA POR QUEM DE DIREITO

Simon Seabra
TYPE PROPAGANDA LTDA

Att: Simon Seabra

- Socio -

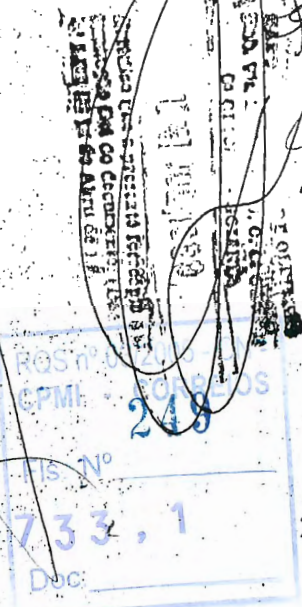
TESTEMUNHAS:

Indinaldo Lima Luz
Indinaldo Lima Luz

Romilda Soares da Silva
Romilda Soares da Silva



107 10 1999



04
1218
Rubrica

**DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
TYPE PROPAGANDA LTDA
C.G.C.(M.F.) 02.110.732/0001-60**

✱

AIR SIMON SEABRA, brasileiro, casado, publicitário, natural de Rio Verde - Goiás, nascido aos 19/05/1949, filho de Raul Seabra e Adir Ribeiro Seabra, portador da Cédula de Identidade n.º 134.805, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e inscrito no C.P.F.(M.F.) sob o n.º 534.225.708-53, residente e domiciliado à Av. Mineira, Qd. 59, Lt. 05, Setor dos Afonsos, Aparecida de Goiânia - Goiás, e,

NYLZA NOGUEIRA SEABRA, brasileira, casada, empresária, natural de São Paulo - SP., nascida aos 13/03/1950, filha de Ottoni Nogueira e Nylza de M. M. Nogueira, portadora da Cédula de Identidade n.º 5.129.336 FD-V.3.222, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e inscrita no C.P.F.(M.F.) sob o n.º 534.225.708-53, Residente e domiciliada à Av. Mineira, Qd. 59, Lt. 05, Setor dos Afonsos, Aparecida de Goiânia - Goiás;

ÚNICOS, sócios da empresa **TYPE PROPAGANDA LTDA**, estabelecida à Rua 123, n.º 251, Setor Sul, Goiânia - GO., inscrita no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 02.110.732/0001-60, devidamente constituída na **JUCEG** - Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o NIRC n.º 5220014632,0, por despacho de 07 de julho de 1976 e alterações posteriores,

RESOLVEM, de comum acordo a proceder sua **DÉCIMA** alteração contratual conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social que era de R\$ 90,90 (Noventa Reais, Noventa Centavos), passa neste ato, com a presente alteração contratual para R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), dividido em 200.000 (Duzentos Mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada, com a emissão de 199.909.10 (Cento Noventa Nove Mil, Novecentos Nove Inteiros e Dez Décimos) de novas cotas, com a utilização dos seguintes recursos:

a) Reserva de Correção Monetária.....	R\$ 35.500,00
b) Reserva de Correção Monetária Lucro Acumulado...	R\$ 117.000,00
c) Reserva de Lucros Acumulados.....	R\$ 47.409,10
TOTAL:	R\$ 199.909,10



RGS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
250

Fis. Nº

TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO

10 AGO 1999

Adelson Ferreira do Silva
Dagmar Lima F. de Campos
José de Andrade Fleury Curado
Manoel Messias Barbosa
ESCREVENTES AUTORIZADOS

26

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

Em consequência do disposto na cláusula anterior, o capital da sociedade fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	N.º COTAS	VALOR EM R\$	%
AIR SIMOM SEABRA	100.000	100.000,00	50
NYLZA NOGUEIRA SEABRA	100.000	100.000,00	50
TOTAL	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não atingidas pela presente alteração contratual, as quais continuam de acordo com o Contrato Social primitivo e alterações anteriores a esta.

E, por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinados, para em seguida, proceder o devido arquivamento na junta comercial competente, para que produzam os efeitos legais.

Goiânia, 28 de julho de 1.999.

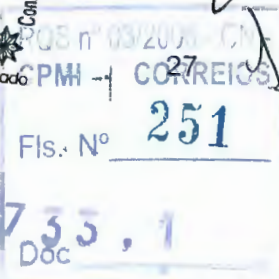
AIR SIMOM SEABRA
AIR SIMOM SEABRA

NYLZA NOGUEIRA SEABRA
NYLZA NOGUEIRA SEABRA

TESTEMUNHAS:

JOÃO ONOFRE REZENDE
C.P.F. (M.F.) 255.875.281-20
C.I. 1.404.962 SSP/GO.

MARCOS SALOMÃO BORGES DA SILVA
C.P.F. (M.F.) 613.497.631-87
C.I. 2.229.814 SSP/GO.



CIC

NASCIMENTO 19.05.49 INSCRIÇÃO NO CPF 1534 225 708 53

CONTRIBUINTE

ATR SIMON SEABRA

[Signature]
Nº 111-112
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CIC 2220

NASCIMENTO 19.05.49 INSCRIÇÃO NO CPF 1534 225 708 53

CONTRIBUINTE

ATR SIMON SEABRA

[Signature]
Nº 111-112
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Signature]

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Signature]

3^o

Cartório do Registro Civil
Rua 7 n.º 369 - Centro
Fone: 225-2488 - Goiânia-GO

30 SET. 1999

AUTENTICAÇÃO
Confere com o Original

[Signature]
Substituto Oficial

RC (3-n-031)

CPMI - 252

Fls. Nº

3733,1

Doc:

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
ESTADO DE GOIÁS
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E CRIMINALÍSTICA

AIR SIMON SEABRA

DATA DO NASCIMENTO: 19/5/1949

RAUL SEABRA FILHO

ADIR RIBEIRO SEABRA

Uio-Verde-GO

BRAS

VALIDO SUMÁRIO COM MARCA D'ÁGUA E FIRMAS DA AUTORIDADE

134.805

ASSINATURA DO PORTADOR

1a. F. D. 2333

12-2222

REGISTRO GERAL N.º

morena olhos castos cabelos

(PERRYGOES (MARCAS-CICATRIZES-ETC.))

GOIÂNIA 31 de julho de 1967

CHEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E CRIMINALÍSTICA

Cartão de identificação e registro de identidade e criminalística

134.805

12-2222

GOIÂNIA

31 de julho de 1967

Cartório do Registro Civil

Rua 7 n.º 369 - Centro

Fone: 225-2466 - Goiânia-GO

01 SET 1999

AUTENTICAÇÃO

Confere com o Original

Sanção de A. Oliveira

Edna de A. Oliveira

Sub-Oficial

29

RUBRICA

CPMI -- CORREIOS

Fls N.º 253

33.33.1

[Handwritten signature]

2.5 – Documentação referente à regularidade fiscal:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

30

4223

la

☆

2.5.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF) e prova de inscrição nos Cadastros Gerais de Contribuintes Estadual e Municipal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

31

RQS nº 03/2005 CN
CORREIOS
Fls. Nº **255**
3733,1
Doc.

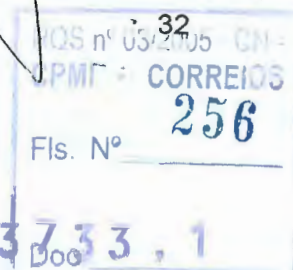


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.110.732/0001-60	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 19/07/1976	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL TYPE PROPAGANDA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TYPE PROPAGANDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (PRINCIPAL) 74.40-3 - PUBLICIDADE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA			
LOGRADOURO RUA 123	NÚMERO 251	COMPLEMENTO	
CEP 74830-170	BAIRRO/DISTRITO SETOR SUL	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 534.225.708-53	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

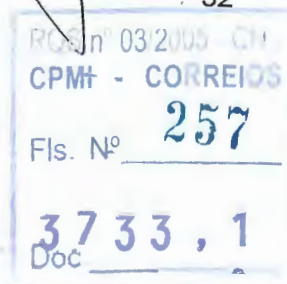
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.110.732/0001-60	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 19/07/1976	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL TYPE PROPAGANDA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TYPE PROPAGANDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA/PRINCIPAL 74.40-3 - PUBLICIDADE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA			
LOGRADOURO RUA 123	NÚMERO 251	COMPLEMENTO	
CEP 74830-170	BAIRRO/DISTRITO SETOR SUL	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 534.225.708-53	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



32





PREFEITURA DE GOIÂNIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Nº DA FIC

INSCRIÇÃO CADASTRAL

010.832/4

NOME OU RAZÃO SOCIAL		DENOMINAÇÃO LOCAL DAS ATIVIDADES		NOME DE FANTASIA	
TYPE PROPAGANDA LTDA		TYPE PROPAGANDA		TYPE PROPAGANDA	
LOGRADOURO E NÚMERO		QUADRA	LOTE	COMPLEMENTO	BAIRRO
RUA 123		251	F-44	29	SETOR SUL

INFORMAÇÕES GERAIS		DOMICÍLIO BANCÁRIO	
DATA ABERTURA	PUBLICIDADE NO LOCAL	ESC. CONTÁBIL	Nº CERT. INSPEÇÃO
7/07/76	NAO	SIM	22.318/8
NATUREZA	ISENT-IMUN.	DT. VENC. ISEN.	TRIBUTO A PAGAR
ALTERACAO			TX/ISS
REGIME DE RECOLHIMENTO		SITUAÇÃO CADASTRO	
MOVIMENTO ECONOMICO		ATIVO	

IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		Nº SOC.		Nº EMP.		ÁREA ESTABELECIMENTO	
C.G.C.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO JUCEG	INSC. CART. T. DOC.				
02.110.732/0001.60		00052104410				10 348	
NATUREZA JURÍDICA		SÓCIO PROF. CATEGORIA		PROF. ASSAL. NA CATEGORIA		QUANT. LOCAIS EXERCE ATIVID.	
EMPRESA LIMITADA		SOCIEDADE CIVIL PROFISSIONAIS LIBERAIS				5	

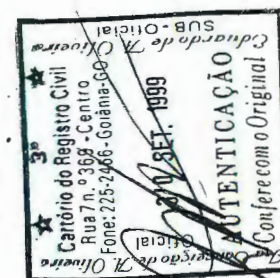
IDENTIFICAÇÃO - PESSOA FÍSICA		REG. ORGÃO CLASSE		SIGLA DO ORGÃO		QUANT. LOC. EX. ATIVID.	
C.P.F.	MATRÍCULA INPS	Nº DOC. IDENTIDADE	ORGÃO EXP.				

ATIVIDADES EXECUTADAS		QUINTA		SEXTA	
PRIMEIRA	SEGUNDA	TERCEIRA	QUARTA		
107.101/7	114.105/8				

PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA		INSCRIÇÃO NO C.A.E.	
C.P.F.			
AIR SIMON SEABRA		534.225.708/53	
ENDEREÇO			
AV. MINEIRA L.5, Q.59, WILSON TOMAZ, GOIÂNIA-GO			

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS				
ASSINATURA:				
DATA INCLUSÃO	DATA ULT. ALTER.	DATA ENCERRAM.	DATA BAIXA	Nº PROCESSO
29/10/61	26/12/98			

PREFEITURA DE GOIÂNIA	
ORGÃO RECEPTOR	
Secretaria de Finanças	
28 DEZ 1998	
Go	
MATRÍCULA FUNCIONÁRIO:	
Chamar (Chamar) da	
Trib. do Fisco de Goiás	
Atividade Econômica	



Doc: 3733.1
Fis. Nº 258
CAMI - CORREIOS
F3200-03200-03
3333

EM TEMPO, NOVOS CONTROLES, FORTALECENDO A LHE DAR O MELHOR

2.5.2 – Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, e da dívida ativa respectivas.

Handwritten marks and signatures:

- Top right: A stylized signature.
- Below it: A circular stamp or mark.
- Below that: The letters "UM".
- Below that: A large, stylized signature.
- Below that: The number "34".
- Bottom left: A checkmark and a stylized signature.
- Bottom center: A stylized signature.

GO
1228
Ca
Rubrica

NO. DA CERTIDAO: 170.794-8

10:00 30/09/99 024250 PM SECRETARIA FINANÇAS AG. DIÁRIO
CERTIDAO NEGATIVA DE TRIBUTOS DECLARADOS (ISSQN, TAXAS E MULTAS)
FINALIDADE: LICITACAO
INTERESSE : ECONOMICO

INSCRICAO : 010.832-4 TYPE PROPAGANDA LTDA
ENDEREÇO : RUA 123 251 QD: F44 LT: 29
SETOR : SETOR SUL
CPF/CGC...: 02.110.732/0001-60
ATIVIDADE : PRESTACIONAL
INIC.ATIV.: 07/07/1976

CERTIFICAMOS QUE NESTA DATA NAO CONSTA DEBITO AMIGAVEL OU
AJUIZADO REFERENTE A IMPOSTO SOBRE SERVICO DE QUALQUER NATUREZA.
TAXAS E MULTAS EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

RESERVA-SE A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR
POSTERIORMENTE DEBITOS CONSTATADOS INCLUSIVE, NO PERIODO DESTA
CERTIDAO.

GOIANIA(GO). 30 DE SETEMBRO DE 1999

RESP. P/ CERTIDAO: 97926 CALIMERO FRADICO DA SILVA
VALIDADE CERTIDAO: 30 (TRINTA) DIAS



36
RDS n° 03
CPM - CORREIOS
Fls. N° 261
Doc

3733.1

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0144472

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
TYPE PROPAGANDA LTDA
ENDERECO COMPLETO
GOIANIA
CIDADE
GOIANIA
UF
GO
CBO
02110732/0001-60

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 13 de Setembro de 1999
ASSINATURA EXPEDIDOR

MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA 179/96-GSF

CEI-SEFAZ TID= 1319

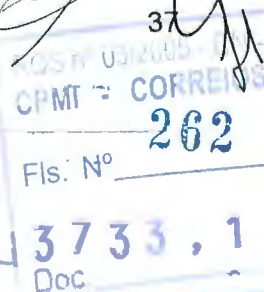
DATA: 13

Cartório do Registro Civil
Rua 76 - 3691 - Goiânia - GO
Fone: 245-2466 - Goiânia-GO

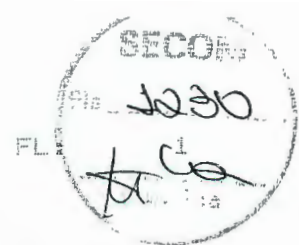
11:26

MATR: 20267

FEA0CT05



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



1A FAZENDA MUNICIPAL

BEL. MARCIO ALENCASTRO VEIGA,
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA
MUNICIPAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDAO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : TYPE PROPAGANDA
CBC : 02.110.732/0001-60

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos trinta de setembro de um mil e novecentos e no-
venta e nove. (30 / 9 / 1999).

Clarissa S. C. R. M. Lobo
MARCIO ALENCASTRO VEIGA
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA MUNICIPAL

LUCIANA
CONFERENTE

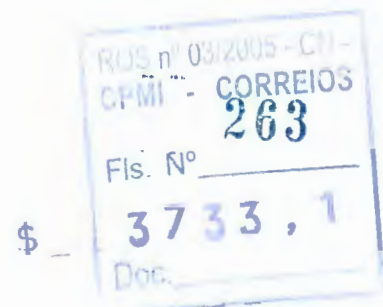
LUCIANA AL
EMITENTE

Numero da Guia : 00818803.3
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 30/09/1999

Poder Judiciário
COMARCA DE GOIÂNIA
1ª **Escrivania da Fazenda Pública**
Municipal e de Registros Públicos
Márcio Alencastro Veiga
Escrivão Titular

NAD ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

38



LICITAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PROTOCOLO SETORIAL

Anexo III

PROJETO: ...
ASSUNTO: LICITAÇÃO
DESTINO: ...
CONTATO: ...
EMAIL: ...

VOLUME VII

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Nº: _____

3733.1

Doc: _____

End.: Rua SC-1, nº 299
Pq. Santa Cruz - Goiânia-GO
CEP: 74860-270

Informações:
Fones: 201-7625
201-7600



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª ESCRIVANIA DA FAZENDA
PÚBLICA MUNICIPAL E DE REGISTROS PÚBLICOS



CERTIDÃO

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal
e Reg. Públicos
Eunice de Castro Machado
ESCRIVÃ TITULAR
Eduardo de Castro Alves Machado
ESCRIVÃO SUBSTITUTO

*EUNICE DE CASTRO MACHADO, Escrivã da
2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal
e de Registros Públicos, na forma da lei, etc.*

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os processos de execução fiscal em andamento na 2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos, não encontrou qualquer um em que figure como devedor

TYPE PROPAGANDA, CGC 02.110.732/0001-60:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:
:x:
e credora a Fazenda Pública Municipal, x:
:x:
x:

É o que foi pedido se certificasse, do que se dá fé. DADA e passada nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, aos 30 (Trinta) dias do mês de Setembro (09) do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999). Eu, *[assinatura]*, Escrivã da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos, que a lavrei, subscrevi e assino.

Valor da Certidão	:R\$	12,83
Valor da Taxa Judiciária	:R\$	3,52
Total	:R\$	16,35
Data da Receita	:	30/09/1999.

Goiânia, 30 de Setembro

de 1999.

Rubrica da Autoridade Expedidora

~~Escrivã~~

A taxa Judiciária será recolhida através da GRS nº 818.804-1.

39

CPMI - CORRECTION
264

FIS No

3733.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL/GO.
SERVIÇO DA DÍVIDA ATIVA EM GOIÁS

1232
60

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. Dr. Procurador da Fazenda Nacional em Goiás na petição protocolada neste Serviço sob o n.º 216528/99, em que é requerida Certidão Narrativa quanto à Dívida Ativa da União Inscrita, para fins de direito, ressalvado o direito da Fazenda Nacional de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, **CERTIFICO** que, revendo os livros e controles de registros de inscrição na Dívida Ativa da União, desta Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, consta, nesta data, em nome de **TYPE PROPAGANDA LTDA**, inscrito no CGC/MF sob o n.º 02.110.732/0001-60, inscrições sob os n.ºs 11.2.98.000038-61, 11.2.98.002646-65, 11.6.98.000187-36, 11.6.99.001838-87, 11.6.99.001839-68 e 11.7.99.000312-51, apuradas em processos administrativos pela Delegacia da Receita Federal em Goiânia- DRF/GO, estando, portanto, em situação regular perante esta Procuradoria.

Esta certidão substitui a Certidão quanto à Dívida Ativa da União para os efeitos do artigo 206 do Código Tributário Nacional - CTN e tem a validade por 30 (trinta) dias.

E, para constar, eu, Juliano Vieira Rodrigues, Chefe do Serviço da Dívida Ativa da União da Procuradoria da Fazenda Nacional em Goiás, passei esta Certidão, que vai por mim assinada e visada pelo Sr. Dr. Procurador da Fazenda Nacional em Goiás.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EM GOIÁS, aos 15 dias do mês de setembro de 1999.

Juliano Vieira Rodrigues
CHEFE DO SERDA

VISTO:

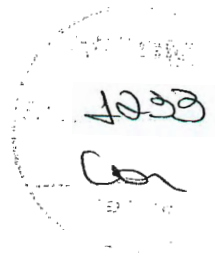
Deusmar José Rodrigues
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ENDEREÇO: Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 210
Centro - CEP 74003-010
Goiânia - GO



40
RDE 032003-01
CPMI - CORREIO
Fls Nº - 265

3733,1



2.5.3 – Prova de regularidade perante o Fundo de garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante certificado fornecido pela Caixa Econômica federal, observado o período de validade.

Handwritten signatures and marks:

- Top right: A large, dense scribble.
- Middle right: A signature that appears to be "UM".
- Bottom right: A signature that appears to be "411".
- Bottom center: A large, stylized signature.
- Bottom left: A checkmark and a stylized "S".





CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

TYPE PROPAGANDA LTDA

Inscrição

02110732/0001-60

Endereço

RUA 123, 251
SETOR SUL 74095-040
GOIANIA GO

Validade

13/Outubro/1999

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

GOIANIA, 13 de Setembro de 1999.

Local e data de emissão

José Elias Nunes
José Elias Nunes

Matr. 039.264 - 9

Gerente Subst. Eventual

Assinatura e Carimbo

00047926-0

Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.033-6 v01



ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 267

3733,1
Doc

2.5.4 – Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, através de apresentação da CND – certidão negativa de débito, dentro do período de validade.

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 161851999-08601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 02.110.732/0001-60
NOME: TYPE PROPAGANDA LTDA
ENDereco: RUA 123, NR. 251
BAIRRO OU DISTRITO: SETOR SUL
MUNICIPIO: GOIANIA
ESTADO: GO
CEP: 74093-040



FINALIDADE DA CERTIDAO:

ACITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

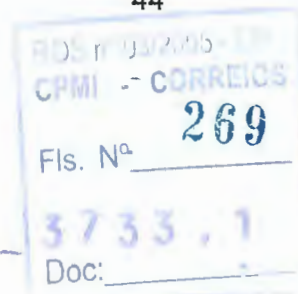
VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 30 DE SETEMBRO DE 1999.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

44



2.5.5 – Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

Handwritten signatures and marks, including a large 'V' and a signature that appears to be 'G. M. M.'.

1238
62

2.5.6 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, comprovando boa situação financeira da empresa:

[Handwritten signatures and marks]

RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO

C.E.C. (N.F.):02.110.732/0001-60

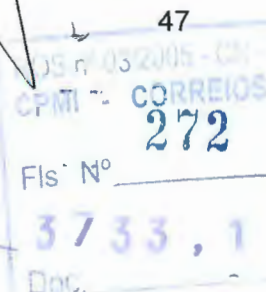
INSC. ESTADUAL:-

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/98

1	ATIVO			
1.1	ATIVO CIRCULANTE			
1.11	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
1.111	C A T X A	4.828,86		
1.112	BANCOS C/MOVIMENTO	889,21		
1.116	BANCOS C/VINCULADA	31.606,68		
1.117	BANCOS C/CAUCAO	56.701,95	94.025,70	
1.12	REALIZAVEL A CURTO PRAZO			
1.121	CREDITO DE COMERS FINANCEIRA	294.100,50		
1.124	ATIVO P/PAGAMENTOS ANTECIPADOS	1.613,11	295.713,61	
	-----> ATIVO CIRCULANTE			389.739,31
1.3	ATIVO PERMANENTE			
1.32	IMOBILIZADO			
1.323	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	5.893,77		
1.324	COMPUTADORES E PROGRAMAS	32.066,01		
1.325	INSTALACOES	1.322,19		
1.326	IMOVEIS	98.070,78		
1.327	MOVEIS E UTENSILIOS	29.037,88		
1.328	SISTEMA DE COMUNICACAO	9.914,08		
1.329	VEICULOS	9.454,86	185.756,77	
1.33	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA			
1.331	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	-45.893,46	-45.893,46	
1.35	IMOBILIZADO - COMPLEMENTAR			
1.355	INSTALACOES	910,50		
1.356	IMOVEIS	8.997,64		
1.357	MOVEIS E UTENSILIOS	17.929,21		
1.358	SISTEMA DE COMUNICACAO	2.692,60		
1.359	VEICULOS	4.162,49	34.692,44	
1.36	(-) DEPR ACUMULADA-COMPL			
1.361	(-) DEPR ACUMULADA-COMPL	-21.887,25	-21.887,25	
	-----> ATIVO PERMANENTE			152.670,50
	-----> ATIVO			542.409,81

golden soft/system informatica

{000} esarel asc. ass. contabil ltda

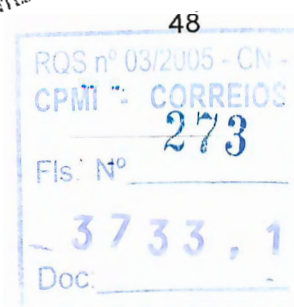


TYPE PROPAGANDA LTDA
 RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO
 C.G.C. (N.F.): 02.110.732/0001-60 INSC. ESTADUAL:-
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/98

2	PASSIVO		
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		
2.11	EXIGIVEL A CURTO PRAZO		
2.111	FORNECEDORES	16.339,33	
2.112	BANCOS C/MOV-SO DEVEDOR	583,80	
2.114	DEBITO DE FINANCIAMENTO	8.211,73	
2.115	(-) JUROS A VENCER S/FINANC	-4.102,53	
2.116	OBRIG SOCIAIS E TRABALHISTAS	89.871,52	
2.117	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	29.247,28	
2.118	OUTRAS EXIGIBILIDADES	7.753,39	
2.119	PROVISOES	58.948,35	206.531,87
	-----> PASSIVO CIRCULANTE		206.531,87
2.4	PATRIMONIO LIQUIDO		
2.40	CAPITAL SOCIAL		
2.401	CAPITAL SOCIAL	90,91	90,91
2.41	RESERVAS DE CAPITAL		
2.411	RESERVAS C/MONET DO CAPITAL	35.593,14	35.593,14
2.42	RESERVAS DE LUCROS		
2.421	RESERVAS C/MONET LUCROS ACUM	117.171,62	117.171,62
2.44	LUCROS/PREJUICIOS ACUMULADOS		
2.442	LUCROS ACUMULADOS	154.015,55	154.015,55
2.45	RESERVAS DE CAPITAL-COMPL		
2.451	RESERVAS C/MONET CAPITAL-COMPL	23.261,72	23.261,72
2.48	OUTRAS RESERVAS		
2.481	SOC CREDOR C/M ASS DL332/91	7.944,93	7.944,93
2.49	LUCROS/PREJUICIOS ACUMUL-COMPL		
2.492	(-) PREJUICIOS ACUMULADOS-COMPL	-2.199,93	-2.199,93
	-----> PATRIMONIO LIQUIDO		355.877,94
	-----> PASSIVO		542.409,81

golden soft/systems informatica

(000) esacoi esp. ass. contabil lida

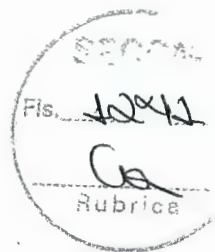


RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO

C.G.C. (N.F.):02.110.732/0001-60 INSC. ESTADUAL:-

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/98

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial,
elaborado de acordo com a legislação vigente, transcrito
nas folhas de n. 2 a 4 do livro de Diário n. 19
devidamente registrado na JUCE(GO).



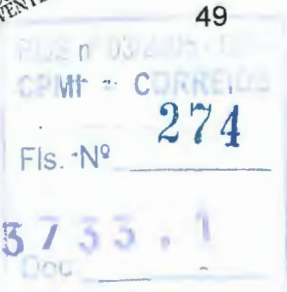
GOIANIA(GO), 31 de DEZEMBRO de 1998

TYPE PROPAGANDA LTDA

MARCELA LIA D S CUNHA
CRC/GO 0038

golden soft/system informatica

(000) esatol esc. ass. contabil ltda



\$ 5733,1

TYPE PROPAGANDA LTDA

PAG. 5

RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO

C.B.C. (M.F.):02.110.732/0001-60 INSC. ESTADUAL:-

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS EM DEZEMBRO/98

codconta	titulo	valor	partic	total	partic
4.111.0001.7	RECEITAS DE SERVICOS	396.198,36	108,28		
----->	RECEITAS DE SERVICOS	396.198,36	108,28		
4.121.0001.0	(-) COFINS	-7.923,96	-2,17		
4.121.0002.9	(-) ISSQN	-19.809,89	-5,41		
4.121.0003.7	(-) PIS/RECEITA OPERACIONAL	-2.575,27	-0,70		
----->	(-) DEDUÇÕES S/RECEITAS	-30.309,12	-8,28		

=====> TOTAL DAS RECEITAS -----> 365.889,24 100,00

3.111.0002.3	DECIMO TERCEIRO SALARIO	4.946,02	1,35
3.111.0004.0	ENERGIA ELETRICA	4.054,61	1,11
3.111.0005.8	FERIAS	3.490,89	0,95
3.111.0006.6	FGTS	9.333,98	2,55
3.111.0007.4	ORDENADOS E SALARIOS	69.170,20	18,90
3.111.0009.0	PREVIDENCIA SOCIAL	20.156,65	5,51
3.111.0010.4	PRO-LABORE	1.520,00	0,42
3.111.0012.0	SERVICOS DE TERCEIROS	1.085,00	0,30
3.111.0013.9	DESP C/MANUT E CONSERVACAO	2.439,90	0,67
3.111.0014.7	VALE TRANSPORTE	4.150,21	1,13
3.111.0016.3	MATERIAL DE ARTE	2.190,00	0,60
3.111.0017.1	MATERIAL DE PRODUCAO	2.008,70	0,55
3.111.0021.0	SERVICOS DE COMPOSICAO E ARTE	1.769,35	0,48
3.111.0022.8	DESPESAS C/PRODUCAO E EDICAO	6.825,16	1,87
3.111.0023.6	IMPRESSOS DIVERSOS	420,00	0,11
3.111.0025.2	DESP C/PRONOCACAO E DIVULGACAO	5.176,68	1,41
3.111.0026.0	DESP C/REPRESENTACAO	642,23	0,18
3.111.0027.9	PRODUCAO REVELACAO FOTOGRAFICA	5.623,06	1,54
3.111.0029.5	MULTAS J/CM S/OBRIG SOCIAIS	1.495,28	0,41
3.111.0031.7	DESP C/VEICULACAO	2.934,22	0,80
3.111.0032.5	DESP C/SERV EDIT E SERV GRAFIC	3.361,52	0,92
----->	GASTO DE PRODUCAO C/SERVICOS	152.793,68	41,76
3.211.0003.4	DESPESAS P/PRONOCACAO EVENTOS	768,71	0,21
3.211.0008.5	ALUGUEL DE VEICULOS	1.694,42	0,46
----->	DESPESAS C/VENDAS	2.462,13	0,67

3.212.0001.2	AGUA E ESGOTO	1.239,32	0,34
3.212.0004.7	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	7.327,21	2,00
3.212.0005.5	CONTRIBUICAO SINDICAL PATRONAL	630,00	0,17
3.212.0007.1	DESP C/ASSIST MEDICA E SOCIAL	51,56	0,01
3.212.0008.0	DESP BENS DE NAT PERMANENTE	734,73	0,20
3.212.0009.8	DESP C/CARTORIO	77,00	0,02
3.212.0013.6	DESP C/SEGUROS	5.269,49	1,44
3.212.0014.4	DESP C/TRANSPORTES	2.819,39	0,77
3.212.0016.0	DESP C/VEICULOS	2.773,52	0,76
3.212.0017.9	DESP C/XEROX E ENCADERNACAO	1.699,90	0,46
3.212.0018.7	DESP DE COMUNICACAO	16.203,27	4,43
3.212.0020.9	DESP DE VIAGENS E ESTADIAS	4.118,74	1,13
3.212.0021.7	DESP LEGAIS	39,78	0,01
3.212.0024.1	HONORARIOS PROFISSIONAIS	5.261,80	1,44
3.212.0027.6	LANCHES E REFEICOES	1.517,21	0,41
3.212.0028.4	MATERIAL DE LIMPEZA	1.207,74	0,33
3.212.0029.2	MATERIAL DE OFICINA	3.597,41	0,98

golden soft/system inform



Fls N° 275

3733.1

Doc

RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO

C.B.C. (M.F.):02.110.732/0001-60

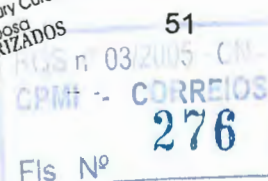
INSC. ESTADUAL:-

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS EM DEZEMBRO/98

codconta	titulo	valor	partic	total	partic
3.212.0030.6	MULTAS, J/CM S/OBRIG SOCIAIS	283,40	0,08		
3.212.0032.2	DESP C/PROCESSAMENTO DE DADOS	2.353,00	0,64		
3.212.0033.0	REVISTAS, JORNAIS E ANUNCIOS	2.426,78	0,66		
3.212.0034.9	FRETES E CARRETOS	2.900,59	0,79		
3.212.0038.1	MATERIAL PROCESSAMENTO DADOS	3.599,30	0,98		
3.212.0039.0	LEASING DE VEICULOS	22.698,55	6,20		
3.212.0041.1	SERV CONSERV LIMP VIGILANCIA	639,53	0,17		
----->	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	89.468,22	24,45		
3.213.0001.7	DESPESAS BANCARIAS	9.727,94	2,66		
3.213.0002.5	DESC CONCEDIDOS S/DUPLICATAS	5.730,73	1,57		
3.213.0004.1	JUROS C/MONET S/FINANCIAMENTO	14.665,75	4,01		
3.213.0005.0	JUROS PAGOS S/DUPLICATAS	1.513,15	0,41		
----->	DESPESAS FINANCEIRAS	31.637,57	8,65		
3.214.0001.1	IPTU-IMP PREDIAL TER URBANO	3.195,70	0,87		
3.214.0002.0	MULTAS, J/CM S/TRIBUTOS	2.611,77	0,71		
3.214.0003.8	TAXA DE LICENCA	20,25	0,01		
3.214.0004.6	TAXA DE SERVICOS PUBLICOS	56,80	0,02		
3.214.0005.4	IMPOSTO RENDA/LP	13.074,54	3,57		
3.214.0006.2	CONTRIB SOCIAL/LP	3.803,46	1,04		
3.214.0008.9	IRRF S/PROP PUBLICIDADE	5.942,90	1,62		
----->	DESPESAS TRIBUTARIAS	28.705,42	7,85		
3.215.0004.0	(-) JUROS RECEB S/DUPLICATAS	-198,41	-0,05		
3.215.0005.9	(-) RECEITA APLIC FINANCEIRA	-28,39	-0,01		
----->	(-) RECEITAS FINANCEIRAS	-226,79	-0,06		
3.414.0005.0	(-) AVISO PREVIO	-66,30	-0,02		
----->	(-) RECEITAS EVENTUAIS	-66,30	-0,02		
=====>	TOTAL DAS DESPESAS	304.774,93	83,30		
=====>	LUCRO LIQUIDO	61.114,31	16,70		
=====>	(-) BASE ANTERIOR NEGATIVA	0,00	0,00		
=====>	(+) INCLUSOES	0,00	0,00		
=====>	(-) EXCLUSOES	0,00	0,00		
=====>	LUCRO LIQUIDO	61.114,31	16,70		
=====>	(-) COMPENSACAO PREJUIZOS FISCAIS	0,00	0,00		
=====>	(+) INCLUSOES	0,00	0,00		
=====>	(-) EXCLUSOES	0,00	0,00		
=====>	LUCRO REAL	61.114,31	16,70		
=====>	LUCRO CONTABIL	61.114,31	16,70		

golden soft/system informatica

(000) esacol esc. ass. contabil ltda



RUA 123 NR 251 SUL GOIANIA GO

C.G.C. (N.F.): 02.110.732/0001-60

INSC. ESTADUAL:-

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS EM DEZEMBRO/98

+---codconta---+ +-----titulo-----+ +-----valor-----+ partic +-----total-----+ partic

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo de Resultados,
elaborado de acordo com a legislação vigente, transcrito nas fo-
lhas de n. 5 a 7 do livro de Diário n. 19 devidamente
registrado na JUCE(GO).

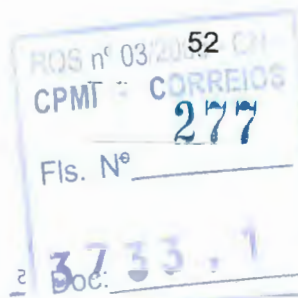
GOIANIA(GO), 31 de DEZEMBRO de 1998

TYPE PROPAGANDA LTDA

MARIA SELTA B S CUNHA
CRC/GO 8038

golden soft/system informatica

(000) esacol esc. ass. contabil ltda



descricao	valor
r saldo anterior de lucros acumulados.....	16.000,24
e ajustes credores de periodos-base anteriores.....	0,00
c correcao monetaria dos lucros acumulados.....	0,00
u reversao de reservas.....	0,00
r outros recursos.....	0,00
s lucro liquido do periodo-base apos provisao p/IR.....	61.114,31
o (-) saldo anterior de prejuizos acumulados.....	2.199,93
e (-) ajustes devedores de periodos-base anteriores.....	0,00
(-) correcao monetaria dos prejuizos acumulados.....	0,00
(-) prejuizo liquido do periodo-base apos provisao IR...	0,00
soma dos recursos.....	255.003,62
a transferencias p/reservas.....	0,00
p dividendos ou lucros distribuidos/pagos/creditados.....	103.188,00
l imposto sobre o lucro liquido (arq.345 Lei 7713/88).....	0,00
i parcela dos lucros incorporados ao capital.....	0,00
c outras aplicacoes.....	0,00
soma das aplicacoes.....	103.188,00
lucros ou prejuizos acumulados.....	151.815,62

Reconhecemos a exatidao do presente documento,
impresso conforme portaria n.14/72 do D.N.R.C.

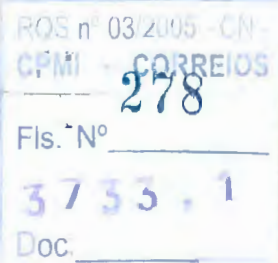
GOIANIA(GO), 31 de DEZEMBRO de 1998

TYPE PROPAGANDA LTDA

MARIA CELIA B S CUNHA
CRC/GO 8038

golden soft/system informatica

(000) esacol esc. ass. contabil ltd



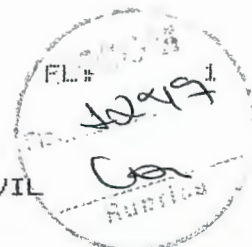
2.5.7 – Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, insolvência civil ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em se tratando de firma individual.

Handwritten signatures and marks:

- Top right: A small cross-like mark and a circular scribble.
- Middle right: A large, stylized signature.
- Bottom right: A signature and a checkmark.
- Bottom center: A large, stylized signature.
- Bottom left: A checkmark.

54

ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVAO(º) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : TYPE PROPAGANDA LTDA
CGC : 02.110.732/0001-60

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido, para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos quatorze de setembro de um mil e novecentos e
noventa e nove. (14 / 9 / 1999).

JOAO BATISTA FRANCA
ESCRIVAO(º) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL



MARCELO
CONFERENTE

MARCELO FR
EMITENTE

COMARCA DE GOIÂNIA

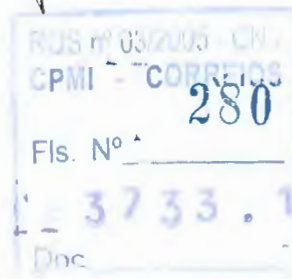
Cartório d: Falências, Concordatas e
Insolvência Civil

Bel. João Batista Franca
Titular

Numero da Guia : 00805782.5
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

55





18

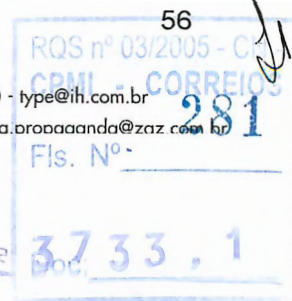
2.6 – Documentação relativa à qualificação técnica:

A handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.



\$ 3.733,1



9 ✓

Handwritten signatures and stamps on a document. The page number 57 is visible at the bottom center. A blue stamp at the bottom left contains the text "ROS n° 03/2/05". There are several handwritten signatures in black ink, including a large one on the left, a smaller one in the center, and a circular one on the right. A blue stamp is also visible on the right side.

DECLARAÇÃO

Apresentamos a presente DECLARAÇÃO, atestando a qualidade técnico operacional dos serviços prestados à esta empresa pela agência **Type Propaganda Ltda.**, CGC/MF 02.110.732/0001-60, localizada à Rua 123, nº 251, Setor Sul, no município de Goiânia – Go, similares ao objeto da concorrência 001/99, da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

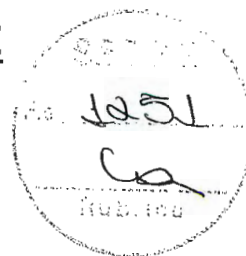
Goiânia, 27 de setembro de 1999.


Bexley de Abreu Freitas
Vice-Presidente de Operações



SOCIEDADE GOIANA DE PECUÁRIA E AGRICULTURA

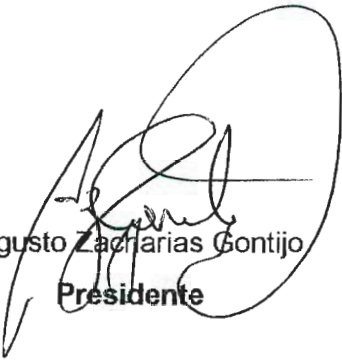
C.G.C. n.º 01.612.381/0001-22
Registro no Ministério da Agricultura n.º 42 - Série Estadual



DECLARAÇÃO

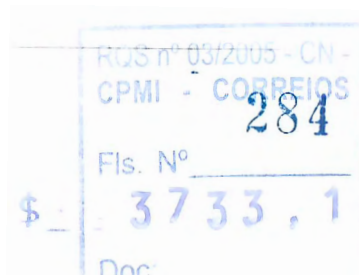
Apresentamos a presente **DECLARAÇÃO**, atestando a qualidade técnico operacional dos serviços prestados à esta empresa pela agência **Type Propaganda Ltda.** CGC/MF 02 110 732/000-60, localizada à Rua 123, nº 251 - Setor Sul, no município de Goiânia - GO, similares ao objeto da concorrência 001/99, da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

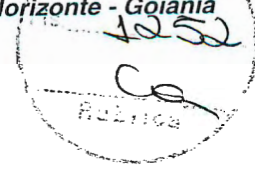
SGPA - Goiânia, 28 de setembro de 1.999.


Augusto Zacharias Gontijo
Presidente

<http://www.all-supplies.com.br/sgpa> - e-mail: sgpa@nutechnet.com.br
Parque Agropecuário de Goiânia - Rua 250, s/n.º - Nova Vila - CEP: 74653-200 - Goiânia - GO
Fone: (062) 203-2525, Fax: (062) 203-3656

59





DECLARAÇÃO

Apresentamos a presente DECLARAÇÃO, atestando a qualidade técnico operacional dos serviços prestados à esta empresa pela agência Type Propaganda Ltda. CGC/MF 02.110.732/0001-60, localizada à Rua 123, n.º 251, Setor Sul, no município de Goiânia – GO, similares ao objeto da concorrência 001/99, da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

Goiânia, 27 de Setembro de 1999.

Salvino Pires Sobrinho
Gerente de Planejamento de Veridas / MKT

Brasília - DF
W-3 Sul, CRS 504, Bl. C, Lojas 31/43 - Fone: (061) 321-8000 - Fax: (061) 223-2019 (Show Room)
SIA Trecho 3, Lt. 1.160 - Fone: (061) 362-2222 - Fax: (061) 362-2200

Belo Horizonte - MG
Rua Maria Luiza Santiago, 200 - Bairro Sta. Lúcia - Fone: (031) 280-3000 - Fax: (031) 280-3100 60

Goiânia - GO
Praça General Xavier Curado, 1.000 - Setor Aeroporto - Fone: (062) 212-1212 - Fax: (062) 212-7555



2.6.2 – Comprovação de possuir, em seu quadro funcional permanente, profissional de reconhecida capacidade técnica e, portanto, habilitado para execução de trabalhos, objeto da presente licitação, com formação nas áreas de comunicação e marketing.

[Handwritten signatures and marks]

61

Nome : Air Simon Seabra
Estado Civil : Casado
Nacionalidade : Brasileira
Naturalidade : Rio Verde – GO

ESCOLARIDADE

Faculdade de Comunicação Publicitária – São Paulo

CURSOS E SEMINÁRIOS

III Congresso Brasileiro de Propaganda – São Paulo – SP;
Seminário de Marketing nos Tempos Modernos, com Philipe Kloter – São Paulo – SP;
VII Seminário de Propaganda e Festival Mundial de Publicidade de Gramado – Gramado – RS;

PARTICIPOU COMO PALESTRANTE

Palestra: "O Outdoor como veículo de comunicação"
Promovido pela Central de Outdoor de Goiânia em 1991;
Palestra: "Criatividade".
Realizada na Universidade Católica de Goiás em 1992;
Palestra: "Profissões do Futuro"
Realizada na Universidade Federal de Goiás.

ENCONTROS

Colaborador nas discussões técnicas para formação das matérias para ao Curso de Comunicação da Universidade Federal de Goiás;

ENTIDADES DE CLASSE

Ex – Diretor do Sindicato das Agências de Propaganda de Goiás;
Ex – Coordenador da Comissão de Ética do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás.

ESTÁGIOS

Empresa : Gestalte Publicidade
Período : 1973
Área : Criação e Redação

Empresa : J.W. Thompson – São Paulo
Período : 1973
Área : Criação e Redação

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa : Type Propaganda
Período : 1976 até a presente
Cargo : atualmente é Diretor – Presidente da empresa. Foi seu fundador e atuou nas áreas de Planejamento, Redação, Criação e Atendimento.

Empresa : SN Publicidade – São Paulo - SP
Período : 1974 a 1976
Cargo : foi fundador da empresa e atuou nas áreas de Planejamento, Redação, Criação e Atendimento. (empresa ainda em atividade).

Empresa : Escola Oswaldo Cruz – São Paulo - SP
Período : 1974 a 1976
Cargo : professor e coordenador do curso Técnico em Propaganda

Empresa : ARW Publicidade – Santo André - SP
Período : 1974
Cargo : Diretor de Criação

Empresa : MMB – Movimento de Moda Brasileira (Rhodia)
Período : 1973
Cargo : participou da equipe de criação.

PRINCIPAIS CLIENTES ATENDIDOS

Vinho Chateau D'argent, Rhodia, Grupo Zogbi, Prefeitura de Goiânia, Governo do Estado de Goiás, Campanha eleitoral do atual Governador do Estado de Goiás – Marconi Perilo, Irmãos Soares, Coca-Cola e Kaiser, Souza Cruz (Corporativa) entre outras.

PRÊMIOS

As edições do Prêmio Profissionais do Ano da Rede Globo nos anos de 1982, 1989, 1994 e 1999;

Medalha de Ouro – Central de Outdoor – São Paulo

Melhor Outdoor nacional 1997;

Medalha de ouro para conjunto de spots – Prêmio Colunistas de São Paulo em 1987;

Medalha de prata para TV – comercial do cinto de segurança para a Prefeitura Municipal de Goiânia – Prêmio Colunistas 1998;

16 Medalhas de ouro – Prêmio "O Popular de Propaganda".

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



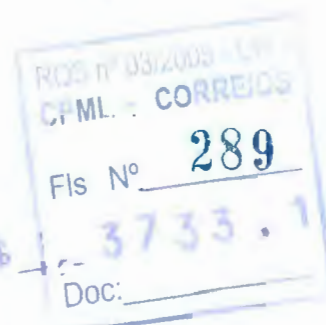
JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

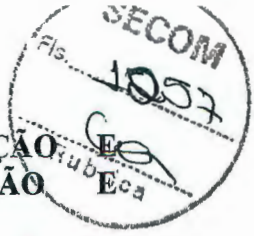
A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, reuniu-se com a finalidade de apreciar a documentação apresentada pelas empresas participantes da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/99**, e concluiu o seguinte:

Ficaram habilitadas as seguintes empresas, cuja documentação atendeu a todos os requisitos do edital:

- **AB CORREA PROPAGANDA LTDA**
- **INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING**
- **NOVA AGÊNCIA PROPAGANDA**
- **BW3 PROPAGANDA**
- **SMP & B COMUNICAÇÃO**
- **TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.**
- **ÓRION COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.**
- **CANNES PUBLICIDADE LTDA.**
- **FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA.**
- **TYPE PROPAGANDA LTDA.**
- **CONSÓRCIO - VERBO COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE COMUNICAÇÃO**

*imbeciliza
João*



- 
- **CONSÓRCIO - NETMÍDIA COMUNICAÇÃO MARKETING E TIARA COMUNICAÇÃO MARKETING LTDA.**
 - **CONSÓRCIO CENTRO OESTE/AMP - AGÊNCIA MULTIFACE PROPAGANDA LTDA. E EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA.**
 - **CONSÓRCIO - MULTI PROPAGANDA COM. E MARKETING LTDA. E D&M COMUNICAÇÃO LTDA.**

A empresa **3M COMUNICAÇÃO** fica inabilitada em razão de não ter apresentado os demonstrativos contábeis do último exercício social, conforme exigência do item 2.5.6 do edital.

Quanto às impugnações lançadas na ata da sessão de abertura dos envelopes de documentação, por parte dos licitantes, esta Comissão passa a esclarecer o seguinte:

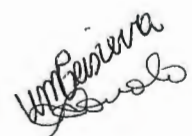
No que se refere à alegação de que o **CONSÓRCIO CENTRO OESTE** apresentou atestado de capacidade técnica fornecido pela Renault Premier Veículos Ltda, com data anterior ao ato constitutivo de uma das empresas, que é de 05.04.99, esta Comissão desconsiderou tal documento, tendo em vista que o art.33, inciso III, da Lei nº 8.666/99, permite que, em caso de consórcio, para efeito de qualificação técnica, seja aceito o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Quanto à empresa **INTERVIRTUAL e SMP&B COMUNICAÇÃO**, sobre a ausência de registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial do Estado de Goiás, deve-se observar que o referido balanço deve ser extraído do Livro Diário, e esse sim, é que deve necessariamente ser registrado na Junta. Assim sendo, pode ser apresentado documento que não seja cópia reprográfica daquele Livro, desde que contenha os mesmos dados.

Sobre a impugnação referente à ausência de comprovação da formação do profissional na área de comunicação e marketing, pertencente ao quadro permanente da empresa, a respeito das licitantes **NOVAGÊNCIA, TYPE, FISCHER e BW3**, a Comissão houve por bem considerar o vínculo do profissional à empresa, este comprovado, e a atuação das mesmas no mercado, atestada por declarações e, ainda, a responsabilidade do profissional sobre a execução desses serviços.

Embora tenha sido alegado que a empresa **TYPE** não apresentou certidão negativa de Falências e Concordatas, esta consta da documentação da mesma.

A respeito do questionamento sobre os efeitos da certidão negativa dos tributos municipais, fornecida pelo Município, esclarece-se que, a



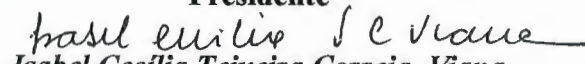
exemplo do que ocorre com a certidão negativa de tributos fornecida pelo Estado de Goiás, que supre a da dívida ativa, a Comissão deliberou no sentido de admitir uma única para os mesmos fins.

Pelo exposto, a Comissão, por todos os seus membros, assim decidiu, ficando a publicidade do presente ato a ser feita na sessão marcada para o dia 07.10 do ano em curso, já devidamente cientificada a todos os licitantes, abrindo-se, logo após a publicação oficial, o prazo para a interposição de possíveis recursos.

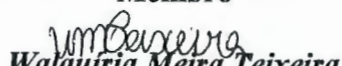
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em Goiânia, 06 de outubro de 1999.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente


Isabel Cecilia Teixeira Correia Viana

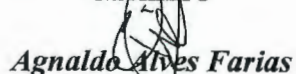
Membro


Walquíria Meira Teixeira

Membro


Arbélia Covalô Gomes

Membro


Agnaldo Alves Farias

Membro

PROB. URB. - CP
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº **291**

Doc **3733.1**

Estado de Goiás
Secretaria de Comunicação Social



ATA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO DA EMPRESAS HABILITADAS A
PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA OO1/99

Às 10:00 horas do dia sete de outubro do ano de 1999, no Auditório da Secretaria de Estado da Educação, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, designada através da portaria 020/99, para divulgar o nome das empresas habilitadas a prosseguir no Certame. Estavam presentes na reunião as Inspetoras do Tribunal de Contas do Estado de Goiás: Ana Maria Silva Rezende e Maria Celeste Borges Cunha. Foram habilitadas as seguintes Empresas: AB CORREIA PROPAGANDA LTDA; INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING; NOVA AGÊNCIA PROPAGANDA; BW3 PROPAGANDA; SMP & B COMUNICAÇÃO; TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.; ÓRION COMUNICAÇÃO LTDA.; CANNES PUBLICIDADE LTDA.; FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA.; TYPE PROPAGANDA LTDA.; CONSÓRCIO VERBO E IDENTIDADE - VERBO COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE COMUNICAÇÃO; CONSÓRCIO DE IDÉIAS - NET MÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING E TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.; CONSÓRCIO CENTRO OESTE/AMP - AGÊNCIA MULTIFACE PROPAGANDA LTDA. E EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA.; CONSÓRCIO MULTI GOIÁS- MULTI PROPAGANDA COM. E MARKETING LTDA. E D&M COMUNICAÇÃO LTDA. A Empresa 3M COMUNICAÇÃO foi inabilitada por não Ter apresentado documento exigido no item 2.5.6 do edital. Franqueada a palavra aos presentes o Sr. Nelson Figueiredo, representante do Consórcio Tiara/Netmídia, parabenizou o Estado de Goiás pela iniciativa de fazer licitação para contratar agências de publicidade e em seguida apresentou seu protesto porque a advogada que representava o consórcio no dia da abertura dos envelopes de documentação teve sua participação obstaculizada tendo em vista que apresentava uma procuração particular e a comissão alegou que o edital exigia uma procuração pública; disse o Sr. Nelson que esse fato não deveria ter ocorrido tendo em vista que não havia impropriedade em uma procuração particular ter sido outorgada a um advogado, pois a lei que é maior que o edital o permite. Inobstante não tenha havido prejuízo para as partes. A presente Ata foi lavrada em uma máquina instalada ao lado da sala de reunião,, porque naquela não foi possível instalar a máquina em tempo hábil. As Inspetoras do TCE,

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

[Signature: Ana Maria Silva Rezende]

[Signature: Maria Celeste Borges Cunha]

[Signature: Nelson Figueiredo]

[Signature: D. Rezende]

[Signature: Umberson]

[Signature: Paulo]

[Stamp: CPMI - CORREIOS]

[Stamp: Fis. No. 1292]

[Stamp: 3735]

[Stamp: Dnc]

acima citadas, presenciaram a confecção desta ata. Ficam os presentes neste ato intimados a comparecer neste local, às 10:00 horas do dia vinte e um (21) de outubro para participarem da abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas. Nada mais havendo a tratar esta Comissão, eu, Walquíria Meira Teixeira lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelos presentes.

Comissão: Leila Maria Cunha Prudente

Isabel Cecília Teixeira C. Viana

Walquíria Meira Teixeira

Arbelia Covolo Gomes

Agnaldo Alves de Faria

Leila Maria C. Prudente

Isabel Cecília C. Viana

Walquíria Meira Teixeira

Arbelia Covolo

Agnaldo

esperanza

Re. (34328)

Dr. M. Cunha

L. Silva

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]

Marcete Blau
Rezende

[Signature]

ROS. N° 03/2005 - 21
CPMI - CORREIOS
293
Fls. N°
3733.1

Fonte: Diário Oficial
Data: 08/10/99



SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Concorrência

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/99

HABILITAÇÃO

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, torna público que ficaram habilitadas as seguintes agências de publicidade, cuja documentação foi julgada apta para prosseguirem na presente concorrência:

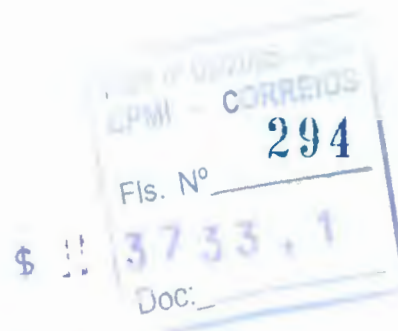
- AB CORREA PROPAGANDA LTDA.
- INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING
- NOVA AGÊNCIA PROPAGANDA
- BW3 PROPAGANDA

- SMP & B COMUNICAÇÃO
- TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.
- ÓRION COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA
- CANNES PUBLICIDADE LTDA.
- FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA.
- TYPE PROPAGANDA LTDA.
- CONSÓRCIO - VERBO COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE DE COMUNICAÇÃO
- CONSÓRCIO - NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING E TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
- CONSÓRCIO CENTRO OESTE/AMP - AGÊNCIA MULTIFACE PROPAGANDA LTDA E EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA.
- CONSÓRCIO - MULTI PROPAGANDA COM. E MARKETING LTDA. E D & M COMUNICAÇÃO LTDA.

A empresa 3M COMUNICAÇÃO ficou inabilitada por desatendimento ao edital.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em Goiânia, 06 de outubro de 1999.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente





ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO : 1737885 DATA: 04/08/1999
NOME : SECOM GO 0-4/99
ASSUNTO: LICITACA
DESTINO: AGECON
INFORMACOES: DISQUE-PROCESSO - 224-8566
DAS 1:00 AS 18:00 HORAS

Volume VI

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	295
\$	3735,1
Doc:	



4263
Cor

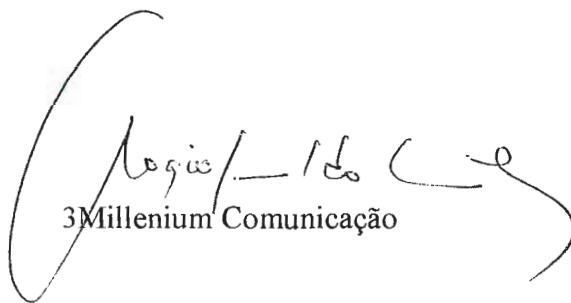
Goiânia, 8 de Setembro de 1.999

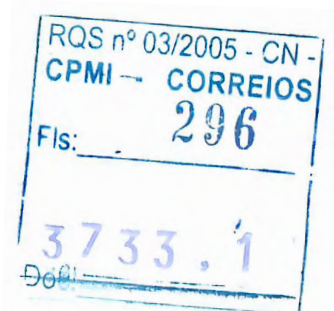
À
Dra. Leila Maria da Cunha Prudente
MD. Presidente da Comissão Especial de Licitação
Concorrência 001/99
Secretaria de Comunicação Social do Estado de
Goiás.

Vimos por meio desta, conforme nos é facultado por Lei, vistas do processo
Licitatório acima mencionado, Documentos de Habilitação.

Sendo o que tínhamos para o momento subscrevemo-nos

Atenciosamente,


3Millenium Comunicação





1264
9

Goiânia, 11 de outubro de 1999.

À
Dra. Leila Maria da Cunha Prudente
MD. Presidente da Comissão Especial de Licitação
Concorrência 001/99
Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás

Vimos por meio desta, conforme nos é facultado por Lei, solicitar fotocópias de todo o processo: Edital de Concorrência nº 001/99 - SECOM incluindo as pastas de documentação de Habilitação, todas as folhas de documentação já numeradas pela SECOM das empresas participantes:

- * AB Correa Propaganda Ltda.
- * Intervirtual Comunicação e Marketing
- * Nova Agência Propaganda
- * BW3 Propaganda
- * SMP & B Comunicação
- * TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda
- * Órion Comunicação e Publicidade Ltda.
- * Cannes Publicidade Ltda.
- * Fischer América Sette Graal Comunicação Total Ltda.
- * Type Propaganda Ltda.
- * Consórcio - Verbo Comunicação e Identidade Comunicação.
- * Consórcio - Netmídia Comunicação e Marketing e Tiara Comunicação e Marketing Ltda.
- * Consórcio Centro Oeste/AMP - Agência Multiface propaganda Ltda e Empresa Centro Oeste de Marketing Ltda
- * Consórcio - Multi Propaganda Comunicação e Marketing Ltda e D&M Comunicação Ltda.

Para tanto estamos lhes entregando duas resmas (1.000) de papel chamex 216X330 mm.

Atenciosamente,


3 Milenium Comunicação Ltda
Rogerio Geraldo Meireles

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 297
Doc: 3733.1

Leila Covolo Gomes
Presidente Administrativo
SECOM

426.5
Ca

DECLARAÇÃO

Declaramos que a Comissão Especial de Licitação, facultou o acesso dos representantes da Agência 3º Millenium, Rogério Geraldo Meireles e Romeu Cândido Meireles, à toda documentação constante do Processo, da Concorrência para Licitação de Agências de Propaganda. Da documentação analisada no dia 11 de outubro de 1.999, foram solicitadas fotocópias das páginas do Processo n°s 216 a 224, 520 a 524, 526 a 529 e 551, 566, 664, 668 a 640, que foram recebidas pelo funcionário da Agência,

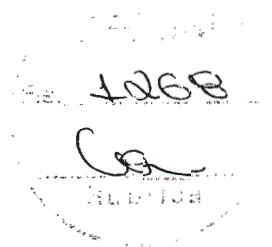
Às 16:16 horas do mesmo dia.

Goiânia, 11 de outubro de 1.999.


ROGÉRIO GERALDO MEIRELES
3M Comunicação

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 298
\$ - - 3733,1
Doc:

Fonte: Diário Oficial
Data: 15 de outubro de 1999



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Licitações

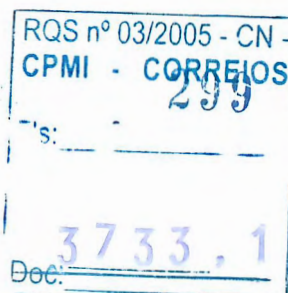
ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão Especial de Licitação informa aos representantes das Agências de Publicidade participantes da Concorrência 001/99, que por motivos de força maior as Propostas constantes do Envelope 002 serão abertas no Auditório da Secretaria de Planejamento e Coordenação, localizado no Centro Administrativo, 8º andar, no mesmo dia e horário especificados na reunião anterior, ou seja: 21/10/99, às 10:00 horas.

Goiânia, 13 de outubro de 1.999.

Ilegível
p/LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de
Licitação da SECOM





GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADM E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES

Of. N.º 036/99 – Dptº.Com

Goiânia, Go, 13 de outubro de 1999.

Senhor Secretário,

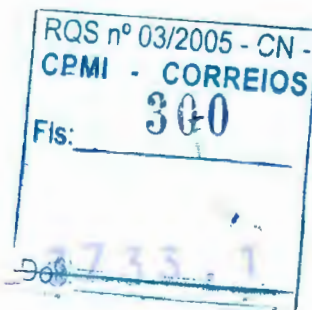
Via deste, encaminho a V. Ex^a., Extrato de Ocorrência, oriundo da Brigada Contra Incêndio, deste Gabinete Militar, para conhecimento.

Respeitosamente,

LOURENIDES ALVES DE SOUZA – CEL PM
Chefe do Gabinete Militar

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Ruy Brasil Cavalcante Júnior
Secretário de Comunicação Social
Centro Administrativo – 9º Andar – Setor Central

N E S T A



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 301
3733,1
Do

\$

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE MILITAR
SUP. DE SEGURANÇA MILITAR
BRIGADA CONTRA INCÊNDIO

1270
Ca

Goiânia – GO , 13 de Outubro de 1999.

Extrato nº 001/99

EXTRATO DA PARTE Nº 283/99 DO LIVRO DE PARTE DIÁRIA DA BRIGADA
CONTRA INCÊNDIO – SD BM 00.528 CELINO

Comunico-vos que na SECOM, encontra-se danificada a Tampa do lado Esquerdo do Envelope nº 2, devido o mesmo Ter caído durante um temporal por volta das 21:00hs . Informo ainda que o lacre não se rompeu. O CB PM Fernandes foi avisado imediatamente.

Esclareço que tal ocorrência deu-se no serviço das 19:00hs do dia 11 de Outubro às 07:00 do dia 12 de Outubro de 1999.

Ass. Sr. Major M. Sup. de
Idm. e Finanças da GM

Ami de Souza Conceição
Ami de Souza Conceição 2º Ten BM
- Cmt. da Brigada Contra Incêndio -

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
302

3733,1

DIGNÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS.

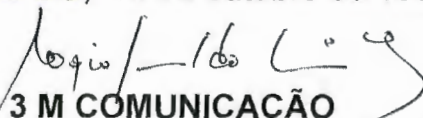
3M COMUNICAÇÃO (3Milenium Comunicação Ltda.), pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos administrativos em apreço, e estabelecida em Goiânia-GO, por seu representante que esta subscreve, vem respeitosamente, no interstício legal, interpor o presente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

Consubstanciado no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8666/93, atualizada pelas Leis 8883/94, e 9648/98, contra decisão dessa Douta Comissão de Licitação, na fase de habilitação, que considerou esta recorrente, **3M COMUNICAÇÃO (3Milenium Comunicação Ltda)**, inabilitada, na Licitação instaurada na modalidade de **concorrência** n.º 001/99, conforme ATA lavrada em 07 de Outubro de 1999, às 10: 00 horas, assinada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação, requerendo, caso não seja reconsiderada a r. decisão pela D. Comissão, seja o recurso em epígrafe, processado na forma estabelecida pelo § 4º do aludido artigo 109 do Códex em tela, com a finalidade precípoa de que as razões aduzidas em apartado, sejam apreciadas pela Digna autoridade superior do órgão.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia-GO; 15 de outubro de 1999.


3 M COMUNICAÇÃO
(3Milenium Comunicação Ltda.)

**EXMº SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS – SECOM.**

REF. CONCORRÊNCIA N.º 001/99
ASSUNTO: RAZÕES RECURSAIS

3 M COMUNICAÇÃO (3Milenium Comunicação Ltda.), pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos administrativos em epígrafe, sediada em Goiânia-GO, vem, perante à respeitável presença de V.Sª, através de seu representante legal, abaixo assinado, nos termos do disposto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal 8666/93, atualizada pela Lei 9648, de 27 de maio de 1998, apresentar suas

RAZÕES RECURSAIS,

concernente ao recurso administrativo na fase de habilitação no certame licitacional em epígrafe, ora interposto contra a respeitável decisão da Douta Comissão Especial de licitação dessa Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás – SECOM, que inabilitou indevidamente esta recorrente na licitação instaurada na modalidade de **CONCORRÊNCIA** sob n.º 001/99, cujo objeto refere-se a contratação de Agências de Publicidade para estudo, planejamento, criação, produção, distribuição, veiculação e controle dos serviços de divulgação e publicidade dos programas e campanhas promocionais e/ou institucionais dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual de Goiás, passando por conseguinte, a escandir o que abaixo segue:

67

I- DA TEMPESTIVIDADE DA PEÇA RECURSAL

1.1- Consoante dispõe o Diploma Legal que norteia as licitações e contratos públicos, o prazo para interpor recurso administrativo na fase de habilitação, é de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da Ata. À guisa de esclarecimento, transcrevemos na íntegra o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8666/93: "**Art. 109: Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I: recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante;**"

1.2- Insta salientar que o resultado da habilitação constou na Ata lavrada pela Comissão Especial de Licitação da SECOM/GO, em 07-10-99, às 10:00 horas, e a intimação do ato ocorreu através de publicação na Imprensa Oficial no dia seguinte. Deste modo, o recurso em tela está rigorosamente dentro do prazo e, assim sendo, é tempestivo.

2.0- DOS MOTIVOS RECURSAIS

2.1- O edital que se constitui na norma interna de toda licitação e regula os termos de seu procedimento, vinculando na íntegra os participantes, a Administração e as propostas, estabeleceu no subitem 2.5.6, "in verbis": "**2.5.6-** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, comprovando boa situação financeira da empresa, demonstrada esta através da seguinte fórmula:

a) **LG= Ativo circulante+Realizável a Longo Prazo**
Passivo Circulante+Exigível a Longo Prazo

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - -CORREIOS
nº: 305

SG= Ativo Total
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

2.2- Embora essa Insigne Comissão de licitação tenha sempre pautado pela lisura e denodo em seus atos administrativos, equivocadamente inabilitou a ora recorrente com base no disposto no subitem 2.5.6. do edital, a uma; porque a própria Comissão de licitação, em ofício datado de 09/09/99, em resposta às dúvidas suscitadas pela agência Inter. Virtual Comunicação e Marketing, informou que: " *No que se refere ao item 2.5.5, sobre a documentação exigida para comprovação da qualificação econômico-financeira, é necessário que a empresa demonstre a sua **boa saúde financeira**, e isto pode ser feito de duas maneiras: 1º) comprovando-se, de acordo com a fórmula ali apresentada, que os seus índices de liquidez geral e liquidez corrente sejam superiores a 1 (um), ou 2º) na impossibilidade dessa comprovação, de que possui capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).*", e, destaca-se que, consoante preconizam as correntes doutrinárias e jurisprudenciais predominantes no direito administrativo Pátrio, toda e qualquer resposta a pedido de esclarecimento, é elemento constitutivo do edital, dele sendo parte integrante. Além deste fato, a recorrente anexou o Balanço Patrimonial, que é a demonstração financeira, tecnicamente composto de Ativo e Passivo (Ver Parecer em anexo), e que em realidade é a Demonstração Financeira necessária e correta para detectar a boa saúde financeira de uma Empresa. Ocorre que, esta recorrente, tem demonstrada a sua boa saúde financeira por qualquer das maneiras ali apontadas, anexando o Balanço Patrimonial da Empresa, Demonstração Financeira necessária aos cálculos. Não bastasse estes fatos, mais grave é a situação no Consórcio formado pelas Empresas: " Centro-Oeste de Marketing Ltda. e Agência Multiface de Propaganda Ltda.", a primeira não apresentou qualquer forma de demonstração financeira que possibilitasse sequer a análise por parte da comissão de sua situação financeira, contrariando o espírito do edital que era de comprovar a boa situação financeira das empresas

pretendiam prestar serviço ao Estado. Poderia a Comissão Ter admitido Balancete da Empresa, já que a mesma foi criada neste ano, mas nem isto foi necessário, bastou a declaração e atender ao Capital Social mínimo, se não precisávamos comprovar boa saúde financeira e bastava o Capital Social, perde sentido o item em questão. Ficou prejudicado o trabalho da comissão na determinação da boa saúde financeira do referido consórcio, fato que foi relevado.

2.3 – Torna-se de suma relevância trazer à colação que o Professor Jessé Torres Pereira Júnior, Magistrado de Entrância Especial no Rio de Janeiro-RJ, em sua inusitada obra literária: "Comentários à Lei das Licitações e contratações da Administração Pública", 4ª edição – Editora Renovar, página 236, em comentários ao artigo 31 (qualificação econômico-financeira), preleciona: **"A disciplina da comprovação da qualificação econômico-financeira apresenta mudanças expressivas em cotejo com a da idoneidade financeira do revogado Decreto-Lei 2300/86. Assim, os demonstrativos contábeis exigíveis são aqueles já previstos na legislação comercial e societária como de elaboração e publicação obrigatórias"**. E, cita como tal, o balanço geral do ativo e passivo feito anualmente, mencionando que essa exigência consta do artigo 10, n.º 4, do Código Comercial Brasileiro.

2.4- É deveras importante trazer à lume que o Professor-Doutor Marçal Justen Filho, em seu livro: "Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos", Dialética Editora-6ª edição – 1999, à página 331, assevera: "

5- Forma da apresentação das demonstrações contábeis – O ato convocatório deve definir a exibição das demonstrações financeiras, tendo em vista tratar-se de companhias ou não. A Lei das S. A. determina que todas as sociedades anônimas deverão realizar, até quatro meses após encerrado o exercício social, uma assembléia geral ordinária para exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras. A situação é diversa quando se tratar de outras espécies societárias mercantis. Para elas, vigora a regra comum do Código Comercial, que determina a necessidade de levantamento de balanço no último dia do exercício social." Ficou mais do que evidenciado que se o balanço foi apresentado e os índices contábeis dele extraídos atendem as exigências editalícias, a empresa deve ser habilitada. Nesse diapasão, vale a pena trazer ao bojo desta peça recursal, o escólio do Professor Administrativista Carlos Pinto Coelho Motta, que em seu livro: "Eficácia nas licitações e contratos", Editora Del Rey – 7ª edição – 1998, à página 192, comentando o

artigo 31, da Lei 8666/93, ensina: **"Existem fundadas dúvidas sobre o significado dos termos e expressões contábeis empregadas no artigo em pauta, bem como críticas ao seu uso."** Anoto algumas delas, formuladas pelo Professor Francisco S. Luza, da Faculdade Tabajara, São Paulo: "anotações críticas ao inciso I:- balanço patrimonial e demonstrações contábeis...". "O balanço patrimonial é uma das quatro demonstrações citadas pela Lei 6.404/76 (art. 176). O nome 'demonstrações contábeis' é tecnicamente correto, mas legalmente incorreto, pois o mesmo artigo 176 da Lei 6.404/76, chama-as de demonstrações financeiras... que comprovem a boa situação financeira da empresa..'. A boa situação financeira é dada unicamente pelo balanço patrimonial."

2.5- Se mantido o resultado da fase de habilitação, o caráter competitivo do certame ficará comprometido, pois esta empresa que se esmerou em apresentar suas respectivas documentações conforme o exigido em edital, continuará alijada da disputa, o que é inadmissível ocorrer com quem realmente atendeu ao chamamento da Administração com documentação perfeitamente regular. Nesse sentido, é importante trazer à colação que o parágrafo 1º - I - do artigo 3º da Lei 8666/93, preceitua:

" § 1º: É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

3.0 - DA FUNDAMENTAÇÃO :

3.1- A licitação é um procedimento administrativo constituído de uma sucessão ordenada de atos vinculantes entre si, que objetiva a obtenção pela Administração Pública, da proposta mais vantajosa para a consecução de um

contrato. Em termos de pleitos licitacionais, não se pode olvidar que o grau de relevância do pressuposto fático em relação à finalidade determina se efetivamente há discricionariedade. Nos casos em que o texto normativo for obscuro, impreciso ou lacunoso, poderá tão somente influir em uma mera probabilidade da incidência de discricionariedade, e nunca uma certeza irrefutável. Deste modo, se diante de uma "norma discricionária", o suporte fático encontrar-se no grau máximo de relevância em relação à finalidade, a tal norma discricionária, indubitavelmente acabará resultando em vinculação. Daí, infere-se que inexistente por conseguinte já tradicional norma discricionária, sendo ela puramente nada mais nada menos que produto de um sofisma. O que ocorre normalmente é que nenhuma norma possui o poder absoluto de ser sempre imprescindivelmente discricionária. O que na realidade existem, são normas vinculadas (ou vinculantes), e também normas virtualmente (ou potencialmente) discricionárias. Depreende-se então, que, no que tange à fonte, deparamo-nos com duas espécies de vinculação: uma absoluta, a qual, resulta da norma vinculada(ou vinculante), e uma relativa, resultante da norma virtualmente discricionária(no caso específico em que o pressuposto fático encontrar-se no grau máximo de relevância em relação à finalidade). Para compreendermos melhor e de forma satisfatória, os atos administrativos pertinentes aos certames licitatórios, temos que entender que a análise do pressuposto concreto não é subjetiva em seu conteúdo, mas somente em seu processo. Sendo objetiva, não pode ser confundida com o mérito administrativo (domínio da discricionariedade). Torna-se deveras relevante trazer à lume que a legalidade nas licitações, não se confunde com a simples (e isolada) " correta interpretação da norma aplicável", mas sim, com a correta atuação, ou especialização, da norma ao caso concreto, transformando-se o mandamento genérico e abstrato da norma em comando especial e concreto.

3.2- Nesse sentido, o Professor-doutor Carlos Ari Sundfeld, da PUC/SP, em sua inusitada obra literária: Licitação e contrato administrativo -Malheiros editores-2ª edição - 1994, às páginas 18 e seguintes, preleciona: **"Para o procedimento licitatório realmente realizar os valores em jogo, necessário que observe certos princípios, seja porque comuns a todo direito administrativo, seja porque naturais à idéia de licitação.A igualdade de tratamento entre os possíveis interessados é a espinha dorsal da licitação. É condição indispensável da existência de competição concreta, real. Só existe disputa entre iguais; a luta entre desiguais é farsa(ou, na hipótese melhor:utopia). O princípio jurídico é norma de hierarquia superior à das meras regras, pois determina o sentido e o alcance destas**

que não podem contrariá-lo, sob pena de pôr em risco a globalidade do ordenamento jurídico."

3.3- Nesse aspecto, é indispensável trazer ao bojo deste recurso, a oportuna lição de Marçal Justen Filho, Doutor em Direito e professor titular da UFPR, contida em seu festejado livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", Ed. Aide, ed. 1993, pg. 25:

" Seria um equívoco supor que a isonomia veda a diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isto acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros. A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista a diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras conseqüências."


4. DO PEDIDO

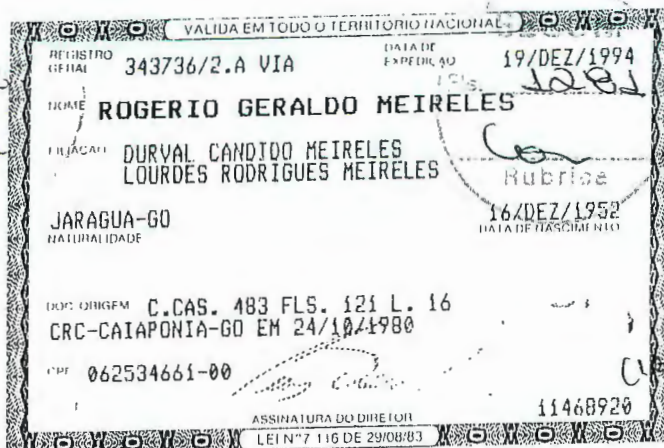
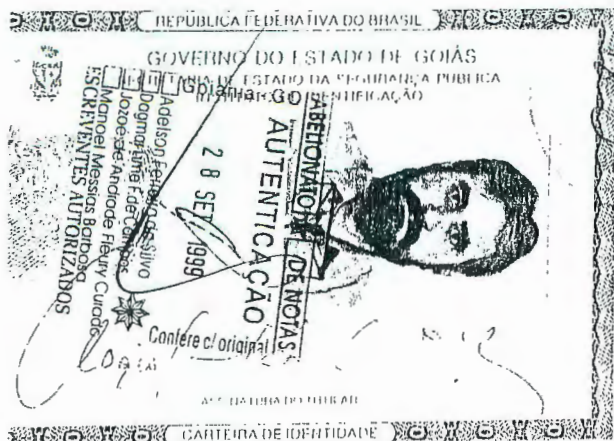
Diante do exposto, a presente é para requerer à essa Insigne Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás, que seja reconsiderada a decisão que inabilitou esta recorrente no certame licitacional em pauta, tendo em vista que cumpriu rigorosamente com todas as exigências previstas no respectivo instrumento convocatório.

**NESTES EXATOS TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**
GOIÂNIA-GO; 15 de outubro de 1999.

Região / do L. e
3 M COMUNICAÇÃO
(3Milenium Comunicação Ltda.)

ANEXOS:

- 1 - Cópia da procuração do representante da 3M Comunicação (3Milenium Comunicação Ltda) para representá-la na concorrência nº 001/99-SECOM já constante na pasta de documentos de habilitação da ora recorrente.
- 2 - Cópia do ofício da empresa Inter Virtual Comunicação e Marketing do dia 03/09/1999.
- 3 - Ofício (3 páginas) da Comissão Especial de Licitação do dia 09/09/1999 em resposta ao Sr. Flávio Bastos Diretor da Inter Virtual Comunicação e Marketing.
- 4 - Curriculum e parecer do auditor/perito contábil Sr. Olímpio Carlos Teixeira. 



SAIBAM quantos virem este Público instrumento de Procuração, que no ano de um mil novecentos e noventa e nove (1999), aos trinta dias do mês de setembro - (30/09/99), nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, em Cartório, perante mim, Escrevente, compareceu como Outorgante: a empresa **3M COMUNICAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, CGC/MF.37.025.012/0001-80, com sede na Rua 6, Ed. Empire Center, nr. 370, sala 804, Setor Oeste, Goiânia-GO, Inscrição Municipal 082.630/8, contrato social arquivado na JUCEG sob nr. 522.0094966,0 em 24/09/1991, 1ª alteração sob nr. 529.7011765,5 em 20/02/97, que a partir da terceira alteração contratual, sob nº 529.9067361,8 em 29/09/1999, passa a denominar: **3 MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA**, e o endereço passa a ser: Av. T-2, qd. 01, lt. 06, nr. 2730, Setor Bueno, Goiânia-GO, neste ato representada pelo sócio **ROGERIO GERALDO MEIRELES**, CI/RG.343736-SSP/GO, 2ª via, CPF.062.534.661-00, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na Rua 276, nr. 544, Setor Coimbra, Goiânia-GO; e, **ANTÔNIO JOSÉ BARNABÉ DE ALMEIDA**, CI/RG.4.716.575-SSP/SP, CPF.712.216.461-68, brasileiro, divorciado, publicitário, residente e domiciliado à Av. República do Líbano, nº 2526, Aptº 503, Setor Oeste, Goiânia-GO, conforme cláusula 2ª da alteração contratual devidamente arquivada na JUCEG SOB Nº 529.9028807.2, em 03/05/99. Identificados como os próprios, conforme documentos acima citados, do que dou fé. Então, perante mim, Escrevente, por ela me foi dito que, por este público instrumento, nomeava e constituía seu bastante procurador **ROGERIO GERALDO MEIRELES**, CI/RG.343736-SSP/GO, 2ª via, CPF.062.534.661-00, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na Rua 276, nr. 544, Setor Coimbra, Goiânia-GO, (DADOS FORNECIDOS POR DECLARAÇÃO), a quem confere poderes para o fim específico de representar legalmente a empresa em licitação da **SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, participar de licitações e concorrências públicas ou particulares, convites, tomadas de preços e assembléias gerais, formalizar processos em habilitações, requerer, acompanhar, discordar dos resultados, lançar protestos, interpor recursos, efetivar cadastramento da firma como fornecedora de entidades públicas ou particulares, assinar contratos de fornecimento, seja em virtude de licitações ou de vendas sem licitações, requerer e assinar todos e quaisquer documentos necessários, requerer, declarar, prestar informações, acompanhar processo, interpor recursos, apresentar, juntar e retirar documentos, impugnar, concordar, discordar, transigir, assinar Ata de Licitação, e fazer constar da mesma toda e qualquer alteração ou acréscimo que se fizerem necessários; enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Testemunhas dispensadas nos termos da Lei 6.952 de 06.11.81. E de como assim disse, do que dou fé, redigi este instrumento, que lhe sendo lido, aceita, outorga e assina. NADA MAIS. Eu, Escrevente, que o redigi, conferi, dou fé e assino em público e raso.

3M COMUNICAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
ROGERIO GERALDO MEIRELES

3M COMUNICAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
ANTÔNIO JOSÉ BARNABÉ DE ALMEIDA

EM TESTO DA VERDADE

JOSÉ ANTONIO MARIANO
Escrevente



TABELIONATO DE NOTAS
Rua K Esq. C/ 23 St. Oeste Goiânia - GO
Fone: 214-2244 - Fax: 215-4327
CEP: 74.120-040

Bel. Wander Barbosa de Faria
Tabelião

Adelson Ferraz da Silva
José Augusto Soares - Dagmar Junot de Campos
José Antonio Muniz - José de A. Fleury Curado
Manoel Messias Barbosa - Marcílio F. de Castro
Maurício Borges de C. Junior
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Taxa Judiciária será recolhida na cm.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1302
Ca

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DESPACHO Nº 001/99 – Tendo em vista a protocolização de recursos por parte das empresas 3M COMUNICAÇÃO (3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA), E B&W3 PROPAGANDA, contra a decisão de habilitação das empresas na CONCORRÊNCIA SECOM Nº 001/99, esta Comissão Especial houve por bem recebê-los, por serem próprios e tempestivos, e determinar a expedição de cópias a todos os licitantes, para, caso queiram, oferecer impugnação.

Ambos os recursos são recebidos nos efeitos suspensivo e devolutivo, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “a”, § 2º, da Lei nº 8.663/93, com alterações posteriores, ficando aberto o prazo de 5(cinco) dias úteis para os licitantes oferecerem a referida impugnação, a contar da ciência.

Em razão dos fatos acima mencionados, fica transferida a data da realização de sessão de abertura dos envelopes de propostas técnicas para o dia 04.11, após o transcurso do prazo para os licitantes e para a Comissão julgar os recursos.

GOIÂNIA, 19 de outubro de outubro de 1999.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - GORREIOS
314
Fls: _____
\$/ 3733,
Doc: _____



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO


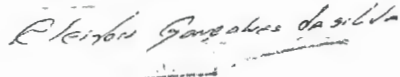
Atendendo a pedido formulado pelo Consórcio **CENTRO-OESTE/AMP**, declaramos que estão em poder da Comissão os seguintes documentos, das duas empresas consorciadas, referentes à sua habilitação, na Concorrência n.º 001/99:

- 1 - DOCUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO;
- 2 - CONTRATOS SOCIAIS E SUAS ALTERAÇÕES;
- 3 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS DA UNIÃO;
- 4 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS;
- 5 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- 6 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO;
- 7 - CERTIFICADOS DE REGULARIDADE DO FGTS;
- 8 - CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO DO INSS;
- 9 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª E 2ª VARA DA FAZENDA MUNICIPAL;
- 10 - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA CENTRO-OESTE NÃO POSSUI AINDA BALANÇO PATRIMONIAL;
- 11 - BALANÇO PATRIMONIAL DA AGÊNCIA MULTIFACE;
- 12 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS;
- 13 - INSCRIÇÕES DAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO;
- 14 - COMPROVANTE DE OPÇÃO PELO "SIMPLES";
- 15 - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA;
- 16 - SEIS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- 17 - RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS;
- 18 - RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO DISPONÍVEL;
- 19 - DECLARAÇÕES DO SINDPROPAGANDA;
- 20 - DOCUMENTOS DE REGISTRO DE EMPREGADOS;
- 21 - PROCURAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO.

Goiânia, 20 de outubro de 1999.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação



Cleirton Gonçalves da Silva

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
315	
Fls:	
\$	3733,1
Doc:	



**DIGNÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL
DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DO ESTADO DE GOIÁS.**

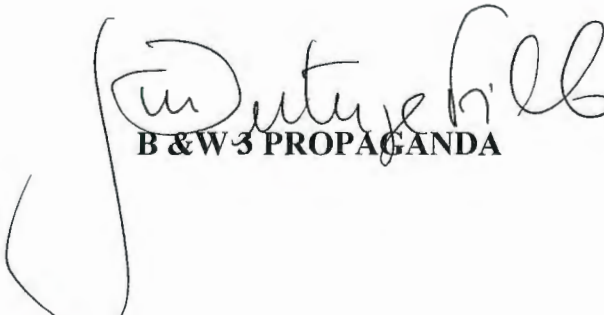
**CONCORRÊNCIA Nº 001/99
RECURSO ADMINISTRATIVO
FASE DE HABILITAÇÃO**

B & W 3 PROPAGANDA, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos administrativos em apreço, e estabelecida em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, por seu representante que esta subscreve, vem respeitosamente, no interstício legal, interpor o presente,

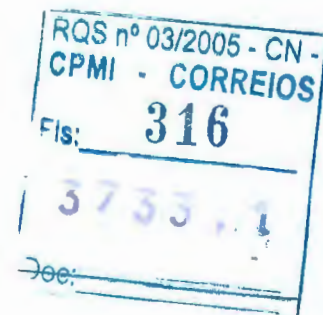
RECURSO ADMINISTRATIVO

Consubstanciado no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8666/93, atualizada pelas Leis 8883/94, e 9648/98, contra decisão dessa Douta Comissão de Licitação, na fase de habilitação, que julgou habilitadas no certame em epígrafe, os consórcios e as empresas a seguir descritas: **a) Consórcio Net Mídia e Tiara Comunicação; b) Intervirtuyal Comunicação e Marketing; c) Consórcio Centro Oeste/AMP; d) Type Propaganda Ltda; e) Orion Comunicação e Publicidade Ltda; f) AB Corrêa Propaganda; g) Consórcio Verbo Comunicação e Identidade Comunicação; e h) Multipropaganda**, as quais não cumpriram rigorosamente com as exigências editalícias, e deveriam ter sido inabilitadas na forma da lei. Caso não seja reconsiderada a r. decisão pela D. Comissão, seja o recurso em tela, processado na forma estabelecida pelo § 4º do aludido artigo 109 do Código em tela, com a finalidade precípua de que as razões aduzidas em apartado, sejam apreciadas pela Digna autoridade superior do órgão.

Termos em que, pede deferimento.
Goiânia-GO; 18 de outubro de 1999.


B & W 3 PROPAGANDA

*revisi em
18/10/99
papel*



EXMº SR. SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO
DE GOIÁS.



REF: CONCORRÊNCIA N.º 001/99
FASE DE HABILITAÇÃO
RAZÕES RECURSAIS

B&W3 PROPAGANDA, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos administrativos em epígrafe, sediada em Campo Grande - MS, vem, perante a respeitável presença de V.S.ª, através de seu representante legal, "in fine" firmado, tempestivamente, interpor o presente RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO concernente ao certame licitacional em epígrafe, com supedâneo legal nas disposições consubstanciadas pelo artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93, consolidada pelas Leis 8883/94, e 9648/98, pelos pressupostos fáticos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

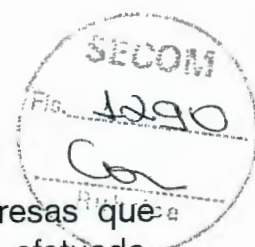
I- OS FATOS

1.1- A ora recorrente é participante da licitação promovida pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás - SECOM/GO, sob a modalidade de concorrência, conforme edital n.º 001/99, cujo objeto cinge-se à seleção das propostas mais vantajosas para a contratação de agências de publicidade visando a execução dos serviços de publicidade e divulgação dos programas e campanhas promocionais, compreendendo estudo, planejamento, criação, produção e veiculação, referente aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual de Goiás.

1.2 - Cumpridas as formalidades instauradoras desse procedimento administrativo, o ato convocatório estabeleceu a data limite de 01 de Outubro de 1999, às 10:00 horas, para o recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação habilitatória dos interessados.

1

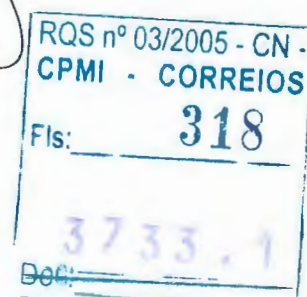
RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Nº:	317
3735.1	
Doc:	



1. 3 - Analisada a documentação habilitatória das empresas que acudiram ao certame, foi divulgado o resultado da análise efetuada, conforme Ata de decisão da habilitação, lavrada em 07 de outubro de 1999, às 10:00 horas, tendo o insigne órgão colegiado julgador, habilitado todas as participantes com exceção da agência 3M Comunicação, que foi inabilitada por não ter segundo entendimento da Douta Comissão Especial de Licitação da SECOM/GO, apresentado documento exigido no subitem 2.5.6 do edital respectivo;

1. 4 - Há de instar inclusive que o edital que é o ato normativo que regula todos os termos do procedimento, embora seja a norma interna da licitação, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam mesmo que não reproduzidas em seu texto. Assim sendo, esta recorrente não pode concordar "máxima permissa vênia", com a habilitação de alguns licitantes que não tinham a menor condição para tal, a saber: a) No que tange ao Consórcio NET MÍDIA E TIARA COMUNICAÇÃO, faltou prova de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, uma vez que, não foram apresentadas as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e nem da 1ª e 2ª Fazenda Municipal, com relação a esta falta cabe citar parte do ofício de número 003/99, enviado por esta Comissão em resposta a Empresa AB. CORRÊA PROPAGANDA LTDA, em 09/09/1.999 : "... No que se refere ao item 2.5.2, sobre certidões negativas de débito com as fazendas públicas, a menção à dívida ativa refere-se apenas ao alcance da certidão, que deve compreender também outros débitos fiscais.", ora o que desejava a comissão era saber se o Licitante possuía qualquer débito, de qualquer natureza com as fazendas públicas. A isenção da apresentação de qualquer Certidão Emitida pelos cartórios competentes poderia induzir a grave erro à comissão. Senão vejamos: a Certidão Negativa da Prefeitura Municipal de Goiânia quando emitida se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, compatível com a atividade fim dos licitantes, mas poderiam haver outros débitos relativos a outros tributos sejam eles Municipais ou ainda Estaduais, logo se fazia imprescindível a apresentação das Certidões Emitidas pelas 2 Fazendas Públicas Estaduais e Municipais

2





país, para que a informação de que se havia qualquer débito com as Fazendas se confirmassem ou não, se existe qualquer legislação que determine que a apresentação de Certidão de Débito Emitida pela Prefeitura Municipal de Goiânia para fins de I.S.S.Q.N. , atesta legalmente e irrefutavelmente que não existem débitos com a Fazenda Pública Municipal relativos a todos os tributos, gostaríamos de desde já solicitar tal legislação, por tudo isso é que afirmamos que o referido consórcio e outras empresas abaixo elencadas infringiram ao subitem 2.5.2 do instrumento convocatório. No que concerne à certidão específica de falência ou concordata expedida por Distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme exigido em Lei (ex-vi do art. 31-II da L. 8666/93), e no subitem 2.5.7 do edital, da Empresa Net Mídia, a mesma não foi apresentada, já que a certidão negativa do distribuidor que foi apresentada, não se refere a falência e nem a concordata. O contrato social da NET MÍDIA, exige a assinatura de dois sócios para que os atos praticados em nome da empresa tenham eficácia, mas, no instrumento de consórcio apresentado no certame em tela, só tem assinatura de um sócio da NET MÍDIA; b) Com referência à INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING, não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal e Estadual, portanto, não preencheu as exigências de prova de regularidade fiscal estabelecidas no subitem 2.5.2 do edital em pauta. Ainda, foi constatado que o balanço patrimonial e demonstrativo não tem assinatura dos sócios, conforme exigência legal, tendo somente do contador, o que é insuficiente; c) O consórcio Centro Oeste/AMP, formado pelas empresas: Centro Oeste de Marketing Ltda e Agência Multiface de propaganda Ltda, cometeu as seguintes falhas: a) Centro Oeste não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual, enquanto que a Multiface não apresentou procuração do representante nem representante, e ainda, deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual. Ademais, não foi apresentada certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor como é exigido pelo subitem 2.5.7 do edital, e na própria Lei de licitações, no artigo 31-II. Insta esclarecer que de conformidade com o disposto no inciso III do artigo 33 da Lei 8666/93, no caso de consórcio, é obrigatória a apresentação dos documentos de habilitação

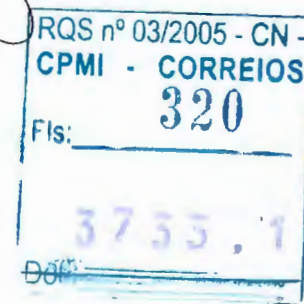


RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	319
3733,1	
Do	



previstos nos artigos 28 a 31 da Lei, por parte de cada consorciado:

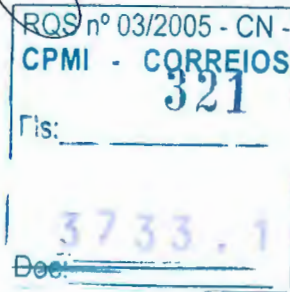
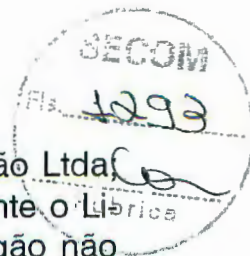
d) No tocante à Type Propaganda Ltda, verificou-se que essa empresa deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual, o que por si só, já caracteriza descumprimento às exigências editalícias, mormente ao subitem 2.5.2 do ato convocatório. Vale a pena destacar também que não apresentou a certidão negativa do Distribuidor da sede da pessoa jurídica, fato esse que enseja a infringência frontal ao subitem 2.5.7 do edital; e) Verificou-se que a empresa Orion Comunicação e publicidade Ltda, deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual e 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal, não atendendo pois ao subitem 2.5.2 do edital que alude à prova de regularidade fiscal. Descumpriu ainda o subitem 2.5.7 do ato convocatório, em razão de não ter apresentado certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica; f) A empresa AB CORRÊA PROPAGANDA, não apresentou as certidões negativas relativas às Fazendas Públicas 1ª e 2ª Estadual e Municipal, o que caracteriza descumprimento ao subitem 2.5.2 do edital; g) O consórcio constituído das empresas: Verbo Comunicação Ltda e Identidade Comunicação e Assessoria gráfica Ltda., também não cumpriu na íntegra com as exigências editalícias, uma vez que as duas empresas consorciadas deixaram de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e 1ª e 2ª Municipal, o que afronta ao disposto no subitem 2.5.2 do instrumento convocatório. Há de instar inclusive que no mínimo, visando como desiderato o interesse público, a Douta Comissão de Licitação, antes de habilitar no certame licitacional em tela, o consórcio ora referendado, deveria usar da prerrogativa prevista no § 3º do artigo 43, da Lei 8.666/93, procedendo a diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, para uma verificação mais acurada se na atual conjuntura, a Verbo Comunicação terá as mínimas condições de cumprir eventuais compromissos a serem firmados em decorrência do pleito em apreço. O fato é que no cartório distribuidor consta uma ação civil pública de autoria do Ministério Público, distribuída em 08/07/1999, no valor de R\$ 1.821.065,59 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em tramitação na 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, sob nº



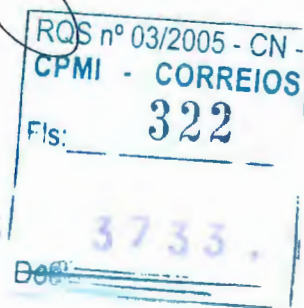
199901365512, em desfavor da empresa Verbo Comunicação Ltda, o que reforça nossa tese anterior que o fato de eventualmente o licitante Ter a Certidão Negativa de Débito expedida pelo órgão não deve isentar a necessidade de apresentar a Negativa Expedida pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais, h) No que tange à empresa MULTIPROPAGANDA, também deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual, tendo descumprido consequentemente ao disposto no subitem 2.5.2 do ato convocatório "sub examen".

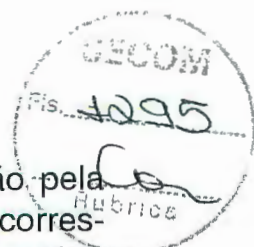
1.5- É deveras relevante e imprescindível trazer à colação que o pleito licitatório em tela está eivado de vícios em toda sua tramitação, o que ensancha-nos a convicção de que deve ser anulado. A Lei 8666/93, em seu artigo 49, "caput", é por demais explícita e taxativa, quando preceitua "in verbis": "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;"

1.6- Dentre as flagrantes ilegalidades perpetradas no certame podemos destacar as principais que são: a) Foi alterado substancialmente o edital, em 27 de setembro de 1999, pasmem! há somente quatro dias de antecedência da data designada para recebimento dos envelopes (01-10-99), sem que sequer o certame fosse prorrogado. Alterou-se o subitem 1.3 que alude a forma de execução dos serviços independentemente do grupo de contas no qual foram declaradas vencedoras, o subitem 7.1 -Do julgamento da proposta técnica, sendo fixada a nota mínima de 50 pontos na proposta técnica para que as empresas sejam classificadas, o item 8- Do julgamento das propostas de preços - subitem 8.6, tendo sido alterada a fórmula para julgamento da proposta de preços, e ainda, o subitem 13.5, acrescentando-se: "Os recursos devem ser dirigidos à autoridade competente, através da Presidente da Comissão." Ocorre que toda e qualquer alteração nos termos do edital, implica imprescindível-



mente em reabrir todo o prazo sob pena de nulidade, a não ser no caso específico em que a alteração não venha de qualquer modo a afetar a formulação das propostas. No caso vertente, estão sendo alterados itens pertinentes ao julgamento tanto da proposta técnica como da proposta de preços. O § 4º do artigo 21, da Lei 8666/93, assim estatui: "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas."; b) Ressalte-se que é no mínimo estranho e pode até ferir o irrelegável princípio da competitividade, o procedimento da Douta Comissão Especial de Licitação da SECOM - GO, no que concerne à resposta a questionamentos feitos pela B&W3, ora recorrente. Em 28 de setembro de 1999, esta recorrente enviou fax à Ilmª Srª Leila Maria Cunha Prudente - M.D. Presidente da Comissão Especial de Licitação, com o seguinte teor: *"Enviamos dois fax solicitando esclarecimentos, um no dia 20/09/99 e outro no dia 21/09/99, no segundo solicitávamos a confirmação do recebimento do primeiro. Até a presente data não obtivemos qualquer resposta a nossos questionamentos, o que poderá prejudicar a apresentação de nossa proposta, já que se avizinha o prazo de apresentação. Em função dessa demora(até hoje 7 dias), vimos por meio desta solicitar a prorrogação do prazo da licitação, para que possamos em tempo promover o desenvolvimento do trabalho, dentro da qualidade que nos é peculiar. Certos de contar com sua compreensão e não tendo neste pedido nenhum motivo de procrastinação, mas sim de justiça. Desde já manifestamos nossos votos de estima e consideração."* Ato contínuo, na mesma data (28/09), a Comissão respondeu por fax, aduzindo: "...No que se refere ao portfólio da Agência, pode o mesmo ser utilizado para comprovar a capacidade técnica no envelope de documentação." Diante de tal resposta, e considerando que esclarecimentos a eventuais dúvidas relacionadas com o pleito licitacional, desde que firmados pela Comissão de Licitação, se constituem em parte integrante do edital, passamos a elaborar nossa documentação e propostas segundo aquela diretriz. Ocorre que, no dia 30 de setembro de 1999, através do ofício 58/99, via fac-símile, portanto na véspera da licitação, fomos informados de que o portfólio da agên-





cia poderia ser incluído junto com a proposta técnica, razão pela qual, era para ser desconsiderada a orientação contida na correspondência do dia 28-09-99, que tinha recomendado que o portfólio deveria ser incluído no envelope de documentação. Como, houve essa alteração significativa na véspera da data designada para entrega dos envelopes em Goiânia - GO , tendo o fax sido recebido em Campo Grande - MS, houve indubitavelmente prejuízo líquido e certo da recorrente e uma dificuldade imensurável para sua participação que se constitui até num verdadeiro cerceamento ao seu direito subjetivo de participar de certames licitatórios , quando ao contrário, deveria a Comissão propugnar pelo aumento na circunscrição do universo de proponentes, deflagrando destarte, os princípios imutáveis da competitividade e da impessoalidade. Em face dessa gafe da Comissão, em ter dado uma informação no dia 28 ,de que o portfólio deveria ser inserido no envelope de documentação, e logo dois dias após, mandar desconsiderar aquela orientação, e aduzir que esse portfólio poderia ser incluído no envelope de proposta técnica, está mais do que evidenciado sem sombra de dúvidas que tal procedimento afetou a formulação das propostas e diante desse fato, a ilação lógica seria a necessidade de se prorrogar o certame, reabrindo-se o prazo fixado originariamente, nos termos insculpidos pelo artigo 21, § 4º, da Lei 8666/93, atualizada pelas Leis 8883/94, e, 9648/98, sob pena de incidir em nulidade, inquinando o certame de vício insanável; c) Vale a pena asseverar que mesmo com a modificação da primeira parte do subitem 13.5 do edital, acrescentando-se a frase: " os recursos devem ser dirigidos à autoridade competente, através da Presidente da Comissão", ainda assim ,o aludido subitem está flagrantemente contrário à disposição de lei. Por esse dispositivo, a Comissão proferirá a decisão dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, quando na realidade, segundo os parâmetros legais pertinentes, a Comissão poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazer subir o recurso devidamente informado à autoridade superior para decisão final. Eis a redação do § 4º do artigo 109 do Códex em referência: " O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou,



RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	323
3733,1	
DO	

SECOM
Fls. 1296
Rubrica

nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."

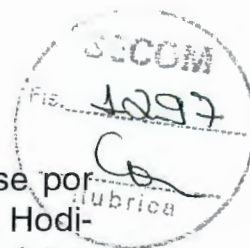
1.7- Nesta ordem de idéias, foram apontados tópicos concernentes à licitação em questão, suficientes para se inviabilizar o certame desde sua inicialização, englobando-se por conseguinte, as fases posteriores. É que " A nulidade de um ato, no curso da licitação, dificilmente reduz seus efeitos a apenas o ato viciado. A natureza procedimental da licitação acarreta um vínculo de sucessividade entre as diversas fases e os diversos atos que se sucedem no tempo. Como regra, os atos anteriores definem e condicionam os atos posteriores. O vício de um ato contamina os que a ele se sucedem, desde que por ele sejam condicionados. Isso permite afirmar que, quanto mais antecedente(no curso da licitação) seja o ato viciado, tanto mais extensa será a série de atos contaminados pelo vício . Logo, todos os atos posteriores perderão seu fundamento de validade."(Marçal Justen Filho –in Comentários à LEI DE Licitações e Contratos Administrativos – 4ª edição – Editora Aide – p. 255-257).

1.8- Necessário trazer ao bojo desta peça recursal que , o Administrador público tem que se cercar de cautelas visando como corolário, coibir toda e qualquer atitude que provoque discriminação entre os participantes que possuem requisitos para atenderem ao objeto posto em licitação, sob pena de se permitir uma condução do processo que leve a um julgamento faccioso que até poderá eventualmente conduzir o julgamento do pleito licitatório para a situação proibida de se desigualar os iguais ou igualar os desiguais . Assim sendo, os participantes da licitação têm assegurado direito público subjetivo a que sejam observadas fielmente as regras formais estipuladas para o procedimento, sem que, isso redunde em se apoiar exigências inúteis ou desnecessárias. Realmente, a licitação busca essencialmente que exista competitividade entre os participantes pelo que, se ficar comprovado por qualquer meio, a sua inexistência, não há licitação, e sim, simulação. Em razão desse escopo, o interesse público deve preponderar sempre no julgamento da licita-

8

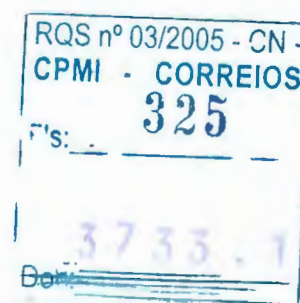
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 324
3733-1
Doc.

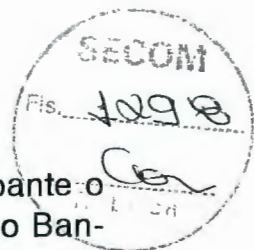
ção, pelo que fica vedada, na prática desse ato, qualquer dose por menor que seja de discricionariedade não autorizada por lei. Hodiernamente, tem-se plena convicção de que a probidade administrativa é um dos valores constitucionais que deve ser resguardado nos procedimentos licitatórios, no mesmo nível da igualdade e da publicidade. O irrelegável princípio da competitividade tem o condão de configurar para todos os efeitos que, na licitação, oportuniza-se a que vários interessados licitem, formulando suas propostas, com a finalidade precípua de que a Administração pública tenha condições de optar pela proposta mais vantajosa, entre quaisquer proponentes, desenhando-se assim, a figura da competição com lisura e probidade. Demais disso, o princípio da impessoalidade administrativa é tão relevante que pode ser visto sob dois ângulos. A uma; na visão do administrado-licitante, não pode o administrador tratá-lo diferentemente dos demais, tornando-os desiguais, por puro e simples arbítrio, sem motivação no interesse da Administração. O benefício de um, em detrimento dos outros, viola o princípio da impessoalidade. A duas; na visão do administrador, quem, decide, quem age, quem movimenta o processo de licitação são as pessoas como servidores ou agentes públicos. O ato praticado, pelo princípio da impessoalidade, não é do servidor ou do agente público, e sim, do órgão ou repartição a qual ele representa. Consoante o escólio do Professor José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, p. 562, Ed. RT, 6ª edição), "os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário."



II - DA FUNDAMENTAÇÃO :

2.1- A habilitação é a fase do procedimento licitatório caracterizada pela verificação sob o aspecto jurídico, fiscal, econômico-financeiro e técnico, da idoneidade do licitante que virá firmar a avença com o Poder Público.





2.2- Para aferir essa habilitação, a entidade licitadora, consoante o destacado Mestre administrativista da PUC/SP, Celso Antônio Bandeira de Mello, " só poderá se valer dos critérios estabelecidos na lei de licitações. A estrita obediência a eles é indispensável. Sua violação acarreta a nulidade do ato.

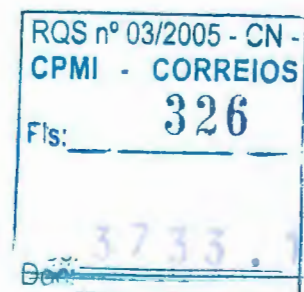
2.3 A Lei n.º 8666/93, consolidada pela Lei 8883/94, que norteia as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública, dispõe em seu artigo 27, que, para se verificar a habilitação de dado licitante, nada poderá ser exigido além do rol nele contido. Diz a lei: "art.27- Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados exclusivamente, documentação relativa a :

- I- habilitação jurídica;
- II- qualificação técnica
- III- qualificação econômico-financeira;
- IV- regularidade fiscal;

2.4- Logo, toda exigência habilitatória, mesmo constante do instrumento convocatório, que não se subsuma em alguns dos itens acima, constituir-se-á em exigência abusiva e via de consequência, ilegal.

2.5- Não devemos olvidar que a documentação exigida para habilitação em licitações, deverá ser analisada em subsunção com o inciso XXI, do artigo 37, da CF/88. DI-LO:

" XXI- Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."



65301
Fs. 1099
Rubrica

2.6- Ora, o instrumento convocatório tem certa liberdade para estabelecer determinadas exigências, entretanto, essas exigências têm como parâmetro, a lei de licitações, e esta, à Constituição Federal, por força do princípio da hierarquia das normas. Não se pode pois, deixar de inhabilitar empresas que tenham cometido erros sejam sob o aspecto formal ou de mérito, pois em assim agindo, estará o órgão colegiado julgador, comprometendo a isonomia constitucional, e ferindo frontalmente o princípio irrelegável da impessoalidade.

2.7 - Indubitavelmente, chega-se a ilação após uma análise perfunctória, que a Ilustre Comissão de Licitação, talvez inadvertidamente, infringiu frontalmente ao artigo 3º "caput", da Lei 8666/93, mormente no tocante ao princípio da impessoalidade, haja vista que, embora seja o edital, a norma interna da licitação, a matriz do futuro contrato, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam, mesmo que não reproduzidas em seu texto. A Comissão também descumpriu as disposições consubstanciadas pelos artigos 44 e 45, do Diploma Legal sub examen, haja vista que, o julgamento deve se apoiar em critérios puramente objetivos sem a menor subjetividade.

2.8- MARÇAL JUSTEN FILHO, (op. citada), Doutor em direito, preleciona: "A titularidade e a eficácia do direito de licitar não podem ser frustradas através da fixação de condições excessivas ou abusivas. As condições do direito de licitar estão delimitadas legalmente." Ocorre que, estando delimitadas legalmente, é óbvio e ululante que os proponentes que não atendam aos parâmetros legais pertinentes, deverão ser alijados do certame licitatório em decorrência dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos, cujos princípios irrelegáveis são consectários da isonomia constitucional, mola propulsora em todo regime democrático de direito.

W

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
327
Fls: _____
Doc: 3733.1

2.9- Esta recorrente, cumpriu com todas as exigências contidas no ato convocatório que comprovaram que ela no plano econômico-financeiro, jurídico- fiscal e técnico, possui idoneidade e totais condições de ser habilitada, como realmente o foi.

2.10- É cediço que o objetivo da licitação se constitui no maior co- tejo possível de propostas, não devendo a Administração inabilitar licitantes por circunstâncias estranhas à qualificação objetiva para licitar. Mas, se não cumprirem com as exigências editalícias, não poderão prosseguir no certame, sob pena de infringência ao irrele- gável princípio da indisponibilidade do interesse público. Assim agindo, estará o administrador chocando-se frontalmente com o interesse maior que é o interesse público.

2.11- É imprescindível trazer à colação que conforme a SÚMULA 473 do STF, a Administração pública pode rever seus atos a qual- quer tempo(princípio da auto-tutela). Daí, infere-se que o normal é que a Insígne Comissão Especial de Licitação, reconsidere sua de- cisão e julgue inabilitadas neste pleito licitatório em apreço, as em- presas e os consórcios de empresas mencionados no item 1.4 desta peça recursal, em decorrência de que não preencheram as condi- ções editalícias. A Lei 8666/93, no artigo 41 "caput", aduz "in verbis": " A Administração não poderá descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada."

III- DO PEDIDO

EM FACE DO EXPOSTO

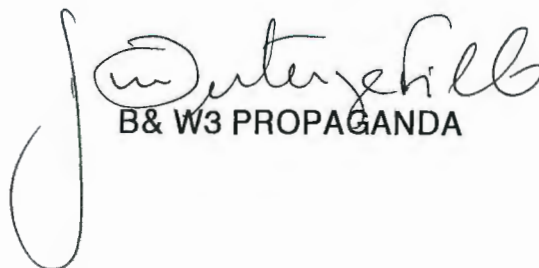
REQUER:

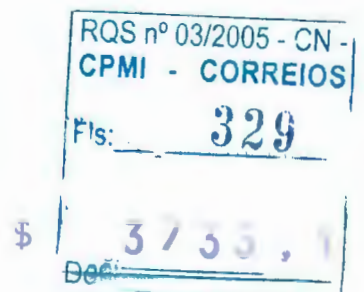
Que, seja reconsiderada a dita decisão que habilitou as empresas e consórcios mencionados no item 1.4 deste recurso, tendo em vista que é ilegal e abusiva, uma vez que, viola dispositivos constitucionais e da legislação ordinária retrotranscritas, bem como, é contrária ao interesse público. Caso não seja esse o entendimento de V. Ex^a, que seja anulada a licitação em epígrafe, por estar inquinada de vício insanável, instaurando-se novo procedimento licitacional em estrita obediência às normas que norteiam as licitações e as contratações públicas.

NESTES EXATOS TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

Campo Grande-MS; 18 de outubro de 1999.


B& W3 PROPAGANDA



FROM : INTER VIRTUAL

PHONE NO. : 062 8461506

03/SEP/99 17:01

PAG. 01

SEP. 03 1999 24:13PM/P1

Rubrica



PARA ENCAMINHAMENTO À Dn. Leila Maria Cunha Prudente, PRESIDENTE DA COMISSÃO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 001/99 SECOM

Questão relativa ao item 2.5.5, da página 6:

Qual a documentação exigida para qualificar economicamente e financeiramente as agências concorrentes?

Questão relativa ao item 2.6.2, da página 6:

Como fica comprovada a formação do funcionário? O que é necessário para confirmar a sua qualificação? É necessário que ele seja formado, tenha trabalhado em algum veículo de comunicação ou tenha experiências práticas anteriores?

Questão relativa ao item 2.7.1, da página 6:

Agências que mantêm em seu quadro diretores que por ventura tenham sido proprietários de outras empresas de publicidade consideradas não idôneas poderão participar da concorrência?

Questão relativa ao item 7, da página 10:

Entendemos que apenas uma agência será qualificada por grupo para a fase seguinte, que é a do julgamento das propostas de preços. É correto nosso entendimento? Se não, explicar.

Capacidade criativa - Item 3.1.2

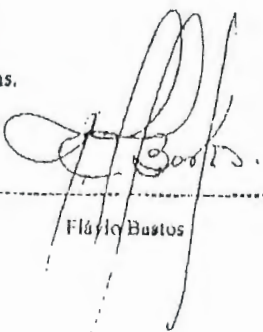
Fica estabelecida que sob o entendimento que:

A agência terá que desenvolver um trabalho globalizado para o governo voltado ao enfoque institucional ou levar em consideração que poderá efetua-lo considerando especificamente uma ou mais secretarias dos vários grupos de contos.

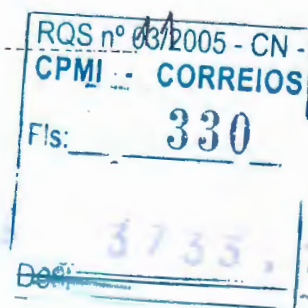
Ex:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Detran	Der go	Emater-Go	Saneago	Celg

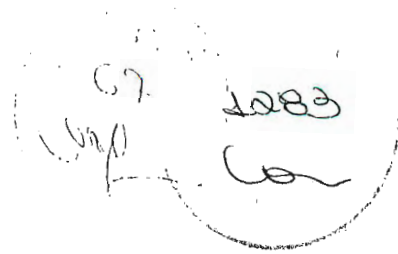
Sendo assim participando através de companhia total destes itens.


Flávio Bustos

Rua 152 nº 1-20 Jd 700 - Setor Bueno - CEP 74215-230 - Goiânia - GO - Fone (062)846-1501 - Fax (062)846-1506
Virtual@nuteconet.com.br - Virtual@parisgo.com.br - http://www.intervirtual.com.br



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. N° 001/99

Goiânia, 09 de setembro de 1999.

Prezado Senhor,

Tendo em vista as dúvidas suscitadas em relação ao Edital de Licitação da Concorrência nº 001/99, para contratação de agências de propaganda, passo a prestar-lhes os esclarecimentos que se seguem:

No que se refere ao item 2.5.5, sobre a documentação exigida para comprovação da qualificação econômico-financeira, é necessário que a empresa demonstre a sua boa saúde financeira, e isto pode ser feito de duas maneiras:

1ª) comprovando-se, de acordo com a fórmula ali apresentada, que os seus índices de liquidez geral e liquidez corrente sejam superiores a 1(um), ou

2ª) na impossibilidade dessa comprovação, de que possui capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, R\$60.000,000 (sessenta mil reais).

Ao Ilmo. Sr.

FLÁVIO BASTOS

M.D. Diretor da INTER VIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING
NESTA



Quanto ao item 2.6.2, sobre a necessidade do profissional ter curso superior de marketing ou comunicação, o edital intencionalmente não mencionou formação de nível superior, exatamente para aproveitar aqueles que não são portadores de diploma mas que têm comprovada capacidade técnica na área.

Esta capacidade técnica pode ser comprovada por experiência anterior, com a demonstração de trabalhos efetivamente realizados, compatíveis com o objeto da presente concorrência, mesmo que em outras agências.

Sobre a indagação referente aos proprietários de empresas consideradas inidôneas em licitações anteriores e que passaram a integrar o quadro de outras agências, na função de diretores, esclareço-lhe que, como esta informação não é relevante para a elaboração de sua proposta, no momento deixamos de manifestar o entendimento da Comissão a esse respeito, até porque esse fato será analisado apenas na fase de habilitação das empresas, quando serão examinados os pressupostos para participação das mesmas no procedimento licitatório.

A respeito do entendimento de que apenas uma agência está qualificada para passar à fase seguinte, que é a da julgamento, não está correto.

De acordo com o edital, todas as empresas devem superar satisfatoriamente a fase de habilitação, de exame de documentos, para terem direito à apreciação da proposta técnica. Caso não seja habilitada não passará à fase seguinte.

Todas as empresas poderão concorrer em pé de igualdade, através da proposta técnica, a todos os Grupos, e somente as habilitadas terão suas propostas apreciadas.

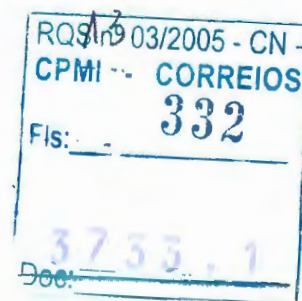
No final, serão cinco vencedoras, sendo uma para cada grupo. Uma empresa poderá concorrer a mais de um grupo, podendo, no entanto, ser vencedora em apenas um deles.

No que pertine à capacidade criativa, se a empresa for concorrer a vários grupos, deverá direcionar o seu trabalho criativo para cada um deles, separadamente, levando em consideração os órgãos ou entidades da Administração que compõem cada grupo.



ve

de

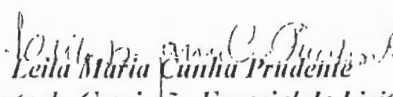


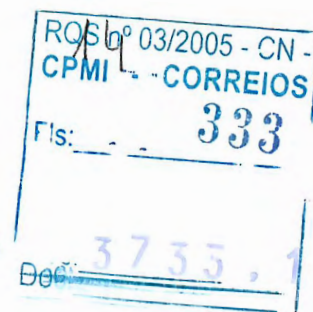
Caso a empresa tenha interesse em concorrer a apenas um grupo, deverá considerar apenas os órgãos ou entidades daquele grupo determinado.

É importante que se observe que para cada Grupo, se for o caso de se concorrer a mais de um Grupo, deverá corresponder uma proposta separadamente.

Também deve-se observar que nas propostas sempre deverá ser considerada a linha de ação traçada no *Briefing*.

Tendo por respondidas as questões formuladas, esta Comissão coloca-se à inteira disposição dessa Agência, para qualquer possível esclarecimento que porventura ainda seja necessário.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação





Olímpio Carlos Teixeira, nasceu no Estado de São Paulo, em 1960. É formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP.

Durante mais de 10 anos, atuou em São Paulo como auditor em grandes empresas de auditoria, como a Artur Young Auditores Associados S/C e Directa Auditores S/C.

Exerceu na área privada, atividades como controller e diretor administrativo-financeiro e na área pública, foi Secretário Municipal de Finanças de Campo Grande, Secretário de Estado para Assuntos de Privatização do Estado de Mato Grosso do Sul, presidente das empresas públicas Codems - Cia de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e Agrosul - Empresa Armazenadora do Estado de Mato Grosso do Sul.

É Conselheiro do CRC/MS - Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul, membro da Câmara de Mediação e Arbitragem de Mato Grosso do Sul e pós-graduando nas áreas de Auditoria, Análise de Balanço e Perícia Contábil.

É professor titular nas áreas de Auditoria, Análise de Balanço e Perícia Contábil em duas renomadas Universidades da cidade de Campo Grande/MS, e também atua como sócio-presidente das empresas Contacto Auditores e Associados e Olímpio Teixeira Peritos e Consultores Contábeis, possuindo mais de 19 anos de experiência contábil, voltados para especializações em auditoria, perícia e consultoria.

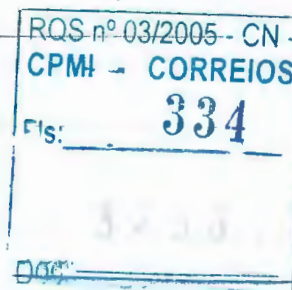


OLÍMPIO TEIXEIRA

Auditores, Consultores e Peritos Contábeis

Av. Mato Grosso, 3.995 - Bairro Santa Fé - Fone (067) 726-4890 - 726-1990
Fax (067) 726-6459 - CEP: 79002-100 - Campo Grande-MS
e-mail: olimpiot@cgr.nutecnet.com.br

Av. Isaac Póvoas, 1.331 - 10º andar - sala 106 - Fone: (065) 624-7464
Fax: (065) 623-0724 - CEP: 78045-640 - Cuiabá-MT
e-mail: olimpioc@nutecnet.com.br



Campo Grande, 16 de Outubro de 1999.



À
3M Comunicação Ltda. / 3 Milenium Comunicação Ltda.
Campo Grande - MS

REF: CONSULTA SOBRE CONCEITOS CONTÁBEIS

Passamos a responder a consulta que nos foi formulada pela empresa:
3M Comunicação Ltda. / 3 Milenium Comunicação Ltda., com referência ao seguinte questionamento :

1 - " Como é composto a estrutura do Balanço Patrimonial "

Resposta: Segundo o artigo nº 178, da Lei nº 6404/76, No balanço patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem (Ativo e Passivo), e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

2 - "O Balanço Patrimonial é uma Demonstração Contábil ".

Resposta : Segundo a Lei 6.404/76, em seu artigo 176, as empresas devem elaborar com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, sendo que o Balanço Patrimonial é parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

3 - "Através do Balanço Patrimonial podemos determinar a situação financeira da empresa "

Resposta : Sim, para fundamentar esta nossa resposta, nos reportamos ao Ilustre Mestre em Contabilidade Prof. Dante Carmine Matarazzo, que em sua obra, Análise Financeira de Balanços, editado pela Editora Atlas, em sua 5ª edição, às páginas de nº 157 e 169, faz a seguinte menção: " A situação financeira de uma empresa é avaliada pelas informações contidas na demonstração financeira denominada Balanço Patrimonial. Daí termos informações como a liquidez e a estrutura dos capitais da entidade. A liquidez evidencia a base da situação financeira da entidade, sendo o confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, que procuram medir o quão sólida é a base financeira da entidade.

OLÍMPIO CARLOS TEIXEIRA

Perito Contábil

Contador Registro CRC - MS/MT 3.816

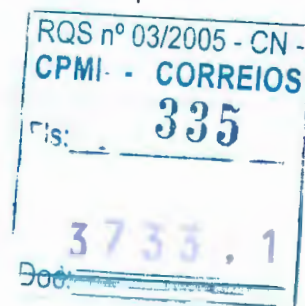


OLÍMPIO TEIXEIRA

Auditor, Consultores e Peritos Contábeis

Av. Mato Grosso, 3.995 - Bairro Santa Fé - Fone (067) 726-4890 - 726-1990
Fax (067) 726-6459 - CEP: 79002-100 - Campo Grande-MS
e-mail: olimpiot@cgr.nutecnet.com.br

Av. Isaac Póvoas, 1.331 - 10º andar - sala 106 - Fone: (065) 624-7464
CEP: 78045-640 - Cuiabá-MT
e-mail: olimpioc@nutecnet.com.br



Conteúdo Oficial
Data 21/10/99

1304
Ca

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Concorrência

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Comissão Especial de Licitação
Concorrência 001/99


A Comissão Especial de Licitação comunica aos interessados que a sessão de abertura dos envelopes 002 - Propostas Técnicas, marcada para o dia 21 de outubro de 1999, as 10:00 horas, no Auditório da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, fica transferida para o dia 04 (quatro) de novembro do corrente ano, no mesmo horário e local.

LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação da SECOM



Fonte: f. O Popular
Data: 23/10/99



 GOIÁS SECRETARIA DE DESARROLHO SOCIAL
ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Comissão Especial de Licitação Concorrência 001/99.
<p>A Comissão Especial de Licitação comunica aos interessados que a sessão de abertura dos envelopes 002 - Propostas Técnicas, marcada para o dia 21 de outubro de 1999, às 10:00 horas, no Auditório da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, fica transferida para o dia 04 (quatro) de novembro do corrente ano, no mesmo horário e local.</p>
<p>LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE Presidente da Comissão Especial de Licitação da SECOM</p>
OS. 57108

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - - CORREIOS
Nº: 337
\$ 3733.1
Doc:

Fonte: J. Liário da manhã
Data 21/10/99

1306

Ca



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência 001/99

A Comissão Especial de Licitação comunica aos interessados que a sessão de abertura dos envelopes 002 — Propostas Técnicas —, marcada para o dia 21 de outubro de 1999, às 10:00 horas, no Auditório da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, fica transferida para o dia 04 (quatro) de novembro do corrente ano, no mesmo horário e local.

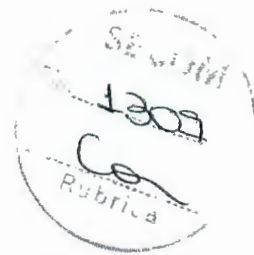
LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de
Licitação da SECOM

47462

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
338

\$ 3733,1
De

CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE



GOIÂNIA, 21 DE OUTUBRO DE 1999

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS.

REF.: CONCORRÊNCIA N. 001/99
FASE DE HABILITAÇÃO

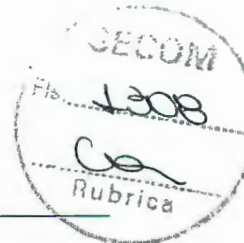
Ilustre Presidente,

Tendo tomado conhecimento das “alegações” constantes no recurso administrativo impetrado pela empresa B&W3 PROPAGANDA, tomamos a liberdade de manifestarmos, perante esta Comissão Especial de Licitação, com o objetivo de “elucidarmos os equívocos” alegados a respeito do CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE:

1. No item 3 (três) do recurso apresentado pela B&W3 PROPAGANDA, esta empresa alega, equivocadamente que o nosso CONSÓRCIO deixou de cumprir na íntegra as exigências editalícias, citando que nossas empresas consorciadas deixaram de apresentar as Certidões Negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e 1ª e 2ª Fazenda Municipal, considerando indevidamente, que houve afronta ao disposto no sub - item 2.5.2 do Edital. OCORRE que a Ilustre Comissão de Licitação pode observar no texto deste item do Edital, o qual tomamos a liberdade de transcrevê-lo na íntegra: **“2.5.2 – Prova de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante através de certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, e da dívida ativa, respectiva.”** *DE não houve exigências específicas mencionadas no texto, quanto a apresentação das certidões expedidas pelos Cartórios da 1ª e 2ª Fazenda Estadual ou da 1ª e 2ª Fazenda Municipal, como alega o concorrente.* A ausência das exigências desta certidões demonstram a não necessidade das mesmas, considerando que tais certidões (Anexo 01 -modelo para ilustração)tratam de informar se existe processos de execução, não especificando em seu texto “Dívida Ativa” o que deixa entender que poderá tramitar nesta Fazenda Pública outras execuções de responsabilidades que não trata de Regularidade Fiscal, matéria que trata o item 2.5 e subitens do Edital.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 339
3733, 1
Doc:

CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE

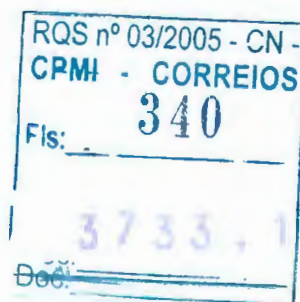


Consideramos também que o processo da inscrição da dívidas dos contribuintes na “Dívida Ativa” é atribuição administrativa das Secretarias das Fazendas Estaduais e Municipais, as quais mantêm departamentos próprios para realizações de tais atividades. Obtendo-se, portanto, as Certidões de Inexistência de Débitos Fiscais expedidas pelas Secretarias das Fazendas, as quais merecem fé pública, o Contribuinte já recebe a declaração de não estar em débito com os tributos, consequentemente não haverá dívida inscrita na “Dívida Ativa”. Seguindo este princípio lógico, a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás ao emitir sua Certidão de Regularidade Fiscal com o Estado, cita o “Nada Consta” e em seu formulário traz o termo: “e da Dívida Ativa. A Secretaria da Fazenda do Município de Goiânia, também mantém o mesmo princípio o que pode ser comprovado pela declaração daquele órgão (anexo 02 para comprovação e elucidação) o qual cita: **“Declaramos para os devidos fins que “a Certidão de Tributos Declarados” de n. 168.953-3, emitida em 08/09/99, engloba os tributos de ISS, TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E DE LOCALIZAÇÃO E TAXAS DE EXPEDIENTE, relativos a Tributos Declarados, inclusive na DIVIDA ATIVA ,...”**

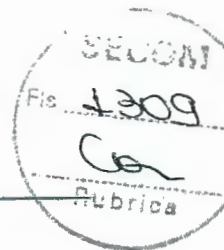
Consideramos também que “O espírito” da exigência do item 2.5 do Edital e seus subitens, objetiva a comprovação da Regularidade Fiscal da Empresa, o que foi totalmente provado pelos documentos apresentados, lembrando mais uma vez que no subitem 2.5.2 não estabelece exigência de certidões alegadas pelo concorrente, o que deixa claro a improcedências das suas alegações a respeito.

2. Alega ainda, de forma equivocada, a empresa B&W3 PROPAGANDA, sobre as mínimas condições de cumprir eventuais compromissos a serem firmados em decorrência do pleito em apreço.

Pedimos permissão à Ilustre Comissão de Licitação para lembrar que a prova das condições do cumprimento dos compromissos se faz pela comprovação das Capacidades Jurídica, Econômica e Técnica das empresas licitantes e que todas as exigências Legais e do Edital da Concorrência foram cumpridas na íntegra pelas empresas que fazem parte do CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE. Quanto a citação do Concorrente de que a comissão deveria usar prerrogativas, demonstra a intenção deste de interferir nas atribuições da Comissão, o que vemos como atitude indevida daquela empresa pois temos a certeza da seriedade da comissão e principalmente de sua capacidade.



CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE



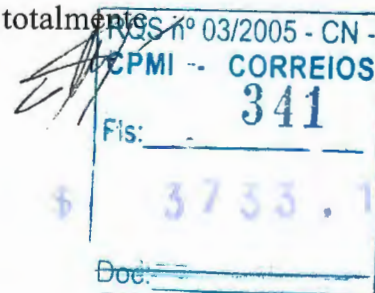
3. Quanto ao fato citado de que consta no cartório distribuidor uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que está tramitando na 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, em desfavor da Verbo Comunicações Ltda., e que a já referida Concorrente procura com seus argumentos equivocados, associar à questão da Dívida Ativa já exaustivamente esclarecida, Temos a esclarecer que tal ação foi proposta pelo Ministério Público, contra várias empresas de Publicidade do Estado de Goiás, com o objetivo de levantar possíveis ações irregulares junto ao Governo do Estado. Informamos a esta comissão que o processo está em fase inicial de instrução e de defesa, ocasião em que a VERBO COMUNICAÇÃO irá provar não ter praticado qualquer ato ilícito ou irregular, pois este sempre foi o comportamento da empresa. Lembramos que o princípio da justiça nos mostra que não se pode declarar como Culpado o que ainda não foi Julgado.

Cumpre-nos ainda, informar a esta Comissão, que o valor mencionado pela Concorrente, em seu recurso, e na forma que a mesma citou, **transparece como se a promotoria tivesse proposto ação naquele valor contra a VERBO, o que não é verdade.** A referida ação, como já é de conhecimento público está sendo movida para apuração de irregularidades de inúmeras outras pessoas jurídicas e físicas, por atos que de forma alguma envolve a VERBO, com já está claro no conteúdo do processo, considerando ainda que o Juiz responsável pelo mesmo já determinou a suspensão dos direitos de licitar e contratar com serviços públicos a outras empresa envolvidas, **o que não ocorreu com a VERBO, pelo fato de sua isenção naquelas responsabilidades.**

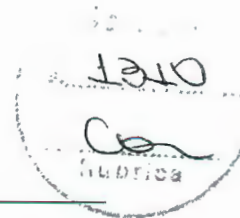
Esta situação em que consta na 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual a ação mencionada no item anterior, ação esta que não trata de Dívida Ativa, comprova o que alegamos no final do item 1 deste documento que “tais certidões tratam de informar se existe processos de execução, não especificando em seu texto “Dívida Ativa” o que deixa entender que poderá tramitar nesta Fazenda Pública outras execuções de responsabilidades que não trata de Regularidade Fiscal.”

Estamos cientes de que na fase atual da licitação, nenhum documento poderá ser anexado como peça de prova de Habilitação, portanto os documentos anexos à presente possuem a finalidade de prova dos argumentos aqui apresentados, razão de solicitarmos desta Comissão as suas avaliações e considerações.

Como pode-se constatar pelos argumentos por nós apresentados, todas as alegações a respeito do CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE apresentadas pela B&W3 PROPAGANDA, são totalmente




CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE



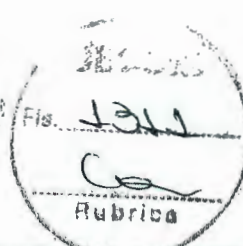
improcedentes e sem fundamentos, razão que aguardamos da Comissão de Licitação o justo julgamento.

Permanecemos no aguardo do manifesto da Comissão, agradecendo as providências legais.

Atenciosamente


CONSÓRCIO VERBO-IDENTIDADE
Eurico Monteiro de Alarcão Júnior
Representante

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
342
Fls: _____
\$ 3733,1
Do: _____




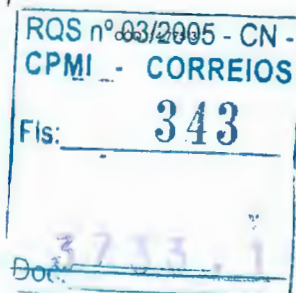
PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
LOJA DE ATENDIMENTO MÚLTIPLO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a "Certidão de Tributos Declarados", de nº. 168.953-3 emitida em 08/09/99, engloba os tributos de ISS, TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO e de LOCALIZAÇÃO e TAXAS DE EXPEDIENTES, relativos a Tributos Declarados, inclusive na DIVIDA ATIVA, estando sub-judice, conforme Lei 5040 de 20.11.75, consolidada.

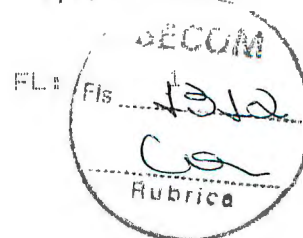
LOJA DE ATENDIMENTO MÚLTIPLO - CENTRO,
aos 06 dias do mês de Outubro de 1999.


MARIA DE FÁTIMA LOPES DE MELO
GERENTE



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

ANEXO 01



1A FAZENDA MUNICIPAL

BEL. MARCIO ALENCASTRO VEIGA,
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA
MUNICIPAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDAO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : VERBO COMUNICACAO LTDA
CGC : 33.556.523/0001-78

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos dezesseis de setembro de um mil e novecentos e
noventa e nove. (16 / 9 / 1999).

Marcio A. Veiga
MARCIO ALENCASTRO VEIGA
ESCRIVAO(A) DO(A) 1A FAZENDA MUNICIPAL

LUCIANA
CONFERENTE

LUCIANA AL
EMITENTE

Numero da Guia : 00808148.4
Certidão R\$ 12.83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 15/09/1999

Poder Judiciário
COMARCA DE GOIÂNIA
1ª Escrivania da Fazenda Pública
Municipal e de Registros Públicos

Márcio Alencastro Veiga
Escrivão Titular

NAO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



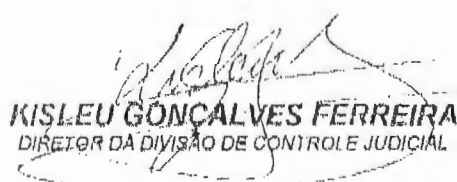


ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**CERTIDÃO N. 231/99**

*Kisleu Gonçalves Ferreira, Diretor da Divisão de Controle Judicial da
Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás, na forma da Lei*

Certifica, a pedido da **Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Contas da União**, que nesta Comarca de **GOIÂNIA** existe apenas 01 (um) **Cartório Distribuidor dos Feitos Cíveis**, sendo seu titular o Sr. Luiz Silva, onde se faz a distribuição a todas as **Escrivâneas Cíveis e Cíveis Especializadas**, incluindo-se, ainda, a **Escrivania dos Feitos de Falência, Concordatas e Insolvência Civil**. Desta forma, o referido cartório possui competência para emitir a certidão de que trata o inciso II do artigo 31, da Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 9.648/98. NADA MAIS. DADA E PASSADA nesta **DIVISÃO DE CONTROLE JUDICIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**, em Goiânia, 20 de outubro de 1999.


KISLEU GONÇALVES FERREIRA
DIRETOR DA DIVISÃO DE CONTROLE JUDICIAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 345
3733.1
Doc



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, a quem possa interessar, que o Cartório de Falências, Concordatas e Insolvência Civil desta Comarca de Goiânia é privativo, sendo portanto o único competente para expedir a certidão de falência.

Outrossim, declaro, para todos os fins de direito, que este Cartório emite as certidões de Falência e Concordata de forma atualizada com o Cartório Distribuidor.

Por ser verdade, firmo o presente.

João Batista Franco

Goiania, 18/01/99

COMARCA DE GOIÂNIA
Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil
João Batista Franco
Declarante

CO
Cartório de
Insolvência
João Batista Franco
Declarante

COMARCA DE GOIÂNIA
Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil
AUTENTICAÇÃO
Está Conforme o Original
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
346
Fls:
3733
Doc:

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

**EXMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO
ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.**

Concorrência 001/99



NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E

MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, integrante do "CONSÓRCIO DE IDÉIAS", constituído para efeito do certame com a empresa TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., devidamente qualificada no processo de licitação supra epigrafado, por seu procurador legalmente constituído, mandato constante do processo, vem, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Exa, apresentar o presente

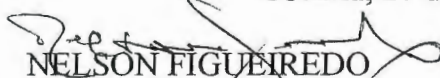
**RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO DE
IMPUGNAÇÃO**

ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa B & W 3 PROPAGANDA contra a decisão dessa ilustrada Comissão Permanente de Licitação que a considerou HABILITADA na CONCORRÊNCIA 001/99, o que faz nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, requerendo o encaminhamento do presente recurso, depois de devidamente instruído, à autoridade superior, nos termos do § 4º do mesmo dispositivo legal, a fim de que possa ser conhecido e provido, mantendo-se, ao final, a justa e correta decisão recorrida.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA

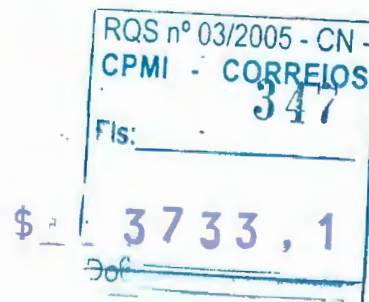
DEFERIMENTO

Goiânia, 21 de outubro de 1999.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMÔRA FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



EXMO. SR. SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Concorrência 001/99

NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E

MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, integrante do "CONSÓRCIO DE IDÉIAS", constituído com a empresa TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., para efeito do certame, devidamente qualificada no processo de licitação supra epigrafado, por seu procurador legalmente constituído, m. j., vem, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Exa, apresentar suas

RAZÕES DE RECURSO

ao Recurso Administrativo interposto pela empresa B & W 3 PROPAGANDA contra o julgamento da ilustre Comissão de Licitação que a considerou HABILITADA na licitação supra epigrafada, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, com as modificações posteriores, fundamentando-se nas razões de fato e de direito que passa a expender.

I – OS FATOS E A LEGISLAÇÃO

1. A RECORRENTE é empresa tradicional na área de publicidade, comunicação e marketing, desfrutando de excelente conceito, já tendo participado de várias licitações no setor.

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sl's 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internetal.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
348

3733.1
Doc

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C 131Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Rubrica

2. Para participar da presente licitação procurou cumprir, como cumpriu, rigidamente, todas as exigências editalícias, atenta ao princípio da vinculação aos termos do Edital, explicitado nos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93, o qual submete, em absoluta igualdade de condições, tanto os licitantes como a Administração Pública.

3. Foi, portanto, merecidamente declarada **HABILITADA** ao certame pela rigorosa Comissão licitante, em decisão irretocável, levada a efeito à luz das normas do Edital e da Lei nº 8.666/93.

4. Inconformada, no entanto, a empresa recorrente interpõe peça meramente tumultuária, procurando apontar várias supostas irregularidades em relação a 08 (oito) licitantes, com a declarada intenção, pelo menos no que diz respeito a esta impugnante, de protelar o andamento do cotejo.

5. Na parte em que se refere à autora do presente recurso, alega a recorrente:

"no que tange ao Consórcio NET MÍDIA E TIARA COMUNICAÇÃO, faltou prova de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, uma vez que, não foram apresentadas as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e nem da 1ª e 2ª Fazenda Municipal, com relação a esta falta cabe citar parte do ofício de número 003/99, enviado por esta Comissão em resposta à Empresa AB CORRÊA PROPAGANDA LTDA, em 09/09/1.999: "...No que se refere ao item 2.5.2., sobre certidões negativas de débito com as fazendas públicas, a menção à dívida refere-se apenas ao alcance da certidão, que deve compreender outros débitos fiscais", ora o que desejava a comissão era saber se o Licitante possuía qualquer débito, de qualquer natureza com as fazendas públicas. A isenção da apresentação de qualquer Certidão emitida pelos cartórios competentes poderia induzir a grave erro à comissão. Senão vejamos: a Certidão Negativa da Prefeitura Municipal de Goiânia quando emitida se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, compatível

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sl's 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
349	
Fls: _____	
3733 1	

SECOM

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Rubrica

com a atividade fim dos licitantes, mas poderiam haver outros débitos relativos a outros tributos, sejam eles Municipais ou ainda Estaduais, logo se fazia imprescindível a apresentação das Certidões Emitidas pelas 2 Fazenda Públicas Estaduais e Municipais, para que a informação de que se havia qualquer débito com as Fazendas se confirmassem ou não, se existe qualquer legislação que determine a apresentação de Certidão de Débito Emitida pela Prefeitura Municipal de Goiânia para fins de I.S.S.Q.N., atesta legalmente e irrefutavelmente que não existem débitos com a Fazenda Pública Municipal relativos a todos os tributos, gostaríamos de desde já solicitar tal legislação, por tudo isso é que afirmamos que o referido consórcio e outras empresas abaixo elencadas infringiram ao subitem 2.5.2. do instrumento convocatório. No que concerne à certidão específica de falência ou concordata expedida por Distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme exigido em Lei (ex vi da art. 31-II da L. 8.666/930), e no subitem 2.5.7 do edital, da Empresa Net Mídia, a mesma não foi apresentada, já que a certidão negativa do distribuidor que foi apresentada não se refere à falência e nem a concordata. O contrato social da NET MÍDIA, exige a assinatura de dois sócios para que os atos praticados em nome da empresa tenham eficácia, mas, no instrumento de consórcio apresentado no certame em tela, só tem assinatura de um sócio da NET MÍDIA..."

6. É flagrante a inconsistência do apelo administrativo formulado pela recorrente, em prejuízo, única e exclusivamente, da conclusão do procedimento, cuja celeridade consulta ao interesse de todos os participantes e, principalmente, da Administração Pública.

7. Para demonstrar a improcedência das alegações apresentadas, passamos a IMPUGNAR, item por item, as imputações descabidas no tocante à justa decisão recorrida.

**I.1 - CERTIDÕES COMPROBATÓRIAS DE
REGULARIDADE FISCAL – SUBITEM 2.5.2 DO EDITAL**

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 – Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
350
3.733,1

8. Demonstrando total desconhecimento do teor dos documentos apresentados pela recorrida e da legislação pertinente, a autora do recurso impugnado questiona validade das CERTIDÕES NEGATIVAS da Fazenda Pública Estadual e Municipal constante da documentação pela mesma.

9. Ora, a Lei nº 8.666/93, diploma reitor do certame, quanto à comprovação da regularidade fiscal, permite que seja exigido dos licitantes, no item III do art. 29, o seguinte:

"Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

[...]

III - prova de regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;"

10. No mesmo sentido, a norma editalícia dispõe no item 2.5, subitem 2.5.2, quanto à regularidade fiscal, *verbis*:

"2.5 - Documentação referente à regularidade fiscal:

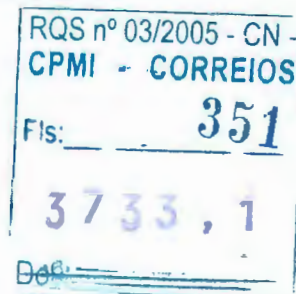
[...]

2.5.2 - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, e da dívida ativa respectivas."

11. A recorrida apresentou **CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA**, expedida pela Fazenda Pública estadual na forma da lei, bem como a **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS DECLARADOS**, legalmente fornecida pela Fazenda Pública Municipal, dando completo e cabal cumprimento aos preceitos legais e editalícios, uma vez que tais documentos são os únicos expedidos pelas respectivas Fazendas para a comprovação de quitação.

12. Não era possível e nem necessário, portanto, a juntada de outros documentos para provar a regularidade fiscal da recorrida, simplesmente porque as Fazendas Públicas estadual e municipal só fornecem, para esse fim, as CERTIDÕES juntadas, que

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/CNelson Figueiredo
OAB/GO 10.950Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Rubrica

atendem, integralmente, os objetivos da norma e do edital: **comprovar a regularidade fiscal da recorrida.**

13. Despiciendos, desnecessários e ociosos quaisquer outros documentos, considerando-se que todos os débitos em atraso ou não parcelados, relativos a todas as Fazendas Públicas são inscritos, caracterizada a inadimplência, na Dívida Pública respectiva, para efeito de cobrança judicial.

14. Assim, se a impugnante apresentou CERTIDÃO NEGATIVA emitida pelas Fazendas Públicas Estadual e Municipal, provando a “regularidade fiscal” perante as mesmas, no que diz respeito aos tributos que incidem ou não incidem sobre a atividade lícita, como é o caso do ICMS – nada mais haveria a provar.

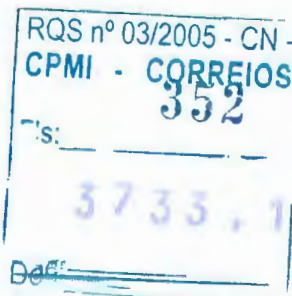
15. Sobremais, é entendimento assente na doutrina que a expressão “regularidade fiscal” mencionada no art. 29 da Lei, no qual se espelha, evidentemente, a norma regulamentar, deve ser interpretada em relação aos tributos incidentes sobre a atividade econômica dos licitantes e/ou sobre objeto do contrato.

16. E nem poderia ser diferente, pois se os licitantes tivessem de demonstrar a quitação de cada um dos tributos reservados à competência das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, estariam obrigados a colecionar, para cada cotejo, uma montanha de certidões, referentes aos vários impostos, taxas e contribuições sociais de competência da União, Estados e Municípios.

17. A respeito, é luminosa a lição do eminente professor Marçal Justen Filho¹, apurada depois de excepcionar a previsão contida no art. 195, § 3º, da Constituição Federal, no tocante aos “débitos relativos à previdência social”, que possuem natureza especial:

“Conjugando a Lei nº 8.666 com a Constituição Federal e os princípios atinentes à atividade administrativa do Estado, deve concluir-se que o sentido da “regularidade fiscal” é diverso daquele que vem sendo praticado. Pode (deve) exigir-se do licitante comprovação de regularidade fiscal atinente ao

¹ - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 5ª edição, 1999, pgs. 295/6



NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Rubrica

exercício da atividade relacionada com o objeto do contrato que se pretende firmar. Não se trata de comprovar se o sujeito tem ou não dívidas (em qualquer nível) ou quanto a qualquer débito possível e imaginável. O que se demanda é que o particular, no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, encontre-se em situação fiscal regular. Trata-se de evitar contratação de sujeito que descumpra obrigações fiscais relacionadas com o âmbito da atividade a ser executada...Justamente por isso, o próprio inciso II do mesmo art. 29 exige que o sujeito comprove sua inscrição no cadastro municipal ou estadual pertinente ao ramo da atividade compatível com o objeto licitado. Ou seja, não teria sentido dispor nesses termos no inc. II e exigir, no inc. III, que o sujeito comprovasse regularidade fiscal em outros ramos, desvinculados do objeto licitado.

18. Sobre a inconstitucionalidade de interpretações excessivamente rigorosas do dispositivo em questão, ao teor do que parece pretender a recorrente em confusa explanação, é taxativa, igualmente a conclusão de Maria Sylvia Zanella de Pietro², *letteris*:

"A única exigência que tem fundamento constitucional dentre as contidas no art. 29 é a do inc. IV, referente à regularidade perante a seguridade social, exigida pelo art. 195, § 3º da Constituição."

19. Reforçando a única interpretação permitida pelo texto constitucional a respeito dos dispositivos legais e regulamentares citados, reafirma o professor Antônio Roque Citadini³ na sua conceituada obra:

"Não se trata de exigir se os participantes nada devam ao fisco ou à seguridade social, mas sim, que estejam em situação regular e não de inadimplência. Tal exigência é aceitável uma

² - Direito Administrativo, São Paulo, 1995, 5º ed., p. 284.

³ - Comentários e jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, Max Limonad, 2ª edição, 1997, p. 224.

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
353
Fls: _____
\$ 3735,1
Dec: _____

vez que eventuais débitos com o fisco ou a seguridade social podem ser parceláveis para pagamento em grande número de vezes.”

20. Portanto, quando a recorrente indaga sobre qual a legislação que permite a comprovação da “regularidade fiscal” mediante a apresentação das CERTIDÕES de quitação fornecidas pelas Fazendas Públicas estadual e municipal, a resposta é simples e objetiva: o art. 29, inc. III da Lei nº 8.666/93 e o subitem 2.5.2 do edital, desde que corretamente interpretados.

21. Absolutamente improcedente, portanto, a restrição levantada, quanto a essa parte, no recurso impugnado, ao arripio do disposto no edital e na legislação específica, como restou sobejamente demonstrado.

I. 2 – CERTIDÃO DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

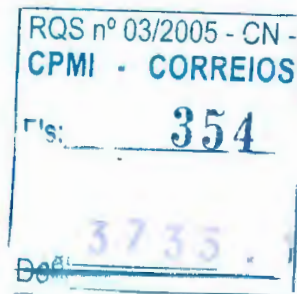
22. Igualmente infundada é a arguição feita pela recorrente quanto à **CERTIDÃO DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR** apresentado pela recorrida, documento que atende perfeitamente não apenas a finalidade, mas o comando do disposto no art. 31, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e subitem 2.5.7 do Edital.

23. Clara a redação do dispositivo editalício, que reproduz o mandamento legal citado, ao exigir, como prova da qualificação econômico-financeira do licitante:

“2.5.7 – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, insolvência civil ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em se tratando de firma individual.”

24. Ora, a regra do Edital não deixa qualquer margem a dúvida quando pede “*certidão expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica*”, justamente o documento apresentado pela autora da presente impugnação provando a inexistência de “*nenhuma distribuição a qualquer dos cartórios Cíveis desta Comarca, de ações ou litígios contra NET MÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA*”, conforme certifica textualmente.

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 – Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

25. O art. 35, inc. I, letra "a", da Lei nº 9.129, de 22/12/81, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, inclui entre as Varas Cíveis Especializadas "*1 Vara de Falências, Concordatas e Insolvências, com 1 juiz*".

26. De outra parte, o art. 81, I, do mesmo diploma legal estabelece que é função do Distribuidor "*fazer a distribuição alternada dos feitos, conforme sua natureza e valor*", sendo cediço, sabido e consabido, que essa é a função do Cartório Distribuidor Civil na Comarca, ou seja, distribuir os feitos entre as varas cíveis, especializadas ou não.

27. De tal modo, que a CERTIDÃO NEGATIVA do Cartório Distribuidor constante da documentação da recorrida supre não apenas a exigência do art. 31, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e do item 2.5.7. do Edital (negativa de falência e concordata), mas prova, ainda mais, que não existe qualquer pendência judicial (cobrança, execução, etc., etc) em desfavor da mesma, atestando até mais do que o solicitado nas mencionadas normas.

28. Salta aos olhos, mais uma vez, conseqüentemente, o caráter meramente protelador, tumultuário, inteiramente vazio de conteúdo e despropositual do recurso impugnado, clamorosamente improcedente também quanto a esse aspecto.

I.3 – ASSINATURAS DA PROMESSA DE CONSÓRCIO

29. O item 2.11 do Edital permite a participação de consórcios na licitação, remetendo a regulamentação dessa possibilidade para o art. 33, §§ 1º e 2º e incs. I a V, da Lei nº 8.666/93.

30. O citado preceito legal, por sua vez, estatui, no inc. I:

"Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I – comprovação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados."

31. Induvidoso para atender ao item I do art. 33 basta uma promessa de constituição de consórcio, que se efetivará,

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 – Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 – Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

no caso de vitória na licitação, uma vez concluído o procedimento e antes da assinatura do respectivo contrato.

32. O compromisso formal de constituição do o consórcio apresentado pela recorrida atende aos pressupostos do Edital e da Lei de licitações e não tinha a necessidade de ser assinado por mais de um sócio, pois representa apenas uma promessa de negócio, feita na dependência de uma condição resolutiva que se implementará ou não no futuro.

33. Quando da efetiva formalização da constituição do consórcio – e para o seu registro – ocasião em que a pessoa jurídica da requerida deverá estar legalmente representada, indispensável a assinatura de dois sócios, nos termos do contrato social.

34. Mesmo porque o sócio **FLÁVIO THADEU WERNEC CÂMARA** foi designado pela sociedade como representante da pessoa jurídica na licitação, nos termos do item 2.9 do Edital, que não permite mais de um mandatário para esse fim.

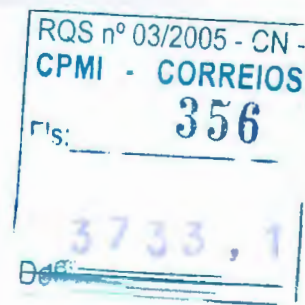
35. Inobstante a desnecessidade da assinatura de dois sócios na simples promessa de constituição de consórcio cujo termo faz parte da documentação apresentada pela recorrida, o citado documento está assinado por dois sócios, sendo que a sócia **ANUERSA MARIA LIMA** subscreve como testemunha o referido termo, juntamente com o sócio **FLÁVIO THADEU WERNEC CÂMARA**.

36. O comparecimento do segundo sócio no TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO apresentado, que atende inteiramente as exigências do item 2.11 do Edital e do art. 33 da Lei nº 8.666/93, seria bastante para documentar, caso fosse necessário, a representação legal da pessoa jurídica da recorrida, nos termos de seu contrato social.

37. Isso porque o comparecimento de dois sócios, ainda que um tenha subscrito na condição de testemunha, prova a intenção da pessoa jurídica, na forma legal, de formalizar o negócio jurídico assinalado, para todos os efeitos legais.

38. Nesse sentido, indiscutível a força do comando legal explicitado no arts. 85 e 129 do Código Civil:

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 – Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



SECON

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C 132

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Rubrica

"Art. 85. Nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção do que ao sentido literal da linguagem.

Art. 129. A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial senão quando a lei expressamente a exigir."

39. Como a Lei nº 8666/93 não estabelece forma para a declaração de vontade consistente na simples declaração do compromisso de constituição de consórcio, indiscutível que o documento apresentado, com assinatura de dois sócios, supre as exigências editalícias, legais e contratuais.

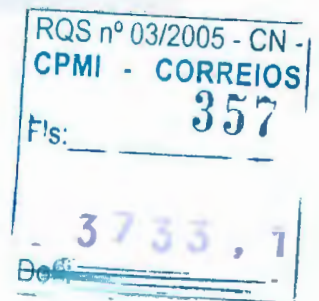
40. Mais uma vez, reitere-se, fica caracterizada a improcedência do recurso apresentado pela licitante irresignada, no que diz respeito a esta recorrida, restando claramente demonstrado, nos três aspectos abordados, o total descabimento das alegações formuladas sem qualquer fundamento.

41. Essa conduta dos concorrentes nas licitações, na fase de habilitação, é condenada pela doutrina e pela jurisprudência, que aconselham ponderação e cuidado às comissões de licitação, no interesse de princípios basilares ao certame, como é o caso do princípio da COMPETITIVIDADE.

42. O professor Adilson Dallari⁴, em obra consagrada, ensina com a competência de sempre, a respeito:

"A doutrina e a jurisprudência indicam que, no tocante à fase de habilitação, como o objetivo dessa fase é verificar se aquelas pessoas que pretendem contratar têm ou não condições para contratar (essa é essência, isto é, o fundamental), interessa para a Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas. Claro que para um participante interessa excluir o outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a

⁴ - Aspectos Jurídicos da Licitação, Saraiva, 3ª edição, 1992, pgs. 88/89.



NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

Administração Pública não pode deixar-se envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponente e está defendendo legitimamente seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade da verificação de um maior número de propostas.⁵

43. O eminente professor Carlos Ari Sundfeld⁶, da mesma forma, ensina que a única finalidade da fase habilitatória prevista no Edital é a de garantir que o **eventual contrato seja cumprido**, pontificando, com autoridade, a respeito:

"Essa idéia, que desvenda a teleologia da habilitação, condiciona todo o regramento específico, desde a elaboração do ato convocatório até o julgamento dos recursos; o edital não pode prever condições habilitatórias desarrazoadas ou desproporcionais ao objeto do contrato, a Comissão e a autoridade recursal não podem interpretar as cláusulas pertinentes desconsiderando sua finalidade. Caso contrário, a habilitação seria um fim em si mesmo, instaurando a irracionalidade e violando os fins da licitação." (Destacou-se).

O PEDIDO

Ao teor do exposto, **REQUER** seja improvido o RECURSO ADMINISTRATIVO impugnado, interposto pela empresa B & W 3 PROPAGANDA, em vista de sua absoluta improcedência, tendo em vista a perfeita consonância da documentação apresentada pela recorrida com o Edital da CONCORRÊNCIA 001/99 e com a Lei nº 8.666/93

REQUER, consequentemente, seja mantida a correta decisão da ilustrada COMISSÃO ESPECIAL DE

⁶ - Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 1994, pg. 108.

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
358
Fls: _____
R\$ 3733,00
De: _____

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

LICITAÇÃO que julgou HABILITADA ao certame a autora da presente impugnação e, conseqüentemente, o consórcio que ela integra, juntamente com a empresa TIARA COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA, dando-se normal prosseguimento ao certame em obediência aos mandamentos normativos e legais pertinentes.

REQUER, finalmente, seja a presente **IMPUGNAÇÃO** recebida, conhecida e julgada procedente, em todos os seus efeitos, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

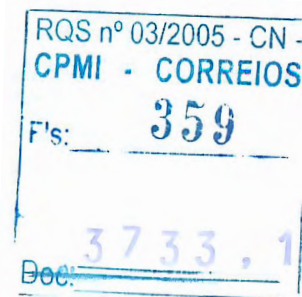
NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.

GOIÂNIA, 23 de Outubro de 1999.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMÔRA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br



NELSON FIGUEIREDO Assessoria e Consultoria S/C COM

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Rubrica

OUTORGANTE (S):

TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC(MF) sob o nº 00.368.020/0001-10, com sede na cidade de Goiânia-Go, à Rua 135, nº 378, Setor Marista, por sua representante legal ÂNGELA MARIA DE ALMEIDA FRAGA, brasileira, casada, empresária, residente à Rua T-37, nº 3577, apto. 501, Setor Bueno, nesta capital, portadora da CI nº 787.102 SSP/GO, CPF nº 166.379.091-49; e NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC(MF) sob o nº 00337800/0001-00, com sede em Goiânia-Go, à Av. T-10, nº 774, Sala 101, Setor Bueno, neste ato representada por seu sócio FLÁVIO THADEU WERNER CÂMARA, brasileiro, empresário, residente e domiciliado nesta capital, portador da CI nº 1214754 SSP/GO, CPF nº 239706181-34.

OUTORGADO (S):

DR NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, Advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o nº 10.950; DRª LILIANE FIGUEIREDO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o nº 11.217; DRª AMPARO M. S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o nº 17.418; DRª PAMÔRA MARIZ SILVA DE FIGUEIREDO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o nº 18.237, com escritório profissional situado à Rua 10, nº 93, 2º andar, Sls. 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil e 70, art. 5º e seus parágrafos da Lei nº 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis em defesa dos direitos das empresas ou do consórcio que venham a constituir, na concorrência nº 001/99 da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS.

Goiânia - GO, 22 de setembro de 1999.

ÂNGELA MARIA DE ALMEIDA FRAGA

CPF N.º 166.379.091-49

FLAVIO THADEU WERNER CÂMARA

CPF N.º 239706181-34

Certifico para os devidos efeitos que a fotocópia contém o documento apresentado. (Decreto/Lei nº 2.148)	
Escrevente Autorizado	
22 OUT. 1999	
1º Tab.	João Teixeira Afonso Tabellão Diamaris A. C. Teixeira Tabellão
Goiânia - GO	

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMH -- CORREIOS	
Fis: 360	
3733.1	
De:	

Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

**EXMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO
ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
- SECOM.**

CONCORRÊNCIA nº 001/99



*CONSÓRCIO DE IDÉIAS –
constituído pelas empresas TIARA COMUNICAÇÃO E
MARKETING NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING
LTDA*, pessoas jurídicas de direito privado, devidamente qualificadas no
processo de licitação supra epigrafado, por seus procuradores judiciais
legalmente constituídos, m. j. – (DOC. 01) vem, com o devido respeito e
acatamento, à digna presença de V. Exa, interpor o presente

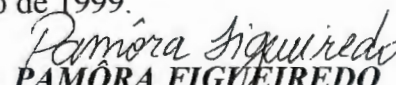
RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO DE IMPUGNAÇÃO

contra o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **3M
COMUNICAÇÃO LTDA (3Milenium Comunicação Ltda)** em oposição
à decisão dessa ilustre Comissão Julgadora de Licitações que a declarou
INABILITADA na Licitação instaurada na modalidade de Concorrência nº
001/99, o que faz nos termos do art. 109, § 3, da Lei nº 8.666/93, com a
nova redação dada pela Lei nº 8.883/94, **REQUERENDO** o
encaminhamento do mesmo ao Secretário de Comunicação Social.

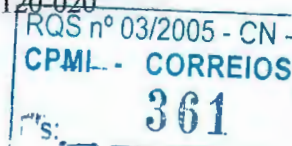
NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.

Goiânia, 22 de outubro de 1999.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMÔRA FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

Rua 10, nº109, Ed. Gold Center, 1º andar, Setor Oeste, Fone: (062) 214-2477 e 214- 1
2488, Tele/Fax: (062) 214-2246 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

EXMO. SR. SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS.

Concorrência nº 001/99.



CONSÓRCIO DE IDÉIAS –
constituído pelas empresas TIARA COMUNICAÇÃO E
MARKETING E NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E
MARKETING, pessoas jurídicas de direito privado, devidamente
qualificadas no processo de licitação supra epigrafado, por seus
procuradores judiciais legalmente constituídos, m. j., vem, com o devido
respeito e acatamento, à digna presença de V. Exa., apresentar as suas

RAZÕES DE RECURSO

de IMPUGNAÇÃO ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por
3M COMUNICAÇÃO LTDA contra sua inabilitação na
CONCORRÊNCIA 001/99, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei 8.666/93,
com fundamento nas razões de fato e de direito que passa a declinar.

I - OS FATOS

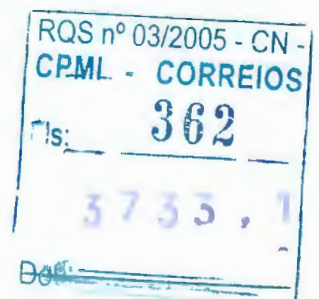
I.1. – BALANÇO INCOMPLETO

1. A empresa recorrente foi inabilitada por
desatender as edital nº 001/99 e infringir a lei nº 8.666/93 que disciplina as
licitações e contratos administrativos.

2. Com efeito desatendeu o Art. 31, inc.
I, da Lei 8.666/93 e o item 2.5, subitens 2.5.5 e 2.5.6 do Edital, que
dispõem a respeito:

“Art. 31. A documentação relativa á qualificação econômico-
financeira limitar-se-á a:

Rua 10, nº109, Ed. Gold Center, 1º andar, Setor Oeste, Fone: (062) 214-2477 e 214- 2
2488, Tele/Fax: (062) 214-2246 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.958

OAB/GO 11.217

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta". (Grifou-se)

"2.5 – Documentação referente à regularidade fiscal:

2.5.5 – Documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

2.5.6 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, comprovando boa situação financeira da empresa, demonstrada esta através da seguinte fórmula":

LG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG= ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC= ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

(Grifou-se)

3. Ora, quando a lei de licitações exige a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, refere-se, evidentemente, atendendo à necessidade de comprovação da estabilidade financeira da licitante, a todas essas informações, de caráter básico e essencial nesse sentido.

Rua 10, nº109, Ed. Gold Center, 1º andar, Setor Oeste, Fone: (062) 214-2477 e 214- 3
2488, Tele/Fax: (062) 214-2246 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 363

3733
De:

4. A argumentação da recorrente de que o balanço apresentado por ela é a demonstração financeira necessária aos cálculos, festeja o óbvio, mas não atende aos preceitos normativos citados.

5. A considerar-se essa assertiva, a comissão abandonar suas atividades normais e entregar-se, sofregamente sobre os balanços de cada concorrente, para garimpar contabilmente os elementos que tanto o edital como a lei exigem devam ser explicitados na forma legal.

6. Alega a recorrente/impugnada que em consulta feita à Comissão de Licitação pela agência InterVirtual Comunicação e Marketing sobre a documentação exigida pelo edital a respeito do item 2.5.5, esta recebeu a seguinte resposta:

"No que se refere ao item 2.5.5, sobre a documentação exigida pra comprovação da qualificação econômico-financeira, é necessário que a empresa demonstre a sua boa saúde financeira, e isto pode ser feito de duas maneiras:

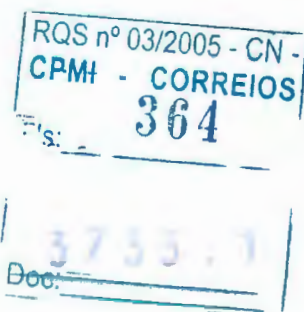
a) comprovando-se, de acordo com a fórmula ali apresentada, que os seus índices de liquidez geral e liquidez corrente sejam superiores a 1(um), ou

b) na impossibilidade dessa comprovação, de que possui capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

7. A elucidação fornecida pela Comissão de Licitação não dispensa a demonstração contábil do balanço patrimonial e diz respeito, tão somente, ao uma alternativa de comprovação caso os índices encontrados na mencionada DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL que acompanha, integra e instrui o balanço, sejam insatisfatórios. .

8. Assim, o demonstrado na consulta necessita - para que possa se fazer a opção apropriada para a empresa -, desta demonstração contábil. Pois, caso contrário não seria possível chegar aos índices de liquidez geral e liquidez corrente e conseqüentemente a comprovação neste caso do **capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo** de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com a rapidez exigida pelo certame.

9. Portanto, o Balanço Contábil apresentado por essa empresa é falho, incompleto e desconforme com a exigência do subitem 2.5.6, letra "b" e do art. 31, I, da Lei nº 8.666/93,
Rua 10, nº109, Ed. Gold Center, 1º andar, Setor Oeste, Fone: (062) 214-2477 e 214- 4
2488, Tele/Fax: (062) 214-2246 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020



RQS n° 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 365

da licitação. A publicação daquelas informações torna transparente a situação financeira, indicando ser boa ou má."

15. Daí a finalidade da norma legal acolhida no instrumento convocatório, quando determina que o balanço deve ser apresentado na forma da lei, requisito que inclui, pelo óbvio, os índices determinados no art. 31, §§ 1º e 5º, em defesa do interesse público tutelado no certame.

16. A respeito, é igualmente apropriada a advertência do prof. Marçal Justen Filho², ao justificar a exigência da lei de licitações, quanto à necessidade de demonstrações financeiras dos resultados obtidos no exercício:

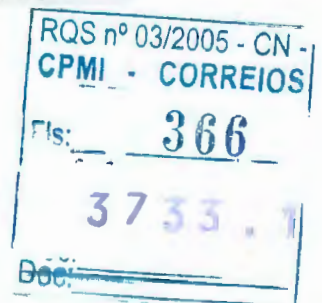
"A Administração Pública tem o poder-dever de examinar as demonstrações financeiras. Cabe-lhe verificar os documentos, inclusive para detectar eventuais vícios na sua elaboração, o que vulgarmente se chama "maquiagem do balanço". Isso se passa quando os critérios previstos no ato convocatório não poderiam ser preenchidos pelo interessado. A "maquiagem do balanço" consiste na alteração dos dados que serão utilizados nas fórmulas, para tornar mais atraente e favorável o resultado."

17. Continua o renomado Prof. Justen Filho no que trata dos critérios para avaliação econômico-financeira dos licitantes:

"O ato convocatório deverá prever os critérios para a avaliação da situação econômico-financeira do interessado. Não é suficiente exigir a apresentação das demonstrações contábeis. Como existem diversos critérios para definir a situação empresarial, a ausência de definição no conteúdo das demonstrações financeiras seria irrelevante, bastando sua exibição, ou a Administração Pública teria liberdade para determinar caso a caso o critério."

Na primeira hipótese, torna-se inútil a exigência da demonstração da qualificação econômico-financeira. Na Segunda, atribuir-se-ia discricionariedade no julgamento da licitação, o que é incompatível com todos os princípios

² - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 5ª edição, 1998, p. 318.



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 11.217

Rubrica

norteadores da matéria. Por isso, o § 5º estabelece que a comprovação da situação econômico-financeira será feita segundo critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório, cuja adoção deverá ter sido justificada na fase interna da licitação. Esses critérios são aqueles fornecidos pela Ciência da Contabilidade. Exteriorizam-se em fórmulas que, a partir dos dados contantes das demonstrações financeiras, fornecem conclusões acerca de sua situação de endividamento, disponibilidade financeira, etc.

18. A empresa 3M Comunicação apresentou Balanço incompleto, sem os índices que possibilitariam a verificação de sua capacidade financeira, infringindo o disposto no item 2.5.6, letra "a" do Edital e art. 31, § 5, da Lei nº 8.666/93, que exige, *verbis*:

"§ 5º - A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

19. Nesse mesmo sentido, em parecer do informativo ILC³, expõe Solange Afonso de Lima, advogada e consultora da renomada editora ZÊNITE, em judicioso entendimento:

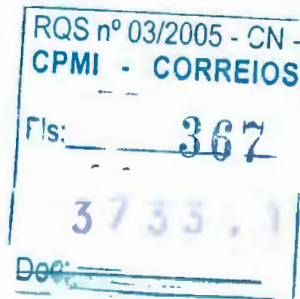
"Índices Contábeis:

Art. 31

§ 5º

Diante da expressa regra legal, tem-se por obrigatória a definição dos índices supramencionados, os quais devem guardar pertinência com o objeto licitado, a fim de se evitar discricionariedade no julgamento, sempre cuidando para não incorrer nas vedações impostas pelo dispositivo ora em comento."

³ - Informativo Licitações e Contratos, n.º 66, Agosto/99, Pág. 614



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 11.217

Rubrica

SECON

Fls. 133x

20.

Na mesma linha, Jessé Torres Pereira

Junior, aduz⁴:

" A Lei n.º 8.883/94 vedou expressamente índices de rentabilidade ou lucratividade. Assim, seriam índices econômico-financeiros autorizados pela lei a figurarem nos editais, entre outros:

a) liquidez corrente, que mede a solvência da empresa ... b) liquidez geral, que mede a capacidade da empresa para saldar suas dívidas a curto e logo prazos, fazendo uso de recursos disponíveis no ativo circulante e realizável a longo prazo ... c) endividamento, que indica o nível de comprometimento do capital próprio com o de terceiro ..."

21.

Impositiva, por tanto a exclusão da empresa do certame e a Comissão licitante, ainda que o quisesse, não poderia agir de outra forma, sob pena de macular irremissivelmente o certame com a nódoa da invalidade e, portanto, da nulidade.

II – O DIREITO

22.

A licitante **3M COMUNICAÇÃO (3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA)**, repita-se, descumpriu abertamente o Edital e a Lei de Licitações em aspectos absolutamente relevantes à HABILITAÇÃO no certame.

23.

A infringência ocorreu no que diz respeito à HABILITAÇÃO JURÍDICA, quanto a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA por não apresentar o cálculo dos índices. Requisitos cuja integral satisfação pelas licitantes é indispensável para a permanência no procedimento.

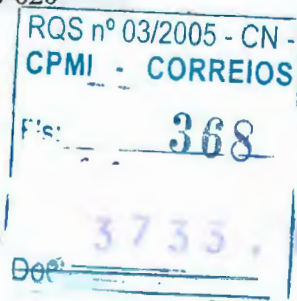
24.

No tocante à comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, requisito indisponível pela própria Administração licitante, já que é exigido pela Constituição Federal no art. 37, inc. XXI, e pela Lei de Licitações no art. 30 de seus parágrafos, de modo claro.

25.

A vinculação ao instrumento convocatório, princípio basilar às licitações, consagrado no art. 3º da Lei nº

⁴ Comentários 'a Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 4ª Edição, Editora Renovar, 1997, p.243:



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 11.217

SECOM

Fls. 1335

Rubrica

8.666/93, pela doutrina e torrencial pronunciamento jurisprudencial e absoluta ao impor a conduta adotada pela Comissão, acertadamente, registre-se ainda uma vez.

26. Lembre-se, também, quanto ao direito subjetivo público assegurado aos demais participantes de obediência aos princípios jurídicos que regem as licitações, notadamente a legalidade e a igualdade entre os licitantes, a respeito dos quais é objetiva a lição de Hely Lopes Meirelles⁵

"Daí a garantia constante do art. 4º da Lei 8.666/93 no sentido de que os participantes de licitação "têm o direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento". Muito embora dirigido aos órgão e entidades da Administração Federal, esse dispositivo enuncia uma norma geral, por decorrer do princípio da legalidade, imposto pelo Lei da Ação Popular como um dos fundamentos para a validade dos atos administrativos (Lei 4.717/65, art. 2º, "c", e § único, "c").

27. No mesmo sentido, ainda quanto à necessidade de absoluta vinculação aos termos do Edital por parte da Administração e dos licitantes, é paradigmática a sempre acolhida lição do já citado Mestre Hely Lopes Meirelles⁶:

"O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41).

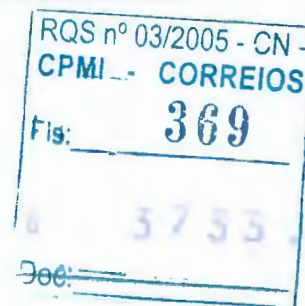
O que a administração e os proponentes não podem é descumprí-lo, exigindo ou considerando o que não foi pedido ou facultado aos licitantes. A documentação não pode conter menos do que foi solicitado, e as propostas não podem ofertar nem mais nem menos que o pedido ou permitido pelo edital."
(Destacou-se).

28. No mesmo sentido preconiza ainda o já citado juspublicista paranaense, professor Marçal Justen Filho⁷, em averbação que se ajusta com perfeição à situação jurídica *sub examen* no presente recurso administrativo, no tocante à obrigatoriedade de vinculação aos termos do Edital:

⁵ - Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 11ª edição, 1996, pag. 27.

⁶ - Ob. cit., pag. 31.

⁷ - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª edição, Dialética, 1998, p. 382.



Figueiredo & Figueiredo advogados

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 11.217

Rubrica

"Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia."

29.

Ao lidar com direitos subjetivos públicos constitucionalmente garantidos e consagrados no ordenamento – direito à legalidade (CF, 37, caput, Lei 8.666/93, art. 3º), à igualdade entre os licitantes (CF, art. 5º, 37, Lei 8.666/93, art. 3º) ao procedimento formal (CF, 37, inc. XXI, Lei 8.666/93, art. 4º, par. ún.) os responsáveis pelo procedimento licitatório ficam impedidos de dispensar a qualquer das licitantes faltosas requisitos exigidos de todos.

O PEDIDO


Ao teor do exposto, REQUER seja conhecido e improvido o recurso administrativo impugnado, em razão de sua absoluta total improcedência, considerando ainda os dispositivos legais e normativos infringidos pela recorrente **3M COMUNICAÇÃO (3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA)**, que exigem, de forma irremissível, sua exclusão do certame.

REQUER, ainda seja conhecido e provido o presente recurso administrativo hierárquico de IMPUGNAÇÃO, para manter a decisão da digna COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO que declarou INABILITADA a recorrente, no estrito cumprimento do Edital e da legislação pertinente, em benefício do interesse público e da legalidade do certame.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA

DEFERIMENTO.

Goiânia, 22 de outubro de 1999.


NELSON FIGUEIREDO

OAB/GO 10.950


PAMÔRA FIGUEIREDO

OAB/GO 18.237

Rua 10, nº109, Ed. Gold Center, 1º andar, Setor Oeste, Fone: (062) 214-2477 e 214- 10 2488, Tele/Fax: (062) 214-2246 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

370

Doc

NELSON FIGUEIREDO Assessoria e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo
OAB/GO 10.950

Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.418

Pamôra Figueiredo
OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Rubrica

OUTORGANTE (S):

TIARA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC(MF) sob o nº 00.368.020/0001-10, com sede na cidade de Goiânia-Go, à Rua 135, nº 378, Setor Marista, por sua representante legal ÂNGELA MARIA DE ALMEIDA FRAGA, brasileira, casada, empresária, residente à Rua T-37, nº 3577, apto. 501, Setor Bueno, nesta capital, portadora da CI nº 787.102 SSP/GO, CPF nº 166.379.091-49; e NETMÍDIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC(MF) sob o nº 00337800/0001-00, com sede em Goiânia-Go, à Av. T-10, nº 774, Sala 101, Setor Bueno, neste ato representada por seu sócio FLÁVIO THADEU WERNER CÂMARA, brasileiro, empresário, residente e domiciliado nesta capital, portador da CI nº 1214754 SSP/GO, CPF nº 239706181-34.

OUTORGADO (S):

DR NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, Advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; DRª LILIANE FIGUEIREDO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; DRª AMPARO M. S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 17.418, DRª PAMÔRA MARIZ SILVA DE FIGUEIREDO, brasileira, Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, com escritório profissional situado à Rua 10, nº 93, 2º andar, Sls. 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil e 70, art. 5º e seus parágrafos da Lei nº 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis em defesa dos direitos das empresas ou do consórcio que venham a constituir, na concorrência nº 001/99 da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS.

Goiânia - GO, 22 de setembro de 1999.

ÂNGELA MARIA DE ALMEIDA FRAGA

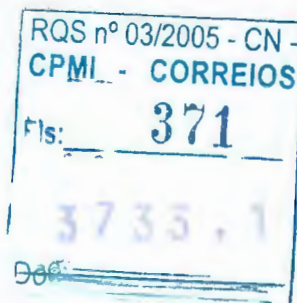
CPF N.º 166.379.091-49

FLAVIO THADEU WERNER CÂMARA

CPF N.º 239706181-34



Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, Sls 203/204 - Setor Oeste.
Tele/Fax: (062) 214-2246 e 214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020
Email: nelfig@internacional.com.br





FischerAméricaSetteGraal
Comunicação Total



Brasília, DF, 22 de outubro de 1999.

À
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DO ESTADO DE GOIÁS
A/C da Sra. Presidente da
Comissão Especial de Licitação
Dra. Leila Maria Cunha Prudente
Goiânia/GO

Concorrência nº 001/99

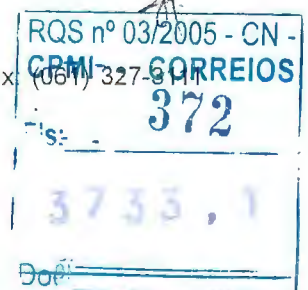
Senhora Presidente,

Pela presente, acusamos o recebimento dos recursos interpostos pelas agências **3M COMUNICAÇÃO** e **B&W3 PROPAGANDA**.

Através daqueles instrumentos tomamos conhecimento que era permitido às agências apresentar seu portfólio junto com sua proposta técnica, o que nos causou muita estranheza, pois o Edital não permitia essa oportunidade.

No nosso entendimento, o portfólio é peça da maior importância para demonstrarmos a qualidade dos trabalhos oferecidos aos nossos clientes. Nossos concorrentes tiveram a oportunidade de anexar seus portfólios, o que não nos foi possível fazer, o que, inevitavelmente, gera um prejuízo na avaliação da qualidade técnica de nossa agência.

Cabe ressaltar que, em nenhum momento, recebemos qualquer comunicado dessa Comissão informando, sequer, que as perguntas e respostas se encontravam à nossa disposição para consultas.





FischerAméricaSetteGraal

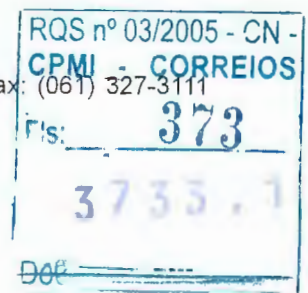
Comunicação Total



Pelo exposto, e principalmente para que se preserve o princípio da igualdade das condições de competição entre todas as licitantes, vimos respeitosamente pedir a **JUNTADA DE NOSSO PORTIFÓLIO ELETRÔNICO E DE PEÇAS GRÁFICAS** à nossa Proposta Técnica.

Certos do pronto atendimento ao nosso pleito porque inteiramente justo e aguardando orientação de como proceder, manifestamos mais uma vez nossa estima e respeito, e votos de um bom trabalho frente à Comissão Especial.

Halley Guedes Amaral
Procurador



Goiânia, 21 de Outubro de 1999.

Digníssima Senhora Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Comunicação social; do Estado de Goiás.
Dr.ª Leila Maria Cunha Prudente

A Órion Comunicação e Publicidade Ltda., pessoa jurídica de direito privado representada pelo seu diretor Marcos Antônio de Oliveira, vem respeitosamente, no interstício legal interpor o presente.

1ª- Equívoco da empresa B & W 3 Propaganda sobre a certidão de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica que ora se encontra em posse a Comissão de Licitação, devidamente reconhecida dentro do exigido.

2ª- Equívoco da Empresa B & W 3 Propaganda sobre as certidões Negativas 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual e Municipal - As Certidões exigidas no Edital estão devidamente corretas junto a Comissão de Licitação.

Atenciosamente.

Marcos Antônio de Oliveira

Órion Comunicação e Publicidade Ltda

Avenida Cristo Rei, Quadra 114, Lote 14, Setor Jaó. Goiânia – Goiás
Fone.: 204-1727

Goiânia, 21 de Outubro de 1999.

Digníssima Senhora Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Comunicação social; do Estado de Goiás.
Dr.^a Leila Maria Cunha Prudente

A Órion Comunicação e Publicidade Ltda., pessoa jurídica de direito privado representada pelo seu diretor Marcos Antônio de Oliveira, vem respeitosamente, no interstício legal interpor o presente.

1ª- Equívoco da empresa B & W 3 Propaganda sobre a certidão de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica que ora se encontra em posse a Comissão de Licitação, devidamente reconhecida dentro do exigido.

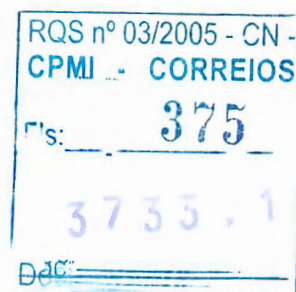
2ª- Equívoco da Empresa B & W 3 Propaganda sobre as certidões Negativas 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual e Municipal - As Certidões exigidas no Edital estão devidamente corretas junto a Comissão de Licitação.

Atenciosamente.

Marcos Antônio de Oliveira

Assinado eletronicamente por Marcos Antônio de Oliveira em 21/10/1999 às 14:14h

Avenida Cristo Rei, Quadra 114, Lote 14, Setor Jaó. Goiânia – Goiás
Fone.: 204-1727





**ILUSTRÍSSIMA SENHORA LEILA MARIA C. PRUDENTE
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO
DE GOIÁS - SECOM.**

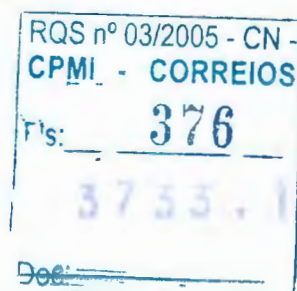
**"Certa gente fala mal dos outro, porque os outros têm o
que certa gente gostaria de ter.**

HENRY FIELDING (1707-1754), Joseph Andrews, IV, 6.

CONCORRÊNCIA n.º 001/99

**INTER GOIÁS COMUNICAÇÃO MARKETING E
REPRESENTAÇÕES LTDA.**, qualificada nos autos licitatórios de
numeração em epígrafe, representada neste ato por seu diretor
Geovane Diniz Gonçalves da Silva, vem, respeitosamente à
presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Constituição
Federal (art. 37, inciso XXI) e Lei das Licitações (8.666/93),
apresentar, como de fato apresenta, **IMPUGNAÇÃO ÀS
MANIFESTAÇÕES DA LICITANTE B & W 3 PROPAGANDA**,
pelos fatos e fundamentos jurídicos seguintes:

*Senhora Presidente, as manifestações da
impugnada, relativas à impugnante, são destituídos de uma
fundamentação jurídica ampla, tendo unicamente o escopo de*





tumultuar o processo licitatório, conforme demonstraremos a seguir:

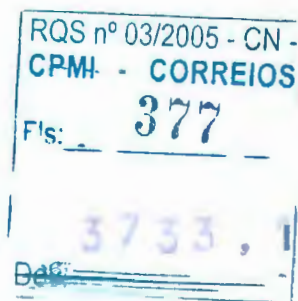
A impugnada afirmou que a impugnante merecia ser inabilitada vez que "não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal e Estadual, portanto não preencheu as exigências de prova da regularidade fiscal estabelecidas no subitem 2.5.2 do edital em pauta. Ainda, foi constatado que o balanço patrimonial e demonstrativo não tem assinatura dos sócios, conforme exigência legal, tendo somente do contador, o que é insuficiente."

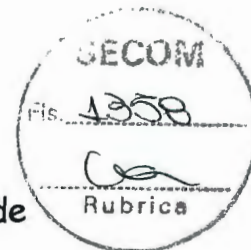
Vejamos o que determina a rubrica 2.5.2 do instrumento convocatório, referente aos documentos necessários para habilitação:

2.5.2 - "prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, através de certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, e da dívida ativa respectivas."

Não consta do item do item editalício supra que as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal e Estadual são os documentos hábeis a comprovar a regularidade fiscal junto àqueles órgãos. Os documentos necessários foram apresentados pela impugnante e constam dos autos licitatórios. Destarte, não houve descumprimento pela impugnante da referida rubrica do edital.

Inobstante, Senhora Presidente, é mister informar à impugnada que a Certidão do Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia é documento capaz de comprovar a inexistência de execuções fiscais movidas pelas Fazendas



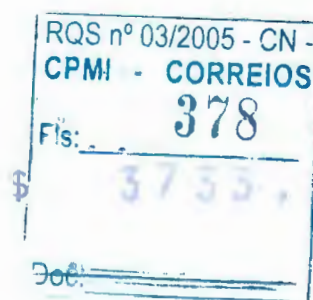


Públicas Estadual e Municipal, conforme disposição do Código de Organização Judiciária de Goiás.

Quanto à alegação de que o balanço patrimonial e demonstrativo apresentados pela impugnante não teriam a assinatura dos sócios, tendo somente do contador, o que seria insuficiente é totalmente improcedente, posto que o Superior Tribunal de Justiça em julgado recente afirmou em contrário, vejamos:

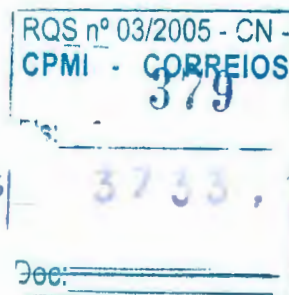
ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL -
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO -
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO -
VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E
DOS PARTICIPANTES - PRESSUPOSTOS
DE SUA MUTABILIDADE -
INOBSERVÂNCIA - MANDADO DE
SEGURANÇA CONCEDIDO - Não é
irregular, para fins de habilitação em
processo de licitação, o balanço que
contém a assinatura do contador, ao qual a
lei comete atribuições para produzir e
firmar documento de tal natureza, como
técnico especializado. Segurança concedida.
Decisão indiscrepante. (STJ - MS 5.601 - DF
- 1ª S. - Rel. Min. Demócrito Reinaldo -
Unânime - DJU 14.12.1998, p. 81)

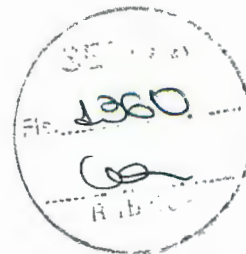
ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO -
HABILITAÇÃO - VINCULAÇÃO AO EDITAL
- MANDADO DE SEGURANÇA - 1 - A
interpretação das regras do edital de
procedimento licitatório não deve ser
restritiva. Desde que não possibilitem
qualquer prejuízo à administração e aos





interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo. 2 - O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal. 3 - Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do "ato constitutivo e suas alterações, devidamente registradas ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão...", é excessiva e sem fundamento legal a inabilitação de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento ser vago e impreciso. 4 - **Configura-se excesso de exigência, especialmente por a tanto não pedir o edital, inabilitar concorrente porque os administradores da licitante não assinaram em conjunto com os contadores o balanço da empresa.** 5 - Segurança concedida. (STJ - MS 5.779 - DF - 1ª S. - Rel. Min. José Delgado - Unânime - DJU 26.10.1998, p. 05)



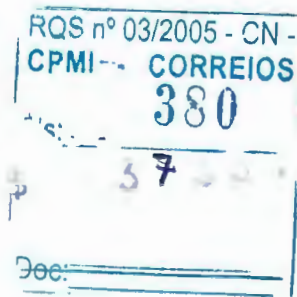


Além do que, Senhora Presidente, o balanço comercial da impugnante consta dos autos licitatórios, sendo cópia fiel do documento apresentado para registro na JUCEG, em 14/09/1998, sob o nº 522011519553, onde consta a assinatura do diretor da empresa impugnante.

MARÇAL JUSTEN FILHO, in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" - ed. Aide, 1ª edição, 1993, p.30 - ao comentar o art. 3º da nova Lei de Licitações, afirmou:

" No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas. A autoridade administrativa dispõe de faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrador e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão." (grifamos).

Portanto, caso esta Douta CPL entenda como válidos os argumentos da impugnada, estará desvirtuando os objetivos das licitações preconizados no art. 37, XXI, da Magna Carta de 1.998, e ratificados pelo art. 3º, caput, da Lei 8.666/93, eis:





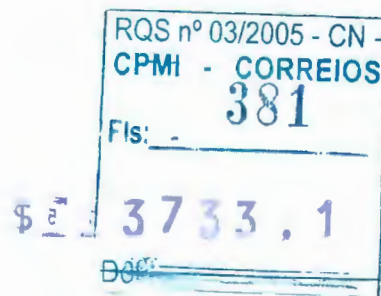
"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

O Estatuto das Licitações (Lei 8.666/93), no art. 4º estabelece que "todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º tem direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou a impedir a realização dos trabalhos", ou seja, é assegurado o direito a fiscalização e acompanhamento dos trabalhos licitatórios. É exercendo este direito que a impugnante pleiteia o fiel cumprimento da Lei de licitações.

As exigências indispensáveis a recorrente satisfaz, conforme comprovado. Exigir mais do que pede a lei é restringir o número de participantes na licitação. Isso a lei veda expressamente (parágrafo 1º, art. 3º, da Lei 8.666/93).

DAS ALEGAÇÕES DE NULIDADE

Também improcedem todas as alegações de vícios no procedimento licitatório em virtude de possível violação ao princípio da publicidade em razão de alteração no Edital, vez





que os argumentos apresentados pela impugnada não lograram qualquer fator que dificultasse a apresentação das propostas.

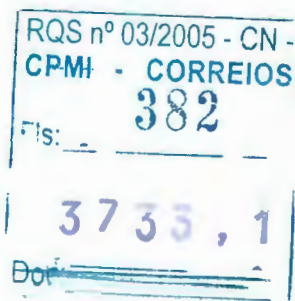
O § 4º, do art. 21, da Lei 8.666/93, estabelece: "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas."

Luiz Alberto Blanchet, na obra Licitação - Juruá, 3ª edição, p.183 - citando Lúcia Valle Figueiredo, sentencia:

"Ao dizermos que, depois de haver sido publicado, o edital é imutável, não pretendemos afirmar a impossibilidade de retificações ou correções. Estas poderão ser feitas, desde que o prazo mínimo estipulado em lei para a publicidade da licitação seja respeitado. As correções, se forem de pequena monta e irrelevantes quanto ao seu conteúdo, não implicam necessariamente que o prazo seja devolvido."

A licitação, como procedimento formal, é necessariamente vinculada à Lei 8.666/93. Nesse sentido o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, com muita propriedade sentenciou:

PROCEDIMENTO FORMAL, entretanto, não se confunde com "FORMALISMO", que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas



\$ 3733,1



propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais; não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes." (grifo nosso).

Nesse sentido, como a impugnada não logrou provar qualquer prejuízo na formulação das propostas ocasionadas pelas alterações editalícias, não deve ser anulada a licitação.

Ex positis, REQUER SEJAM AS MANIFESTAÇÕES DA IMPUGNADA JULGADAS IMPROCEDENTES, VEZ QUE TOTALMENTE DESTITUÍDOS DE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, PARA OS FINS DE MISTER.

Termos em que,

P. deferimento.

Goiânia, 19 de OUTUBRO de 1999.


INTER GOIÁS COMUNICAÇÃO MARKETING E REPRESENTAÇÕES LTDA

(INTER VIRTUAL)

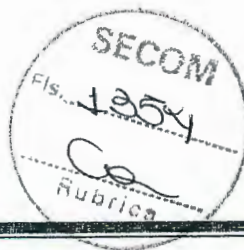
GEOVANE DINIZ GONÇALVES DA SILVA

Presidente


César Augusto Silva Moraes

OAB/GO 13.050





GOVERNO DA
CIDADE DE
GOIÂNIA

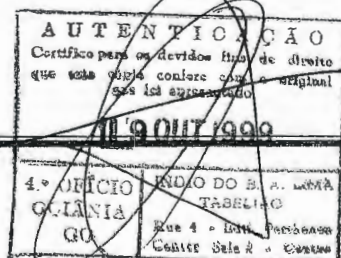
PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
LOJA DE ATENDIMENTO MÚLTIPLO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a "Certidão de Tributos Declarados", de nº. 168.880-4 emitida em 06/09/99, engloba os tributos de ISS, TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO e de LOCALIZAÇÃO e TAXAS DE EXPEDIENTES, relativos a Tributos Declarados, inclusive na DIVIDA ATIVA, estando sub-judice, conforme Lei 5040 de 20.11.75, consolidada.

LOJA DE ATENDIMENTO MÚLTIPLO – CENTRO,
aos 06 dias do mês de setembro de 1999.


MARIA DE FÁTIMA LOPES DE MELO
GERENTE



CÓD. 14.775-3

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 384

3733.1

Dec:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

1355
Ca

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, e em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas gerais de Licitação, que a CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA expedida pelo órgão competente da Secretaria da Fazenda, a Divisão de Dívida Ativa, órgão hierarquicamente subordinado à este Conselho Administrativo Tributário, refere-se a todos os tributos estaduais, incluídos, além dos impostos, as taxas e as contribuições de natureza tributária, e também aos débitos de natureza não-tributária, constituindo prova de quitação para com a Fazenda Pública Estadual, nos termos do artigo 205 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Goiânia, 20 de Abril de 1999

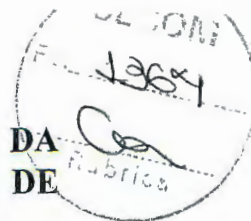
SANDRA MÁRCIA MENDONÇA DE PAULA

Assessora Jurídica

DECLARAÇÃO	
Declaramos para os devidos fins de direito que esta certidão contém com o original que foi apresentado	
11/9 OUT 1999	
SECRETARIA DA FAZENDA	UNIDADE DO B. S. MMA
GOIÂNIA	TRIBUTÁRIO
GO	Ass. S. - Edm. Fomlecova
	Coord. S. S. - D. S. S.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 385
\$ 3733,1
Doc

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA PRESIDENTE DA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE
ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM**



Processo : 17378885/99
Concorrência: 001/99 (Fase de Habilitação)
Recorrente : B & W 3 PROPAGANDA
Recorrido : MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING
LTDA.

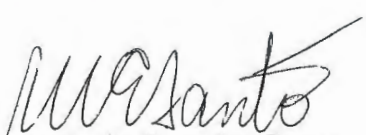
Senhora Presidente

**MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO
E MARKETING LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CGC(MF)
nº 37.825.916/0001-90, com sede à rua 18 nº 110, Edif. Business Center,
5º andar, salas 506/507, S. Oeste, nesta Capital, legalmente representada
pelo sócio **MARCO ANTÔNIO CHUAHY**, brasileiro, casado,
empresário, C. I. nº 4.488.807/2ª via - SSP/SP, CPF(MF) nº 564.369.478-
68, membro do Consórcio **MULTI GOIÁS**, por sua procuradora
legalmente constituída, a advogada que *in fine* subscreve, vem perante V.
Exª., atempadamente, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e
alterações posteriores, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao RECURSO
ADMINISTRATIVO interposto por **B & W 3 PROPAGANDA**,
requerendo que a mesma seja recebida e processada em conformidade com
a legislação específica que rege a matéria.

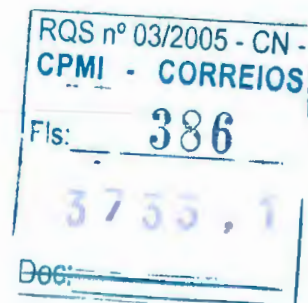
Atenciosamente

Goiânia, 26 de outubro de 1999.

Recebi em
25.10.99
um Beiseiro


Margareth do Espírito Santo
OAB-GO 10436

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215 2115 215 2117 215 2849



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA PRESIDENTE DA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA
ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM**

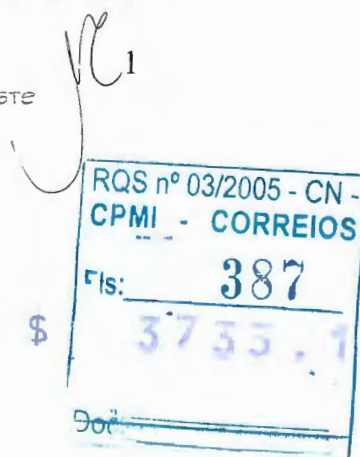


Processo : 17378885
Concorrência: 001/99 (Fase de Habilitação)
Recorrente : B & W 3 PROPAGANDA
Recorrido: MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING
LTDA.

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO

E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CGC(MF) nº 37.825.916/0001-90, com sede à rua 18 nº 110, Edif. Business Center, 5º andar, salas 506/507, S. Oeste, nesta Capital, legalmente representada pelo sócio **MARCO ANTÔNIO CHUAHY**, brasileiro, casado, empresário, C. I. nº 4.488.807/2ª via - SSP/SP, CPF(MF) nº 564.369.478-68 (doc. 1), membro do Consórcio **MULTI GOIÁS** (doc. 2), por sua procuradora legalmente constituída, a advogada que *in fine* subscreve (doc. 3), com escritório profissional à Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, sala 504, S. Oeste, neste Município, onde receberá as intimações de estilo, vem a presença de V. Exª., com o respeito e acatamento devidos, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, **IMPUGNAR** o RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto por **B & W 3**

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74.20-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 25.2115/25.2117/25.2849



PROPAGANDA, pelas razões de fato e de direito em decorrimento a seguir.



I - SÚMULA DA CONTENDA

Através de Edital nº 001/99, tendo por modalidade a CONCORRÊNCIA, tipo MELHOR TÉCNICA, a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, abriu processo licitatório para a contratação de Agências de Publicidade, visando a prestação de serviços de divulgação e publicidade das atividades desenvolvidas pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

No dia e horário estabelecidos no instrumento convocatório para a entrega dos "Documentos de Habilitação", "Proposta Técnica" e Proposta de Preços" compareceram 15 (quinze) proponentes.

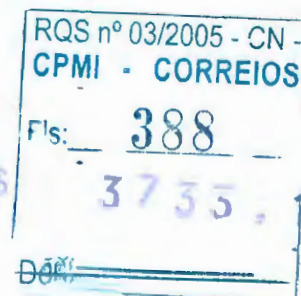
Em seguida, a Comissão julgou habilitados 14 (quatorze) certamistas, em decorrência de análise da documentação habilitatória.

Após a divulgação oficial do resultado dessa fase, o Recorrente inconformado com a decisão devidamente lavrada em Ata, interpôs Recurso Administrativo, sob a alegação de descumprimento por parte da Recorrida, do subitem 2.5.2 da norma editalícia.

III - PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2151/215.2117/215.2849

2





Ao intentar o mencionado Recurso Administrativo, a Recorrente atacou a decisão da insigne Comissão que julgou habilitadas para o certame, entre outras empresas, a Recorrida, MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., que não participa do processo licitatório enquanto ente único (doc. 2).

A bem da verdade e da justiça, a Recorrida é parte integrante do Consórcio **MULTI GOIÁS**, único detentor de legitimidade para responder administrativa e judicialmente qualquer questionamento referente à licitação *in quaestio*.

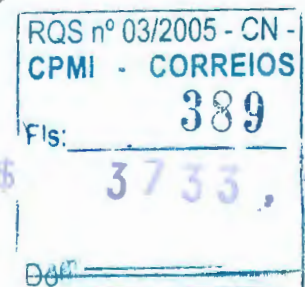
Posto isto, em assim sendo, devido a ilegitimidade passiva *ad causam*, deverá ser excluída da contenda, arquivando-se a peça recursal, sem julgamento do mérito quanto a Recorrida **MULTIPROPANDA**, por ser *conditio legis*.

III - AS CONTRADIÇÕES DO RECURSO E SUA INVIABILIDADE JURÍDICA

A palavra **licitação**, segundo Carlos Leopoldo Dayrell, *in* Licitações na Administração Pública, origina-se do verbo latino *liceor, eris, eri, citus sum*. Em sua análise, Ernesto Faria classifica o verbo como depoente intransitivo e transitivo, a comportar diversificada interpretação.

A primeira, como verbo intransitivo empregado em sentido próprio, significa licitar, cobrir o lance, arrematar em leilão (*cessar, Belbune Gallicum*, 1, 18, 3); a segunda com verbo

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2115/215.2117/215.2849



transitivo usado também em sentido próprio, que traduz-se em arrematar em leilão (Cícero, *Epistolae ad atticum*, 12, 38, 4), e, por fim, com emprego em sentido figurado, correspondendo a avaliar, estimar (Plínio, o velho, *História Natural*, 14, 141).



Para Celso Antônio Bandeira de Mello, licitação é “o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipulada previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.”

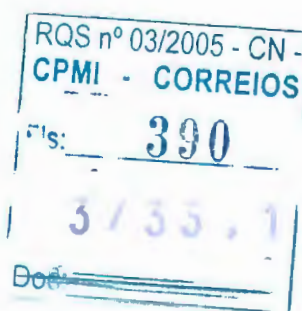
No Brasil, não fogem ao conteúdo da conceituação citada, mestres dos mais diversos e renomados, como o saudoso Hely Lopes Meirelles, Seabra Fagundes, Adilson Abreu Dalari e muitos outros.

Em uma incursão pelos ditames constitucionais e pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação é o procedimento administrativo seletivo pelo qual a administração pública, garantindo a observância do princípio constitucional de isonomia, edita condições, recebe propostas e, julgando-as mediante critério objetivo previamente estabelecido, **escolhe a proposta mais vantajosa.**

O artigo 3º, do referenciado instituto legal, estabelece os princípios básicos do processo licitatório em seu cânon, *ad litteram*:

Rua 13 - 1º Andar, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74.200-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2115 215.2117 215.2849

4





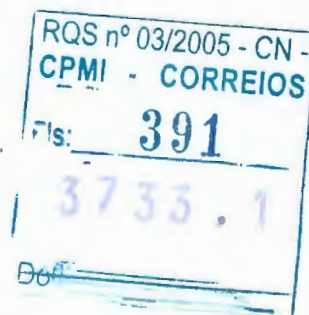
“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa para a administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.” (O negrito não consta na origem).

Após este singelo histórico conceitual e nominação dos princípios básicos da licitação, torna-se luminiscente que o comportamento da Comissão Especial de Licitação é inatacável, posto que, os procedimentos administrativos foram revestidos de todas as formalidades legais, em estrita observância ao instrumento basilar da licitação, e, sobretudo, aos preceitos estabelecidos pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Desta forma, carece de fundamentação jurídica e lógica a afirmativa em petítório da Recorrente, ao dizer que a Recorrida não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual, descumprindo, por decorrência, o subitem 2.5.2 do instrumento convocatório.

Rua 13 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74-20-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2115/215.2117/215.2849

5





Para confirmar a esterilidade de suas argumentações, basta um mínimo de conhecimento forense, pois a Certidão expedida pelo Cartório Distribuidor dos Feitos Cíveis da Comarca de Goiânia, juntada pela Recorrida, acusa também a existência de ações em tramitação perante as Varas das Fazendas Públicas Estadual e Municipal, conforme atesta o próprio distribuidor (doc.4).

Assim, não configura-se em hipótese alguma a inobservância de qualquer ordenamento contido no Edital, muito menos quanto ao subitem 2.5.2, já que a Recorrida apresentou o documento hábil e legal, que retrata a situação de qualquer pessoa jurídica ou física perante as referidas Varas Especializadas, nos termos da Certidão fornecida pelo Cartório competente (doc. 4).

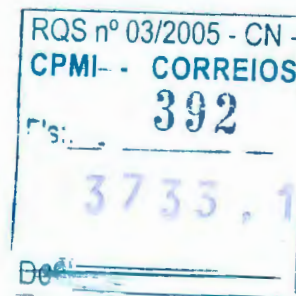
Apenas para informação, que consubstancia o alegado, basta verificar que a Certidão Negativa do Cartório Distribuidor apresentada pela Recorrida na fase de habilitação, corresponde ao estampado nas Certidões das Varas das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais (docs. 5 *usque* 8).

Desta forma, não havia a mínima imperatividade da Recorrida apresentar Certidões específicas das Varas nominadas, posto que a Certidão do Distribuidor reflete os processos das Varas das Fazendas Públicas.

Ao que parece, a atitude da Recorrente, em dar interpretação inverossímil e distorcida dos fatos e conceitos da licitação, tentando inclusive mudar os rumos do processo legal, visa simplesmente eliminar o princípio constitucional e basilar da

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2115, 215.2117, 215.2849

6



competitividade, afrontando a quiddidade do art. 37, inciso XXI, da CF/88, regulamentado pelo *Codex* das Licitações, art. 3º.



Na esteira desta linha de raciocínio, basta uma singela ilação lógica. Se existem 14 (quinze) habilitados, eliminando-se nove (9) concorrentes, permanecendo apenas cinco (5), as possibilidades dos remanescentes, após as fase subsequentes, de abocanharem no mínimo um grupo de contas torna-se imensamente paupável.

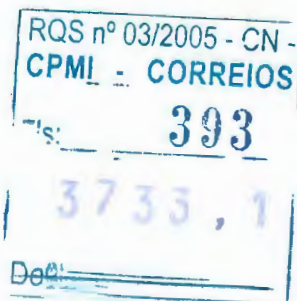
Este raciocínio em desenvolvimento encontra seu suporte nos próprios autos da licitação.

Ao compulsá-los, constata-se que estranhamente a Recorrente poupou as empresas CANNES (não apresentou as Certidões específicas das Varas das Fazendas Estadual e Municipal - fls. 989 a 992, fls. 994, fls. 1.011 a 1.013 e fls. 1.030 a 1.034); TTA (somente da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal - fls. 1.054 a 1.059 e fls. 1.069/70); FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL (nenhuma Certidão de Vara da Fazenda Pública - fls. 503 e 504, fls. 510 a 517, embora existam no DF oito (8) Varas - doc.9).

Por fim, seria bizarro se não configurasse litigância de má-fé (art. 17, inciso II e VI, CPC), o fato da Recorrente arvorar-se em guardiã da lei, apontando como irregular a documentação da Recorrida, reclamando a ausência das Certidões das Varas das Fazendas Públicas Estadual, enquanto ela mesma não apresentou, embora exista na estrutura do Poder Judiciário do domicílio da Recorrente duas (2) Varas de Fazenda Pública (doc. 10).

Rua 13 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74.20-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 2525.2527 252849

7





Ab absurdo, mesmo à primeira vista inacreditável, basta uma conferência nos autos do procedimento licitatório para comprovar que a Recorrente **B & W 3 PROPAGANDA**, em seu acervo documental habilitatório, notadamente quanto às Certidões, carreou: Receita Federal (fls. 459 - expedida pelo MFAZ), Negativa Dívida Ativa União (fls. 460 - da lavra da Procuradoria da Fazenda Nacional), Negativa de ICMS nº 12167/1999 (fls. 461 - emitida pela SEFAZ), Negativa de Dívida Ativa Estadual nº 724/199 (fls. 462 - Procuradoria Geral do Estado), Certidão nº 01120/99-07 (fls. 463 - Sec. Munic. Planej. e Finaças), Negativa da Dívida Ativa Municipal (fls. 464 - Deptº. de Arrecadação) e Negativa do Distribuidor dos Feitos Cíveis e Criminais (fls. 477).

Não cumpriu o que exige dos Recorridos, ou seja, a sua interpretação equivocada do subitem 2.5.2 prevalece apenas para os seus concorrentes, já que nada impediu a Recorrente de apresentar os documentos que tanto reclama de outros certamistas (doc. 10).

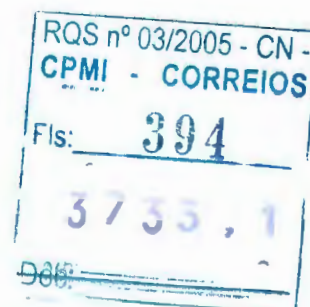
Preferiu, arditosamente, adotar a postura dos espertalhões, prescrita em velho e ultrapassado adágio popular: “Faze o que digo (e) não o que faço”.

É o chamado *improbus litigator*, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando a sua conclusão.

Em sua postura denunciadora infundada, a Recorrente apenas confessa total desconhecimento dos princípios ordenadores do procedimento licitatório, distanciando-se essencialmente

Rua 13 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74.20-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215.2115/215.2117 215.2849

8



do princípio da razoabilidade e do interesse público, os quais devem nortear as decisões do Administrador Público, como o demonstra a sabedoria do legislador Constituinte do Estado de São Paulo, ao constar em sua Constituição, especificamente no art. 111, *ipsis verbis*:



“Art. 111. A Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Estado, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, **razoabilidade**, finalidade, motivação e interesse público.” (O destaque não é da origem)

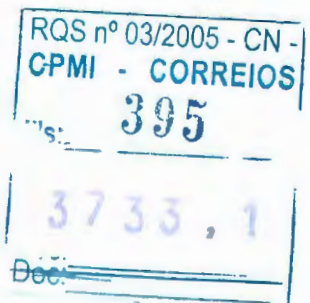
A jurista Maria Paula Dallario Bucci, dentre outros, aponta o princípio da razoabilidade como grande apoiador da legalidade, em abordagem jurídico-científica:

“A doutrina já desenvolveu e aprofundou o significado do princípio jurídico da razoabilidade, que possui importância e não pode ser ignorado pelo aplicador e pelo intérprete das normas.

*Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício da discricionariedade, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro **que não serão apenas inconvenientes mas também ilegítimas - e portanto jurisdicionalmente invalidáveis - as condutas***

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-Goiás
Telex: (62) 215.2115/215.2117 215.2849

9





desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da Lei atributiva da discricção almejada.

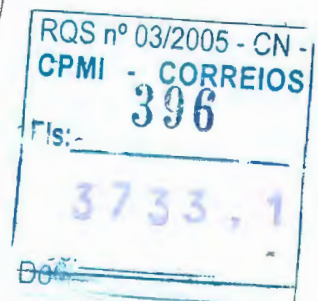
O princípio da razoabilidade, na origem, mais que um princípio jurídico é uma diretriz de senso comum ou, mais exatamente, de bom senso, aplicada ao direito.

Esse bom senso jurídico se faz necessário à medida que as exigências formais que decorrem do princípio da legalidade, tendem a reforçar mais o texto das normas, a palavra da Lei, que o seu espírito. A razoabilidade formulada como princípio jurídico, ou como diretriz de interpretação das Leis e atos da Administração, é uma orientação que se contrapõe ao formalismo vazio, a mera observância dos aspectos exteriores da Lei, formalismo este que descaracteriza o sentido finalístico do direito.

A invocação do princípio da razoabilidade é, portanto, um chamado à razão, para que os produtores da Lei e seus aplicadores não desviem dos valores e interesses maiores protegidos pela Constituição, mesmo quando aparentemente estejam agindo nos limites da legalidade".¹ (O realce não compõe a fonte)

Após a brilhante elucidação da renomada jurista citada, não pode subsistir qualquer dúvida quanto a acertada, justa e legítima decisão da Comissão Especial de Licitação da SECOM em considerar o Consórcio **MULTI GOIÁS**, que tem como um dos integrantes

¹ BUCCI, Maria Paula Dallario. Princípio da razoabilidade em apoio à legalidade. Cadernos de direito constitucional e ciência política. n. 16. revista dos tribunais. S. Paulo, 1996, p. 173, transcrito no Boletim de Licitações e Contratos, NDJ, ano XI, n. 7, julho 1998, p. 335 e 336.



a Recorrida, **MULTIPROPAGANDA**, habilitada para participar da próxima fase do certame.



Até porque, ressalta-se mais uma vez, a Certidão do Distribuidor colacionada aos autos da licitação pela Recorrida, preenche os requisitos do subitem 2.5.2 da norma editalícia, nos moldes da confirmação especificada e certificada pelo mesmo Cartório Distribuidor (doc. 4).

Seria, portanto, atender interesses comerciais escusos acatar o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente, que não cumpriu o que condena.

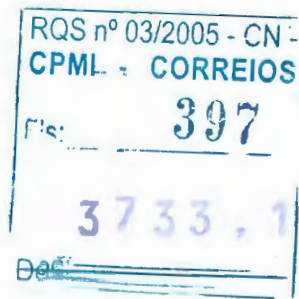
Apenas para ilustrar o propósito da Recorrente em burlar a licitação, pretendendo restringir ilícitamente a competitividade, através de medida recursal incabível, de cunho protelatório e tumultuador, basta apreciar a sua alegação de que a certamista Verbo Comunicação deveria ter sido inabilitada por ser parte em Ação Civil Pública em seu desfavor, tramitando na 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

Ora, evidente que a Recorrente além da postura enganosa, ainda ousou assumir o papel que cabe ao Poder Judiciário, emitindo um juízo de condenação da também Recorrida Verbo Comunicação, e mais, aplicando a penalidade, contrariando frontalmente a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LVII, que em síntese estabelece que a culpa ou a responsabilidade por algum ilícito somente se materializa após sentença judicial condenatória transitada em julgado.

IV - CONCLUSÃO E REQUERIMENTO

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
7420-080 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 215 2115 215.2117 215.2849

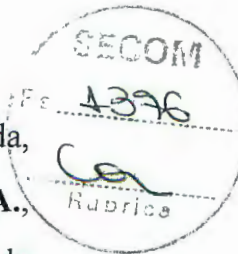
11



Por todo o demonstrado, estando a Recorrida,

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.,

em estrita sintonia com os princípios regentes da norma editalícia da Concorrência nº 001/99 e a decisão da Comissão Especial de Licitação em perfeita observância aos ditames legais, corroborada pela doutrina e jurisprudência, *requer*:



1. Preliminar:

O acatamento da ilegitimidade passiva *ad causam* da Recorrida, que deverá ser excluída da contenda, arquivando-se a peça recursal, sem julgamento do mérito quanto a mesma.

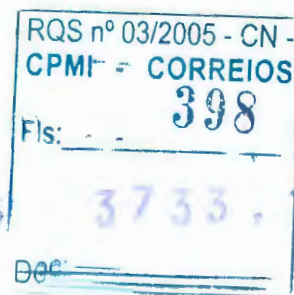
2. Mérito:

a) o não acolhimento do presente Recurso Administrativo, porquanto o seu caráter meramente procrastinatório;

b) caso conhecido, o seu total improvimento, devido a alegações desprovidas de verossimilhança e destituídas de suporte legal, além do objetivo protelatório, devendo ser ratificada a decisão que julgou habilitada a Recorrida **MULTIPROPAGANDA** na primeira fase do certame, prosseguindo-se a concorrência, com o total desprezo da estratégia alarmista da

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia - Goiás
Telefax: (62) 215.2115/215.2117/215.2849

12



Recorrente, que insiste em enxergar vício insanável inexistente. *CAECUS NON JUDICAT DE COLORE*.



c) embora a interposição de Recursos esteja prevista na *verba legis*, não há ordenamento legal que autorize o seu uso como instrumento meramente protelatório, ou como apanágio para dar interpretação inverossímil e distorcida dos fatos e conceitos da licitação, tentando inclusive mudar os rumos do processo legal, para impor a prevalência de interesses comerciais, em detrimento da lei. Essa conduta enseja o veredicto e penalidade por litigância de má-fé, nos moldes da legislação, mesmo que aplicada por analogia.

Posto isto, aguarda a procedência da presente *IMPUGNAÇÃO*, por refletir os postulados da natureza jurídica do instituto da licitação.

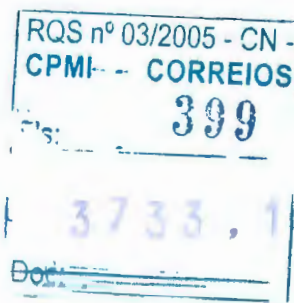
P. deferimento.

Goiânia, 26 de outubro de 1999.


Margareth do Espírito Santo
OAB-GO 10436

Rua 13 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74120-080 - Goiânia-Goias
Telefax: (62) 215.2115/215.2117/215.2849

13



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI...CORREIOS

Unidade: 400

\$ 3733,1

Doc: _____

1380
Ca
Rubrica
DOC-2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

1. **MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, com sede em Goiânia, Goiás, na Rua 18, nº 110, salas 506/7, Setor Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº 37.825.916/0001-90, neste ato representada pelo seu sócio **Marco Antônio Chuahy**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.488.807 SSP/SP e do CPF 564.369.478-68, doravante denominada **MULTIPROPAGANDA**; e

2. **D&M COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SRTV Sul, Quadra 701, cj. E, Bloco 01, Ed. Palácio do Rádio I, 1º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.719.250/0001-01, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Paulo Cabral Júnior**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade RG nº M 1067202 SSP-MG e do CIC nº 008.684.186-68, e pelo seu Vice-Presidente, Sr. **Fernando Antônio Cabral de Araújo**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade RG nº 398070 SSP-DF e do CIC nº 186.415.551-53, doravante denominada **D&M**;

doravante denominadas, individualmente, **Consoiciada e**, conjuntamente, **Consoiciadas**;

CONSIDERANDO

QUE o Governo do Estado de Goiás tornou público, através de **Edital de Concorrência 001/99**, que se encontra aberta concorrência para contratação de serviços de publicidade;

QUE as **Consoiciadas** têm interesse em associar-se para participar do processo licitatório descrito no **Edital**, como etapa preliminar de uma futura sociedade, visando a prestação de serviços de publicidade, conforme especificações constantes do Edital, inclusive, estudo, planejamento, criação, produção, distribuição, veiculação e controle dos serviços de divulgação e publicidade dos programas e campanhas promocionais e/ou institucionais das linhas sobre atividades dos órgãos entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, de acordo com a ação administrativa do Governo do Estado de Goiás, sob orientação e aprovação da SECOM;

Certifico por meio do presente que a
fotocópia conferida com o documento
apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)
Escrevente Autorizado
26 OUT. 1999
1º Tab. João Teixeira Alvares
Goiânia - GO Pâmara A. C. Teixeira
Tabellão

RQS nº 03/2005 - CN -
PMI - CORREIOS
401
3733



RESOLVEM, por este instrumento, unir seus contingentes e recursos técnicos, econômicos e financeiros, através de um Compromisso de Consórcio, que fica formado pelo presente e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, que as **Conso**rciadas, desde já, mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

1. OBJETO

O objeto do Compromisso de Consórcio consiste em apresentar as suas propostas para a Concorrência 001/99, do Governo do Estado de Goiás, para a contratação de serviços de publicidade (a **Licitação**) e, constituir consórcio (o **Consórcio**), o qual celebrará o contrato dela decorrente (o **Contrato**), para prestar o serviço que será executado pelo **Consórcio**, segundo as obrigações e responsabilidades por ele definidas.

Os representantes das **Conso**rciadas estão devidamente autorizados a constituírem este Compromisso de Consórcio e o **Consórcio**, na forma de seus contratos sociais e respectivos instrumentos de mandato.

2. DENOMINAÇÃO E SEDE

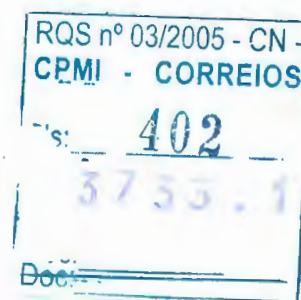
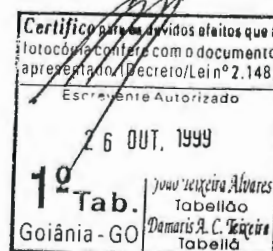
O Consórcio usará única e exclusivamente a denominação "**Consórcio MULTI GOIÁS**", e terá sede em Goiânia, Goiás.

3. DURAÇÃO

O Compromisso de Consórcio terá seu prazo de duração limitado ao encerramento definitivo da **Licitação**. Se vitorioso o **Consórcio MULTI GOIÁS** terá, então, a sua constituição efetivada.

4. PERSONALIDADE JURÍDICA

O Compromisso de Consórcio ou o **Consórcio** não terão características de sociedade, nem civil, nem comercial, não se constituindo, portanto, em qualquer pessoa jurídica nova, distinta daquelas firmas que o constituem, devendo ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para a participação da **Licitação**.





5. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Pelo presente instrumento, cada **Consortiada** declara que assume responsabilidade solidária em relação à outra, pelos atos praticados pelo Compromisso de Consórcio na fase licitatória e na fase executória do **Contrato**. Fica entendido que esta responsabilidade solidária está limitada à reivindicações apresentadas pelo **Poder Concedente** e em relação ao disposto no **Edital**.

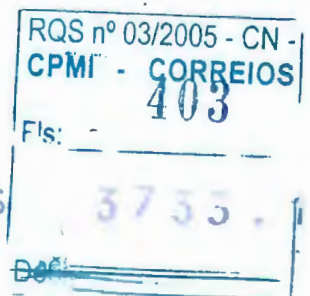
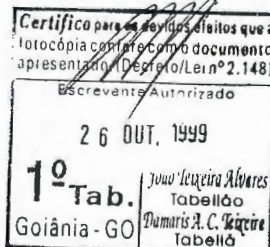
6. LIDERANÇA

O Compromisso de Consórcio é composto pelas partes integrantes deste contrato e a sua liderança ficará a cargo da **MULTIPROPAGANDA**, assumindo todas as obrigações resultantes de tal condição e todas as responsabilidades previstas no **Edital**, tendo amplos poderes para representar as **Consortiadas** na **Licitação**, no **Consórcio** e no **Contrato**, em especial para receber pagamento, dar quitação, transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente e em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação, bem como proceder aos demais atos necessários à execução do **Contrato**.

7. REPRESENTAÇÃO

A **MULTIPROPAGANDA**, na qualidade de empresa líder, representará, com exclusividade, as **Consortiadas**, no decorrer do procedimento administrativo licitatório, ficando-lhe desde já conferidos os mais amplos poderes para o exercício desta representação, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas **Consortiadas**, sem prejuízo da responsabilidade solidária das **Consortiadas**, tanto na licitação, quanto na execução do **Contrato**.

A **MULTIPROPAGANDA** desde já indica como representantes legal o Sr. **Marco Antônio Chuahy**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, portador da Carteira de Identidade RG 4.488.807 SSP/SP e do CPF nº 564.369.478-68;





8. PARTICIPAÇÃO

8.1. A participação percentual das Consorciadas no Consórcio, será efetuada da seguinte forma:

- (a) **MULTIPROPAGANDA** - 50% (cinquenta por cento)
- (b) **D&M COMUNICAÇÃO** - 50% (cinquenta por cento);

9. ALTERAÇÃO

As **Consoiciadas** declaram expressamente que não alterarão a constituição e a composição do Compromisso de Consórcio até a assinatura do **Contrato**, salvo com a concordância expressa do **Poder Concedente** e no interesse maior dos serviços.

As **Consoiciadas** não se constituem, nem se constituirão, para os fins do Compromisso de Consórcio, em forma jurídica autônoma e não adotarão denominação própria, diferente da dos seus integrantes.

10. CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO

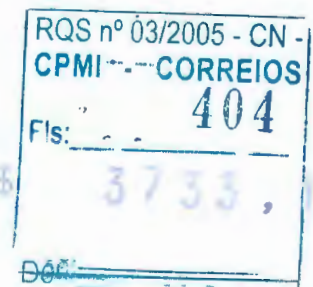
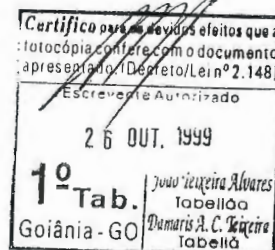
As **Consoiciadas** se comprometem a constituir o **Consórcio**, de acordo com os requisitos estabelecidos no **Edital**, a qual celebrará o **Contrato** com o **Poder Concedente**, para a execução dos serviços objeto da concessão, conforme previsão no **Edital**.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

As **Consoiciadas** comprometem-se a fazer com que o **Consórcio** assine e cumpra os termos do **Contrato**.

12. ACEITAÇÃO

As **Consoiciadas** declaram estar de acordo com os termos aqui enunciados e firmam o presente Instrumento, que passa a ter validade desta data, até a assinatura do **Contrato**.





13. FORO

Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente instrumento fica eleito o Foro de Goiânia, Goiás, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, e ASSINAM o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Goiânia, 27 de Setembro de 1999.

1º Tab.
MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
Marco Antonio Chuahy
D&M COMUNICAÇÃO LTDA.
Paulo Cabral Júnior
Fernando Antônio Cabral de Araújo

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL 12.101 BL. 02, CJA. 24 - TERCEI
ED. 48513 - CASTELHANO - BRASÍLIA - DF
DOC/RF 003612/92 134-80

RECONHEÇO e dou fei por SEMELHANÇA a(s)
firmas(s) de:
0036474-PAULO CABRAL JÚNIOR
0036704-FERNANDO ANTÔNIO CABRAL DE
ARAÚJO.

Em testemunha da verdade
BRASÍLIA, 27 de Setembro de 1999.

GOIAMO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RENQUES ALVES SOUZA - TABELIAO
RITA OLIVEIRA R. P. PAES - TABELIAO
GUILHERMO A. DA SILVA - TABELIAO

TABELIONATO DE NOTAS **1º** CARTÓRIO **Teixeira Neto**
RECONHECIMENTO
Reconheço, por semelhança a(s) assinatura(s) de
MARCO ANTONIO CHUAHY
analogas(s) a(s) constante de meu arquivo. Dou fei
Goiânia, 29 de 09 de 1999
Em testemunha da verdade.
JURANDIR BATISTA DE SOUZA-ESC. AUT. ☐
ANTÔNIO DA COSTA R. NETO-ESC. AUT. ☐

Certifico que os dados e efeitos que a
autocópia possui com o documento
presentado. (Decreto/Lei nº 2.148)
Escritante Autorizado
26 OUT, 1999
1º Tab. João Teixeira Alvaes
Tabelião
Goiânia - GO Damaris A.C. Teixeira
Tabelião

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
405
Fis: 3733,1

Espírito Santo Advogados

PROCURAÇÃO



DOC. 3

OUTORGANTE

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CGC(MF) nº 37.825.916/0001-90, com sede à rua 18 nº 110, Edif. Business Center, 5º andar, salas 506/507, S. Oeste, nesta Capital, neste ato representada pelo sócio **MARCO ANTÔNIO CHUAHY**, brasileiro, casado, empresário, C. I. nº 4.488.807/2ª via - SSP/SP, CPF(MF) nº 564.369.478-68, residente e domiciliado à Av. T-4 nº 802, aptº 202, Edif. Las Vegas, S. Bueno, Goiânia -GO.

OUTORGADO

MARGARETH DO ESPÍRITO SANTO, brasileira, solteira, inscrita na OAB-GO sob o nº 10.436, com escritório profissional à Rua 18 nº 110, Edifício Business Center, sala 504, S. Oeste, Goiânia - GO, onde receberá as intimações de estilo.

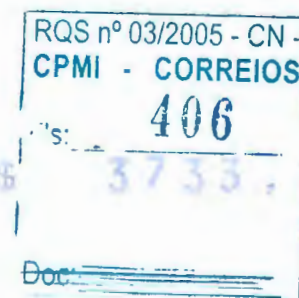
PODERES

Representar ou defender os interesses do outorgante em Instância Administrativa, podendo a mandatária praticar todos os atos necessários ao desenvolvimento da representação processual administrativa perante a Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM, por mais especial que seja, sem reserva, outorgando-lhe, para tanto, os poderes *ad judicia* e os da ressalva do art. 38 do Código de Processo Civil, além da capacidade para substabelecer.

Goiânia, 26 de outubro de 1999.

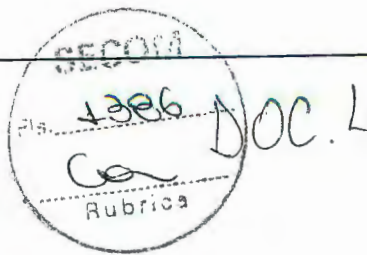

MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
Marco Antônio Chuahy
Outorgante

Rua 18 nº 110, Ed. Business Center, Sala 504, Setor Oeste
74-20-080 - Goiânia-Goiás
Telefax: (62) 215.215/215.217 215.2849





ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA



CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial do Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifica, atendendo a requerimento da Dra. **Margareth do Espírito Santo** – OAB-Go nº 10.436, que este Cartório Distribuidor dos Feitos Cíveis desta Comarca de Goiânia procede à distribuição e registro de todas as petições iniciais protocoladas no Foro desta Comarca de Goiânia, bem como faz constar, obrigatoriamente, das certidões requeridas e emitidas por este Cartório a existência (ou não) de processos distribuídos à qualquer Vara Cível, inclusive as Varas especializadas de:

- Falência, Concordata e Insolvência Civil;
- Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos;
- Fazenda Pública Estadual;
- Assistência Judiciária;
- Precatórias;
- Procedimento Sumário;
- Família e Sucessões.

Nada mais. Era tudo o que tinha a certificar, relativamente ao que foi requerido, do que se reporta e dá fé.

Goiânia, 22 de Outubro de 1999

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Valor da Certidão.....R\$ 12,83
Valor da Taxa Judiciária.....R\$ 3,47
Total.....R\$ 16,35
Data da Receita.....: 22/10/99
A Taxa Judiciária foi recolhida
através da guia N.º 8327671

Certifico para os devidos efeitos que a fotocópia confere com o documento apresentado. (Decreto Lei nº 2.148)	
Escrivente Autorizado	
26 OUT 1999	
1º Tab.	José Teixeira Alvares Tabelião
Goiânia - GO	Damaris A. C. Teixeira Tabelião



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



DOC. 5

FL: 1

1ª FAZENDA MUNICIPAL

BEL. MARCIO ALENCASTRO VEIGA,
ESCRIVAO(A) DO(A) 1ª FAZENDA
MUNICIPAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDAO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
CBC : 37.825.916/0001-90

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos vinte e dois de outubro de um mil e novecentos e
noventa e nove. (22 / 10 / 1999).

MARCIO ALENCASTRO VEIGA
ESCRIVAO(A) DO(A) 1ª FAZENDA MUNICIPAL

LUCIANA
CONFERENTE

LUCIANA AL
EMITENTE

Numero da Guia : 00832198.1
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 21/10/1999

Poder Judiciário
COMARCA DE GOIÂNIA

1ª Escrivania da Fazenda Municipal
Município de Goiânia

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

Certifico para os devidos efeitos que a
fotocópia conforme o documento
apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)
Escrivente Autorizado
23 OUT. 1999
1º Tab. João Teixeira Alves
Goiânia - GO Tabelião
Damaris A. C. Pereira Tabelão

03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
408
Fis: 3735,1



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª ESCRIVANIA DA FAZENDA
PÚBLICA MUNICIPAL E DE REGISTROS PÚBLICOS

CERTIDÃO

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
2ª Escrivânia da Fazenda Pública Municipal
e Reg. Públicos
Eunice A. Castro Machado
EUNICE CASTRO MACHADO
Eduardo de Castro Alves Machado
EDUARDO DE CASTRO ALVES MACHADO
ESCRIVÃO SUBSTITUTO

*EUNICE DE CASTRO MACHADO, Escrivã da
2ª Escrivania da Fazenda Pública Municipal
e de Registros Públicos, na forma da lei, etc.*

*CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada,
que revendo os processos de execução fiscal em andamento na 2ª Escrivania da Fazenda
Pública Municipal e de Registros Públicos, não encontrou qualquer um em que figure como devedor*

CGC. 37.825.916/0001-90.x

e credora a Fazenda Pública Municipal, x.x

[illegible]

.....

É o que foi pedido se certificasse, do que se dá fé. DADA e passada nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, aos _____ vinte e dois (22) _____ dias do mês de _____ outubro (10) _____ do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999).

Eu, Elminda, Escrivã da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos, que a lavrei, subscrevi e assino.

Valor da Certidão : R\$ 12,83

Valor da Taxa Judiciária :R\$ 3,52

Total :R\$ 16,35

Data da Receita : 22/10/1999

Goiânia, 22 de outubro de 1999

Pernice
Rubrica da Autoridade Expedidora

Escriva

A taxa Judiciária será recolhida através da GRS nº 832200-7.

Certifico para os devidos efeitos que a fotocópia corresponde ao documento apresentado. (Decreto/Leinº 2.148)

Escrevente Autorizado

28 OCT, 1999

1º Tab. João Teixeira Abranches
Goiânia-GO Damaris A.C. Teixeira

03/2005 - CN
CORREIOS

File

409

\$ 3755.1

300

1A FAZENDA ESTADUAL

SRA. MARIA LUIZA EVANGELISTA,
ESCRIVÃO(A) DO(A) 1A FAZENDA
ESTADUAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
CGC : 37.825.916/0001-90

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos vinte e dois de outubro de um mil e novecentos e
noventa e nove. (22 / 10 / 1999).

Maria Luiza Evangelista

MARIA LUIZA EVANGELISTA
ESCRIVÃO(A) DO(A) 1A FAZENDA ESTADUAL

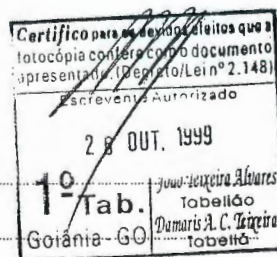
M^{te} Luiza Evangelista
Escrivã
1ª Vaza da Fazenda Pública Estadual

MADALENA
CONFERENTE

MARIA MADA
EMITENTE

Numero da Guia : 00832195.7
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 22/10/1999

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Nº: 410

3733

De

2A FAZENDA ESTADUAL

2ª ESCRIVANIA DA FAZENDA
PÚBLICA ESTADUAL
Frederico Guilherme de Faria Sousa
Escritão
Cassio Lúcio de Faria Sousa
Escritante

BEL. FREDERICO G. FARIA SOUSA,
ESCRIVAO(A) DO(A) 2A FAZENDA
ESTADUAL DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDAO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR em processos de execucao, contra :

Identificação

Requerente : MULTIPROPAGANDA COMUNICACAO E MARKETING LTDA
G6C : 37.825.916/0001-90

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. E o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos vinte e dois de outubro de um mil e novecentos e
noventa e nove. (22 / 10 / 1999).

FREDERICO G. FARIA SOUSA
ESCRIVAO(A) DO(A) 2A FAZENDA ESTADUAL

CLEYTON
CONFERENTE

ALARIE DE
EMITENTE

Numero da Guia : 00832196.5
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA.. 22/10/1999

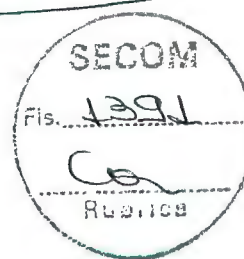
Certifico para os devidos fins que a
fotocópia confere com o documento
apresentado. (Decreto Lei nº 2.148)
Escritante Autorizado
26 OUT. 1999
1º Tab. João Teixeira Alves
Tabelião
Danilo A. C. Teixeira
Tabelião
Goiania - GO

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA

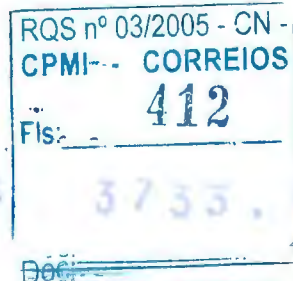
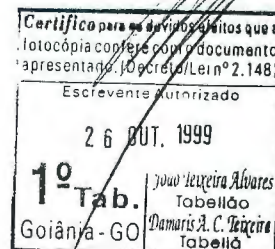
DOC. 9



CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ, a pedido de MARGARET DO ESPÍRITO SANTO, que no Fórum da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília funcionam 08 (oito) Varas da Fazenda Pública, com competência em todo o Território do Distrito Federal. Dada e passada nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e noventa e nove (1999). Eu, **ABELARDO FROTA E CYSNE FILHO**, Diretor da Secretaria da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que a conferi, certifico e dou fé.


Abelardo Frota e Cysne Filho
Diretor da Secretaria da Corregedoria





DOC. 10

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREÇÃO DO FORO

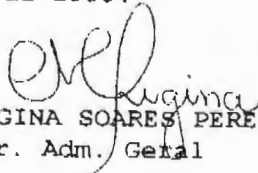
C E R T I D ã O

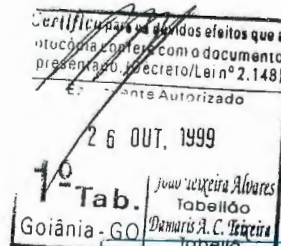
MÁRCIA REGINA SOARES PEREIRA, DIRETORA DE ADM. GERAL DO FORO DA COMARCA DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NA FORMA DA LEI, ETC...

C E R T I F I C A, a requerimento que na Comarca de Campo Grande existem os seguintes Cartórios, conforme resolução nº 221, de 1º de setembro de 1994 :

- 4 varas de Família e Sucessões;
- 2 varas de Fazenda Pública e Registros Públicos;
- 1 vara de Execução Fiscal e de Cartas Precatórias Cíveis;
- 1 vara de Falências e Concordatas;
- 8 varas Cíveis de competência residual;
- 2 varas de Infância e Juventude;
- 2 varas do Tribunal do Juri;
- 1 Vara de Execução Penal;
- 1 vara criminal de Delitos contra a Saúde Pública e Cartas Precatórias Criminais;
- 3 varas criminais de competência residual.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Grande, 25 de Outubro de 1999.


MÁRCIA REGINA SOARES PEREIRA
Dir. Adm. Geral



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
413

Boi

Ilustríssima Senhora LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE,
Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de
Comunicação Social do Estado de Goiás – GO.



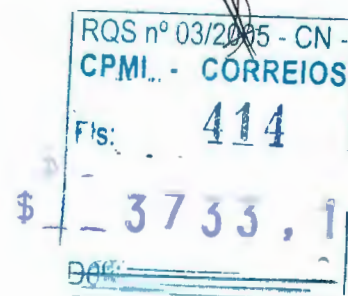
FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL
COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº
01.068.431/0001-52, estabelecida no Setor Comercial Norte, Quadra 01, sala
201, Edifício Number One, em Brasília-DF., por seu representante e procurador
abaixo assinado, já qualificado nos autos do processo licitatório referente à
CONCORRÊNCIA Nº 001/99-SECOM, vem tempestivamente, conforme
notificação anexa, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria no sentido
de interpor sua

Impugnação

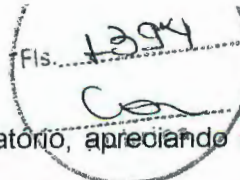
aos termos do recurso administrativo da licitante B & W3 PROPAGANDA, pelas
seguintes razões:

Utilizando-se das prerrogativas que o Estatuto
Jurídico das Licitações Públicas lhe faculta a licitante B & W3 PROPAGANDA,
interpôs no prazo regulamentar, recurso administrativo, contra o ato da douta
Comissão Especial de Licitação, que habilitou as licitantes a fase seguinte do
certame, por entender que o julgamento praticado, à luz dos documentos
apresentados, contrariam as exigências do edital em apreço.

Com relação as alegações da licitante B & W3
contra a habilitação de diversas licitantes, nada temos a acrescentar,
respeitando assim as suas afirmações, cabendo tão somente a respeitosa
Comissão Especial de Licitação promover diligências e tudo o mais que se fizer



necessário para instruir o presente processo licitatório, apreciando e julgando através das peças disponíveis.



Entretanto, discordamos do parágrafo final do recurso administrativo da licitante B & W3 PROPAGANDA, quando condiciona o parecer do seu recurso à duas alternativas, que são:

1ª) que a douta Comissão Especial de Licitação reconsidere a decisão tomada, inabilitando as citadas licitantes pelos motivos apregoados, ou

2ª) caso não seja este o entendimento, que a Comissão Especial de Licitação "**anule**" (grifo nosso) a licitação em epígrafe, por estar inquinada de vício insanável

Diante do texto que ora reproduzimos, discordamos da segunda alternativa proposta que é a de anular o processo licitatório, tendo em vista o seguinte:

A anulação, consoante orientação firmada pela doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, corresponde ao desfazimento do ato administrativo em decorrência de razões diretamente resultantes de sua ilegalidade. A anulação pode ser promovida pelo Judiciário ou pela própria Administração, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que se detectar a causa de invalidação que vicia determinado ato praticado em desconformidade com as normas e regulamentos em vigor.

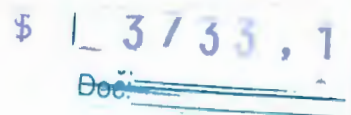
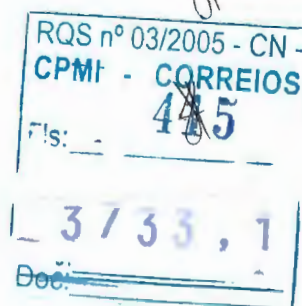
Nesse sentido, aliás, é a orientação que dimana das Súmulas nºs 346 e 473 do colendo Supremo Tribunal Federal. Tais súmulas afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que " a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos " e que " a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, em todos os casos, a apreciação judicial.

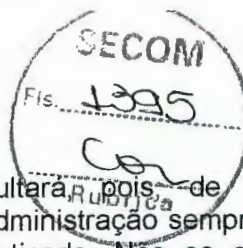
Declarada a nulidade do ato, estabeleceu-se, outrossim, que os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo-se todas as conseqüências geradas a partir de sua edição (*efeitos ex tunc*).

Em sede de licitação, a Lei nº 8666/93, ao se referir ao tema em comento, o que faz também tratando da revogação do certame, estabelece, *ipsis verbis*, que: " A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado " (art.49).

2

3





A anulação resultará, pois, de haver a constatação de *ilegalidade*, sendo ela imposta à Administração sempre que se detectar vício que impeça os efeitos do ato praticado. Não se confere à Administração, como visto, mera faculdade ou qualquer poder para deliberar acerca da oportunidade e conveniência da anulação; e ela se impõe o *dever de declarar nulo o ato praticado em desconformidade com a norma, desconstituindo, em seguida, os efeitos que então foram gerados*.

Embora se discuta na doutrina a possibilidade de convalidação do ato praticado em desconformidade com a orientação normativa, não é ela aceita de modo pacífico, até porque, aceita essa tese, estar-se-ia, como apontam alguns, negando o princípio da legalidade.

Discorrendo acerca do assunto, Maria Sylvia Zanella di Pietro (*in Direito Administrativo, Atlas, 9ª ed., p.195*) assevera que ".... a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade".

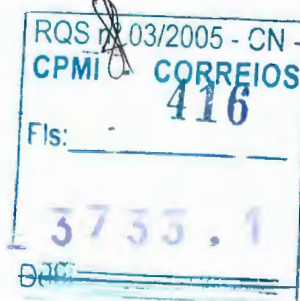
Em seqüência ao raciocínio formulado, acrescenta que: " No entanto, poderá deixar de fazê-lo, em circunstâncias determinadas, quando o prejuízo resultante da anulação puder ser maior do que o decorrente da manutenção do ato ilegal; nesse caso, é o interesse público que norteará a decisão ".

Observa-se, entretanto, que a orientação expressada pela ilustre administrativista não é a que prepondera, sendo negada por autores de nomeada, como é o caso de Hely Lopes Meirelles, que não aceitam sequer a existência de atos administrativos anuláveis ante a necessidade de que venha a imperar sempre a legalidade administrativa em detrimento do interesse privado.

Apurando-se a ilegalidade, impõe-se à Administração a decretação de nulidade do ato, assim como a desconstituição dos efeitos gerados.

Cumprе rememorar, no entanto, que a anulação deve estar fundada em motivos que se prestem a justificar o ato respectivo. Não se anula por mero capricho ou conveniência, ou por pressupor a existência de ilegalidade. Há necessidade de fundamentação aceitável e pertinente. Tudo isto para evitar os atos abusivos reiteradamente vistos no âmbito da Administração Pública que, não desejando levar adiante determinado ato administrativo, invoca razões de legalidade do ato para desconstituí-lo e, assim, fazer cessar os seus efeitos.

Atenta a tais atitudes e buscando coibi-las, porque em geral contrárias ao interesse público e economicamente lesivas ao erário, estabeleceu a Lei das Licitações e Contratos em seu art.49 a necessidade de fundamentar a Administração o ato de anulação em "*parecer escrito e devidamente fundamentado*". Significa dizer que, pretendendo anular o certame licitatório, necessário será indicar, previamente e de modo expresse,



1398
Ca
Rubrica

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

Concorrência nº 001/99
Recurso Administrativo
Fase de Habilitação

EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA. e AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA., pessoas jurídicas de direito privado já qualificada nos autos administrativos da concorrência nº 001/99, e que em regime de consórcio participam da Concorrência nº 001/99 da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás, vem a íncrita presença de Vossa Senhoria para apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto o pela empresa **B&W PROPAGANDA**, requerendo sua juntada aos autos, para as finalidades legais.

Pede deferimento,

Goiânia, 20 de outubro de 1999.

EMPRESA CENTRO OESTE DE PROPAGANDA LTDA.

AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA.

Empresa
Centro Oeste
de Marketing
Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

RECEBEMOS
em 27/10/99
papel

amp
propaganda
Av. F-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
417
\$ 3733,1
Doc:



**RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO POR B&W PROPAGANDA. RECORRIDAS: EMPRESA
CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA. E AGÊNCIA MULTIFACE
DE PROPAGANDA LTDA.**

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da
Comunicação Social do Estado de Goiás.

01.

Alega a empresa recorrente que o consórcio formado pelas empresas Centro Oeste de Marketing Ltda. e Agência Multiface de Propaganda Ltda., não poderia ter sido habilitado no pleito licitatório, pois que as empresas que o integram, não teriam apresentado os documentos exigidos pelo Edital, bem como pela Lei de Licitações, quais sejam: Certidões Negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual, bem como Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor. Alega ainda a Recorrente que a Agência Multiface de Propaganda Ltda. não apresentou a procuração outorgada ao seu representante.

**Empresa
Centro Oeste
de Marketing**

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

4.31.7

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
Brasil

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM: - CORREIOS
Fls: **418**
3733,1
Doc:



02.

Não procedem senhor Secretário, as alegações da Recorrente. A Agência Multiface de Propaganda Ltda. apresentou a certidão negativa de falências e concordatas constante das folhas 944 dos autos, sendo que a certidão negativa de falências e concordatas referente à Empresa Centro Oeste de Marketing encontra-se às folhas 917 dos autos.

03.

Quanto à suposta falta de apresentação de procuração outorgada ao representante legal do consórcio, por parte da Agência Multiface de Propaganda Ltda., é preciso esclarecer que a procuração foi outorgada conjuntamente pelas duas empresas consorciadas, através de instrumento público e que também encontra-se nos autos e cuja fotocópia é novamente anexada à presente impugnação recursal.

04.

Quanto à não apresentação de certidões negativas das 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual, decorre do simples fato de que como prestadoras de serviços na área de propaganda e marketing, as empresas consorciadas estão obrigadas ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município

Empresa
Centro Oeste
de Marketing

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiania - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiania - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
base

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
F's: 419

\$ 3733,1
Doc:

1401
Ca
F. 1.00

(artigo 156, III da Constituição Federal), não sendo pois obrigadas ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência estadual, conforme previsto pela Constituição Federal.

05.

E se as empresas consorciada, atuam no ramo de prestação de serviços de propaganda e marketing, não estando sujeitas ao recolhimento de tributo estadual, é de palmar evidência de que não haveria necessidade da apresentação de certidões das Varas da Fazenda Pública Estadual. A alegação de que poderiam haver outros débitos para com a Fazenda Estadual, que não os impostos de sua competência, é totalmente vazia, pois ao prevalecer esse entendimento seria necessária a apresentação de certidões negativas de todas as Varas da Justiça Federal, onde poderiam estar sendo discutidos eventuais débitos para com a União Federal.

06.

Em que pese esse fato, as empresas recorridas apresentaram Certidão Negativa de Dívida Ativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, que demonstra a inexistência de débito para com a Fazenda Estadual.

[Handwritten signature]

4-10-7

Empresa
Centro Oeste
de Marketing

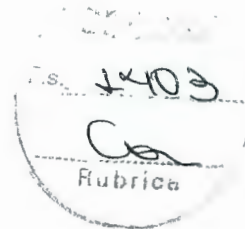
Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
papel

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 420
\$ 3733,1
Doc:



À
SECOM-GO
Att.: Ilma Sra. Presidente da Comissão de Licitação da SECOM
NESTA

Prezada Sra.;

O Consórcio CENTRO OESTE/AMP vem a inclita presença de V.Sa. para requerer lhe seja fornecida declaração dos documentos que acompanham a proposta da requerente, especialmente a certidão negativa das Varas de Falência, Concordatas e Insolvência Civil, e o instrumento público de procuração que estabelece o Sr. César Teixeira como representante do Consórcio, para os devidos fins de instruir contra razões ao recurso interposto contra decisão que habilitou a requerente.

Pede Deferimento, Goiânia, 20 de Outubro de 1999.


Murilo Verano
Empresa Centro Oeste de Marketing Ltda.

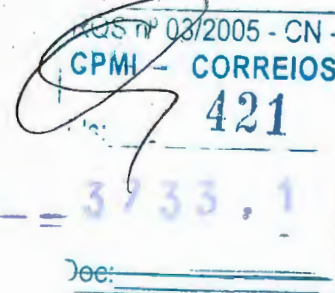
**Empresa
Centro Oeste
de Marketing**

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

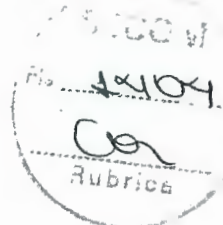
Av. T-5, nº 1.820 - Setor Seminha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

27/10/99
pasee





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Atendendo a pedido formulado pelo Consórcio **CENTRO-OESTE/AMP**, declaramos que estão em poder da Comissão os seguintes documentos, das duas empresas consorciadas, referentes à sua habilitação, na Concorrência n.º 001/99:

- 1 - DOCUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO;
- 2 - CONTRATOS SOCIAIS E SUAS ALTERAÇÕES;
- 3 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS DA UNIÃO;
- 4 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS;
- 5 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- 6 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO;
- 7 - CERTIFICADOS DE REGULARIDADE DO FGTS;
- 8 - CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO DO INSS;
- 9 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª E 2ª VARA DA FAZENDA MUNICIPAL;
- 10 - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA CENTRO-OESTE NÃO POSSUI AINDA BALANÇO PATRIMONIAL;
- 11 - BALANÇO PATRIMONIAL DA AGÊNCIA MULTIFACE;
- 12 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS;
- 13 - INSCRIÇÕES DAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO;
- 14 - COMPROVANTE DE OPÇÃO PELO "SIMPLES";
- 15 - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA;
- 16 - SEIS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- 17 - RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS;
- 18 - RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO DISPONÍVEL;
- 19 - DECLARAÇÕES DO SINDPROPAGANDA;
- 20 - DOCUMENTOS DE REGISTRO DE EMPREGADOS;
- 21 - PROCURAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO.

Goiânia, 20 de outubro de 1999.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

27/10/99
basile

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Nº:	422
13733.1	
Doc:	

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO DE CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DEVIDA ATIVA

REC-200M
1405
Rubrica

DATA: 27/09/99
HORA: 10:18

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0154731

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
AGENCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA

ENDERECO COMPLETO
GOIANIA

CIDADE
GOIANIA

UF
GO

DDD
37663371/0031-40

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR TRINTA DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 27 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIENTE

MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/96-GSF

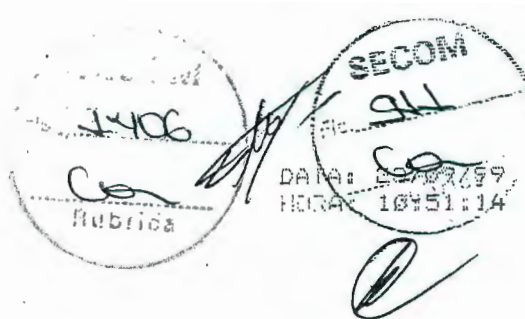
CEI-SEFAZ TID= 1319 DATA: 27/09/99 HORA: 10:18

Estado de Goiás
Secretaria de Fazenda

RFB nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS
Fis: 423
3753.1
Doc:

27/10/99
Brasil

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DIVIDA ATIVA



CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0152824

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL		
EMP. CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA		
ENDERECO COMPLETO		
R. 84 N 27 S. SUL		
CIDADE	UF	CEP
GOIANIA	GO	03077731/0001-23

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30 (TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA

Goiania, 23 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIDOR



MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/98-09F

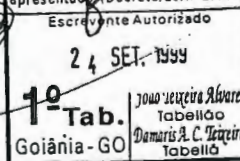
CEI-GEFAZ TID= 1319

DATA: 23/09/99 HORA:

Cartilha de uso das certidões que, fotocopiada, contém o documento apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)

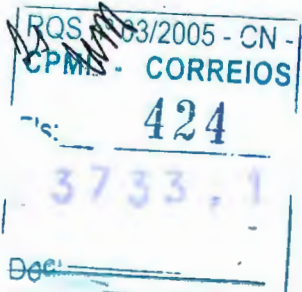
09287

FATOCT05



Handwritten signatures and initials.

27/10/99
babil



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA

Fis. 1409
FL.
Rubrica

RECOM
Rb. 944
1
Rubrica

1ª VARA DE FALÊNCIA, CONCORDATAS E INSOLVÊNCIA CIVIL

COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil

Bel. João Batista França
Titular

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1ª VARA DE
FALÊNCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : AGENCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA
CGC : 37.363.371/0001-48

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos dez de setembro de um mil e novecentos e noventa
e nove. (10 / 9 / 1999).

JOAO BATISTA FRANCA

ESCRIVÃO(X) DO(A) 1ª VARA DE FALÊNCIA, CONCORDATAS E INSOLVÊNCIA CIVIL

FLAVIA
CONFERENTE

PITAGORAS
EMITENTE

Numero da Guia : 00804569.0
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

Cartório de Falências, Concordatas e Insolvência Civil
1ª Vara de Falências, Concordatas e Insolvência Civil
31-09-1999
Certidão com a presença do titular
Procurador do Estado de Goiás
Rb. 2.144 de 2 de maio de 1999

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
425
Doc: 3733,1

27/10/99
baile

ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : EMPRESA CENTRO-OESTE DE MARKETING LTDA
CGC : 03.077.731/0001-23

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos vinte e dois de setembro de um mil e novecentos
e noventa e nove. (22 / 9 / 1999).

COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório de Falências, Concordatas e

Insolvência Civil

Bel. João Batista França

Titular

JOAO BATISTA FRANCA

ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

MARCELO
CONFERENTE

MARCELO FR
EMITENTE

Numero da Guia : 00808613.3
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 426

Doc:

27/10/99
Brasil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE GOIÁS



5º TABELIONATO DE NOTARIAS - ESTADO DE GOIÁS
TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA

Rua 3 nº 347 - Ed. Rural - Setor Central - Fones: (062) 223-1814 e 223-1882 - Fax: (062) 224-0238

PROF. JOVENNY SEBASTIÃO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião

BEL. RODRIGO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião Substituto

Sonismar Pires Magalhães
Divino Lopes da Rocha
Escritores

Pedro Augusto Candido de Oliveira
Bel. Marcos Antônio B. de Souza
Jonadab Gonçalves Pereira
Adão Pereira Monteiro
Escritores

Tabelionato Candido de Oliveira
5º OFÍCIO
Prof. Joveny S. Candido de Oliveira
COMARCA DE GOIÂNIA
Pedro Augusto Candido de Oliveira
Escritore Juramentado

SECOM

Fls. 1409

Luiz Felipe Candido de Oliveira
Bel. Vicente Lopes da Rocha
Altamiro Ferreira da Costa
Primo Silvério de Araújo
Escritores

NOTARIA

Livro Nº 696 Folha Nº 024/025 00001670
1º TRASLADO

Página: 001
Escrev.: 005

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ:-
EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA E OUTRA
A FAVOR DE:-
CÉSAR TEIXEIRA
NA FORMA ABAIXO:-

"S'A I B A M" QUANTOS este Público Instrumento de Procuração bastante virem, que, aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e noventa e nove, (30/09/1999) nesta Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, perante mim, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escritore Juramentado, compareceu como outorgante, a EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº 03.077.731/0001-23, neste ato representada por seus Sócios, o Sr. MURILO AZEVEDO DE SOUZA VERANO, Brasileiro, solteiro, maior, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.759.976 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 479.614.811-68, residente e domiciliado à Rua 05, nº 70, Apart. 101, Setor Oeste, nesta Capital; e, a Sra. MARIA DO SOCORRO CORREA NEVES VERANO, Brasileira, casada, Publicitária, portadora da C.I. RG nº 1.733.648 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob nº 413.831.171-87, residente e domiciliada à Avenida T-9, nº 1.200, Setor Bueno, nesta Capital; e, a AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº 37.363.371/0001-48, neste ato representada por seus Sócios, o Sr. MARCO ANTÔNIO DE PÁDUA SIQUEIRA, Brasileiro, casado, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.581.282, SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 354.247.021-04, residente e domiciliado à Av. T-05, nº 1022, Apart. 501, Setor Bueno, nesta Capital; e, o Sr. PAULO AUGUSTO DE PÁDUA SIQUEIRA, Brasileiro, solteiro, maior, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.898.848 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 509.951.891-53, residente e domiciliado à Rua 1.126, nº 57, Apart. 201, Setor Marista, nesta Capital, pessoa reconhecidos como a própria de que trato, de cuja identidade e capacidade jurídica, à vista de seus documentos pessoais, dou fé. Então, pelos outorgantes, me foi dito que por este instrumento e na melhor forma da lei, nomeiam e constituem seu(ua) procurador(a) bastante o Sr. CÉSAR TEIXEIRA, Brasileiro, separado judicialmente, Publicitário, portador da C.I. RG nº 382.675 SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob nº 183.270.797-00, residente e domiciliado nesta Capital; para exercer os seguintes poderes: para representá-las individualmente e/ou conjuntamente, inclusive na forma preconizada na Promessa de Constituição de Consórcio constituído para os fins naquele documento referidos, perante a Comissão Especial de Licitação; podendo para tanto, praticar todos os atos a que se refere o Edital da Concorrência nº 001/99 da SECOM, inclusive manifestando e respondendo pelas outorgantes nas sessões públicas e para interpor e desistir dos recursos administrativos interpostos nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.883/94, e mais, se for necessário, praticar quaisquer outros atos indispensáveis ao fim supra citado, ao que tudo isso dará por bom, firme e válido, não podendo substabelecer. E de como assim o disse, pediram-me que lhes fizesse esta procuração, que aceitam, outorgam e assinam. NADA MAIS. Eu, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escritore Juramentado, a escrevi, dou fé e assino. (aa), MURILO AZEVEDO DE SOUZA VERANO, MARIA DO SOCORRO CORREA NEVES VERANO, MARCO ANTÔNIO DE PÁDUA SIQUEIRA, PAULO AUGUSTO DE PÁDUA SIQUEIRA. Eu, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escritore Juramentado, a digitei, dou fé. (a.) (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escritore Juramentado. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com original, ao qual me reporto e dou fé.

Em Teste da Verdade

03/2005 - CN -
CORREIOS
427

NOTARIA
AUTORIZADO
1999
Adelson Pereira da Silva
Mendes de Andrade Campos
Mendes de Andrade Campos
Escritores

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE GOIÁS



5º TABELIONATO DE NOTAS
TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA

Rua 3 nº 347 - Ed. Rural - Setor Central - Fones: (062) 223-1814 e 223-1882 - Fax: (062) 224-0238

PROF. JOVENNY SEBASTIÃO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião

BEL. RODRIGO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião Substituto

Sonimar Pires Magalhães
Divino Lopes da Rocha
Escritores

Tabelionato Candido de Oliveira
5º OFICIN
Prof. Joveny S. Candido de Oliveira
Tabelião
Pedro Augusto Candido de Oliveira
Escritor Juramentado
GOIÂNIA - ESTADO DE GOIÁS

SECOM

Fis. 1410

Rubrica

Lutz Felipe Candido de Oliveira
Bel. Vicente Lopes da Rocha
Altamiro Ferreira da Costa
Primo Silvério de Araújo
Escritores

Pedro Augusto Candido de Oliveira
Bel. Marcos Antônio B. de Souza
Jonadab Gonçalves Pereira
Adão Pereira Monteiro
Escritores

Livro Nº 696 - Folha Nº 024/025 - 00001670
1º. TRASLADO

Página.:002
Escrev.:005

Pedro Augusto Candido de Oliveira
Escritor Juramentado

Tabelionato Candido de Oliveira
5º OFICIN
Prof. Joveny S. Candido de Oliveira
Tabelião
Pedro Augusto Candido de Oliveira
Escritor Juramentado
GOIÂNIA - ESTADO DE GOIÁS

ABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO

01 JUL 1999

Adelson Ferreira da Silva
Dagmar Lima de Campos
Jozas de Andrade Fleury
Manoel Messias Barbosa
ESCRITORES AUTORIZADOS

Compare o Original

03/2005 - CN -
CORREIOS

428

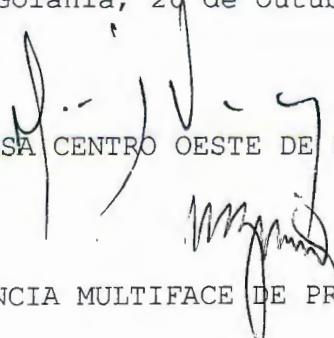
1398
Ca
Rutrice

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

Concorrência nº 001/99
Recurso Administrativo
Fase de Habilitação

EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA. e AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA., pessoas jurídicas de direito privado já qualificada nos autos administrativos da concorrência nº 001/99, e que em regime de consórcio participam da Concorrência nº 001/99 da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás, vem a inclita presença de Vossa Senhoria para apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto o pela empresa **B&W PROPAGANDA**, requerendo sua juntada aos autos, para as finalidades legais.

Pede deferimento,
Goiânia, 20 de outubro de 1999.


EMPRESA CENTRO OESTE DE PROPAGANDA LTDA.

AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA.

Empresa
Centro Oeste
de Marketing
Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

RECEBEMOS
em 27/10/99
trabal

amp
propaganda
Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 429
3735,1
Doc:

1399
Con
Rubrica

**RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO POR B&W PROPAGANDA. RECORRIDAS: EMPRESA
CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA. E AGÊNCIA MULTIFACE
DE PROPAGANDA LTDA.**

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da
Comunicação Social do Estado de Goiás.

01.

Alega a empresa recorrente que o consórcio formado pelas empresas Centro Oeste de Marketing Ltda. e Agência Multiface de Propaganda Ltda., não poderia ter sido habilitado no pleito licitatório, pois que as empresas que o integram, não teriam apresentado os documentos exigidos pelo Edital, bem como pela Lei de Licitações, quais sejam: Certidões Negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual, bem como Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor. Alega ainda a Recorrente que a Agência Multiface de Propaganda Ltda. não apresentou a procuração outorgada ao seu representante.

**Empresa
Centro Oeste
de Marketing**

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
base

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
430

\$1 - 3733

Doc:

1400
Car
Rubrica

02.

Não procedem senhor Secretário, as alegações da Recorrente. A Agência Multiface de Propaganda Ltda. apresentou a certidão negativa de falências e concordatas constante das folhas 944 dos autos, sendo que a certidão negativa de falências e concordatas referente à Empresa Centro Oeste de Marketing encontra-se às folhas 917 dos autos.

03.

Quanto à suposta falta de apresentação de procuração outorgada ao representante legal do consórcio, por parte da Agência Multiface de Propaganda Ltda., é preciso esclarecer que a procuração foi outorgada conjuntamente pelas duas empresas consorciadas, através de instrumento público e que também encontra-se nos autos e cuja fotocópia é novamente anexada à presente impugnação recursal.

04.

Quanto à não apresentação de certidões negativas das 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual, decorre do simples fato de que como prestadoras de serviços na área de propaganda e marketing, as empresas consorciadas estão obrigadas ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município

Empresa
Centro Oeste
de Marketing

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
base

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
431
Fls:
3755.1

1401
Car
Rubrica

(artigo 156, III da Constituição Federal), não sendo pois obrigadas ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência estadual, conforme previsto pela Constituição Federal.

05.

E se as empresas consorciada, atuam no ramo de prestação de serviços de propaganda e marketing, não estando sujeitas ao recolhimento de tributo estadual, é de palmar evidência de que não haveria necessidade da apresentação de certidões das Varas da Fazenda Pública Estadual. A alegação de que poderiam haver outros débitos para com a Fazenda Estadual, que não os impostos de sua competência, é totalmente vazia, pois ao prevalecer esse entendimento seria necessária a apresentação de certidões negativas de todas as Varas da Justiça Federal, onde poderiam estar sendo discutidos eventuais débitos para com a União Federal.

06.

Em que pese esse fato, as empresas recorridas apresentaram Certidão Negativa de Dívida Ativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, que demonstra a inexistência de débito para com a Fazenda Estadual.

[Handwritten signature]

4-ju-7

**Empresa
Centro Oeste
de Marketing**

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
papel

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 432
\$ 3.733,10
Doc: 3733.1

14102
Cen

07.

Portanto, as empresas integrantes do Consórcio Centro Oeste/Agência Multiface apresentaram toda documentação exigida pelo edital, bem como pela Lei de Licitações, razão pela qual requerem seja mantida a decisão que habilitou o Consórcio formado pelas empresas Centro Oeste de Marketing Ltda. e Agência Multiface de Propaganda Ltda.

Pede deferimento,
Goiânia, 20 de outubro de 1999.


EMPRESA CENTRO OESTE DE PROPAGANDA LTDA.


AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA.

**Empresa
Centro Oeste
de Marketing**

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

RECEBEMOS
em 27/10/99
pau

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 433
\$ 3733,1
De:

À
SECOM-GO
Att.: Ilma Sra. Presidente da Comissão de Licitação da SECOM
NESTA

Prezada Sra.;

O Consórcio CENTRO OESTE/AMP vem a íncita presença de V.Sa. para requerer lhe seja fornecida declaração dos documentos que acompanham a proposta da requerente, especialmente a certidão negativa das Varas de Falência, Concordatas e Insolvência Civil, e o instrumento público de procuração que estabelece o Sr. César Teixeira como representante do Consórcio, para os devidos fins de instruir contra razões ao recurso interposto contra decisão que habilitou a requerente.

Pede Deferimento, Goiânia, 20 de Outubro de 1999.


Murilo Verano
Empresa Centro Oeste de Marketing Ltda.

Empresa
Centro Oeste
de Marketing

Rua 84, nº 27 - Setor Sul
Goiânia - GO - Tel.: (62) 281-2466

amp
propaganda

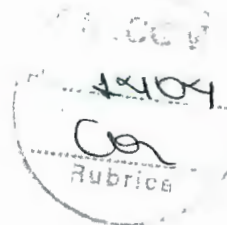
Av. T-5, nº 1.820 - Setor Serrinha
Goiânia - GO - Tel.: (62) 259-5057

27/10/99
pase





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Atendendo a pedido formulado pelo Consórcio **CENTRO-OESTE/AMP**, declaramos que estão em poder da Comissão os seguintes documentos, das duas empresas consorciadas, referentes à sua habilitação, na Concorrência n.º 001/99:

- 1 - DOCUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO;
- 2 - CONTRATOS SOCIAIS E SUAS ALTERAÇÕES;
- 3 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS DA UNIÃO;
- 4 - CERTIDÕES NEGATIVAS DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS;
- 5 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- 6 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO;
- 7 - CERTIFICADOS DE REGULARIDADE DO FGTS;
- 8 - CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO DO INSS;
- 9 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª E 2ª VARA DA FAZENDA MUNICIPAL;
- 10 - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA CENTRO-OESTE NÃO POSSUI AINDA BALANÇO PATRIMONIAL;
- 11 - BALANÇO PATRIMONIAL DA AGÊNCIA MULTIFACE;
- 12 - CERTIDÕES NEGATIVAS DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS;
- 13 - INSCRIÇÕES DAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO;
- 14 - COMPROVANTE DE OPÇÃO PELO "SIMPLES";
- 15 - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA;
- 16 - SEIS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- 17 - RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS;
- 18 - RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO DISPONÍVEL;
- 19 - DECLARAÇÕES DO SINDPROPAGANDA;
- 20 - DOCUMENTOS DE REGISTRO DE EMPREGADOS;
- 21 - PROCURAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO.

Goiânia, 20 de outubro de 1999.


Leila Marla Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

27/10/99
basile

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Nº: 435
R\$ 3733,1

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DIVIDA ATIVA

14105
Rubrica
DATA: 27/09/99
HORA: 10:10
SECOM
950

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0154731

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL
AGENCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA
ENDERECO COMPLETO
GOIANIA
CIDADE
GOIANIA
UF
GO
CEP
37663371/0001-40

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR TRINTA DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA
Goiania, 27 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIENTE

MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/96-GSF

CEI-SEFAZ TID= 1319 DATA: 27/09/99 HORA: 10:10

Estado de Goias
Secretaria da Fazenda
Divisao de Divida Ativa

RQS nº 03/2005-CN
CPMI - CORREIOS
Fls. 436
3733.1

22/10/99
basil

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
CENTRO CONTROLE E PREPARO PROCESSUAL
DIVISAO DE DIVIDA ATIVA

2406
Rubrica
SECOM
DATA: 23/09/99
HORA: 10:51:14

CERTIDAO DA DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

PESSOA JURIDICA NR.: 0152824

01 - IDENTIFICACAO

RAZAO SOCIAL

EMP. CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA

ENDERECO COMPLETO

R. 04 N 27 S. SUL

CIDADE

GOIANIA

UF

GO

COD

03077731/0001-23

02 - DESPACHO

NAO CONSTA DEBITOS

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

03 - LEGALIDADE

A PRESENTE CERTIDAO TEM VALIDADE POR 30(TRINTA) DIAS, FICANDO RESSALVADOS OS DIREITOS DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, QUANTO A EVENTUAIS DEBITOS PENDENTES.

ESTA CERTIDAO E' ISENTA DE TAXAS, CONFORME ART. 5 INCISO XXXIV ALINEA 'B' DA CONSTITUICAO FEDERAL E DISPENSADA DE AUTENTICACAO MECANICA. E E' O DOCUMENTO HABIL PARA EFEITO DE COMPROVACAO DA REGULARIDADE FISCAL.

LOCAL E DATA

Goiania, 23 de Setembro de 1999

ASSINATURA EXPEDIDOR



MOD. APROVADO PELA INSTRUCAO NORMATIVA N. 279/94-GRF

CEI-SEFAZ-TID= 1317

DATA: 23/09/99 HORA:

Carilene dos Anjos Brito
fotocópia conforme com o documento
apresentado (Decreto/Leinº 2.148)

Escritor Autorizado

24 SET. 1999

1º Tab.
Goiania-GO

João Teixeira Álvares
Tabelião
Damaris A.C. Teixeira
Tabelião

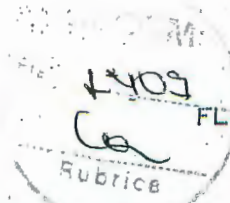
09067

FAL00105

27/10/99
base

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
437
3753.1

ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

COMARCA DE GOIANIA

Cartório de Falências, Concordatas e

Insolvência Civil

Bel. João Batista França

Titular

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada
que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatiza-
do, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos,
verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : AGENCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA
CGC : 37.363.371/0001-48

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. É o que foi pedido para Certificar,
de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado
de Goias aos dez de setembro de um mil e novecentos e noventa
e nove. (10 / 9 / 1999).

JOAO BATISTA FRANCA

ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

FLAVIA
CONFERENTE

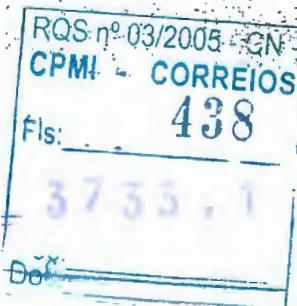
PITAGORAS
EMITENTE

Numero da Guia : 00804569.0
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



27/10/99
balle



ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GOIANIA



1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

BEL. JOAO BATISTA FRANCA,
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE
FALENCIA DA COMARCA DE
GOIANIA, ESTADO DE GOIAS, NA
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou NADA CONSTAR contra :

Identificação

Requerente : EMPRESA CENTRO-OESTE DE MARKETING LTDA
CGC : 03.077.731/0001-23

Estabelecida : GOIANIA

NADA MAIS. é o que foi pedido para Certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás aos vinte e dois de setembro de um mil e novecentos e noventa e nove. (22 / 9 / 1999).

COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório de Falências, Concordatas e
Insolvência Civil

Bel. João Batista França
Titular

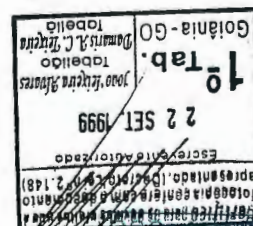
JOAO BATISTA FRANCA
ESCRIVÃO(X) DO(A) 1A VARA DE FALENCIA, CONCORDATAS E INSOLVENCIA CIVIL

MARCELO
CONFERENTE

MARCELO FR
EMITENTE

Numero da Guia : 00808613.3
Certidão R\$ 12,83
Taxa Judiciaria.. R\$ 3,52
Total..... R\$ 16,35
DATA DA RECEITA..

NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS



RG nº 0372005 - CN -
CPM - CORREIOS
439

27/10/99
Brasil

Doc.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE GOIÁS



5º TABELIONATO DE NOTARIAS - ESTADO DE GOIÁS
TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA

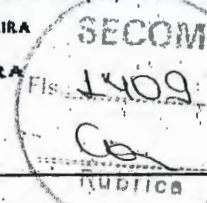
Rua 3 nº 347 - Ed. Rural - Setor Central - Fones: (062) 223-1814 e 223-1882 - Fax: (062) 224-0238

PROF. JOVENNY SEBASTIÃO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião

BEL. RODRIGO CANDIDO DE OLIVEIRA
Tabelião Substituto

Pedro Augusto Candido de Oliveira
Bel. Marcos Antônio B. de Souza
Jonadab Gonçalves Pereira
Adão Pereira Monteiro
Escriventes

Sonismar Pires Magalhães
Divino Lopes da Rocha
Escriventes



Luiz Felipe Candido de Oliveira
Bel. Vicente Lopes da Rocha
Altamiro Ferreira da Costa
Primo Silvério de Araújo
Escriventes

Livro Nº 696
1º TRASLADO

Folha Nº 024/025 00001670

Página.:001
Escriv.:005

RGS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Is: 440
3733,1
Doc:

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ:-
EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA E OUTRA
A FAVOR DE:-
CÉSAR TEIXEIRA
NA FORMA ABAIXO:-

*S'A'I'B'A M' QUANTOS este Público Instrumento de Procuração bastante virem, que, aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e noventa e nove, (30/09/1999) nesta Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, perante mim, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escrevente Juramentado, compareceu como outorgante, a EMPRESA CENTRO OESTE DE MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº 03.077.731/0001-23, neste ato representada por seus Sócios, o Sr. MURILO AZEVEDO DE SOUZA VERANO, Brasileiro, solteiro, maior, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.759.976 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 479.614.811-68, residente e domiciliado à Rua 05, nº 70, Apart. 101, Setor Oeste, nesta Capital; e, a Sra. MARIA DO SOCORRO CORREA NEVES VERANO, Brasileira, casada, Publicitária, portadora da C.I. RG nº 1.733.648 SSP-GO, inscrita no CPF/MF sob nº 413.831.171-87, residente e domiciliada à Avenida T-9, nº 1.200, Setor Bueno, nesta Capital; e, a AGÊNCIA MULTIFACE DE PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº 37.363.371/0001-48, neste ato representada por seus Sócios, o Sr. MARCO ANTÔNIO DE PÁDUA SIQUEIRA, Brasileiro, casado, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.581.282 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 354.247.021-04, residente e domiciliado à Av. T-05, nº 1022, Apart. 501, Setor Bueno, nesta Capital; e, o Sr. PAULO AUGUSTO DE PÁDUA SIQUEIRA, Brasileiro, solteiro, maior, Publicitário, portador da C.I. RG nº 1.898.848 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 509.951.891-53, residente e domiciliado à Rua 1.126, nº 57, Apart. 201, Setor Marista, nesta Capital, pessoa reconhecidos como a própria de que trato, de cuja identidade e capacidade jurídica, à vista de seus documentos pessoais, dou fé. Então, pelos outorgantes, me foi dito que por este instrumento e na melhor forma da lei, nomeiam e constituem seu(ua) procurador(a) bastante o Sr. CÉSAR TEIXEIRA, Brasileiro, separado judicialmente, Publicitário, portador da C.I. RG nº 382.675 SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob nº 183.270.797-00, residente e domiciliado nesta Capital; para exercer os seguintes poderes: para representá-las individualmente e/ou conjuntamente, inclusive na forma preconizada na Promessa de Constituição de Consórcio constituído para os fins naquele documento referidos, perante a Comissão Especial de Licitação; podendo para tanto, praticar todos os atos a que se refere o Edital da Concorrência nº 001/99 da SECOM, inclusive manifestando e respondendo pelas outorgantes nas sessões públicas e para interpor e desistir dos recursos administrativos interpostos nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.883/94, e mais, se for necessário, praticar quaisquer outros atos indispensáveis ao fim supra citado, ao que tudo dará por bom, firme e válido, não podendo substabelecer. E de como assim o disse, pediram-me que lhes fizesse esta procuração, que aceitam, outorgam e assinam. NADA MAIS. Eu, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escrevente Juramentado, a escrevi, dou fé e assino. (aa) MURILO AZEVEDO DE SOUZA VERANO; MARIA DO SOCORRO CORREA NEVES VERANO; MARCO ANTÔNIO DE PÁDUA SIQUEIRA; AUGUSTO DE PÁDUA SIQUEIRA. Eu, (Pedro Augusto Candido de Oliveira), Escrevente Juramentado, a digitei, dou fé. (a.) (Pedro Augusto Candido de Oliveira) Escrevente Juramentado. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com original, ao qual me reporto e dou fé.

Em Teste da Verdade



**DIGNÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO
DE GOIÁS.**

Ref.: Concorrência nº 001/99.

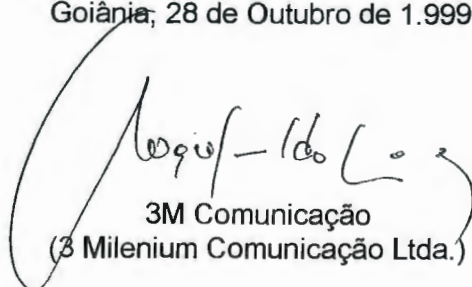
Assunto: Solicitação de adiamento de data/abertura de envelope 2.

3M Comunicação (3 Milenium Comunicação Ltda), pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos administrativos em apreço, estabelecida em Goiânia – GO, por seu representante legal, que esta subscreve, vem respeitosamente, solicitar:

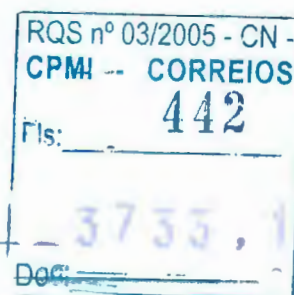
Em função do feriado do dia 2 de Novembro de 1.999, e da determinação de feriado no dia 1 para as repartições públicas, prazo final para resposta ao recurso interposto por nós, e procurando evitar eventuais prejuízos para nossa empresa, já que o tempo entre a resposta do Recurso (Dia 3 de Novembro de 1.999) e data prevista para abertura do segundo envelope (Dia 4 de Novembro de 1.999), limita o tempo de análise e para a tomada das providências que julgarmos necessárias, vimos por meio desta solicitar o adiamento da referida data de abertura para os envelopes de número 2.

Termos em que pede deferimento,

Goiânia, 28 de Outubro de 1.999


3M Comunicação
(3 Milenium Comunicação Ltda.)

28/10/99
base



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. N.º 68/99

Goiânia, 03 de novembro de 1999.

Prezado Senhor,

Com referência à correspondência desta Agência, datada de 22 último, a respeito da possibilidade de se incluir no envelope da proposta técnica o portfólio eletrônico e de peças gráficas, cumpre-me informar-lhe que o subitem 2.4.1.3 do Edital admite que tais peças sejam inseridas junto com as referidas propostas, o que deveria ter sido observado tempestivamente por essa agência.

Esclareço-lhe, por oportuno, que a empresa consulente mencionada por V. S.^a apenas teve dúvidas se deveria colocar aquele material no envelope de documentos ou de proposta técnica, o que foi informado à mesma oportunamente.

Dessa forma, não restou desatendido o princípio da isonomia, como V. S.^a afirmou, ficando portanto o seu pedido indeferido, por não ser mais possível, nessa fase, a pretendida juntada de novos documentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente a atenção dispensada.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO. SR.

Representante da FISCHERAMÉRICASETTEGRAAL COMUNICAÇÃO
BRASÍLIA- DF



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. N.º 67/99

Goiânia, 03 de novembro de 1999.

Prezado Senhor,

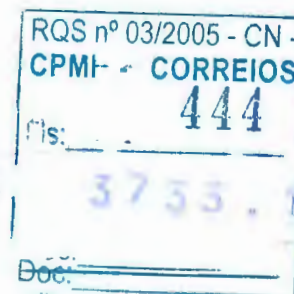
Com referência à correspondência desta Agência, datada de 28 último, a respeito da possibilidade da transferência da data marcada para abertura das propostas técnicas, referentes à Concorrência nº 001/99, da SECOM, informo-lhe que a Comissão examinou o pleito e concluiu no sentido de não haver necessidade do adiamento, tendo em vista que nenhum prazo ficou prejudicado.

Observe-se que após ciência da decisão de habilitação foi aberto o prazo de cinco dias para os licitantes recorrerem, e logo após, mais cinco para todos impugnarem os recursos. Desta forma, não havendo mais nenhum recurso a ser interposto nessa fase, na esfera administrativa, não há prejuízo em se realizar a sessão previamente marcada para o dia 4.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente a atenção dispensada.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO. SR.
Representante da 3MILENIUM COMUNICAÇÃO
NESTA





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Processo nº 17378885
Concorrência Nº 001/99 SECOM
Ref.: Recurso Administrativo (B&W3 Propaganda)

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DO RECURSO

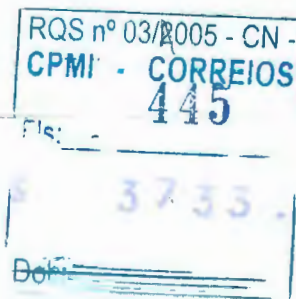
A agência de publicidade B & W 3 PROPAGANDA interpôs Recurso Administrativo visando a reforma da decisão que julgou a documentação apresentada pelos participantes da Concorrência 001/99-SECOM. O recurso foi recebido, posto que tempestivo e obedeceu as formalidades legais.

Alega a Recorrente que as empresas **Consórcio Net Mídia e Tiara Comunicação; Intervirtual Comunicação e Marketing; Consórcio Centro Oeste/AMP; Type Propaganda Ltda.; Orion Comunicação e Publicidade Ltda.; AB Correia Propaganda; Consórcio Verbo Comunicação e Identidade Comunicação e Multipropaganda** foram indevidamente habilitadas a prosseguir no certame licitatório, uma vez que não cumpriram rigorosamente as exigências editalícias.

Aponta um ponto comum a todas as empresas acima relacionadas, bem como defeitos particulares.

Como fato comum à todas as agências acima relacionadas alega que as mesmas não apresentaram provas de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, ou seja, as Certidões Negativas da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Estadual bem como da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal.

Particularmente, alegou o seguinte: que a empresa Net Mídia não apresentou a Certidão Negativa de Falência emitida pelo Cartório Distribuidor e que o instrumento constitutivo do Consórcio foi assinado por apenas um dos sócios quando o Contrato Social exige a assinatura dos dois; que a Intervirtual apresentou o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo Financeiro assinados apenas pelo Contador; que as agências constituintes do Consórcio Centro Oeste e Multiface não apresentaram as Certidões Negativas de Falências emitida pelo Cartório Distribuidor e a Multiface não apresentou procuração do seu representante; que a Type não apresentou a Certidão Negativa de Falência emitida pelo Cartório Distribuidor; que a Orion não apresentou a Certidão Negativa de Falência emitida



pelo Cartório Distribuidor; que a Verbo Comunicação tem em seu desfavor uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás.



Por fim, alegou que o edital sofreu alterações substanciais às vésperas da abertura do certame licitatório sem que tenha sido novamente publicado e reaberto o prazo para a apresentação da documentação e propostas, devendo por isso ser anulado.

Pois bem.

A respeito da alegação da Recorrente de que todas as empresas acima citadas não apresentaram Certidões Negativas das Varas da Fazenda Pública Estadual e Municipal e que assim procedendo infringiram o item 2.5.2 do Edital. Em verdade, o que o item 2.5.2 exige é prova da regularidade fiscal com as fazendas Federal, Estadual e Municipal, que deveria ser comprovada através das Certidões Negativas de Tributos e das Dívidas Ativas respectivas, e não, como pretende o Recorrente, Certidões Negativas emitidas pela 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual e 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Municipal.

Sabe-se que a Certidão Negativa emitida pela Fazenda Pública Estadual engloba a Certidão Negativa de Tributos e a Certidão Negativa da Dívida Ativa.

É de ver-se, ainda, que todas as licitantes acima referidas apresentaram as Certidões Negativas de Tributos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal; nenhuma, dentre todas, porém, apresentou Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município. Valendo-se, entretanto, a Comissão, de Declaração fornecida pelo Município de Goiânia (Secretaria de Finanças) houve por bem considerar que a Certidão Negativa de Tributos supre a ausência da Certidão Negativa da Dívida Ativa.

Veja-se o raciocínio lógico: para que exista dívida ativa inscrita no departamento administrativo competente necessariamente há um débito tributário para com a Fazenda Pública. Ora, se não há, de acordo com as certidões apresentadas, débito tributário impossível é haver débito inscrito na dívida ativa.

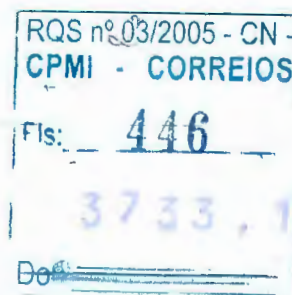
A expressão "regularidade fiscal", contida no art. 27, da Lei 8.666/93, diz respeito ao cumprimento de obrigações de natureza tributária apenas, o que ficou devidamente comprovado com as Certidões Negativas de Tributos apresentadas.

Restando, assim, superada essa questão, por ser infundada.

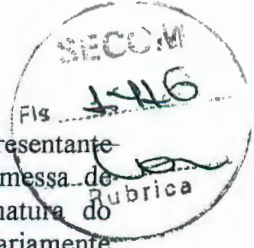
Passa-se a examinar os pontos específicos de cada agência.

a) Alega a Recorrente que a agência **Net Mídia** não apresentou a Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Cartório Distribuidor, mas a mesma está entre os documentos apresentados pela Agência conforme documento de fls. 553 dos autos. Portanto, aqui nada mais há a discutir.

Quanto ao fato de apenas a assinatura de um dos sócios constar do instrumento formador do Consórcio, conforme a própria empresa justifica, o sócio



FLÁVIO TADEU WERNEC CÂMARA, foi designado pela Sociedade como representante da pessoa jurídica na licitação. Por outro lado, trata-se ainda de simples promessa de constituição do consórcio, que será ratificado posteriormente, antes da assinatura do contrato, caso seja o mesmo vencedor. Ai sim, nesta fase deverá haver necessariamente assinatura dos dois sócios, conforme o contrato social.



b) Em relação à agência **Intervirtual**, afirma que apresentou Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro assinado somente pelo Contador, ou seja, sem a assinatura dos sócios gerentes, estando, portanto, desconforme com a lei. É certo que o documento apresentado assim está. Todavia o entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que "não é lícito negar-se eficácia a Balanço elaborado por profissional de contabilidade e ratificado pelo sócio gerente da empresa licitante". Essa é a posição que vigora hoje no Superior Tribunal de Justiça, conforme decisões proferidas nos Mandados de Segurança n.º 5630 DF 1998/00056238 e 5623 DF 1998/0004892-8.

À vista do exposto, considera-se perfeito o documento apresentado pela agência Intervirtual.

c) O Consórcio Centro Oeste/Agência **Multiface** apresentou Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Cartório da 1ª Vara de Falência e não Certidão emitida pelo Cartório Distribuidor. A Comissão tem em mãos declaração do Cartório de Falências e Concordatas do Fórum de Goiânia, dando conta de que o mesmo é competente para emitir essas certidões. Tal documento, até prova em contrário, é dotado de fé pública.

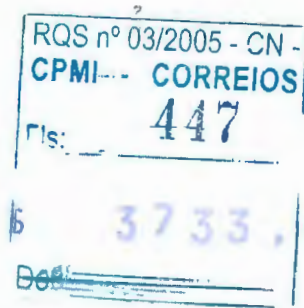
Ainda, com relação às empresas que formam o Consórcio alega que o representante da agência Multiface não apresentou procuração. Contudo, esse documento está em poder da Comissão de Licitação, sendo pois infundada a denúncia do Recorrente.

d) A Agência **Type** apresentou Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Cartório da 1ª Vara de Falência e não Certidão emitida pelo Cartório Distribuidor, conforme requer o item 2.5.7. do Edital. Sobre esse ponto prevalece a mesma orientação acima.

e) Igualmente, alega a Recorrente que a agência **Orion** não cumpriu as exigências do edital pois apresentou Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Cartório da 1ª Vara de Falência e não Certidão emitida pelo Cartório Distribuidor, conforme requer o Edital no item 2.5.7. Também com relação a esse ponto, é a mesma decisão acima prolatada.

f) Na Certidão emitida pelo Cartório Distribuidor consta que foi proposta em desfavor da agência **Verbo** Comunicação Ação Civil Pública, razão pela qual a Recorrente pede sua inabilitação.

De acordo com o art. V, inc. LVII, da Constituição Federal "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória", milita pois, a favor dos indiciados em processo Civil ou Criminal a presunção de inocência. De acordo



com a Lei Maior, o fato de uma ação ter sido proposta em desfavor da referida agência não a impede de exercer quaisquer atos da vida civil.

Não sendo, portanto, motivo suficiente para inabilitar a licitante.

Por último, a Recorrente pede a anulação do processo em virtude das alterações feitas no Edital.

O art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93 diz que "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, **a alteração não afetar a formulação das propostas**" (grifo nosso).

As alterações feitas no edital foram meramente explicativas, não causando nenhuma mudança substancial.

O entendimento da doutrina é pacífico no sentido de que qualquer alteração editalícia exige divulgação exatamente equivalente à do texto original. Dispensar-se-á essa providência quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

As modificações introduzidas no instrumento convocatório, que não alterem a apresentação da documentação ou afetem a formulação das propostas, não exige a reabertura do prazo de divulgação, uma vez que nenhum prejuízo causa aos licitantes. Portanto, improcedente é o pedido de anulação do Certame.

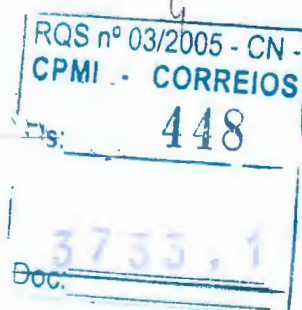
Ainda, a Recorrente afirma que a Comissão de Licitação no julgamento da documentação infringiu os princípios da impessoalidade e do julgamento objetivo, sem contudo, indicar em que momento assim procedeu. Não indicou, simplesmente porque inexistente tal momento. Esta Comissão pauta seus atos nos princípios constitucionais regedores dos atos praticados pela Administração Pública, insculpidos na Constituição Federal (legalidade, publicidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como pelos princípios específicos norteadores da Licitação.

Ex positis, nega-se provimento ao recurso, a fim de manter todas as agências inicialmente habilitadas, acima citadas, e submeta-se à apreciação do Senhor Secretário de Comunicação Social, nos termos do § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

Goiânia, 03 de novembro de 1999.


Leila Maria Cunha Prudente

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Processo n.º 17378885

Concorrência N.º 001/99 SECOM

Ref.: Recursos Administrativos (3M e B&W3-Agências de Propaganda)

DESPACHO N.º

110 /99 -

As Agências de Publicidade 3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA. e B&W 3 PROPAGANDA LTDA, interpuseram recursos administrativos visando a reforma da decisão da Comissão Especial de Licitação desta Secretaria, que julgou a habilitação dos licitantes, na Concorrência nº 001/99-SECOM.

Os recursos foram recebidos, contudo indeferidos, por não encontrarem amparo legal.

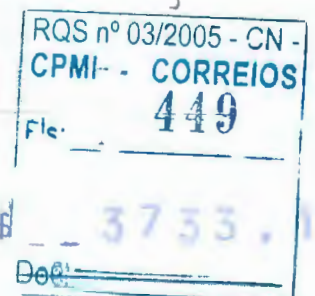
Vieram-me os autos, por força do § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, considerando-se que não foram providos os recursos interpostos, para apreciação final na esfera administrativa.

Revendo todo o processado, mantenho, na íntegra a decisão da Comissão Especial, sem nenhum reparo.

Dê-se ciência às partes interessadas, e devolva-se o processo à referida Comissão.

Goiânia, 03 de novembro de 1999.

Ruy Brasil Cavalcanti Júnior
SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Processo n.º 17378885
Concorrência N.º 001/99 SECOM
Ref.: Recurso Administrativo (3M Propaganda)

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DO RECURSO

A agência de publicidade 3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA. inconformada com a sua inabilitação na Concorrência n.º 001/99 SECOM, interpôs Recurso Administrativo visando a reforma dessa decisão. O recurso foi recebido, posto que tempestivo e obedeceu as formalidades legais.

O fato que ensejou a inabilitação da empresa Concorrente foi a ausência da juntada, no envelope de documentação, dos demonstrativos contábeis do ano anterior, exigência contida no item 2.5.6, do edital da Concorrência.

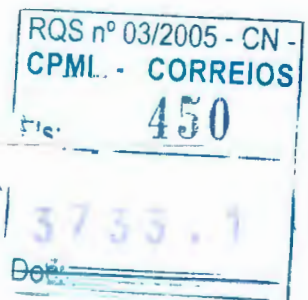
Em obediência aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, insertos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores, a Comissão Especial de Licitação não poderia desconsiderar a ausência de tal documento, uma vez que o item editalício acima referido restou desatendido.

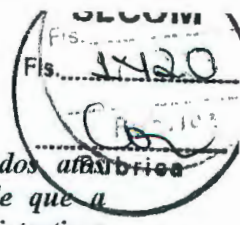
Embora a empresa tenha tentado demonstrar, em sua peça recursal, que a apresentação do Balanço supre a ausência dos demonstrativos contábeis, na verdade o item acima mencionado é muito claro no sentido de exigir os dois documentos, o que aliás foi atendido por todas as outras empresas licitantes, à exceção da Recorrente, razão essa que exige o respeito à isonomia.

A respeito da obrigatoriedade da Comissão em atender aos termos do edital, veja-se a lição de Marçal Justen Filho, in comentários à Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores, São Paulo, 5ª ed. 1999, p. 381/382:

“ O instrumento convocatório (seja edital, seja convite) cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula aos seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º pode se afirmar a estrita vinculação da Administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo

3/11/99
[assinatura]





ângulo, o Edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação."

Por todo o exposto, houve por bem a Comissão Especial de Licitação em receber o recurso, por ser próprio e tempestivo, mas, no entanto, negar-lhe provimento, considerando ser o mesmo destituído de fundamento legal, mantendo-se dessa forma a Recorrente inabilitada.

Nos termos do § 4º do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores, submeta-se o recurso à apreciação do Senhor Secretário de Comunicação Social.

Goiânia, 03 de novembro de 1999
Leila Maria Cunha Prudente
Leila Maria Cunha Prudente

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

S:lo
3/11/99
[Signature]

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls.	451
\$ 3733,1	
BAC	



RECIBO DE POSTAGEM

TOTAL PAGO

RS

2,02

ER 7 3 1 1 2 9 9 5 5 BR

REGISTRO

rubrica do funcionário

NATUREZA

VALOR DECLARADO

PESO

CR

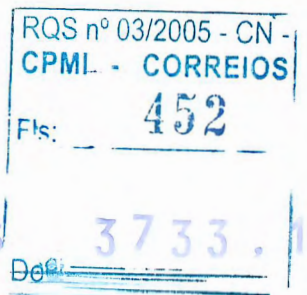
053

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA

NOME DO DESTINATÁRIO B.W. 3 propaganda
Guilherme Filho
ENDEREÇO Barão de Belgas n.º 571
CEP 79.002.080 CIDADE Campos Gerais UF MS



BW3

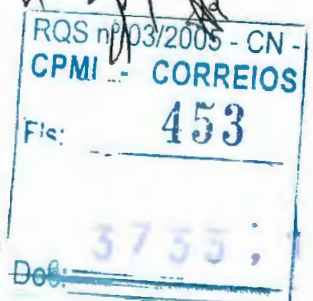


ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/99-SECOM.



Às 10:00 horas do dia quatro do mês de novembro do ano de um mil novecentos noventa e nove (4.11.99), no Auditório da Secretaria de Planejamento, Centro Administrativo, 8º andar, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, para dar ciências aos licitantes da decisão proferida nos recursos interpostos, bem como para proceder a abertura dos envelopes contendo a proposta técnica. Compareceram à reunião as inspetoras do Tribunal de Contas do Estado Ana Maria Silva Rezende, Maria Celeste Borges Cunha e Ana Maria Teixeira de Castro. Registre-se que os representantes das agências B & W 3 Propaganda e 3 M Comunicação. Foram nomeados pelos licitantes duas comissões, com o intuito de rubricar as propostas apresentadas, formados pelos seguintes componentes: Marco Antônio Chuahy (Multi Propaganda); Eurico Monteiro de Alarcão Júnior (Consórcio Verbo Identidade); Flávio Thadeu Wernec Gama (Consórcio de Idéias); Halley Guedes Amaral (Fisher); Zander Campos (Cannes); Marco Antônio de Oliveira (Órion); Giovani Gonçalves (Intervirtual). Ofereceram proposta técnica para participar as seguintes empresas: **Grupo I:** Cannes; Consórcio de Idéias (Net/Tyara); Consórcio Centro Oeste/AMP (Centro Oeste/AMP); Type; Nova Agência; TTA; Fisher; B&W3; Órion; Intervirtual; Consórcio Multi Goiás (Multi Propaganda/D&M); AB Corrêa; Consórcio Verbo e Identidade. **Grupo II:** Fisher; B&W 3; Nova Agência; Consórcio Verbo e Identidade; Consórcio de Idéias (Net/Tyara); Intervirtual; Cannes; Consórcio Multi Goiás (Multi/D&M); Órion; Consórcio Centro Oeste (Centro Oeste/AMP). **Grupo III:** Type; Fisher; B&W 3; Nova Agência; Consórcio Verbo e Identidade; Consórcio de Idéias (Net/Tyara); Intervirtual; Cannes; Consórcio Multi Goiás (Multi/D&M); Órion; Consórcio Centro Oeste (Centro Oeste/AMP). **Grupo IV:** TTA; Type; Fisher; B&W 3; Consórcio Verbo e Identidade; Consórcio de Idéias (Net/Tyara); Intervirtual; Nova Agência; Cannes; Consórcio Multi Goiás (Multi/D&M); Órion; Consórcio Centro Oeste (Centro Oeste/AMP); SMP&B Comunicação. **Grupo V:** TTA; Type; Fisher; B&W 3; Nova Agência; Consórcio de Idéias (Net/Tyara); Intervirtual; Cannes; Consórcio Multi Goiás (Multi/D&M); Órion; Consórcio Centro Oeste (Centro Oeste/AMP); Consórcio Verbo e Identidade. Franqueada a palavra aos licitantes a fim de que oferecessem as alegações que desejassem, o Sr. Halley, representante da empresa Fischer disse que ao contrário do que reza o item 3.1.2 do edital -capacidade criativa- várias concorrentes, entre elas, o

um Beixeira



Consórcio Centro Oeste / Agência Multiface, TTA, A B Corrêa e Consórcio Multi/D & M apresentaram em suas propostas técnicas diversas peças de um mesmo meio, o que pode Ter acontecido também com outras concorrentes cujas propostas o representante não pode rubricar, tendo em vista que havia duas comissões realizando essa tarefa; em razão desse fato solicita a averiguação de todas as propostas por parte da Comissão, se esse procedimento está em conformidade com o edital. Solcita, ainda, que sejam desconsideradas as peças não solicitadas no edital, mas apresentadas por algumas agências, tais como portfólio eletrônico e gráfico. O representante do Consórcio Multi Goiás, faz constar que a alegação feita pelo Sr. Halley é improcedente, uma vez que há, em sua proposta, uma peça para cada meio. O Sr. Tarion, ressalta que o edital diz que deve haver um layout para cada peça. O representante do Consórcio Verbo/Identidade questiona se os materiais não solicitados no edital, porém apresentados por algumas agências serão apreciados ou não pela Comissão, tais como fitas e outros. O representante do Consórcio Centro Oeste/AMP, César, solicita que nenhuma peça integrante da proposta seja desconsiderada pela comissão, quando da análise. Alega, ainda, que se a agência cria uma campanha composta de três anúncios, ela pode apresentar um layout para cada anúncio, estando assim cumprindo o que pede o edital; estaria fora do edital, caso apresentasse duas ou mais opções de layout para um mesmo anúncio. O representante da Intervirtual pede que opor ocasião do julgamento das propostas técnicas seja verificado se no item estratégia de mídia constam os valores das campanhas. O representante do Consórcio Muti Goiás solicita que seja levado em consideração a estratégia de mídia e não o preço final, tendo em vista que a negociação final com os veículos de comunicação só pode ser viabilizada após a aprovação da verba pelo anunciante, após o contrato. Nesta fase de avaliação qualquer consideração a respeito de preço final é mera especulação. O representante da TTA faz observações no sentido de que peças acabadas como um jingle gravado em relação a um jingle escrito deve ser desconsiderado por prejudicar a avaliação da peça puramente escrita, mas no caso de apresentação de um layout para cada peça criada deve ser considerado pois amplia as condições de avaliação do raciocínio básico e estratégia adotadas por uma determinada agência concorrente, conforme permite o edital. O representante da AB Corrêa entende que o edital estabelece o número mínimo de peças que devem ser oferecidas pelos licitantes, contudo não estabelece o número máximo. Flávio Thadeu, representante do Consórcio de Idéias, disse que de acordo com o item 3.1.2 – capacidade criativa – estabelece o limite de uma criação para cada peça e que a comissão deverá julgar a criatividade da agência pela capacidade de síntese e não pelo volume de peças apresentadas. A Comissão suspende a

com
Flávio

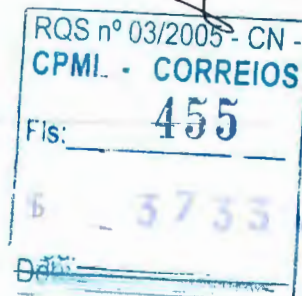
Handwritten signature and initials on the right margin.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

sessão, a fim de que as propostas sejam analisadas com maior zelo. No momento oportuno, os licitantes serão comunicados da data de divulgação do julgamento das propostas técnicas. Nada mais havendo a tratar esta Comissão, eu Walquíria Meira Teixeira lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelos presentes.

Comissão:

Leila Maria Cunha Prudente *Leila Maria C. Prudente*
Isabel Cecília Teixeira C. Viana *Isabel Cecília C. Viana*
Walquíria Meira Teixeira *Walquíria Meira Teixeira*
Arbélia Covolo Gomes *Arbélia Covolo Gomes*
Agnaldo Alves de Faria *Agnaldo Alves de Faria*
Rezende
Maria Costa Blume
Costa





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Of. n.º /99


Goiânia, 04 de novembro de 1999.

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Agência cópia do Julgamento do recurso interposto contra a decisão de habilitação, proferida por esta Comissão, na Concorrência n.º 001/99 –SECOM, já encaminhada via Fax na data de ontem.

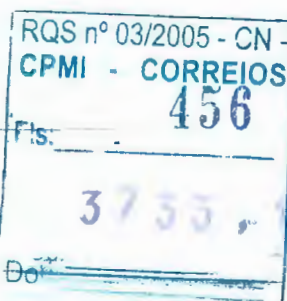
Sendo o que se apresenta no momento, a Comissão Especial da SECOM continua ao dispor de V. Sr.ª, informando-lhe que hoje foram abertas as propostas técnicas, conforme data previamente marcada.

Como é do seu conhecimento, a proposta técnica dessa Agência será apreciada junto com as demais. Oportunamente, V. Sr.ª será cientificado do resultado do Julgamento.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO SR.
REPRESENTANTE DA B&W PROPAGANDA LTDA
CAMPO GRANDE – MS





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Of. n.º /99

Goiânia, 04 de novembro de 1999.



Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa **Agência** os envelopes contendo as propostas técnica e de preço, intactos, tendo em **vista a** manutenção da decisão de inabilitação.

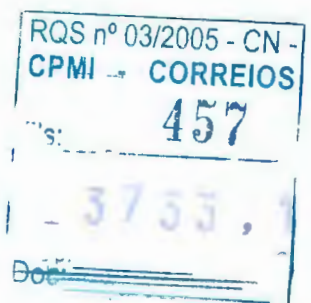
Sendo o que se apresenta para o momento, a Comissão Especial da SECOM continua ao dispor de V. Sr.ª, para quaisquer esclarecimentos que porventura sejam necessários.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO SR.
REPRESENTANTE DA 3MILENIUM COMUNICAÇÃO LTDA
GOIÂNIA - GOIÁS

*Proceder 04/11/99
às 17:25h.
Cláudio*





1427

Ca

Goiânia, 08 de novembro de 1999

À

Dra. Leila Maria Cunha Prudente

MD. Presidente da Comissão Especial de Licitação

Concorrência nº 001/99 da

Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás

Nesta

Em referência às alegações (conforme constam da Ata de Abertura das Propostas Técnicas referentes à Concorrência Pública nº 001/99 – SECOM do dia 04/11/99) do Sr. Halley Guedes Amaral, representante da licitante Fischer sobre o item 3.1.2 do edital (Proposta Técnica) Capacidade Criativa, entendemos que o mesmo está equivocado.

No item a que o licitante se reporta não consta nenhuma menção à MEIO (veículo) e também não especifica a quantidade de peças.

Atenciosamente.

Ailso Braz Corrêa

A.B. Corrêa Propaganda Ltda.

*Junta-se ao
processo referente
à concorrência nº 001/99.
08.11.99*

RQS 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
458

AB CORRÊA PROPAGANDA LTDA.

Rua C-235 nº 1.412 - Nova Sufça - Goiânia-GO - CEP: 74.280-130 - Telefax: (62) 259-1900 - Tel.: (62) 259-1222
E-mail: ailso@uol.com.br

bj

3755

Doc:



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNADORIA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO E DO CIDADÃO

Of. 428 GAB/OGEC

Goiânia, 27 de outubro de 1999.

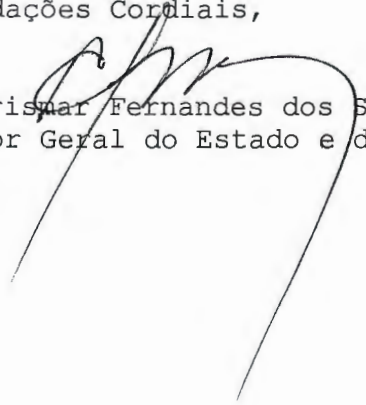
Excelentíssimo Senhor
Doutor Ruy Brasil Cavalcanti Júnior
Digníssimo Secretário de Comunicação Social
Centro Administrativo 4º andar
N E S T A
74088-900

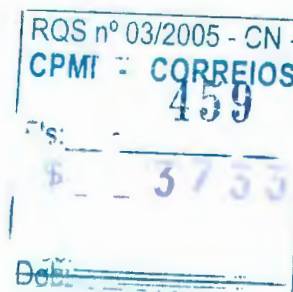
Senhor Secretário,

Tenho o prazer de me dirigir a Vossa Excelência, a fim de encaminhar-lhe o documento incluso, de Campo Grande, assinado pelo senhor Guilherme Villalba Zurutuza Filho, que solicita informações a respeito de "falhas administrativas verificadas na condução do processo licitatório referente à Concorrência 001/99, da Secretaria de Comunicação".

Peço a Vossa Excelência que, por fineza, me dê esclarecimentos a respeito do assunto, para as providências necessárias.

Saudações Cordiais,


Clarimar Fernandes dos Santos
Ouvidor Geral do Estado e do Cidadão



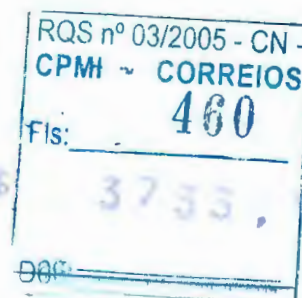
Exmo Sr. Dr.
Clarismar Fernandes do Souto
MMDD Ouvidor Geral do Estado
Goiânia - GO



~~0224~~ 0XX622132908

Av. Afonso Pena, 2386 - 5º Andar, Sala 51 Centro - Fonefax: (067) 721-5211 CEP 79002-074 - Campo

Oficial
sem, solicitando
informações.





Ao Ex.mo. Sr. Dr. Clarismar Fernandes dos Santos
MM. DD. Ouvidor Geral do Estado
Goiânia-GO

Campo Grande, 27 de outubro de 1999

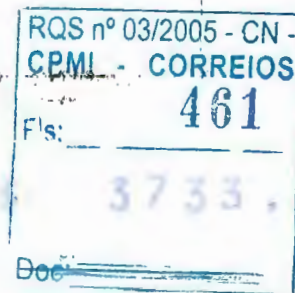
Ilustríssimo Senhor,

tem a presente o objetivo de levar ao seu conhecimento alguns fatos relevantes que podem resultar em desgastes para a administração estadual, decorrente de falhas administrativas verificadas na condução do processo licitatório referente à Concorrência 001/99, da Secretaria de Comunicação.

Com o intuito de contribuir para a transparência e melhor correção, a B&W 3 Propaganda, que represento no certame licitatório interpôs recurso apontando uma série de irregularidades, onde, de forma concisa podem ser apontadas de plano a promoção de mudanças no Edital sem a necessária e exigida alteração dos prazos; alterações nas regras de julgamento até às vésperas da abertura dos envelopes de habilitação; bem como habilitação de empresas que comprovadamente não apresentaram documentos exigidos.

Nossa preocupação com as consequências desses procedimentos fica ampliada em função outros fatos e circunstâncias que cercam o referido certame. Entre eles apontamos a informação de que, mesmo antes do início do processo licitatório, um jornal de Goiânia apontou o nome de quatro empresas, qualificando-as como "pole-positions" da disputa. Coincidentemente, foram habilitadas na primeira fase mesmo apresentando irregularidades em seus documentos.

Em que pese estarmos exercendo o direito de recorrer administrativamente, e sem prejuízo de medidas que possam ser tomadas posteriormente, tomamos a liberdade de trazer esses fatos ao conhecimento dessa Ouvidoria para que ela, agindo na defesa dos interesses da administração, possa estar inteirada de todo o ocorrido. Para maior e melhor esclarecimento encaminhamos em anexo cópia do recurso interposto, onde estão expostos todos os fatos, a fundamentação legal do pedido e todas as demais circunstâncias que cercam esse episódio.

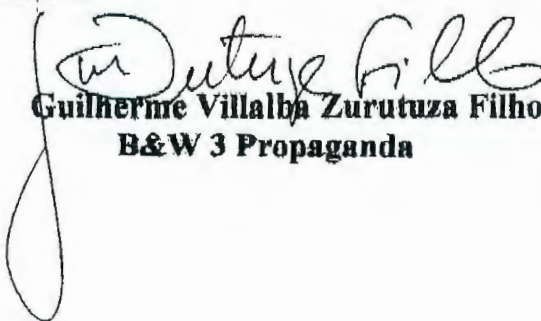




Reiteramos ainda que nossa decisão em recorrer da decisão inicial da Comissão, além de defender de forma legítima os interesses da empresa, foi tomada também diante da evidente necessidade de que o Governo do Estado também seja preservado, na medida em que decisões equivocadas podem levá-lo a sofrer prejuízos ou desgastes desnecessários.

Cumprindo assim o dever de trazer os fatos ao conhecimento dessa Ouvidoria, nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente


Guilherme Villalba Zurutuza Filho
B&W 3 Propaganda

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI : CORREIOS	
Fis:	462
\$	3733,1
Doc:	

EXMº SR. SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE
GOIÁS.



REF: CONCORRÊNCIA N.º 001/99
FASE DE HABILITAÇÃO
RAZÕES RECURSAIS

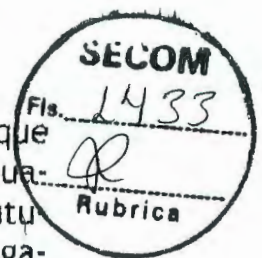
B&W3 PROPAGANDA, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos administrativos em epígrafe, sediada em Campo Grande - MS, vem, perante a respeitável presença de V.S.ª, através de seu representante legal, "in fine" firmado, tempestivamente, interpor o presente **RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO** concernente ao certame licitacional em epígrafe, com supedâneo legal nas disposições consubstanciadas pelo artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93, consolidada pelas Leis 8883/94, e 9648/98, pelos pressupostos fáticos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I- OS FATOS

1.1- A ora recorrente é participante da licitação promovida pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás - SECOM/GO, sob a modalidade de concorrência, conforme edital n.º 001/99, cujo objeto cinge-se à seleção das propostas mais vantajosas para a contratação de agências de publicidade visando a execução dos serviços de publicidade e divulgação dos programas e campanhas promocionais, compreendendo estudo, planejamento, criação, produção e veiculação, referente aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual de Goiás.

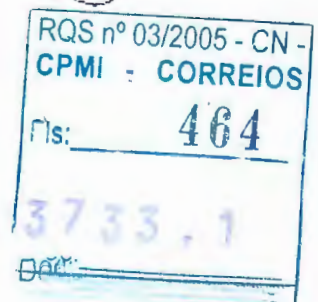
1.2 - Cumpridas as formalidades instauradoras desse procedimento administrativo, o ato convocatório estabeleceu a data limite de 01 de Outubro de 1999, às 10:00 horas, para o recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação habilitatória dos interessados.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 463
\$ 3733,00
Dee:



1. 3 - Analisada a documentação habilitatória das empresas que acudiram ao certame, foi divulgado o resultado da análise efetuada, conforme Ata de decisão da habilitação, lavrada em 07 de outubro de 1999, às 10:00 horas, tendo o insigne órgão colegiado julgador, habilitado todas as participantes com exceção da agência 3M Comunicação, que foi inabilitada por não ter segundo entendimento da Douta Comissão Especial de Licitação da SECOM/GO, apresentando documento exigido no subitem 2.5.6 do edital respectivo;

1. 4 - Há de instar inclusive que o edital que é o ato normativo que regula todos os termos do procedimento, embora seja a norma interna da licitação, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam mesmo que não reproduzidas em seu texto. Assim sendo, esta recorrente não pode concordar "máxima permissa vênia", com a habilitação de alguns licitantes que não tinham a menor condição para tal, a saber: a) No que tange ao Consórcio **NET MÍDIA E TIARA COMUNICAÇÃO**, faltou prova de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, uma vez que, não foram apresentadas as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e nem da 1ª e 2ª Fazenda Municipal, com relação a esta falta cabe citar parte do ofício de número 003/99, enviado por esta Comissão em resposta a Empresa AB. CORRÊA PROPAGANDA LTDA, em 09/09/1.999 : "... No que se refere ao item 2.5.2, sobre certidões negativas de débito com as fazendas públicas, a menção à dívida ativa refere-se apenas ao alcance da certidão, que deve compreender também outros débitos fiscais.", ora o que desejava a comissão era saber se o Licitante possuía qualquer débito, de qualquer natureza com as fazendas públicas. A isenção da apresentação de qualquer Certidão Emitida pelos cartórios competentes poderia induzir a grave erro à comissão. Senão vejamos: a Certidão Negativa da Prefeitura Municipal de Goiânia quando emitida se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, compatível com a atividade fim dos licitantes, mas poderiam haver outros débitos relativos a outros tributos sejam eles Municipais ou ainda Estaduais, logo se fazia imprescindível a apresentação das Certidões Emitidas pelas 2 Fazendas Públicas Estaduais e Municipais, para que a informação de que se havia qualquer débito com as Fazendas se confirmassem ou não, se existe qualquer legislação que determine que a





apresentação de Certidão de Débito Emitida pela Prefeitura Municipal de Goiânia para fins de I.S.S.Q.N. , atesta legalmente e irrefutavelmente que não existem débitos com a Fazenda Pública Municipal relativos a todos os tributos, gostaríamos de desde já solicitar tal legislação, por tudo isso é que afirmamos que o referido consórcio e outras empresas abaixo elencadas infringiram ao subitem 2.5.2 do instrumento convocatório. No que concerne à certidão específica de falência ou concordata expedida por Distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme exigido em Lei (ex-vi do art. 31-II da L. 8666/93), e no subitem 2.5.7 do edital, da Empresa Net Mídia, a mesma não foi apresentada, já que a certidão negativa do distribuidor que foi apresentada, não se refere a falência e nem a concordata. O contrato social da NET MÍDIA, exige a assinatura de dois sócios para que os atos praticados em nome da empresa tenham eficácia, mas, no instrumento de consórcio apresentado no certame em tela, só tem assinatura de um sócio da NET MÍDIA; b) Com referência à **INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E MARKETING**, não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal e Estadual, portanto, não preencheu as exigências de prova de regularidade fiscal estabelecidas no subitem 2.5.2 do edital em pauta. Ainda, foi constatado que o balanço patrimonial e demonstrativo não tem assinatura dos sócios, conforme exigência legal, tendo somente do contador, o que é insuficiente; c) O consórcio **Centro Oeste/AMP**, formado pelas empresas: **Centro Oeste de Marketing Ltda e Agência Multiface de propaganda Ltda**, cometeu as seguintes falhas: a) Centro Oeste não apresentou as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual, enquanto que a Multiface não apresentou procuração do representante nem representante, e ainda, deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual. Ademais, não foi apresentada certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor como é exigido pelo subitem 2.5.7 do edital, e na própria Lei de licitações, no artigo 31-II. Insta esclarecer que de conformidade com o disposto no inciso III do artigo 33 da Lei 8666/93, no caso de consórcio, é obrigatória a apresentação dos documentos de habilitação previstos nos artigos 28 a 31 da Lei, por parte de cada consorciado; d) No tocante à **Type Propaganda Ltda** , verificou-se que essa empresa deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadu-



2435

al, o que por si só, já caracteriza descumprimento às exigências editalícias, mormente ao subitem 2.5.2 do ato convocatório. Vale a pena destacar também que não apresentou a certidão negativa do Distribuidor da sede da pessoa jurídica, fato esse que enseja a infringência frontal ao subitem 2.5.7 do edital; e) Verificou-se que a empresa **Orion Comunicação e publicidade Ltda**, deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual e 1ª e 2ª Fazenda Pública Municipal, não atendendo pois ao subitem 2.5.2 do edital que alude à prova de regularidade fiscal. Descumpriu ainda o subitem 2.5.7 do ato convocatório, em razão de não ter apresentado certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ; f) A empresa **AB CORRÊA PROPAGANDA**, não apresentou as certidões negativas relativas às Fazendas Públicas 1ª e 2ª Estadual e Municipal, o que caracteriza descumprimento ao subitem 2.5.2 do edital; g) O consórcio constituído das empresas: **Verbo Comunicação Ltda e Identidade Comunicação e Assessoria gráfica Ltda.**, também não cumpriu na íntegra com as exigências editalícias, uma vez que as duas empresas consorciadas deixaram de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Estadual e 1ª e 2ª Municipal, o que afronta ao disposto no subitem 2.5.2 do instrumento convocatório. Há de instar inclusive que no mínimo, visando como desiderato o interesse público, a Douta Comissão de Licitação, antes de habilitar no certame licitacional em tela, o consórcio ora referendado, deveria usar da prerrogativa prevista no § 3º do artigo 43, da Lei 8.666/93, procedendo a diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, para uma verificação mais acurada se na atual conjuntura, a Verbo Comunicação terá as mínimas condições de cumprir eventuais compromissos a serem firmados em decorrência do pleito em apreço. O fato é que no cartório distribuidor consta uma ação civil pública de autoria do Ministério Público, distribuída em 08/07/1999, no valor de R\$ 1.821.065,59 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em tramitação na 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, sob nº 199901365512, em desfavor da empresa Verbo Comunicação Ltda; o que reforça nossa tese anterior que o fato de eventualmente o Licitante Ter a Certidão Negativa de Débito expedida pelo órgão não deve isentar a necessidade de apresentar a Negativa Expedida pelas

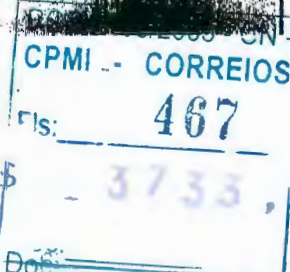
RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	466
3735	
Doc:	

Fazendas Públicas Estaduais e Municipais, h) No que tange à empresa **MULTIPROPAGANDA**, também deixou de apresentar as certidões negativas da 1ª e 2ª Fazenda Pública Estadual, tendo descumprido consequentemente ao disposto no subitem 2.5.2 do ato convocatório "sub examen".



1.5- É deveras relevante e imprescindível trazer à colação que o pleito licitatório em tela está ~~elivado de vícios~~ em toda sua tramitação, o que ensancha-nos a convocação de que deve ser anulado. A Lei 8666/93, em seu artigo 49, "caput", é por demais explícita e taxativa, quando preceitua "in verbis": "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ~~devendo anulá-la por ilegalidade~~, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;"

1.6- Dentre as flagrantes ilegalidades perpetradas no certame podemos destacar as principais que são: a) Foi alterado substancialmente o edital, em 27 de setembro de 1999, pasmem! há somente quatro dias de antecedência da data designada para recebimento dos envelopes (01-10-99), ~~sem que sequer o certame fosse prorrogado~~. Alterou-se o subitem 1.3 que alude a forma de execução dos serviços independentemente do grupo de contas no qual foram declaradas vencedoras, o subitem 7.1 - Do julgamento da proposta técnica, sendo fixada a nota mínima de 50 pontos na proposta técnica para que as empresas sejam classificadas, o item 8- Do julgamento das propostas de preços - subitem 8.6, tendo sido alterada a fórmula para julgamento da proposta de preços, e ainda, o subitem 13.5, acrescentando-se: "Os recursos devem ser dirigidos à autoridade competente, através da Presidente da Comissão." Ocorre que toda e qualquer alteração nos termos do edital, implica imprescindivelmente em reabrir todo o prazo sob pena de nulidade, a não ser no caso específico em que a alteração não venha de qualquer modo a afetar a formulação das propostas. No caso vertente, estão sendo alterados itens pertinentes ao julgamento tanto da proposta técnica como da proposta de preços. O § 4º do artigo 21, da Lei 8666/93,



assim estatui: " Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas."; b) Ressalte-se que é no mínimo estranho e pode até ferir o irrelevável princípio da competitividade, o procedimento da Douta Comissão Especial de Licitação da SECOM - GO, no que concerne à resposta a questionamentos feitos pela B&W3, ora recorrente. Em 28 de setembro de 1999, esta recorrente enviou fax à Ilmª Srª Leila Maria Cunha Prudente - M.D. Presidente da Comissão Especial de Licitação, com o seguinte teor: *"Enviamos dois fax solicitando esclarecimentos, um no dia 20/09/99 e outro no dia 21/09/99, no segundo solicitávamos a confirmação do recebimento do primeiro. Até a presente data não obtivemos qualquer resposta a nossos questionamentos, o que poderá prejudicar a apresentação de nossa proposta, já que se avizinha o prazo de apresentação. Em função dessa demora(até hoje 7 dias), vimos por meio desta solicitar a prorrogação do prazo da licitação, para que possamos em tempo promover o desenvolvimento do trabalho, dentro da qualidade que nos é peculiar. Certos de contar com sua compreensão e não tendo neste pedido nenhum motivo de procrastinação, mas sim de justiça. Desde já manifestamos nossos votos de estima e consideração."* Ato contínuo, na mesma data (28/09), a Comissão respondeu por fax, aduzindo: "...No que se refere ao portfólio da Agência, pode o mesmo ser utilizado para comprovar a capacidade técnica no envelope de documentação." Diante de tal resposta, e considerando que esclarecimentos a eventuais dúvidas relacionadas com o pleito licitacional, desde que firmados pela Comissão de Licitação, se constituem em parte integrante do edital, passamos a elaborar nossa documentação e propostas segundo aquela diretriz. Ocorre que, no dia 30 de setembro de 1999, através do ofício 58/99, via fac-símile, portanto na véspera da licitação, fomos informados de que o portfólio da agência poderia ser incluído junto com a proposta técnica, razão pela qual, era para ser desconsiderada a orientação contida na correspondência do dia 28-09-99, que tinha recomendado que o portfólio deveria ser incluído no envelope de documentação. Como, houve essa alteração significativa na véspera da data designada para entrega dos envelopes em Goiânia - GO, tendo o fax sido re-

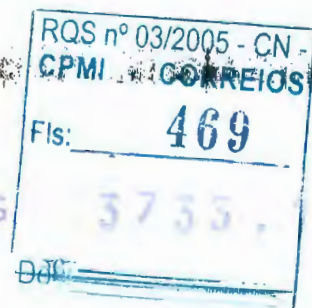
SECOM
Fls. 2437
Rubrica

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 468
3735
Doc:

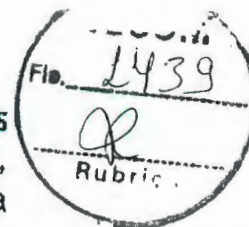
2438
R

cebido em Campo Grande - MS, houve indubitavelmente prejuízo líquido e certo da recorrente e uma dificuldade imensurável para sua participação que se constitui até num verdadeiro cerceamento ao seu direito subjetivo de participar de certames licitatórios, quando ao contrário, deveria a Comissão propugnar pelo aumento na circunscrição do universo de proponentes, deflagrando destarte, os princípios imutáveis da competitividade e da impessoalidade. Em face dessa gafe da Comissão, em ter dado uma informação no dia 28, de que o portfólio deveria ser inserido no envelope de documentação, e logo dois dias após, mandar desconsiderar aquela orientação, e aduzir que esse portfólio poderia ser incluído no envelope de proposta técnica, está mais do que evidenciado sem sombra de dúvidas que tal procedimento afetou a formulação das propostas e diante desse fato, a ilação lógica seria a necessidade de se prorrogar o certame, reabrindo-se o prazo fixado originariamente, nos termos insculpidos pelo artigo 21, § 4º, da Lei 8666/93, atualizada pelas Leis 8883/94, e, 9648/98, sob pena de incidir em nulidade, inquinando o certame de vício insanável; c) Vale a pena asseverar que mesmo com a modificação da primeira parte do subitem 13.5 do edital, acrescentando-se a frase: "os recursos devem ser dirigidos à autoridade competente, através da Presidente da Comissão", ainda assim, o aludido subitem está flagrantemente contrário à disposição de lei. Por esse dispositivo, a Comissão proferirá a decisão dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, quando na realidade, segundo os parâmetros legais pertinentes, a Comissão poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazer subir o recurso devidamente informado à autoridade superior para decisão final. Eis a redação do § 4º do artigo 109 do Códex em referência: "O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."

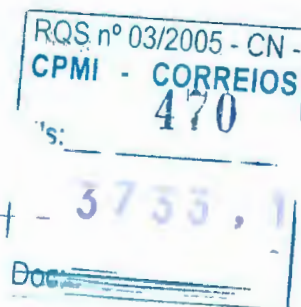
1.7- Nesta ordem de idéias, foram apontados tópicos concernentes à licitação em questão, suficientes para se inviabilizar o certame



desde sua inicialização, englobando-se por conseguinte, as fases posteriores. É que " A nulidade de um ato, no curso da licitação, dificilmente reduz seus efeitos a apenas o ato viciado. A natureza procedimental da licitação acarreta um vínculo de sucessividade entre as diversas fases e os diversos atos que se sucedem no tempo. Como regra, os atos anteriores definem e condicionam os atos posteriores. O vício de um ato contamina os que a ele se sucedem, desde que por ele sejam condicionados. Isso permite afirmar que, quanto mais antecedente (no curso da licitação) seja o ato viciado, tanto mais extensa será a série de atos contaminados pelo vício . Logo, todos os atos posteriores perderão seu fundamento de validade." (Marçal Justen Filho -in Comentários à LEI DE Licitações e Contratos Administrativos - 4ª edição - Editora Aide - p. 255-257).



1.8- Necessário trazer ao bojo desta peça recursal que , o Administrador público tem que se cercar de cautelas visando como corolário, coibir toda e qualquer atitude que provoque discriminação entre os participantes que possuem requisitos para atenderem ao objeto posto em licitação, sob pena de se permitir uma condução do processo que leve a um julgamento faccioso que até poderá eventualmente conduzir o julgamento do pleito licitatório para a situação proibida de se desigualar os iguais ou igualar os desiguais . Assim sendo, os participantes da licitação têm assegurado direito público subjetivo a que sejam observadas fielmente as regras formais estipuladas para o procedimento, sem que, isso redunde em se apoiar exigências inúteis ou desnecessárias. Realmente, a licitação busca essencialmente que exista competitividade entre os participantes pelo que, se ficar comprovado por qualquer meio, a sua inexistência, não há licitação, e sim, simulação. Em razão desse escopo, o interesse público deve preponderar sempre no julgamento da licitação, pelo que fica vedada, na prática desse ato, qualquer dose por menor que seja de discricionariedade não autorizada por lei. Hodiernamente, tem-se plena convicção de que a ;proibidade administrativa é um dos valores constitucionais que deve ser resguardado nos procedimentos licitatórios, no mesmo nível da igualdade e da publicidade. O irrelegável princípio da competitividade tem o condão de configurar para todos os efeitos que, na licitação, oportuniza-se a que vários interessados licitem, formulando suas propostas,



RECUM
Fls. 2440
R
Rubrica

com a finalidade precípua de que a Administração pública tenha condições de optar pela proposta mais vantajosa, entre quaisquer proponentes, desenhando-se assim, a figura da competição com lisura e probidade. Demais disso, o princípio da impessoalidade administrativa é tão relevante que pode ser visto sob dois ângulos. A uma; na visão do administrado-licitante, não pode o administrador tratá-lo diferentemente dos demais, tornando-os desiguais, por puro e simples arbítrio, sem motivação no interesse da Administração. O benefício de um, em detrimento dos outros, viola o princípio da impessoalidade. A duas; na visão do administrador, quem, decide, quem age, quem movimenta o processo de licitação são as pessoas como servidores ou agentes públicos. O ato praticado, pelo princípio da impessoalidade, não é do servidor ou do agente público, e sim, do órgão ou repartição a qual ele representa. Consoante o escólio do Professor José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, p. 562, Ed. RT, 6ª edição), "os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário."

II - DA FUNDAMENTAÇÃO :

2.1- A habilitação é a fase do procedimento licitatório caracterizada pela verificação sob o aspecto jurídico, fiscal, econômico-financeiro e técnico, da idoneidade do licitante que virá firmar a avença com o Poder Público.

2.2- Para aferir essa habilitação, a entidade licitadora, consoante o destacado Mestre administrativista da PUC/SP, Celso Antônio Bandeira de Mello, "só poderá se valer dos critérios estabelecidos na lei de licitações. A estrita obediência a eles é indispensável. Sua violação acarreta a nulidade do ato.

2.3 A Lei n.º 8666/93, consolidada pela Lei 8883/94, que norteia as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública, dispõe em seu artigo 27, que, para se verificar a habilitação de

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
Fls. 471
R\$ 3733,1
Doc.

LICITAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PROTOCOLO SETORIAL

Anexo III

Formulário de contato com campos para:

- ENDEREÇO
- CIDADE
- CEP
- UF
- PAÍS
- TELEFONE
- E-MAIL

Volume VII

RGD n. 032005 CM -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº _____
3733,1

Doc. _____

End.: Rua SC-1, nº 299
Pq. Santa Cruz - Goiânia-GO
CEP: 74860-270

Informações:
Fones: 201-7625
201-7600

SECO
2441
R
dados
dado licitante, nada poderá ser exigido além do rol nele contido. Diz a lei: "art.27- Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados exclusivamente, documentação relativa a :

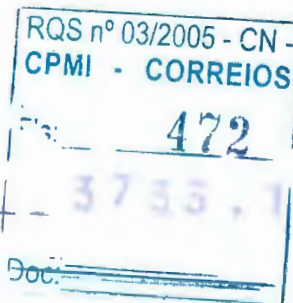
- I- habilitação jurídica;
- II- qualificação técnica
- III- qualificação econômico-financeira;
- IV- regularidade fiscal;

2.4- Logo, toda exigência habilitatória, mesmo constante do instrumento convocatório, que não se subsuma em alguns dos itens acima, constituir-se-á em exigência abusiva e via de consequência, ilegal.

2.5- Não devemos olvidar que a documentação exigida para habilitação em licitações, deverá ser analisada em subsunção com o inciso XXI, do artigo 37, da CF/88. DI-LO:

" XXI- Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

2.6- Ora, o instrumento convocatório tem certa liberdade para estabelecer determinadas exigências, entretanto, essas exigências têm como parâmetro, a lei de licitações, e esta, à Constituição Federal, por força do princípio da hierarquia das normas. Não se pode pois, deixar de inabilitar empresas que tenham cometido erros sejam sob o aspecto formal ou de mérito, pois em assim agindo, estará o órgão colegiado julgador, comprometendo a isonomia constitucional, e ferindo frontalmente o princípio ir-relegável da impessoalidade.



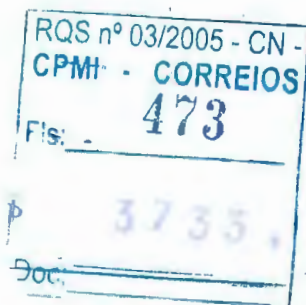


2.7 - Indubitavelmente, chega-se a ilação após uma análise perfunctória, que a Ilustre Comissão de Licitação, talvez inadvertidamente, infringiu frontalmente ao artigo 3º "caput", da Lei 8666/93, mormente no tocante ao princípio da impessoalidade, haja vista que, embora seja o edital, a norma interna da licitação, a matriz do futuro contrato, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam, mesmo que não reproduzidas em seu texto. A Comissão também descumpriu as disposições consubstanciadas pelos artigos 44 e 45, do Diploma Legal sub examen, haja vista que, o julgamento deve se apoiar em critérios puramente objetivos sem a menor subjetividade.

2.8- MARÇAL JUSTEN FILHO, (op. citada), Doutor em direito, preleciona: "A titularidade e a eficácia do direito de licitar não podem ser frustradas através da fixação de condições excessivas ou abusivas. As condições do direito de licitar estão delimitadas legalmente."

Ocorre que, estando delimitadas legalmente, é óbvio e ululante que os proponentes que não atendam aos parâmetros legais pertinentes, deverão ser alijados do certame licitatório em decorrência dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos, cujos princípios irrelegáveis são consectários da isonomia constitucional, mola propulsora em todo regime democrático de direito.

2.9- Esta recorrente, cumpriu com todas as exigências contidas no ato convocatório que comprovaram que ela no plano econômico-financeiro, jurídico-fiscal e técnico, possui idoneidade e totais condições de ser habilitada, como realmente o foi.



35
Fls. 1443
R
Rubrica

2.10- É cediço que o objetivo da licitação se constitui no maior cotejo possível de propostas, não devendo a Administração Inabilitar licitantes por circunstâncias estranhas à qualificação objetiva para licitar. Mas, se não cumprirem com as exigências editalícias, não poderão prosseguir no certame, sob pena de infração ao irrelegável princípio da indisponibilidade do interesse público. Assim agindo, estará o administrador chocando-se frontalmente com o interesse maior que é o interesse público.

2.11- É imprescindível trazer à colação que conforme a SÚMULA 473 do STF, a Administração pública pode rever seus atos a qualquer tempo(princípio da auto-tutela). Daí, infere-se que o normal é que a Insígne Comissão Especial de Licitação, reconsidere sua decisão e julgue inabilitadas neste pleito licitatório em apreço, as empresas e os consórcios de empresas mencionados no item 1.4 desta peça recursal, em decorrência de que não preencheram as condições editalícias. A Lei 8666/93, no artigo 41 "caput", aduz "in verbis": " A Administração não poderá descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada."

III- DO PEDIDO

EM FACE DO EXPOS-

TO REQUER:

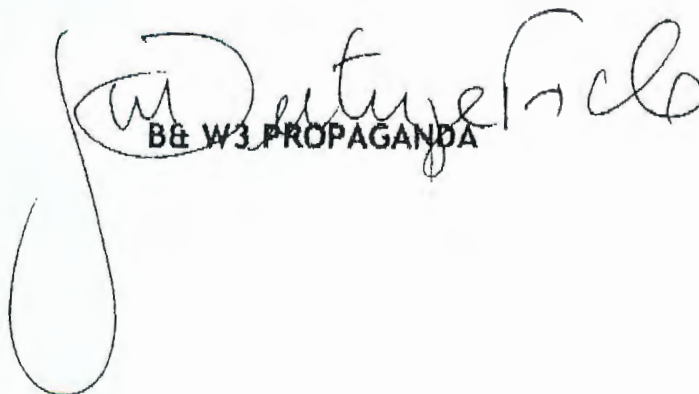
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
474
3733
Doc:

Que, seja reconsiderada a douda decisão que habilitou as empresas e consórcios mencionados no item 1.4 deste recurso, tendo em vista que é ilegal e abusiva, uma vez que, viola dispositivos constitucionais e da legislação ordinária retrotranscritas, bem como, é contrária ao interesse público. Caso não seja esse o entendimento de V. Ex^a, que seja anulada a licitação em epígrafe, por estar inquinada de vício insanável, instaurando-se novo procedimento licitacional em estrita obediência às normas que norteiam as licitações e as contratações públicas.

NESTES EXATOS TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

Campo Grande-MS; 18 de outubro de 1999.


BE W3 PROPAGANDA





ESTADO DE GOIÁS



Ofício n.º 068/99

Goiânia, 8 de novembro de 1999.

Senhor Ouvidor-Geral,

Em resposta ao Ofício n.º 428 GAB/OGEC, datado de 27.10.99, temos os seguintes esclarecimentos a prestar.

Está sendo realizado pela Secretaria de Comunicação processo licitatório, com a finalidade de contratar agências de publicidade. Na fase de apresentação dos documentos exigidos pelo Edital, uma das empresas licitantes foi inabilitada, por não ter apresentado as "demonstrações contábeis", conforme exigia o item 2.5.6 do Edital.

A empresa inabilitada, 3º Milenium Comunicação, recorreu da decisão, pedindo sua reconsideração. Contudo, por ausência de amparo legal, seu pedido foi indeferido.

Outro recurso foi interposto, desta vez pela empresa B&W 3 Propaganda, visando a inabilitação de outras empresas. Requeria, ainda, que o processo licitatório fosse declarado nulo, alegando que houve alterações no Edital às vésperas da abertura do certame.

Alega o denunciante que foram habilitadas empresas que não apresentaram os documentos exigidos no instrumento convocatório. Razão não assiste ao denunciante, pois que as empresas habilitadas o foram porque cumpriram todas as determinações do Edital. As supostas falhas apresentadas pelo denunciante no recurso interposto, foram uma a uma refutadas quando da apreciação daquele recurso e, julgas improcedentes por serem infundadas.

Quanto às alterações no Edital, realmente ocorreram quando o processo já estava em curso. Contudo, as modificações foram meramente explicativas, razão pela qual não houve necessidade de nova publicação do Edital e reabertura dos prazos para oferecimento dos envelopes de documentação e proposta, não merecendo, portanto, acolhida, as alegações suscitadas pelo denunciante.

O processo licitatório em questão vem sendo conduzido dentro dos parâmetros da legalidade e em obediência às normas estabelecidas na Lei n.º 8.666/93. As supostas irregularidades apontadas pelo denunciante são inverídicas e improcedentes. Ressalte-se que, na reunião de julgamento da habilitação, foi expressamente manifestado à Comissão de Licitação um "voto de louvor", em virtude do zelo e correção com que vem conduzindo o

Ao Exm.º Sr.

Dr. **CLARISMAR FERNANDES DOS SANTOS**

DD. Ouvidor-Geral do Estado e do Cidadão

Nesta.

Recebi em 16-12-99
Alice Tereza Batista

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	476
3733	
Doc:	




ESTADO DE GOIÁS

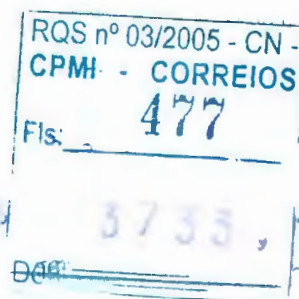


Continuação do Ofício n.º _____, datado de 8.11.99.

processo; e, ainda na mesma reunião, parabenizou o Estado de Goiás, por intermédio da Comissão de Licitação, pela iniciativa pioneira de realizar uma Concorrência Pública visando a contratação de serviços de publicidade.

À oportunidade, apresento a V. Ex.^a os protestos de minha real estima e distinto apreço.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão



2447
PB

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

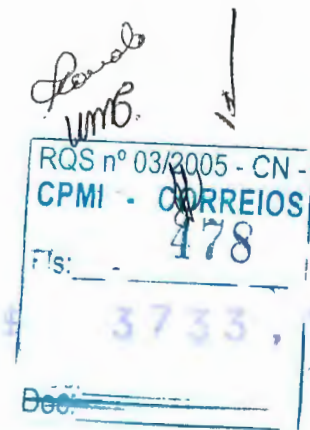
ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, reuniu-se, na data de 20 de dezembro de 1999, com a finalidade de apreciar e julgar as propostas técnicas apresentadas pelas empresas licitantes na Concorrência nº 001/99, nos termos do item 7.1 do Edital, procedendo-se da seguinte forma:

Tendo em vista as alegações de alguns licitantes na sessão de abertura dos volumes referentes às propostas técnicas, de que algumas empresas teriam entregue diversas peças de um mesmo meio, a Comissão entende que o item 3.1.2, referente à capacidade criativa, não limitou o número de peças, e que a interpretação correta do item é a de que deve haver **uma mensagem** redigida, acompanhada de exemplos de **peças** (observe-se que esta palavra no texto está no plural) que corporifiquem a mensagem criada pelo licitante. Estas peças deveriam vir em **layouts, roteiros e textos**, estes sim limitados a um para cada peça.

Em seguida a Comissão procedeu ao exame da adequação das peças aos termos do edital, verificando-se não haver nenhuma empresa que apresentou suas peças em desconformidade com o exigido, não sendo, portanto, constatado nenhum caso de desclassificação. O material entregue nos termos do item 2.4.1.3, que teve apenas a finalidade de ilustrar as propostas técnicas foi aceito pela Comissão, sendo desprezado qualquer outro que não tivesse relação direta com o tema da proposta, tais como demonstrações de trabalhos anteriores, ou mesmo portfólio de serviços já realizados para outros clientes.

Sobre o questionamento da inclusão dos valores na estratégia de mídia, a Comissão observou que algumas empresas simularam valores, o que no entanto, não tendo sido feito por outras, não foi motivo de desclassificação, uma vez que não havia exigência expressa nesse sentido, e que o preço real vai ser discutido na proposta de preços, considerando-se esse tipo de licitação (Melhor Técnica), em que o preço não é condição para determinar o vencedor, mas apenas meio de negociação (item 8.8).





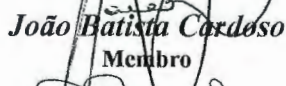
Assim, todas as empresas habilitadas tiveram as suas propostas avaliadas e receberam as notas técnicas, lançadas por cada membro da Comissão, feita posteriormente a média, conforme tabelas anexas, tendo sido observados rigidamente os termos do edital, cujos quadros com os resultados classificatórios dos cinco grupos acompanham a presente.

Observando-se, finalmente, que nenhuma empresa obteve nota inferior a cinco, não ocorreu nenhuma desclassificação por nota.

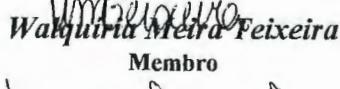
Tendo em vista a ocorrência de mais de um licitante ter sido vencedor em mais de um grupo, deverá haver necessariamente a opção por um deles, nos termos do item 2.13, o que vai alterar o resultado, razão por que, após essa fase, e transcorridos os prazos recursais, ou julgados os recursos porventura interpostos, será elaborado o relatório final para fins de homologação e adjudicação.

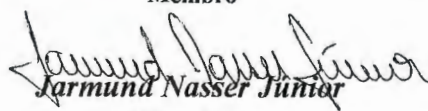
Desta forma, nada mais havendo a se discutir, encerrou-se a presente sessão, eu WALQUÍRIA MEIRA TEIXEIRA, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada por todos os membros da Comissão presentes.


Leila Maria Cunha Prudente
PRESIDENTE


João Batista Cardoso
Membro


Arbellia Covolo Gomes
Membro


Walquíria Meira Teixeira
Membro


Jarumund Nasser Junior
Membro

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 479

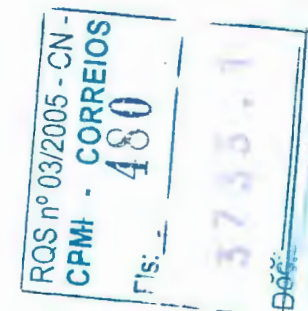
3733.1
Doc:



AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA Nº 001/99

GRUPO 1



QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	87,00	1º LUGAR
TTA	81,00	2º LUGAR
CANNES	78,80	3º LUGAR
FISHER	77,40	4º LUGAR
C. CENTRO OESTE /AMP E NOVA AGÊNCIA	75,80	5º LUGAR
AB CORRÊA	73,00	6º LUGAR
C. DE IDÉIAS E TYPE	72,60	7º LUGAR
B&W3	69,80	8º LUGAR
IRTERVIRTUAL	68,20	9º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	63,80	10º LUGAR
ORION	58,20	11º LUGAR

unBasilva

[Handwritten signatures and initials]

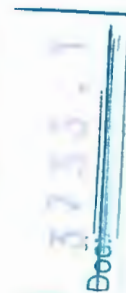
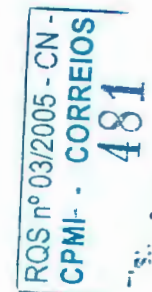


PROPOSTA TÉCNICA

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/99

GRUPO 2



QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	88,40	1º LUGAR
CANNES	84,00	2º LUGAR
FISHER E NOVA AGÊNCIA	78,00	3º LUGAR
C. DE IDÉIAS	72,60	4º LUGAR
C. CENTRO OESTE / AMP	71,80	5º LUGAR
IRTERVIRTUAL	71,40	6º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	70,40	7º LUGAR
B&W3	70,20	8º LUGAR
ORION	58,20	9º LUGAR

imbecilidade
[Handwritten signatures and initials]

L45L
Q

PROPOSTA TÉCNICA

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/99

GRUPO 3

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
482

378317
Doc.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	87,00	1º LUGAR
CANNES	81,40	2º LUGAR
TYPE	79,60	3º LUGAR
FISHER	77,40	4º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	77,00	5º LUGAR
C. CENTRO OESTE /AMP	75,80	6º LUGAR
C. DE IDÉIAS	75,00	7º LUGAR
B&W3	73,40	8º LUGAR
IRTERVIRTUAL	68,80	9º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	65,00	10º LUGAR
ORION	58,20	11º LUGAR

umBeisera
[Signature]
[Signature]
[Signature]



PROPOSTA TÉCNICA

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA Nº 001/99

GRUPO 4

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
483

3755

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
SMP&B	90,40	1º LUGAR
C. VERBO E IDENTIDADE	85,20	2º LUGAR
TTA	84,60	3º LUGAR
FISHER	81,20	4º LUGAR
CANNES	80,40	5º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	78,60	6º LUGAR
C. CENTRO OESTE /AMP	76,80	7º LUGAR
TYPE	76,60	8º LUGAR
C. DE IDÉIAS	75,00	9º LUGAR
B&W3	69,80	10º LUGAR
IRTERVIRTUAL	69,40	11º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	67,20	12º LUGAR
ORION	62,00	13º LUGAR

unbairva
[Signature]
[Signature]



PROPOSTA TÉCNICA

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/99

GRUPO 5

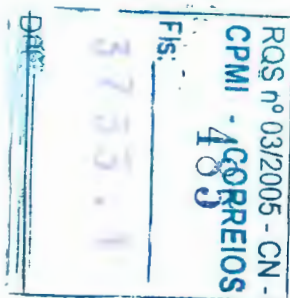
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	85,20	1º LUGAR
TTA	82,00	2º LUGAR
CANNES	81,00	3º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	79,00	4º LUGAR
FISHER	77,40	5º LUGAR
TYPE	77,00	6º LUGAR
C. CENTRO OESTE /AMP	75,80	7º LUGAR
C. DE IDÉIAS	72,60	8º LUGAR
B&W3	70,60	9º LUGAR
INTERVIRTUAL	68,20	10º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	63,80	11º LUGAR
ORION	58,20	12º LUGAR

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
484

5753
Doc

unBiceva
[Signature]
[Signature]



GRUPO 1

QUESITO A) RACIOCÍNIO BÁSICO

OK.

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALKÍRIA MEIRA	AGNALDO FARIA	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
CANNES	22	19	22	18	18	99,00	19,80
C. DE IDÉIAS	22	19	20	18	19	98,0	19,60
C. CENTRO OESTE / AMP	16	14	14	12	15	71,00	14,20
TYPE	18	17	17	14	16	82,00	16,40
NOVA AGÊNCIA	18	17	16	16	17	84,00	16,80
TTA	20	18	18	18	19	93,00	18,60
FISHER	22	20	21	18	20	101,00	20,20
B&W3	15	15	15	12	17	74,00	14,80
ÓRION	15	15	14	13	12	69,00	13,80
IRTERVIRTUAL	16	17	19	15	17	84,00	16,80
C. MULTIGOIÁS	15	10	12	10	10	57,00	11,40
AB CORRÊA	18	18	17	17	17	87,00	17,40
C. VERBO E IDENTIDADE	20	19	23	18	20	100,00	20,00

Doc:

5753-1

R.S.:

486

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

SECOM

GRUPO 1

QUESITO B) CAPACIDADE CRIATIVA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND NASSER	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
CANNES	20	16	17	17	17	87,00	17,40
C. DE IDÉIAS	20	19	18	15	18	90,00	18,00
C. CENTRO OESTE / AMP	20	20	21	18	22	101,00	20,20
TYPE	20	19	17	16	20	92,00	18,40
NOVA AGÊNCIA	20	20	18	16	20	94,00	18,80
TTA	22	21	22	17	21	103,00	20,60
FISHER	20	20	20	16	18	94,00	18,80
B&W3	20	20	21	18	20	99,00	19,80
ÓRION	15	13	12	10	10	60,00	12,00
IRTERVIRTUAL	16	15	15	14	13	73,00	14,60
C. MULTIGOIÁS	18	17	19	15	15	84,00	16,80
AB CORRÊA	15	16	17	14	16	78,00	15,60
C. VERBO E IDENTIDADE	22	21	23	20	22	108,00	21,60

Doc: 3733,1
 FLS: 487
 ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

GRUPO 1

QUESITO C) QUALIDADE TÉCNICA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JARMUND JUNIOR	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
CANNES	18	16	15	14	13	76,00	15.20
C. DE IDÉIAS	16	16	12	11	14	69,00	13.80
C. CENTRO OESTE / AMP	18	16	15	15	15	79,00	15.80
TYPE	18	17	10	10	15	70,00	14.00
NOVA AGÊNCIA	18	18	15	16	15	82,00	16.40
TTA	18	17	16	14	17	82,00	16.40
FISHER	18	19	15	17	14	78,00	15.60
B&W3	16	16	14	13	15	74,00	14.80
ÓRION	10	13	10	10	10	53,00	10.60
IRTERVIRTUAL	12	15	13	12	12	64,00	12.80
C. MULTIGOIÁS	12	17	14	13	13	69,00	13.80
AB CORRÊA	12	18	16	12	12	70,00	14.00
C. VERBO E IDENTIDADE	18	19	20	18	16	91,00	18.20

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 FLS: 488
 3733

SECOM
 15/04/2005
 18.20

GRUPO 1

QUESITO D) ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
CANNES	9	9	8	9	8	43,00	8.60
C. DE IDÉIAS	6	5	5	5	5	26,00	5.20
C. CENTRO OESTE / AMP	8	7	7	7	7	36,00	7.20
TYPE	9	8	8	9	9	43,00	8.60
NOVA AGÊNCIA	9	9	9	9	9	45,00	9.00
TTA	8	8	8	8	7	39,00	7.80
FISHER	8	7	8	7	6	36,00	7.20
B&W3	6	5	7	6	6	30,00	6.00
ÓRION	7	7	7	7	6	34,00	6.80
IRTERVIRTUAL	7	6	6	6	5	30,00	6.00
C. MULTIGOIÁS	5	5	5	5	6	26,00	5.20
AB CORRÊA	8	9	8	8	8	41,00	8.20
C. VERBO E IDENTIDADE	10	9	9	9	10	47,00	9.40

RGS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 FLS: 489
 3735,1
 Data:

14
 11/06/05
 14

GRUPO 1

QUESITO E) ESTRATÉGIA DE MÍDIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
CANNES	18	17	18	17	19	89.00	17.80
C. DE IDÉIAS	16	16	16	17	15	80.00	16.00
C. CENTRO OESTE / AMP	19	18	18	19	18	92.00	18.40
TYPE	16	15	14	16	15	76.00	15.20
NOVA AGÊNCIA	15	16	14	14	15	74.00	14.80
TTA	18	17	18	18	17	88.00	17.60
FISHER	16	15	16	16	15	78.00	15.60
B&W3	14	15	14	15	14	72.00	14.40
ÓRION	15	14	15	16	15	75.00	15.00
IRTERVIRTUAL	18	18	18	18	18	90.00	18.00
C. MULTIGOIÁS	17	17	16	16	17	83.00	16.60
AB CORRÊA	18	18	19	17	17	89.00	17.80
C. VERBO E IDENTIDADE	18	18	19	17	17	89.00	17.80

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 490

RECOM
Auditoria

GRUPO 1

MEMBRO:		LEILA MARIA C.	PRUDENTE			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
CANNES		22	20	18	9	18
C. DE IDÉIAS		22	20	16	6	16
C. CENTRO OESTE / AMP		16	20	18	8	19
TYPE		18	20	18	9	16
NOVA AGÊNCIA		18	20	18	9	15
TTA		20	22	18	8	18
FISHER		22	20	18	8	16
B&W3		15	20	16	6	14
ÓRION		15	15	10	7	15
IRTERVIRTUAL		16	16	12	7	18
C. MULTI GOIÁS		15	18	12	5	17
AB CORRÊA		18	15	12	8	18
C. VERBO E IDENTIDADE		20	22	18	10	18

Doc:

Fol:

491

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

11/01/00

umb.

GRUPO 1

MEMBRO:		ARBÉLIA COVOLO	GOMES			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
CANNES		19	16	16	9	17
C. DE IDÉIAS		19	19	16	5	16
C. CENTRO OESTE / AMP		14	20	16	7	18
TYPE		17	19	17	8	15
NOVA AGÊNCIA		17	20	18	9	16
TTA		18	21	17	8	17
FISHER		20	20	19	7	15
B&W3		15	20	16	5	15
ÓRION		15	13	13	7	14
IRTERVIRTUAL		17	15	15	6	18
C. MULTI GOIÁS		10	17	17	5	17
AB CORRÊA		18	16	18	9	18
C. VERBO E IDENTIDADE		19	21	19	9	18

ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS

Fis. 492

3753,1

Doc.

Fis.

SECOM

R. 1001

GRUPO 1

MEMBRO:		WALQUÍRIA MEIRA	TEIXEIRA			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
CANNES		22	17	15	8	18
C. DE IDÉIAS		20	18	12	5	16
C. CENTRO OESTE / AMP		14	21	15	7	18
TYPE		17	17	10	8	14
NOVA AGÊNCIA		16	18	15	9	14
TTA		18	22	16	8	18
FISHER		21	20	15	8	16
B&W3		15	21	14	7	14
ÓRION		14	12	10	7	15
IRTERVIRTUAL		19	15	13	6	18
C. MULTI GOIÁS		12	19	14	5	16
AB CORRÊA		17	17	16	8	19
C. VERBO E IDENTIDADE		23	23	20	9	19

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis:

493

Doc:

GRUPO 1

MEMBRO:		JOÃO BATISTA	CARDOSO			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
CANNES		18	17	13	8	19
C. DE IDÉIAS		19	18	14	5	15
C. CENTRO OESTE / AMP		15	22	15	7	18
TYPE		16	20	15	9	15
NOVA AGÊNCIA		17	20	15	9	15
TTA		19	21	17	7	17
FISHER		20	18	14	6	15
B&W3		17	20	15	6	14
ÓRION		12	10	10	6	15
IRTERVIRTUAL		17	13	12	5	18
C. MULTI GOIÁS		10	15	13	6	17
AB CORRÊA		17	16	12	8	17
C. VERBO E IDENTIDADE		20	22	16	10	17

Doc.

 ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 494

 FLS. 14
 RUBRICAS
 41

GRUPO 1

MEMBRO:	JARMUND N. JÚNIOR					
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
CANNES		18	17	14	9	17
C. DE IDÉIAS		18	15	11	5	17
C. CENTRO OESTE / AMP		12	18	15	7	19
TYPE		14	16	10	9	16
NOVA AGÊNCIA		16	16	16	9	14
TTA		18	17	14	8	18
FISHER		18	16	12	7	16
B&W3		12	18	13	6	15
ÓRION		13	10	10	7	16
IRTERVIRTUAL		15	14	12	6	18
C. MULTI GOIÁS		10	15	13	5	16
AB CORRÊA		17	14	12	8	17
C. VERBO E IDENTIDADE		18	20	18	9	17

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 495

De:

SEC 001/99
1464

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
496

GRUPO 2

QUESITO A) RACIOCÍNIO BÁSICO

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
FISHER	22	20	21	18	20	101,00	20,20
B&W3	15	15	16	12	17	75,00	15,00
NOVA AGÊNCIA	17	18	17	16	16	84,00	16,80
C. VERBO E IDENTIDADE	20	19	23	18	20	100,00	20,00
C. DE IDÉIAS	22	19	20	18	19	98,00	19,60
IRTERVIRTUAL	16	17	19	15	17	84,00	16,80
CANNES	23	20	23	18	19	103,00	20,60
C. MULTIGOIÁS	15	10	12	10	10	57,00	11,40
ÓRION	15	15	14	13	12	69,00	13,80
C. CENTRO OESTE / AMP	16	14	14	12	15	71,00	14,20

Doc. 5735.11
 Fica: 497
 ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

Rubrica

GRUPO 2

QUESITO B) CAPACIDADE CRIATIVA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
FISHER	20	20	20	16	18	94.00	18.80
B&W3	20	20	21	18	20	99.00	19.80
NOVA AGÊNCIA	22	20	20	19	21	102.00	20.40
C. VERBO E IDENTIDADE	23	22	23	22	23	113.00	22.60
C. DE IDÉIAS	20	19	18	15	18	90.00	18.00
IRTERVIRTUAL	18	17	17	16	16	84.00	16.80
CANNES	22	18	20	19	20	99.00	19.80
C. MULTIGOIÁS	20	20	20	19	19	98.00	19.60
ÓRION	15	13	12	10	10	60.00	12.00
C. CENTRO OESTE / AMP	20	16	15	15	15	81.00	16.20

Doc: _____

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 498

SECONDA

15/04/99

Hubrica

GRUPO 2

QUESITO C) QUALIDADE TÉCNICA

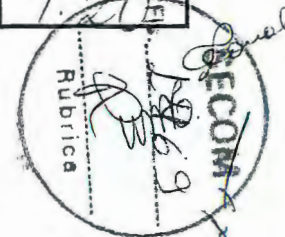
MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
FISHER	18	19	15	13	15	80.00	16.00
B&W3	16	16	14	13	15	74.00	14.80
NOVA AGÊNCIA	18	18	16	16	14	82.00	16.40
C. VERBO E IDENTIDADE	18	19	20	18	18	93.00	18.60
C. DE IDÉIAS	16	16	12	11	14	69.00	13.80
IRTERVIRTUAL	12	15	13	12	12	64.00	12.80
CANNES	18	16	17	16	15	82.00	16.40
C. MULTIGOIÁS	15	17	14	16	14	76.00	15.20
ÓRION	10	13	10	10	10	53.00	10.60
C. CENTRO OESTE / AMP	18	16	15	15	15	79.00	15.80

GRUPO 2

QUESITO D) ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
FISHER	8	7	8	7	6	36.00	7.20
B&W3	7	5	7	6	6	31.00	6.20
NOVA AGÊNCIA	10	10	10	9	9	48.00	9.60
C. VERBO E IDENTIDADE	10	9	9	9	10	47.00	9.40
C. DE IDÉIAS	6	5	5	5	5	26.00	5.20
IRTERVIRTUAL	7	7	8	7	6	35.00	7.00
CANNES	9	9	9	9	9	45.00	9.00
C. MULTIGOIÁS	8	7	7	8	7	37.00	7.40
ÓRION	7	7	7	7	6	34.00	6.80
C. CENTRO OESTE / AMP	8	7	7	7	7	36.00	7.20

ROS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls. 500
Boe: 3783.1



GRUPO 2

QUESITO E) ESTRATÉGIA DE MÍDIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
FISHER	16	15	17	16	15	79.00	15.80
B&W3	14	15	14	15	14	72.00	14.40
NOVA AGÊNCIA	15	16	14	14	15	74.00	14.80
C. VERBO E IDENTIDADE	18	18	19	17	17	89.00	17.80
C. DE IDÉIAS	16	16	16	17	15	80.00	16.00
IRTERVIRTUAL	18	18	18	18	18	90.00	18.00
CANNES	18	19	19	17	18	91.00	18.20
C. MULTIGOIÁS	17	17	17	16	17	84.00	16.80
ÓRION	15	14	15	16	15	75.00	15.00
C. CENTRO OESTE / AMP	19	18	18	19	18	92.00	18.40

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. 501

3733.1

Dat.

SECRETARIA

1470

1470

GRUPO 2

MEMBRO:		LEILA MARIA C.	PRUDENTE			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
FISHER		22	20	18	8	16
B&W3		15	20	16	7	14
NOVA AGÊNCIA		17	22	18	10	15
C. VERBO E IDENTIDADE		20	23	18	10	18
C.DE IDÉIAS		22	20	16	6	16
IRTERVIRTUAL		16	18	12	7	18
CANNES		23	22	18	9	18
C. MULTIGOIÁS		15	20	15	8	17
ÓRION		15	15	10	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		16	20	18	8	19

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 502
 5755,1
 Data:

Rubrica
 RECOM
 Fls. 504/511

GRUPO 2

MEMBRO:		ARBÉLIA COVOLO	GOMES			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
FISHER		20	20	19	7	15
B&W3		15	20	16	5	15
NOVA AGÊNCIA		18	20	18	10	16
C. VERBO E IDENTIDADE		19	22	19	9	18
C.DE IDÉIAS		19	19	16	5	16
IRTERVIRTUAL		17	17	15	7	18
CANNES		20	18	16	9	19
C. MULTIGOIÁS		10	20	17	7	17
ÓRION		15	13	13	7	14
C. CENTRO OESTE / AMP		14	16	16	7	18

0163

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

三

2

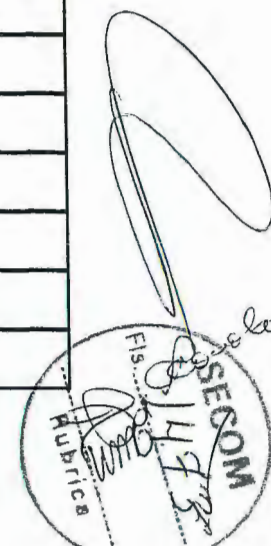
Φη

GRUPO 2

MEMBRO:		WALQUÍRIA MEIRA	TEIXEIRA			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
FISHER		21	20	15	8	17
B&W3		16	21	14	7	14
NOVA AGÊNCIA		17	20	16	10	14
C. VERBO E IDENTIDADE		23	23	20	9	19
C.DE IDÉIAS		20	18	12	5	16
IRTERVIRTUAL		19	17	13	8	18
CANNES		23	20	17	9	19
C. MULTIGOIÁS		12	20	14	7	17
ÓRION		14	12	10	7	15
CENTRO OESTE / AMP		14	15	15	7	18

CCS nº 03/2005 - CN -
CFMI - CORREIOS

Fls. 504



GRUPO 2

MEMBRO:		JOÃO BATISTA	CARDOSO			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
FISHER		20	18	15	6	15
B&W3		17	20	15	6	14
NOVA AGÊNCIA		16	21	14	9	15
C. VERBO E IDENTIDADE		20	23	18	10	17
C.DE IDÉIAS		19	18	14	5	15
IRTERVIRTUAL		17	16	12	6	18
CANNES		19	20	15	9	18
C. MULTIGOIÁS		10	19	14	7	17
ÓRION		12	10	10	6	15
C. CENTRO OESTE / AMP		15	15	15	7	18

Data:

Fis:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

505

5-3733,1

Rubric

GRUPO 2

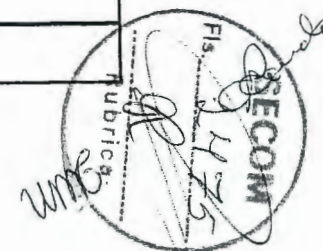
MEMBRO:		JARMUND N. JÚNIOR				
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
FISHER		18	16	13	7	16
B&W3		12	18	13	6	15
NOVA AGÊNCIA		16	19	16	9	14
C. VERBO E IDENTIDADE		18	22	18	9	17
C.DE IDÉIAS		18	15	11	5	17
IRTERVIRTUAL		15	16	12	7	18
CANNES		18	19	16	9	17
C. MULTIGOIÁS		10	19	16	8	16
ÓRION		13	10	10	7	16
CENTRO OESTE / AMP		12	15	15	7	19

Doc:

3735.1

15:

506

 FDS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS


GRUPO 3

NOTA TÉCNICA

MÉDIA (SOMATORIO/5)	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	SOMA DOS QUESITOS
EMPRESAS	A	B	C	D	E	NOTA TÉCNICA
TYPE	16.40	20.80	17.20	9.20	16.00	79.60
FISHER	20.20	18.80	15.60	7.20	15.60	77.40
B&W3	14.80	19.80	14.80	9.60	14.40	73.40
NOVA AGÊNCIA	18.40	18.80	16.00	9.00	14.80	77.00
C. VERBO E IDENTIDADE	20.00	21.60	18.20	9.40	17.80	87.00
C. DE IDÉIAS	20.20	18.60	14.80	5.40	16.00	75.00
IRTERVIRTUAL	16.80	14.80	13.00	6.20	18.00	68.80
CANNES	20.80	18.40	15.40	8.60	18.20	81.40
C. MULTIGOIÁS	11.40	17.60	13.80	5.40	16.80	65.00
ÓRION	13.80	12.00	10.60	6.80	15.00	58.20
C. CENTRO OESTE / AMP	14.20	20.20	15.80	7.20	18.40	75.80

Doc: 3755.1
 Fls: 507
 RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

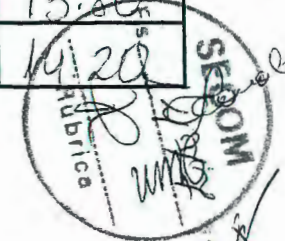
SECONDA
 1476
 2006

GRUPO 3

QUESITO A) RACIOCÍNIO BÁSICO

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TYPE	18	17	17	14	16	82.00	16.40
FISHER	22	20	21	18	20	101.00	20.20
B&W3	15	15	15	12	17	74.00	14.80
NOVA AGÊNCIA	20	18	18	17	19	92.00	18.40
C. VERBO E IDENTIDADE	20	19	23	18	20	100.00	20.00
C. DE IDÉIAS	22	20	20	19	20	101.00	20.20
IRTERVIRTUAL	16	17	19	15	17	84.00	16.80
CANNES	23	20	22	19	20	104.00	20.80
C. MULTIGOIÁS	15	10	12	10	10	57.00	11.40
ÓRION	15	15	14	13	12	69.00	13.80
C. CENTRO OESTE / AMP	16	14	14	12	15	71.00	14.20

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CARREIOS
 308
 3735



GRUPO 3

QUESITO B) CAPACIDADE CRIATIVA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TYPE	22	22	20	19	21	104.00	20.80
FISHER	20	20	20	16	18	94.00	18.80
B&W3	20	20	21	18	20	99.00	19.80
NOVA AGÊNCIA	20	20	18	16	20	94.00	18.80
C. VERBO E IDENTIDADE	22	21	23	20	22	108.00	21.60
C. DE IDÉIAS	21	20	17	16	19	93.00	18.60
IRTERVIRTUAL	16	15	15	14	14	74.00	14.80
CANNES	20	18	18	18	18	92.00	18.40
C. MULTIGOIÁS	18	18	19	17	16	88.00	17.60
ÓRION	15	13	12	10	10	60.00	12.00
C. CENTRO OESTE / AMP	20	21	18	22	20	101.00	20.20

BAC
 3/25, 1
 RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 509

RECIBO
 14/48
 Rubrica

GRUPO 3

QUESITO C) QUALIDADE TÉCNICA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUIRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TYPE	19	18	15	16	18	86.00	17.20
FISHER	18	19	15	12	14	78.00	15.60
B&W3	16	16	14	13	15	74.00	14.80
NOVA AGÊNCIA	18	18	14	15	15	80.00	16.00
C. VERBO E IDENTIDADE	18	19	20	18	16	91.00	18.20
C. DE IDÉIAS	16	16	15	12	15	74.00	14.80
INTERVIRTUAL	12	15	13	12	13	65.00	13.00
CANNES	18	17	15	14	13	77.00	15.40
C. MULTIGOIÁS	12	17	14	13	13	69.00	13.80
ÓRION	10	13	10	10	10	53.00	10.60
C. CENTRO OESTE / AMP	18	16	15	15	15	79.00	15.80

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Is: 510
3755,1

SRGCOM
14/9
Rubrica

GRUPO 3

QUESITO D) ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TYPE	10	8	10	9	9	46.00	9.20
FISHER	8	7	8	7	6	36.00	7.20
B&W3	6	5	7	6	6	48.00	9.60
NOVA AGÊNCIA	9	9	9	9	9	45.00	9.00
C. VERBO E IDENTIDADE	10	9	9	9	10	47.00	9.40
C. DE IDÉIAS	6	5	6	5	5	27.00	5.40
IRTERVIRTUAL	8	6	6	6	5	31.00	6.20
CANNES	9	9	8	9	8	43.00	8.60
C. MULTIGOIÁS	5	6	5	5	6	27.00	5.40
ÓRION	7	7	7	7	6	34.00	6.80
C. CENTRO OESTE / AMP	8	7	7	7	7	36.00	7.20

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 511
 Fls: 3735
 Data:

Rubrica
 15
 80

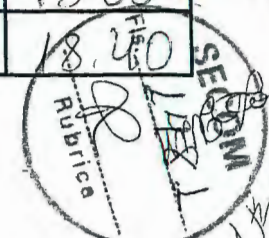
GRUPO 3

QUESITO E) ESTRATÉGIA DE MÍDIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TYPE	16	16	15	16	17	80.00	16.00
FISHER	16	15	16	16	15	78.00	15.60
B&W3	14	15	14	15	14	72.00	14.40
NOVA AGÊNCIA	15	16	14	14	15	74.00	14.80
C. VERBO E IDENTIDADE	18	18	19	17	17	89.00	17.80
C. DE IDÉIAS	16	16	16	17	15	80.00	16.00
IRTERVIRTUAL	18	18	18	18	18	90.00	18.00
CANNES	18	18	18	18	19	91.00	18.20
C. MULTIGOIÁS	17	17	16	17	17	84.00	16.80
ÓRION	15	14	15	16	15	75.00	15.00
C. CENTRO OESTE / AMP	19	18	18	19	18	92.00	18.40

Doc: 3735,1

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
512



GRUPO 3

MEMBRO:		LEILA MARIA C.	PRUDENTE			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TYPE		18	22	19	10	16
FISHER		22	20	18	8	16
B&W3		15	20	16	6	14
NOVA AGÊNCIA		20	20	18	9	15
C. VERBO E IDENTIDADE		20	22	18	10	18
C.DE IDÉIAS		22	21	16	6	16
INTERVIRTUAL		15	16	12	8	18
CANNES		23	20	18	9	18
C. MULTIGOIÁS		15	18	12	5	17
ÓRION		15	15	10	7	15
CENTRO OESTE / AMP		16	20	18	8	19

Data: 37.05.11

Fis: 513

RQS nº 03/2005 - CN -
CFM - CORREIOS


Handwritten signature and stamp, likely indicating approval or receipt.

GRUPO 3

MEMBRO:		ARBÉLIA COVOLO GOMES				
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TYPE		17	22	18	8	16
FISHER		20	20	19	7	15
B&W3		15	20	16	5	15
NOVA AGÊNCIA		18	20	18	9	16
C. VERBO E IDENTIDADE		19	21	19	9	18
C.DE IDÉIAS		20	20	16	5	16
IRTERVIRTUAL		17	15	15	6	18
CANNES		20	18	17	9	18
C. MULTIGOIÁS		10	18	17	6	17
ÓRION		15	13	13	7	14
C. CENTRO OESTE / AMP		14	20	16	7	18

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
514



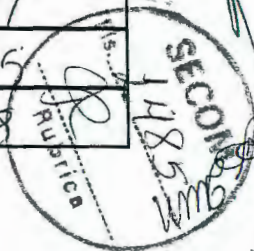
GRUPO 3

MEMBRO:		JOÃO BATISTA	CARDOSO			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TYPE		16	21	18	9	17
FISHER		20	18	14	6	15
B&W3		17	20	15	6	14
NOVA AGÊNCIA		19	20	15	9	15
C. VERBO E IDENTIDADE		20	22	16	10	17
C.DE IDÉIAS		20	19	15	5	15
IRTERVIRTUAL		17	14	13	5	18
CANNES		20	18	13	8	19
C. MULTIGOIÁS		10	16	13	6	17
ÓRION		12	10	10	6	15
C. CENTRO OESTE / AMP		15	22	15	7	18

Doc:

3735.1

Fis: 515

FOS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

GRUPO 3

MEMBRO:		WALQUÍRIA MEIRA	TEIXEIRA			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TYPE		17	20	15	10	15
FISHER		21	20	15	8	16
B&W3		15	21	14	7	14
NOVA AGÊNCIA		18	18	14	9	14
C. VERBO E IDENTIDADE		23	23	20	9	19
C.DE IDÉIAS		20	17	15	6	16
IRTERVIRTUAL		19	15	13	6	18
CANNES		22	18	15	8	18
C. MULTIGOIÁS		12	19	14	5	16
ÓRION		14	12	10	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		14	21	15	7	18

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
516

Handwritten signature and stamp.

GRUPO 3

MEMBRO:		JARMUND N. JÚNIOR				
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TYPE		14	19	16	9	16
FISHER		18	16	12	7	16
B&W3		12	18	13	6	15
NOVA AGÊNCIA		17	16	15	9	14
C. VERBO E IDENTIDADE		18	20	18	9	17
C.DE IDÉIAS		19	16	12	5	17
IRTERVIRTUAL		15	14	12	6	18
CANNES		19	18	14	9	18
C. MULTIGOIÁS		10	17	13	5	17
ÓRION		13	10	10	7	16
C. CENTRO OESTE / AMP		12	18	15	7	19

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

FIS: 517

Doc

Handwritten signature and stamp.

GRUPO 4

NOTA TÉCNICA

MÉDIA (SOMATORIO/5)	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	SOMA DOS QUESITOS
EMPRESAS	A	B	C	D	E	NOTA TÉCNICA
TTA	18.80	21.80	17.40	8.60	18.00	84.60
TYPE	16.60	19.60	16.00	8.40	16.00	76.60
FISHER	20.20	21.80	16.40	7.20	15.60	81.20
B&W3	14.80	19.80	14.80	6.00	14.40	69.80
C. VERBO E IDENTIDADE	20.00	19.80	18.20	9.40	17.80	85.20
C. DE IDÉIAS	19.60	18.00	14.00	6.40	17.00	75.00
IRTERVIRTUAL	16.80	15.80	12.80	6.00	18.00	69.40
NOVA AGÊNCIA	18.20	19.20	16.60	9.00	15.60	78.60
CANNES	20.20	18.20	15.40	8.60	18.00	80.40
C. MULTIGOIÁS	12.80	17.40	13.80	6.20	17.00	67.20
ÓRION	14.80	13.40	12.00	6.80	15.00	62.00
C. CENTRO OESTE / AMP	14.20	21.20	15.80	7.20	18.40	76.80
SMP&B	21.60	22.40	18.80	9.40	18.20	90.40

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

518

5735.1

De

SECOM

GRUPO 4

QUESITO A) RACIOCÍNIO BÁSICO

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	20	18	19	18	19	94.00	18.80
TYPE	18	17	17	15	16	83.00	16.60
FISHER	22	20	21	18	20	101.00	20.20
B&W3	15	15	15	12	17	74.00	14.80
C. VERBO E IDENTIDADE	20	19	23	18	20	100.00	20.00
C. DE IDÉIAS	22	19	20	18	19	98.00	19.60
IRTERVIRTUAL	16	17	19	15	17	84.00	16.80
NOVA AGÊNCIA	19	18	18	17	19	91.00	18.20
CANNES	21	20	22	19	19	101.00	20.20
C. MULTIGOIÁS	16	12	13	11	12	64.00	12.80
ÓRION	16	16	15	14	13	74.00	14.80
C. CENTRO OESTE / AMP	16	14	14	12	15	71.00	14.20
SMP&B	21	22	23	20	22	108.00	21.60

Def: 3733.1

Fls: 519

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

SECRETARIA

WMB.8

GRUPO 4

QUESITO B) CAPACIDADE CRIATIVA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	23	22	23	19	22	109.00	21.80
TYPE	21	20	19	18	20	98.00	19.60
FISHER	22	22	23	20	22	109.00	21.80
B&W3	20	20	21	18	20	99.00	19.80
C. VERBO E IDENTIDADE	21	19	20	19	20	99.00	19.80
C. DE IDÉIAS	21	18	17	16	18	90.00	18.00
IRTERVIRTUAL	17	16	16	16	14	79.00	15.80
NOVA AGÊNCIA	20	21	18	17	20	96.00	19.20
CANNES	21	17	18	17	18	91.00	18.20
C. MULTIGOIÁS	19	17	19	16	16	87.00	17.40
ÓRION	16	14	13	12	12	67.00	13.40
C. CENTRO OESTE / AMP	22	20	22	20	22	106.00	21.20
SMP&B	23	22	24	21	22	112.00	22.40

Doc: 3733, 1

Fis: 520

RAS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

SEGUNDA

18

GRUPO 4

QUESITO D) ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	9	9	8	9	8	43.00	8.60
TYPE	9	8	8	9	8	42.00	8.40
FISHER	8	7	8	7	6	36.00	7.20
B&W3	6	5	7	6	6	30.00	6.00
C. VERBO E IDENTIDADE	10	9	9	9	10	47.00	9.40
C. DE IDÉIAS	7	6	6	7	6	32.00	6.40
IRTERVIRTUAL	7	6	6	6	5	30.00	6.00
NOVA AGÊNCIA	9	9	9	9	9	45.00	9.00
CANNES	9	9	8	9	8	43.00	8.60
C. MULTIGOIÁS	6	6	6	6	7	31.00	6.20
ÓRION	7	7	7	7	6	34.00	6.80
C. CENTRO OESTE / AMP	8	7	7	7	7	36.00	7.20
SMP&B	10	9	9	9	10	47.00	9.40

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

Fis:

521

Data:

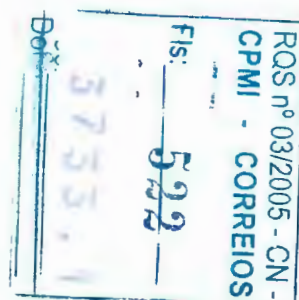
3758.1



GRUPO 4

QUESITO C) QUALIDADE TÉCNICA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	19	18	16	16	18	87.00	17.40
TYPE	18	17	16	14	15	80.00	16.00
FISHER	18	19	16	15	14	82.00	16.40
B&W3	16	16	14	13	15	74.00	14.80
C. VERBO E IDENTIDADE	18	19	20	18	16	91.00	18.20
C. DE IDÉIAS	16	16	12	12	14	70.00	14.00
IRTERVIRTUAL	12	15	13	12	12	64.00	12.80
NOVA AGÊNCIA	18	18	15	16	16	83.00	16.60
CANNES	18	16	15	14	14	77.00	15.40
C. MULTIGOIÁS	12	17	14	13	13	69.00	13.80
ÓRION	12	13	12	12	11	60.00	12.00
C. CENTRO OESTE / AMP	18	16	15	15	15	79.00	15.80
SMP&B	19	19	20	18	18	94.00	18.80



GRUPO 4

QUESITO E) ESTRATÉGIA DE MÍDIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	18	18	18	18	18	90.00	18.00
TYPE	17	16	14	16	17	80.00	16.00
FISHER	16	15	16	16	15	78.00	15.60
B&W3	14	15	14	15	14	72.00	14.40
C. VERBO E IDENTIDADE	18	18	19	17	17	89.00	17.80
C. DE IDÉIAS	17	17	17	17	17	85.00	17.00
IRTERVIRTUAL	18	18	18	18	18	90.00	18.00
NOVA AGÊNCIA	15	17	15	15	16	78.00	15.60
CANNES	17	18	18	18	19	90.00	18.00
C. MULTIGOIÁS	18	17	17	16	17	85.00	17.00
ÓRION	15	14	15	16	15	75.00	15.00
C. CENTRO OESTE / AMP	19	18	18	19	18	92.00	18.40
SMP&B	18	19	19	18	17	91.00	18.20

RAS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 FLS. 523
 375011

15/04/2005
 WMS
 19

GRUPO 5

MEMBRO:		JOÃO BATISTA	CARDOSO			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		21	21	17	7	17
TYPE		19	21	17	7	17
FISHER		20	18	14	6	15
B&W3		17	21	16	6	14
NOVA AGÊNCIA		19	21	15	9	15
C.DE IDÉIAS		19	18	14	5	15
IRTERVIRTUAL		17	13	12	5	18
CANNES		20	18	13	8	19
C. MULTIGOIÁS		10	16	13	6	17
ÓRION		12	10	10	6	15
C. CENTRO OESTE / AMP		15	22	15	7	18
C. VERBO E IDENTIDADE		20	20	16	10	17

RQS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

524

Fis:

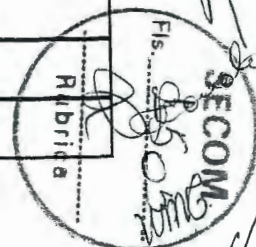
Doc:

GRUPO 5

MEMBRO:		WALQUÍRIA MEIRA	TEIXEIRA			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		19	21	16	8	18
TYPE		18	22	16	8	18
FISHER		21	20	15	8	16
B&W3		15	21	14	7	14
NOVA AGÊNCIA		18	19	15	9	14
C.DE IDÉIAS		20	18	12	5	16
IRTERVIRTUAL		19	15	13	6	18
CANNES		21	18	15	8	18
C. MULTIGOIÁS		12	18	14	5	16
ÓRION		14	12	10	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		14	21	15	7	18
C. VERBO E IDENTIDADE		23	20	20	9	19

Data:

Fls:

 ROS Nº 03/2005 - CN -
 CPMI -
 CORREIOS
 525


GRUPO 5

MEMBRO:		ARBÉLIA COVOLO	GOMES			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		19	22	17	8	17
TYPE		17	19	17	8	15
FISHER		20	20	19	7	15
B&W3		15	21	16	5	15
NOVA AGÊNCIA		18	21	18	9	16
C.DE IDÉIAS		19	19	16	5	16
IRTERVIRTUAL		17	15	15	6	18
CANNES		20	19	16	9	17
C. MULTIGOIÁS		10	17	17	5	17
ÓRION		15	13	13	7	14
C. CENTRO OESTE / AMP		14	20	16	7	18
C. VERBO E IDENTIDADE		19	19	19	9	18

Béti

Fis:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
526

GRUPO 5

MEMBRO:	JARMUND N. JÚNIOR					
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		19	17	14	8	18
TYPE		14	16	10	9	16
FISHER		18	16	12	7	16
B&W3		12	19	13	6	15
NOVA AGÊNCIA		18	19	16	9	14
C.DE IDÉIAS		18	15	11	5	17
INTERVIRTUAL		15	14	12	6	18
CANNES		20	19	14	9	17
C. MULTIGOIÁS		10	16	13	5	16
ÓRION		13	10	10	7	16
C. CENTRO OESTE / AMP		12	18	15	7	19
VERBO E IDENTIDADE		18	19	18	9	17

Fls. 527

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOSFIS. 15
REC. 15
15/05/2005
15/05/2005

Diário Oficial

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 1999
ANO 163 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 18.331



AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO Concorrência

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação toma público, através do presente, o resultado do julgamento das notas técnicas das propostas dos licitantes da Concorrência n.º 001/99, realizada com a finalidade de contratação de agências de publicidade, conforme quadros abaixo:

GRUPO 1

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	87,00 /	1º LUGAR
TTA	81,00 /	2º LUGAR
CANES	78,80 /	3º LUGAR
FISHER	77,40 /	4º LUGAR
C. CENTRO OESTE (AMP E NOVA AGÊNCIA)	75,80 /	5º LUGAR
AS CORRÊA	73,00 /	6º LUGAR
C. DE IDÉIAS E TYPE	72,90 /	7º LUGAR
B&W3	69,80 /	8º LUGAR
INTERARTUAL	66,20 /	9º LUGAR
C. MULTIGOIÁS	63,80 /	10º LUGAR
ORION	58,20 /	11º LUGAR

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 528

3735

Dia:

GRUPO 2

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	86,40	1º LUGAR
CANNES	84,00	2º LUGAR
FISHER E NOVA AGÊNCIA	78,00	3º LUGAR
C. DE IDEIAS	72,80	4º LUGAR
C. CENTRO OESTE / AMP	71,80	5º LUGAR
INTERVIRTUAL	71,40	6º LUGAR
C. MULTIMÍDIAS	70,40	7º LUGAR
B&W3	70,20	8º LUGAR
ORION	58,20	9º LUGAR

GRUPO 3

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	87,00	1º LUGAR
CANNES	81,40	2º LUGAR
TYPE	79,80	3º LUGAR
FISHER	77,40	4º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	77,00	5º LUGAR
C. CENTRO OESTE / AMP	76,80	6º LUGAR
C. DE IDEIAS	75,80	7º LUGAR
B&W3	73,40	8º LUGAR
INTERVIRTUAL	66,80	9º LUGAR
C. MULTIMÍDIAS	65,00	10º LUGAR
ORION	58,20	11º LUGAR

GRUPO 4

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
S&P&S	89,40	1º LUGAR
C. VERBO E IDENTIDADE	86,20	2º LUGAR
TTA	84,60	3º LUGAR
FISHER	81,20	4º LUGAR
CANNES	80,40	5º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	78,80	6º LUGAR
C. CENTRO OESTE / AMP	78,80	7º LUGAR
TYPE	78,80	8º LUGAR
C. DE IDEIAS	78,00	9º LUGAR
B&W3	69,80	10º LUGAR
INTERVIRTUAL	66,40	11º LUGAR
C. MULTIMÍDIAS	67,20	12º LUGAR
ORION	62,00	13º LUGAR

GRUPO 5

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	NOTA TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO
C. VERBO E IDENTIDADE	85,20	1º LUGAR
TTA	82,00	2º LUGAR
CANNES	81,00	3º LUGAR
NOVA AGÊNCIA	79,00	4º LUGAR
FISHER	77,40	5º LUGAR
TYPE	77,00	6º LUGAR
C. CENTRO OESTE / AMP	75,80	7º LUGAR
C. DE IDEIAS	72,80	8º LUGAR
B&W3	70,80	9º LUGAR
INTERVIRTUAL	68,20	10º LUGAR
C. MULTIMÍDIAS	65,80	11º LUGAR
ORION	58,20	12º LUGAR

GoIânia, 22 de dezembro de 1.999.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

1.510
um
rubrica

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 529

Doe:



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO


1.511
WM

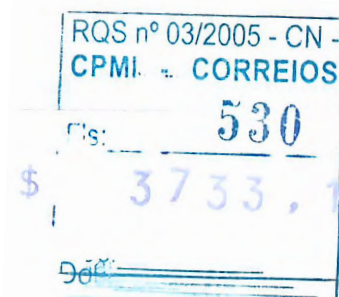
PROCESSO Nº: 17378885/99
ASSUNTO: Concorrência Pública 001/99 para contratação de Agências de Publicidade

DESPACHO Nº 003 /99. Encaminhem-se os Autos para que seja ouvido o Conselho Estadual de Desestatização, conforme Art. 20, do Decreto nº5.142, de 11 de novembro de 1999, com a nossa solicitação de que seja o Processo licitatório aproveitado e transferida a sua execução da extinta Secretaria de Comunicação Social do Estado para esta Agência Goiana de Comunicação.

Em seguida, ao Gabinete Civil para preparação e assinatura do Despacho Governamental.

Gabinete do Presidente da Agência Goiana de Comunicação, aos 22 dias do mês de novembro de 1999.


SERVITO DE MENEZES FILHO
Presidente





ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PROCESSO Nº 17378885/99

Nº DE FOLHAS

RÚBRICA *União Fúscica*

Permaneça o presente processo ao Conselho Estadual de Reestatização, para providências cabíveis

Em 24.11.99.

Alencar

RQS nº 03/2004 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
531	
Fls.	
\$	3733,1
Data	

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 3/99

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO, tendo em vista estar em curso nesta entidade a Concorrência nº 001/99, com a finalidade de contratação de agências de publicidade,

RESOLVE:

1º) designar para substituí-lo na Comissão Especial o servidor JARMUND NASSER JÚNIOR, em razão da sua nomeação para Presidente da Agência Goiana de Comunicação, em caráter interino, devido ao afastamento para tratamento de saúde do Dr. Servito Menezes;

2º) designar o servidor JOÃO BATISTA CARDOSO para integrar a referida Comissão, em substituição a ISABEL CECÍLIA TEIXEIRA C. VIANA;

3º) manter todos os demais membros, inclusive a Dra. LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE na Presidência da referida Comissão.

Goiânia, 06 de Dezembro de 1999.



Agnaldo Alves de Faria
Presidente da Agência Goiana de Comunicação

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 532
3733.1
De: _____



LEI Nº 13.561, DE 29 NOVEMBRO DE 1999.

Dá denominação ao Colégio Estadual de Panamá.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se **Alberto Mirando**, o Colégio Estadual de Panamá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 29 de novembro de 1999.

Deputado **SEBASTIÃO TEJOTA**
PRESIDENTE

LEI Nº 13.562, DE 29 NOVEMBRO DE 1999.

Dá nome a rodovia que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Denomina-se **RODOVIA PREFEITO ANÍSIO MARQUES** o trecho da GO-164 que interliga a BR-060 à BR-060 à BR-452, nos municípios de Santa Helena e Acreúna.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 29 de novembro de 1999.

Deputado **SEBASTIÃO TEJOTA**
PRESIDENTE

LEI Nº 13.563, DE 29 NOVEMBRO DE 1999.

Dá denominação ao novo colégio estadual que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Denomina-se **ZULCA PEIXOTO DE PAIVA**, o novo Colégio Estadual de Cristalina, sito à Praça Otto Mohn.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 29 de novembro de 1999.

Deputado **SEBASTIÃO TEJOTA**
PRESIDENTE

GABINETE MILITAR

Extrato

ESTADO DE GOIÁS
GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/99-GM

CONTRATANTE: GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA
CONTRATADA: COPYSYSTEMS COPIADORAS SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETIVO: Prestação de Serviços de uma máquina fotocopadora MITA MODELO DC-23 55, com velocidade de 23 cópias p/minutos, Ampliação com ZOOM de até 200% com variação de 01%, Redução com ZOOM de até 50% com variação de 01%, Capacidade de até 250 cópias contínuas, Controle automático de densidade de toner, SORTER, ADF, Modo Fotográfico Deslocamento de imagens, Separação de páginas, Inserção de capas e contra capas, Cópias em tamanho padronizado 02 bandejas para papel, tipo universal, com capacidade total para até 1000 folhas = (para todos os tamanhos de papel) inclusive A4 e Duplo carta, com capacidade de 25.000 cópias por mês e outras funções prevista na proposta.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano - a partir de sua publicação.

VALOR: Mensal de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) pela tiragem de 5.000 (cinco mil) cópias;
EXERCÍCIO DE 1999: A importância de R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais); EXERCÍCIO DE 2000: A importância de R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais);

RECURSO: As despesas decorrente da execução prevista no Contrato, na importância total de R\$ 5.040,00 (cin-

co mil e quarenta reais), ocorrerão da seguinte forma: no presente exercício, Programa de Trabalho 1999, 105.03070212.002, Elemento de Despesas 3132.99(00), Empenho nº 0068.00, o valor de R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais), e no exercício seguinte, pelo Recurso Orçamentário apropriado, o valor de R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais).
Goiânia - GO, 15 de dezembro de 1.999.

LÉIA VIEIRA DE SOUZA FROTA
CPF: 424.011.941-34
COPYSYSTEMS - COPIADORA DE SISTEMAS
E SERVIÇOS LTDA
CGC - 01.765.213/0001-77

DIÓGENES MORTOZA DA CUNHA
PROCURADOR GERAL DO ESTADO
CPF 005.059.271-87

LOURENIDES ALVES DE SOUZA - CEL PM
CHEFE DO GABINETE MILITAR
CPF: 056.734.961-68

MINISTÉRIO PÚBLICO

Atos

ESTADO DE GOIÁS
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO DE 13 DE DEZEMBRO DE 1999

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, § 2º, da Constituição Federal e art. 15, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 25/98 e tendo em vista o que consta do processo nº 17823706, RESOLVE exonerar, a pedido e a partir desta data, RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO, do cargo de Promotor de Justiça Substituto.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 13 de dezembro de 1999.

IVANA FARINA
Procuradora-Geral de Justiça

ATO DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições legais previstas no art. 15, incisos VIII e IX, da Lei Complementar Estadual nº 25/98, RESOLVE nomear HERÁCLITO D'ABADIA CAMARGO, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de 3ª entrada de Formosa para, em substituição e no período de 1º a 20.12.99, ocupar o cargo em comissão de Coordenador das Promotorias de Justiça-DAI - 1, tendo em vista férias do Dr. CELSO LEARDINI.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 15 de dezembro de 1999.

IVANA FARINA
Procuradora-Geral de Justiça

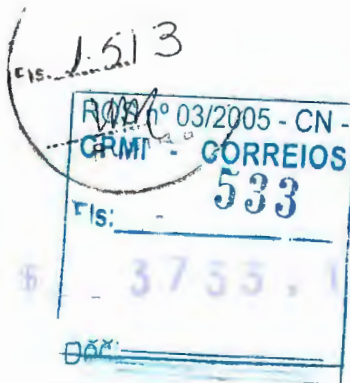
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÕES

Portaria

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 003/99

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO, tendo em vista estar em curso nesta entidade a





Concorrência nº 001/99, com a finalidade de contratação de agências de publicidade,

RESOLVE:

1º) designar para substituí-lo na Comissão Especial o servidor JARMUND NASSER JÚNIOR, em razão da sua nomeação para Presidente da Agência Goiana de Comunicação, em caráter interino, devido ao afastamento para tratamento de saúde do Dr. Servito Menezes;

2º) designar o servidor JOÃO BATISTA CARDOSO para integrar a referida Comissão, em substituição a ISABEL CECÍLIA TEIXEIRA C. VIANA;

3º) manter todos os demais membros, inclusive a Dra. LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE na Presidência da referida Comissão.

Goiânia, 06 de dezembro de 1999.

Agnaldo Alves de Faria
Presidente da Agência Goiana de Comunicação

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC

FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
CARTA-CONVITE 002/99

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano 1.999, na cidade de Goiânia - GO, na Av. 82, s/nº, 10º Andar, Centro Administrativo, reuniram-se, a partir das 10:00 horas em sessão pública, Emerson Costa Almeida, Marcos Elias Moreira e Urias Eduardo Lopes de Menezes, abaixo assinados, todos os integrantes da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia/Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, incumbida de dirigir e julgar o procedimento licitatório da Carta-Convite 002/99, a fim de realizarem o julgamento das Propostas Técnicas e Preço. Estabeleceu o Edital que o julgamento seria 'Técnica e Preço' por item. A Comissão de Licitação, com efeito, tendo por base as propostas apresentadas, classificou e pontuou e decidiu adjudicar os objetos do certame aos licitantes abaixo relacionados:

ITEM 01			
EMPRESA	N TÉCNICA	N PREÇO	TOTAL
METRON	50,00	50,00	100,00
ITEM 02			
EMPRESA	N TÉCNICA	N PREÇO	TOTAL
EXCLUSIVA	25,00	50,00	75,00
ITEM 03			
EMPRESA	N TÉCNICA	N PREÇO	TOTAL
EXCLUSIVA	20,00	50,00	70,00

Faz-se observar que o item 01 da Carta-Convite está sendo adjudicado considerando que a proposta de preço apresentado pela empresa METRON está sendo baseado na especificação do Edital, bem como pelo que foi oferecido pela mesma na Proposta Técnica.

O preço apresentado está dentro dos parâmetros de mercado, como se pode ver de anúncio publicitário em anexo.

Também a solicitação de despesas não previu o valor correspondente ao Sistema Operacional Windows c/ licença de uso, o que contribuiu para alterar o valor.

Nada mais havendo a relatar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, com a lavratura desta ata, que foi lida e achada conforme por todos e assinada pelos membros da Comissão.

Comissão Permanente de Licitação

EMERSON COSTA ALMEIDA
PRESIDENTE

MARCOS ELIAS MOREIRA
MEMBRO

URIAS EDUARDO LOPES DE MENEZES
MEMBRO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Extrato

DELEGACIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE POSSE

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO nº 17509672/99
CONTRATO: CONSTRUECKERT IND. DA CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETIVO: Reforma Estrutural Rede Lógica no NTE de Posse.

CONTRATANTE: Delegacia Regional de Educação de Posse

CONTRATADA: Construeckert Ind. da Construção Ltda.

PRAZO: 30 dias

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/10/99

Goiânia, 19/10/99

ANA BEATRIZ DA FONSECA MIGOTTO
COORDENADORA

GUR 19506

SECRETARIA DE CIDADANIA E TRABALHO

Resolução

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE CIDADANIA E TRABALHO
CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO-CET-GO

Resolução nº 030/99 de 24 de novembro de 1999.

O CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO-CET-GO, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 2º do Decreto nº 4455 de 23 de maio de 1995,

RESOLVE:

Aprovar em "ad referendum", de acordo com o Regimento Interno no art. 8º, item VIII, a primeira versão do PEQ/2000, analisado pela Comissão de Acompanhamento designada por este colegiado na Reunião Ordinária nº 83, do dia 10 de novembro de 1999.

Luiz Lopes de Lima
PRESIDENTE DO CET-GO

Parecer

CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO - GO

Parecer da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano de Trabalho PEQ/2000

No dia 24 de novembro de 1999, na Secretaria de Cidadania e Trabalho, no Setor Universitário, reuniram-se os membros da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Estadual do Trabalho, na Reunião Ordinária do dia 10 de novembro de 1999, a Comissão é

composta pelos seguintes Conselheiros:

1 - Antônio Flávio Camilo de Lima - FAEG - Representante dos Empregadores;

2 - Robson Luiz de Moraes - SEAGRO - Representante do Governo;

3 - Ironives Pereira de Souza - CUT - Representante dos Trabalhadores.

Para emitir o parecer quanto ao PEQ/2000, após conhecimento detalhado do referido Plano, bem como, prestados todos os esclarecimentos solicitados à Equipe de Planejamento e Superintendência do Trabalho da Secretaria de Cidadania e Trabalho e ainda, acatada as sugestões encaminhadas pela Comissão, considerando também as diretrizes do PLANFOR, a respeito da matéria, emite parecer favorável a homologação do referido instrumento.

O PARECER DA COMISSÃO é favorável ao pleito.

Comissão:

Antônio Flávio Camilo de Lima - FAEG
Representante dos Empregadores

Robson Luiz de Moraes - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pecuária
Representante do Governo

Ironives Pereira de Souza - CUT
Representante dos Trabalhadores

SECRETARIA DA FAZENDA

Portarias

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE

PORTARIA nº 627/99-GSF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o inciso X, do artigo 118, do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria 597/94-GSF, de 23 de junho de 1994.

RESOLVE:

DELEGAR poderes a ELIONAI RODRIGUES DE CARVALHO, ocupante do cargo de Auditor Fiscal dos Tributos Estaduais e Superintendente da Receita Estadual, para, a partir de ,do corrente ano, conceder diárias através do adiantamento concedido por este Gabinete, aos servidores civis que comprovadamente fizerem jus em razão do deslocamento temporário em sua jurisdição e fora dela, inclusive em outros Estados da Federação, efetuando pagamento de diárias.

Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em Goiânia, aos 24 dias do mês de novembro de 1999.

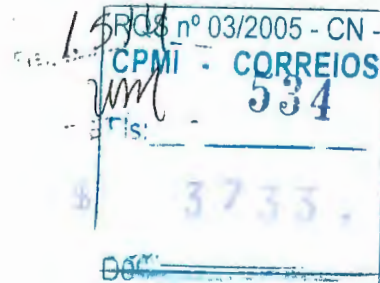
JALLES FONTOURA DE SIQUEIRA
Secretário da Fazenda

PORTARIA Nº 629/99.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, usando de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do art. 14 do Decreto nº 3.831, de julho de 1.992, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 4.456, de 30 de maio de 1995,

RESOLVE:

DESIGNAR o funcionário CLÊNIO DE SOUZA ANDRADE, ocupante do cargo de Fiscal dos Tributos Estaduais II desta Pasta, M.B. 94.838, para desempenhar tarefas especiais de interesse do Fisco, nos termos da alínea "B" inciso II do artigo 2º do Decreto 4.956, de 23/09/98, no Conselho Administrativo Tributário desta Secretaria, por tempo indeterminado, a partir de 1º de janeiro de 2000,



GRUPO 4

MEMBRO:		WALQUÍRIA MEIRA	TEIXEIRA			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		19	23	16	8	18
TYPE		17	19	16	8	14
FISHER		21	23	16	8	16
B&W3		15	21	14	7	14
C. VERBO E IDENTIDADE		23	20	20	9	19
C.DE IDÉIAS		20	17	12	6	17
IRTERVIRTUAL		19	16	13	6	18
NOVA AGÊNCIA		18	18	15	9	15
CANNES		22	18	15	8	18
C. MULTIGOIÁS		13	19	14	6	17
ÓRION		15	13	12	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		14	22	15	7	18
SMP&B		23	24	20	9	19

D&C

Fis.

535

 FOS nº 03/2005 - CN -
 DPMI
 CORREIOS

 Hubrica
 11/11/99

Fis.

535

GRUPO 4

MEMBRO:		ARBÉLIA COVOLO	GOMES			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		18	22	18	9	18
TYPE		17	20	17	8	16
FISHER		20	22	19	7	15
B&W3		15	20	16	5	15
C. VERBO E IDENTIDADE		19	19	19	9	18
C.DE IDÉIAS		19	18	16	6	17
IRTERVIRTUAL		17	16	15	6	18
NOVA AGÊNCIA		18	21	18	9	17
CANNES		20	17	16	9	18
C. MULTIGOIÁS		12	17	17	6	17
ÓRION		16	14	13	7	14
C. CENTRO OESTE / AMP		14	20	16	7	18
SMP&B		22	22	19	9	19

Bê:

Fis:

FOS Nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

536

COMISSÃO
19/04/99
19/04/99

GRUPO 4

MEMBRO:		LEILA MARIA C.	PRUDENTE			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		20	23	19	9	18
TYPE		18	21	18	9	17
FISHER		22	22	18	8	16
B&W3		15	20	16	6	14
C. VERBO E IDENTIDADE		20	21	18	10	18
C.DE IDÉIAS		22	21	16	7	17
INTERVIRTUAL		16	17	12	7	18
NOVA AGÊNCIA		19	20	18	9	15
CANNES		21	21	18	9	17
C. MULTIGOIÁS		16	19	12	6	18
ÓRION		16	16	12	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		16	22	18	8	19
SMP&B		21	23	19	10	18

Doc: 3738
 PIS: 537
 RAS nº 08/2005 - CN -
 GPM - GORREIOS

Fls. 14/15
 14/15
 SECOM
 Rubrica

GRUPO 4

MEMBRO:		JOÃO BATISTA	CARDOSO			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		19	22	18	8	18
TYPE		16	20	15	8	17
FISHER		20	22	14	6	15
B&W3		17	20	15	6	14
C. VERBO E IDENTIDADE		20	20	16	10	17
C.DE IDÉIAS		19	18	14	6	17
INTERVIRTUAL		17	14	12	5	18
NOVA AGÊNCIA		19	20	16	9	16
CANNES		19	18	14	8	19
C. MULTIGOIÁS		12	16	13	7	17
ÓRION		13	12	11	6	15
C. CENTRO OESTE / AMP		15	22	15	7	18
SMP&B		22	22	18	10	17

B66

Fis:

538

RDS nº 03/2005 - CN -
CFM - CORREIOS

GRUPO 4

MEMBRO:		JARMUND N. JÚNIOR				
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		18	19	16	9	18
TYPE		15	18	14	9	16
FISHER		18	20	15	7	16
B&W3		12	18	13	6	15
C. VERBO E IDENTIDADE		18	19	18	9	17
C.DE IDÉIAS		18	16	12	7	17
INTERVIRTUAL		15	16	12	6	18
NOVA AGÊNCIA		17	17	16	9	15
CANNES		19	17	14	9	18
C. MULTIGOIÁS		11	16	13	6	16
ÓRION		14	12	12	7	16
C. CENTRO OESTE / AMP		12	20	15	7	19
SMP&B		20	21	18	9	18

Data:

3733

Fis:

539

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

Rubrica

SECOM

GRUPO 5

NOTA TÉCNICA

MÉDIA (SOMATORIO/5)	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	QUESITO	SOMA DOS QUESITOS
EMPRESAS	A	B	C	D	E	NOTA TÉCNICA
TTA	19.80	20.40	16.40	7.80	17.60	82.00
TYPE	17.20	19.60	15.60	8.20	16.40	77.00
FISHER	20.20	18.80	15.60	7.20	15.60	77.40
B&W3	14.80	20.40	15.00	6.00	14.40	70.60
NOVA AGÊNCIA	18.60	20.20	16.40	9.00	14.80	79.00
C. DE IDÉIAS	19.60	18.00	13.80	5.20	16.00	72.60
IRTERVIRTUAL	16.80	14.80	12.80	6.00	18.00	68.20
CANNES	20.40	19.00	15.20	8.60	17.80	81.00
C. MULTIGOIÁS	11.40	16.80	13.80	5.20	16.60	63.80
ÓRION	13.80	12.00	10.60	6.80	15.00	58.20
C. CENTRO OESTE / AMP	14.20	20.20	15.80	7.20	18.40	75.80
C. VERBO E IDENTIDADE	20.00	19.80	18.20	9.40	17.80	85.20

ROS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

Fls:

540

3755.1

De:

GRUPO 5

QUESITO A) RACIOCÍNIO BÁSICO

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	21	19	19	19	21	99.00	19.80
TYPE	18	17	18	14	19	86.00	17.20
FISHER	22	20	21	18	20	101.00	20.20
B&W3	15	15	15	12	17	74.00	14.80
NOVA AGÊNCIA	20	18	18	18	19	93.00	18.60
C. DE IDÉIAS	22	19	20	18	19	98.00	19.60
IRTERVIRTUAL	16	17	19	15	17	84.00	16.80
CANNES	21	20	21	20	20	102.00	20.40
C. MULTIGOIÁS	15	10	12	10	10	57.00	11.40
ÓRION	15	15	14	13	12	69.00	13.80
C. CENTRO OESTE / AMP	16	14	14	12	15	71.00	14.20
C. VERBO E IDENTIDADE	20	19	23	18	20	100.00	20.00

Dec:

3737

RIS:

541

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS

Rubrica

SEGOM

GRUPO 5

QUESITO B) CAPACIDADE CRIATIVA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	21	22	21	17	21	102.00	20.40
TYPE	20	19	22	16	21	98.00	19.60
FISHER	20	20	20	16	18	94.00	18.80
B&W3	20	21	21	19	21	102.00	20.40
NOVA AGÊNCIA	21	21	19	19	21	101.00	20.20
C. DE IDÉIAS	20	19	18	15	18	90.00	18.00
IRTERVIRTUAL	16	15	15	14	13	73.00	14.60
CANNES	21	19	18	19	18	95.00	19.00
C. MULTIGOIÁS	17	17	18	16	16	84.00	16.80
ÓRION	15	13	12	10	10	60.00	12.00
C. CENTRO OESTE / AMP	20	20	21	18	22	101.00	20.20
C. VERBO E IDENTIDADE	21	19	20	19	20	99.00	19.80

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI --- CORREIOS
 Fls.: 542
 3735

55
 12/11/99
 RUBRICA

GRUPO 5

QUESITO C) QUALIDADE TÉCNICA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	18	17	16	14	17	82.00	16.40
TYPE	18	17	16	10	17	78.00	15.60
FISHER	18	19	15	12	14	78.00	15.60
B&W3	16	16	14	13	16	75.00	15.00
NOVA AGÊNCIA	18	18	15	16	15	82.00	16.40
C. DE IDÉIAS	16	16	12	11	14	69.00	13.80
IRTERVIRTUAL	12	15	13	12	12	64.00	12.80
CANNES	18	16	15	14	13	76.00	15.20
C. MULTIGOIÁS	12	17	14	13	13	69.00	13.80
ÓRION	10	13	10	10	10	53.00	10.60
C. CENTRO OESTE / AMP	18	16	15	15	15	79.00	15.80
C. VERBO E IDENTIDADE	18	19	20	18	16	91.00	18.20

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis:

543

De:

5733,1



GRUPO 5

QUESITO D) ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	8	8	8	8	7	39.00	7.80
TYPE	9	8	8	9	7	41.00	8.20
FISHER	8	7	8	7	6	36.00	7.20
B&W3	6	5	7	6	6	30.00	6.00
NOVA AGÊNCIA	9	9	9	9	9	45.00	9.00
C. DE IDÉIAS	6	5	5	5	5	26.00	5.20
IRTERVIRTUAL	7	6	6	6	5	30.00	6.00
CANNES	9	9	8	9	8	43.00	8.60
C. MULTIGOIÁS	5	5	5	5	6	26.00	5.20
ÓRION	7	7	7	7	6	34.00	6.80
C. CENTRO OESTE / AMP	8	7	7	7	7	36.00	7.20
C. VERBO E IDENTIDADE	10	9	9	9	10	47.00	9.40

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis. 544
5735.1

SIGLA
Rubricado

GRUPO 5

QUESITO E) ESTRATÉGIA DE MÍDIA

MEMBROS:	1	2	3	4	5	NOTAS	MÉDIA
EMPRESAS	LEILA PRUDENTE	ARBÉLIA GOMES	WALQUÍRIA MEIRA	JARMUND JÚNIOR	JOÃO B. CARDOSO	SOMATÓRIO	SOMATÓRIO / 5
TTA	18	17	18	18	17	88.00	17.60
TYPE	16	15	18	16	17	82.00	16.40
FISHER	16	15	16	16	15	78.00	15.60
B&W3	14	15	14	15	14	72.00	14.40
NOVA AGÊNCIA	15	16	14	14	15	74.00	14.80
C. DE IDÉIAS	16	16	16	17	15	80.00	16.00
IRTERVIRTUAL	18	18	18	18	18	90.00	18.00
CANNES	18	17	18	17	19	89.00	17.80
C. MULTIGOIÁS	17	17	16	16	17	83.00	16.60
ÓRION	15	14	15	16	15	75.00	15.00
C. CENTRO OESTE / AMP	19	18	18	19	18	92.00	18.40
C. VERBO E IDENTIDADE	18	18	19	17	17	89.00	17.80

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - COBRELOS
545
R\$ 3735,00

SECOM
Rubrica
17/80

GRUPO 5

MEMBRO:		LEILA MARIA C.	PRUDENTE			
ITENS:		A	B	C	D	E
QUESITOS:		RACIOCÍNIO BÁSICO	CAPACIDADE CRIATIVA	QUALIDADE TÉCNICA	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA DE MÍDIA
EMPRESAS	P.MÁX.	25 PT	25 PT	20 PT	10 PT	20 PT
TTA		21	21	18	8	18
TYPE		18	20	18	9	16
FISHER		22	20	18	8	16
B&W3		15	20	16	6	14
NOVA AGÊNCIA		20	21	18	9	15
C.DE IDÉIAS		22	20	16	6	16
INTERVIRTUAL		16	16	12	7	18
CANNES		21	21	18	9	18
C. MULTIGOIÁS		15	17	12	5	17
ÓRION		15	15	10	7	15
C. CENTRO OESTE / AMP		16	20	18	8	19
VERBO E IDENTIDADE		20	21	18	10	18

Data:

Fis:

546

 RGSP nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

 FISHER
 15
 4
 SECT. 1995



ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO : 17378885 DATA: 04/08/1999
NOME : SECOM GO OF-4/99
ASSUNTO: LICITACAO
DESTINO: AGECON
INFORMACOES: DISQUE-PROCESSO - 224-8566
DAS 8:00 'AS 18:00 HORAS

Volume VII

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 547

\$ c. 300.33,1

CELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA PRESIDENTE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA
GOIÂNIA DE COMUNICAÇÃO



PROCESSO Nº: 17378885/99
CONCORRÊNCIA: 001/99

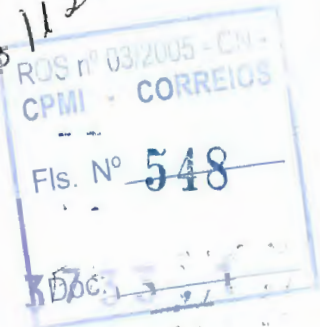
MULTIPROPAGANDA COMUNICAÇÃO E
MARKETING LTDA, MEMBRO DO CONSÓRCIO MULT
GOIÁS, POR SUA PROCURADORA LEGALMENTE
CONSTITUÍDA (M.K.), VEM, "PERMISSA VENIA", REQU
PER CÓPIAS DOS DOCUMENTOS DE FLS. 1.447 A
508, DOS AUTOS EM EPIGRAFE (VOLUME VI).

P. DEFERIMENTO.

GOIÂNIA, 23 DE ABRIL DE 1999

M. Santo
CAB- GO 10436

Atendi do
em 23/12/99.



**DIGNÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO
DE GOIÁS/ AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.**

Ref. Solicitação de Documentos
Aviso de Licitação
Concorrência nº 001/99
Processo 17378885/99

3M Comunicação (3 Milenium Comunicação Ltda), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Av T2, nº 2730, Setor Bueno - Goiânia - GO, inscrita CGCMF 37.025.012/0001-80, por seu representante legal, que esta subscreve, vem respeitosamente, solicitar:

Cópias Xerográficas de todo Processo Licitatório de nº 001/99, incluindo as fases de habilitação jurídica e técnica, bem como as planilhas de julgamento, e todos os atos que culminaram com o resultado divulgado em 22 de Dezembro de 1.999.

Termos em que pede deferimento,

Goiânia, 23 de Dezembro de 1.999

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read '3M Comunicação'.

3M Comunicação
(3 Milenium Comunicação Ltda.)

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. Nº 086/99

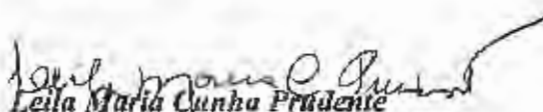
Goiânia, 27 de dezembro de 1999.

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para esclarecer a V. Sa., a respeito do seu pedido de cópia do processo de licitação, a impossibilidade da Agência Goiana de Comunicação fornecer as cópias solicitadas, em razão do alto custo das mesmas, pois já se formaram 6 (seis) volumes, com mais de 1000 (mil) folhas, a não ser que seja paga a respectiva despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1999.

No entanto, comunico-lhe que todo o processo está à disposição de V.Sª, que poderá consultá-lo em qualquer dia no horário normal de expediente, ou seja, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço-lhe antecipadamente a atenção dispensada.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ao Ilmo. Sr.
Representante da Empresa 3M Comunicação (3 Milenium Comunicação Ltda)
NESTA _____



[Handwritten signature]
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO/CONCORRÊNCIA



Goiânia, 28 de Dezembro de 1.999

À
Agência Goiana de Comunicação
Comissão Especial de Licitação/Concorrência 001/99
Ref.: Solicitação de Documentos

Prezado(a) Senhor(a)

Registramos nesta data, o recebimento da resposta de nossa solicitação feita em 23 de Dezembro de 1.999 à esta Comissão, referente as cópias xerográficas de todo o Processo Licitatório de n.º 001/99, incluindo as fases de habilitação jurídica, e a fase técnica, incluindo as planilhas de julgamento, e todos os atos que culminaram com o resultado divulgado em 22 de dezembro de 1.999.

Informamos ainda que estamos enviando ainda nesta data 1.500 Folhas para que sejam providenciadas as referidas cópias. Solicitamos, ainda o valor a ser pago pelas cópias, nos termos da Lei.

Sendo que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
3M Comunicação
(3 Milenium Comunicação Ltda.)





FischerAméricaSetteGraal
Comunicação Total



De: Halley Amaral Fone: (061) 327-3111
Para: Sra. Leila M.C. Prudente Fone: (62) 229.1233

Obs.: Ref. Concorrência das Agências de Publicidade
em MAOS.

Data: 28/12/99



FischerAméricaSetteGraal
Comunicação Total

Brasília, DF, 28 de dezembro de 1999.

Ilma Sra.
Dra. LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Goiânia/GO

*Recebido
Halley*

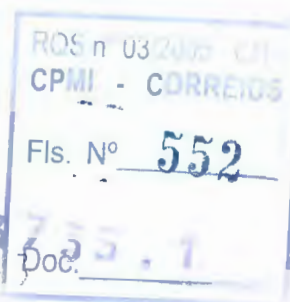
Prezada Senhora,

Solicitamos a especial gentileza de nos enviar, pelo fax (61) 327.3111, a cópia da ata da sessão de abertura do envelope nº 2 (número dois) da Concorrência nº 001/99, acompanhada de todos os documentos subsequentes apresentados pelas agências concorrentes, em que as mesmas se manifestaram a respeito dos apontamentos feitos por esse procurador na referida ata.

Certos de merecermos o melhor atendimento ao nosso pedido, registramos nosso agradecimento e os votos de um Ano Novo repleto de grandes realizações.

Halley

Halley Guedes Amaral
Procurador





FischerAméricaSetteGraal
Comunicação Total



De: Halley Amaral Fone: (061)327-3111

Para: Dra. Leila Maria Fone: 224.1833

Obs.: URGENTE - Em mãos.

Data: 29/12/99



FischerAméricaSetteGraal
Comunicação Total

Brasília, DF, 28 de dezembro de 1999.

Ilma Sra.
Dra. LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Goiânia/GO

Ref.: PEDIDO DE VISTAS - CONCORRÊNCIA Nº 001/99

*Recebido
Halley*

Prezada Senhora,

Comunicamos nosso interesse em fazer vistas à documentação referente à Concorrência nº 001/99.

Considerando que estamos em pleno prazo recursal, a partir da publicação do resultado da análise das propostas técnicas, desejamos realizar as vistas nesta 4ª feira, dia 29 de dezembro.

Para isso, estamos encaminhando nosso procurador, o Sr. Halley Guedes Amaral, portador da Carteira de Identidade nº 530.117-SSP/DF, devidamente qualificado no processo, que estará em Goiânia amanhã, dia 29, a partir das 9h.

Agradecemos a presteza com que temos sido distinguidos por esta Presidência e reiteramos, nesta oportunidade, toda nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

[Signature]
Roberto Fernando Sette Bueno
Diretor

RJS nº 037003-CH
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº **553**

[Stamp] Doc. 32.55.1

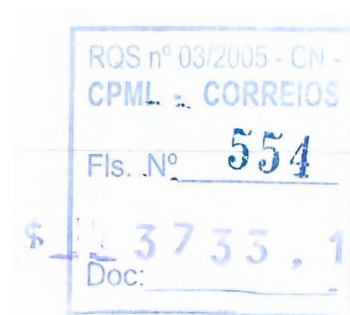


DECLARAÇÃO

A Empresa Fischer América SetteGraal, representada por seu Procurador, Sr. Halley Guedes Amaral, portador da Carteira de Identidade nº530117-SSP/DF, declara para os devidos fins que a Comissão Especial de Licitação da Agência Goiana de Comunicação atendeu satisfatoriamente às solicitações feitas através dos ofícios, via fax, do dia 28 de dezembro de 1999, repassados às 13:53 e 17:35 horas, do mesmo dia.

Goiânia, 29 de dezembro de 1999.


HALLEY GUEDES AMARAL
Procurador



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.744.976 DATA DE EXPEDIÇÃO 13-Jun-1985

NOME SHIRLONE PAULINO DA SILVA

FILIA José de Jesus Paulino

Maria Helena da Silva Paulino

Goiania-GO 20-nov-1970

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C.Nas.nº 2577 Fls. 45v L.A-03-em

DOC ORIGEM

Goiania-GO 09-dez-1970

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/85

POUPANÇA

AG. 1569

00532-9

RQS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

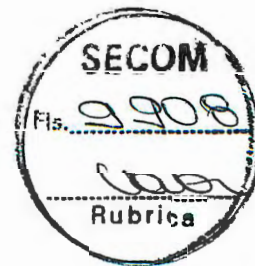
Fls. Nº 555

\$ Doc 3733.1



Sindicato das Agências
de Propaganda do Estado de Goiás

Av. T-4 nº 1445 - Setor Bueno - Goiânia - Goiás
Fone: (062) 255-7593

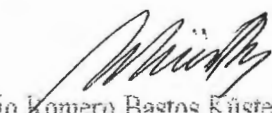


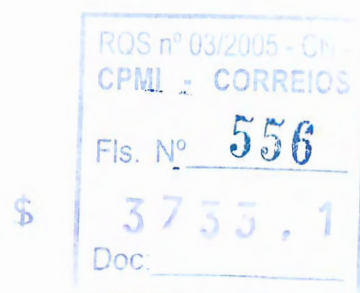
Excelentíssima Senhora Doutora Leila Maria da Cunha Prudente,
Ilustre Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n.
001/99, instaurada pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de
Goiás.

SINDPROPAGANDA - SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE
PROPAGANDA DO ESTADO DE GOIÁS, sociedade civil sem fins
lucrativos, regularmente inscrita no CGC/MF n. 02.879.302/0001-07, com
sede na Avenida T-4, 1.445, Setor Bueno, Goiânia, Goiás, neste ato
representada por seu Diretor Administrativo, SILVIO ROMERO BASTOS
KÜSTER, brasileiro, solteiro, publicitário, portador do CPF n. 670.179.248-
00, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, vem à presença de Vossa
Senhoria, diante da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás do
resultado da Concorrência n. 001/99, formular o seguinte requerimento.

O Peticionário requer se digne Vossa Senhoria de conceder, ao
mesmo, fotocópia do inteiro teor dos autos do Processo Administrativo
referente à Concorrência n.001/99 em questão, de capa a capa, inclusive
versos, a fim de que o Sindicato possa, tomando conhecimento da inteireza
do procedimento, orientar e defender seus associados.

Goiânia, 29 de dezembro de 1999.


Silvio Romero Bastos Küster

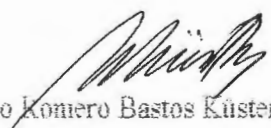


Excelentíssima Senhora Doutora Leila Maria da Cunha Prudente,
Ilustre Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n.
001/99, instaurada pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de
Goiás.

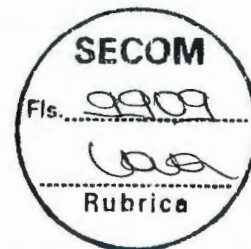
SINDPROPAGANDA - SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE
PROPAGANDA DO ESTADO DE GOIÁS, sociedade civil sem fins
lucrativos, regularmente inscrita no CGC/MF n. 02.879.302/0001-07, com
sede na Avenida T-4, 1.445, Setor Bueno, Goiânia, Goiás, neste ato
representada por seu Diretor Administrativo, SILVIO ROMERO BASTOS
KÜSTER, brasileiro, solteiro, publicitário, portador do CPF n. 670.179.248-
00, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, vem à presença de Vossa
Senhoria, diante da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás do
resultado da Concorrência n. 001/99, formular o seguinte requerimento.

O Peticionário requer se digne Vossa Senhoria de conceder, ao
mesmo, fotocópia do inteiro teor dos autos do Processo Administrativo
referente à Concorrência n.001/99 em questão, de capa a capa, inclusive
versos, a fim de que o Sindicato possa, tomando conhecimento da inteireza
do procedimento, orientar e defender seus associados.

Goiânia, 29 de dezembro de 1999.


Silvio Romero Bastos Küster

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. Nº 067/99

Goiânia, 03 de janeiro de 2000.

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para esclarecer a V. Sa., a respeito do seu pedido de cópia do processo de licitação, a impossibilidade da Agência Goiana de Comunicação fornecer as cópias solicitadas, em razão do alto custo das mesmas, pois já se formaram 6 (seis) volumes, com mais de 1000 (mil) folhas, a não ser que seja paga a respectiva despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1999.

No entanto, comunico-lhe que todo o processo está à disposição de V.Sª, que poderá consultá-lo em qualquer dia no horário normal de expediente, ou seja, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço-lhe antecipadamente a atenção dispensada.

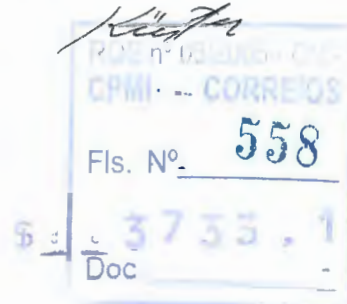
Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

[Handwritten signature]
P - Jarumund Nasser Junior

Ao Ilmo. Sr. Silvio Romero Bastos Küster
Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás -
SINDPROPAGANDA
NESTA

Sind. das Ag. Prop. Est. GO
Recebemos 3, 01, 2000
[Handwritten signature]
Assinatura

[Handwritten signature]
Silvione Paulino da Silva






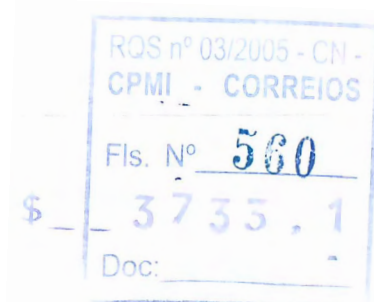
EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA LEILA MARIA DA CUNHA
PRUDENTE.
ILUSTRE PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA
CONCORRÊNCIA N. 001/99, INSTAURADA PELA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS.

Estamos encaminhando esta, para autorizar o Sr. Shirlone Paulino da Silva,
RG 1.744.976 SSP-GO e CPF 469533701-06, a receber as cópias de partes do
Processo Administrativo, referentes a Licitação da Concorrência N.001/99.

Goiânia, 04 de Janeiro de 2000


Joel Fraga Borges
Presidente







Sindicato das Agências
de Propaganda do Estado de Goiás

Av. T-3 nº 1445 - Setor Bueno - Goiânia-GO
Fone: (062) 255-7593




Excelentíssima Senhora Doutora Leila Maria da Cunha Prudente.

Ilustre Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n. 001/99, instaurada pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás.

Solicitamos fornecimento dos nomes e sobrenomes, com respectivas profissões dos membros componentes da Comissão de Licitação da Concorrência em questão.

Estamos através deste autorizando a entrega desta relação ao Sr. Shirlone Paulino da Silva, RG 1.744.976 SSP-GO.

Goiânia, 03 de Janeiro de 2000.


Joel Fraga Borges
Presidente

*Recabi em 03/01/2000
às 15:45
João Paulo*



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



OF. Nº 001/99

Goiânia, 03 de janeiro de 2000.

Prezado Senhor,

Em atendimento à solicitação feita pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás – SINDPROPAGANDA, encaminho-lhe a relação dos nomes que integram, na condição de membros, a Comissão Especial de Licitação da Concorrência nº 001/99, com os respectivos cargos e profissões:

- 1) Leila Maria Cunha Prudente – Procuradora do Estado de Goiás - Advogada
- 2) Walquíria Meira – Auditora do Estado de Goiás - Advogada.
- 3) Arbélia Covolo Gomes – Diretora Administrativa e Financeira da Agência Goiana de Comunicação - AGECON - Administradora de Empresa.
- 4) João Batista Cardoso – Diretor de Divulgação da Agência Goiana de Comunicação - AGECON - Jornalista.
- 5) Jarmund Nasser Júnior – Engenheiro do Núcleo de Apoio Técnico da PGE - Engenheiro civil

saudações

A oportunidade, apresento-lhe minhas cordiais

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Jarmund Nasser Júnior
P. Jarmund Nasser Júnior

RECEBI
em 03/01/2000
Silviano Bastos Küster
da Silva
AS 17:39 hs

Ilmo. Sr.

Silvio Romero Bastos Küster

Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás -
SINDPROPAGANDA

NESTA





DECLARAÇÃO

SINDPROPAGANDA – Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás, através do seu representante abaixo assinado, declara, para os devidos fins de direito, que a Comissão Especial de Licitação da Agência Goiana de Comunicação atendeu satisfatoriamente as solicitações feitas através do ofício de 29/12/99.

Goiânia, 04 de janeiro de 2000

RECEBE
Em 04/01/2000
Shirley Paulino da Silva



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDICAO: 13 Jun 1985

SKIRLONE PAULINO DA SILVA

Jose de Jesus Paulino

Maria Helena da Silva Paulino

Goiânia-GO 20-nov-1970

DATA DE NASCIMENTO

C.Nas. nº 2577 Fls. 45v L.A-03 em

ORIGEM

Goiânia-GO 09-dez-1970

ASSINATURA DO DIRETOR

POUPANCA

AG 1-88

005 10-88

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEAR DIREITO

SECOM

Fls. 9915

Rubrica

MI CORRIGIDA

Fls. Nº 564

Doc: _____

ENVIADO POR: SMPB

NO. TEL: 031 2616938

SMP&B Comunicação



12 JAN 2000 15:04 P1

D-11-11-10 de Janeiro de 2000



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

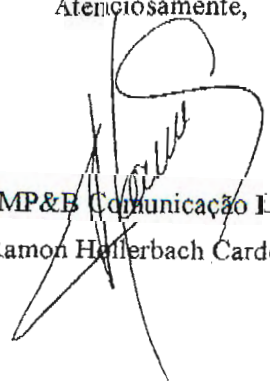
Comissão Especial de Licitação

A/C.: Sr. Junior

Prezado Senhor,

Acusamos o recebimento da correspondência OF. 96/2000, de 06 de janeiro de 2000, bem como, cópias dos recursos em anexo à mesma, em 10 de janeiro de 2000.

Atenciosamente,


SMP&B Comunicação Ltda
Ramon Hallerbach Cardoso

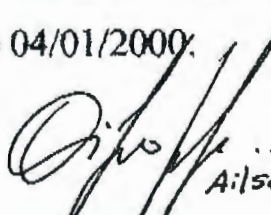
Belo Horizonte - Rua Inconfidentes, 1.100 - 6º e 7º andares - CEP 30.140-120
Tel. (31) 262-3400 - Fax (31) 262-3413 - smpb@smpb.com.br
Brasília - SCN - Quadra 2 - Bloco D - Torre A - Sala 201 - Ed. Liberty I (Viall)
CEP 70710-500 - Tel. (61) 328-0423 - Fax (61) 328-0319
São Paulo - Rua Iaia, 150 - 11º e 12º andares - CEP 04542-000
Tel. (11) 820-9988 - Fax (11) 820-8821

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
565
Fls. Nº -
3733,1
Doc:



DECLARAÇÃO

A.B. CORRÊA PROPAGANDA LTDA -
através do seu representante abaixo assinado, declara, para os
devidos fins de direito, que a Comissão Especial de Licitação da
Agência Goiana de Comunicação atendeu satisfatoriamente as
solicitações feitas através do ofício de 04/01/2000.


Aílso Braz Corrêa.
04-01-2000.
Goiânia, 04 de janeiro de 2000.



JANEIRO 14, 2000 11:09

FAX:

PAG. 01

0--67-721-5211 B & W3

582 P01

14/01/00 10:08



B&W3 Propaganda Ltda.

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
GOIÂNIA - GO



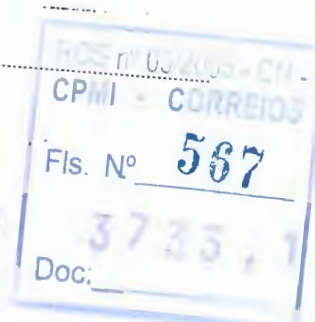
Confirmamos o recebimento da correspondência enviada pela Comissão Especial de Licitação, No dia 10/01/2000, contendo cópias dos 03 (três) recursos administrativos interpostos contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, referente à Concorrência nº 001/99.

Atenciosamente,


B & W Três Propaganda Ltda.

CAMPO GRANDE-MS, 12 JANEIRO 2000

Av. Afonso Pena, 2386 - 5º andar - Sala 51 - Centro
Fone/Fax: (067) 331-8211 - CEP: 79002-074 Campo Grande - MS



Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Licitação da Concorrência
nº 001/99 – SECOM.

RECURSO ADMINISTRATIVO

pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPG n. 02.110.732/0001-60, sediada na Rua 123, n. 251, Setor Sul, Goiânia, Goiás, via de seu representante legal, RAUL SEABRA JÚNIOR, já devidamente qualificado no presente processo administrativo, vem à presença de Vossa Senhoria, atempadamente, manifestar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

requerendo, pelas razões a seguir expostas, a irremediável declaração de nulidade do julgamento da Concorrência em epígrafe.

DOS FATOS.

A Secretaria de Comunicação do Estado de Goiás – SECOM tornou pública, por meio do Edital nº 001/99, a realização de LICITAÇÃO, sob a modalidade “concorrência”, do tipo “melhor técnica”, para contratação de serviços de publicidade e divulgação, dos programas e campanhas promocionais (mercadológicas e institucionais), com abrangência das linhas de ação do Governo do Estado de Goiás, compreendendo estudo, planejamento, criação, produção e veiculação, referentes aos órgãos da Administração direta e às entidades da Administração indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, inclusive às fundações, criadas e mantidas pelo Estado.

A Recorrente superou a fase de habilitação e, assim, viu-se apta a apresentar sua proposta, juntamente com as demais licitantes. Finalmente, o resultado da concorrência em questão, mediante o julgamento das notas técnicas das propostas dos licitantes habilitados na licitação, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás n. 18.331, circulado no dia 27 de dezembro de 1999, segunda-feira, às fls. 03 do mesmo.

No entanto, surpresa viu-se a agência Recorrente ao ter conhecimento francamente tardio de que, em plena fase de julgamento das propostas, e frise-se bem, já tendo a mesma se iniciado, ocorreu mudança dos membros componentes da Comissão Especial de Licitação. Remarque-se que a Recorrente apenas tomou conhecimento desta indevida alteração após a publicação do resultado do julgamento, no Diário Oficial respectivo, sendo que quando da ocorrência desta mudança, nenhuma das licitantes foi comunicada oficialmente da alteração.

A CONCORRÊNCIA REALIZOU-SE PELO TIPO “MELHOR TÉCNICA”.

Primeiramente, frise-se que trata-se de uma concorrência realizada pelo tipo “melhor técnica”, o qual está expressamente previsto no **artigo 46** da Lei de Licitações, que determina que os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” *“... serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral ...”* (grifou-se)

Em razão da escolha do tipo de licitação “melhor técnica”, nomeou-se, então, uma Comissão ESPECIAL de Licitação, sendo óbvio que dever-se-ia esperar que pelo menos 02 (dois) membros desta Comissão Especial se tratassem de pessoas qualificadas para auferir a técnica apresentada pelos concorrentes, o que somente poderia advir de pessoas dotadas de conhecimentos técnicos específicos da área de propaganda e marketing.

No caso em tela, lembre-se, o objeto da Concorrência é a *“contratação de serviços de publicidade e divulgação, dos programas e campanhas promocionais (mercadológicas e institucionais), com abrangência das linhas de ação do Governo do Estado de Goiás, compreendendo estudo, planejamento, criação, produção e veiculação, referentes aos órgãos da Administração direta e às entidades da Administração indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, inclusive às fundações, criadas e mantidas pelo Estado”*. Portanto, impreterivelmente, em observância à determinação da Lei de Licitações, não se pode conceber que propostas pertinentes ao mercado de publicidade e marketing (como no caso em concreto) venham a ser julgadas por outrem que não profissionais habilitados de igual área.

Consigne-se que à vista do determinado no inciso XVI do artigo 6º e no artigo 51, ambos da Lei de Licitações, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO é definida como *o colegiado com, no mínimo, três membros, criados para dirigir e julgar uma licitação cujo objeto tem certa especificidade, aberta pela entidade, em tese, obrigada a licitar*. Destina-se a dirigir e julgar licitações cujo objeto apresenta certa especificidade,

característica ou peculiaridade que o retira da vala comum dos de competência da comissão permanente de licitação.

Vê-se, portanto, que o julgamento de uma Concorrência como a em tablado, se fosse dirigida e julgada pela Comissão Permanente de Licitação da SECOM, seria ilegal, pois o objeto desta Concorrência n. 001/99, acima descrito, conta com especificidade, características e peculiaridades que impuseram a constituição de uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que deveria ser composta de membros habilitados e qualificados tecnicamente (com conhecimentos específicos da área de publicidade) para conduzir e julgar os trabalhos das licitantes

PREVISÃO LEGAL QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

Nesta linha de raciocínio, tem-se, portanto, que é absolutamente necessário, por expressa determinação legal, que os membros da Comissão Especial de Licitação tenham habilitação específica para apreciar as propostas efetivadas. Não se pode conceber a total ausência de capacitação técnica dos membros da comissão quando o objeto da licitação envolver requisitos específicos ou especiais, como no caso em tela. Ainda quando os membros da comissão não necessitem ser especialistas, é necessário que detenham conhecimentos técnicos-científicos compatíveis com as regras e exigências previstas no ato convocatório.

CONTUDO, não é o que ocorreu no caso em tela. Dentre os membros componentes da Comissão Especial de Licitação, NENHUM deles possui habilitação específica para apreciar as propostas apresentadas pelas licitantes. Senão, veja-se:

*LEILA MARIA DA CUNHA PRUDENTE, Procuradora de Justiça,
Presidente da Comissão;*

WALQUÍRIA MEIRA, advogada e auditora;

JARMUND NASSER JÚNIOR, engenheiro civil;

ARBÉLIA COVALO GOMES, administradora de empresas;

JOÃO BATISTA CARDOSO, jornalista profissional prático.

AGNALDO ALVES FARIA, jornalista, substituído, sem notificação oficial às licitantes de sua substituição.

Como se vê, NENHUM dos nomes acima relacionados, componentes da Comissão Especial de Licitação, é habilitado e possui qualificação técnica na área de propaganda e marketing. Tem-se profissionais da área jurídica, um engenheiro civil, uma administradora de empresas, e jornalistas, mas NENHUM profissional da área de propaganda e marketing.

Ora, a nomeação de membros técnica e profissionalmente não habilitados para julgar o objeto da licitação caracteriza abuso de poder da autoridade competente. O agente que não está técnica, científica e profissionalmente habilitado para emitir juízo acerca de certo assunto não pode integrar comissão de licitação que tenha atribuição de apreciar propostas naquela área. É o que preleciona *Marçal Justen Filho*:

“Não se concebe, contudo, a absoluta ausência de capacitação técnica dos membros da comissão quando o objeto licitado envolver requisitos específicos ou especiais. (...) Em suma, não se admite que a comissão de licitação para construção de uma hidrelétrica seja integrada por nutricionistas.

“A nomeação de membros técnica e profissionalmente não habilitados para julgar o objeto da licitação caracteriza abuso de poder da autoridade competente. Se a Administração impõe exigências

técnicas aos interessados, não pode invocar sua discricionariedade para nomear comissão destituída de condições para apreciar o preenchimento de tais requisitos. **O agente que não está técnica, científica e profissionalmente habilitado para emitir juízo acerca de certo assunto não pode integrar comissão de licitação que tenha atribuição de apreciar propostas naquela área.** O vício na composição da comissão será definido, primeiramente, em função da regulamentação legal do exercício das profissões. **Quando a atividade da comissão se caracterizar como exercício de profissão regulamentada, privativa dos profissionais que apresentem determinados requisitos (inclusive a inscrição em órgãos de classe), será nula a nomeação de pessoas que não estejam regularmente habilitadas para tanto. Logo, a decisão da comissão caracterizará exercício irregular de certa profissão, configurando-se a nulidade.**"

(MARÇAL JUSTEN FILHO. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide Editora, 1ª edição, p. 302/303) (grifos nossos)

E ainda reforçando este entendimento, veja-se a lição de Diógenes Gasparini, doutrinador igualmente abalizado:

"Cada uma das comissões citadas pelo Estatuto federal Licitatório tem uma finalidade, senão seria incompreensível a diversidade dos colegiados por ele referidos. Destarte, as comissões são criadas, seu funcionamento é regulado e seus membros nomeados segundo um dado fim:

seleção da melhor proposta (comissão de licitação);

registro de interessado em participar de tomada de preços (comissão de cadastramento);

recebimento de bens (comissão de recebimento de material);

e seleção de projeto intelectual (comissão de concurso).

*“Sendo assim, é evidente que não podem executar tarefas que não lhes digam respeito ou que não lhes sejam pertinentes. Haveria desvio de finalidade se a comissão de licitação, qualquer que fosse sua espécie, assumisse a responsabilidade da comissão de concurso, por exemplo. O vício persistiria ainda que autorizada a proceder desse modo pela autoridade competente. **Agregue-se que consoante a finalidade desses colegiados seus membros devem ter qualificação, habilitação e reconhecido conhecimento da matéria em exame, e isso veda o exercício das funções de um por outro desses órgãos coletivos. A inobservância desse princípio pode acarretar a nulidade dos atos praticados.”***

(DIÓGENES GASPARINI. *Comissões de Licitação*, Editora NDJ, 1ª edição, p. 26) (grifos nossos)

No caso em tela, consoante afirmado em linhas volvidas, ocorreu alteração na mudança dos membros da Comissão Especial de Licitação, em plena fase de julgamento das propostas, sem que qualquer das licitantes fosse oficialmente notificada do fato, tendo sido substituído o Senhor Agnaldo Alves Faria, que sequer o foi por pessoa dotada de qualificação técnica na área de publicidade.

E como se demonstrou, a nomeação de membros técnica e profissionalmente não habilitados para julgar o objeto da licitação caracteriza abuso de poder da autoridade competente. O agente que não está técnica, científica e profissionalmente habilitado para emitir juízo acerca de certo assunto não pode integrar comissão de licitação que tenha atribuição de apreciar propostas naquela área.

Frise-se, sobretudo, que o vício na composição da comissão será definido, primeiramente, em função da regulamentação legal do exercício das profissões. Quando a atividade da comissão se caracterizar como exercício de

profissão regulamentada, privativa dos profissionais que apresentem requisitos tais como a inscrição em órgãos de classe – no caso, as licitantes são regularmente inscritas no *SINDIPRO – Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás* – deve ser nula a nomeação de pessoas que não estejam regularmente habilitadas para tanto.

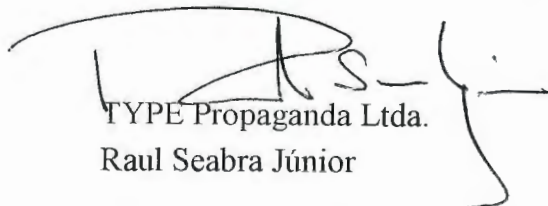
Como se sabe, notadamente, os membros da Comissão Especial de Licitação não são pessoas regularmente habilitadas na área de propaganda e marketing, tampouco contam com registro no órgão competente. Logo, a decisão da comissão, já publicada no Diário Oficial de Goiás, se não anulada, como aqui requerido, caracterizará exercício irregular da profissão.

Aduzindo-se, por fim, que a não notificação das licitantes, inclusive da Recorrente, de alteração de membro componente da Comissão Especial de Licitação, caracteriza, inevitavelmente, séria ofensa ao **princípio da isonomia** e lesão ao **princípio da moralidade administrativa**, norteadores máximos do processo de licitação.

Por tudo o que se disse e expôs, portanto, requer se digne Vossa Senhoria de conferir justo provimento ao presente Recurso, a fim de que seja anulado o julgamento ocorrido na Concorrência n. 001/99 – SECOM, diante da manifesta ausência de qualificação dos membros componentes da Comissão Especial de Licitação que efetivamente julgaram as propostas apresentadas.

Pede deferimento.

Goiânia, 03 de janeiro de 2000.


TYPE Propaganda Ltda.
Raul Seabra Júnior



DIGNÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/ AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

**CONCORRÊNCIA N.º 001/99
RECURSO ADMINISTRATIVO
FASE DE HABILITAÇÃO
PROPOSTAS TÉCNICAS**

B & W 3 PROPAGANDA, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos administrativos em apreço, e estabelecida em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, por seu representante que esta subscreve, vem respeitosamente, no interstício legal, interpor o presente,

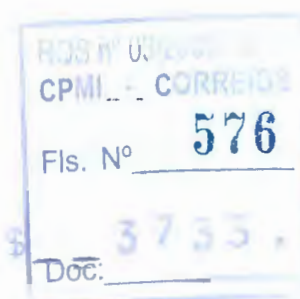
RECURSO ADMINISTRATIVO

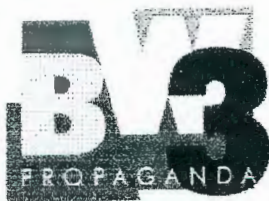
Consubstanciado no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis 8.883/94, e 9.648/98, contra decisão dessa Douta Comissão de Licitação, na fase de habilitação TÉCNICA, seja reconsiderada a r. decisão pela D. Comissão, seja o recurso em tela, processado na forma estabelecida pelo § 4º do aludido artigo 109 do Códex em tela, com a finalidade precípua de que as razões aduzidas em apartado, sejam apreciadas pela Digna autoridade superior do órgão.

Termos em que, pede deferimento.

Campo Grande; 3 de Janeiro de 2.000

B & W 3 PROPAGANDA





EXMº SR. PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

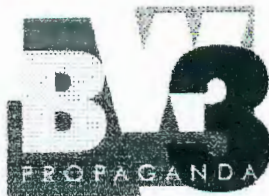
**REF: CONCORRÊNCIA N.º 001/99
FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA
RAZÕES RECURSAIS**

B&W3 PROPAGANDA, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos administrativos em epígrafe, sediada em Campo Grande - MS, vem, perante a respeitável presença de V.S.^a, através de seu representante legal, "in fine" firmado, tempestivamente, interpor o presente **RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA** concernente ao certame licitacional em epígrafe, com supedâneo legal nas disposições consubstanciadas pelo artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93, consolidada pelas Leis 8883/94, e 9648/98, pelos pressupostos fáticos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I- OS FATOS

1.1- A ora recorrente é participante da licitação promovida pela Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás - SECOM/GO, sob a modalidade de concorrência, conforme edital n.º 001/99, cujo objeto cinge-se à seleção das propostas mais vantajosas para a contratação de agências de publicidade visando a execução dos serviços de publicidade e divulgação dos programas e campanhas promocionais, compreendendo estudo, planejamento, criação, produção e veiculação, referente aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual de Goiás.





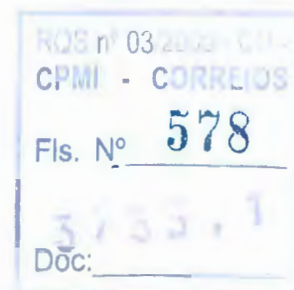
1. 2 - Cumpridas as formalidades instauradoras desse procedimento administrativo, estabeleceu a data limite de 04 de Novembro de 1999, às 10:00 horas, para a abertura dos envelopes relativos a habilitação técnica dos interessados.

1. 3 - Analisada a documentação da habilitação técnica das empresas que acudiram ao certame, foi divulgado o resultado da análise efetuada, conforme Ata de Julgamento das propostas Técnicas, no dia 20 de Dezembro de 1.999, tendo o insigne órgão colegiado julgador, quando foi divulgado o resultado pertinente aos grupos e as respectivas pontuações;

1.4 - Há de instar inclusive que o edital que é o ato normativo que regula todos os termos do procedimento, embora seja a norma interna da licitação, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam mesmo que não reproduzidas em seu texto. Assim sendo, esta recorrente não pode concordar "**máxima permissa vênia**", com o resultado da avaliação técnica, além de inúmeras dúvidas relativas aos atos decorrentes da reforma administrativa.

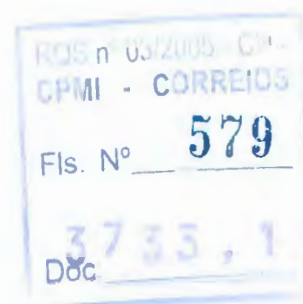
1.5- É deveras relevante e imprescindível trazer à colação que o pleito licitatório em tela está eivado de vícios em toda sua tramitação, como já fora por nós mencionado em recurso anterior, e agora novamente ao analisarmos os resultados decorrentes desta fase da habilitação, o que ensancha-nos a convicção de que deve ser revisto o resultado do julgamento técnico realizado por esta comissão ou anulada a referida licitação.

1.6- Dentre as irregularidades por nós observadas no processo e nesta fase, salientamos: a) A Reforma Administrativa promovida pelo Estado de Goiás determinou a extinção, fusão e transformação de diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, entre eles a Secretaria de Comunicação Social. Ficaram prejudicados e alterados a formação dos grupos, o que certamente determina mudança do objeto desta licitação.





Além desse fato não tivemos o esclarecimento relativo a nova origem dos recursos desta licitação, para o que gostaríamos de que fosse esclarecido: na data de promulgação do resultado da habilitação técnica qual a origem dos recursos para este processo licitatório, seu valor, sua fonte, e sua rubrica dentro do orçamento do Estado; **b)** Dentro da Reforma Administrativa tivemos a extinção da Secom – Secretaria de Comunicação Social do estado de Goiás, o que determinaria por conseguinte a extinção da Comissão de Licitação, ou a necessidade de Publicação de novo ato de condução dos membros da comissão pela Agecom – Agência Goiana de Comunicação, o que não foi por nós observado; **c)** Com relação ao Julgamento da Habilitação Técnica gostaríamos que nos fosse esclarecido se o julgamento das propostas técnicas das agências foi feita somente na reunião do dia 20 de dezembro de 1.999, a duração desta reunião e se houveram outras reuniões. Neste caso em que dias e o teor das atas de registro destas reuniões, já que nos parece pouco provável que a Comissão tenha julgado todas as propostas em uma única reunião, o que seria deveras temerário em se tratando de assunto de tão profunda análise, além do que a publicidade dos atos é um preceito fundamental e indispensável ao processo licitatório; **d)** Neste mesmo dia 20 de Dezembro de 1.999, em resposta ao questionamento feito por alguns licitantes quando da abertura dos envelopes de qualificação técnica, relativos ao item 3.1.2. (Capacidade Criativa), a douta comissão respondeu: *“Tendo em vista as alegações de alguns licitantes na sessão de abertura dos volumes referentes as propostas técnicas, de que algumas empresas teriam entregue diversas peças de um mesmo meio, a comissão entende que o item 3.1.2., referente a capacidade criativa, não limitou o numero de peças, e que a interpretação correta do item é de que deve haver uma mensagem redigida, acompanhada de exemplos de peças (observe-se que esta palavra no texto está no plural), que corporifiquem a mensagem criada pelo licitante. Estas peças deveriam vir em Lay-Outs, roteiros e textos estes sim limitados a um para cada peça.”*





Se observarmos o que diz o Edital , sem haver a necessidade de **interpretarmos**, e utilizando citação da própria comissão “ **...ao descumprir normas constantes do Edital, a administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação...** ” , temos que as peças que a corporifiquem, no caso do Edital, são na realidade os tipos de peças: ex.: cartaz, anúncio de jornal, anúncio de revista, vt, etc... esta nomenclatura de peças é utilizadas no Brasil inteiro no meio publicitário, inclusive nas campanhas desenvolvidas pelo próprio Governo do Estado de Goiás, logo entender que Cartaz não é uma peça, no caso deste Edital , seria no mínimo tentar explicar o que não cabe explicação; além disso na resposta a comissão fala de Layouts, hora mais uma vez temos diferenças entre a interpretação e o edital. No edital a palavra está no singular, o que pressupõe seja somente um; se não bastasse tudo isso, empresas como a TTA, CONSÓRCIO VERBO IDENTIDADE, CONSÓRCIO CENTRO OESTE, AB CORRÊA , entre outras, em suas campanhas não se limitaram a um para cada peça em nenhum momento, todos os textos , Layouts e demais peças foram apresentadas em quantidades superiores a um, logo gostaríamos de saber afinal *o que se limitava a um no item 3.1.2. do Edital?* . Novamente estamos comparando desigualdades, empresas que obedeceram o edital, seu texto, seu espírito , seu teor, acabaram sendo prejudicadas na medida em que outras não se limitaram como determinava o Edital; **e)** Gostaríamos de saber que profissional de Propaganda e Marketing participou do Julgamento das Propostas Técnicas? Em se tratando de certame de julgamento técnico específico na área de propaganda, isso seria no mínimo aconselhável se não essencial, solicitamos o nome do profissional, sua qualificação , como sugerido pela ABAP em correspondência direcionada a esta comissão, durante o processo licitatório, bem como pelo próprio Tribunal de Contas do Estado; **f)** Registramos ainda como já mencionado em **recurso anterior** que a impossibilidade de colocarmos nosso portfólio nos 5 envelopes de número 2 relativos a técnica que entregamos, já que recebemos respostas para incluir o portfólio nos envelopes de número 2, contradizendo resposta da própria comissão que havia determinado a inclusão do

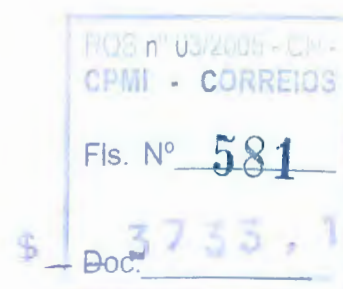


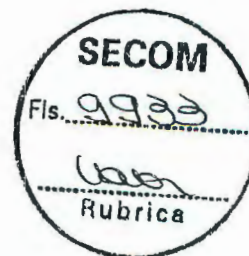


Portifólio da Agência no envelope de número 1, a apenas 12 horas da entrega dos envelopes; de modo que ficou afetada afetou a formulação da nossa proposta. Ressalte-se e reafirma-se neste caso que este fato é no mínimo estranho, podendo ferir o irrelegável princípio da competitividade.

1.7- Nesta ordem de idéias, foram apontados tópicos concernentes à licitação em questão, suficientes para se inviabilizar o certame desde sua inicialização, englobando-se por conseguinte, as fases posteriores. É que “ A nulidade de um ato, no curso da licitação, dificilmente reduz seus efeitos a apenas o ato viciado. A natureza procedimental da licitação acarreta um vínculo de sucessividade entre as diversas fases e os diversos atos que se sucedem no tempo. Como regra, os atos anteriores definem e condicionam os atos posteriores. O vício de um ato contamina os que a ele se sucedem, desde que por ele sejam condicionados. Isso permite afirmar que, quanto mais antecedente (no curso da licitação) seja o ato viciado, tanto mais extensa será a série de atos contaminados pelo vício . Logo, todos os atos posteriores perderão seu fundamento de validade.” (Marçal Justen Filho –in Comentários à LEI DE Licitações e Contratos Administrativos – 4ª edição – Editora Aide – p. 255-257).

1.8- Necessário trazer ao bojo desta peça recursal que , o Administrador público tem que se cercar de cautelas visando como corolário, coibir toda e qualquer atitude que provoque discriminação entre os participantes que possuem requisitos para atenderem ao objeto posto em licitação, sob pena de se permitir uma condução do processo que leve a um julgamento faccioso que até poderá eventualmente conduzir o julgamento do pleito licitatório para a situação proibida de se desigualar os iguais ou igualar os desiguais . Assim sendo, os participantes da licitação têm assegurado direito público subjetivo a que sejam observadas fielmente as regras formais estipuladas para o procedimento, sem que, isso redunde em se apoiar exigências inúteis ou desnecessárias. Realmente, a licitação busca essencialmente que exista competitividade entre os participantes pelo que, se ficar comprovado por qualquer meio, a sua inexistência, não há licitação, e sim, simulação.





Em razão desse escopo, o interesse público deve preponderar sempre no julgamento da licitação, pelo que fica vedada, na prática desse ato, qualquer dose por menor que seja de discricionariedade não autorizada por lei. Hodiernamente, tem-se plena convicção de que a probidade administrativa é um dos valores constitucionais que deve ser resguardado nos procedimentos licitatórios, no mesmo nível da igualdade e da publicidade. O irrelegável princípio da competitividade tem o condão de configurar para todos os efeitos que, na licitação, oportuniza-se a que vários interessados licitem, formulando suas propostas, com a finalidade precípua de que a Administração pública tenha condições de optar pela proposta mais vantajosa, entre quaisquer proponentes, desenhando-se assim, a figura da competição com lisura e probidade. Demais disso, o princípio da impessoalidade administrativa é tão relevante que pode ser visto sob dois ângulos. A uma; na visão do administrado-licitante, não pode o administrador tratá-lo diferentemente dos demais, tornando-os desiguais, por puro e simples arbítrio, sem motivação no interesse da Administração. O benefício de um, em detrimento dos outros, viola o princípio da impessoalidade. A duas; na visão do administrador, quem, decide, quem age, quem movimenta o processo de licitação são as pessoas como servidores ou agentes públicos. O ato praticado, pelo princípio da impessoalidade, não é do servidor ou do agente público, e sim, do órgão ou repartição a qual ele representa. Consoante o escólio do Professor José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, p. 562, Ed. RT, 6ª edição), “os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário.”

II - DA FUNDAMENTAÇÃO :

2.1- A habilitação é a fase do procedimento licitatório caracterizada pela verificação sob o aspecto jurídico, fiscal, econômico-financeiro e técnico, da idoneidade do licitante que virá firmar a avença com o Poder Público.





2.2- Para aferir essa habilitação, a entidade licitadora, consoante o destacado Mestre administrativista da PUC/SP, Celso Antônio Bandeira de Mello, " só poderá se valer dos critérios estabelecidos na lei de licitações. A estrita obediência a eles é indispensável. Sua violação acarreta a nulidade do ato.

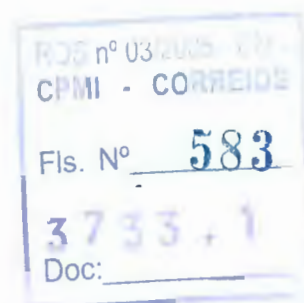
2.3 A Lei n.º 8666/93, consolidada pela Lei 8883/94, que norteia as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública, dispõe em seu artigo 27, que, para se verificar a habilitação de dado licitante, nada poderá ser exigido além do rol nele contido. Diz a lei: "art.27- Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados exclusivamente, documentação relativa a :

- I- habilitação jurídica;
- II- qualificação técnica
- III- qualificação econômico-financeira;
- IV- regularidade fiscal;

2.4- Logo, toda exigência habilitatória, mesmo constante do instrumento convocatório, que não se subsuma em alguns dos itens acima, constituir-se-á em exigência abusiva e via de consequência, ilegal.

2.5- Não devemos olvidar que a documentação exigida para habilitação em licitações, deverá ser analisada em subsunção com o inciso XXI, do artigo 37, da CF/88. DI-LO:

" XXI- Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

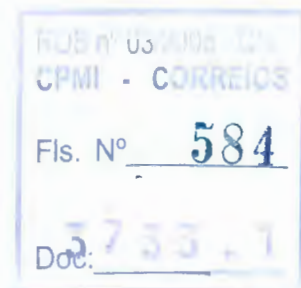




2.6- Ora, o instrumento convocatório tem certa liberdade para estabelecer determinadas exigências, entretanto, essas exigências têm como parâmetro, a lei de licitações, e esta, à Constituição Federal, por força do princípio da hierarquia das normas. Não se pode pois, deixar de inabilitar empresas que tenham cometido erros sejam sob o aspecto formal ou de mérito, pois em assim agindo, estará o órgão colegiado julgador, comprometendo a isonomia constitucional, e ferindo frontalmente o princípio irrelegável da impessoalidade.

2.7 - Indubitavelmente, chega-se a ilação após uma análise perfunctória, que a Ilustre Comissão de Licitação, talvez inadvertidamente, infringiu frontalmente ao artigo 3º "caput", da Lei 8666/93, mormente no tocante ao princípio da impessoalidade, haja vista que, embora seja o edital, a norma interna da licitação, a matriz do futuro contrato, ele por si só não se exaure, pois existem leis anteriores e superiores que o complementam, mesmo que não reproduzidas em seu texto. A Comissão também descumpriu as disposições consubstanciadas pelos artigos 44 e 45, do Diploma Legal sub examen, haja vista que, o julgamento deve se apoiar em critérios puramente objetivos sem a menor subjetividade.

2.8- MARÇAL JUSTEN FILHO, (op. citada), Doutor em direito, preleciona: "A titularidade e a eficácia do direito de licitar não podem ser frustradas através da fixação de condições excessivas ou abusivas. As condições do direito de licitar estão delimitadas legalmente." Ocorre que, estando delimitadas legalmente, é óbvio e ululante que os proponentes que não atendam aos parâmetros legais pertinentes, deverão ser alijados do certame licitatório em decorrência dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos, cujos princípios irrelegáveis são consectários da isonomia constitucional, mola propulsora em todo regime democrático de direito.

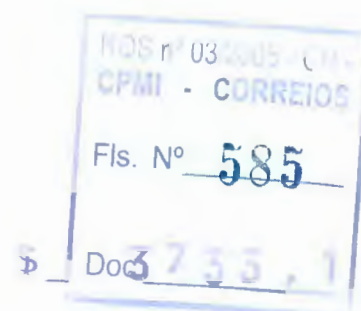




2.9- Esta recorrente, cumpriu com todas as exigências contidas no ato convocatório que comprovaram que ela no plano econômico-financeiro, jurídico- fiscal e técnico.

2.10- É cediço que o objetivo da licitação se constitui no maior cotejo possível de propostas, não devendo a Administração inabilitar licitantes por circunstâncias estranhas à qualificação objetiva para licitar. Mas, se não cumprirem com as exigências editalícias, não poderão prosseguir no certame, sob pena de infringência ao irrelegável princípio da indisponibilidade do interesse público. Assim agindo, estará o administrador chocando-se frontalmente com o interesse maior que é o interesse público.

2.11- É imprescindível trazer à colação que conforme a SÚMULA 473 do STF, a Administração pública pode rever seus atos a qualquer tempo(princípio da auto-tutela). Daí, : “ A Administração não poderá descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.”





III- DO PEDIDO

EM FACE DO EXPOSTO REQUER:

Que sejam respondidos os questionamentos relativos ao julgamento Técnico, constantes do item 1.6. deste recurso; que, seja reconsiderada a douda decisão que habilitou as empresas e consórcios mencionados no item 1.6.d. deste recurso, conforme determina o edital, tendo em vista que é ilegal e abusiva, uma vez que, viola dispositivos constitucionais e da legislação ordinária retrotranscritas, bem como, é contrária ao interesse público. Caso não seja esse o entendimento de V. Ex^a, que seja anulada a licitação em epígrafe, por estar inquinada de vício insanável, instaurando-se novo procedimento licitacional em estrita obediência às normas que norteiam as licitações e as contratações públicas.

NESTES EXATOS TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

Campo Grande-MS; 3 de Janeiro de 2.000.


B& W3 PROPAGANDA





Ilustríssima Presidente da Comissão Especial de Licitação da Agência Goiana de Comunicação do Estado de Goiás.

Recebi em 04/01/2008
às 17:47hs
Jornal [illegible]

FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA., estabelecida no SCN - Quadra 01 - Lote A - Ed. Number One Business Center, sala 201, em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 01.068.431/0001-52, por intermédio do seu representante e procurador abaixo assinado já qualificado nos autos do processo licitatório, vem mui respeitosamente à presença de V.Sa. amparada pelas prerrogativas da Constituição Federal e a Lei nº 8666/93, interpor o presente

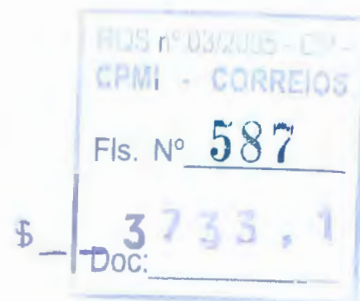
RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o ato da Comissão Especial de Licitação que analisou e julgou as propostas técnicas da CONCORRÊNCIA Nº 001/99, pelo o que passa a expor, alegar e para ao final requerer:

I - DOS FATOS

Tendo conhecimento do edital de licitação, compareceu a recorrente em local e data determinados, apresentando naquela ocasião os envelopes contendo os documentos para habilitação, proposta técnica e proposta financeira.

[Handwritten mark]





Iniciada e concluída a fase de habilitação, lavrou-se a respectiva Ata, a qual foi publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás.

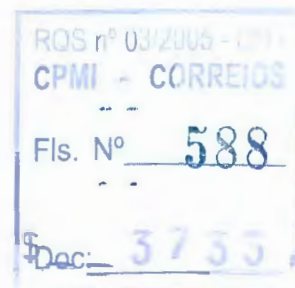
Em 20 de dezembro de 1999, reuniu-se a douta Comissão Especial de Licitação para apreciar e julgar as propostas técnicas das licitantes habilitadas, conforme Ata circunstanciada daquele evento, datada da mesma data.

Neste julgamento a recorrente entende que teve a sua proposta técnica apreciada e julgada desigualmente em relação aos demais licitantes, descumprindo-se nesse julgamento os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório, especificamente o item 3.1.2 do Edital, apesar da advertência de alguns licitantes, conforme consta no segundo parágrafo da Ata, que transcrevemos:

" Tendo em vista as alegações de alguns licitantes na sessão de abertura dos volumes referentes às propostas técnicas, de que algumas empresas teriam entregue diversas peças de um mesmo meio, a Comissão entende que o item 3.1.2, referente à capacidade criativa, não limitou o número de peças, e que a interpretação correta do item é a de que deve haver uma mensagem redigida, acompanhada de exemplos de peças (observe-se que esta palavra no texto está no plural) que corporifiquem a mensagem criada pelo licitante. Estas peças deveriam vir em layouts, roteiros e textos, estes sim limitados a um para cada peça. "

II - DO EDITAL

transcrevemos: Item 3.1.2 - Capacidade Criativa, que





2

" Capacidade Criativa - onde deverá ficar demonstrada a criatividade da agência, em relação direta à idéia do tema específico, escolhido pela licitante, e seu entendimento de acordo com o briefing. Deverá ser expressa sob a forma de redação de mensagem, acompanhada de exemplos de peças que a corporifiquem, em layout, roteiros e textos digitados, limitados a um para cada peça. "

III - DO DIREITO

Confrontando os textos do Edital e da Ata de julgamento das propostas técnicas, observamos que a expressão " layout " encontra-se no singular e não no plural, conforme transcrito na referida Ata. Assim sendo, caberia a cada licitante apresentar, exclusivamente, apenas um layout ou roteiro da peça que lhe conviesse; cartaz, folder e etc.

Ainda em relação a interpretação do texto do Edital sobre o item 3.1.2, consta do processo licitatório questionamento de alguns licitantes sobre a matéria, sem contudo, qualquer pronunciamento da Comissão Especial de Licitação.

Ora, diante do texto explicitado, somente caberia a apresentação de um único exemplar de layout, texto e roteiro para cada peça escolhida pelas licitantes como forma de corporificação de suas campanhas.

Portanto e diante da falta de resposta aos questionamentos formulados sobre a interpretação do item 3.1.2 do Edital, não caberia a Comissão Especial de Licitação qualquer julgamento, que não aquele que igualasse os licitantes, ou seja; o julgamento de um único layout, texto e roteiro de cada licitante, limitados a um por peça (grifo nosso).

2

ROS nº 03/2005 - LM	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	589
\$	3733,1
Doc	



Se a expressão correta era "peças" porque então a Comissão Especial de Licitação não desclassificou as propostas daquelas licitantes que apresentaram apenas uma peça?

Como não houve qualquer desclassificação, o julgamento ficou totalmente prejudicado, pois aqueles que apresentaram mais de um layout, roteiro e texto para a mesma peça, direta ou indiretamente lograram êxito diante das demais licitantes que apresentaram apenas um layout, roteiro e texto da mesma peça para o julgamento.

Se observarmos na íntegra o texto abaixo, podemos contemplar o seguinte:

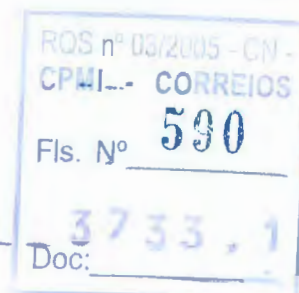
LEI 8.666 DE 21/06/1993
DOU 22/06/1993

Regulamenta o ART.37, Inciso XXI, da Constituição Federal, Institui Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras Providências.

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais
(artigos 1 a 19)

SEÇÃO I - Dos Princípios (artigos 1 a 5)

ART. - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatas. (os grifos são nossos)



Assim podemos verificar que o julgamento foi diferenciado, não se mantendo a igualdade entre os licitantes e nem tão pouco a vinculação ao instrumento convocatório.

Podemos ainda destacar alguns comentários de Hely Lopes Meireles, sobre o assunto:

"A igualdade entre os licitantes é o princípio primordial da licitação".

"O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desigual os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo uns e prejudicando a outros. Essa é a forma mais indiciosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos".

"Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato se afastasse do estabelecido, e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado".

Inquestionável é que as licitantes que apresentaram mais de um layout, roteiro e texto para a mesma peça foram beneficiadas na pontuação, pois aquela que apresentou mais de uma opção para o julgamento obteve vantagem sobre aquelas que apresentaram apenas uma opção para julgamento.



W



8



Quanto ao aspecto de que o julgamento deve ser restrito às normas e condições preestabelecidas, podemos ressaltar o seguinte:

LEI 8.666 DE 21/06/1993
DOU 22/06/1993

Regulamenta o ART.37, Inciso XXI, da Constituição Federal, Institui Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras Providências.

CAPÍTULO II - Da Licitação (artigos 20 a 53)

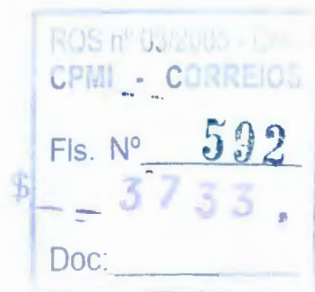
SEÇÃO IV - Do Procedimento e Julgamento (artigos 38 a 53)

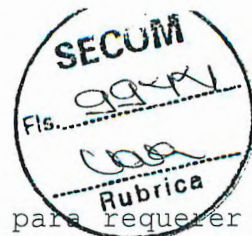
ART.44 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1 - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

§ 2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

Diante de todo o exposto e dos conhecimentos de administradora pública que V.Sa. acumulou ao longo da sua vida pública, rogamos que prevaleça a imparcialidade e critérios idênticos de julgamento, sem que nenhuma licitante seja beneficiada ou prejudicada.



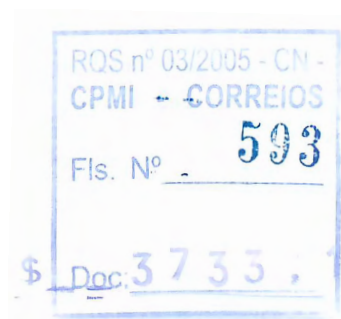


Assim sendo é o presente RECURSO para requerer que seja RECONSIDERADA a decisão de julgamento, utilizando apenas um layout, roteiro e texto para cada peça, ou seja; um anúncio de revista, um anúncio de jornal, um outdoor, um roteiro de VT e um spot de rádio ou outras opções de comunicação, sempre limitados a um para cada peça.

Nestes Termos
P.Deferimento
Brasília-DF, 04 de janeiro de 2000.

Halley Guedes Amaral
Procurador

Recbi em 04/01/2000
às 17:47hs
João de Deus



ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.



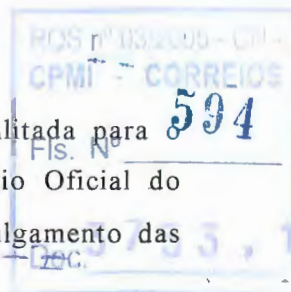
*Recabi em 04/10/2000
às 17:45
Valmunda*

INVENTO COMUNICAÇÃO E
MARKETING LTDA. – (NOVAGÊNCIA), inscrita no CGC sob o n.º 00.209.956/0001-06, com sede na Rua 104, n.º 84, Setor Sul, por seu representante legal, vem, à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito, arrimada no artigo 109 de Lei n.º 8.666, de 21-06-1993, e disposições constitucionais pertinentes, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato desta **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** que analisou e julgou as propostas técnicas da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/99**, pelo que expõe e ao final **REQUER** o que se segue:

OS FATOS E O ATO IMPUGNADO

1 – Conforme se deduz do edital relativo à licitação pública em epígrafe, emanada do processo n.º 17378885/99, foi aberta Concorrência para a “Contratação de Agências de Propaganda para estudo, planejamento, criação, produção, distribuição e veiculação de publicidade de programas e campanhas sobre as linhas de ação administrativa do Governo do Estado de Goiás”, tendo a recorrente apresentado, oportunamente, a documentação relativa à sua habilitação, bem como as respectivas propostas técnica e financeira.

2 – A recorrente foi considerada habilitada para procedimento licitatório, cuja ata foi devidamente publicada do Diário Oficial do Estado de Goiás, passou-se a fase seguinte, ou seja, a da análise e julgamento das



propostas técnicas. Quando da abertura dos envelopes, às 10:00 horas do dia 04 de novembro de 1.999, constatou-se que algumas agências licitantes, dentre elas a **TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.**, ao arripio do edital, **apresentou várias peças para um mesmo meio**, no que contrariou, diga-se de passagem, o instrumento convocatório. Na oportunidade, foi impugnado tal procedimento adotado por esta agência, o que foi ignorado pela Digna Comissão quando da avaliação e julgamento das propostas.

3 – O item 3.1.2 do Edital, que trata da **Capacidade Criativa**, dispõe que a apresentação dos trabalhos “...**Deverá ser expressa sob a forma de redação de mensagem, acompanhada de exemplos de peças que a corporifiquem, em layout, roteiros e textos digitados, LIMITADOS A UM PARA CADA PEÇA.**”

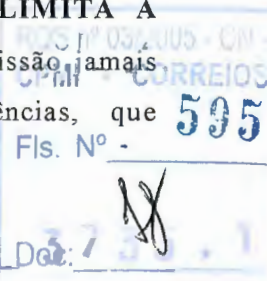
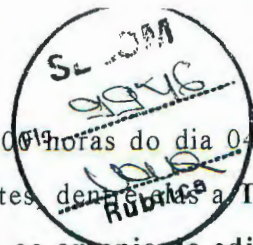
4 – No entanto, tais argumentos foram ignorados pela Comissão, que houve por bem apreciar as propostas das agências citadas na ata da Reunião da Comissão Especial realizada no dia 04/11/1999 (**Consórcio Centro Oeste/ Agência Multiface, TTA, A B Corrêa e Consórcio Multi/D & M**), que apresentaram diversas peças de um mesmo meio, proferindo o seu julgamento no dia 20 de dezembro de 1.999, cujo resultado foi **publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás de n.º 18.331, de 27 de dezembro de 1.999.**

Esses os fatos.

Do malferimento do princípio da igualdade e da Vinculação da concorrência ao instrumento convocatório

5 – Ao facultar e sancionar o comportamento de algumas agência no que concerne à apresentação de várias peças de um único meio, a Comissão feriu o princípio da igualdade entre os licitantes, bem como da vinculação ao edital, como será demonstrado.

6 – Conforme se infere do texto do Edital, verifica-se que a expressão “*layout*” encontra-se no singular, pelo que e, principalmente, em razão do que dispõe a parte final do item 3.1.2 do edital, **QUE LIMITA A APRESENTAÇÃO DE “UM (LAYOUT) PARA CADA PEÇA”**, a Comissão jamais poderia admitir o procedimento adotado pelas retro-citadas agências, que apresentaram vários layouts para cada peça.



7 - Ao permitir tais procedimentos, a Comissão Especial beneficiou as agências que assim procederam, o que se evidencia quando se verifica que **agência TTA PROPAGANDA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.**, que adotou tal procedimento, classificou-se em segundo lugar nos **GRUPOS I e V**, o que significa que ganhará a concorrência em um dos dois grupos, posto que a vencedora de ambos foi a Verbo Propaganda, que, em obediência ao edital, deverá optar por um dos grupos, ascendendo automaticamente para a posição de primeiro lugar do grupo rejeitado pela referida vencedora.

8 - O julgamento deveria ater-se a apenas um único exemplo para cada peça. Em não tendo desclassificado as agências que **apresentaram as suas propostas ao arrepio do Edital**, o julgamento restou prejudicial em relação às agências que o obedeceram, bem como em relação à recorrente, que primou pela obediência ao instrumento convocatório.

9 - Os princípios da igualdade/isonomia entre os licitantes, bem como o da vinculação ao edital, vêm expressamente consagrados no artigo 3.º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10 - Tais princípios foram desrespeitados quando do julgamento objetivo. **O próprio procurador da agência TTA Propaganda Ltda.**, ao questionar-se tais procedimentos na reunião da Comissão Especial realizada em 04/11/1999, **admite a vantagem pessoal auferida através do procedimento adotado pela referida agência**, ao afirmar, *in verbis*:

“...no caso de apresentação de um layout para cada peça criada deve ser considerado POIS AMPLIA AS CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO DO RACIOCÍNIO BÁSICO E ESTRATÉGIA ADOTADAS POR UMA DETERMINADA AGÊNCIA CONCORRENTE...”.

RQS nº 002005 - CP -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº. 598
Doc: 733.1

11 – Resta evidente que a apresentação de mais de um *layout* para cada peça amplia a chance da agência concorrente. É lógico e matemático. Se se aumenta, por exemplo e guardadas as proporções da analogia, a quantidade de palpites de uma mesma aposta de loteria, logicamente a chance de ganhar o concurso também aumenta.



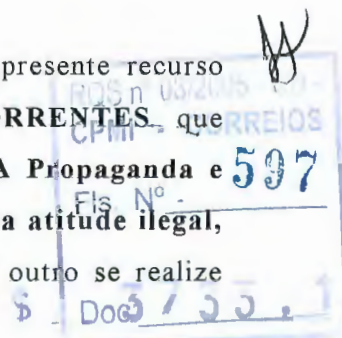
12 – Não se pode olvidar, também, que a Lei n.º 8.666/93 veda o oferecimento de vantagem adicional não prevista no edital, assim dispondo o parágrafo 2.º, do artigo 44, *in verbis*:

“§ 2.º - “Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados (...)”.

12.1 – Destarte, como não estava previsto no edital a apresentação de mais de um exemplo para cada peça, tal procedimento não poderia ser admitido e tampouco considerado pela Comissão julgadora, que deveria desclassificar as agências que assim procederam, posto que não obedeceram o instrumento convocatório e, o que é pior, buscaram e conseguiram auferir vantagem sobre os demais concorrente com tal atitude, em detrimento dos princípios regentes das licitações públicas.

13 – As normas reguladoras das licitações públicas e o instrumento convocatório NÃO ADMITEM INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA, sob pena de significar parcialidade e quebra da isonomia entre os licitantes, bem como ao princípio do julgamento objetivo das propostas. O provimento do presente recurso é imperioso para que sejam restabelecidos os princípios norteadores das licitação e, conseqüentemente, da administração pública.

Ante o exposto, REQUER seja o presente recurso conhecido e provido, para DESCLASSIFICAR OS CONCORRENTES, que procederam da maneira acima descrita, em especial a agência TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda., que obteve vantagem direta com a atitude ilegal, ou seja ANULADO todo o procedimento licitatório, de modo que outro se realize



obedecendo-se os princípios regentes das licitações, preconizados pela Lei n.º 8.666/93 e pela Constituição Federal.

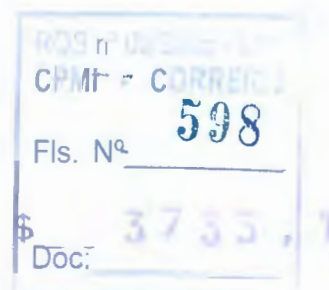
Termos em que, pede deferimento.

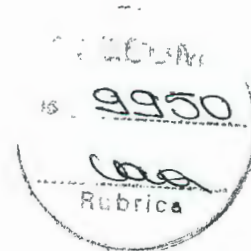
Goiânia, 04 de janeiro de 2.000.




Invento Comunicação e Marketing Ltda. (NOVAGÊNCIA)
Invento Comunicação e Marketing Ltda.

*Recebi em 04/01/2000
Jannud Nasser Junior
01s 17:45hs.*





Exmo. Sr.
Dr. Servito de Menezes Filho
MD. Presidente da Agência Goiana de Comunicação
Nesta

Por intermédio da

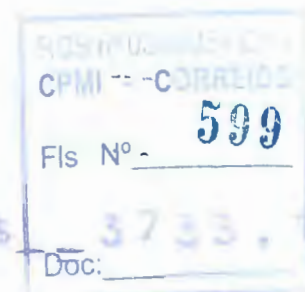
Dra. Leila Maria Cunha Prudente
MD. Presidente da Comissão Especial de Licitação da
Concorrência Pública Nº 001/99 da SECOM/Goias
Nesta

Senhora Presidente,

CANNES PUBLICIDADE LTDA., agência de comunicação fundada em Abril de 1957, com sede em Goiânia, Goiás, à Rua 17-A, 933, Setor Aeroporto, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.542.307/0001-87, vem, através de seu Diretor Presidente, Zander Campos da Silva Júnior, brasileiro, casado, publicitário, advogado, RG 10.214-OAB/GO, CPF 359.679.351-34, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, com a devida vênua, e na melhor forma do direito e da justiça, contrapor com argumentos legais e fundamentação jurídica as pretensas impugnações requeridas pelas agências licitantes (Invento Comunicação e Marketing Ltda. – Novagência; Type Propaganda Ltda.; Fischer América Sette Graal Comunicação Total Ltda.; e B&W3 Propaganda), à Concorrência Pública SECOM Nº 001/99.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRÁSILIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
<http://www.cannes.com.br>





Recursos estes, Senhora Presidente, protocolados tempestivamente.

I - INVENTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA – NOVAGÊNCIA

1.1 - DAS ALEGAÇÕES

Faz duas assertivas impugnatórias, a saber:

a) Em sua peça impugnatória, alega e argumenta a Invento as irregularidades cometidas pela TTA Propaganda, Assessoria e Marketing; Consórcio Centro-Oeste; Agência Multiface; AB Corrêa e o Consórcio Multi/D&M, que apresentaram mais de uma peça de cada item do Edital, letra 3.1.2, o qual limita a apresentação de um layout para cada peça. Requerendo, à vista disto, a desqualificação da TTA Propaganda, Assessoria e Marketing e também as outras agências acima relacionadas.

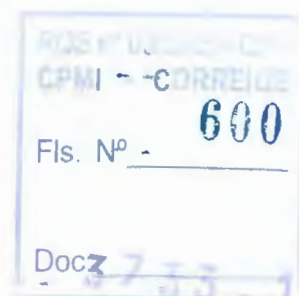
b) Em segundo lugar, requer que a licitação, regulamentada pelo Edital SECOM Nº 001/99 seja totalmente anulada.

1.2 – DO DIREITO

Acreditamos que os argumentos alinhavados pela Novagência são tempestivos e devem ser conhecidos, mas, rejeitados à unanimidade, pela Douta Comissão Julgadora.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRÁSILIA: SCS, Qd. 2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
<http://www.cannes.com.br>





Senão, vejamos: nas discussões e solicitações de informações dos licitantes, a Comissão Julgadora, durante a Sessão de Abertura das Propostas Técnicas, em 4 de novembro de 1999, várias agências que se preocuparam com a inclusão de uma ou mais peças, por esta ou aquela agência licitante, no envelope da Proposta Técnica, foram acalmadas porque a Comissão Julgadora esclareceu que o fato de uma ou outra agência haver colocado mais de um layout não significaria vantagem. Isto porque a Comissão não iria levar em consideração, para efeito de pontuação, este ou aquele layout suplementarmente anexado à Proposta Técnica

O Julgamento seria restrito às diretrizes fixadas no Edital, e que, portanto, as licitantes poderiam ficar tranquilas.

Disse ainda, a Presidente da Comissão de Licitação, que, como esta era a primeira licitação de propaganda realizada para todos os órgãos do Governo do Estado de Goiás, era do interesse da administração permitir a maior quantidade de licitantes possíveis, para que a Comissão pudesse julgar os trabalhos de mais empresas.

E isto, ao nosso ver, atende também o artigo 3º da Lei 8.666/93, que afirma: *"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar proposta mais vantajosa para a administração, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoabilidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Mesmo assim, várias licitantes insistiram, dentro do seu direito legítimo, em colocar suas alegações na Ata daquela Sessão.



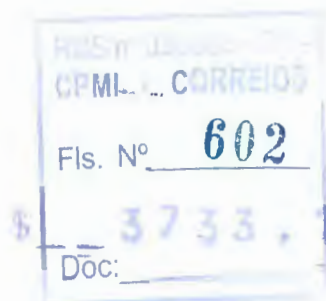
Na prática das licitações, o que se observa é que, muitas vezes (por má-fé ou ignorância), a regularidade do procedimento é questionada por interpretações literais ou burocráticas, no pior sentido desse termo. A isso se presta uma legislação detalhista, minuciosa e pretenciosamente completa.

Em sua magnífica monografia sobre a interpretação das normas jurídicas, Juarez Freitas salienta que o intérprete, esforçando-se para ter uma visão total do sistema, deve buscar a melhor interpretação (entre as diversas possibilidades), pois "o Direito existe para que sejam alcançadas e viabilizadas concretizações de princípios e valores, que dele necessitam para receber o apoio para que se façam eficazes e efetivos, num determinado contexto histórico". Daí a importância da interpretação sistemática, que ele define como "uma operação que consiste em atribuir a melhor significação, dentre várias possíveis, aos princípios, às normas e aos valores jurídicos, hierarquizando-os num todo aberto, fixando-lhes o alcance e superando antinomias, a partir da conformação teleológica, tendo em vista solucionar os casos concretos".

Entendemos que, além da visão principiológica e sistemática, é preciso precaver-se contra preconceitos e modismo episódicos, sem deixar de atentar para a realidade dos fatos, que envolvem órgãos, entidades e pessoas com maior e menor tradição de fidelidade aos preceitos da moral e do direito.

Portanto, acreditamos que carece de legitimidade *ad causam* o recurso ora protocolado. As notas divulgadas pela Comissão devem ser mantidas para todos.

Com relação ao fato de se anular esta licitação, também solicitada no mesmo pleito, discordamos amplamente.





O processo caminhou, caminha e caminhará em curso, como temos observado e acompanhado, dentro da Lei e do Edital. Portanto, nada e nenhum vício ocorreu que nos leve a supor ou admitir qualquer irregularidade nesta licitação, ou seja, durante o processo e muito menos no julgamento.

Assim, somos de opinião que esta parte do Recurso da licitante Novagência seja conhecido, mas que a Comissão, à unanimidade, lhe negue provimento.

II - TYPE PROPAGANDA LTDA.

2.1. DAS ALEGAÇÕES

- a) Pede anulação da Concorrência.
- b) Alega o princípio da isonomia e lesão do princípio da moralidade administrativa.
- c) Alega que deveria ter dois profissionais de propaganda e marketing na Comissão.
- d) Alega que estas normas representam um abuso de autoridade.
- e) A mudança de nomes na Comissão está irregular porque não houve notificação aos licitantes.

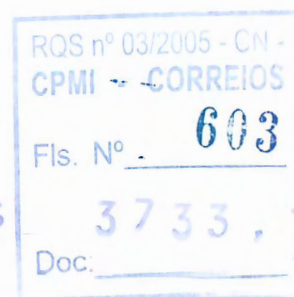


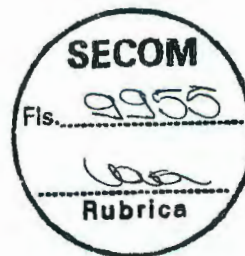
GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br

BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br

CUJABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nuteconet.com.br

<http://www.cannes.com.br>





2.2. DO DIREITO

Pelos motivos já expostos e os argumentos legais aqui apresentados, não pactuamos com o pedido inoportuno e sem legitimidade para anulação da Concorrência Pública.

Outra criativa alegação da licitante refere-se ao fato de que tenha havido infringência à isonomia e lesão ao princípio da moralidade administrativa, pois a Comissão Especial precisaria ter dois profissionais da área de propaganda e de marketing para julgar as propostas, pois a Lei exige dois servidores.

E o que diz a **criativa** impugnação da licitante?

Presumindo-se um grade desejo de futurologia, dentro do “*jus sperniandis*” que o papel branco lhe confere, a licitante escreve: “*dever-se-ia esperar que pelo menos 02 (dois) membros desta Comissão Especial de tratassem de pessoas qualificadas para auferir a técnica apresentada pelos concorrentes, o que somente poderia advir de pessoas dotadas de conhecimentos técnicos específicos da área de propaganda e marketing.*”

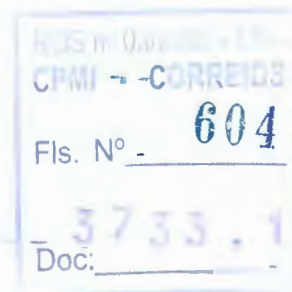
CONTUDO, não é o que ocorreu no caso em tela. Dentre os membros componentes da Comissão Especial de Licitação, NENHUM deles possui habilitação específica para apreciar as propostas apresentadas pelas licitantes. Senão, veja-se:

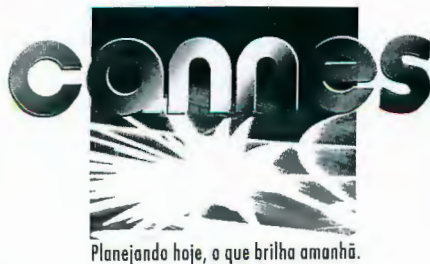
LEILA MARIA DA CUNHA PRUDENTE, Procuradora de Justiça, Presidente da Comissão;

WALQUÍRIA MEIRA, advogada e auditora;



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutecnet.com.br
<http://www.cannes.com.br>





JARMUND NASSER JÚNIOR, engenheiro civil;

ARBÉLIA COVALO GOMES, administradora de empresas;

JOÃO BATISTA CARDOSO, jornalista profissional prático;

AGNALDO ALVES FARIA, jornalista, substituído sem notificação oficial às licitantes de sua substituição.

Como se vê, nenhum dos nomes acima relacionados, componentes da Comissão Especial de Licitação, é habilitado e possui qualificação técnica na área de propaganda e marketing. Têm-se profissionais da área jurídica, um engenheiro civil, uma administradora de empresas, e jornalistas, mas NENHUM profissional da área de propaganda e marketing.”

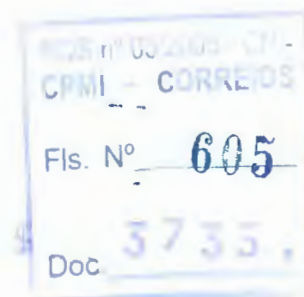
Vamos ver agora o que diz a Lei 8.666/93, em seu artigo 51:

“A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsável pela licitação.”

Em nossa opinião, a Lei 8.666/93 foi muito bem cumprida com a nomeação de 5 (cinco) servidores não oriundos da área de publicidade e marketing, **mas altamente qualificados.**



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
<http://www.cannes.com.br>





Não temos procuração para defender os membros desta Comissão, mas a ética, a moral, o respeito e a seriedade desta Comissão Especial nos conduz a esta contestação.

Senão, vejamos:

a) Dra. Leila Maria da Cunha Prudente, Presidente da Comissão: Procuradora de Justiça e estudante de Direito durante 5 (cinco) anos. Certamente passou num Concurso Público. Quem pode alegar que a Presidente da Comissão não está qualificada? Então que atire a primeira pedra. Mas gostaríamos de lembrar as palavras sábias e proféticas proferidas há 2 mil anos: *“Não julgues para não ser julgado”*.

b) Dra. Walquírida Meira, membro: Advogada e auditora;

c) Jarmund Nasser Júnior, membro: Engenheiro civil;

d) Arbélia Covalo Gomes, membro: Administradora de empresas;

Como podem as licitantes alegarem que estes três profissionais, com formação universitária e vários anos de trabalho não estão qualificados?

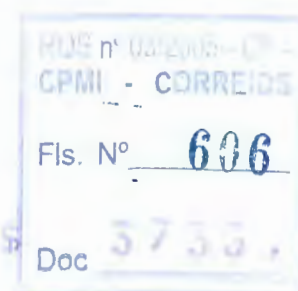
e) João Batista Cardoso, jornalista profissional;

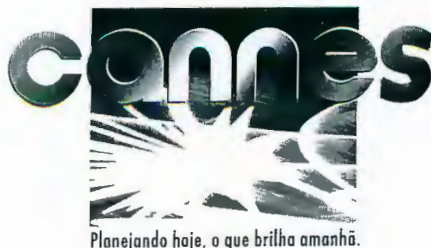
f) Agnaldo Alves Faria, membro: Jornalista profissional.

São dois profissionais competentes na área da comunicação, e que atuam no jornalismo há muitos anos.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutecef.com.br
<http://www.cannes.com.br>





Aliás, esta área de comunicação abrange: Jornalismo, Relações Públicas, Rádio e Publicidade. Logo, qualquer pessoa que trabalhar em uma destas quatro áreas da comunicação brasileira, é um profissional do setor de comunicação.

Convém ressaltar aqui a torpeza da licitante em tentar diminuir a pessoa de João Batista Cardoso, chamando-o de "Jornalista prático".

Eça de Queiroz disse que *"têm pessoas que trazem no dedo o anel que deveria usar no beijo, como se fosse um escravo, sem cultura e ignorante"*.

No Brasil, estas profissões foram regulamentadas há poucas décadas: O publicitário pela Lei 4.680/65; O Relações Públicas pela Lei 5.377, de 11.12.67, e o Jornalistas pelo Decreto Lei 972, de 17.10.69.

Em todas estas profissões, existem os profissionais que trabalham e exercem suas atividades sem nenhum tipo de perseguição ou discriminação.

Estas leis reconhecem estes profissionais e lhes dão os mesmos direitos dos demais. Logo, não existe aquilo que ferozmente a licitante tenta argumentar a seu favor.

E ninguém melhor do que estes profissionais que trabalham no dia-a-dia, para fazer o que fizeram, tão bem e com muita propriedade que foi, avaliar e julgar as propostas técnicas.

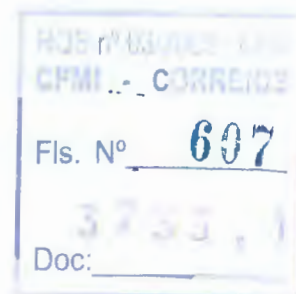


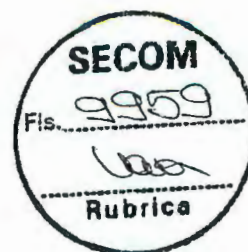
GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br

BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br

CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutecef.com.br

<http://www.cannes.com.br>





O Professor Toshio Mukai, Doutor em Direito pela USP e Professor de Direito Administrativo da Universidade Mackenzie, em seu livro "Licitações e Contratos Públicos, 4ª edição, da Editora Saraiva, de dez/98, à página 79, diz claramente que: *"A Comissão Especial de Julgamento pode ser constituída por servidores ou não do órgão. Todavia, dois dos seus componentes devem ser servidores especializados. Sua constituição pode ser alterada a qualquer momento, com nomeações feitas pela autoridade superior."*

Logo, se analisarmos que todos os servidores são altamente qualificados, nada poderá empanar o brilho do trabalho desenvolvido pela Comissão Especial.

Portanto, se a licitante Type não concordasse com os componentes da Comissão Especial deveria usar a força do Edital, no item 13.1 e ter feito a impugnação da Comissão Especial.

Mesmo porque se a Comissão Especial foi competente para habilitá-la na fase inicial, porque a licitante Type deixou de contestar naquela oportunidade as qualificações da Comissão, e só o faz agora?

Nem o Edital e muito menos a Lei 8.666/93 exigem participar aos licitantes sobre a alteração de nomes de uma comissão Especial de Licitação. Isto está provado e comprovado.

Queremos ressaltar aqui que a substituição do nome na Comissão Especial foi motivada pela Reforma Administrativa implantada pelo Governador do Estado, que criou a Agência Goiana de Comunicação, nomeando para sua presidência o Dr. Servito Menezes, que, ao assumir, esteve por poucos dias na função e foi submetido a uma cirurgia cardio-vascular.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, BLD, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nutechnet.com.br
<http://www.cannes.com.br>





11

À vista disso, o Jornalista Agnaldo Alves Faria, provando publicamente sua capacidade profissional, assumiu internamente a Agência Goiana de Comunicação, razão pela qual foi substituído na Comissão Especial.

Senhora Presidente,

Em função destes argumentos claros, legais e irreversíveis aqui citados, requeremos a V.Exa. acatar o recurso pela tempestividade, mas indeferi-lo "*in totum*"

III – FICHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA.

3.1. DAS ALEGAÇÕES

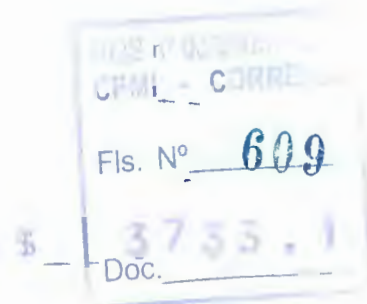
- a) Acha que o julgamento não foi imparcial porque algumas agências anexaram peças excedentes na Proposta Técnica;
- b) Alega ainda que é inquestionável que as licitantes que apresentaram mais de uma peça foram beneficiadas.
- c) Pede que prevaleça um critério de imparciabilidade para todos.

3.1. DO DIREITO

Dentro dos ajustes legais previstos na Lei 8.666/93, esta licitante tenta provar o que não existe, e o que não aconteceu.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@cannes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nuteconet.com.br
<http://www.cannes.com.br>



A Comissão declarou claramente, em alto e bom som, no decorrer de três horas da sessão do dia 4 de novembro de 1999, quando da abertura das Propostas Técnicas, que estas peças adicionais não seriam levadas em consideração.

Mas, mesmo assim, uma hora e meia depois, várias licitantes começaram a operação "choro coletivo". Uma dizia "... é porque a licitante X tem dois layouts"; outra emendava "... isso não pode ser levado em consideração" e o rosário virou novena.

Acreditamos que uma licitante pode dizer e até escrever "inquestionavelmente".

Mas não pode provar porque isso não ocorreu, e a pontuação foi justa e compatível com as propostas das licitantes.

A propósito, se lermos a Ata da Sessão de abertura, vamos observar que das suas 42 linhas relativas às ponderações das 09 (nove) agências ou consórcios, vimos que nenhuma fez qualquer impugnação. Apenas fizeram comentários rotineiros, como o representante da Fischer, Sr. Halley Guedes Amaral, que falou durante 12 linhas, deixando para os outros 8 (oito) representantes apenas 30 linhas de ponderações, ou seja, cerca de 3 linhas para cada um.

E, no final, o Sr. Halley Guedes Amaral, que é o mesmo Procurador que assinou o recurso da licitante Fischer, fez constar o seguinte texto: "*Solicita ainda que sejam desconsideradas as peças não solicitadas no Edital, mas apresentadas por algumas agências...*" (transcrição da ata de abertura das Propostas Técnicas, a partir da 7ª linha de cima para baixo, da segunda folha).



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@canes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br
CUIABÁ: Rua Cursino do Amarante, nº 348, Quilombo, CEP: 78045-770, Tel.: (65) 322-6636, Fax: (65) 322-6438, cannesmt@nuteconet.com.br
<http://www.canes.com.br>

Difícilmente vamos encontrar num só Recurso tantos nomes de juristas famosos como se preocupou o representante da B&W3 Propaganda.



GOIÂNIA: Rua 17-A, nº 933, Setor Aeroporto, CEP: 74075-160, Tels.: (62) 212-0222/213-2393 - FAX: 212-0223/213-2535, cannesgo@canes.com.br
BRASÍLIA: SCS, Qd.2, Bl.D, nº 3, S.601, Ed. Oscar Niemeyer, CEP: 70300-500, Tel.: (61) 226-5480, Fax: (61) 226-0784, cannesdf@tba.com.br



AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99

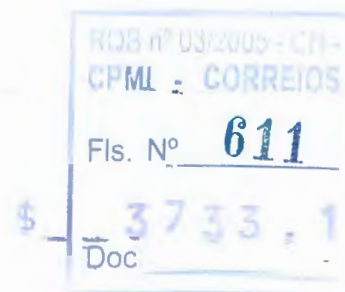


JULGAMENTO DOS RECURSOS

As empresas **B&W3 Propaganda, Type Propaganda, Fischer América Sette Graal Comunicação Total Ltda e Invento Comunicação e Marketing Ltda. (Novagência)**, interpuseram recursos administrativos contra o resultado do julgamento das propostas técnicas, por se julgarem prejudicadas na classificação obtida.

No que se refere à **Agência B&W3 Propaganda**, são as seguintes as alegações:

- 1º) suscita dúvidas quanto às conseqüências da reforma administrativa ocorrida no Estado de Goiás;
- 2º) questiona sobre os recursos financeiros que irão responder pelos futuros contratos;
- 3º) questiona sobre o ato que manteve a Comissão após a reforma administrativa;
- 4º) indaga se a comissão reuniu-se apenas no dia 20.12.99 para julgar as respostas técnicas;
- 5º) questiona sobre a correta interpretação do item 3.1.2 do edital, afirmando que as empresas **TTA e AB-CORREA**, e os Consórcios **VERBO-IDENTIDADE e CENTROESTE** não apresentaram propostas de acordo com o mesmo;
- 6º) questiona sobre qual profissional da área de propaganda participou do julgamento das propostas;
- 7º) menciona que somente 12 horas antes do início da sessão de recebimento dos envelopes foi informado pela Comissão sobre qual envelope deveria colocar o portfólio;
- 8º) afirma que o princípio da impessoalidade foi ferido porque houve benefício de uns em detrimento de outros.



Em seguida, pede resposta aos questionamentos e a reconsideração da decisão que habilitou as empresas e consórcios, por ter sido a mesma ilegal e abusiva, ou que se anule a licitação.



Sobre a reforma administrativa, é importante ressaltar que a mesma não trouxe nenhum prejuízo ao procedimento licitatório em curso, uma vez que a Agência Goiana de Comunicação, criada pela Lei n.º 13.550, de 11 de novembro de 1999, que dispôs sobre a nova estrutura organizacional do Poder Executivo, por força do seu art. 6º, § 2º, absorveu todas as atribuições da extinta Secretaria de Comunicação Social, dando-se normal continuidade ao mesmo, cujo objeto permaneceu inalterado, vez que desde o início a finalidade desta Concorrência é uma só, nos termos do item 1.1 do Edital, vale dizer, a contratação de Agências de Publicidade para realizar os programas e campanhas promocionais e/ou institucionais dos órgãos e entidades governamentais, de acordo com os grupos elencados no referido instrumento convocatório.

Verifica-se, assim, que o objeto continua o mesmo, embora os grupos tenham sofrido alterações, o que também não traz nenhum problema, considerando-se que o Edital, em seus subitens 2.14 e 2.15, já previa a solução, caso ocorresse a hipótese de extinções e alterações dos órgãos e entidades governamentais.

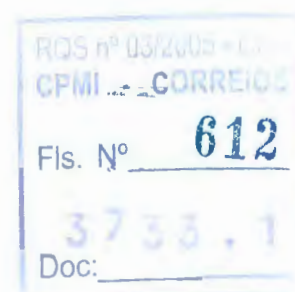
Referidos itens estabelecem:

“2.14 – Os órgãos e entidades resultantes de extinções e alterações administrativas realizadas após a divulgação deste edital ou durante a vigência dos contratos respectivos passarão a integrar o Grupo das unidades que lhes deram origem.

2.15 – Na impossibilidade da aplicação do procedimento estabelecido no subitem anterior a indicação do Grupo será feita pelo Secretário de Comunicação Social.”

Sobre essa matéria também o Decreto estadual n.º 5.142, de 11 de novembro de 1999, prevê, em seu art. 20, a continuidade dos processos licitatórios, assumidos pelas novas unidades orçamentárias, cujas providências ali determinadas foram adotadas no presente processo.

E sobre esse ponto, dos recursos financeiros que responderão pelos encargos decorrentes da presente Concorrência, observe-se que, conforme explicado acima, tendo a Agência Goiana de Comunicação Social assumido as atribuições da extinta Secretaria de Comunicação Social, ficou a



AGECOM responsável pelas obrigações assumidas em decorrência da presente Concorrência, de acordo com os arts. 12 e 15 do Decreto nº 5.142/99, acima citado.



Assim, quando forem assinados os contratos referentes à presente licitação, além da dotação orçamentária própria da Agência Goiana de Comunicação, cada órgão ou entidade constante dos Grupos, já procedidas as adequações impostas pela Reforma, de acordo com os subitens 2.14 e 2.15 do Edital, e também com o art. 20 do Decreto 5.142, acima mencionado, arcará também com as despesas, através da sua própria dotação orçamentária, correspondente aos recursos destinados a esse fim, conforme previsto nos subitens 9.1 e 9.2 do Edital.

Sobre a manutenção da Comissão Especial de Licitação foi a mesma efetivada pela Portaria n.º 003/99, do titular da Agência Goiana de Comunicação, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás do dia 20 de dezembro de 1999, que manteve os seus membros, inclusive a Presidência, e designou dois novos membros, o Dr. Jarmund Nasser Júnior e João Batista Cardoso, em substituição, tendo em vista a necessidade do Dr. Agnaldo Alves de Faria assumir a direção da Agecom, por motivo de saúde do Dr. Servito Menezes, que teve que se afastar para submeter-se a cirurgia cardiovascular, e pela exoneração de Isabel Cecília Teixeira Viana, que se afastou da extinta SECOM.

Veja-se a lição de Hely Lopes Meirelles, *in* Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, São Paulo, 24ª ed., 1999, p. 88, a respeito da publicidade dos atos da Administração:

“A publicidade como princípio da Administração Pública (CF, art. 37, caput), abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos, como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento,(...).A publicidade que produz efeitos jurídicos é a do órgão oficial da Administração, e não a divulgação pela imprensa particular, pela televisão ou pelo rádio, ainda que em horário oficial. Por órgão oficial entendem-se não só o Diário Oficial das entidades públicas como, também, os jornais contratados para essas publicações oficiais.”





Sobre o questionamento a respeito da composição da Comissão Especial, ou seja, a ausência de um profissional com formação específica em publicidade ou *marketing*, esclarece-se que foi formulada consulta à Associação Brasileira de Propaganda – ABAP, que respondeu sobre a inexistência legal para que a comissão seja composta por membros da área de propaganda. Com essa informação, cópia anexa, a Comissão tranquilizou-se com relação a esse ponto e apenas reservou-se o direito de, caso julgasse necessário, diligenciar, com apoio no art. 46 da Lei n.º 8.666/93, no sentido de consultar algum perito da área.

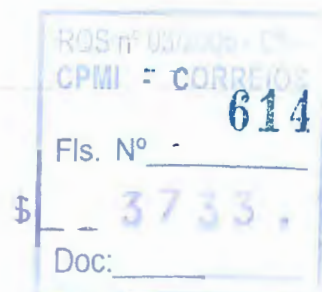
Por ocasião do julgamento das propostas técnicas, a Comissão deliberou no sentido de que, seguindo-se rigidamente o Edital, e observando-se a pontuação de cada item, poder-se-ia chegar a um resultado técnico independentemente de auxílio de profissional da área de publicidade.

Sobre essa matéria é importante observar que a legislação exige (art. 51, da Lei n.º 8.666/93) para a formação da Comissão que dois membros no mínimo sejam detentores de cargos efetivos na Administração Pública e que sejam qualificados para essa tarefa. Ora, nem se exige que sejam portadores de curso de nível superior, basta apenas que sejam qualificados. No caso em exame, na Presidência da Comissão encontra-se profissional de nível superior, detentora do cargo de Procurador do Estado, por aprovação em concurso público, e professora universitária, também por concurso público, na cadeira de Direito Administrativo.

Os outros membros são: Dra. Walquíria Meira Teixeira, Advogada; Dr. Jarmund Nasser Júnior, Engenheiro, com premiação em invenção (criatividade); Dra. Arbélia Covolo Gomes, Administradora de Empresas e João Batista Cardoso, Jornalista. Ressalte-se que os dois últimos são servidores da AGECOM e detêm larga experiência em realização de campanhas publicitárias governamentais, que é a rotina diária do órgão onde prestam serviços.

Com relação a esse aspecto, observe-se ainda que os membros da Comissão, independentemente de terem suas qualidades pessoais, são dotados do senso comum das pessoas, sem exigência de nenhuma formação específica, que as leva a ter condições de avaliar itens como qualidade, criatividade, beleza, mensagem, inteligência, etc..

Sobre a observação acerca do *portfólio*, note-se que a resposta da Comissão sobre qual o envelope que deveria ser o mesmo colocado, com pouca antecedência da data marcada para o recebimento dos envelopes, é questão irrelevante vez que esse fato não trouxe nenhum prejuízo para a empresa, pois não influiria na elaboração da proposta.





Quanto aos *portfólios* é importante esclarecer que os mesmos foram desconsiderados pela Comissão, em atendimento ao subitem n.º 2.4.1.3, que permitiu apenas a juntada de fotos, filmes, desenhos, gráficos, gravuras ou catálogos que fossem utilizados como ilustração das propostas.

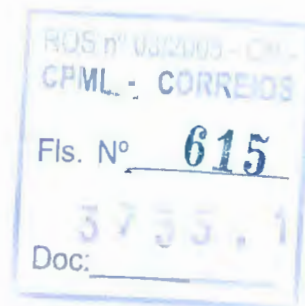
A respeito da indagação sobre as reuniões da Comissão para apreciação e julgamento das propostas técnicas, esclarece-se que as mesmas ocorreram durante os meses de novembro e dezembro, diariamente, por mais de 20 dias, pois a quantidade do material apresentado pelas empresas e pelos consórcios era imenso, até porque quase todos os licitantes concorreram aos cinco grupos. A ata lavrada no dia 20.12.99 registrou apenas a última reunião, em virtude de que nesta é que foi efetuado o julgamento, com a soma de todas as notas lançadas nos cinco grupos pelos membros da Comissão, pertinentes a cada grupo separadamente e a cada um do cinco itens do edital. Dessa forma, a ata registrou o resultado final, após exame minucioso de todo o material, relativo a cada grupo isoladamente.

Sobre o item 3.1.2, do Edital, a interpretação dada pela Comissão é a de não há limite de peças exemplificativas da capacidade criativa da empresa, pois a redação do item em apreço menciona exemplos de peças, sem limitação, devendo, no entanto, cada peça ser acompanhada de uma mensagem redigida, representada em *layout*, com roteiros e textos, estes sim, limitados a um para cada peça.

Com referência a essa ponto, é irrelevante a polêmica, pois o que aumenta a pontuação ou a diminui não é o número de peças ou a repetição do mesmo tipo de peça (um cartaz, um anúncio, um *outdoor*, etc.) mas sim o apelo da mensagem, a coerência da mensagem com o exemplo da peça apresentada, o conjunto da capacidade criativa representada nesse item, demonstrando-se, através de uma campanha fictícia, o potencial criativo da empresa e o nível em que ela consegue demonstrar a sua criatividade.

Dessa forma, não foi considerada nenhuma vantagem adicional que pudesse beneficiar um licitante em detrimento de outro, o que já afasta a alegação da mesma empresa de que estaria sendo ferido o princípio da impessoalidade. Observe-se, quanto à alegada ofensa a esse princípio que nenhum membro da Comissão tem interesse em beneficiar nenhum licitante em particular, não tendo tido contato pessoal, fora das sessões públicas. Tal alegação não vigora, considerando-se a total ausência de nexo entre o pretenso malferimento do princípio e qualquer ligação com os licitantes.

Nesse ponto específico, observe-se que algumas empresas que teriam, supostamente, alguma preferência, em razão da prestação de





serviços anteriores ao então candidato ao Governo de Goiás, não lograram bons resultados, em razão do julgamento eminentemente técnico das propostas e o alto nível do material apresentado pelos primeiros colocados, que investiram na Concorrência, acreditaram na lisura dos seus membros, que tinham como objetivo encerrar em Goiás os privilégios de alguns, por longos anos beneficiados pela ausência de procedimento legal.

Desta forma, não se confirma, pelas razões acima expostas, nenhum vício no procedimento que reclame correção, não sendo motivo nem de anulação e nem de provimento do presente recurso, razão por que, embora o receba por próprio e tempestivo, deixo de provê-lo, por absoluta falta de sustentação legal.

No que se refere à **Type Propaganda**, por estarem os seus argumentos compreendidos nas alegações da empresa **B&W3**, vale dizer, alteração da Comissão e sua composição sem especialista em publicidade, considero a fundamentação referente a esta última empresa extensiva a ela, motivo pelo qual conheço do recurso, por julgá-lo próprio e tempestivo e deixo de provê-lo pela mesma razão acima exposta.

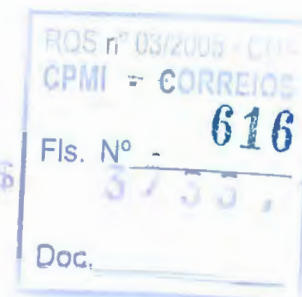
O mesmo se diga com relação ao recurso interposto pela **Fischer Sette Graal Comunicação Total**, cujo argumento refere-se à interpretação do item 3.1.2, do Edital, para o qual também se estende a fundamentação acima, razão por que dele conheço, deixando, no entanto de dar-lhe provimento em razão de falta de sustentação legal.

Com relação ao recurso interposto pela **Agência Invento Comunicação e Marketing Ltda. (NOVAGÊNCIA)**, são os seguintes os seus argumentos:

- 1º - que a empresa **TTA** apresentou várias peças em desacordo com o item 3.1.2 do Edital;
- 2º - que houve malferimento ao princípio da igualdade;
- 3º - mais uma vez questiona o segundo lugar da empresa **TTA**;
- 4º - que há vedação da Lei n.º 8.666/93 à vantagem adicional;
- 5º - que as normas referentes à licitação não admitem interpretação extensiva;

Finalmente pede que seja desclassificada a **TTA** ou que seja anulado todo o procedimento.

Observa-se, de início que o licitante tenta, a qualquer custo, desclassificar a agência **TTA**, pois, coincidentemente, esta empresa posta-se em primeiro lugar em grupo que o Recorrente teria a chance de ascender ao





primeiro lugar, pelo afastamento daquela empresa. Curioso também é o seu pedido, isto é, se não houver desclassificação desta única empresa, deve o procedimento ser anulado por que o Recorrente não lograria o primeiro lugar, mesmo que outras empresas estejam na mesma situação da sua concorrente. Disso se deduz: se o recorrente ascender ao primeiro lugar o procedimento é válido, se ele não lograr êxito é viciado.

Desta forma, transparece com muita clareza que o recorrente pretende ter um tratamento diferenciado, ferindo dessa forma o mesmo princípio da igualdade que o mesmo afirma ter sido ferido.

Sobre os demais argumentos, como se trata de questões já enfrentadas na fundamentação dos outros recursos, estendo-a a esse, com a observação de que conheço do recurso por julgá-lo próprio e tempestivo e deixo de dar-lhe provimento por falta de amparo legal.

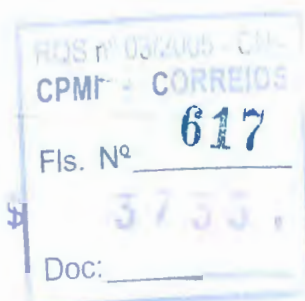
Tendo em vista a impugnação aos recursos apresentadas pela **Agência Cannes Publicidade**, observo que por serem os seus argumentos coerentes com a linha do julgamento desta Comissão e por ser a conduta do representante legal daquela empresa sempre de colaboração, de isenção e de nobreza de espírito, fica a referida impugnação integrada a esta peça.

Tendo em vista a decisão aqui encerrada, encaminhe-se o processo à superior deliberação do Senhor Presidente da Agência Goiana de Comunicação, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei nº 8666/93, com alterações posteriores.

Goiânia, 24 de janeiro de 2000.


Leila Maria Cunha Prudente

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
GABINETE DO PRESIDENTE**



*Processo nº 17378885
Concorrência nº 001/99
Ref.: Recursos Administrativos*

DESPACHO 051/2000 - As empresas **B&W3 Propaganda, Type Propaganda, Fischer América Sette Graal Comunicação Total Ltda e Invento Comunicação e Marketing Ltda (Novagência)**, interpuseram recursos administrativos contra o resultado do julgamento das propostas técnicas, por se julgarem prejudicadas na classificação obtida.

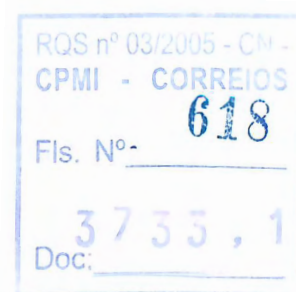
A Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO recebeu todos os recursos acima mencionados, por serem próprios e tempestivos, e deixou de dar-lhes provimento por falta de sustentação legal.

Vêm-me, agora, os autos, nos termos do § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, a título de reexame da matéria decidida.

Por entender que não há fundamentação legal suficiente que reclame a correção do ato de julgamento da Comissão Especial, mantenho, em todos os seus termos, a decisão que julgou os recursos administrativos interpostos contra o julgamento das Propostas Técnicas.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA
GOIANA DE COMUNICAÇÃO**, em Goiânia, 31 de janeiro de 2000.


**Agnaldo Alves de Farias
PRESIDENTE**





ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



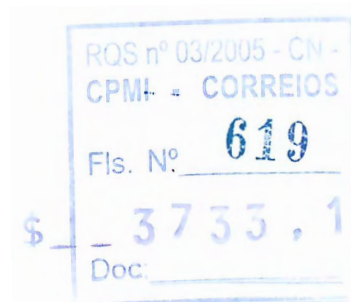
À BW&3.
ILMO Sr. Guilherme Filho.
Campo Grande - MS.

Favor enviar por fax a confirmação do recebimento da correspondência enviada pela Comissão Especial de Licitação, da Agência Goiana de Comunicação, contendo cópias dos 03 (três) recursos administrativos interpostos contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, referente à Concorrência n.º 001 /99, com menção ao dia do recebimento.

Atenciosamente,

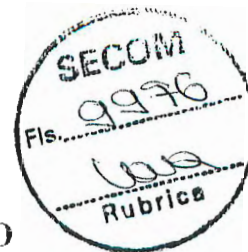

Comissão Especial de Licitação.

Goiânia, 12 de janeiro de 2000.





ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



À FISHER AMÉRICA SETTE GRAAL.

ILMO Sr. Roberto Bueno.

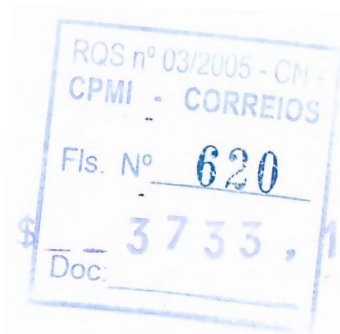
Brasília - DF.

Favor enviar por fax a confirmação do recebimento da correspondência enviada pela Comissão Especial de Licitação, da Agência Goiana de Comunicação, contendo cópias dos 03 (três) recursos administrativos interpostos contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, referente à Concorrência n.º 001 /99, com menção ao dia do recebimento.

Atenciosamente,

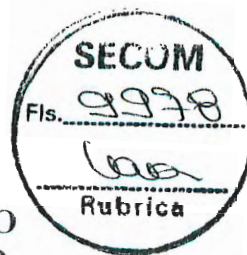

Comissão Especial de Licitação.

Goiânia, 12 de janeiro de 2000.





ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



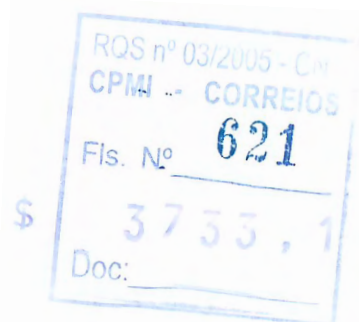
À SMP & B PROPAGANDA.
ILMO Sr. Willer Veloso.
Belo Horizonte - MG.

Favor enviar por fax a confirmação do recebimento da correspondência enviada pela Comissão Especial de Licitação, da Agência Goiana de Comunicação, contendo cópias dos 04 (quatro) recursos administrativos interpostos contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, referente à Concorrência n° 001 /99, com menção ao dia do recebimento.

Atenciosamente,

Leila Maria C. Prudente
Comissão Especial de Licitação.

Goiânia, 12 de janeiro de 2000.





CONFIRM. REPORT

12-01-00 14:35

PHONE NUMBER : 2705021312623413
PAGES : 01
START TIME : 12-01 14:34
ELAPSED TIME : 00'48"
MODE : NORMAL
RESULTS : OK

CONFIRM. REPORT

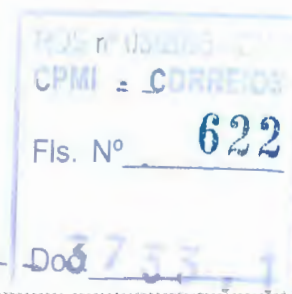
12-01-00 14:46

PHONE NUMBER : 2705021613273111
PAGES : 01
START TIME : 12-01 14:45
ELAPSED TIME : 00'55"
MODE : NORMAL
RESULTS : OK

CONFIRM. REPORT

12-01-00 14:39

PHONE NUMBER : 2705021677215211
PAGES : 01
START TIME : 12-01 14:38
ELAPSED TIME : 00'55"
MODE : NORMAL
RESULTS : OK



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

623

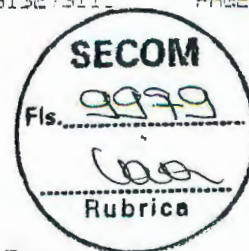
Fls. Nº-

\$ 5733,1

Doc: _____



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



À FISHER AMÉRICA SETTE GRAAL.
ILMO Sr. Roberto Bueno.
Brasília - DF.

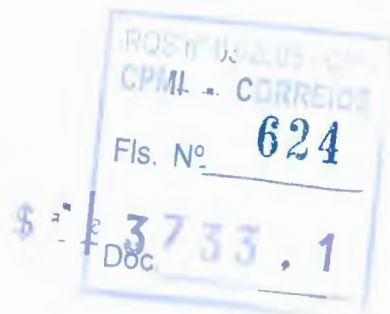
Favor enviar por fax a confirmação do recebimento da correspondência enviada pela Comissão Especial de Licitação, da Agência Goiana de Comunicação, contendo cópias dos 03 (três) recursos administrativos interpostos contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, referente a Concorrência n.º 001/99, com menção ao dia do recebimento..

Lauro Manoel Quilici
Comissão Especial de Licitação.

Goiânia, 12 de janeiro de 2000.

*Confirmamos
o recebimento dos
recursos citados
no dia 10/01/2000*

Holley
Fischer América Sette Graal



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 10/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

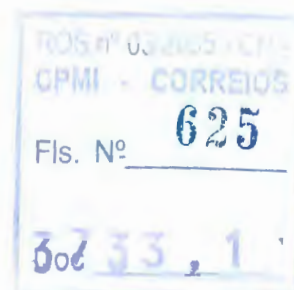
Prezado Senhor,

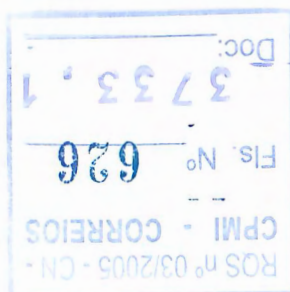
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. WILLER VELOSO
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA SMP&B COMUNICAÇÃO
BELO HORIZONTE





CARTA COMERCIAL 1 3,74*

Objeto.....: ER -439438181
Peso.(kg).....: 0.154
Valor do Porte..: 1.34
Cep Destino: 30140120
AR AVISO DE RECE 1.20
RR REGISTRO NACI 1.20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

Anotacoes: -----

CARTA COMERCIAL 1 3,74*

Objeto.....: ER -439438178
Peso.(kg).....: 0.150
Valor do Porte..: 1.34
Cep Destino: 70710500
AR AVISO DE RECE 1.20
RR REGISTRO NACI 1.20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

Anotacoes: -----

TOTAL =====>	11,22
VALOR EM DINHEIRO:	50,00
VALOR RECEBIDO==>	50,00

TROCO=====>	38,78

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

SCADA 2.02

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - - CORREIOS
Fls. Nº **627**
Doc: **3733,1**

\$

**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 7/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

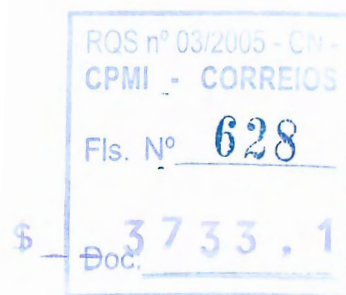
Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. ROBERTO BUENO
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL
BRASÍLIA- DF



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**




Ofício n.º 10/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

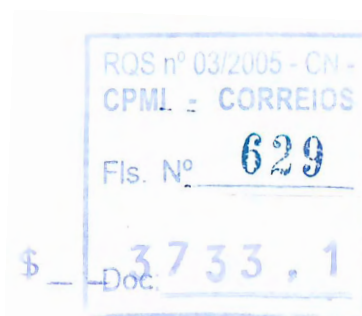
Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.


Leda Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. GUILHERME FILHO
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA BW3 PROPAGANDA
CAMPO GRANDE



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/99**



Ofício nº 115/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência nº 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

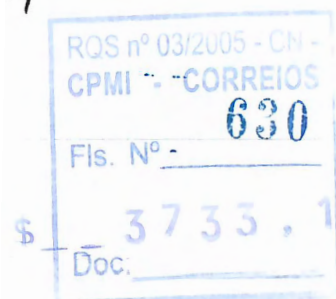
R/ 

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. AILSO BRAZ CORRÊA
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA AB CORRÊA PROPAGANDA
NESTA

A. B. CORRÊA PROPAGANDA LTDA.

Manoel de Jesus Fernandes
25/01/2000



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 14/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

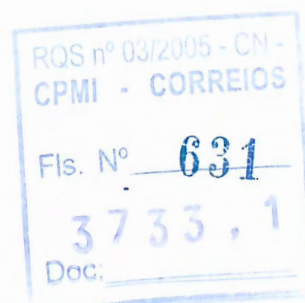
Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

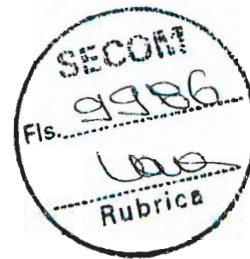
AO ILMO.
SR. GIOVANI GONÇALVES
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA INTERVIRTUAL COMUNICAÇÃO E
MARKETING
NESTA

Recebido
HSP

em 25-01-99
Giovani Gonçalves



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



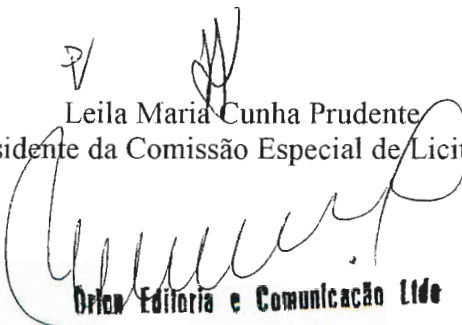
Ofício n.º 111/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

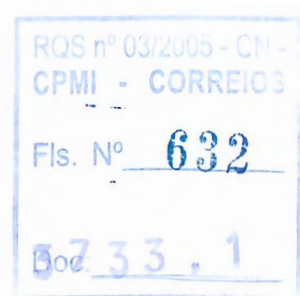
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

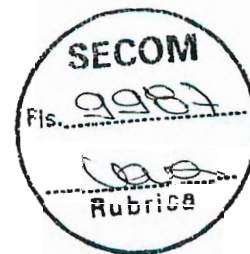

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Órion Editora e Comunicação Ltda

AO ILMO.
SR. MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA ÓRION COMUNICAÇÃO E
PUBLICIDADE
NESTA





**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**




Ofício n.º 301/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

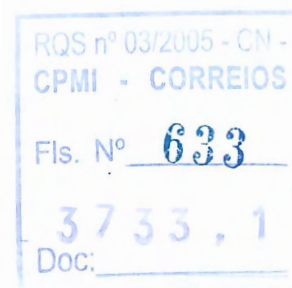
Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.


Leila Maria Cunha Prudente

Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. ZANDER CAMPOS
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA CANNES PUBLICIDADE LTDA.
NESTA

Recebi: 25/01/00
às 10:30hs
Juracya



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 208/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

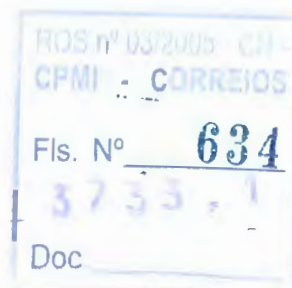
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

*Recbto,
Gonçalves H. Ferreira
25/01/2000*

AO ILMO.
SR. CLÁUDIO DE OLIVEIRA SILVA e/ou RENATO MONTEIRO
MD. REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO VERBO/IDENTIDADE
COMUNICAÇÃO LTDA.
NESTA



AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99



Ofício n.º 110/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

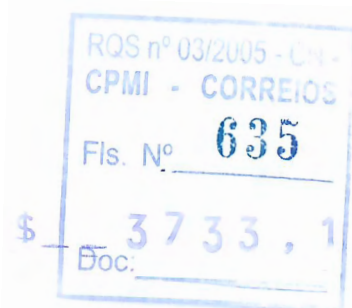
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Recebemos.
25.01.00

AO ILMO.
SR. TÁRION ARAÚJO DA MOTA
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA TTA PROPAGANDA
NESTA



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 03/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

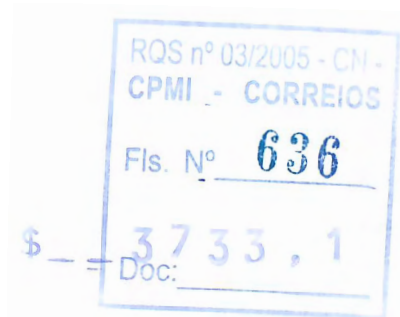
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. RAUL SEABRA
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA TYPE PROPAGANDA
NESTA

TYPE PROPAGANDA LTDA



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/99**



Ofício nº *116*/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência nº 001/99.

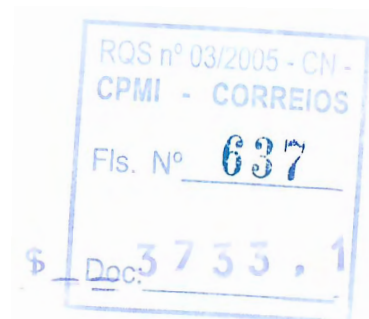
Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.
SR. RENATO CUNHA
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA NOVA AGÊNCIA PROPAGANDA
NESTA

*Recebido
25/03/00
Juliana Weiss*

**CONFERIDO
INVENTO**



AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99



Ofício n.º 12/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

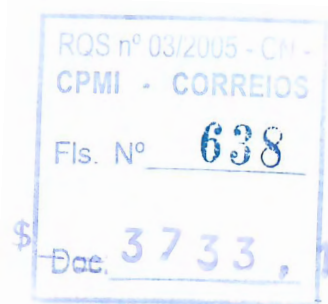
Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

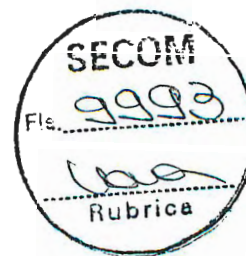
AO ILMO.
SR. MARCO ANTÔNIO CHUAHY e/ou PAULO CABRAL JÚNIOR
MD. REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO MULTI PROPAGANDA/D&M
COMUNICAÇÃO
NESTA

MULTIPROPAGANDA LTDA.

Olívia M. Souza 25/01/2000



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 123/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

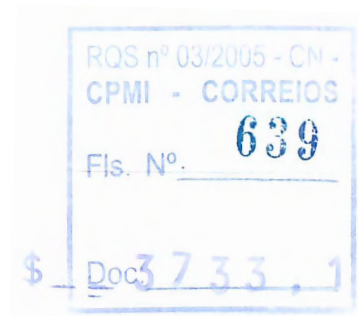
Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.

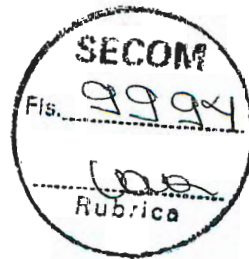
SR. MARCO A DE PÁDUA SIQUEIRA e/ou CARLITOS RAMOS VERANO
MD. REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO AMP PROPAGANDA/ CENTRO
OESTE MARKETING
NESTA

Marco Antonio de Pádua Siqueira

24.01.00
S. M. Propaganda



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/99**



Ofício n.º 106/2000

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Prezado Senhor,

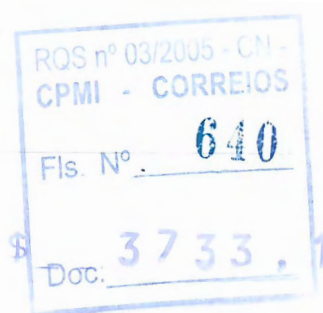
Sirvo-me do presente para encaminhar a V. S^a cópia da decisão dos recursos interpostos contra o Julgamento das Propostas Técnicas referente à Concorrência n.º 001/99.

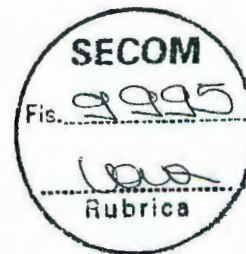
Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AO ILMO.

SR. FLÁVIO TADEU CÂMARA e/ou JOEL FRAGA
MD. REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO NET MÍDIA/TYARA
COMUNICAÇÃO E MARKETING
NESTA





ANO 163 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 18.357

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

Despacho

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

Processo nº 17378885
Concorrência nº 001/99
Ref.: Recursos Administrativos

DESPACHO 051/2000 - As empresas B&W3 Propaganda, Type Propaganda, Fischer América Sette

Graal Comunicação Total Ltda e Invento Comunicação e Marketing Ltda (Novagência), interpuseram recursos administrativos contra o resultado do julgamento das propostas técnicas, por se julgarem prejudicadas na classificação obtida.

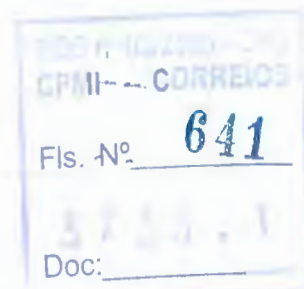
A Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO recebeu todos os recursos acima mencionados, por serem próprios e tempestivos, e deixou de dar-lhes provimento por falta de sustentação legal.

Vêm-me, agora, os autos, nos termos do § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, a título de reexame da matéria decidida.

Por entender que não há fundamentação legal suficiente que reclame a correção do ato de julgamento da Comissão Especial, mantenho, em todos os seus termos, a decisão que julgou os recursos administrativos interpostos contra o julgamento das Propostas Técnicas.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO, em Goiânia, 31 de janeiro de 2000.

Agnaldo Alves de Farias
PRESIDENTE



**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/99**



CONVOCAÇÃO

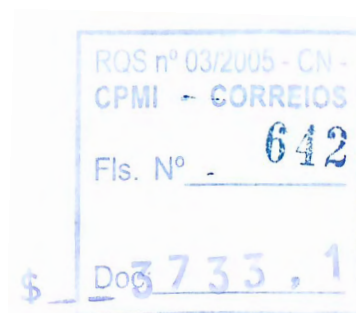
A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, convoca os Srs. Licitantes participantes da Concorrência nº 001/99, da AGECOM, para a sessão pública a se realizar no dia 22.02.2000, às 9:00 hs., no auditório da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, localizado no 8º andar do Edifício do Centro Administrativo (Ed. "Dr. Pedro Ludovico Teixeira"), na rua 82, com a finalidade de:

- tomar conhecimento sobre a composição dos novos grupos de contas;
- exercício de opção da agência vencedora em mais de um grupo para um único grupo ;
- abertura dos envelopes das propostas de preços e negociação.

Goiânia, 16 de fevereiro de 2000.


Leila Maria Cunha Prudente

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



BRISSETTE GRAAL PUBLICIDADE

R. TEL:

17 FEV 2000 15:22 P1

TO: 2705021013273111

PAGE: 21



Ofício nº 123 / 2000

Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

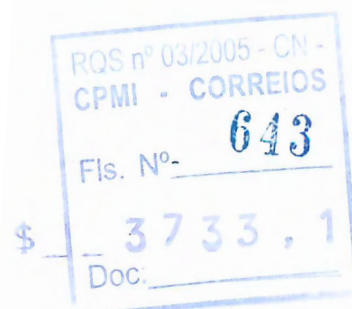
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

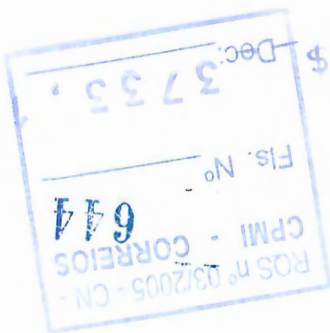
À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

Boila Maria Cunha Prudente
Boila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

*Ausente
o recebimento
em 17/02/00
Hdky*

Ilmo. Sr.
Roberto Bueno
MD, Representante da Fischer América Sette Graal Comunicação Total
Brasília - DF





Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

Anotacoes: -----

CARTA COMERCIAL 1 2,91*

Objeto.....: ER -331209171
Peso.(kg).....: 0.025
Valor do Porte...: 0.51
Cep Destino: 79002080
AR AVISO DE RECE 1.20
RR REGISTRO MACI 1.20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

Anotacoes: -----

CARTA COMERCIAL 1 2,91*

Objeto.....: ER -331209168
Peso.(kg).....: 0.026
Valor do Porte...: 0.51
Cep Destino: 70710500
AR AVISO DE RECE 1.20
RR REGISTRO MACI 1.20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

Anotacoes: -----

TOTAL =====>	11,64
VALOR EM DINHEIRO:	20,00
VALOR RECEBIDO==>	20,00

TROCO=====>	8,36

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

SCADA 2.02

Ofício nº 119 / 2000

Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.



Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

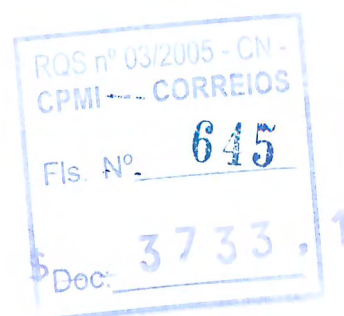
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Leila Maria Cunha Prudente".

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Willer Veloso
MD. Representante da SMP & B Comunicação
Belo Horizonte - BH



Ofício nº 119 / 2000

Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.



Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

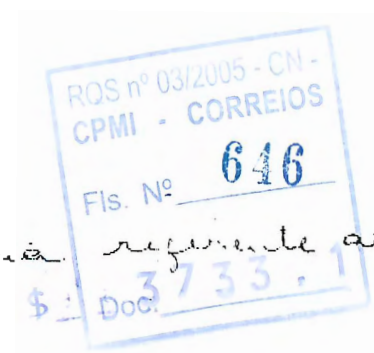
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

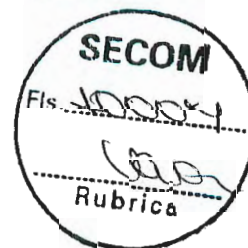
Leila Maria Cunha Prudente
Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

62.2248128

Ilmo. Sr.
Willer Veloso
MD. Representante da SMP & B Comunicação
Belo Horizonte - BH



* Recebimento em 17/02/2000 referente ao
OF 119/2000
grata a participação



Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

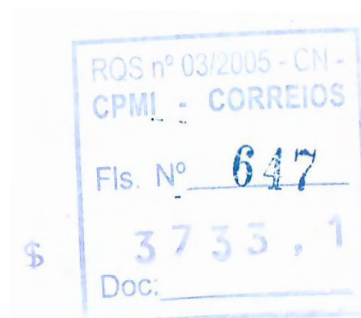
Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Guilherme Filho
MD. Representante da BW3 Propaganda
Campo Grande - MS



Ofício nº 105/2000

Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.




Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

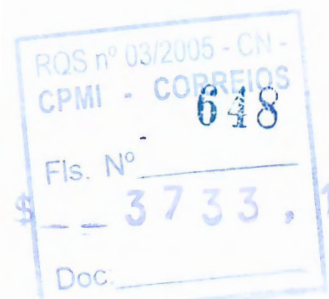
~~Resposta~~

em 17/02/2000

União C. Figueredo

A.B. CORRÊA PROPAGANDA LTDA.

Ilmo. Sr.
Ailso Braz Corrêa
MD. Representante da AB Corrêa Propaganda





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

Leila Maria Cunha Prudente
Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

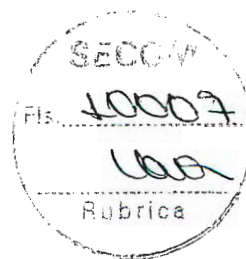
Ilma. Sra.

Imara Custódio

MD. Representante da Intervirtual Comunicação e Marketing

3





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

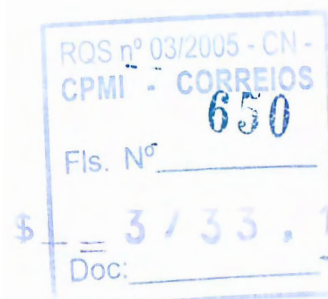
Orion Editora e Comunicação Ltda

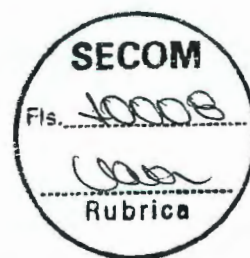
Ilmo. Sr.

Marcos Antônio de Oliveira

MD. Representante da Orion Comunicação e Publicidade Ltda.

5





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

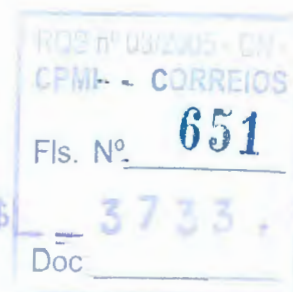
Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão


Ilmo. Sr.
Renato Cunha
MD. Representante da Nova Agência Propaganda



Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.



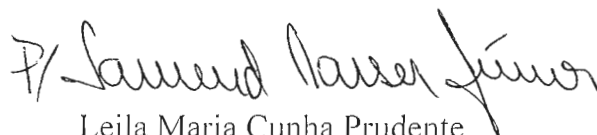
Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

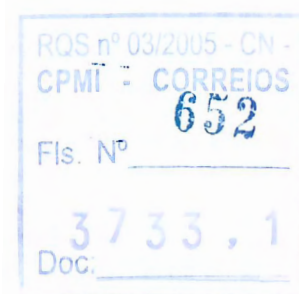
Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Renato Monteiro
MD. Representante da Verbo Comunicação Ltda.






Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

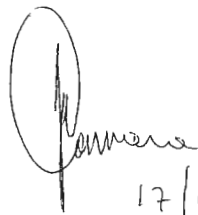
Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

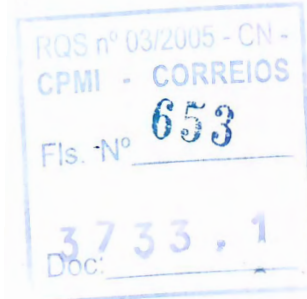

Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Flávio Tadeu Câmara
MD. Representante da Net Mídia Comunicação e Marketing Ltda.


17/02/00

13







Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

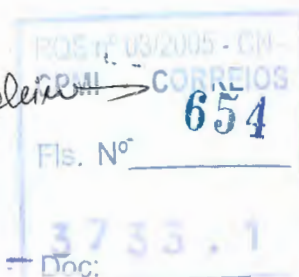
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,

Leila Maria Cunha Prudente
Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Joel Fraga
MD. Representante da Tiara Comunicação e Marketing Ltda.

Leidiane Alves Mesquita
TIARA - Comunicação e Marketing Ltda





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

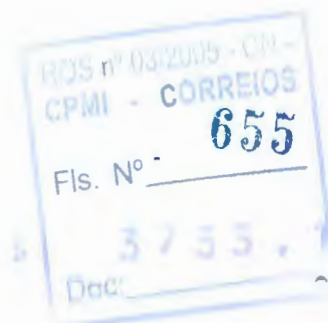
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Claúdio de Oliveira Silva
MD. Representante da Identidade Comunicação Ltda.

Recebemos às 16:00h / 2. 1
do dia 17/02/2000
Identidade Propaganda Ltda
Romero da Silva Gonçalves





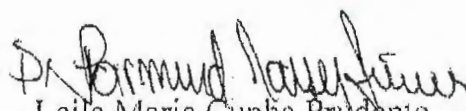
Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Paulo Cabral Júnior
MD, Representante da D & M Comunicação
Brasília - DF

*Recebido original
em 21/02/00
Fernando de Camargo*





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

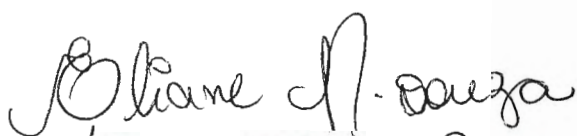
À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

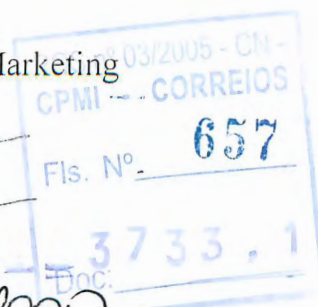
Ilmo. Sr.

Marco Antônio Chuahy

MD. Representante da Multi Propaganda Comunicação e Marketing Ltda.



1.380.770 88 P. 60 - 17/02/2000





Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGEKOM.

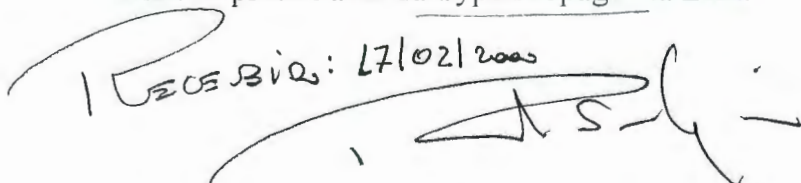
Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Raul Seabra
MD. Representante da Type Propaganda Ltda.


Muriel Rodrigues






Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.

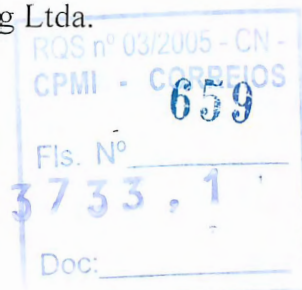
Tarion Araújo da Mota

MD. Representante da TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda.

Go 17.02.00

8.

Recebemos - João F. Silva






Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

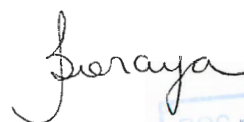
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

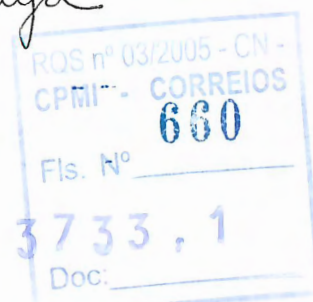
À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Zander Campos
MD. Representante da Cannes Publicidade Ltda.

Recebi: 17/02/00





Ofício nº 133 / 2000

Goiânia, 17 de fevereiro de 2000.



Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

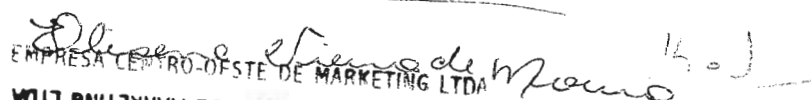
Esta reunião tem como objetivo:

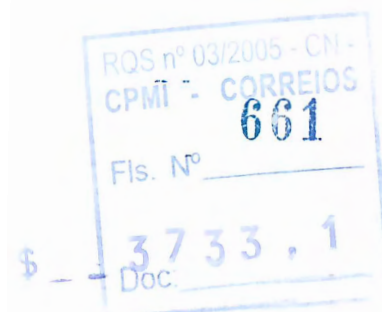
- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Leila Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.
Carlitos Ramos Verano
MD. Representante da Centro Oeste Marketing


EMPRESA CENTRO-OESTE DE MARKETING LTDA
EMPRESA CENTRO-OESTE DE MARKETING LTDA
17.02.2000





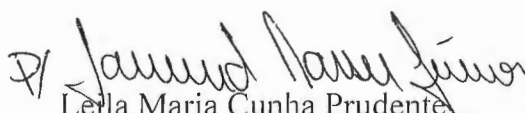
Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para comunicar à V.Sa. que, no dia 22 de fevereiro do ano em curso, às 09:00 horas, no auditório da Secretaria do Planejamento - Centro Administrativo, 8º andar, será realizada a reunião da Comissão Especial de Licitação, referente à Concorrência Pública nº 001/99 da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM.

Esta reunião tem como objetivo:

- conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela Lei nº 13550/99;
- exercício da opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo;
- abertura das propostas de preços e negociação.

À oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração,


Lella Maria Cunha Prudente
Presidente da Comissão

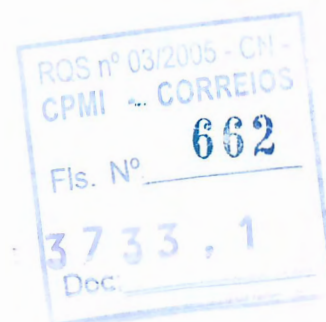
Ilmo. Sr.
Marco Antônio de Pádua Siqueira
MD. Representante da AMP Propaganda





1703.00







ESTADO DE GOIÁS



PROCESSO N.º : 17378885/99

INTERESSADO: Comissão de Licitação

ASSUNTO : Faz reestruturação de Grupos de Contas

DESPACHO N.º 001/2000 – Tendo em vista a Reforma Administrativa implementada pelo Governo do Estado de Goiás (Lei n.º 13.550 e Decreto n.º 5.142, ambos de 11.11.99), que alterou a estrutura dos órgãos administrativos com a criação, fusão e extinção dos mesmos e, de acordo com o item n.º 2.14 do Edital da Concorrência Pública n.º 001/99 da extinta SECOM, Processo n.º 17378885/99, os grupos de contas de que trata o item 1.2 do referido Edital, de acordo com a Lei e Decreto acima citados, passam a ter a seguinte estrutura:

GRUPO I

- a) Governadoria (Conselhos de Esporte e Lazer e de Ciências e Tecnologia do Estado de Goiás)
- b) Secretaria da Fazenda
- c) Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento
- d) Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos
- e) Procuradoria-Geral do Estado – PGE
- f) Departamento de Trânsito do Estado de Goiás – DETRAN-GO
- g) Secretaria da Segurança Pública e Justiça
- h) Secretaria da Cidadania e Trabalho
- i) Agência Goiana de Desenvolvimento Regional

GRUPO II

- a) Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço Público
- b) Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP
- c) Metrobus - Transporte Coletivos
- d) Secretaria da Educação
- e) Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás – IPASGO

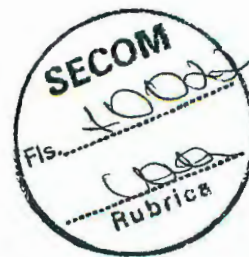
GRUPO III

- a) Secretaria da Indústria e Comércio
- b) Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- c) Agência Goiana do Desenvolvimento Rural e Fundiário
- d) Agência Goiana de Turismo
- e) Central de Abastecimento de Goiás – CEASA
- f) Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG





ESTADO DE GOIÁS




GRUPO IV

- a) Secretaria dos Recursos Hídricos e da Habitação
- b) Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais
- c) Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO
- d) Secretaria da Saúde

GRUPO V

- a) Centrais Elétricas de Goiás – CELG
- b) Indústria Química de Goiás – IQUEGO
- c) Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira
- d) Fundação Universidade do Estado de Goiás
- e) Secretaria da Infra-Estrutura

Goiânia, aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2000.


LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão de Licitação



ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS REFERENTES À
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/99-AGECON



Às 9:00 horas, do dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de dois mil (22.2.2000), no Auditório da Secretaria de Planejamento, Centro Administrativo, 8º andar, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação com o objetivo de dar conhecimento da alteração dos grupos de contas em virtude da reforma administrativa promovida pela lei 13550/99; para que seja exercido o direito de opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo; e, finalmente, abertura dos envelopes de preços. A presidente da Comissão dando conhecimento aos licitantes da nova estrutura dos grupos de contas solicitou que aquele que foi classificado em primeiro lugar em mais de um grupo escolhesse o grupo de sua preferência. O Consórcio Verbo e Identidade escolheu o Grupo de Contas de n.º I. A Empresa Cannes escolheu o Grupo de Contas de n.º III. A Empresa TTA, o Grupo de n.º V. A Empresa Fischer que empatou em primeiro lugar com a empresa Nova Agência, referente ao grupo II, renunciou ao seu direito, assim sendo foi declarada vencedora nesse grupo a empresa Nova Agência. O Grupo IV ficou com a empresa SMP & B. Ato Contínuo passou-se à abertura dos envelopes contendo a proposta de preços. Após, anunciou-se que a sessão seria suspensa, para, na Sexta feira às 14:30 horas, dar continuidade a mesma para que as preços fossem negociados. Cedida a palavra aos licitantes o Dr. Zander Campos, falou que com referencia à interpretação do item 8.1 do edital, proposta de preço, que a empresa que não cumprisse os valores mínimos exigidos no edital seria desclassificada, sendo que nesse caso não será considerada para elaboração da média. Nada mais havendo a tratar esta Comissão, eu Walquíria Meira Teixeira lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será devidamente assinada pelos presentes.

Comissão:

Leila Maria Cunha Prudente

Walquíria Meira Teixeira

Arbélia Corvo Gomes

Jarmund N. Júnior

João Batista Cardoso

Leila Maria C. Prudente

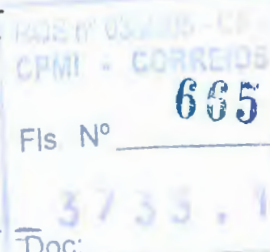
Walquíria Meira Teixeira

Arbélia Corvo Gomes

Jarmund N. Júnior

João Batista Cardoso

Observação: Esteve presente a representante do Tribunal de Contas do Estado: Rezende

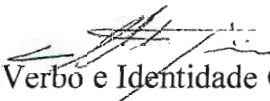




DECLARAÇÃO

Declaro, para fins junto à Concorrência Pública n.º 001/99, da AGECOM, que manifestei minha opção de classificação para o Grupo de Contas n.º I . (L15A)

Goiânia, 22 de fevereiro de 2000.


Consórcio Verbo e Identidade Comunicação



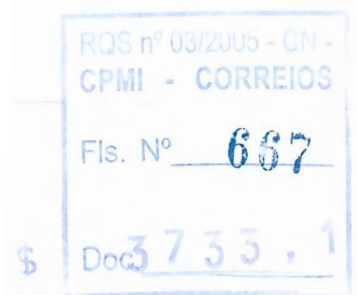


DECLARAÇÃO

Declaro, para fins junto à Concorrência Pública n.º 001/99, da AGECOM, que manifestei minha opção de classificação para o Grupo de Contas n.º 3 .

Goiânia, 22 de fevereiro de 2000.


Cannes Publicidade Ltda.



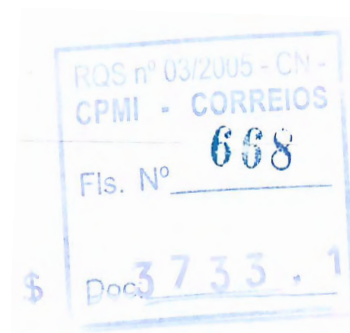


DECLARAÇÃO

Declaro, para fins junto à Concorrência Pública n.º 001/99, da AGECOM, que manifestei minha opção de classificação para o Grupo de Contas n.º V (CINCO).

Goiânia, 22 de fevereiro de 2000.


TTA PROPAGANDA





Exma. Sra.
Dra. LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
MD. Presidente da Comissão Especial de Licitação
Goiânia/GO

Ref. Concorrência Pública nº 001/99-SECOM

Senhora Presidente,

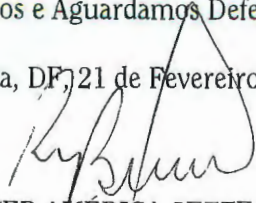
A empresa FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA., com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.068.431/0001-52, já qualificada nos autos deste processo licitatório presidido por V. Exa., vem à sua presença, para informar-lhe que, tendo em vista motivos diversos de ordem técnica e administrativa, renuncia ao seu direito de concorrer nos diversos Grupos desta Licitação e, principalmente, no Grupo 2, onde se encontra em 3º lugar, com 78 pontos, empatada com outra licitante, na forma do item 7.4 do Edital.

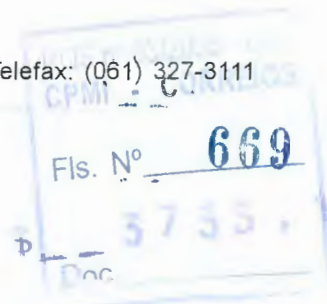
Nossa renúncia de todos os nossos direitos neste certame é tomada de forma definitiva e irredutível, sem que pretendamos, em qualquer momento, em juízo ou fora dele, pleitear quaisquer outros direitos com relação a esta Concorrência.

Nossa decisão amadurecida é espontânea e está sendo tomada de livre vontade de nossa empresa pelas circunstâncias já apontadas. Por outro lado, aproveitamos a oportunidade para elogiar e reconhecer o trabalho sério, competente e transparente desta Comissão presidida por V. Exa., e da qual nada temos a reclamar.

Nestes Termos,
Pedimos e Aguardamos Deferimento.

Brasília, DF, 21 de Fevereiro de 2000


FISCHER AMÉRICA SETTE GRAAL COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA.
Roberto Fernando Sette Bueno - Diretor



QUADRO DE EMPRESAS	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS							
	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO
	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL
	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.3.1	4.2.3.2	4.2.4	4.2.5	4.2.6
C.VERBO E IDENTIDADE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TTA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CANNES	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
FISHER	—	—	—	—	—	—	—	—
C. C. OESTE /AMP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
AB CORRÊA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TYPE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B&W3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ORION	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM


 WMB

QUADRO DE EMPRESAS	INDICAR					p r e c i l i s m s i n f a i r c m a e d n a t e ?
	ITEM DO EDITAL 4.1.1 TD = TAXA DE DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS	ITEM DO EDITAL 4.1.2 TP = TAXA DE PRODUÇÃO SOBRE TERCEIROS (NÃO SUPERIOR A 15%)	ITEM DO EDITAL 4.1.3 PRAZO DE PAGAMENTO FEITO PELO CLIENTE	ITEM DO EDITAL 4.3.1 (mín. 60 dias)	ITEM DO EDITAL 4.3.2 (encargos)	
C.VERBO E IDENTIDADE	2%	15,00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
TTA	1%	14,85%	30 dias F.Mês	60 dias	SIM	SIM
CANNES	50%	12,00%	30 dias D. Entrega	75 dias	SIM	SIM
FISHER	—	—	—	—	—	—
C. C. OESTE /AMP	20%	10,00%	30 dias APROVAÇÃO	90 dias	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	5%	15,00%	30 dias D. Entrega	60 dias	SIM	SIM
AB CORRÊA	60%	8,00%	30 dias D. Entrega		SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	10%	15,00%	15 dias F.Mês	60 dias	SIM	SIM
TYPE	15%	13,00%	10 dias APROVAÇÃO	120 dias	SIM	SIM
B&W3	10%	15,00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	0%	13,00%	15 dias F.Mês	90 dias	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	50%	10,00%	30 dias	60 dias	SIM	SIM
ORION	10%	15,00%	30 dias D. Entrega	60 dias	SIM	SIM

Handwritten signature and stamp:

Stamp: Rubrica

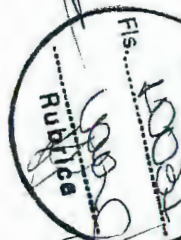
Handwritten: 15.000,00

Handwritten: WMB

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE DESCONTO PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MÉDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE DESCONTO (TD)	LIMITE SUPERIOR DAS TAXAS DE DESCONTO (LS)= 1,7 * MÉDIA TAXAS DE DESCONTO
EMPRESAS	SOMA = 233%	N = 12	M = 19,42%	LS = 33,01%
C.VERBO E IDENTIDADE	2%			
TTA	1%			
CANNES	50%			
FISHER	-	-		
C. C. OESTE /AMP	20%			
NOVA AGÊNCIA	5%			
AB CORRÊA	60%			
C. DE IDÉIAS	10%			
TYPE	15%			
B&W3	10%			
INTERVIRTUAL	0%			
C. MULTIGOIÁS	50%			
ORION	10%			

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP) PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MÉDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP)	LIMITE INFERIOR DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (LI) = 0,3 * MÉDIA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO	C L E A T S A I P F A I C F A I D N A A L N ? A
EMPRESAS	SOMA = 155,85%	N = 12	M = 12,99%	LI = 3,90%	
C.VERBO E IDENTIDADE	15,00%				SIM
TTA	14,85%				SIM
CANNES	12,00%				NÃO
FISHER	-	-	-	-	-
C. C. OESTE /AMP	10,00%				SIM
NOVA AGÊNCIA	15,00%				SIM
AB CORRÊA	8,00%				NÃO
C. DE IDÉIAS	15,00%				SIM
TYPE	13,00%				SIM
B&W3	15,00%				SIM
INTERVIRTUAL	13,00%				SIM
C. MULTIGOIÁS	10,00%				NÃO
ORION	15,00%				SIM

Fls. Nº 673


 WMB 20

QUADRO DE EMPRESAS	1 - TD (TAXA DE DESCONTO)	1+ TP (TAXA DE PRODUÇÃO)	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)
C.VERBO E IDENTIDADE	1 - 0,02	1 + 0,15	2,13
TTA	1 - 0,01	1 + 0,1485	2,1385
CANNES	-	-	-
FISHER	-	-	-
C. C. OESTE /AMP	1 - 0,20	1 + 0,10	1,90
NOVA AGÊNCIA	1 - 0,05	1 + 0,15	2,10
AB CORRÊA	-	-	-
C. DE IDÉIAS	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
TYPE	1 - 0,15	1 + 0,13	1,98
B&W3	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
INTERVIRTUAL	1 - 0,00	1 + 0,13	2,13
C. MULTIGOIÁS	-	-	-
ORION	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05



Fis. Nº. 674

QUADRO DE EMPRESAS	CUSTO TOTAL CT= (1-TD)+(1+TP)	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MENOR CUSTO TOTAL
C.VERBO E IDENTIDADE	2,13	5º Lugar
TTA	2,1385	6º Lugar
CANNES	-	-
FISHER	-	-
C. C. OESTE /AMP	1,90	1º Lugar
NOVA AGÊNCIA	2,10	4º Lugar
AB CORRÊA	-	-
C. DE IDÉIAS	2,05	3º Lugar
TYPE	1,98	2º Lugar
B&W3	2,05	3º Lugar
INTERVIRTUAL	2,13	5º Lugar
C. MULTIGOIÁS	-	-
ORION	2,05	3º Lugar



Handwritten signature and initials.



QUADRO DE EMPRESAS	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS							
	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO
	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL
	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.3.1	4.2.3.2	4.2.4	4.2.5	4.2.6
C.VERBO E IDENTIDADE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CANNES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
FISHER	—	—	—	—	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
C. DE IDÉIAS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
C. C. OESTE /AMP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
INTERVIRTUAL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
C. MULTIGOIÁS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
B&W3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ORION	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim



Fls. N° 676
Doc. 3733.1

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE DESCONTO PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE DESCONTO (TD)	LIMITE SUPERIOR DAS TAXAS DE DESCONTO (LS)= 1,7 * MÉDIA TAXAS DE DESCONTO
	EMPRESAS			
	SOMA = 157%	N = 9	M = 17,44%	LS = 29,65%
C.VERBO E IDENTIDADE	2%			
CANNES	50%			
FISHER	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	5%			
C. DE IDÉIAS	10%			
C. C. OESTE /AMP	20%			
INTERVIRTUAL	0%			
C. MULTIGOIÁS	50%			
B&W3	10%			
ORION	10%			



UMB

Fis. Nº 677
Doc. 4730.1

QUADRO DE EMPRESAS	INDICAR					P R E C E L A I S M S I N F A I R C M A D N T E ?
	ITEM DO EDITAL 4.1.1 TD = TAXA DE DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS	ITEM DO EDITAL 4.1.2 TP = TAXA DE PRODUÇÃO SOBRE TERCEIROS (NÃO SUPERIOR A 15%)	ITEM DO EDITAL 4.1.3 DE PRAZO DE PAGAMENTO FEITO PELO CLIENTE	ITEM DO EDITAL 4.3.1 (mín. 60 dias)	ITEM DO EDITAL 4.3.2 (encargos)	
C.VERBO E IDENTIDADE	2 %	15,00%	30 dias	90 dias	Sim	Sim
CANNES	50%	12,00%	30 dias d. entrega	75 dias	Sim	Sim
FISHER	—	—	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	5%	15,00%	30 dias d. entrega	60 dias	Sim	Sim
C. DE IDÉIAS	10%	15,00%	15 dias F. Mês	60 dias	Sim	Sim
C. C. OESTE /AMP	20%	10,00%	20 dias Aproxim	90 dias	Sim	Sim
INTERVIRTUAL	0%	13,00%	15 dias F. Mês	90 dias	Sim	Sim
C. MULTIGOIÁS	50%	10,00%	30 dias Aproxim	60 dias	Sim	Sim
B&W3	10%	15,00%	30 dias	90 dias	Sim	Sim
ORION	10%	15,00%	30 dias d. entrega	60 dias	Sim	Sim

Fls. N°

678



MMB

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP) PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP)	LIMITE INFERIOR DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (LI) = 0,3 * MÉDIA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL?
EMPRESAS	SOMA = 120	N = 9	M = 13,33	LI = 4,00	
C.VERBO E IDENTIDADE	15%				SIM
CANNES	12%				NAO
FISHER	-	-	-	-	-
NOVA AGÊNCIA	15%				SIM
C. DE IDÉIAS	15%				SIM
C. C. OESTE /AMP	10%				SIM
INTERVIRTUAL	13%				SIM
C. MULTIGOIÁS	10%				NAO
B&W3	15%				SIM
ORION	15%				SIM



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the text: "Fis. 10037", "Rubrica", and "SEC. 10037". Below the stamp, the initials "MMB" are written.

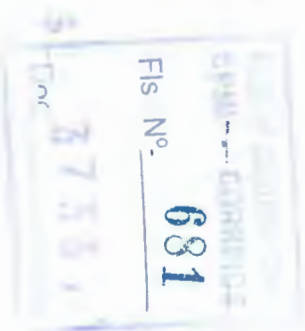
QUADRO DE EMPRESAS	1 - TD (TAXA DE DESCONTO)	1+ TP (TAXA DE PRODUÇÃO)	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)
C.VERBO E IDENTIDADE	1 - 0,02	1+0,15	2,13
CANNES	-	-	-
FISHER	-	-	-
NOVA AGÊNCIA	1 - 0,05	1+ 0,15	2,10
C. DE IDÉIAS	1 - 0,10	1+ 0,15	2,05
C. C. OESTE /AMP	1 - 0,20	1+ 0,10	1,90
INTERVIRTUAL	1 - 0	1+ 0,13	2,13
C. MULTIGOIÁS	-	-	-
B&W3	1 - 0,10	1+ 0,15	2,05
ORION	1 - 0,10	1+ 0,15	2,05



QUADRO DE EMPRESAS	CUSTO TOTAL CT= (1-TD)+ (1+TP)	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MENOR CUSTO TOTAL
C.VERBO E IDENTIDADE	2,13	4º Lugar.
CANNES	—	—
FISHER	—	—
NOVA AGÊNCIA	2,10	3º Lugar
C. DE IDÉIAS	2,05	2º Lugar
C. C. OESTE /AMP	1,90	1º Lugar
INTERVIRTUAL	2,13	4º Lugar
C. MULTIGOIÁS	—	—
B&W3	2,05	2º Lugar
ORION	2,05	2º Lugar



WMB 10



QUADRO DE EMPRESAS	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS							
	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO
	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL
	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.3.1	4.2.3.2	4.2.4	4.2.5	4.2.6
C.VERBO E IDENTIDADE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CANNES	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TYPE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
FISHER	—	—	—	—	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. C. OESTE /AMP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B&W3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ORION	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fls. Nº

632



QUADRO DE EMPRESAS	INDICAR					P R C E L L A I S M S I N F A I R C M A E D N A T E ?
	ITEM DO EDITAL 4.1.1 TD = TAXA DE DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS	ITEM DO EDITAL 4.1.2 TP = TAXA DE PRODUÇÃO SOBRE TERCEIROS (NÃO SUPERIOR A 15%)	ITEM DO EDITAL 4.1.3 PRAZO DE PAGAMENTO FEITO PELO CLIENTE	ITEM DO EDITAL 4.3.1 (mín. 60 dias)	ITEM DO EDITAL 4.3.2 (encargos)	
C. VERBO E IDENTIDADE	2.0%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
CANNES	50%	12.00%	20 dias D. ENTREGA	75 dias	SIM	SIM
TYPE	15%	13.00%	10 dias APROVAÇÃO	120 dias	SIM	SIM
FISHER	—	—	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	5%	15.00%	30 dias D. ENTREGA	60 dias	SIM	SIM
C. C. OESTE /AMP	20%	10%	20 dias APROVAÇÃO	90 dias	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	10%	15%	15 dias F. MÉS	60 dias	SIM	SIM
B&W3	10%	15%	20 dias	90 dias	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	0%	13%	15 F. MÉS	90 dias	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	50%	10%	20 dias APROVAÇÃO	60 dias	SIM	SIM
ORION	10%	15%	20 dias D. ENTREGA	60 dias	SIM	SIM



FIS Nº. 683
3733-1
D. 3733-1

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE DESCONTO PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE DESCONTO (TD)	LIMITE SUPERIOR DAS TAXAS DE DESCONTO (LS)= 1,7 * MÉDIA TAXAS DE DESCONTO
	EMPRESAS			
	SOMA = 172%	N = 10	M = 17,20%	LS = 29,24%
C.VERBO E IDENTIDADE	2%			
CANNES	50%			
TYPE	15%			
FISHER	-	-	-	-
NOVA AGÊNCIA	5%			
C. C. OESTE /AMP	20%			
C. DE IDÉIAS	10%			
B&W3	10%			
INTERVIRTUAL	0%			
C. MULTIGOIÁS	50%			
ORION	10%			



UMB



QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP) PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP)	LIMITE INFERIOR DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (LI) = 0,3 * MÉDIA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL?
EMPRESAS	SOMA = 133%	N = 10	M = 13,30%	LI = 3,99	
C.VERBO E IDENTIDADE	15,00%				SIM
CANNES	12,00%				NÃO
TYPE	13,00%				SIM
FISHER	—	—	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	15,00%				SIM
C. C. OESTE /AMP	10,00%				SIM
C. DE IDÉIAS	15,00%				SIM
B&W3	15,00%				SIM
INTERVIRTUAL	13,00%				SIM
C. MULTIGOIÁS	10%				NÃO
ORION	15%				SIM

Fis Nº-

685

CORREIOS



QUADRO DE EMPRESAS	1 - TD (TAXA DE DESCONTO)	1+ TP (TAXA DE PRODUÇÃO)	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)
C.VERBO E IDENTIDADE	1 - 0,03	1 + 0,15	2,13
CANNES	-	-	-
TYPE	1 - 0,15	1 + 0,13	1,98
FISHER	-	-	-
NOVA AGÊNCIA	1 - 0,05	1 + 0,15	2,10
C. C. OESTE /AMP	1 - 0,20	1 + 0,10	1,90
C. DE IDÉIAS	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
B&W3	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
INTERVIRTUAL	1 - 0,00	1 + 0,13	2,13
C. MULTIGOIÁS	-	-	-
ORION	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05



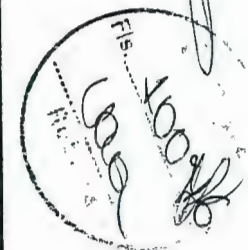
WMB. 14



QUADRO DE		
EMPRESAS	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MENOR CUSTO TOTAL
C.VERBO E IDENTIDADE	2,13	5º Lugar
CANNES	—	—
TYPE	1,98	2º Lugar
FISHER	—	—
NOVA AGÊNCIA	2,10	4º Lugar
C. C. OESTE /AMP	1,90	1º Lugar
C. DE IDÉIAS	2,05	3º Lugar
B&W3	2,05	3º Lugar
INTERVIRTUAL	2,13	5º Lugar
C. MULTIGOIÁS	—	—
ORION	2,05	3º Lugar



QUADRO DE EMPRESAS	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS							
	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO
	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL
	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.3.1	4.2.3.2	4.2.4	4.2.5	4.2.6
SMP&B	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C.VERBO E IDENTIDADE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TTA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
FISHER	-	-	-	-	-	-	-	-
CANNES	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. C. OESTE / AMP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TYPE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B&W3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ORION	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM



WMB. 15

Fis. Nº

638

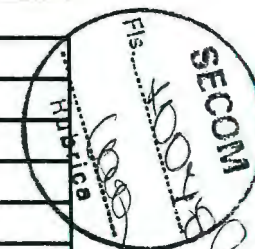
QUADRO DE EMPRESAS	INDICAR					P R E C E I S M S I N F I R M A D O E ?
	ITEM DO EDITAL 4.1.1 TD = TAXA DE DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS	ITEM DO EDITAL 4.1.2 TP = TAXA DE PRODUÇÃO SOBRE TERCEIROS (NÃO SUPERIOR A 15%)	ITEM DO EDITAL 4.1.3 PRAZO DE PAGAMENTO FEITO PELO CLIENTE	ITEM DO EDITAL 4.3.1 (mín. 60 dias)	ITEM DO EDITAL 4.3.2 (encargos)	
SMP&B	0%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
C.VERBO E IDENTIDADE	2%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
TTA	1%	14.85%	30 dias F.mês	60 dias	SIM	SIM
FISHER	-	-	-	-	-	-
CANNES	50%	12%	30 dias Entrega	75 dias	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	5%	15.00%	30 dias Entrega	60 dias	SIM	SIM
C. C. OESTE / AMP	20%	10.00%	20 dias Op.	90 dias	SIM	SIM
TYPE	15%	13.00%	10 dias Op.	120 dias	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	10%	15.00%	15 dias F.mês	60 dias	SIM	SIM
B&W3	10%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	0%	13.00%	15 F. mês	90 dias	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	50%	10.00%	30 dias	60 dias	SIM	SIM
ORION	10%	15.00%	30 dias	60 dias	SIM	SIM



Fis Nº 689

WMB

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE DESCONTO PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE DESCONTO (TD)	LIMITE SUPERIOR DAS TAXAS DE DESCONTO (LS)= 1,7 * MÉDIA TAXAS DE DESCONTO
EMPRESAS	SOMA = 173%	N = 12	M = 14,42%	LS = 24,51%
SMP&B	0%			
C.VERBO E IDENTIDADE	2%			
TTA	1%			
FISHER	—			
CANNES	50%			
NOVA AGÊNCIA	5%			
C. C. OESTE / AMP	20%			
TYPE	15%			
C. DE IDÉIAS	10%			
B&W3	10%			
INTERVIRTUAL	0%			
C. MULTIGOIÁS	50%			
ORION	10%			



Data:

Fis. N°

630

CHAMADA - CONCURSO

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP) PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP)	LIMITE INFERIOR DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (LI) = 0,3 * MÉDIA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO	CLASSE FINAL?
EMPRESAS	SOMA = 162,85	N = 12	M = 13,57	LI = 4,07%	
SMP&B	15,00%				SIM
C.VERBO E IDENTIDADE	15,00%				SIM
TTA	14,85%				SIM
FISHER	—				—
CANNES	12,00%				NAO
NOVA AGÊNCIA	15,00%				SIM
C. C. OESTE / AMP	10,00%				SIM
TYPE	13,00%				SIM
C. DE IDÉIAS	15,00%				SIM
B&W3	15,00%				SIM
INTERVIRTUAL	13,00%				SIM
C. MULTIGOIÁS	10,00%				NAO
ORION	15,00%				SIM



WMB. 10

QUADRO DE EMPRESAS	1 - TD (TAXA DE DESCONTO)	1+ TP (TAXA DE PRODUÇÃO)	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)
SMP&B	1 - 0,00	1 + 0,15	2,15
C.VERBO E IDENTIDADE	1 - 0,02	1 + 0,15	2,13
TTA	1 - 0,01	1 + 0,1485	2,1385
FISHER	—	—	—
CANNES	—	—	—
NOVA AGÊNCIA	1 - 0,05	1 + 0,15	2,10
C. C. OESTE / AMP	1 - 0,20	1 + 0,10	1,90
TYPE	1 - 0,15	1 + 0,13	1,98
C. DE IDÉIAS	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
B&W3	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05
INTERVIRTUAL	1 - 0,00	1 + 0,13	2,13
C. MULTIGOIÁS	—	—	—
ORION	1 - 0,10	1 + 0,15	2,05



Nº 602

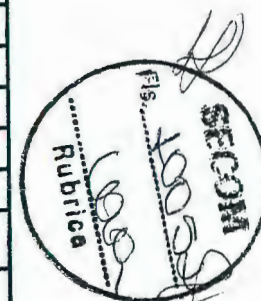
QUADRO DE EMPRESAS	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MENOR CUSTO TOTAL
SMP&B	2,15	7º lugar
C.VERBO E IDENTIDADE	2,13	5º lugar
TTA	2,1385	6º lugar
FISHER	-	-
CANNES	-	-
NOVA AGÊNCIA	2,10	11º lugar
C. C. OESTE / AMP	1,90	1º lugar
TYPE	1,98	2º lugar
C. DE IDÉIAS	2,05	3º lugar
B&W3	2,05	3º lugar
INTERVIRTUAL	2,13	5º lugar
C. MULTIGOIÁS	-	-
ORION	2,05	3º lugar



UMB



QUADRO DE EMPRESAS	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS							
	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO	ITEM DO
	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL	EDITAL
	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.3.1	4.2.3.2	4.2.4	4.2.5	4.2.6
C.VERBO E IDENTIDADE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TTA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CANNES	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
FISHER	—	—	—	—	—	—	—	—
TYPE	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. C. OESTE / AMP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B&W3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ORION	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM



WMB.

JH

5.2.13.1
L. Nº 694

QUADRO DE EMPRESAS	INDICAR					P R E C E L A I S M S I N F A I R C M A E D N T E ?
	ITEM DO EDITAL 4.1.1 TD = TAXA DE DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO SINDICATO DAS AGÊNCIAS	ITEM DO EDITAL 4.1.2 TP = TAXA DE PRODUÇÃO SOBRE TERCEIROS (NÃO SUPERIOR A 15%)	ITEM DO EDITAL 4.1.3 PRAZO DE PAGAMENTO FEITO PELO CLIENTE	ITEM DO EDITAL 4.3.1 (mín. 60 dias)	ITEM DO EDITAL 4.3.2 (encargos)	
C.VERBO E IDENTIDADE	2%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
TTA	1%	14.85%	30 dias F.má	60 dias	SIM	SIM
CANNES	50%	12.00%	30 dias Ent.	75 dias	SIM	SIM
NOVA AGÊNCIA	5%	15.00%	30 dias Ent.	60 dias	SIM	SIM
FISHER	-	-	-	-	-	-
TYPE	15%	13.00%	10 dias Op.	120 dias	SIM	SIM
C. C. OESTE / AMP	20%	10.00%	20 dias Op.	90 dias	SIM	SIM
C. DE IDÉIAS	10%	15.00%	15 dias P.mín	60 dias	SIM	SIM
B&W3	10%	15.00%	30 dias	90 dias	SIM	SIM
INTERVIRTUAL	50%	10.00%	30 dias Out.	60 dias	SIM	SIM
C. MULTIGOIÁS	0%	13.00%	15 dias F.mín	90 dias	SIM	SIM
ORION	10%	15.00%	30 dias	60 dias	SIM	SIM



UMB

10

5733.1
695

QUADRO DE	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE DESCONTO PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até o momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE DESCONTO (TD)	LIMITE SUPERIOR DAS TAXAS DE DESCONTO (LS)= 1,7 * MÉDIA TAXAS DE DESCONTO
EMPRESAS	SOMA = 173%	N = 11	M = 15.73%	LS = 26.74%
C.VERBO E IDENTIDADE	2%			
TTA	1%			
CANNES	50%			
NOVA AGÊNCIA	5%			
FISHER	-			
TYPE	15%			
C. C. OESTE / AMP	20%			
C. DE IDÉIAS	10%			
B&W3	10%			
INTERVIRTUAL	50%			
C. MULTIGOIÁS	0%			
ORION	10%			

3738.1
TIS Nº 606
CEM - CORREIOS

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the word "Rubrica" and the number "300".

QUADRO DE EMPRESAS	SOMA = SOMA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP) PROPOSTAS PELAS LICITANTES CLASSIFICADAS ATÉ O MOMENTO	N (número das licitantes classificadas até momento)	M = SOMA / Nº LICITANTES CLASSIFICADAS MEDIA ARITIMÉTICA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (TP)	LIMITE INFERIOR DAS TAXAS DE PRODUÇÃO (LI) = 0,3 * MÉDIA DAS TAXAS DE PRODUÇÃO	C L A S S I F I C A D A L ? N A
	SOMA = 147,85	N = 11	M = 13.44%	LI = 4.03%	
C.VERBO E IDENTIDADE	15.00%				SIM
TTA	14.85%				SIM
CANNES	12.00%				NÃO
NOVA AGÊNCIA	15.00%				SIM
FISHER	-				-
TYPE	13.00%				SIM
C. C. OESTE / AMP	10.00%				SIM
C. DE IDÉIAS	15.00%				SIM
B&W3	15.00%				SIM
INTERVIRTUAL	10.00%				NÃO
C. MULTIGOIÁS	13.00%				SIM
ORION	15.00%				SIM



4MB 11

Fls. Nº 607
5733-1

QUADRO DE EMPRESAS	1 - TD (TAXA DE DESCONTO)	1+ TP (TAXA DE PRODUÇÃO)	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)
C.VERBO E IDENTIDADE	1 - 0,02	1 + 0,15	2.13
TTA	1 - 0,01	1 + 0,1485	2.1385
CANNES	-	-	-
NOVA AGÊNCIA	1 - 0,05	1 + 0,15	2.10
FISHER	-	-	-
TYPE	1 - 0,15	1 + 0,13	1.98
C. C. OESTE / AMP	1 - 0,20	1 + 0,10	1.90
C. DE IDÉIAS	1 - 0,10	1 + 0,15	2.05
B&W3	1 - 0,10	1 + 0,15	2.05
INTERVIRTUAL	-	-	-
C. MULTIGOIÁS	1 - 0,00	1 + 0,13	2.13
ORION	1 - 0,10	1 + 0,15	2.05



QUADRO DE EMPRESAS	CUSTO TOTAL CT=(1-TD)+ (1+TP)	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MENOR CUSTO TOTAL
C.VERBO E IDENTIDADE	2.13	5º Lugar
TTA	2.1385	6º Lugar
CANNES	—	—
NOVA AGÊNCIA	2.10	4º Lugar
FISHER	—	—
TYPE	1.98	2º Lugar
C. C. OESTE / AMP	1.90	1º Lugar
C. DE IDÉIAS	2.05	3º Lugar
B&W3	2.05	3º Lugar
INTERVIRTUAL	—	—
C. MULTIGOIÁS	2.13	5º Lugar
ORION	2.05	3º Lugar

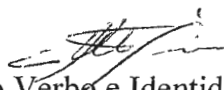


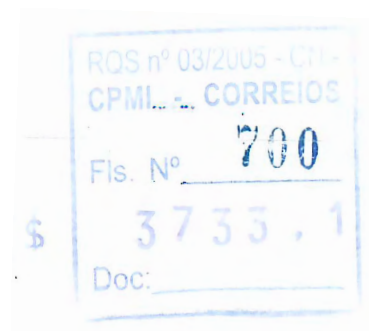


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Comissão Especial de Licitação referente à Concorrência pública n.º 001/99-AGECON, que concordo com o menor custo total (1.90), oferecido para o Grupo de Contas n.º I pelo Consórcio Centro Oeste/AMP.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2000.


Consórcio Verbo e Identidade Comunicação

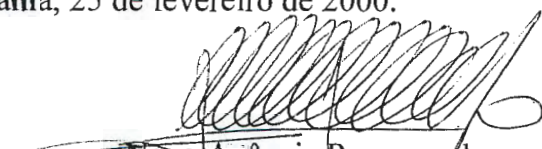


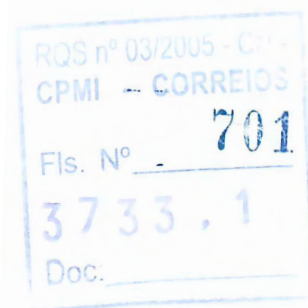


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Comissão Especial de Licitação referente à Concorrência pública n.º 001/99-AGECON, que concordo com o menor custo total (1.90), oferecido para o Grupo de Contas n.º II pelo Consórcio Centro Oeste/AMP.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2000.


Nova Agência Propaganda



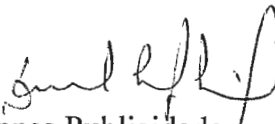
\$

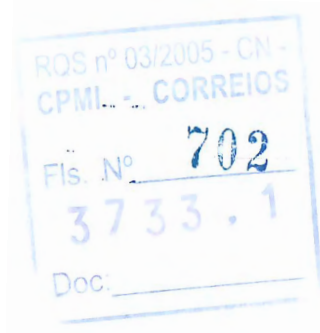


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Comissão Especial de Licitação referente à Concorrência pública n.º 001/99-AGECON, que concordo com o menor custo total (1.90), oferecido para o Grupo de Contas n.º III pelo Consórcio Centro Oeste/AMP.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2000.


Cannes Publicidade



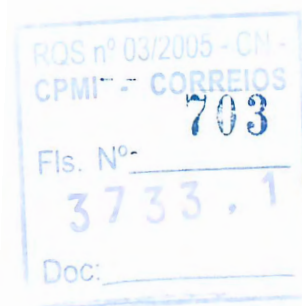


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Comissão Especial de Licitação referente à Concorrência pública n.º 001/99-AGECON, que ~~con~~ acordo com o menor custo total (1.90), oferecido para o Grupo de Contas n.º IV pelo Consórcio Centro Oeste/AMP.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2000.

SMP & B Comunicação




\$

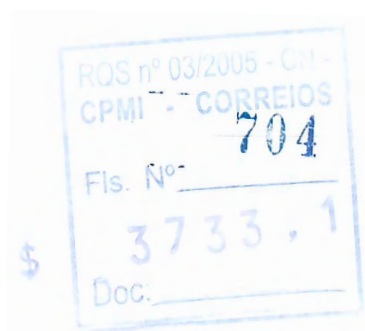


DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Comissão Especial de Licitação referente à Concorrência pública n.º 001/99-AGECON, que concordo com o menor custo total (1.90), oferecido para o Grupo de Contas n.º V pelo Consórcio Centro Oeste/AMP.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2000.


TTA Propaganda



ATA DE NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS REFERENTES
À CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/99-AGECON



Às 14:30 horas do dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil (25.2.2000), no Auditório da Secretaria de Planejamento, Centro Administrativo, 8º andar, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação para efeito de anunciar o resultado do julgamento das propostas de preços e negociação dos mesmos com os licitantes vencedores. Esteve presente à reunião o Sr. David Pedroso de Moraes – Inspetor-Supervisor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A Presidente da Comissão de licitação informou aos licitantes que as propostas de preços que ofereceram as taxas de desconto e produção, fora dos parâmetros fixados no edital, não foram consideradas. E ainda que, no tocante à negociação referente ao preço, o primeiro colocado de cada grupo deve concordar com o menor preço oferecido; caso não aceite, será passada a oportunidade para a empresa classificada em segundo lugar. Todas as vencedoras concordaram em contratar com o menor preço encontrado e assinaram nesta data Termo de Declaração neste sentido. Foi proposto pelo Dr. Zander Campos um voto de louvor à Comissão presidida pela Drª. Leila C. Prudente, em virtude da correção com que foram desenvolvidos os trabalhos durante todo o procedimento. Nada mais havendo a tratar esta Comissão, eu Walquíria Meira Teixeira lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será devidamente assinada pelos presentes.

Comissão:

Leila Maria Cunha Prudente
Walquíria Meira Teixeira
Arbélia Corvelo Gomes
Jarmund N. Júnior
João Batista Cardoso

Leila Maria C. Prudente
Walquíria Meira Teixeira
Arbélia Corvelo Gomes
Jarmund N. Júnior
João Batista Cardoso

Re. C. Prudente
Walquíria Meira Teixeira
Arbélia Corvelo Gomes
Jarmund N. Júnior
João Batista Cardoso

Re. C. Prudente
Walquíria Meira Teixeira
Arbélia Corvelo Gomes
Jarmund N. Júnior
João Batista Cardoso





ESTADO DE GOIÁS



PROCESSO N.º : 17378885/99

INTERESSADO: Comissão de Licitação

ASSUNTO : Julgamento

DESPACHO N.º 002/2000 – A Comissão Especial de Licitação – concorrência Pública n.º 001/99-AGECON – realizou no mês em curso duas reuniões. Uma, com o intuito de dar conhecimento aos licitantes da alteração da composição dos grupos de contas ocorrida em virtude da Reforma Administrativa promovida pela Lei n.º 13.550/99; para que fosse exercido o direito de opção da empresa vencedora em mais de um grupo de contas por um único grupo e abertura dos envelopes de preços. Outra, para anunciar o resultado do julgamento das propostas de preços, bem como para negociação dos mesmos com os licitantes vencedores. Destas, originaram as atas lavradas em 22.2.2000 e 25.2.2000, respectivamente.

Na primeira reunião realizada em 22.2.2000, as licitantes vencedoras, após tomarem conhecimento da nova estrutura dos Grupos de Contas, fizeram opção pelo grupo de sua preferência. Ficando, portanto, as vencedoras dispostas da seguinte forma: Grupo I – Consórcio Verbo e Identidade Comunicação; Grupo II – Nova Agência; Grupo III – Cannes Publicidade; Grupo IV – SMP&B Comunicação; Grupo V – TTA Propaganda.

No julgamento das propostas de preços foram desclassificadas as propostas oferecidas pelas empresas Cannes e Intervirtual, por apresentarem preços inexequíveis. Em 25.2.2000, realizou-se nova reunião onde procedeu-se à negociação dos preços com as licitantes vencedoras. O menor preço foi oferecido pelo Consórcio Centro Oeste/AMP, cujo Custo Total foi cotado em 1.90. Após a negociação, as empresas vencedoras assinaram Termo de Declaração, onde consta que concordam em contratar com a Administração Pública, tendo por base o menor índice encontrado.

Encaminhe-se o processo à Presidência da Agência Goiana de Comunicação, para, se assim entender, homologar o resultado da presente Concorrência.

Goiânia, aos 29 dias do mês de fevereiro do ano de 2000.


LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação





obs. p. 10064

2 de
nor-
blico
cargo**AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO**AGÊNCIA
Goia-ADMINIS-
as atribui-RES para
dital nº 016/
de abril de
a norma
Público da
o cargo de
6.CIA GOIANA
S, em Goiã-

AGECOM

Nº : 17378885/99
DO : Comissão de Licitação
Julgamento

002/2000 - A Comissão Especial de Licitação Pública nº 001/99-AGECOM - realizou duas reuniões. Uma, com o intuito de informar aos licitantes da alteração da composição das contas ocorrida em virtude da Reorganização promovida pela Lei nº 13.550/99; para o direito de opção da empresa vencedora de grupo de contas por um único grupo de preços. Outra, para anunciar o resultado das propostas de preços, bem como os mesmos com os licitantes vencedores. Foram lavradas as atas em 22/2/2000.

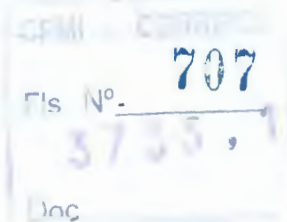
realizada em 22/2/2000, as licitantes tornaram conhecimento da nova composição das contas, fizeram opção pelo grupo de preços, portanto, as vencedoras do Grupo I - Consórcio Verbo e Grupo II - Nova Agência; Grupo III - Grupo IV - SMP&B Comunicação;

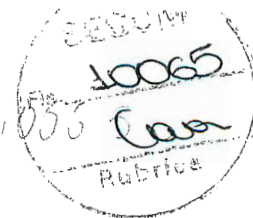
propostas de preços foram oferecidas pelas empresas e apresentaram preços. Foi realizada nova reunião para o dos preços com as licitantes. Foi oferecido pelo Consórcio Total foi cotado em empresas vencedoras assim consta que concordam com a Licitação Pública, tendo por base

Encaminhe-se o processo à Presidência da Agência Goiana de Comunicação, para, se assim entender, homologar o resultado da presente Concorrência.

Goiânia, aos 29 dias do mês de fevereiro de 2000.

LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação





ESTADO DE GOIÁS

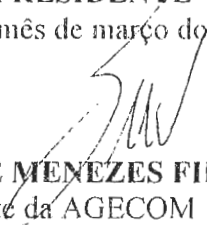
PROCESSO N.º : 17378885/99

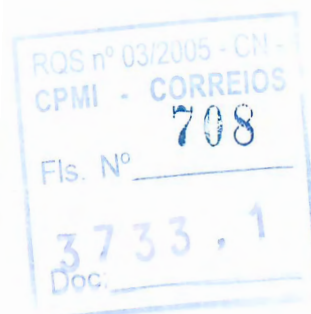
INTERESSADO: Comissão de Licitação – Concorrência n.º 001/99

ASSUNTO : Homologação

DESPACHO N.º 10065 /2000 – Tendo em vista o que consta do processo, nos termos do art. 43, VI, da Lei n.º 8.666/93, RESOLVO homologar o resultado da Concorrência n.º 001/99, de acordo com o julgamento da Comissão Especial de Licitação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, em Goiânia, aos 10 dias do mês de março do ano de 2000.


SERVITO DE MENEZES FILHO
Presidente da AGECON





Diário Oficial

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2000
ANO 163 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 18.390

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

Despacho

ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PROCESSO Nº: 17378885/99

INTERESSADO: Comissão de Licitação - Concorrência nº 001/99

ASSUNTO: Homologação

DESPACHO Nº 109/2000 - Tendo em vista o que consta do processo, nos termos do art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, RESOLVO homologar o resultado da Concorrência nº 001/99, de acordo com o julgamento da Comissão Especial de Licitação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, em Goiânia, aos 10 dias do mês de março do ano de 2.000.

SERVITO DE MENEZES FILHO
Presidente da AGECOM

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO
FPM - CORRIGIDA
Fls. Nº 709
375311
Dir.



ESTADO DE GOIÁS



PROCESSO N.º : 17378885/99


INTERESSADO: Comissão de Licitação – Concorrência n.º 001/99

ASSUNTO : Adjudicação

DESPACHO N.º 133/2000 – Tendo em vista o que consta do processo, nos termos do art. 43, VI, da Lei n.º 8.666/93, resolvo adjudicar o objeto da Concorrência n.º 001/99, aos licitantes vencedores, de acordo com o julgamento da Comissão Especial de Licitação, conforme quadro abaixo:

GRUPO	LICITANTE VENCEDORA
Grupo I	Consórcio Verbo e Identidade Comunicação
Grupo II	Nova Agência
Grupo III	Cannes Publicidade
Grupo IV	SMP & B Comunicação
Grupo V	TTA Propaganda

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, em Goiânia, aos 30 dias do mês de março do ano de 2000.


SERVITO DE MENEZES FILHO
Presidente da AGECOM

AGECOM

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE N.º.....

Nos termos do Decreto n.º 3.744/92, autorizamos os serviços à conta do(a).....

Referente a:.....

devendo o solicitante observar a Lei Federal n.º 8.666/93. Goiânia,...../...../.....





**AGÊNCIA GOIANA
DE COMUNICAÇÃO**

Despacho

ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO Nº : 17378885/99

INTERESSADO: Comissão de Licitação - Concorrência nº 001/99

ASSUNTO: Adjudicação

DESPACHO Nº 133/2000 - Tendo em vista o que consta do processo, nos termos do art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, resolvo adjudicar o objeto da Concorrência nº 001/99, aos licitantes vencedores, de acordo com o julgamento da Comissão Especial de Licitação, conforme quadro abaixo:

GRUPO	LICITANTE VENCEDORA
Grupo I	Consórcio Verbo e Identidade Comunicação
Grupo II	Nova Agência
Grupo III	Cannes Publicidade
Grupo IV	SMP & B Comunicação
Grupo V	TTA Propaganda

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, em Goiânia, aos 30 dias do mês de março do ano de 2000.

SERVITO DE MENEZES FILHO
Presidente da AGECOM

